JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Câmara Municipal de Nova Guarita 4
Camara Municipal de Porto Estrela 5
Camara Municipal de Poxoréu 5
Camara Municipal de Tangará da Serra 6
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 8
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 9
Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV 9
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 10
Prefeitura Municipal de Acorizal 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 12
Prefeitura Municipal de Alto Garças 13
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 13
Prefeitura Municipal de Apiacás 14
Prefeitura Municipal de Araguaiana 16
Prefeitura Municipal de Araputanga 18
Prefeitura Municipal de Arenápolis 19
Prefeitura Municipal de Aripuanã 20
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 28
Prefeitura Municipal de Cáceres 36
Prefeitura Municipal de Campinápolis 42
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 44
Prefeitura Municipal de Campo Verde 45
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 50
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 50
Prefeitura Municipal de Canarana 57
Prefeitura Municipal de Carlinda 57
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 59
Prefeitura Municipal de Cláudia 61
Prefeitura Municipal de Cocalinho 69
Prefeitura Municipal de Colíder 69
Prefeitura Municipal de Colniza 72
Prefeitura Municipal de Comodoro 73
Prefeitura Municipal de Confresa 73
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 78
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 78
Prefeitura Municipal de Cuiabá 79
Prefeitura Municipal de Curvelândia 80
Prefeitura Municipal de Diamantino 80
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 81
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 86
Prefeitura Municipal de General Carneiro 87
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 88
Prefeitura Municipal de Itanhangá 88
Prefeitura Municipal de Itiquira 104
Prefeitura Municipal de Jaciara 107

Prefeitura Municipal de Jauru 108
Prefeitura Municipal de Juara 115
Prefeitura Municipal de Juruena 116
Prefeitura Municipal de Juscimeira 116
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 116
Prefeitura Municipal de Marcelândia 117
Prefeitura Municipal de Matupá 117
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 136
Prefeitura Municipal de Nobres 148
Prefeitura Municipal de Nortelândia 149
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 176
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 177
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 179
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 180
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 181
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 181
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 191
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 192
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 194
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 195
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 198
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 200
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 215
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 215
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 215
Prefeitura Municipal de Paranatinga 216
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 217
Prefeitura Municipal de Poconé 218
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 218
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 219
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 220
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 220
Prefeitura Municipal de Poxoréu 221
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 225
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 226
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 228
Prefeitura Municipal de Rio Branco 228
Prefeitura Municipal de Rondolândia 228
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 229
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 230
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 231
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 233
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 233
Prefeitura Municipal de São José do Povo 237
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 241
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 243
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 243
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 243
Prefeitura Municipal de Tabaporã 247
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 248
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 273
Prefeitura Municipal de União do Sul 275
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 275
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 276
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 298
Prefeitura Municipal de Vila Rica 302

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os senhores vereadores para realização de Sessão Ordinária, a realizar-se no dia 16 de setembro de 2019, às 19:30 horas, no Plenário desta Casa Legislativa.

Assunto: Parecer e Projeto de Resolução elaborados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em processo iniciado por Representação protocolada pelo Diretório Municipal do Partido Solidariedade, em desfavor do vereador Oswaldo Alvarez de Campos Junior.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 10 de setembro de 2019.

Ilídio da Silva Neto

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com os Artigos 134 e 135 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, CONVOCO os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães para **Sessão Extraordinária**, a realizar-se no dia **19 DE SETEMBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA) as 09h00** no Plenário desta Casa Legislativa, para apreciação e deliberação das contas anuais do exercicio de 2015 - gestão do Sr. LISU KOBERSTAIN.

Vereador Carlos Eduardo de Lima Oliveira Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº59/2019 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E GEO-OBRAS.

PORTARIA Nº59/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E GEO-OBRAS.

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme lhe conferem o Art. 36, inciso II da Lei Orgânica Municipal (LOM).

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado o Diretor Administrativo Financeiro da Câmara Municipal Senhor **Claudiomiro Santos Fortes**, inscrito na Cédula de Identidade nº: 694.827 SSP/MT e CPF: 468.546.651-91, como responsável pelo Setor de Recursos Humanos e Geo-Obras da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 10 de Setembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº60/2019 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE DE VIGILANCIA DA CÂMARA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO FROTAS.

PORTARIA Nº60/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE DE VIGILANCIA DA CÂMARA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO FROTAS.

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme lhe conferem o Art. 36, inciso II da Lei Orgânica Municipal (LOM).

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado o Agente de Vigilância da Câmara Municipal, o Senhor **Deusimar Coutinho Ribeiro**, inscrito na Cédula de Identidade nº: 317.398 SSP/TO e CPF: 820.853.071-91, como responsável pelo Frotas da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 10 de Setembro de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2019

A Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público que realizará nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Federal nº 3.555/00 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 03/2019, tendo como Objeto: **"Licitação para aquisição de material de construção e pintura para a Câmara Municipal de Cotriguaçu – MT" conforme especificações constantes no Anexo I, Termo de Referência, parte integrante deste Edital,**com abertura no dia 23 de Setembro de 2019, às 08h00min, em sua sede na Av. 07 de Setembro, n°151, JD Primavera, na cidade de Cotriguaçu-MT, na sala de Licitações, podendo os interessados solicitarem o Edital e anexos pelo e-mail camaracotri@gmail.com no horário de expediente das 07h00min às 13h00min, no site www.cotriguacu.mt.leg.br ou informações pelo telefone (66)3555-1226/1511.

Cotriguaçu/MT, 11 de setembro de 2019.

VANILTON DE PAULA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 005/2019

Data: 21/08/2019 – EMPRESA: **VALDIVINO MENDES DOS SANTOS 32810814104**; OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA, EXTERNA E MURO, REMOÇÃO E APLICAÇÃO DE TEXTURA NA PARTE FRONTAL E REPAROS NAS PAREDES (PARTE INFERIOR EM ATÉ 1 METRO DE ALTURA), NA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT;** VALOR TOTAL: 37.260,00; PRAZO: 31/12/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

EDITAL Nº. 005 / 2019 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº. 005 / 2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA, Estado de Mato Grosso, Empresa Jurídica de direito público, situado a Avenida dos Migrantes Travessa A S/N, Centro, representada pela Presidente a senhora KARINE

GRUNEVALD, buscando cumprir o que determina o Parágrafo Único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA A POPULAÇÃO GUARITENSE a participar da Audiência Pública, que se realizará no dia 27 de Setembro de 2.019, às 15h30min no Plenário da Câmara Municipal, para Prestação de Contas desta Câmara Municipal, referente ao Segundo Quadrimestre do Exercício de 2.019.

Nova Guarita, aos 06 dias do mês de Setembro de dois mil e dezenove.

_____

KARINE GRUNEVALD

PRESIDENTE

Afixe,

Publique-se

E cumpra-se.

DECRETO N.º 048/2019

DECRETO N.º 048/2019

SUMULA: Dispõe sobre a suplementação de dotação

Orçamentária no orçamento programa da

Câmara Municipal de Vereadores de Nova

Guarita – MT, e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSÉ LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pôr Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Suplementar no Valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) conforme determina a Lei N.º 731/2019 de 04 de Junho de 2019, as seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

004 3.3.90.14-00 – DIARIAS – CIVIL FONTE: 0100 R$ 5.000,00

005 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0100 R$ 10. 000,00

011 3.3.90.40.01 – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOFTWARES FONTE: 0100 R$ 3.000,00

Art. 2º - Servirá como recurso para atender a suplementação a que se refere o Art. 1º deste decreto, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

001 3.1.90.11-00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL FONTE: 0100 R$ 10.000,00

002 3.1.90.13-00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS FONTE: 0100 R$ 3. 000,00

012 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA FONTE: 0100 R$ 5. 000,00

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação pôr afixação em local de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de Setembro de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA Nº 031/ 2019

PORTARIA Nº 031/ 2019

Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares a Servidora da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

Edinei Aparecido da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o requerimento e o deferimento do pedido de1/3 férias do Servidora abaixo supramencionado,

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 de Férias regulamentares sendo 10 dias, a servidora abono peculiar a servidora efetivo desta Casa de Leis, cargo de agente serviço publicoSrª. **Macleides Ferreira Soares**, a serem gozadas do dia **12/09/2019 a 01/10/2019** referente o exercício 2018.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrário.

.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 29 de Agosto de 2019

Edinei Aparecido da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 030/2019 - RESOLUÇÃO Nº 02 E 03/2019

PORTARIA Nº. 030/2019 Poxoréu (MT), 09 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador **AGUINALDO ALVES DA SILVA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado o 1º Vereador Suplente do PSD, para assumir vaga na Câmara Municipal de Poxoréu – MT durante o **período de 09 de setembro de 2019 até 05 de outubro de 2019**.

Art.2º. A vaga no que se refere ao Artigo 1º dá-se ante a licença saúde do Vereador Edézio Montes Canabrava, amparado no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 3º - Registra –se, Publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos 09 de setembro de 2019.

Ver. Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, em 09 de setembro de 2019.

Rosalvo Rodrigues da Silva

Assistente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº. 002/2019 Poxoréu, 08 de julho de 2019.

Altera o Parágrafo 1º do Artigo 9º. do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poxoréu.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU, ESTADO DO MATO GROSSO, Vereador Aguinaldo Alves da Silva, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 9º. do Regimento Interno da Câmara Municipal, passando a ter a seguinte redação:

Art. 9º. A Mesa da Câmara será eleita para um mandato de um ano da legislatura, sendo permitido à reeleição para o mesmo cargo, para o mandato subsequente, mesmo que trate de outra legislatura ou mandato que não tenha sido cumprido por inteiro.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu, 08 de julho de 2019.

Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

RESOLUÇÃO Nº. 003/2019 Poxoréu, 19 de agosto de 2019.

Altera o Parágrafo 1º. do Artigo 9º. do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poxoréu.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POXORÉU, ESTADO DO MATO GROSSO, Vereador Aguinaldo Alves da Silva, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 1º. do Artigo 9º. do Regimento Interno da Câmara Municipal, passando a ter a seguinte redação:

Art. 9º. .....

Parágrafo 1º - A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poxoréu realizar-se - à na primeira Sessão Ordinária do mês de Setembro do Ano Legislativo, com posse programada para o dia 02 do mês de janeiro do ano subsequente, às 19:00 horas em sessão Solene.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu, 19 de Agosto de 2019.

Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 72, DE 04 DE SETEMBRO DE 2.019.

PORTARIA Nº 72, DE 04 DE SETEMBRO DE 2.019.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA AO SERVIDOR ROSEVAL PEREIRA SANTOS.

O Vereador **RONALDO QUINTÃO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 § 1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a progressão de duas referências ao Servidor **ROSEVAL PEREIRA SANTOS**, cargo efetivo de Mensageiro, **classe B-07** para **Classe B-09**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009,** por ter completado mais um ano de serviço e pela conclusão de 80 horas de curso, relacionada com a sua área de atuação, licitação.

Art. 2º – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos quatro dias do mês de Setembro de 2.019.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

RESOLUÇÃO N° 03/2019

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

EMENTA: "DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, ENCAMINHA PARA DELIBERAÇÃO DO SOBERANO PLENÁRIO O SEGUINTE PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Art.1 - Esta Resolução regulamenta a concessão e o gozo de licença-prêmio por assiduidade, dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

§1º - Após cada período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no âmbito do Poder Legislativo, o servidor público terá direito a licença-prêmio com a remuneração do cargo efetivo.

§2º - Após completado o período aquisitivo da licença-prêmio, o Departamento de Recursos Humanos ou entidade de lotação do servidor procederá, de ofício, à análise das informações funcionais para fins de certificação do direito a concessão do benefício, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do período aquisitivo, e dará ciência ao servidor e ao Presidente da Mesa Diretora.

Art.2º - O servidor efetivo, inclusive o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, deverá gozar a licença-prêmio a que tem direito, obrigatoriamente, dentro do período aquisitivo subsequente, não podendo acumular duas licenças-prêmio.

§1º - Considera-se acumulada a licença-prêmio não gozada integralmente até o último dia do período aquisitivo subsequente.

§2º - A requerimento do servidor a licença-prêmio poderá ser convertida em pecúnia, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade da Câmara Municipal.

§3º - As faltas injustificadas somente impedirão a concessão da licença-prêmio se ao atingir o período aquisitivo, estas não forem compensadas pelo banco de horas da Câmara Municipal.

Art.3º - A licença-prêmio poderá ser gozada integralmente ou parcelada em até 03 (três) períodos de no mínimo de 30 (trinta) dias, a critério do servidor.

§Único - Quando houver parcelamento, o gozo integral de todos os períodos não poderá exceder o período aquisitivo subsequente.

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deverá manter registro do início e o término do período de gozo de licença-prêmio, especialmente as concessões parceladas.

§1º - A limitação de pessoal não pode motivar o descumprimento das normas desta Resolução, devendo o gestor criar mecanismos para definição do gozo das licenças-prêmio.

§2º - No caso da acumulação indevida de licença-prêmio, o Departamento de recursos humanos, deverá, de ofício, no prazo de 30 (trinta) dias contados da configuração do acúmulo, notificar o servidor para gozo integral no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da licença-prêmio acumulada.

Art.5º - A escala de agendamento poderá ser estabelecida anualmente para cada período integral ou parcela de gozo, não sendo obrigatório agen-

dar todas as parcelas antecipadamente, salvo nos casos de períodos acumulados.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência aos dez dias do mês de setembro de 2019.

Ver. Edivaldo Gomes

Presidente Mesa Diretora

Biênio 2019/2020

RESOLUÇÃO N° 04/2019

RESOLUÇÃO Nº 04/2019

EMENTA: "INSTITUI O BANCO DE HORAS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, ENCAMINHA PARA DELIBERAÇÃO DO SOBERANO PLENÁRIO O SEGUINTE PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Art.1 - Esta Resolução instituí o banco de horas e as normas gerais de compensação no âmbito do Poder Legislativo do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

§único - Para fins de aplicação deste regulamento, entende-se como hora extraordinária aquela prestada fora do expediente regular e da jornada de trabalho dos servidores da Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte.

Art.2º - A realização de banco de horas e a compensação da carga horária extraordinária será permitida aos servidores efetivos e permanentes do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores, estendendo-se àqueles efetivos nomeados em função gratificada ou de confiança.

Art.3º - A utilização do banco de horas obedecerá a correlação de 6 (seis) horas trabalhadas ou 4 (quatro) horas trabalhadas equivalente a 1 (um) dia a compensar, conforme a jornada de trabalho de cada cargo.

§1º - A contagem para efeitos de banco de horas será fixada conforme estabelecido no ponto eletrônico de frequência dos servidores, ou outro critério determinado em regulamentação a ser baixada pela Mesa Diretora.

§2º - As horas realizadas aos sábados, domingos e feriados serão computadas em dobro, porém somente serão efetivadas mediante autorização justificada da Mesa Diretora.

Art.4º - As horas serão contabilizadas mensalmente, devendo ser compensadas dentro do exercício vigente, sendo franqueado livre acesso aos servidores

para o acompanhamento das horas consignadas no banco de horas, mediante criação de forma de acesso direto ao sistema.

§1º - A compensação somente será feita em dias inteiros.

§2º - A compensação de horas será realizada a critério da administração ou mediante requerimento do servidor, indicando os dias a serem compensados.

§3º - Em caso de indeferimento, a administração deverá indicar os dias em que o servidor poderá compensar.

Art.5º - Será permitida a compensação de até 03 (três) faltas injustificadas com banco de horas.

§único - A compensação dos atrasos será permitida até 15 minutos além do horário estipulado para início da jornada, limitado a quatro mensal.

Art.6º - Fica autorizado o Presidente da Mesa a editar portaria visando a regulamentação das demais regras que se façam necessárias para o cumprimento das normas previstas nesta Resolução.

Art.7º - As horas extraordinárias prestadas pelos servidores a partir de 12 de agosto de 2019 até o início dos efeitos desta Resolução poderão ser compensadas nos termos deste regulamento.

Art.8º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência aos dez dias do mês de setembro de 2019.

Ver. Edivaldo Gomes

Presidente Mesa Diretora

Biênio 2019/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2019

INEXIGIBILIDADE N.º 001/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médica Especializada, Realização de Exames de Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos.

CONTRATADO: MARQUES SOCIEDADE MÉDICA

CNPJ: 24.325.949/0001-20

VALOR ESTIMADO: R$ 157.729,50

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 01/07/2019

CONTRATADO: R.F.B.C SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

CNPJ: 28.106.507/0001-43

VALOR ESTIMADO: R$ 323.359,74

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 01/07/2019

CONTRATADO: SOUZA & VIDAL SOCIEDADE MÉDICA

CNPJ: 33.585.939/0001-14

VALOR ESTIMADO: R$ 33.294,26

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 02/09/2019

CONTRATADO: CLINICA E MICORCIRURGIA DE OLHOS LTDA

CNPJ: 26.795.401/0001-79

VALOR ESTIMADO: R$ 214.765,72

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 02/09/2019

CONTRATADO: TORRES CARDIOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI

CNPJ: 03.229.900/0001-01

VALOR ESTIMADO: R$ 67.815,81

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 02/09/2019

CONTRATADO: NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI ME

CNPJ: 22.079.423/0001-81

VALOR ESTIMADO: R$ 122.880,00

PRAZO DE VIGENCIA: 06/06/2020 **DATA DA ASSINATURA:** 02/09/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 053/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 053/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **A G R MARTINS EIRELI (CNPJ/MF Nº 30.727.145/0001-50)**, no valor global de **R$ 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS),** tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **CLINICO GERAL VISITADOR** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 014/2019 da Chamada Pública n° 006/2019, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 10 de setembro de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 052/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 052/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **M. L. DE GOIS FERREIRA - ME (CNPJ/MF Nº 30.371.526/0001-49)**, no valor global de **R$ 70.000,32 (SETENTA MIL E TRINTA E DOIS CENTAVOS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 014/2019 da Chamada Pública n° 006/2019, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 10 de setembro de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2019

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, COM** ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES **DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO - NO EXERCICIO DE 2019/2020**, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato.

Empresa: **EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA** - ME

CNPJ sob nº 02.556.926/0001-93

VIGENCIA: 12 MESES

VALOR GLOBAL: R$ 70.234,50 (setenta mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993. São Félix do Araguaia/MT, 09 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do CISA.

Resolução n. 99/2019 - São Félix do Araguaia/MT.

Designa Servidora **MARIA SOLANGE ERTHAL,** para exercer a função de fiscal dos Contratos de nºs. 24/2019 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidor, o Srª **MARIA SOLANGE ERTHAL**,portadora do CPF de 779.111.561-15 e RG 1161850-7SSP/MT, concursada com o nº de Matricula 11, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do seguinte Contrato nº. 24/2019, firmados com as empresas:

1)- EDIVALDO NUNES DE CIRQUEIRA - ME, com sede na Rua Severiano Neves, 354 – Bairro – centro, CEP: 78.670-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 02.556.926/0001-93 doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Representante Legal, **Srº. EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA, residente na rua Luiz Gonzaga de Sousa, nº 229 – centro, nesta cidade e portador do RG: 66053CTPES e CPF: 112.233.161-49**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 011/2019. **C**uja objeto do referido contrato é **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, COM** ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES **DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO - NO EXERCICIO DE 2019/2020**, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório e no edital do Processo Licitatório nº 022/2019 modalidade Pregão Presencial nº 011/2019 e Ata de Registro de Preços Nº 05/2019.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia/MT, 09 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do CISA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, comunica aos interessados que será ABERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 004/2019, nos termos da Lei 10.520/02, **no dia 24 de setembro de 2019 às 08:h00min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na avenida mato grosso, 490, Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos MT. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO CISOMT. Os interessados no Edital poderão retirá-lo no endereço acima e no www.cisomt.com.br maiores informações pelo e-mail licitacao@cisomt.com.br e pelo Telefone (65) 3251-2729. São José dos Quatro Marcos MT - MT, 10 de agosto de 2019**. Danilo dos Santos Bastos – Pregoeiro.**

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

PELO PRESENTE TERMO PARTICULAR DE CONTRA TO e na melhor forma de direito, as Partes abaixo qualificadas, de um lado,**DENOMINADO CONTRATANTE,** o CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MA TO-GROSSENSES - CONSPREV, pessoa jurídica de direito público,inscrita no CNPJ/MF 26.469.179/0001-14, com sede social na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3920, Cuiabá, MT, CEP 78049-938 neste ato representada pelo Srº **PEDRO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, agente político, portador da Carteira de Identidade nº 07565809 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob o nº 522.356.531-20, comdomicílio na Rua 7 de Setembro, nº 230 Centro, CEP 78255-000 em Jauru - MT, e-mail:consprevmt@gmail.com.; na qualidade de diretor;

E, do outro lado;

DENOMINADO CONTRATADO, o escritório de advocacia SILVA CRUZ &SANTULLO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o n.08.349.341/0001-89, e na OAB/MT sob o nº 284, com Sede na Rua I, n. 105, sala 77(cobertura 01), edifício Eldorado *Hill Office,* Bairro Parque Eldorado, em Cuiabá, MatoGrosso, CEP 78.048-487, neste ato representado pelos sócios LEONARDO DA SILVACRUZ, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 6660, e PASCOALSANTULLO NETO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 12.887,domiciliados no mesmo endereço do escritório profissional, *e-mail*sleonardo@scsadvogados.com.br e pascoal@scsadvogados.com.br;

Resolvem ajustar este Contrato de Prestação de Serviços Profissionais, que se regerápelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. OBJETO

1.1. Cinge-se na prestação de serviços de advocacia e consultoria especializada, voltadaao **patrocínio de todas as medidas administrativas** cabíveis ao afastamento dasdeterminações do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MA TO GROSSO -TCE/MT, em especial as representações de natureza interna que suspendeu o processolicitatório nº 001/2017, promovido pelo CONSPREV.

1.2. Insere-se como segundo objeto, a atuação administrativa e ou judicial perante oTCE/MT, objetivando o arquivamento dos processos de Representações Internas nº28.282-0/2017, n° 31.613-0/2018 e n° 35.648-4/2018.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da presente avença é de 03 (três) anos contados da data deassinatura, prorrogável automaticamente até que se alcance o resultado útil previsto nacláusula de 1 do presente instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Fornecer todos os documentos necessários e requeridos, para perfeita execução dosserviços contratados.

3.2. Efetuar o Empenho do presente contrato no exercício fiscal de 2019, dentro doslimites da LOA/2019, provisionando o respectivo valor para pagamento futuro emconformidade com a cláusula 5.1.

3.3. Efetuar pagamento das despesas necessárias para o bom andamento do processo,nelas incluindo despesas com viagens, diligências, deslocamentos, ligaçõesinterurbanas, custas e taxas judiciárias, perícias, fotocópias e outros, cuja prestação decontas se dará mensalmente.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Manter sigilo profissional absoluto em relação a quaisquer informações obtidas docontratante, que venha a ter acesso.

4.2. Prestar os serviços utilizando-se de toda a técnica e perícia esperadas, manejandotodas as petições e os recursos, legais e necessários ao fiel cumprimento deste contrato,na forma e prazos previstos na legislação de regência.

4.3. Manter o CONTRATANTE devidamente informada dos andamentos dosprocedimentos/processos administrativos e judiciais em curso.

4.4. Ingressar nos processos administrativos e judiciais previstos nas cláusulas 1.1 e1.2, no prazo máximo de **trinta (30) dias** contados da assinatura do presenteinstrumento contratual.

5. PREÇOS, PAGAMENTOS E CONDIÇÕES.

5.1. Esse Contrato reger-se-á pela modalidade de honorário **mista,** (*ad-exitume probono)* sendo que o CONTRATANTE pagará ao escritório CONTRATADO, a quantiaabaixo discriminada

a. A título de **honorários *Ad-exitum,*** assim considerada a revogaçãode liminar que suspendeu os processos administrativos nº 001/2017, com a consequente retomada e homologação do **processolicitatório nº 001/2017,** será devido pelo CONTRATANTE aoescritório CONTRATADO, a quantia de **R$ 10.000,00 (dez milreais),** que será paga somente após o arquivamento definitivo doprocesso administrativo.

b. A título de **honorários *pro bono***o Contratado atuara no processode representação interna nº 31.613-0/2018, ficando o Contratantedispensada do pagamento do item **"1.2"** do objeto contratual.

5.2. Após a distribuição das ações administrativas e ou judiciais, bem corno asimpugnações/recursos administrativos, após a obtenção da ordem suspensiva dosefeitos das cautelares nos processos relacionados no objeto contratual, e cumprimento

- ainda que parcial - do objeto do presente instrumento, os honorários de êxitoprevistos na **cláusula 5.1, alínea a** serão devidos na sua integralidade, e não sãopassíveis de qualquer ressarcimento ou devolução, em qualquer hipótese.

5.3. Os valores previstos na cláusula 5.1, aliena "a" deverão ser pagos mediantedepósito na **conta corrente nº 27.495-x, agência 4042-8, Banco do Brasil (001),** detitularidade do escritório contratado, após aceite da nfeserviços.

6. INADIMPLEMENTO E SANÇÃO.

6.1. Inadimplemento ou atraso no pagamento dos honorários e de eventualressarcimento terá como consequência aplicação sobre o débito corrigido pelo IPCA-E,

de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórias de 1 % (um por cento) ao mês oufração.

6.2. A mera tolerância quanto ao eventual atraso não implica em derrogação dacláusula de sanção, ficando o escritório CONTRATADO, desde já autorizado a fazer ainternação deste instrumento nas ações judiciais em curso, como forma de hipotecajudicial.

6.3. Em caso de inadimplemento parcial ou total do CONTRATANTE pelas quantiasdevidas nos itens 5.1, alíneas 'a' fica facultado ao CONTRATADO, nos termos do art.22, § 4º da Lei Federal 8.906/1994, executar os honorários em atraso, deduzindo-se aquantia a ser recebida pelo constituinte CONTRATANTE, salvo se provarem que já ospagou.

6.4. Os honorários incluídos na condenação por arbitramento ou sucumbência,pertencem exclusivamente ao escritório CONTRATADO, tendo este direito autônomopara executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quandonecessário, seja expedido em seu favor, nos termos do que autoriza o artigo 23, da Lei

8.906/1994.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS.

7.1. CONTRATANTE e CONTRATADO renunciam à possibilidade dearrependimento do que aqui foi pactuado, e seus representantes declaram-se**solidariamente** responsáveis pelas obrigações aqui assumidas, sem qualquer benefíciode ordem.

7.2. Para que produzam todos os fins e efeitos de direito, CONTRATANTE eCONTRATADO declaram aceitar o presente Contrato nos expressos termos em que foilavrado, obrigando-se, inclusive os sucessores, a bem e fielmente cumpri-lo, a qualquer

tempo e hora.

7.3. E por estarem assim ajustados firmam o presente instrumento particular em duascópias devidamente numeradas, rubricadas e ao final assinadas com reconhecimentode firma em cartório, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que atudo assistiram, elegendo o fórum de Cuiabá, como privilegiado em relação a qualquer

outro.

Cuiabá - MT, 22 de abril de 2019.

_____

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPALDE GESTÃO

DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOSMUNICÍPIOS

MA TO-GROSSENSES – CONSPREV.

_____

SILVA CRUZ & SANTULLO

ADVOGADOSASSOCIADOS.

Testemunhas:

NOME: CPF:	NOME: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RESOLUÇÃO Nº 025 DE 2019

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Coordenador Geral do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**,** no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe as Resoluções 002/2. 005, 002/2011, 030/2017 e 009/2018, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Exonerar a Sra. KARLA DIANELE ARAL NEPOMUCENO, portadora do RG sob nº 1120259-9 SSP/MT e CPF sob o nº 981.971.771-04, do cargo de Coordenadora Geral do Centro de Especialidades Médicas do CORESS/MT.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições contrárias.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Rondonópolis/MT, 04 de setembro de 2.019.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

LEI N° 876 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

LEI N° 876 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

“Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao ACORIZAL PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Acorizal/MT, e dá outras providências. ”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL, ESTADO DE MATO GROSSO, *faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos referentes às contribuições previdenciárias do Município de Acorizal com o ACORIZAL PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Acorizal, relativas às competências de janeiro/2012 até maio/2019, observado o disposto no art. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação dada pela Portaria MF nº 333/2017, com as devidas atualizações:

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, relativas ao período de outubro/2012 a março/2017 em até 200 (duzentas) parcelas mensais e consecutivas.

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, relativas ao período de abril/2017 a maio/2019 em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.

III- os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, relativas ao período de outubro/2012 a março/2017, em até 200 (duzentas) parcelas mensais e consecutivas.

IV- os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, relativas ao período de abril/2017 a maio/2019, em até 60(sessenta) parcelas mensais e consecutivas.

V - os débitos residuais dos Termos de Parcelamento e Confissão de Dívida nº 01531/2017, nº 01532/2017 e n.º 01684/2017, todos homologados pela Lei nº 846 de 31 de julho 2017 em até 200 (duzentas) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º Fica o ACORIZAL PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Acorizal/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA acrescido de juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 30 (trinta) de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago de acordo com o Art. 1º, em parcelas mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo primeiro.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês do vencimento da respectiva parcela.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo), mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 30/06/2019, e as demais parcelas na mesma data dos meses subsequentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento).

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao ACORIZAL PREVI.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 846 de 31 de julho 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Acorizal/MT, 10 de setembro de 2019.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI Nº 879 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI Nº 879 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, e da outras providencias".

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:.

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 868/2018 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 125.000,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil Reais) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unid. Orç.	002 – Fundo Municipal de Saúde
Função	10 – Saúde
Sub-Função	301 – Atenção Básica
Programa	0009 – Fortalecimento do Sistema de Saúde
Proj. /Ativ.	1.299 – Construção de Academia de Saúde
Elemento	4490510000 – Obras e Instalações
Valor R$	**125.000,00**
Fonte	**1.47**

Artigo 2º – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Execesso de Arrecadação Vinculado, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, no Valor de R$ 125. 000,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil Reais) proveniente do**:**

Recurso	**Objeto**	**Fonte**	**Valor R$**
PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAUDE	Construção de Academia de Saúde	Excesso Vinculado	125. 000,00
TOTAL			**125. 000,00**

Artigo 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 866/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 - LDO, e na Lei Municipal nº. 849/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, em 10 de setembro de 2019.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA Prefeito Municipal

LEI Nº 878 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI Nº 878 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, e das outras providencias".

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações do Orçamento Municipal Vigente, Lei Municipal nº 868/2019, que se tornarem insuficientes, até o limite de 10% (Trinta por cento) da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos nos itens I, II e III, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, VI da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, em 10 de setembro de 2019.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA Prefeito Municipal

LEI Nº 877 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

LEI Nº 877 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

SUMULA: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, e da outra providencias".

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 868/2018 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 995.461,60 (Novecentos e Noventa e Cinco Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta Centavos) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unid. Orç.	002 – Fundo Municipal de Saúde
Função	10 – Saúde
Sub-Função	301 – Atenção Básica
Programa	0009 – Fortalecimento do Sistema de Saúde
Proj. /Ativ.	2040 – Manutenção e Encargos com a Atenção Básica
Elemento	4490520000 – Equipamentos e Material Permanente
Valor R$	**461.567,67**
Fonte	**3.47**

Órgão	05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unid. Orç.	001 – Gabinete do Secretário
Função	10 – Saúde
Sub-Função	301 – Atenção Básica
Programa	0002 – Gestão do Poder Executivo
Proj. /Ativ.	1022 – Construção do Prédio da Sec. De Saúde
Elemento	4490510000 – Obras e Instalações
Valor R$	**533.893,93**
Fonte	**3.46**

Artigo 2º – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Sulperávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64, no Valor de R$ 995.461,60 (Novecentos e Noventa e Cinco Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta Centavos) proveniente do**:**

Recurso	**Objeto**	**Fonte**	**Valor R$**
PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAUDE: 14553.312000/1150-02	Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	Superávit Financeiro	99.887,67
PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAUDE: 14553.312000/1140-01	Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	Superávit Financeiro	100.000,00
PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAUDE: 14553.312000/1150-03	Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	Superávit Financeiro	169.180,00
PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAUDE: 14553.312000/1140-02	Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	Superávit Financeiro	92.500,00
Incentivo à Saúde / Incremento do PAB / Fundo a Fundo	Construção de Prédio da Secretaria Municipal de Saúde	Superávit Financeiro	533.893,93
TOTAL			**995.461,60**

Artigo 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 866/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 - LDO, e na Lei Municipal nº. 849/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, em 10 de setembro de 2019.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DECISÃO

Trata-se de Processo Administrativo contra empresa **Construtora Açolamb Ltda-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.077.372/0001-00**, referente as notificação 001/2019 e 002/2019 para sanar irregularidades contratuais, referente ao Processo Licitatório nº 005/2017, Dispensa de Licitação 001/2017, Contrato nº001/2017.

Conforme consta nos autos, a empresa Construtora Açolamb Ltda-EPP, foi notificada para sanar as irregularidades, pelo descumprimento na execução das prateleiras da sala de material de limpeza e da divisória em granito da área de banho do banheiro do bloco de serviços.

A empresa notificada não se manifestou em sua defesa.

Diante dos fatos acima citados, acolho na integra o Parecer Jurídico exarado pela Procurador Municipal, para punição da empresa, conforme segue.

ü Advertir; ü Multar referente aos serviços não realizados, conforme planilhas para devolução no valor de R$ 1.007,84, corrigido pelo INPC e mais 1% do valor, ficando o valor de R$ 1.233,16 (um mil, duzentos e trinta e trinta e três reais e dezesseis centavos); ü Multar em 1% do valor do contrato, conforme Cláusula 11. b) do edital no valor de R$ 2.326,08 (dois mil, trezentos e vinte e seis reais e oito centavos);

Intime-se a parte interessada e posteriormente certifique o transito em julgado da decisão, comunicando se necessário a órgão competentes sobre a aplicação das penas.

Água Boa, 09 de setembro de 2019.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ 15.023.898/0001-90**, torna público que requereu junto ao **CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia"** a **LP** – Licença Prévia e **LI** – Licença de Instalação para Implantação de Restaurante definido como atividade de "Construção e Reformas de Prédios e Espaços Públicos Fora de APP", situado na Avenida Industrial, Bairro Industrial, com as coordenadas 14° 4'9.45"S - 52° 9'11.13"O, zona urbana do município de Água Boa – MT.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 028/2019.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3273/2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 028/2019.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de materiais e insumos para a UCT – Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue da Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT.

DATA: 24/09/2019.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 09 de setembro de 2019.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados que a licitação realizada no dia 16 de Julho de 2019, que objetiva a "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO, PRODUÇÃO E MONTAGEM EM GERAL DE BALCÕES E ARMÁRIOS PLANEJADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE." foi declarada fracassada tendo em vista o resultado de habilitação, sendo o único licitante interessado declarado inabilitado por desatendimento ao edital, pós ter decorrido o prazo de 8 dias para regularização. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 29 de agosto de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2019, cujo certame se deu início às 07h30min, do dia 02/09/2019, sagraram-se vencedores os preponentes**: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME,** com o valor total de **R$ 131.484,20**; (Cento e trinta e um Mil quatrocentos e oitenta e quatro Reais e Vinte Centavos). A empresa **PRO-SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME,** com o valor total de **R$ 196.150,40**; (Cento e Noventa e Seis Mil Cento e Cinquenta Reais e Quarenta Centavos); A empresa **PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI - ME,** com o valor total de **R$ 239.085,00**; (Duzentos e Trinta e Nove Mil Oitenta e Cinco Reais); A empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** com o valor total **R$ 167.192,10**; (Cento e Sessenta e sete Mil cento e noventa e dois reais e dez centavos); A empresa **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA,** como valor total **R$ 72.302,30** (Setenta e Dois Mil Trezentos e Dois Reais e Trinta Centavos); A empresa **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA,** com o valor total **R$ 523.201,00,** (Quinhentos e Vinte e Três Mil Duzentos e Um Reais); A empresa **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com o valor total **R$ 498.355,70,** (Quatrocentos e Noventa e Oito Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Setenta Centavos).A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, com certame homologado em 10/09/2019. Alto Taquari – MT, 10 de setembro de 2019. Raimundo da Silva Carvalho – Pregoeiro.

LEI N.º 1066/2019

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação estimado, até o limite de R$ 177.000,00e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, na pessoa do Senhor Marco Aurélio Julien, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal de Alto Taquari aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito suplementar por provável excesso de arrecadação estimado até o limite de **R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais)** no orçamento vigente, LOA 2019, **Lei n.º 1007/2018**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as despesas, conforme abaixo apresentado:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

06000 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

1185 – Construção de Unidades Escolares

Fr:0122054011 – Convênio FNDE TOTAL R$. 177.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64, excesso de arrecadação estimado até o limite de **R$. 177.000,00 (Cento e setenta e sete mil reais),** conforme apurado no Anexo 10 – Comparativo das Receitas Arrecadadas até o mês de agosto de 2019, em anexo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 10 de setembro de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

LEI N.º 1067/2019.

"Autoriza o Poder Executivo a realizar Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação Orçamentaria no Exercício Vigente."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, na pessoa do Senhor Marco Aurelio Julien, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por Anulação e Remanejamento de Dotação Orçamentaria até o montantede **R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais)** , na LOA 2019, **Lei n.º 01007/2018**, nos termos do artigo 42 e 43 Lei n.º 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.00 – SEC. MUN DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Fr:0100000000– ORDINARIOS

Atividade – 2008 – Manter atividades da secretaria

3390000000 – APLICAÇAO DIRETA 60.000,00

02.070.00 – SEC. MUN DE INFRAESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr:0100000000– ORDINARIOS

Atividade – 1019 – Construir e ampliar praças, parques e jardins

4490000000 – APLICAÇAO DIRETA 150.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES 210.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes a anulações de dotações abaixo relacionadas, de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

02.020.00 – SEC. MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

Fr:0100000000– RECURSOS ORDINÁRIO

Atividade – 2019 – Pagar indenizações e restituiçoes

339000000000 – APLICAÇÃO DIRETA 210.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES 210.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 10 de setembro de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

LEI N.º 1065/2019

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Recurso do CONVÊNIO CONSTRUCAO DE ESCOLAR/FNDE, até o valor de R$ 80.423,64."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, na pessoa do Senhor Marco Aurélio Julien, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por superávit financeiro do RECURSO DO CONVÊNIO CONSTRUÇÃO DE ESCOLA – FNDE, até o montante de **R$ 80.423,64 (oitenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos)**,no orçamento vigente, LOA 2019, **Lei n.º 1007/2018**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64,para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.060.00 – SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Fr:0322054000 – Convênios união - FNDE

Atividade – 1185 - Construção de unidades escolares 80.423,64

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior no valor de **R$ 80.423,64 (oitenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos)**, de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43; Considerando o § 1º; I e § 2º da Lei n.º 4.320/1964 que diz, **§ 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

Parágrafo Único - Integram este ato os seguintes anexos:

I – Demonstrativo de saldo financeiro das contas bancárias em 31/12/2018.

II – Extrato da conta bancária 13982-3.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 10 de setembro de 2019.

MARCO AURELIO JULIEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 346/2019

"Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando a adoção, pela Prefeitura Municipal, da modalidade de licitação denominado Pregão,

instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Considerando os § 1º e 2º do artigo 23 do Decreto Municipal nº 11 datado de 10 de janeiro de 2011;

Considerando a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o artigo 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520/2002,

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Fica designada os servidores Raimundo da Silva Carvalho, CPF: 882.932.031-53 e Fernanda Mara de Freitas, CPF 217.160.428-01 para exercer a função de Pregoeiros, respectivamente, que será responsável pela condução dos trabalhos nos Pregões.

Artigo 2º - Ficam Designados os servidores Douglas Roberto Pinheiro, Matricula 3964 e CPF: 030.414.661-71 - secretário, Thais Meame Alexandre, Matricula 1612 e CPF: 023.314.441-29, como membro, estes prestarão a necessária assistência aos Pregoeiros.

Artigo 3º - A atribuição da Pregoeira e de sua Equipe de Apoio, dentre outras, serão: I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação; III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes; IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço; V - a adjudicação da proposta de menor preço; VI - a elaboração de ata/contrato; VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio; VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

Artigo 4º - Os Servidores especificados nesta portaria desempenharão as suas atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Artigo 5º - Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em ata devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Artigo 6° - O mandato dos membros aqui designados será de 01 (um) ano, a contar da data da Portaria, que será posteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios e/ou no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso.

Artigo 7º - Aplicam-se a esta nomeação as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Artigo 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Alto Taquari - MT, 10 de Setembro de 2019.

Marco Aurelio Julien Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 283/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 aos Servidores:

Nome: (08) JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DA LUZ PASSOS

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Urbanismo

Classe/Nível: A - 07.

Nome: (09) JOSÉ WILTON DA SILVA E SILVA

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Urbanismo

Classe/Nível: A - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 10 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 281/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 à Servidora:

Nome: (168) LILIAN EVANGELISTA ROCHA

Cargo Efetivo: (226) Agente Administrativo

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 10 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 054/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 029/2019** no dia 24/09/2019 às 08:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **MATERIAIS HIDRÁULICOS,** COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-2227

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 282/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 à Servidora:

Nome: (36) PATRICIA ALEXANDRA SIAN

Cargo Efetivo: (240) Técnica Agrícola

Lotação: Secretaria Municipal de Agricultura

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 10 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 280/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 à Servidora:

Nome: (66) LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Cargo Efetivo: (226) Agente Administrativo

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Classe/Nível: B - 06.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 10 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 284/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 à Servidora:

Nome: (80) GISELE TEIXEIRA DA SILVA ARAUJO

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Classe/Nível: A – 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 10 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº102/2019

PORTARIA Nº102/2019

De 29 de agosto de 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de setembro de 2019, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Janaina Ferreira de Sousa	2018/2019	Secr. Mun. De Educação
Alessandra Cristina Goulart da Silva	2018/2019	Secr. Mun. De Educação
Fernanda Alves dos Reis Parreira	2018/2019	Secr. Mun. De Educação
Walison Junior Marques	2018/2019	Secr. Mun. De Saúde
Soralha Inácio de Oliveira	2017/2018	Secr. Mun. De Saúde
Keliton Pereira Guerra	2018/2019	Secr. Mun. De Saúde
Maria de Fátima Medeiro Lima	2018/2019	Secr. Mun. De Saúde
Nealy Janifer Lopes Correa	2018/2019	Secr. Mun. De Saúde
Wender Junior Pereira da Silva	2018/2019	Secr. Mun. De Obras
João Batista Ferreira de Souza	2017/2018	Secr. Mun. De Obras
Rosemary Lopes da Silva	2018/2019	Secr. Mun. De assistência social
Mauricio Antônio Mazzeto	2017/2018	Secr. Mun. De assistência social
Gizeli Cardoso Duarte	2018/2019	Secr. Mun. De assistência social

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 29 de agosto de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 110/2019

PORTARIA N.º 110/2019

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição do ***Sr. Gilmar Luiz da Silva Rosa"***

O Senhor Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 10.193 (dez mil, cento e noventa e seis) dias, correspondentes á 27 (vinte e sete) anos, 11 (onze) meses e 11 (onze) dias, conforme Certidões De Tempo De Contribuição emitidas pelo Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS de protocolo nº 16001340.1.00058/19-4, e pelo Estado de Mato Grosso – Mato Grosso Previdência MTPREV e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 10 de Setembro de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 103/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 103/2019

De 29 de agosto de 2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do mês de julho, ao servidor abaixo nominado, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Maria Eleusa Soares	2009/2014	Secr. Mun. De Educação

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos á partir de 03/07/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 29 de agosto 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 105/2019 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 105/2019

De 06 de setembro de 2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do mês de setembro, ao servidor abaixo nominado, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Nilcimeire Marques da Silva Ferreira	2014/2019	Secr. Mun. De Educação

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 06 de setembro 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 106/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 106/2019

De 10 de setembro de 2019

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 05/2017 de 02/01/2017, que nomeia o Sr. **ZENILDO SIMON BARBOSA,** portador da CI RG **nº 489119**–SSP/DF e inscrito no CPF sob o **nº 151.471.181-87**, no cargo de **SECRETÁRIO DE OBRAS, SERV. URBANOS, TRANSPORTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 108/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 108/2019

De 10 de setembro de 2019

NOMEIA SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ZENILDO SIMON BARBOSA**, portador do CI/RG nº 489119 **SSP/DF** e inscrito no CPF sob o nº **151.471.181-87,** no função de **DIRETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS**

, enquadrando-o no quadro geral de provimento em comissão conforme a Lei Municipal 797/2019.

Art. 2 º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 107/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 107/2019

De 10 de setembro de 2019

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **NILTON TAVARES PEREIRA**, portador do CI/RG nº **18329306 SSP/MT** e inscrito no CPF sob o nº **020.565.241-71,** no função de **SECRETÁRIO DE OBRAS, SERV. URBANOS, TRANSPORTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO** enquadrando-o no quadro geral de provimento em comissão conforme a Lei Municipal 797/2019.

Art. 2 º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº111/2019 ARAGUAIANA 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº111/2019 Araguaiana 10 de setembro de 2019.

"Designa o retorno ao trabalho o servidor **MARCOS FLORIO SANTOS** conforme licença para interesse particular concedido."

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Retornar de Licença para Interesse Particular, para o cargo de Auxiliar de eletricistas, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, o servidor **MARCOS FLORIO SANTOS** portador da CI RG nº 1972019-0 SSP MT e inscrito no CPF sob o nº 032.960.311-62, matricula 1026, conforme Licença concedida em 02/01/2018.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 104/2019 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 104/2019

De 06 de setembro de 2019

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 24/2019 de 01/02/2019, que nomeia o Sr. **JOSE AUGUSTO MARTINS NARDES,** portador da CI RG **nº**

3000053-0–SSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 062.656.291-07**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 06 de setembro de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA-PREVIARA N.º084/2019 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS.

PORTARIA-PRE N.º084/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS. A DIRETORA DO PREVIARA – Fundo Municipal de Previdência Social de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições legais;.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder afastamento de férias ao servidor do Previara – Fundo Municipal de Previdência Social de Araputanga MT para o mês de setembro de 2019, conforme segue:

REG.	N O M E	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	ABONO
144-1	JOSÉ ORLANDO DE SOUZA	24/08/2011	24/08/2018 a 23/08/2019	11/09/2019 a 25/09/2019 (15 dias)	26/09/2019 a 05/10/2019 (10 dias)

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga – MT, 03 de Setembro de 2019.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

Previara

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 292/2019 CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL GRI

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL (GRI) AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUSTAVO DOMINGUES BAVILONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Gratificar o servidor **GUSTAVO DOMINGUES BAVILONI,** matrícula nº 965, ocupante do cargo efetivo de Dentista, no valor de 100% (cem por cento) do seu vencimento padrão, **para exercer uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais**, conforme o disposto no artigo 9°, § 2º da Lei Municipal nº 971/2011 da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 289/2019 ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Fica alterada a lotação da Servidora **GLEICIANE HAUGO DOS REIS**, matrícula n° 1563, ocupante do cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional, para desempenha suas funções laborativas junto á SEMEC-Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2.º - Fica o servidor incumbido de apresentar-se ao local designado após ciência do ato.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 290/2019 ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Fica alterada a lotação da Servidora **ROSANA ANTONIA MOREIRA**, matrícula n° 293, ocupante do cargo efetivo de Professora, para

desempenha suas funções coordenação e assessoramento Pedagógico, junto á SEMEC-Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2.º - Fica o servidor incumbido de apresentar-se ao local designado após ciência do ato.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 291/2019 ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Fica alterada a lotação do Servidor **JOAO PEREIRA DE LIMA**, matrícula n° 071, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, para desempenha suas funções laborativas junto á Secretaria de Finanças e Planejamento, lotado no setor de Tributos.

Art. 2.º - Fica o servidor incumbido de apresentar-se ao local designado após ciência do ato.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA (UMA PÁ CARREGADEIRA E UM SEMI REBOQUE), CONFORME O CONTRATO DE REPASSE Nº 882122/2018/MAPA/CAIXA, POR INTEMÉDIO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL.

Empresas vencedoras: **DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº 01.840.707/0001-79** ganhadora como primeira classificada no **ITEM 01- PÁ CARREGADEIRA COM RODAS DE PNEUS**, no valor total de **R$ 349.000,00 (trezentos e quarenta e nove mil reais**)e **JH BORGES COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOES EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ Nº 31.446.867/0001-07,** ganhadora como primeira classificada no **ITEM 02- SEMI REBOQUE, CARREGA TUDO 02 EIXO 35 TONELADAS**, no valor total de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais**).

ARENÁPOLIS MT, 10 de Setembro de 2019.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 021.2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 021/2019

"Dispõe sobre a limitação de despesas do orçamento municipal 2019, constantes da Lei Municipal de nº 1.362 de 09 de Novembro de 2018, e da outras providências.

OExmo. Senhor, **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis/MT**,**no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

Considerando o disposto no art. 9º da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei Municipal nº 1.362, de 09 de novembro de 2019-LOA/2019, que estabelece limites de despesas orçadas para o ano de 2019;

Considerando a necessidade de **limitação de empenho e movimentação financeira**, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente e as regras de final de mandato;

Considerando que, nos termos da Lei complementar nº. 101/2000, verificado e comprovado, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas, o Executivo deverá promover limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na Lei Complementar nº101/00, adequando-se a fixação das despesas às receitas realizadas;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I – Vedação de uso da frota de veículos municipais nos finais de semana e dias considerados feriados nacionais, estaduais ou municipais, bem como a sua utilização após as 18:00 horas, ressalvados os casos emergenciais e aqueles expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

II – Ficam suspensos de forma temporária:

a) Novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de Educação e Saúde e de obras previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

b) Novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais e municipais;

c) Concessão de diárias e ajuda de custo, salvo expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

d) Concessão de novas gratificações;

e) Concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

f) Concessão do abono pecuniário de férias referente a um terço, previsto no *"caput"* do Art. 73, da Lei Complementar Municipal nº 788/02;

g) Concessão de Licença Prêmio que enseje na substituição de pessoal.

Art. 2° Contenção do consumo de energia elétrica, água e telefone em todas as unidades administrativas;

Art. 3° A cessão e/ou locação de veículos para realização de passeios, jogos ou viagens de quaisquer naturezas em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvadas os casos determinados ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio, previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

Art. 4° Intensificar o controle de frota oficial de veículos, de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrita e real necessidade, controlando os gastos com combustíveis;

Art. 5° Controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática;

Art. 6° Controle e racionalização da utilização de cópias reprográficas, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de 30%;

Art. 7°Controle rigoroso do uso das linhas telefônicas fixa e móvel;

Art. 8° Redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar, etc.) e material de limpeza em todas as unidades administrativas;

Art. 9º Fica proibida no âmbito da administração Direta, Indireta e Autárquica a contratação de pessoal, exceto a título de substituição, nas áreas de Educação, Saúde e Segurança desde que justificada a efetiva necessidade do serviço e submetida à prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal.

Art. 10º Fica toda a Administração alertada à adequação dos gastos de pessoal ao limite Máximo de 54%, conforme determina o art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11 Fica contingenciado e vedado o pagamento de Horas Extras e Aulas Extras a partir da vigência deste Decreto.

§ 1º Os titulares dos órgãos da administração direta deverão comunicar seus subordinados de que qualquer serviço extra que será contingenciado.

§ 2ºAs horas extras eventualmente prestadas por servidores de serviços que não estejam informados pelos órgãos da administração direta, serão obrigatoriamente compensadas e serão de responsabilidade exclusiva do titular da pasta.

Art. 12 A execução de serviços e obras que, embora contratadas pela Administração direta e Indireta, não tenham sido efetivamente iniciadas, e que, para sua implementação, sejam necessários recursos de contrapartidas financeiras do Tesouro Municipal, dependerá de prévia autorização do Prefeito Municipal, mediante exposição de motivos encaminhada pelo titular do órgão contratante, observado ainda, em cada caso, o nível de disponibilidade financeira do município

Art. 13 - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu encargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Parágrafo Único: Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido no artigo 1º deste decreto.

Art. 14 - O controle Interno, com auxílio da Secretaria Municipal de Gestão, ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e atendimento das medidas e metas estabelecidas.

Art. 15 - As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de Dezembro de 2019.

Parágrafo único: O não cumprimento das medidas impostas neste Decreto ensejará em sanções Administrativas, Penais e Cíveis.

Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua expedição, revogando-se disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT, ao 01 dia do mês de setembro de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados a contratação de empresa para apresentação artística tipo “Show Musical”, para o evento cultural 1º Show Famílias Unidas na Fé, a ser realizado no dia 26 de Outubro de 2019, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, deste município de Aripuanã, **com base no art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal**.

Aripuanã/MT, 10 de setembro de 2019.

TAMARA PIRAN DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.225/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **ADILES DA SILVA PAIVA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 065.769.4-0 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 459.368.031-04, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS,** *lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-02,** a partir do dia 02/09/2019, tornando sem efeito a Gratificação concedida na Portaria nº 9.227/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2019

Aos **dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **F. L. AGUIAR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME,** inscrita no CNPJ Nº. 26. 637.086/0001-51, *Inscrição Estadual Nº. 13.675.523-2, Inscrição Municipal Nº. 153468,* com sede na Rua Quatro, nº 19 – Sala B – Bairro: Jardim Umuarama, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.058-599, Telefone: (065) 3649-6738/3365-2001, e-mail: jvcomercio2011@gmail.com,

representada por sua proprietária **Srª. Fátima Luana Aguiar, portadora do RG Nº 16021622 SSP/MT e CPF Nº. 007.939.801-43,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	678947	CARTUCHO DE TINTA AMARELO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON STYLUS TX620 FWD.	EPSON	UNID.	140	R$ 45,00	R$ 6.300,00
2	678946	CARTUCHO DE TINTA CIANO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON STYLUS TX620 FWD.	EPSON	UNID.	140	R$ 45,00	R$ 6.300,00
3	700610	CARTUCHO DE TINTA EPSON STYLUS TX620 PRETO ORIGINAL	EPSON	UNID.	70	R$ 53,00	R$ 3.710,00
4	678945	CARTUCHO DE TINTA MAGENTA ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON STYLUS TX620 FWD.	EPSON	UNID.	140	R$ 45,00	R$ 6.300,00
5	66899	CARTUCHO DE TINTA PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP DESKJET 2050	EVOLUT	UNID.	20	R$ 46,50	R$ 930,00
6	700614	CARTUCHO DE TINTA REFIL BULK EPSON BLACK TP 01 FRASCO 100ML	EVOLUT	UNID.	30	R$ 8,00	R$ 240,00
7	694162	TONER COMPATIVEL COM BROTHER 2340/237 TN660/630	EVOLUT	UNID.	185	R$ 20,00	R$ 3.700,00
8	700618	TONER COMPATIVEL COM BROTHER TN580/620/650	EVOLUT	UNID.	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00
9	700613	TONER COMPATIVEL COM BROTHER TN880/890/3472 12K	EVOLUT	UNID.	30	R$ 46,00	R$ 1.380,00
10	66867	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASERJET 1160	EVOLUT	UNID.	12	R$ 33,20	R$ 398,40
11	693939	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1120 MFP	EVOLUT	UNID.	320	R$ 17,94	R$ 5.740,80
12	693940	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1536 DNF	EVOLUT	UNID.	1110	R$ 17,94	R$ 19.913,40
13	693943	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO MFP M127FN	EVOLUT	UNID.	448	R$ 18,00	R$ 8.064,00
14	670811	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX 3405 W	EVOLUT	UNID.	100	R$ 35,30	R$ 3.530,00
15	686025	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MFP 426	EVOLUT	UNID.	54	R$ 41,50	R$ 2.241,00
16	66861	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1120 MFP	HP	UNID.	32	R$ 94,00	R$ 3.008,00
17	698499	TONER PRETO PB-211 EV M6550NW ORIGINAL	ELGIN	UNID.	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignataria da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 10 de setembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

F. L. AGUIAR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME

CNPJ Nº. 26.637.086/0001-51

Fátima Luana Aguiar

CPF Nº. 007.939.801-43

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Luciene Souza da Silva
CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 978.869.121-87

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2019

Aos **dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **MARCOS S BIUDES ME,** inscrita no CNPJ Nº. 08.257.279/0001-03, Inscrição Estadual Nº. 13.329.559-1, Inscrição Municipal Nº. 397779, com sede na Rua Dom Pedro I, nº 224 – Bairro: Jardim Independência, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.031-020, Telefone: (065) 3634-1101, e-mail: vendas.msbrecargas@gmail.com, representada por seu proprietário **Sr. Marcos Sacardi Biudes, portador do RG Nº 12821730 SSP/MT e CPF Nº. 995.129.981-49,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7. 892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	670110	CARTUCHO DE TINTA PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP DESKJET 1000	Byqualy	UNID.	40	R$ 48,95	R$ 1.958,00
2	66890	CARTUCHO DE TINTA PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET J4660	HP	UNID.	50	R$ 50,80	R$ 2.540,00
3	66892	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET J 4660	HP	UNID.	50	R$ 92,40	R$ 4.620,00
4	678888	TONER AMARELO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO200 COLOR MFP	HP	UNID.	117	R$ 140,25	R$ 16.409,25
5	696767	TONER BROTHER COMPATIVEL TN-3442	Byqualy	UNID.	135	R$ 40,70	R$ 5.494,50
6	678886	TONER CIANO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO200 COLOR MFP	HP	UNID.	117	R$ 140,25	R$ 16.409,25
7	700611	TONER LEXMARK MX 417 COMPATIVEL	Premium	UNID.	50	R$ 240,00	R$ 12.000,00
8	678887	TONER MAGENTA ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO200 COLOR MFP	HP	UNID.	117	R$ 140,25	R$ 16.409,25
9	66887	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2035N	Byqualy	UNID.	20	R$ 31,65	R$ 633,00
10	693942	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1132	Byqualy	UNID.	782	R$ 20,35	R$ 15.913,70
11	66877	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASERJET 1020	Byqualy	UNID.	18	R$ 21,6	R$ 388,80
12	66889	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASERJET P 1102	Byqualy	UNID.	105	R$ 20,75	R$ 2.178,75

13	693941	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1212 NF	Byqualy	UNID.	481	R$ 20,40	R$ 9.812,40
14	679468	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MFC-8912DW.	Byqualy	UNID.	55	R$ 38,00	R$ 2.090,00
15	671014	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASER JET P1606DN	Byqualy	UNID.	460	R$ 21,80	R$ 10.028,00
16	66871	TONER PRETO COMPATIVEL P/ IMPRESSORA HP LASERJET P1005	Byqualy	UNID.	170	R$ 19,70	R$ 3.349,00
17	66869	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP LASERJET P1005	HP	UNID.	10	R$ 110,00	R$ 1.100,00
18	678885	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO200 COLOR MFP	HP	UNID.	138	R$ 140,20	R$ 19.347,60
19	693832	TONER PRETO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP M130 FW (CF217A).	HP	UNID.	48	R$ 134,00	R$ 6.432,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignataria da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 10 de setembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

MARCOS S BIUDES ME

CNPJ Nº. 08.257.279/0001-03

Marcos Sacardi Biudes

CPF Nº. 995.129.981-49

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Luciene Souza da Silva
CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 978.869.121-87

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 030/2019

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Aripuanã

Secretaria Municipal de Finanças

APROVA PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO AO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - POP.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Procedimento Operacional Padrão - POP, na Análise dos Editais de Licitação, no âmbito da Administração do Poder Executivo do Município Aripuanã-MT na forma do Anexo Único.

Art. 2° As checagens do procedimento deverão ser efetuadas antes da publicação do Edital, devendo o *Checklist* devidamente preenchido fazer parte integrante do Processo Licitatório.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 de setembro de 2019.

Registre-se

e

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANA-MT SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	**PROCESSO EM CONTRATAÇÃO PUBLICA Atualizado em 10/09/2019**
CHECKLIST – FRAUDES EM LICITAÇÃO – COMPRAS	
Análise dos Editais	
Objetivo: Servir de apoio e sistematização na análise de processos licitatórios com o objetivo de detectar possíveis fraudes.	
Resposta esperada: NÃO em todos os quesitos.	

Procedimentos	Base Legal	S	N	NA
1. Análise do Projeto Básico/ Termo de Referência				
1.1. O objeto licitado está definido de forma **imprecisa e insuficiente**?	Súmula TCU 177, AC TCU 212/2013 – P e 1041/2010 – P.			
1.2. Há **especificações** que direcionam a contratação para determinado fornecedor/ marca?	LGL, Art. 15, § 7 inciso I e Acórdão nº 740/2004 e 2622/ 2015, TCU-P.			
1.3. O **autor** do Termo de Referência/Projeto Básico participa, ainda que indiretamente, da licitação?	Ac 1893/2010 – P, 486/2011- 1C, 2.395/2011-1C, 3.031/ 2009-P, 597/2008P.			
1.4. Há indicação de marca **no Projeto Básico/ Termo de Referência** sem justificativa?	TCU. Ac 723/2005-P, 740/2004-P, 1705/2003-P e Súmula 270/2012.			
1.5. As **quantidades licitadas** são incompatíveis com a demanda?	Ac TCU 699/2008, Ac. 2387/2007-P. 646/2007-P; 740/ 2004-P			
1.6 Os **preços de referência** estão fora da margem aceitável de mercado?	Ac. TCU 819/2009, 3.016/2012, 2637/2015 - P; Resolução de Consulta 20/2016 do TCE/MT			
1.7 Há **fracionamento** com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	TCU. Ac. 55/2000-P 203/2002-P, 167/2002-P e 420/ 2003-P; Súmula TCE/ MT 11/2015			
1.8 Nos editais das licitações, cujo objeto seja divisível, houve falta de **parcelamento** do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de **adjudicar por item** e adjudicou o objeto pelo menor preço global?	Súmula 247 do TCU, Art. 23, §1, da LGL, Acórdão nº 280/ 2010 TCU-P, acórdãos 520/2009, 1390/2009, 693/2010, 2219/2010, todos do Plenário.			
2. Análise do Edital				
2.1 Preâmbulo				
2.1.1. O edital proíbe apresentação de documentos pela **via postal, fax, telegrama** ou e-mail?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário			
2.1.2. A **previsão orçamentária** é inadequada?	Art. 167, §1 da CF, art. 7º, §2, III, da LGL, TCU Ac 1505/ 2009-P e art. 16 da LRF.			
2.1.3. Havendo recurso federal, deixou-se de adotar o **pregão eletrônico sem justificativa**?	TCU. Ac 1700/2007-P Decreto 5.504/2005			
2.1.4. **Falta parecer jurídico** no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	LGL, art. 38, § único. TCU. Acórdão 1944/2014-Plenário; Ac. 434/2016 – P; Ac. TCE/MT 3387/2015 – TP; STF: MS 24.584/2012 – Primeira Câmara			

2.1.5. Faltam **condições específicas relativas à compra de medicamento**: Entrega Parcelada, Prazo de Validade e Lotes, Embalagem e Acondicionamento, Rotulagens e Bulas, Prazo de entrega.	OPAS. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais (2003).			
2.1.6. Faltam **condições específicas relativas à compra de alimentos**: Adjudicação por item; exigência de amostras e aquisição de no mínimo 30% da agricultura familiar?	Resolução CD/FNDE nº 26/2013			
2.2. Condições de Participação				
2.2.1. O edital **veda a participação de consórcios** sem a devida motivação?	Art. 33 da LGL, Acórdão n.º 1.636/2007-Plenário, Acórdão n.º 1316/2010-1ª.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em **litígio judicial** com a Entidade?	Acórdão n.º 2.434/2011-Plenário.			
2.2.3. Exige-se inscrição prévia no **Sistema de Cadastramento** como único meio de habilitação?	Ac TCU 989/2006-1C e Súmula nº 274/2012 do TCU.			
2.2.4. Para **obter o edital**, exige-se valor incompatível com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Ac 2.297/2005-P, 2.036/2008-P, 2.099/2009-P, 1.117/2012- 1C.			
2.2.5. O ato convocatório estabelece **cláusulas desnecessárias ou inadequadas**, que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Ac 1.028/2011-P, 2.796/2011-2C.			
2.2.6.Houve proibição de participação de empresas com sócios **em comum** ou empresas de mesmo grupo econômico? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL, Acórdão nº 526/2013 e Acórdão nº 297/2009, ambos do Plenário			
2.2.7. Servidor público em cargo de influência sobre a licitação (Parecerista, CPL/pregoeiro, autoridade competente, orçamentista, etc.) **participa, mesmo que indiretamente,** do certame?	Ac 1019/2013-P e 3368/2013-P; Resolução de Consulta TCE/MT 05/2016			
2.3. Habilitação Jurídica				
2.3.1. Exige-se **alvará de funcionamento que comprove localização específica do licitante?**	Acórdãos 2.194/2007-TCU e 855/2009-TCU, ambos do Plenário.			
2.3.2. Foi exigida indevidamente **certidão simplificada** expedida pela junta comercial do estado da sede da licitante?	Ac. TCU 1778/2015 – P; Ac. 7856/2012 – Segunda Câmara.			
2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista				
2.4.1. Exige-se "**quitação**" em vez de "regularidade" fiscal?	Súmula TCU 283/2013; Acórdão 1265/2010 – Plenário e Acórdão 2081/2007 – Plenário.			
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de "**débito salarial ou infrações trabalhista**"?	Acórdão TCU 697/2006; Acórdão TCU 3088/2010, ambos do Plenário			
2.4.3. Foi exigida indevidamente Certidão de Regularidade Sindical e Guias de Recolhimento de sindicato?	Acórdão TCU 951/2007 -P			
2.4.1. Exige-se "**quitação**" em vez de "regularidade" fiscal?	Súmula TCU 283/2013; Acórdão 1265/2010 – Plenário e Acórdão 2081/2007 – Plenário.			
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de "**débito salarial ou infrações trabalhista**"?	Acórdão TCU 697/2006; Acórdão TCU 3088/2010, ambos do Plenário			
2.5. Qualificação Técnica				
2.5.1. Exige-se **certificado de qualidade** que não é obrigatório por lei? (Exemplos: ISO, ABIC, etc.).	LGL Art. 30, II, c/c §1 e Ac TCU 608/2008-P			
2.5.2. Exige-se número **mínimo, máximo ou fixo** de atestados?	LGL Art. 30, II, Acórdãos 244/2003, 584/2004-, 170/2007, 1.636/2007- , 1.780/2009, todos do Plenário.			
2.5.3. Exige-se declaração de **idoneidade financeira**?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.			
2.5.4. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, **amostras** a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdão TCU nº 2749/2009 e 1113/2008, ambos do Plenário.			
2.5.5. Exige-se carta de **solidariedade ou credenciamento** do fabricante do produto?	Ac TCU 2.294/2007–1C e Ac TCU 1.350/2010-1C e 718/2014-P			
2.5.6. Foi exigida indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos?	Ac TCU 1224/2015 e 944/2013 - P			
2.5.7. Falta exigir **licença sanitária** da licitante	Art. 5, da Portaria MS nº 2.814/1998			
2.5.8. Falta exigir **Autorização de Funcionamento** expedida pela ANVISA	Art. 5, da Portaria MS nº 2.814/1998			
2.5.9. Exige-se **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle** emitido pela ANVISA	TCU. Ac 392/2011-P, 126/2010, 127/2010, 128/2010, 129/2010 e 392/2011 – todos do Plenário.			
2.5.10. Exige-se **Certificado de Boas Práticas de Armazenamento** emitido pela ANVISA	TCU. Ac 392/2011			
2.6. Qualificação Econômico-Financeira				
2.6.1. Exige-se **cumulativamente** garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	TCU. Ac 1.229/2008, 2.712/2008, 2.815/2009 e 3.043/2009, todos do Plenário.			
2.6.2. Exige-se capital social **integralizado**?	Acórdãos nos 1871/2005; 170/2007 e 113/2009, todos do Plenário.			
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os **percentuais máximos** fixados na lei?	LGL Art. 31 § 3º			
2.6.4. Foi exigida **fotocópia integral** do livro diário das empresas?	Ac TCU 2962/2015 - P			
2.6.5. Exige-se **certidão negativa de Corregedoria de Justiça?**	Ac TCU 768/2007–P			
2.6.6. Foi vedada a participação de empresa em **recuperação judicial**? Obs.: A certidão positiva não implica imediata inabilitação, podendo ser aceito, desde que a empresa tenha plano de recuperação judicial homologado.	PARECER AGU no 04/2015/ C P LC / D E P CO N 5 U/ P G F/ AGU, 12/05/2015 e acórdão TCU no 8272/2011 – 2 Câmara)			
2.6.7. Os **índices contábeis** são incomuns e estão acima de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Súmula TCU 289/2016; Ac TCU 4.606/2010–2C, 434/2010-2C e LGL Art. 31, § 5º			
2.6.8. Exige-se **certidão negativa de protesto?**	Ac 5.391/2008-2C, 1391/2009–P e 534/2011-P.			
3. Análise da Publicidade do Certame				
3.1. A **publicidade do certame é insuficiente ou inadequada** ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	LGL Art. 21, TCU Decisão 233/1996–1C e TCESP. Processo 6.736/026.			
3.2. Deixou-se de publicar os editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados no sítio oficial da entidade?	Lei 12.527/2011; Ac. TCU 2622/2015 - P			
3.3. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em **jornal diário de grande circulação**?	Acórdãos nº 1.946/2009 - 2ª Câmara e 1.117/2012-1ª Câmara			
Aripuanã – MT ___/___/_____.	Servidor responsável pela análise: (nome e assinatura)			

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.226/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **PAULO CESAR OLIVEIRA DA SILVA,**portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.217.113-1 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 587.205.539-00, ocupante do cargo de Carreira de **VIGIA,** do **Nível 02**, para o **Nível 03,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** a partir do dia 10/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2019

Aos **dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **FERRARI CELL LTDA EPP,** inscrita no CNPJ Nº. 11.350.664/0001-05, Inscrição Estadual Nº. 13.380.525-5, Inscrição Municipal Nº. 13057718207, com sede na Av. Mato Grosso, nº 539-N – Bairro: Setor Eixo Comercial, município de Juína, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.320-000, Telefone: (066) 3566-5829, e-mail: ferrari.cell.juina@gmail.com, representada por seu proprietário **Sr. Wanderlei Ferrari, portador do RG Nº 41214597 SSP/PR e CPF Nº. 550.012.119-72,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7. 892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	686019	CARTUCHO 662 TRICOLOR 8 ML- ORIGINAL	HP	UNID.	5	R$ 71,00	R$ 355,00
2	670111	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP DESKJET 1000	HP	UNID.	30	R$ 46,85	R$ 1.405,50
3	670109	CARTUCHO DE TINTA PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP DESKJET 1000	HP	UNID.	40	R$ 46,10	R$ 1.844,00
4	66900	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP DESKJET 2050	HP	UNID.	10	R$ 57,10	R$ 571,00
5	694613	CARTUCHO DE TINTA EPSON T664220 CYAN ORIGINAL	EPSON	UNID.	12	R$ 28,50	R$ 342,00
6	700615	CARTUCHO DE TINTA REFIL BULK EPSON CYAN TP 02 FRASCO 100ML	TEX PRINT	UNID.	30	R$ 4,00	R$ 120,00
7	700616	CARTUCHO DE TINTA REFIL BULK EPSON MAGENTA TP 03 FRASCO 100ML	TEX PRINT	UNID.	30	R$ 8,00	R$ 240,00
8	700617	CARTUCHO DE TINTA REFIL BULK EPSON YELLOW TP 04 FRASCO 100ML	TEX PRINT	UNID.	30	R$ 8,00	R$ 240,00
9	686017	CARTUCHO HP 662 PRETO 6.5 ML- ORIGINAL	HP	UNID.	5	R$ 65,88	R$ 329,40
10	693828	REFIL DE TINTA 664, ORIGINAL NA COR AMARELO, 70ML PARA A IMPRESSORA EPSON ECOTANK L575.	EPSON	UNID.	82	R$ 28,00	R$ 2.296,00
11	693829	REFIL DE TINTA 664, ORIGINAL NA COR AZUL, 70ML PARA A IMPRESSORA EPSON ECOTANK L575.	EPSON	UNID.	82	R$ 29,28	R$ 2.400,96
12	693830	REFIL DE TINTA 664, ORIGINAL NA COR PRETO, 70ML PARA A IMPRESSORA EPSON ECOTANK L575.	EPSON	UNID.	82	R$ 29,28	R$ 2.400,96
13	693831	REFIL DE TINTA 664, ORIGINAL NA COR VERMELHO, 70ML PARA A IMPRESSORA EPSON ECOTANK L575.	EPSON	UNID.	82	R$ 29,28	R$ 2.400,96
14	694093	TONER BROTHER TN -1060 COMPATIVEL	EVOLUT	UNID.	733	R$ 18,80	R$ 13.780,40
15	698279	TONER LEXMARK MX 417 ORIGINAL	LEXMARK	UNID.	642	R$ 390,00	R$ 250.380,00
16	66878	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1132	HP	UNID.	10	R$ 94,00	R$ 940,00
17	686026	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MSP 426	HP	UNID.	12	R$ 168,36	R$ 2.020,32
18	66874	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1212 NF	HP	UNID.	22	R$ 94,00	R$ 2.068,00
19	66872	TONER PRETO ORIGINAL P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1536 DNF	HP	UNID.	65	R$ 94,00	R$ 6.110,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignataria da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 10 de setembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

FERRARI CELL LTDA EPP

CNPJ Nº. 11.350.664/0001-05

Wanderlei Ferrari

CPF Nº. 550.012.119-72

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Luciene Souza da Silva
CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 978.869.121-87

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 054/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 054/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **29/08/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **FERRARI CELL LTDA EPP** inscrita noCNPJ Nº. 11.350.664/0001-05 **vencedora de 19 itens totalizando R$ 290.244,50**, a empresa **F L AGUIAR COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI - ME** inscrita noCNPJ Nº. 26.667.086/0001-51 **vencedora de 17 itens totalizando R$ 75.855,60**, e a empresa **MARCOS S BIUDES ME** inscrita no CNPJ Nº. 08.257.279/0001-03 **vencedora de 19 itens totalizando R$ 147.113,50**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 10 de setembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.227/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária Srª. **MÁRCIA NUNES BARBOSA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2044649-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 617.185.132-91, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** do **Nível 01**, para o **Nível 02,** *lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** a partir do dia 10/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.228/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Srª **JOSINETE LOPES FIRMINO BENITES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 001.578.173 SSP/RN e do CPF nº. 034.116.624-33, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Apoio ao Idoso - DIAID,** nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social,* a partir do dia 10/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 057/2019

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: HIPERMERCADO GLOBO

CNPJ 03.266.383/0001-32

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVEIRSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

Valor: R$ 714.027,30 (Setecentos e quatorze mil e vinte e sete reais e trinta centavos)

DATA: 27/08/2019

VIGÊNCIA: 27/08/2019 a 27/08/2020

_____

IVAN ABRANTES DOS SANTOS

Presidente da CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2019 - ALIMENTOS E CARGAS DE GÁS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **HIPERMERCADO GLOBO**, CNPJ nº 03.266.383/0001-32, Avenida Marco Aurelio Fullin, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia-MT, neste ato representada por sua proprietária Sra. **Vera Lucia Batista Vieira**, RG nº 6844174 e CPF nº 562.789.421-00, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto n. 7.892/2018, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 014/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Ronaldo Rosa de Oliveira.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 014/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: HIPERMERCADO GLOBO CNPJ: 03.266.383/0001-32					
CEP: 78.678-000		**CIDADE/UF: Bom Jesus do Araguaia-MT**			
TELEFONE: (66) 3538-1252			**E-MAIL: veralucia_globo@hotmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: Vera Lucia Batista Vieira					
RG: 6844174			**CPF: 562.789.421-00**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
ITEM	**UNI.**	**QUANT.**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO TOTAL**
01	UN.	3000	ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	7,50	25.500,00
02	KG	1000	ABOBORA KABOTIA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	3,50	3.500,00
03	KG	600	ABOBRINHA VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	3,50	2.100,00
04	UN.	120	ACAFRAO PCT 500G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	9,95	1.194,00
05	PACT	1200	ACHOCOLATADO EM PO PCT C/400G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	4,63	5.556,00
06	PACT	1500	AÇUCAR PCT 2 KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	4,00	6.000,00
07	UN.	5000	AGUA MINERAL GARRAFA 500 ML	1,00	5.000,00
08	UN.	100	AGUA MINERAL GARRAFAO DE 20 LITROS	10,00	1.000,00
09	KG	200	ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	22,13	4.426,00
10	UN.	50	AMENDOIM PCT 500GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	12,99	649,50
11	UN.	300	AMIDO DE MILHO CX 500GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	7,25	2.175,00
12	UN.	2000	ARROZ TIPO 1 PCT 5 KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	13,38	26.760,00
13	UN.	200	AZEITONA VIDRO 800G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,50	1.700,00
14	UN.	200	BALA MACIA DE FRUTAS 750 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	6,06	1.21200
15	KG	2000	BANANA MAÇÃ DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	4,79	9.580,00
16	KG	3000	BANANA NANICA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	3,62	10.860,00
17	KG	1000	BATATA INGLESA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	4,48	4.480,00
18	KG	500	BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CON-	3,63	1.815,00

			DIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.		
19	UN.	4000	BISCOITO AGUA E SAL 800 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,80	35.200,00
20	UN.	4000	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA 800 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,30	33.200,00
21	PACT	200	BOMBOM CHOCOLATE BRANCO OU PRETO PCT 1KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	34,00	6.800,00
22	POTE	1000	CAFE TORRADO E MOIDO POTE DE 500GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	11,73	11.730,00
23	UN.	300	CALDO DE CARNE, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	2,03	609,00
24	UN.	300	CANELA DE CAULE OU EM PÓ 250 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	4,50	1.350,00
28	KG	6000	CARNE BOVINA MOIDA, DE PRIMEIRA QUALIDADE – EMBALAGEM EM FILME PVC OU SACO TRANSPARENTE – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO – PRAZO DE VALIDADE.	12,91	77.460,00
30	KG	300	CARNE SUINA TIPO BACON, DE PRIMEIRA QUALIDADE – EMBALAGEM EM FILME PVC OU SACO TRANSPARENTE – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO – PRAZO DE VALIDADE.	19,75	5.925,00
31	KG	600	CEBOLA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	4,94	2.964,00
32	KG	1500	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO.	4,50	6.750,00
33	UN.	200	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,50	1.700,00
34	KG	500	CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	3,50	1.750,00
35	KG	80	COCO RALADO, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	10,56	844,80
36	UN.	100	COLORAU 500GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	9,83	983,00
37	UN.	1000	CRAVO PACOTE COM 100G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	13,99	13.990,00
38	UN.	100	CREME DE LEITE CX 200 G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	2,88	288,00
39	UN.	200	ERVILHA LATA/ VIDRO DE 300G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	2,20	440,00
40	UN.	1000	EXTRATO DE TOMATE 190GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	1,70	1.700,00
41	UN.	200	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 850GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	7,58	1.516,00
42	KG	1200	FARINHA DE MANDIOCA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,08	9.696,00
43	UN.	200	FARINHA DE MILHO AMARELA 500 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	2,73	546,00
44	PACT	1200	FARINHA DE TRIGO 1KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	3,00	3.600,00
45	UN.	1500	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 - PCT 1KG - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	4,99	7.485,00
46	UN.	2000	FERMENTO GRANULADO 125GR - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	6,99	13.980,00
47	UN.	800	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GR - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	2,61	2.088,00

48	KG	3000	FRANGO DE GRANJA INTEIRO, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,69	26.070,00
50	UN.	500	FUBA DE MILHO PCT 500G - PRODUTO OBTIDO DA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO SÃO, LIMPO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA E PARASITA. NÃO PODENDO APRESENTAR UMIDADE, FERMENTAÇÃO OU RANÇO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, CONTENDO 500 GR, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	1,31	655,00
51	KG	100	GENGIBRE DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	11,00	1.100,00
52	KG	3000	IOGURTE BANDEJA C/6 UND., CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	4,33	12.990,00
53	KG	2500	LARANJA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	2,00	5.000,00
54	UN.	100	LEITE CONDENSADO CX DE 395 G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	3,56	356,00
55	UN.	300	LEITE DE COCO 200ML - PRODUTO OBTIDO DE LEITE DE COCO, PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO. PÓ UNIFORME SEM GRUMOS, COR, AROMA E ODOR CARACTERÍSTICOS, NÃO RANCOSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	2,45	735,00
56	UN.	500	LEITE EM PO INTEGRAL PCT DE 400G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	11,19	5.595,00
57	LT	6000	LEITE INTEGRAL (SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E COM MENOS DE 5,5G DE GORDURA SATURADA EM 100G DO PRODUTO), COR, AROMA E ODOR CARACTERÍSTICO, NÃO RANÇOSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO TIPO LONGO VIDA, CONTENDO 1 L, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	4,15	24.900,00
58	KG	300	LINGUIÇA CALABRESA	19,33	5.799,00
59	KG	100	LINGUIÇA SUINA, MAGRA E SEM GORDURA APARENTE, APRESENTANDO COR E ODOR CARACTERÍSTICO,	15,00	15.000,00
60	KG	3600	MAÇA - VERMELHA, NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	7,25	26.100,00
61	UN.	2400	MACARRÃO SEMOLA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	2,99	7.176,00
62	UN.	200	MAIONESE VIDRO DE 500G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	6,50	1.300,00
63	KG	2000	MAMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	3,83	7.660,00
65	UN.	400	MARGARINA VEGETAL DE CONSISTENCIA CREMOSA, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	10,56	4.224,00
66	KG	4000	MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	2,00	8.000,00
67	UN.	1200	MILHO DE CANJICA AMARELA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	1,40	1.680,00
68	UN.	1200	MILHO DE PIPOCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	2,20	2.640,00
69	UN.	300	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 3KG COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	15,00	4.500,00
70	UN.	50	MORANGO (BANDEJA) DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	8,00	400,00

72	UN.	3000	OLEO DE SOJA VEGETAL, ENVASADO EM GARRAFA PLÁSTICA RESISTENTE TRANSPARENTE, OU LATA CONTENDO 900 ML, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	3,78	11.340,00
73	DZ	2000	OVOS VERMELHOS DE GALINHA, ÍNTEGRO, TAMANHO UNIFORME E COR VERMELHA, PROVENIENTE DE AVICULTOR COM INSPEÇÃO OFICIAL, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO, CASCA LISA, POUCO POROSA, SEM MANCHAS OU SUJIDADES, SEM RACHADURAS, ISENTO DE PODRIDÃO E FUNGOS. A GEMA DEVE SE APRESENTAR TRANSLÚCIDA, FIRME, CONSISTENTE, LIVRE DE DEFEITO, OCUPANDO A PARTE CENTRAL DO OVO E SEM GERME DESENVOLVIDO. A CLARA DEVE SE APRESENTAR TRANSPARENTE, DENSA, FIRME, ESPESSA, LÍMPIDA, SEM MANCHAS OU TURVAÇÃO E INTACTAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE PAPELÃO, PLÁSTICO OU ISOPOR. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A CONTAR NO ATO DA ENTREGA.	7,49	14.980,00
74	UN.	100	PALMITO VIDRO C/ 500G, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	15,00	1.500,00
75	KG	200	PERA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	12,63	2.526,00
76	PACT	200	PIRULITO 750 GR	10,00	2.000,00
77	PACT	400	POLVILHO DOCE 1KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	5,19	2.076,00
78	KG	500	PRESUNTO, DEVERÁ APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS, VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) DIAS, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	24,00	12.000,00
79	KG	500	QUEIJO MUSSARELA, DEVERÁ APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS, VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) DIAS, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	27,00	13.500,00
80	UN.	4000	REFRIGERANTE 2 LT, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	5,00	20.000,00
81	KG	1200	REPOLHO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	4,08	4.896,00
82	KG	300	SAL MARINHO IODADO REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO, CONTENDO 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1,50	450,00
83	KG	600	SALSICHA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	8,83	5.298,00
84	GF	2000	SUCO CONCENT/FRUTAS 500ML DIVERSOS SABORES, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	4,87	9.740,00
85	UN.	5000	SUCO EM PÓ 1 KG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	7,99	39.950,00
86	UN.	5000	SUCO EM PÓ 250 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	3,61	18.050,00
87	KG	50	TEMPERO COMPLETO TIPO CAIPIRAO, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	5,16	258,00
88	KG	1000	TOMATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	5,49	5.490,00
89	KG	200	UVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	14,66	2.932,00
90	PACT	50	UVA PASSAS 400 GR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE.	9,50	475,00
91	KG	300	VAGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. DEVERÁ SER ISENTA DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES - PESO E TAMANHO PADRÃO.	12,00	3.600,00
92	UN.	100	VINAGRE ENVASADO EM GARRAFA DE POLIETILENO ATÓXICA RESISTENTE TRANSPARENTE, CONTENDO 750 ML, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	2,99	299,00
93	LITRO	500	IOGURTE ZERO LACTOSE	6,48	3.240,00
94	LITRO	500	LEITE ZERO LACTOSE	5,34	2.670,00
95	PCT.	500	BISCOITO DE SAL SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN	7,99	3.995,00
96	PCT.	500	BISCOITO DE DOCE SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN	5,66	2.830,00
97	UND	5.000	POLPA DE FRUTA PARA SUCO (DIVERSOS SABORES)	2,99	14.950,00

VALOR TOTAL: R$ 714.027,30 (Setecentos e quatorze mil e vinte e sete reais e trinta centavos).

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2019/2020. A dotação será informada em momento oportuno pela Secretaria solicitante, visto que se trata de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DAS DIVEIRSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, conforme especificações do anexo i - termo de referência do edital.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 014/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 014/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, 27 de Agosto de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

HIPERMERCADO GLOBO

VERA LUCIA BATISTA VIEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:_____ NOME: _____

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 569 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ESPORTE E LAZER,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 20.500, de 27 de agosto de 2019.

RESOLVEM:

Art. 1º - Exonerar o servidor **JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA LUZ –** Motorista de Ônibus, do cargo em Comissão de Gerência de Atividades Esportivas, concebido através o Decreto nº 350 de 13 de junho 2019, da Secretaria de Esporte e Lazer, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de setembro de 2019.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal Interina de Esporte e Lazer

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 09.09.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 566 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando nº 21.833 de 06 de setembro de 2019,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear a servidora **MARILZA APARECIDA LUZ** para responder pela Coordenadoria da Vigilância em Saúde em substituição a titular **BENICE BENEDITA DE OLIVEIRA,** que estará em gozo de férias no período de 09 de setembro de 2019 a 08 de outubro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de setembro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 06.09.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 567, DE 09/09/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$30.056,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

354 10.303.1002.2054.0000 MANUT. C/AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA 500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

382 10.304.1002.2050.0000 MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 16.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1230 08.122.1007.1048.0000 CONSTRUCAO E/OU ADEQUACOES DA SEDE DA SMAS 13.556,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

218 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

232 10.301.1002.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -16.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

754 08.122.1007.2092.0000MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -13.556,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.568, DE 09/09/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$18.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1231 08.244.1009.2105.0000 MANUT E ENC C/ ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT SOCIAL 18.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

754 08.122.1007.2092.0000MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -18.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 565 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 21.703, de 05 de setembro de 2019.

RESOLVEM:

Art. 1º- Exonerar o senhor **DEMIS ROGÉRIO RODRIGUES DA COSTA** do cargo em Comissão de Gerência Administrativa, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de setembro de 2019.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de setembro de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 06.09.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 391 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 13.347, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a pedido o afastamento sem ônus da servidora**RENATA LAUDELINA DE PAULA OLIVEIRA – Advogada, lotada na Procuradoria Geral do Município**, concedido através da Portaria nº 564, de 07 de dezembro de 2018, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 09.09.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 388 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 21.682 de 05 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e logística, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Demis Rogerio Rodrigues Costa	2010/2015	02.09.19 a 30.11.19
Michela Marcia Camargo da Silva Egues	2010/2015	02.09.19 a 30.11.19
Roberto dos Santos Martins	2002/2007	02.09.19 a 30.11.19
Zenildo Pinto de Arruda	2007/2012	03.09.19 a 01.12.19

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 09.09.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 387 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 21682 de 05 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
GUILHERMINA FATIMA DE SOUZA	2009/2014	04.09.19 a 02.12.19
MARCO CESAR NELLI	2007/2012	02.09.19 a 30.11.19
MARIA CLAUDINEIA RIBEIRO DOS SANTOS	2014/2019	02.09.19 a 30.11.19

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Afixado em: 09.09.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 185 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **349**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSELIA TERTULIANO DE OLIVEIRA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer sua função na E.M Brincando e Aprendendo em substituição a servidora Irani da Silva que está de Atestado médico regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/09/2019 até 25/09/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 02 de Setembro de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 184 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **151**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**, ora denominada contratante, e senhor(a) **RINARA APARECIDA ALVARES DA COSTA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Dom Máximo Biennés em substituição a servidora Valéria Fernandes Negrão que se encontra de Licença médica regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 28/09/2019 até 19/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 02 de Setembro de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 180 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **378,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **ANISIO BENEDITO DA FONSECA FILHO** denominado (a) contratado(a), no cargo de **Guarda** para exercer sua função no Armazém de Distribuição de Merenda Escolar em substituição ao Antônio Benedito de Arruda que está de férias conforme o decreto 650/2018 vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 29/08/2019 até 05/11/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 30 de Agosto de 2019.

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

AUTORIZAÇÃO 007 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES - DROGARIA FARMAVIDA

AUTORIZAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓIDES

A Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Município de Cáceres, através da sua Coordenadora, no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto do Art. 124 da Portaria nº 06 de 12/05/1999 SVS/MS, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12/05/1998, faz publicar a aprovação do Cadastro do estabelecimento abaixo denominado, autorizando este comercializar medicamentos de uso sistêmico **RETINÓIDE – LISTA C2** da referida Portaria:

Razão Social: M. DA S. R. SILVERIO - ME	
Nome Fantasia: DROGARIA FARMAVIDA	
Autorização Nº: 007	
Nº do CNPJ: 13.000.044/0001-63	
Nº do Processo: 007	
Endereço: RUA ANTONIO MARIA	**Nº:** 176
Bairro: CENTRO	**Cidade**: CÁCERES-MT
Atividade: Adquirir/Armazenar/Dispensar medicamentos à base de substancias retinóicas de uso sistêmico. ***Portaria 529 de 31 de outubro de 2017***.	

O cadastro acima citado só perderá validade quando houver, alteração de responsável técnico, mudança de endereço e/ou razão social. Para acréscimo de medicamentos ao cadastro deverá ser requerida alteração no mesmo.

Cáceres-MT, 02 de setembro de 2019.

Benice Benedita de Oliveira

Coordenadora da Vigilância em Saúde

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 43/2019

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisiçãode MATERIAIS de CONSUMO ODONTOLÓGICOS visando atender as necessidades das Unidades de Saúde Bucal (USB) e do Centro de Especialidade Odontológica (CEO) do Município de Cáceres/MT.

Empresas Vencedoras:

1) DENTAL OESTE EIRELI – CNPJ: 05.412.147/0001-02, perfazendo um total de R$ 26.008,77 (vinte e seis mil e oito reais e setenta e sete centavos);

2) DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS E HOSP. LTDA- CNPJ: 07.978.004/0001-98, perfazendo um total de R$ 7. 449,46 (sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos);

3) PERFIL HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 19.430.036/0001-33, perfazendo um total de R$ 9.746,60 (nove mil e setecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos);

4) BML HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 27.187.758/0001-37, perfazendo um total de R$ 11.535,00 (onze mil e quinhentos e trinta e cinco reais);

5) ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - CNPJ: 30.082.076/0001-74, perfazendo um total de R$ 43.495,68 (quarenta e três mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos);

6) MACMED SOLUCOES EM SAUDE LTDA- CNPJ: 31.085.156/0001-46, perfazendo um total de R$ 50.072,00 (cinquenta mil e setenta e dois reais);

7) DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI – CNPJ: 31.401.798/0001-07, perfazendo um total de R$ 13.597,06 (treze mil e quinhentos e noventa e sete reais e seis centavos);

8) ALRT COMERCIO DE FRALDAS LTDA – CNPJ: 31.862.029/0001-06, perfazendo um total de R$ 16.360,00 (dezesseis mil e trezentos e sessenta reais)

Valor Global da Ata: R$ 178.264,57 (cento e setenta e oito mil e duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de setembro de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo nº 311/2019, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Concorrência n.º 01/2019, tipo menor preço, cujo objeto é a seleção de empresa de engenharia para execução de obras civis para edificação das melhorias operacionais da estação de tratamento de água existente em concreto armado e das melhorias operacionais da estação de tratamento de água em aço carbono, da cidade de CÁCERES – MT, mediante o regime empreitada por PREÇO GLOBAL, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos e **ADJUDICAR** o objeto licitado em favor da empresa TARGET SERVIÇOS ELETRICOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP, CNPJ nº 11.491.331/0001-98, pela proposta no valor de R$ 6.048.000,00 (Seis milhões e quarenta e oito mil reais).

Despesas: As despesas decorrentes da execução da presente Concorrência Pública correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
04.18.01	17.512.1011.1205	4.4.90.51.00	100 (Recursos Próprios)

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Cáceres- MT, 10 de setembro de 2019.

A ASSESSORIA JURÍDICA DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, para parecer e posterior encaminhamento a **homologação**.

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 em cotejo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Parecer é pela homologação e adjudicação

da presente Concorrência Pública.

MIRIELE GARCIA RIBEIRO DE LIMA

ASSESSOR JURÍDICO OAB 10.636

Cáceres- MT, 10 de setembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 183 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **277**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ANESIA AMPARO CARDOSO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Isabel Campos em substituição a servidora Valdeci Laurentino Silva que se encontra de atestado médico regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 02/09/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 02 Setembro de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°38/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal de Educação e Assistência Social.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gênero alimentício (carne suína e bovina) para o município de Cáceres, para as Secretarias: Educação e Assistência Social

EMPRESAS VENCEDORAS:

SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA- cnpj 10.688.030/0001-96, perfazendo um total de R$360.795,50 (trezentos e sessenta mil e setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos);

W. F. DE JESUS VIEGAS EIRELI - cnpj 31.156.604/0001-55, perfazendo um total de R$125.960,50 (cento e vinte e cinco mil e novecentos e sessenta reais e cinquenta centavos);

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de Setembro de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do 6° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 110/2018-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: **CONSTRUTORA PROVIDÊNCIA EIRELI – ME**

Objeto: Aditar o **VALOR** do Contrato Administrativo n° 110/2018-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **CONSTRUTORA PROVIDÊNCIA EIRELI – ME,** para mais **R$ 24.515,60 (vinte e quatro mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).**

Cáceres – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvana Maria de Souza

Secretaria Mun. de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 177 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **328,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **WILLIAM NUNES DE SOUZA** denominado (a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo para exercer sua função na E.M. Buriti em substituição a servidora Solange Aparecida da Costa Borges que estará usufruindo Férias vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 30/08/2019 até 31/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 26 de Agosto de 2019.

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 262 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** Licenciada em Pedagogia da EM Vitória Régia, acréscimo de 04 horas/ semanais no dia 28/08/2019, em substituição a professora Sirlei Alencar de Freitas que está de atestado médico.

Cáceres, 28 de Agosto de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 244 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018,001/2019, 003/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 352,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **CLAUDIA DA SILVA TORRES,**Licenciada em Pedagogia na E.M Garcês, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 19/08/2019 a 02/09/2019, em substituição a professora Rosemar Moraes Catellan que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 20 de Agosto de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 2759/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019.

OBJETO: Contratação de banda regional para se apresentar na 23º Festa Cultural do Peixe, que acontecerá na comunidade de São José do Couto, distrito de Campinápolis - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 027/2019, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a contratação de banda regional para se apresentar na 23º Festa Cultural do Peixe, que acontecerá na comunidade de São José do Couto, distrito de Campinápolis - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; cuja vencedora foi a empresa:

JEZZRYEL THIAGO BARAUNA MARTINS 70048563137, CNPJ nº 29. 477.162/0001-05, com valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Devendo ser pago mediante a execução do serviço, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 10 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE - LOA 2020 E A.M.F. 2º QUADRIMESTRE/2019

Convidamos toda a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para a Apresentação da Lei Orçamentária Anual – **LOA 2020** e Avaliação das **Metas Fiscais** de acordo com o Artigo 09 § 4º da Lei 101/2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, relativo ao **2º quadrimestre/2019**. A Sessão Pública será realizada no dia 17/09/2019, terça – feira, às **19:30h**, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores (Rua Vereador Amélio Ribeiro, nº 860, Centro, Campinápolis-MT). Participe!! Sua presença é muito importante. Daniel Junior – Assessor de Imprensa.

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 027/2019, do tipo menor preço por item, para a contratação de banda regional para se apresentar na 23º Festa Cultural do Peixe, que acontecerá na comunidade de São José do Couto, distrito de Campinápolis - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; foi vencedora a empresa JEZZRYEL THIAGO BARAUNA MARTINS 70048563137, CNPJ nº 29.477.162/0001-05, valor R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Campinápolis-MT, 10 de setembro de 2019. Gilberto Francisco R. de Paula – Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.442 DE 09 SETEMBRO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MARIVONE ALMEIDA LEITE** como Fiscal de Contrato Administrativo **nº 034/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **ATAME – ASSESSORIA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO LTDA,**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 09 de Setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.443 DE 10 SETEMBRO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **DANIEL JUNIOR DOS SANTOS** como Fiscal de Contrato Administrativo **nº 035/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **JEZZRYEL THIAGO BARAUNA MARTINS 70048563137,**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 10 de Setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2019 GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2019 GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 Decreto nº 3026/2019

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a desistência do professor Evilacio Sere Upari.

RESOLVE:

1.**CONVOCAR** candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 13/09/2019, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos

Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos

referenciados neste Edital, deverão se apresentar de imediato na SEMEC no horário de 08:00 as 11:00 e de 13:00 ás 17:00.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do

candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de Setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

Anexo I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROFESSOR ÁREA INDÍGENA
Aldeia Tela Vive-E.M. I Tela Vive
ANDERSON TSEREDZA OMOO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2019 GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO

GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica

Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 Decreto nº 3026/2019

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas

do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a desistência do professor Evilacio Sere Upari.

RESOLVE:

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 elencado no

Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a

respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 13/09/2019, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os

requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018 e suas

alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos

Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos

referenciados neste Edital, deverão se apresentar de imediato na SEMEC no horário de 08:00 as

11:00 e de 13:00 ás 17:00.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do

candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública

(modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da

entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de Setembro de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROFESSOR ÁREA INDÍGENA

Aldeia Tela Vive-E.M. I Tela Vive

ANDERSON TSEREDZA OMOO

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 496, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A SERVIDORA **BEATRIZ MELLO MACIMAM MORAES** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 81/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamento de proteção individual EPI´s, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ **22.667,90.**

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **TOMADA DE PREÇOS 06/2019**, que tem por objeto **a contratação de empresa especializada para construção unidade básica de UBS porte I Distrito Marechal Rondon Município de Campo Novo do Parecis – MT,** teve como vencedora a empresa: **TITANIUM ENGENHARIA LTDA,** com o valor total de **R$ 989.925,22 (novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos).**

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de setembro de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 82/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: ADMILSON PEREIRA DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desratização, desinsetização e controle de morcegos, para atender as Secretarias Municipais e seus Departamentos.

VALOR TOTAL: R$ 26.902,50.

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 083/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: POLO CHAPEAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA - ME com o valor total de R$ 373. 000,00 (trezentos e setenta e três mil reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de setembro de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 084/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível nos municípios de Barra do Bugres, Comodoro, Cáceres, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Rondonópolis, Jaciara, Várzea Grande, Cuiabá e Nobres para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: SUELMEI CAMPOS BARBOSA EIRELI, com valor total de R$ 342.800,00 (trezentos e quarenta e dois mil e oitocentos reais).

Campo Novo do Parecis**-MT, 10 de setembro de 2019.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 78/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CONTROL – ANALISES DE AGUA E EFLUENTES LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada (laboratório) para a execução de serviços de análises físico-químicos e bacteriológicos em amostras de água da saída de Tratamento de Rede de Distribuição. VALOR TOTAL: R$ **9.594,24.**

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 186/2019

PORTARIA 186/2019 "Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial de professora, com proventos integrais em favor da Sra. SERENITA DE CASTRO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003, cumulado com Art. 40, §5º da Constituição Federal e Art. 11, inciso III, alínea "a" e §3º, da Lei Municipal nº 1.170/2007, de 09 de maio de 2007, e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizada pelo Decreto Executivo nº 231/201*8 acumulado com o Decreto Executivo nº 12/2019.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** – Especial de Professora, com proventos integrais em favor da servidora Sra. **SERENITA DE CASTRO**, brasileira, divorciada, funcionária pública municipal, matricula nº 190, efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, filha de Amazonas do Rosario de Castro e Rosa Machado de Castro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2385511-8, SESP/MT e inscrita no CPF sob nº 461. 035.201-00, residente e domiciliada na Rua Tito Olívio, nº 341 - NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Campo Novo do Parecis-MT, contando com um total de 9.794 dias, que corresponde à 26 anos e 10 meses e 04 dias prestados*, contributivos, efetivada no cargo de Professora, Classe "F", Nível "XXVII – 28 anos", conforme o processo nº 2019.04. 22083P,* até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 13 de Setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de Setembro de 2019.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 105/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS REPROGRÁFICOS (FOTOCÓPIAS) E ENCADERNAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS,** na modalidade pregão (presencial) **n° 105/2019** a se realizar no dia **25/09/2019, as 08hr30-min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 10 de setembro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 088/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 088/2019 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS, que teve como vencedoras as empresas: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA, CNPJ nº 46.962.122/0003-21, com o total de R$ 103.417,90 (cento e três mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa centavos); OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP, CNPJ nº 05.895.525/0001-56, total de R$ 199.495,93 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos) e LEITE E RIBEIRO LTDA – EPP, CNPJ sob nº 18.849.143/0001-38, com o valor de R$ 115.499,80 (cento e quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). Os lotes 10, 20 e 30 resultaram em desertos e os lotes 19 e 33 em fracassados. Campo Verde, 10 de setembro de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA, CNPJ nº 46.962.122/0003-21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS – PREGÃO 088/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 10/09/2019 À 09/09/2020

LOTE 07

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	LYSEBIO 0,4- LT IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	50 UND	HORIBA ABX	R$ 408,88	R$ 20.444,00
08	MINOCLAIR 0,4 - LT IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	10 UND	HORIBA ABX	R$ 121,33	R$ 1.213,30
09	EOSONOFIX - 1 LT IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	50 UND	HORIBA ABX	R$ 288,04	R$ 14.402,00
10	BASOLYSE - 1 LT IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	100 UND	HORIBA ABX	R$ 97,65	R$ 9.765,00
11	CLEANER - 1 LT IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	50 UND	HORIBA ABX	R$ 120,06	R$ 6.003,00
12	DILUENTE - 20 LTS IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	100 UND	HORIBA ABX	R$ 470,21	R$ 47.021,00
13	DIFFTROL 9 ML IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX	06 UND	HORIBA ABX	R$ 761,60	R$ 4.569,60

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 103.417,90 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 103.417,90 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LEITE E RIBEIRO LTDA – EPP, CNPJ Nº 18.849.143/0001-38

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS – PREGÃO 088/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 10/09/2019 À 09/09/2020

LOTE 18

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
43	TUBO CAPILAR COM HEPARINA. CAIXA COM 500 UND.	10 UND	LABOR IMPORT	R$ 28,03	R$ 280,30
44	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO EM VIDRO TRANSPARENTE, INCOLOR, ESTÉRIL, COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, AMARELO, ASPIRAÇÃO DE 05 ML, COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COAGULO, TUBOS ETIQUETADOS. CAIXA COM 100 UND	1.000 UND	VACUETTE	R$ 62,53	R$ 62.530,00
45	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA ROXA, TRANSPARENTE INCOLOR, ESTÉRIL, ASPIRAÇÃO DE 04 ML, COM EDTA. CX. COM 100 UND	900 UND	VACUETTE	R$ 36,91	R$ 33.219,00
46	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, COM TAMPA PLASTICA PROTETORA CINZA, TRANSPARENTE, INCOLOR, ESTÉRIL COM FLURETO DE SODIO/HEPARINA, ASPIRAÇÃO DE 04ML - CX. COM 100 UNIDADES	350 UND	VACUETTE	R$ 52,78	R$ 18.473,00
47	TUBO DE HEMÓLISE DE VIDRO 05ML	1.500 UND	CRAL	R$ 0,14	R$ 210,00
48	TUBO DE ENSAIO PLASTICO CRISTAL PARA TIPAGEM SEM TAMPA, TAMANHO 15X100MM. CAIXA 100 UNIDADES.	50 UND	CRAL	R$ 15,75	R$ 787,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 115.499,80 (CENTO E QUINZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 115.499,80 (CENTO E QUINZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP, CNPJ Nº 05.895.525/0001-56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS – PREGÃO 088/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 10/09/2019 À 09/09/2020

LOTE 01

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CORANTE, CORANTE DE GIEMSA, LÍQUIDO GIENSA 500ML.	15 UND	NEWPROV	R$ 40,00	R$ 600,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS).

LOTE 02

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	CORANTE, AZUL DE CRESIL BRILHANTE, LÍQUIDO 100 ML.	05 UND	NEWPROV	R$ 33,00	R$ 165,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 165,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO REAIS).

LOTE 03

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	CORANTE, CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM, LÍQUIDO, FRASCOS SEPARADOS CONTENDO, CRISTAL-VIOLETA, LUGOL, ETANOL-ACETONA, FUCSINA BÁSICA.500ML	10 UND	NEWPROV	R$ 43,00	R$ 430,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 430,00 (QUATROCENTOS E TRINTA REAIS).

LOTE 04

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	CORANTE, CONJUNTO CORANTE HEMATOLÓGICO PANÓTICO RÁPIDO, LÍQUIDO, FRASCOS SEPARADOS CONTENDO, 0,1% DE TRIARILMETANO, 0,1% DE XANTENOS A 0,1% DE TIAZINASA 0,1%.	10 UND	NEWPROV	R$ 42,00	R$ 420,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 420,00 (QUATROCENTOS E VINTE REAIS).

LOTE 05

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	REAGENTE ANALÍTICO, ÁLCOOL-ÁCIDO, SOLUÇÃO A 3%, PARA COLORAÇÃO DE ZIEHL-NEELSEN - 1000 ML.	45 UND	ÊXODO	R$ 40,00	R$ 1.800,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS).

LOTE 06

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	TUBO CRIOGENICO PARA CONGELAMENTO - EM POLIPROPIENO, TUBO DE GONGELAMENTO COM TAMPA DE PRESSAO, 14 X 55MM, COM FORMA FUNDO CHATO, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 4 ML DE RESISTENCIA PARA ALTA E BAIXA TEMPERATURA, TUBO - DO TIPO CRIOTUBO 4 ML COM TAMPA DE ROSCA FABRICADOS EM POLIPROPILENO AUTOCLAVÁVEL SEM GRADUAÇÃO PARA O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL BIOLOGICO.EXTERNA PCT COM 100 UNIDADES.	30 UND	ALFA	R$ 100,00	R$ 3. 000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

LOTE 08

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	KIT ASLO – LÁTEX SEM CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO	70 UND	EBRAM	R$ 58,68	R$ 4.107,60
15	KIT F.R. LÁTEX SEM CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO.	70 UND	EBRAM	R$ 28,56	R$ 1.999,20
16	KIT PCR- LÁTEX SEM CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO	150 UND	EBRAM	R$ 25,66	R$ 3.849,00
17	KIT VDRL SUSPENSÃO ANTIGÊNICA	30 UND	WIENER	R$ 38,14	R$ 1.144,20

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.100,00 (ONZE MIL E CEM REAIS).

LOTE 09

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	LÂMINA PARA MICROSCOPIA LAPIDADA COM EXTREMIDADE FOSCA – CX COM 50 UNIDADES	50 UND	PRECISON	R$ 4,81	R$ 240,50
19	LÂMINA DE BISTURI Nº 15, AÇO CARBONO, ESTERILIZADO POR RAIO GAMA - CX. COM 60 UND.	10 UND	TOPMED	R$ 36,95	R$ 369,50
20	LAMÍNULAS 22X22 MM - CX. COM 1000 UNIDADES. (CX COM 10 PACOTES DE 100 UNIDADES)	500 UND	PRECISON	R$ 22,38	R$ 11.190,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.800,00 (ONZE MIL E OITOCENTOS REAIS).

LOTE 11

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	CÂMARA DE NEWBAUER	05 UND	CRAL	R$ 70,00	R$ 350,00
23	CÂMARA DE FUCHS- ROSENTHAL	05 UND	CRAL	R$ 118,00	R$ 590,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 940,00 (NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).

LOTE 12

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	PLACA PETRI – COM 12 ESCAVAÇÕES PARA EXAME DE VDRL	20 UND	GLOBAL TRADE	R$ 44,00	R$ 880,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 880,00 (OITOCENTOS E OITENTA REAIS).

LOTE 13

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	SOLUÇÃO PARA TRANSPORTE- MIF 1000 ML	24 UND	NEWPROVE	R$ 30,00	R$ 720,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 720,00 (SETECENTOS E VINTE REAIS).

LOTE 14

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	TAÇAS DE VIDRO PARA FEZES SEM GRADUAÇÃO 125 ML	30 UND	PLENA LAB	R$ 20,00	R$ 600,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS).

LOTE 15

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	FILTRO PARA EXAMES PARASITOLOGICO - EM POLIPROPILENO, EM MALHA DE ALGODAO (TIPO GAZE), COM ALCA PLASTICA DE SEGURANCA DESCARTÁVEL, PARA CALICE 125 A 250ML, ACONDICINADO EM CAIXA, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃOME PROCEDENCIA PACOTE COM 100 UNIDADES	60 UND	DESKARPLAS	R$ 66,66	R$ 3. 999,60

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.999,60 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

LOTE 16

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	SORO ANTI A. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	50 UND	FRESENIUS	R$ 25,33	R$ 1.266,50
29	SORO ANTI B. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	50 UND	FRESENIUS	R$ 25,18	R$ 1.259,00
30	SORO ANTI D.IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI	50 UND	FRESENIUS	R$ 51,40	R$ 2.570,00
31	SORO DE COOMBS MONOESPECÍFICO. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	20 UND	FRESENIUS	R$ 43,93	R$ 878,60
32	CONTROLE DE RH. (DEVE SER DA MESMA MARCA DO SORO ANTI-D)	10 UND	FRESENIUS	R$ 25,91	R$ 259,10
33	ANTI- CDE POLICLONAL. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI	06 UND	FRESENIUS	R$ 506,19	R$ 3.037,14
34	BIO PEG (ADITIVO DE POLIETILENO GLICOL+LISS). IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI	20 UND	FRESENIUS	R$ 75,01	R$ 1.500,20
35	SORO DE COOMBS, ANTI-HUMANO, OLIESPECÍFICO. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI	20 UND	FRESENIUS	R$ 47,33	R$ 946,60
36	ALBUMINA 22% 10 ML. IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	10 UND	FRESENIUS	R$ 39,39	R$ 393,90
37	REVERCEL A1 IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	12 UND	FRESENIUS	R$ 237,34	R$ 2.848,08
38	REVERCEL B IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	12 UND	FRESENIUS	R$ 237,34	R$ 2.848,08
39	TRIACEL I IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	12 UND	FRESENIUS	R$ 244,40	R$ 2.932,80
40	TRIACEL II IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	12 UND	FRESENIUS	R$ 244,40	R$ 2.932,80
41	CONTROCEL C IGUAL OU EQUIVALENTE A FRESENIUS KABI.	12 UND	FRESENIUS	R$ 235,60	R$ 2.827,20

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 26.500,00 (VINTE E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

LOTE 17

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
42	BANDAGEM HIPO-ALÉRGICA, DE FITA MICROPOROSA, DISCO ABSORVENTE E TECIDO AGULHADO, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL KRAFT, EM CARTELA COM 16 UNIDADES CADA CARTELA, TOTALIZANDO 496 UNIDADES POR CAIXA. IGUAL OU EQUIVALENTE A BLOOD STOP	50 UND	COPERTINA	R$ 13,00	R$ 650,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 650,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS).

LOTE 21

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
59	PONTEIRA MODELO A1. FABRICADAS EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. COR AMARELA. AUTOCLAVÁVEIS A 1ATM. O CAPACIDADE MÁXIMA 200UL. PACOTE MÍNIMO 500 UNIDADES	05 UND	CRAL	R$ 13,98	R$ 69,90

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 69,90 (SESSENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

LOTE 22

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
60	BOLSA DUPLA P/ COLETA, PROCESSAMENTO E TRANSFUSÃO DE SANGUE, CAPACIDADE P/ 450 ML, ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA, COM LINK PARA COLETA DE AMOSTRAS, COMREGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAUDE. CAIXA COM 30 UND.	100 UND	JP FARMA	R$ 930,00	R$ 93. 000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 93.000,00 (NOVENTA E TRÊS MIL REAIS).

LOTE 23

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
61	SACO PARA AUTOCLAVE TAMANHO 20 LITROS, PACOTE 20 UNIDADES	70 UND	CRAL	R$ 11,49	R$ 804,30
62	SACO PARA AUTOCLAVE TAMANHO 60 LITROS, PACOTE 20 UNIDADES	30 UND	CRAL	R$ 23,19	R$ 695,70

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS).

LOTE 24

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
63	PIPETA DE WESTERGREEN DE VIDRO	12 UND	PRECISON	R$ 4,24	R$ 50,88

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 50,88 (CINQUENTA MIL E OITENTA E OITO REIAS).

LOTE 25

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
64	TUBO CONICO TIPO FALCON PARA CENTRIFUGAÇÃO 15 ML CX COM 100 UNIDADES	50 UND	CRAL	R$ 31,00	R$ 1.550,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.550,00 (UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

LOTE 26

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
65	ALMOTOLIA 500 ML BRANCA OU INCOLOR	15 UND	J PROLAB	R$ 7,37	R$ 110,55

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 110,55 (CENTO E DEZ REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

LOTE 27

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
66	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO C/ 72 LUGARES METAL (PARA TUBOS DE DIAMETRO DE 12 Á 25 MM)	10 UND	RICILAB	R$ 32,00	R$ 320,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS).

LOTE 28

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
67	CRONÔMETRO DIGITAL, PARA USO EM LABORATÓRIO. MARCA HORA, MINUTOS E SEGUNDOS, COM ALARME SONORO PARA INDICAÇÃO DA HORA. RESISTENTE Á ÁGUA. BATERIA DE LÍTIO.	15 UND	KASVI	R$ 42,00	R$ 630,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 630,00 (SEISCENTOS E TRINTA REAIS).

LOTE 29

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
68	LANCETA, AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM CAPA PLÁSTICA PRONTA PARA O USO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME NR 32.CAIXA COM 100 UNIDADES.	10 UND	PONTURA	R$ 36,00	R$ 360,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 360,00 (TREZENTOS E SESSENTA REAIS).

LOTE 31

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
71	GLUC UP GLICOSE 75 G FRASCO DE 300 ML SABOR LARANJA	2.500 UND	NEWPROV	R$ 5,00	R$ 12.500,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

LOTE 32

ITEM	PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
72	OLEO DE EMERSÃO FRASCO DE 100ML	10 UND	NEWPROV	R$ 17,00	R$ 170,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 170,00 (CENTO E SETENTA REAIS).

LOTE 34

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
74	LAMPADA PARA MICROSCOPIO COMPATIVEL COM O MODELO CX41 OLYMPUS DO TIPO J: (BIPINO) -6V 30W 5761.	07 UND	JPN	R$ 90,00	R$ 630,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 630,00 (SEISCENTOS E TRINTA REAIS).

LOTE 35

ITEM	PRODUTO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
75	COLETOR DE URINA COM TAMPA 80ML- ESTÉRIL –PACOTE COM 100 UNIDADES	800 UND	FIRST LAB	R$ 24,15	R$ 19. 320,00
76	COLETOR DE URINA INFANTIL COM ADESIVO, MODELO FEMININO COMPOSIÇÃO: BOLSA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL, DE BAIXA DENSIDADE E PLACA ADESIVA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, CONSIDERADA NÃO IRRITANTE TOPICAMENTE, COM ÁREA ADESIVA- PCT COM 10 UNIDADES	1. 000 UND	MEDSHARP	R$ 2,84	R$ 2. 840,00
77	COLETOR DE URINA INFANTIL COM ADESIVO, MODELO MASCULINO. COMPOSIÇÃO: BOLSA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL, DE BAIXA DENSIDADE E PLACA,ADESIVA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, CONSIDERADA NÃO IRRITANTE TOPICAMENTE COM ÁREA ADESIVA- PCT COM 10 UNIDADES	1. 000 UND	MEDSHARP	R$ 2,84	R$ 2. 840,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 199.495,93 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da Concorrência nº 01/2019, do tipo Maior Oferta, que tem por objeto de Alienação dos lotes dotados de Infraestrutura, destinados a ocupação Comercial e Industrial, compreendidos nos Loteamento Industrial denominado" Campos de Júlio" sendo declarada vencedora do certame as empresas:

Agrofort Distr.de Ins. Agropecuária, com a QD: 02 Lote 12, matricula 11. 159, CNPJ/MF nº 11.378.077/0002-05,

Elaine Vanessa dos Santos Lima Gonçalves, com QD: 03 Lote 04, matricula 11.163, CNPJ/MF nº32.562.764/0001-67.

E M Arce da Silva & Cia Ltda., com QD:03 Lote 06, matricula 11165, CNPJ/MF nº 21.357.078/0001-38.

Gilmar Alves Faria – ME, com QD:03 Lote 05 - CNPJ/MF nº14.593.053/0001-78.

Mecânica Finato EIRELI – ME, com QD: 02 Lote 11, CNPJ/MF nº19.590. 179/0001-02.

Retisales LTDA, com QD: 02 Lote:01, CNPJ nº18.416.031/0001-93.

Campos de Júlio - MT, 09 de setembro de 2019.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da Tomada de Preços nº 02/2019, do tipo Menor Preço Global, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para construção do muro no pátio do Centro de Convivência do Idoso, com data de abertura em 10/09/2019, às 08h00, sendo declarada vencedora do certame a empresa **Milani & Machado - ME**, CNPJ/MF nº 18.204.777/0001-33, com valor global de R$ 45.841,57 (quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Campos de Júlio - MT, 10 de setembro de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados que **ADERIU**, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 054/2019, referente ao Pregão Presencial nº 026/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 026/2019 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte;

Ata de Registro de Preços nº 054/2019;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte;

Empresa beneficiária: **CONSTRUPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.395.657/0001-63;

Especificação do objeto registrado: Contratação de empresa para o fornecimento de Prestação de serviços de horas máquinas e caminhão, com operador;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 054/20198 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte;

Quantidade de adesão:

Empresa: CONSTRUPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 24.395.657/0001-63:

DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
Locação Caminhão espargidor de asfalto com capacidade mínima de 06-(Seis) Toneladas.	90	Diárias	R$ 600,00	R$ 54. 000,00
Locação de Rolo Compactador coplactador acoplado liso mínimo 7 toneladas.	600	Horas	R$ 130,00	R$ 78. 000,00
Locação de Equipamentos Distribuidor de Agregado.	90	Diárias	R$ 100,00	R$ 9. 000,00
Locação de Equipamentos Vassoura Mecânica.	90	Diárias	R$ 100,00	R$ 9. 000,00
Locação de Caminhão Pipa	90	Diárias	R$ 350,00	R$ 31. 500,00

Canabrava do Norte-MT, 10 de Setembro de 2019

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2018

Aos dez dias do mês de setembro de 2019, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Aragás Comércio de Gás Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.180.371/0001-53 sediada na Rua Simião Arraya, 873, Centro, Barra do Garças/MT, CEP: 78.600-000, neste ato representado pelo seu Procurador o Senhor **Lucas de Souza Silva,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 2396396-7 SSP/MT e do CPF nº 076.261.091-39, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de gás GLP, botijão de 13 Kg, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Processo Administrativo nº 3143/2019 e Pregão Presencial n° 029/2019, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de Gás GLP acondicionado em vasilhames de 13 kg (gás de cozinha)**,** para ser utilizado pelas seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social; pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a

assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNITARIO	TOTAL
1	Unid	**Gás GLP**: acondicionado em vasilhames de 13 Kg (gás de cozinha).	299	R$ 56,00	R$ 16.744,00

Classificação Final

EMPRESA: ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.

CNPJ: 04.180.371/0001-53;

ENDEREÇO: RUA SIMIÃO ARRAYA, 873, CENTRO, BARRA DO GARÇAS – MT, CEP: 78.600-000;

TELEFONE: (66) 3401-4100;

VALOR GLOBAL: R$ 16.744,00 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 10 de Setembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Pregoeiro	

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPRENDERORES INDIVIDUAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de agregados miúdos e graúdos (brita e pó de brita), para uso em obras e manutenção, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços e Urbanismo, junto ao município de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 24 de Setembro de 2019, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade ou no site da Prefeitura Municipal http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 10 de Setembro de 2019.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

Portaria nº 010/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 331/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA N. 331/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2106 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, com e-mail: wesleyfelipe2013martins@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preços N. 031/2019, celebra-

do entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA,** inscrita no CNPJ: 04.180.371/0001-53, que tem por objeto possível e aquisição de Gás GPL acondicionado em vasilhames de 13 kg(gás de cozinha), ser utilizado pelas seguintes Secretarias: Secretaria de Administração Planejamento e Finanças, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Turismo e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social; pelo período de 12 (doze) meses, oriundo do Processo Administrativo nº 3143/2019.

Art. 2º. Designar a servidora **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional n. 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 035.116.061-28, com e-mail: jackgrecchi@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá para Canabrava do Norte - MT, em 10 de setembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

WESLEY FERREIRA MARTINS

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 947/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N. 947/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALSUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2019, NO VALOR DE R$ 200.000,00 E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito suplementar no orçamento financeiro de 2019, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de tendência excesso de arrecadação que deu origem a proposta 36000.2710482/01-900 e 36000.2678512/01-900, entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Fundo Nacional de Saúde, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 05 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJ/ATIVIDADE: 2046– Manutenção da Gestão SUS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO:0127 – Material de Consumo R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 0146-TRANFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

ÓRGÃO: 05 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJ/ATIVIDADE: 2046– Manutenção da Gestão SUS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO:0130 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Juridica R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 0146-TRANFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

ÓRGÃO: 05 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJ/ATIVIDADE: 2047– Manutenção ESF

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO:0149 – Material de Consumo R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 0146- TRANFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

ÓRGÃO: 05 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJ/ATIVIDADE: 2047– Manutenção ESF

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO:0152 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Juridica R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 0146- TRANFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

Art. 2º- Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no Valor de R$ R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), decorrentes do Convênio citado, será utilizado o excesso de arrecadação pela liberação do próprio Convênio, de acordo com o art. 41, item I, art. 42 e art. 43, § 3º, da Lei n. 4.320/64, e art. 167, V, da Constituição Federal.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de Setembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 330/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA N. 330/2019, **DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.**

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO RURAL - PAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO ostermos do artigo 2º, Lei Municipal n. 691/2017 de 01 de março de 2017, que *"institui o Programa Municipal de Apoio Rural - PAR e dispõe sobre a concessão de incentivos para a implantação, expansão e/ou ampliação de propriedades rurais e agroindustriais na zona rural do município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso, e dá outras providências*".

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Comissão Especial do Programa Municipal de Apoio Rural – PAR, a presente comissão será composta pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE OS SERVIDORES PÚBLICOS.

Membro: ALCEU FERNANDES DA SILVA **CPF:** 824.558.051-15

RG: 11824539 SSP/MT

Membro: Davison Barbosa Cabral

CPF: 051.055.634-50

RG: 4485222 SSP/GO

REPRESENTANTE AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS.

Membro: ACRÍSIO LUÍS DOS REIS **CPF:** 019.801.388 - 42

RG: 6040757-8 SSP/SP

Membro: GERSON GERALDO AMADEU DE FREITAS

CPF: 003.567.551-93

RG: 4762536 SSP/GO **REPRESENTANTE O PODER LEGISLATIVO**.

Membro: MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ARAÚJO

CPF: 004.763.121-08

RG: 1573015-8 SSP/MT

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

De Cuiabá para Canabrava do Norte-MT, em 10 de Setembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

ERRATA - RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 062/2019

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção à publicação do **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 062/2019,** publicado no Diário Oficial de Contas (TCE/MT), Jornal Oficial dos Municipios (AMM), comunica a todos que:

AONDE SE LÊ:

R$ 3.625,00 (Três mil e seiscentos e vinte e cinco reais)

LEIA-SE CORRETO:

R$ 3.629,38 (Três mil e seiscentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 264/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** os servidores abaixo relacionados para desempenharem a função de Fiscais de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 09 de setembro de 2019:

Secretaria de Educação

Fiscal: Daiane Mariana da Silva Benfica

Suplente: Fabiana Aparecida Simonato

Secretaria de Saúde

Fiscal: Alexsandra Evangelista Escorsin

Suplente: Mayra Bassi da Silva

Secretaria de Obras

Fiscal: Jaime Zapelini

Suplente: Jose Roberto Linares

Demais Secretarias

Fiscal: Eliane Severino de Lima Barbosa

Suplente: Marilene Gomes da Silva Costa

I. Pregão Presencial n° 42/2019

II. Ata de Registro de Preço n° 54/2019

III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de marmitex completa, para atender as necessidades das secretarias do município de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de setembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 171 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CAMILA DIAS DE OLIVEIRA** matricula n.º 4275, cargo de Fiscal de Tributos, na data 10 de Setembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 10 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 029/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: INTOCAVEL COMERCIO DE ALARMES LTDA sob CNPJ: 11.208.040/0001-40

1.1 OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CFTV MENSAL E ACESSO A PLATAFORMA DE VIDEO MONITORAMENTO 24 HORAS POR DIA COM 7 (SETE) DIAS DE GRAVAÇÕES ARMAZENADAS EM NUVEM, INCLUINDO TODOS OS PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO MESMO EM COMODATO. Para atender as necessidades da Escola Municipal Manoel Bandeira.

VALOR ACRESCIMO: R$1.120,00 (hum mil cento e vinte reais).

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 169 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data 09 de Setembro de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
4307	Veridiane Batista dos Santos Francisco	Professora	Filho: Paulo Renato Francisco Neto	27/08/2019	27/08/2019	01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 172 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **MARIA MADALENA MARTINS** matricula n.º 4366, cargo de Professora, na data 10 de Setembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 10 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 266/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora **DIANA BELINI MARQUES,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata, a partir do dia 10 de setembro de 2019, e a senhora POLIANA DE LIMA FREITAS como sua suplente.

I – Pregão Presencial n° 40/2019

II – Ata de Registro de Preço nº 55/2019

III – Objeto: registro de preço para futura e eventual aquisição de cestas básicas de gêneros alimentícios para atender a necessidade de famílias de baixa renda e de extrema pobreza, atendidas pela secretaria Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de setembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 265/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** os servidores abaixo relacionados para desempenharem a função de Fiscais de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 03 de setembro de 2019 :

Secretaria de Educação

Fiscal: Daiane Mariana da Silva Benfica

Suplente: Fabiana Aparecida Simonato

Secretaria de Assistência Social

Fiscal: Diana Belini Marques

Suplente: Poliana de Lima Freitas

Demais Secretarias

Fiscal: Eliane Severino de Lima Barbosa

Suplente: Marilene Gomes da Silva Costa

Pregão Presencial n° 41/2018Ata de Registro de Preço n°59/2019Ata de Registro de Preço n°60/2019 IV. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de sonorização, iluminação e montagem de palco, visando atender a demanda das secretarias municipais de Carlinda-MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de setembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 170 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **LIVIA CRISTINA BEDIM** matricula n.º 4393, cargo de Professora, na data 10 de Setembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 09 de Setembro de 2019 ao dia 10 de Setembro de 2019 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DO CONTRATO Nº 028/2019

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM

O Município de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que decide CANCELAR o **ITEM 005** do Contrato nº 028/2019 oriundo do Pregão Presencial nº 018/2019, por motivos de solicitação da Secretaria de Saúde, mediante orientação da Unidade de Controle Interno, Parecer Jurídico nº 102/2019 e Decisão Administrativa.

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO
05	84334	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E AJUSTE EM PROTESE PARCIAL REMOVIVEL- TIPO CONFECÇÃO DE PROTESE PARCIAL REMOVIVEL A GRAMPO

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3525-2000.

Publique-se.

_____

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 757/GP/2019 EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 757/GP/2019

Em, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A servidora Municipal efetiva **Sr.ª RAISSA MARIAH FERRAZ MOREIRA**, redução de sua carga horária de 160 horas mensais (40 horas semanais) para 150 Horas mensais (30 horas semanais), conforme parecer jurídico do Procurador Geral do Município Srº Renato de Almeida Orro Ribeiro, nº 167 M 2019, protocolo nº 3718/2019, de acordo com a Lei Municipal 1.208/2006.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 21/08/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4522/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos fundos municipais escolas e secretarias municipais.

Data/Horário: 25/09/2019 às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães). O PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS será realizado em sessão pública, na Sede da Prefeitura Municipal, no endereço Rua Tiradentes, nº 166 Bairro; Centro, CEP. 78.195-000 Chapada dos Guimarães – MT

Informações/Contato:

Superintendência de Licitação/Secretaria Municipal de Administração

Telefone: (65) 3301-1570.

Atendimento:

- Telefônico: 13:00 às 18:00h.

- Presencial: 13:00 às 18:00h.

E-mail: licitação@chapadadosguimaraes.mt.gov.br.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura.

Maili da silva Matoso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Stéphanas Padilha costa Soares

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de setembro de 2019.

SETOR DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3600/2019

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, convoca as empresas especificadas abaixo, nos termos do art. 64 da lei 8.666/93, no prazo de cinco dias para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 81.

EMPRESA: E.MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA

CNPJ: 14.242.422/0001-88

VALOR TOTAL: R$ 100.777,60 (cem mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)

EMPRESA: ANGUS ALIMENTOS EIRELI- ME

CNPJ: 04.926.712/0001-97

VALOR TOTAL: R$ 90.054,00 (noventa mil e cinquenta e quatro reais)

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de setembro de 2019.

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

Stéphanas Padilha

Superintendente de Licitações

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 755/GP/2019 EM, 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 755/GP/2019

Em, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

INTERROMPER – A Licença Sem Ônus da Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª MARY CRISTINA SHIRAISHI,** lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Oficio 880/2019/SMS, retornou a seu cargo a partir do dia 26/08/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 26/08/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 756/GP/2019 EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 756/GP/2019

Em, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, nos termos do inciso IX, art. 37 e o art. 49;

Considerando o Edital de Processo Seletivo para a Contratação por Tempo Determinado nº. 001/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Considerando a necessidade de contratação temporária de pessoal por prazo determinado, para atuar na execução das ações estabelecidas e permitir desenvolvimento de serviços, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de Chapada dos Guimarães-MT.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo para Contratação por Prazo Determinado 001/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, homologado em 12 de setembro de 2018, pelo período de mais 12 (doze).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Assistência Social, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ANEXO I

N.º CONTRATO	NOME	CARGO
158/2018	EVA SANDRA DE PAULA CRUZ	PROFESSOR I 30 HORAS (orientadora social – CRAS)
153/2018	GABRIELLE DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL - CRAS
157/2018	ELIMARA DE SOUZA PEREIRA	PSICÓLOGA - CRAS
156/2018	LUCAS AUGUSTO CIOL	PSICÓLOGO – CRAS (equipe volante)
154/2018	SOLANGE PEREIRA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL – CRAS (equipe volante)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 758/GP/2019 EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 758/GP/2019

Em, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal comissionada **Sr.ª CLAUDIA MARIA BORGES**, portadora do RG nº 4954161-9 e CPF nº 706.548.679-68, no cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO, lotada na SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO, 05

(cinco) dias de férias, referente ao período de 08/06/2017 a 08/06/2018, restando assim 08 (oito) dias a gozar em data oportuna, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 09/09/2019 e término em 13/09/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 16/09/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 09/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município.

LEI Nº 1.813 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

LEI Nº 1.813 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

AUTORIA: VEREADOR DUDU E BOZÓ

INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT, “O DIA DA CAVALGADA” A SER COMEMORADA ANUALMENTE NO DIA 26 DE JULHO, EM HOMENAGEM A NOSSA SENHORA DE SANT’ANA.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o dia 26 de Julho como o “Dia da Cavalgada” no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães-MT, em homenagem a Nossa Senhora de Sant’Ana.

Art. 2º - O evento da Cavalgada passa a constar no calendário Oficial de Eventos do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

Art. 3º - Considera-se Cavalgada todo evento organizado que conte com a aglomeração de cavaleiros para atividade de cunho cultural, histórico, religioso ou recreativo.

Art. 4º - Os animais utilizados na realização da Cavalgada, visando os cuidados que devem ser tomados para evitar infecção dos animais por mormo e anemia infecciosa equina (AIE) durante as cavalgadas, deverão apresentar á Central de Comitivas e ao órgão de vigilância e defesa animal, o Atestado de Saúde Animal, como forma de comprovação de saúde do animal.

Art. 5º - Caberá ao Poder Publico e aos organizadores, proceder a limpeza de fezes dos animais no trajeto percorrido.

Art. 6º - Não poderão participar da Cavalgada menores de 12 anos, desacompanhados dos pais ou responsáveis em obediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 7º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapada dos Guimarães-MT, 10 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA A MERENDA ESCOLAR, BEM COMO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **24 de Setembro de 2019,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 10 de Setembro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

ABERTURA DE PROPOSTAS

AVISO DE CONVOCAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019

1. A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT, vem por meio deste informar a todos os interessados, em especial as empresas participantes do processo de licitação - Concorrência Pública nº 002/2019, sobre a continuidade do julgamento do processo citado. **2.** Considerando o julgamento dos recursos em decorrência da fase de habilitação, encerrando a fase de habilitação, informamos que será realizada na data de **13/09/2019 as 08h00min** sessão para abertura do Envelope 02 – Proposta de Preços da empresa habilitada no processo.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Cláudia – MT, 10 de setembro de 2019.

Hemilin Fernanda Tiedt

Presidente

Aline Mass Serafim Hoffmann

Secretaria

Maria Aparecida Bueno

Suplente

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

REFERENTE A LEI ORÇAMENTARIA ANULA EXERCÍCIO 2020

O Exmo. **Sr. ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Cláudia para discussão na fase de elaboração da **LOA - Lei orçamentaria Anual para viger durante o exercício financeiro de** 2020, a realizar-se no dia 24 de Setembro de 2019, a partir das 09:00 h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Prefeitura Municipal de Cláudia, 06 de setembro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

RELATIVO AO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

O Exmo. **Sr. ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/ MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Cláudia referente a apresentação das **DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÕES DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2019, CONFORME ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, a realizar-se no dia 24 de Setembro de 2019, a partir das 09:00 h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Prefeitura Municipal de Cláudia, 06 de setembro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2019

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO",** e, do outro, lado a empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.317.757/0001-92, e Inscrição Estadual n.º 13.396.822-7, estabelecida a Estrada Dilma, Sn.º, bairro Industrial, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. Rozenei Dellani, portador do CIRG n.º 0703795-3 SSP/MT e CPF n.º 631.341.951-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2019,** para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a esente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS E SERVIÇOS DE SERRAGEM DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E REPAROS DIVERSOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA - MT,** sendo na oportunidade conforme os termos abaixo:

Item	COD.TCE	Descrição	Und.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	6612	PRANCHAS nas medidas: 6X 20-6X25-6X30-8X15-8X20-8X30 de 5,50 mts e 7,00 mts, sendo 80 % de 30 cm de largura nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	150	R$ 1.150,00	R$ 172.500,00
2	2342	QUADRADOS nas medidas:10 X 10 ,12 X 12 , 15 X 15,20 X 20,25 X 25 de 4,00 mts de comprimento nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	100	R$ 1.250,00	R$ 125.000,00
3	1685	TÁBUAS nas medidas: 2,5 cm x10-15-20-25 e 30 cm e no comprimento de 3,00 mts e acima (com no mínimo 70% de 30 cm de largura).nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	80	R$ 1.150,00	R$ 92.000,00
4	150503-3	CAIBROS E VIGAS nas medidas: 5x6-5X7,5-5X10-5X11-5X15-5X20- 6x12 e 6x16 de 3,00 mts de comprimento e acima.nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	95	R$ 1.150,00	R$ 109.250,00
5	3299481-1	SARRAFOS nas medidas ,2,5 x 5 de 3,0 mts de comprimento e acima nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	10	R$ 1.050,00	R$ 10.500,00
6	140342-7	SARRAFOS PARA ESTACAS nas medidas 3x 6 cm de 1,20 mts de comprimento nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	10	R$ 1.000,00	R$ 10.000,00
7	159860-0	RÉGUAS 3x10-3x15-3x20 de 3,0 m e acima nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	m³	30	R$ 1.000,00	R$ 30.000,00
8	0001688	Porta almofadada 2,10 m x 0,80 m nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	und	135	R$ 130,00	R$ 17.550,00
9	82094-6	Batentes com vistas, nas medidas 3x13 e 3x14 cm de 2,20 mts de comprimento.nas essências de CAMBARA/ROXINHO/CANELÃO	Jgs	240	R$ 45,00	R$ 10.800,00
10	0002832	Serviço do Tipo Serragem de Madeira em Estado Bruto (TORAS).	M³	1000	R$ 130,00	R$ 130.000,00
					TOTAL	R$ 707.600,00

1.2. Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

1.3. No momento da entrega dos itens, todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 029/2019, deverão ser obrigatoriamente atendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 09/09/2019 até 08/09/2020.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, de madeiras serradas e serragem de madeiras referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2019,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar anegociação.

8.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019,** bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2019** e a proposta da empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 09 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA

Rozenei Dellani

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, SÓ É PERMITIDO ANEXOS DE DOCUMENTOS FISCAIS) AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL EXERCÍCIO 2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3100 - Cláudia-MT
FONE-FAX (0XX66)3546-3101

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2020

O Exmo. **Sr. ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Cláudia realizará Audiência Pública para discussão na fase de elaboração da **LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA VIGER DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020**, a realizar-se no dia 24 de setembro de 2019, a partir das 10:00 h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Prefeitura Municipal de Cláudia, 06 de setembro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, SÓ É PERMITIDO ANEXOS DE DOCUMENTOS FISCAIS) AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3100 - Cláudia-MT
FONE-FAX (0XX66)3546-3101

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

O Exmo. **Sr. ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Cláudia referente a apresentação das **DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÕES DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2019, CONFORME ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, a realizar-se no dia 24 de Setembro de 2019, a partir das 09:00 h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Prefeitura Municipal de Cláudia, 06 de setembro de 2019.

ALTAMIR KURTEN
PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3100 - Cláudia-MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIO - LDO 2020

RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO, Art. 45 da LRF

SECRETARIA	CONTRATO	Detalhamento da Obra	Valor Total	Valor Executado	Valor a Executar	% Executado
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	042/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE A CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.	R$ 268.907,66	R$ -	R$ 268.907,66	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	035/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIO FIO E SARJETAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, ACESSIBILIDADE, CALÇADAS E URBANIZAÇÃO, NAS AVENIDAS JOSE DE CASTRO DORIA, NO SEGMENTO DA AVENIDA ZENOBIO DA COSTA DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA/MT.	R$ 386.363,45	R$ -	R$ 386.363,45	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	033/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PADRÃO ALIMENTADORA, NO PA KENO NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.	R$ 859.707,11	R$ -	R$ 859.707,11	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	032/2019	ONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIO FIO E SARJETAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, ACESSIBILIDADE, CALÇADAS E URBANIZAÇÃO, NAS AVENIDAS JOSE DE CASTRO DORIA, NO SEGMENTO DA AVENIDA ZENOBIO DA COSTA DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA/MT.	R$ 409.065,61	R$ -	R$ 409.065,61	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	046/2018	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DA RODOVIARIA INTERMUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FISÍCO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO. LOTE 01 E LOTE 02	R$ 330.947,08	R$ 254.598,80	R$ 76.348,28	76,93%
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	001/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PSF IV JOSÉ CELONI, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO.	R$ 389.221,78	R$ -	R$ 389.221,78	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	051/2015	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CLAUDIA – MT	R$ 392.376,58	R$ 231.295,41	R$ 161.081,17	58,95%
TOTAL GERAL			**R$ 3.036.589,27**	**R$ 485.894,21**	**R$ 2.550.695,06**	**19,41%**

ALTAMIR KURTEN
PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 053/2019

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS

Nº 053/2019

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia n° 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o Nº 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade — Registro Geral N2 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 556.892.561-53, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e o Sr°. SIRO ANTONIO DA SILVA, Brasileiro, motorista, portador DA CNH. 1896271190 GO do Rg. Sob n° 821032 expedida pela SSP-GO inscrito CPF. 118.417.021-53. Residente e domiciliado nesta cidade de Cocalinho, chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei n° 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores, no processo licitatório pregão presencial 016/2019 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Consiste o objeto do presente contrato: prestação de Serviços de Serviços de Motorista categoria “D” para atuar em veículos do transporte escolar do ensino fundamental do município de cocalinho – MT conforme especificações do edital do anexo do processo licitatório 016/2019.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

2.1 O valor para a execução do presente contrato é de 11.000,00 (onze mil reais) dividido em cinco parcelas mensais de R$ 2.200,00(dois mil e duzentos reais), O pagamento será feito mensal após a prestação do serviço e após a emissão de nota fiscal.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA — DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO.

3.1 O prazo de execução do presente contrato é de 5 (cinco) meses após assinatura do Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA — DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS.

COMPROMISSO COM O POVO

4.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

COD RED: 159

UNIDADE ORC 06.001

F PROGRAMATICA:12.361.0035

PRJ/ ATIVIDADE: 2.025

ELEMENTO DESPESA:3.3.90.36.00.00.00

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

SIRO ANTONIO DA SILVA

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 23 de setembro de 2019, ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhão para prestar serviços gerais para a Secretaria de Educação do município de Colider/MT**. O Edital completo está à

disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 10 de setembro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RESOLUÇÃO N° 004/2019

Aprova o projeto de implantação do lago 3 dentro da Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral "REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE DE COLÍDER".

O Conselho Gestor da Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral no uso das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n° 027/2019 e:

Considerando a criação da Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral "Refugio da Vida Silvestre" através do Decreto Municipal nº. 80-A, publicado em 24 de setembro de 2017 e aprovada através do Parecer Técnico n° 136/CUCO/SUBIO/SAGA/SEMA-MT/2018;

Considerando a Resolução n° 03/2019 que aprova o plano de manejo da Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral "REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE DE COLÍDER".

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar a implantação do Lago 3 na Zona de Recuperação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre de Colíder.

Art. 2°. O projeto executivo arquitetônico e de obras será apresentado em reunião especifica.

Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Colider/MT, 20 de agosto de 2019

Ronaldo Vinha

Presidente do Conselho Gestor

UC Refugio da Vida Silvestre de Colider

PREVILIDER
PORTARIA N.º 092/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA OLIVEIRA"

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "I" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "I", Art. 29, inciso "I", da Lei Municipal n. º 2361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA OLIVEIRA (esposa),** portadora do RG n. º 3020051-2 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n. º 766.763.741-53 e Título Eleitoral de n. º 015385831830, Zona "023", Seção "0158", pelo falecimento do inativo **Sr. SEVERINO DANTAS DE OLIVEIRA**, portador do RG n. º 1.395.037 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n. º 484.936.519-15 e Título Eleitoral de n.º 7161651848, Zona "023", Seção "0039", aposentado por invalidez no cargo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme **Acórdão n.º 1.370/2004,** com **100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia**, conforme o processo do PREVI-LIDER nº. 061/2019.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2019, data do óbito do servidor, revoga nesse ato a portaria nº 091/2019.**

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 02 de setembro de 2019.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através do Prefeito Sr. NOBORU TOMIYOSHI, no uso de suas atribuições legais, comunica a quem interessar possa, que aplicou à empresa **CORDEIRO E BATISTA LTDA EPP** inscrita CNPJ nº 13.344.554/0001-58, a sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colider/MT, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, iniciando-se o prazo em 10/09/2019 e terminando em 08/09/2020. Motivo: Não entrega dos produtos.

Colider/MT, 10 de setembro de 2019

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE RESGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica cancelado a partir de 10/09/2019, o fornecimento dos produtos (materiais gráficos) citados nos itens nº 2, 5, 12, 15, 19, 28, 30, 32, 35, 39, 52, 53, 56, 62 e 67 da Ata de Registro de Preços nº 062/2019, na qual a empresa **CORDEIRO E BATISTA LTDA EPP** inscrita CNPJ nº 13.344.554/0001-58 era detentora do direito de fornecimento dos produtos dos itens acima mencionados. O presente cancelamento se dá por ato unilateral da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER** tendo em vista a infração ao disposto no Art. 78, inciso I e VII da Lei 8.666/93 c/c os itens 10.2.3 e 10.2.5, da mencionada Ata. Reitera-se que o foro para dirimir conflitos decorrentes do presente Termo de Cancelamento, é o da Comarca de Colider/MT.

Colider/MT, 10 de setembro de 2019

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
LICITAÇÃO - EXTRATO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 055/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: GENÉZIO FERREIRA DE SOUZA ME

Objeto: Execução da obra de reforma e adequação do Complexo Regulador Municipal de Colider/MT.

ACRÉSCIMO DE VALOR: Fica acrescentado na Cláusula Terceira do contrato original, o valor de **R$ 26.473,78** (vinte e seis mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos).

Data de Assinatura: 16/08/2019

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **23 de Setembro de 2019, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Transporte dos Usuários dos Grupos do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos e Transporte das Equipes de Atletas e Técnicos de Diversas Modalidades Esportivas do Município de Colider/MT**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, Sito a Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, 10 de setembro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO PESSOAL
RELAÇÃO DE FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO Nº 07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

SERVIDORES EM FERIAS E LICENÇA PRÊMIO MÊS JULHO/2019

LICENÇA PRÊMIO

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
1003	LEONILDO FERNANDES DE SOUZA	2006/2011	24/07/2019	22/08/2019	30
367	RAQUEL APARECIDA DO AMARAL	2012/2017	24/07/2019	22/08/2019	30

Colíder – MT, 31 de julho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
RELAÇÃO DE FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO Nº 08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

SERVIDORES EM FERIAS E LICENÇA PRÊMIO MÊS DE AGOSTO/2019

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
4368	ANA KARINE FIRBIDA QUEIROZ	2017/2018	05/08/2019	19/08/2019	15
4368	ANA KARINE FIRBIDA QUEIROZ	2018/2019	20/08/2019	08/09/2019	20
4368	ANA KARINE FIRBIDA QUEIROZ	2018/2019	ABONO	ABONO	10
3915	ANA PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	2017/2018	28/08/2019	26/09/2019	30
5140	CAIO HENRIQUE PIMENTEL MICHELETTI	2018/2019	26/08/2019	09/09/2019	15
4078	CELIA REGINA FRANCISCATO SARDELLI	2018/2019	15/08/2019	29/08/2019	15
2375	CICERO APARECIDO PEDROSO	2017/2018	01/08/2019	30/08/2019	30
4091	DEBORA JUCILENE MARTINS ALMEIDA	2018/2019	13/08/2019	11/09/2019	30
4089	EDILENA APARECIDA SILVA	2018/2019	01/08/2019	15/08/2019	15
4254	EDNA SANT ANA SOARES	2018/2019	05/08/2019	03/09/2019	30
1906	FABIO ANDRE MANGOLIN	2018/2019	ABONO	ABONO	10
4949	FERNANDA DA CRUZ SEHNEM	2018/2019	05/08/2019	24/08/2019	20
4949	FERNANDA DA CRUZ SEHNEM	2018/2019	ABONO	ABONO	10
4350	FRANCINETE MARIA DA SILVA	2018/2019	05/08/2019	03/09/2019	30
1311	GILMARA BORGES DE OLIVEIRA	2018/2019	26/08/2019	04/09/2019	10
1674	ILIANE TEREZINHA ALVES DE MORAIS	2016/2017	05/08/2019	19/08/2019	15
1674	ILIANE TEREZINHA ALVES DE MORAIS	2017/2018	20/08/2019	03/09/2019	15
4391	JANETE FATIMA BLOCK	2018/2019	05/08/2019	03/09/2019	30
443	JOAO ANTONIO SUNIGA	2018/2019	01/08/2019	30/08/2019	30
75	MARIA APARECIDA PEDROSO	2018/2019	30/08/2019	28/09/2019	30
1320	MARIA DA LUZ SILVA	2018/2019	19/08/2019	07/09/2019	20
5159	MARIA LUCIA MARTINS DE SOUZA	2019/2020	21/08/2019	30/08/2019	10
2818	MARLI DOS SANTOS FERREIRA	2017/2018	01/08/2019	30/08/2019	30
97	MIZAEL BEZERRA MILAN	2014/2015	13/08/2019	23/08/2019	11
417	ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA	2016/2017	26/08/2019	24/09/2019	30
2809	SELMA MARIA RAMOS	2016/2017	05/08/2019	03/09/2019	30

991	SERGIO APARECIDO SALGUEIRO	2018/2019	01/08/2019	30/08/2019	30
1337	SHIRLEY BITENCOURT	2017/2018	01/08/2019	30/08/2019	30
3095	SUELEN CORDASSO CLEMEMNTE DA SILVA	2016/2017	26/08/2019	04/09/2019	10
5080	UESLEI GONCALVES	2018/2019	05/08/2019	03/09/2019	30
3098	VALDEMIR JOSE DE FREITAS	2018/2019	12/08/2019	31/08/2019	20
3098	VALDEMIR JOSE DE FREITAS	2018/2019	ABONO	ABONO	10
2500	VALESCA SALETE DE CAMPOS	2018/2019	15/08/2019	03/09/2019	20
2500	VALESCA SALETE DE CAMPOS	2018/2019	ABONO	ABONO	10
1340	VANDA APATRECIDA DOS SANTOS	2018/2019	05/08/2019	19/08/2019	15

LICENÇA PRÊMIO

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
1733	CIRLENE APARECIDA BALIEIRO CAROBA	2009/2014	13/08/2019	11/09/2019	30
307	CLAUDINEIA VIEIRA	2010/2015	05/08/2019	02/11/2019	90
311	EDNA FERREIRA DA SILVA	2005/2010	22/08/2019	20/09/2019	30
3124	HELENA COSTA DE ARAUJO	2012/2017	19/08/2019	02/09/2019	15
1056	HILDA ALVES PEREIRA LIMA	2006/2011	INDENIZADA	INDENIZADA	30
448	JOELI MARTINS DE FREITAS WAKAO	2012/2017	05/08/2019	02/11/2019	90
187	JOSE LUIZ SILVA	2014/2019	05/08/2019	02/11/2019	30
3126	KELLY CRISTINA PAVARIN	2012/2019	19/08/2019	16/11/2019	90
382	MARIA APARECIDA JESUS CORNIANI	2012/2017	27/08/2019	10/10/2019	45
479	MARIA JUCILENE DE JESUS SANTOS	2009/2014	05/08/2019	03/09/2019	30
175	VERA LUCIA VICENTE COUTINHO	2014/2019	19/08/2019	17/09/2019	30
55	SERGIO JACINTO DA SILVA	2000/2005	INDENIZADA	INDENIZADA	60
256	ZUELIDE DE SOUZA	2004/2009	05/08/2019	03/09/2019	30

Colíder – MT, 30 de agosto de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019 PROCESSO: 27.756/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MUNICIPAL, ENGLOBANDO OS SERVIÇOS DE MECÂNICOS EM GERAL, DE AUTO-ELETRIFICA, DE FUNILARIA, DE TORNEARIA, DE RETIFICA, MANUTENÇÃO E REVISÃO DE FERRAMENTAS HIDRÁULICAS, BEM COMO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA ESTES, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, VISANDO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA - MT.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **23 de setembro de 2019, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00min às 13h00min ou no site www.colniza.mt.gov.br. Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: **Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.** É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.bra retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 10 de Setembro de 2019.

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira Oficial

DECRETO Nº 011/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº 011/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DA DENUNCIA PROTOCOLADA PELO SR. CELSO LEITE GARCIA EM DESFAVOR DOS VEREADORES SILVANIO ALBERTO DA CRUZ E SIWAL SANT'ANA SOARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso, Senhor **JOHNATAN BRETAS**;

Considerando, que o SOBERANO PLENÁRIO no dia 10 de Setembro de 2019 em SESSÃO ORDINÁRIA, que trata de DENUNCIA em desfavor dos vereadores SILVANIO ALBERTO DA CRUZ E SIWAL SANT'ANA SOARES, foi RECEBIDA após VOTAÇÃO NOMINAL DOS VEREADORES, SENDO 06 (SEIS) VOTOS FAVORÁVEIS E 01 (UM) VOTO CONTRA, OS QUAIS ERAM DESIMPEDIDOS;

Considerando o inciso II do art. 5º do decreto 201/1967 e demais dispositivos legais.

DECRETA:

Artigo 1º. Fica recebida por 06 (seis) votos favoráveis e 01(um) voto contrário a denuncia postulada pelo Eleitor deste município Sr. CELSO LEITE GARCIA, em desfavor dos vereadores SILVANIO ALBERTO DA CRUZ e SIWAL SANT'ANA SOARES

Art. 4º. Este decretoentra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colniza- MT, 10 de setembro de 2019.

_____

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza/MT

DECRETO Nº 012/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº 012/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE 002/2019, EM DESFAVOR DOS VEREADORES SILVANIO ALBERTO DA CRUZ E SIWAL SANT'ANA SOARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso, Senhor **JOHNATAN BRETAS**;

Considerando o inciso II do art. 5º do decreto 201/1967 e demais dispositivos legais.

DECRETA

Art. 1º. Fica criada a COMISSÃO PROCESSANTE Nº 002/2019 de acordo com o processo instaurado com abertura e recebimento de denuncia contra os vereadores SILVANIO ALBERTO DA CRUZ E SIWAL SANT'ANA SOARES, após o sorteio, entre os desimpedidos, VALTER LIMA DE JESUS, THIAGO RODRIGO DIAS ALVES E OSEIA PEREIRA GUEDES, foram sorteados para a composição da Comissão Processante na mesma ordem, entre si se elegeram da seguinte forma:

Presidente: OSEIA PEREIRA GUEDES

Relator: THIAGO RODRIGO DIAS ALVES

Membro: VALTER LIMA DE JESUS

Art. 2º Esta Comissão Processante terá duração de 90 dias conforme o decreto lei 201/1967, e de mais dispositivos legais.

Art. 3º. Este decretoentra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colniza- MT, 10 de setembro de 2019.

_____

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza/MT

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 314/GP/2019

PORTARIA Nº 314/GP/2019, DE 06 DESETEMBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo da Lei Orgânica, e Lei Municipal nº. 502/2011, e Art. 4º do Decreto nº. 021/GP/2019, de 04 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1° - **Exonerar a pedido**, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Marilza Rodrigues Teixeira,** matricula nº. 6249-2, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 917934 SSP/RO e CPF n° 809.880.672-43, Concursado como Técnica de Enfermagem, 40 horas**, Vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 06 de setembro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 06 de setembro de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 001/2019 -COMODORO-PREVI

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

O Fundo Municipal de Previdência Social - Comodoro-Previ, torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 09/09/2019 às 09:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial, EDITAL n° 001/2019, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE FERRAMENTA TECNOLÓGICA COM MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, PARA GERENCIAMENTO DO COMODORO-PREVI, CONTENDO OS MÓDULOS DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, FOLHA DE BENEFÍCIOS VITALÍCIOS E TEMPORÁRIOS, FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO COMODORO-PREVI E DEMAIS MÓDULOS DESCRITOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIOS E ANEXOS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.**

Comodoro – MT, 09 de Setembro de 2019.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 011/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação Juliane dos Santos Costa Pereira, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, EDITAL n° 011/2019, tendo como objeto: **EXECUÇÃO DE OBRA PARA PASSEIO CALÇADO E ACESSIBILIDADE, SENDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PAM, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, EM ANEXO**, cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas do dia 26/09/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 10 de setembro de 2019.

Juliane dos Santos Costa Pereira

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO 005/2019

Contrato:	79-2019	Pro. Licitatório:	093/2019
Objeto:	Reforma na Creche Municipal Sarah Jheniffer		
Contratante:	Prefeitura Municipal de Confresa		
Contratada:	DIEGO MORELLO-EPP		

A Secretaria Municipal de Planejamento, perante autorização do Prefeito Municipal de Confresa-MT, Senhor Rônio Condão Barros Milhomem, no uso das atribuições, expede a presente ordem de serviço à empresa DIEGO MORELLO-EPP, doravante denominada de CONTRATADA, inscrita no CNPJ com o nº 07.694.058/0001-21, representada neste ato por Diego Morello, para que a mesma inicie a execução dos serviços hora contratados no Município de Confresa-MT, conforme contrato, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas. Assim sendo, a Contratada tem o dever de executar os serviços dentro do cronograma inicial estabelecido, a contar da data de recebimento deste documento.

_____

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

Adalberto de A. B. Pagiolli

Engenheiro Civil

Secretaria de Planejamento

_____

Representante Legal

DIEGO MORELLO-EPP

Recebi em 06/09/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 226/2019 ADM DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado, Sr. **WALTER RAMOS TELES,** CPF: 041.810.571-51,como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	**117/2019**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	MARIA M.M. BATISTA-ME	09.538.969/0001-95	R$ 143.250,00
OBJETO	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2019, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019, PROCESSO LICITATORIO Nº 054/2019, REALIZADO PELO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO TUBOS DE CONCRETO, PARA SEREM UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BUEIROS EM ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICIPIO DE CONFRESA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 09/09/2019 A 09/09/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de setembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 de 10 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 11:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 10 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR
PROF LIC PL EM PEDAGOGIA	30	5º	MAURINEYS INACIO GUIMARAES PEIXOTO	ESCOLA MUNICIPAL VALDEMIRO NUNES
		6º	ELIETE PIRES CARLOS	
		2º	JESSICA DA COSTA SANTOS	ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES
		3º	MONICA REGINA RODRIGUES GOMES	

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS/CANDIDATOS

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 117/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 173/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 123/2019

DO OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2019, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019, PROCESSO LICITATORIO Nº 054/2019, REALIZADO PELO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO TUBOS DE CONCRETO, PARA SEREM UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BUEIROS EM ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICIPIO DE CONFRESA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA.

VIGÊNCIA: 09/09/2019 a 09/09/2020.

DO VALOR GLOBAL: R$ 143.250,00 (Cento e Quarenta Três Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

DATA: Confresa, 09 de setembro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** MARIA M. M. BATISTA-ME - CNPJ: 09.538.969/0001-95

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO 004/2019

Contrato:	80-2019	Pro. Licitatório:	093/2019
Objeto:	Reforma na Escola Municipal Jacaré Valente		
Contratante:	Prefeitura Municipal de Confresa		
Contratada:	DIEGO MORELLO-EPP		

A Secretaria Municipal de Planejamento, perante autorização do Prefeito Municipal de Confresa-MT, Senhor Rônio Condão Barros Milhomem, no uso das atribuições, expede a presente ordem de serviço à empresa DIEGO MORELLO-EPP, doravante denominada de CONTRATADA, inscrita no CNPJ com o nº 07.694.058/0001-21, representada neste ato por Diego Morello, para que a mesma inicie a execução dos serviços hora contratados no Município de Confresa-MT, conforme contrato, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas. Assim sendo, a Contratada tem o dever de executar os serviços dentro do cronograma inicial estabelecido, a contar da data de recebimento deste documento.

_____

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

Adalberto de A. B. Pagiolli

Engenheiro Civil

Secretaria de Planejamento

_____

Representante Legal

DIEGO MORELLO-EPP

Recebi em 06/09/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO 007/2019

Contrato:	104-2019	Pro. Licitatório:	007/2019
Objeto:	Reforma do PSF Vila Nova		
Contratante:	Prefeitura Municipal de Confresa		
Contratada:	INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP		

A Secretaria Municipal de Planejamento, perante autorização do Prefeito Municipal de Confresa-MT, Senhor Ronio Condão Barros Milhomem, no uso das atribuições, expede a presente ordem de serviço à empresa INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP, doravante denominada de CONTRATADA, inscrita no CNPJ com o nº 07.799.371/0001-24, representada neste ato pelo seu Procurador o Senhor Danilo Pereira de Araújo, para que a mesma inicie a execução dos serviços hora contratados no Município de Confresa-MT, conforme contrato, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas. Assim sendo, a Contratada tem o dever de executar os serviços dentro do cronograma inicial estabelecido, a contar da data de recebimento deste documento.

_____

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

Adalberto de A. B. Pagiolli

Engenheiro Civil

Secretaria de Planejamento

_____

Representante Legal

INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – EPP

Procurador: Danilo Pereira de Araújo

Recebi em 09/09/2019.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019 de 11 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 11:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 11 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CARGO	CARHOR	CLAS	CANDIDATO	DEPARTAMENTO
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	40	42º	MAIK GOMES MARQUES	SAÚDE/VISA/SIF SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL
		43º	LEONARIA ALVES BORGES	

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS/CANDIDATOS

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF).

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88).

4 - Título de eleitor.

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet.

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso.

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino).

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade).

9 - CTPS - Carteira de Trabalho.

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista).

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens).

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento).

13 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) dos dependentes.

14 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido.

15 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico).

16 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade.

17 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT).

18 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado).

19 - Declaração negativa de acúmulo de cargos.

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo.

21 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional).

22 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente.

23 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil.

24 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais.

25 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais.

26 - Telefone de contato (residencial e/ou celular).

27 - E-mail.

28 - PIS/PASEP.

29 - Declaração de confidencialidade.

30 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

31 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO 006/2019

Contrato:	78-2019	Pro. Licitatório:	074/2019
Objeto:	Reforma do Centro de Convivência dos Idosos		
Contratante:	Prefeitura Municipal de Confresa		
Contratada:	INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP		

A Secretaria Municipal de Planejamento, perante autorização do Prefeito Municipal de Confresa-MT, Senhor Ronio Condão Barros Milhomem, no uso das atribuições, expede a presente ordem de serviço à empresa INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP, doravante denominada de CONTRATADA, inscrita no CNPJ com o nº 07.799.371/0001-24, representada neste ato pelo seu Procurador o Senhor Danilo Pereira de Araújo, para que a mesma inicie a execução dos serviços hora contratados no Município de Confresa-MT, conforme contrato, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas. Assim sendo, a Contratada tem o dever de executar os serviços dentro do cronograma inicial estabelecido, a contar da data de recebimento deste documento.

_____

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

_____

Adalberto de A. B. Pagiolli

Engenheiro Civil

Secretaria de Planejamento

_____

Representante Legal

INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – EPP

Procurador: Danilo Pereira de Araújo

Recebi em 09/09/2019.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2019 de 10 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 1100h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 10 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	LOTACAO/UNIDADE ESCOLAR
PROF LIC PL EM PEDAGOGIA	30	91º	REGILENE GOMES LINHARES IORA	ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR AGAMENON
		92º	LAURA NUBIA VIEIRA GOMES	ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANCA

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de freqüência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
PORTARIA Nº 175/2019

"Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nomeia membros para compor a Comissão Processante e dá outras providências". .

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, VI, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto nos artigos 207, 208 e 210 da Lei Complementar nº 001/2001; e

Considerando o que consta no Ofício nº 295/2019 – PJ/CIV/PL, da lavra do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º ÂNGELA DOS SANTOS, Assistente Social do quadro de pessoal da Secretaria de Ação Social, matrícula funcional nº 489; **MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS**, Assistente Administrativo do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 1038; e **NILSON ALACRINO DA SILVA JUNIOR**, Assistente Administrativo do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, matrícula funcional nº 1057, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as faltas disciplinares cometidas, em tese, pelo servidor **NIEMEYER RODRIGUES DIAS**, de que trata o **Ofício nº295/2019 – PJ/CIV/PL**, da lavra do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 09 de setembro de 2019.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO 01/2019 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 06/2019

MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 34.465.309/0001-67, sediada à Av. Avenida 20 de Dezembro, n° 725, Centro, Cotriguaçu-MT, CEP: 78330-000,, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAIR KLASNER, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua B, 50 Bairro Progresso, Cotriguaçu – MT, portador da Carteira de Identidade de n. 966.945 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 862.690. 381-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa e a empresa **ALFONSO ROBERTO DALMAGRO - ME**, inscrita no CNPJ: 09.233.598/0001-33, localizada na Avenida 20 de dezembro, nº 925, Setor Industrial, CEP: 78.330-000, Cotriguaçu - MT, doravante denominada CONTRATADA, assinam o presente termo de ADITIVO de contrato de execução, de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas e:

CONSIDERANDO, que após o resultado da TOMADA DE PREÇO 10/2018, o Contratante contratou a Contratada por meio do Contrato nº 06/

2019, objetivando a ""RECUPERAÇÃO DE 17,49 KM DE ESTRADAS VICINAIS NO PA JURUENA, mediante convenio 861520/2017 com a UNIÃO

CONSIDERANDO que a antes de fornecer a Ordem de Serviço, a Equipe Técnica do INCRA encontrou inconsistências na planilha, divergente do projeto básico, referente ao item 1.2e 1.3, fazendo-se necessário nova planilha alterando as condições para adequar ao projeto básico, conforme parecer de 04.09.2019

CONSIDERANDO que pela satisfação do bem comum, e uma vez demonstrada a necessidade da alteração contratual face ao erro identificado no momento da elaboração do projeto, tem-se que a mesma restará justificada, não só com fulcro no inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93, como também pelo respeito aos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência administrativa;

CONSIDERANDO a ausência de potencialidade, ante a singularidade dos erros, e o fato da licitação ter sido ex3cutada por valor global.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico que demonstra a legalidade da correção da planilha;

CONSIDERANDO que existe saldo de convenio e a paralisia na obra causa prejuízo ao Contratante e a Contratada, com a deteriorização das condições da obra licitada;

CONSIDERANDO, o dever da Administração Pública em apurar eventuais fatos capazes de interferir na segurança e na regularidade de seus contratos, bem como a viabilidade na prestação dos serviços públicos essenciais à coletividade, sem prejuízo do zelo administrativo em manter seus atos nos estribos dos princípios administrativos encartadas na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO, as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa, que pode ser sanado em fase administrativa;

RESOLVEM

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente instrumento, fica ALTERADO o CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 006/2019 e seus aditivos, para que a CONTRATADA declare expressa ciência dos erros na planilha licitada, nos itens 1.2 e 1.3, conforme assinalado pela Equipe Técnica do Incra em parecer de 04.09.2019, e que os mesmos em nada prejudicou-a em apresentar o valor global pelo serviço a ser executado.

Paragrafo único – A Contratada concorda expressamente com as retificações da planilha de preço, bem como em executar o serviço contratado pelo valor de R$ 258.500,00 (Duzentos E Cinquenta E Oito Mil E Quinhentos Reais), ou seja, sem nenhuma majoração de valores.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Aditivo tem por fundamento o art. 65, inciso I e demais a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, o aditivo opera-se de forma amigável, com renúncia de quaisquer outros direitos decorrentes do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – O foro contratual é o da Comarca de Cotriguaçu-MT.

E, por estarem plenamente ajustadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Cuiabá, 10 de setembro de 2019.

_____

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

_____

ALFONSO ROBERTO DALMAGRO - ME

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF: CPF:

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 005/2019 PROCESSO 080/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 005/2019 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO PARA **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA REESTRUTURAÇÃO DO VIVEIRO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, COM RECURSOS DO CONVENIO Nº853519/2017/ MAPA, CONFORME PLANILHAS E PROJETO EM ANEXO",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **01 (primeiro) de Outubro de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 10 de Outubro de 2019.

VALERIA DE ALMEIDA Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 066/2019 PROCESSO 103/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 066/2019, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **" REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO MANUTENÇÃO DE BOMBA INJETORAS E BICOS, PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA",,** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **27 (vinte e sete) de setembro de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail: licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 09 de setembro de 2019. **GISLAINE MOREIRA DE OLIVEIRA Pregoeira da Comissão Especial de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 038/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83.647/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Material Permanente (Equipamentos de Informática) e Material de Consumo para

atender ao Hospital Municipal de Cuiabá Leony Palma de Carvalho (HMC), e Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos.

Data/Horário: 24/09/2019 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá, para alterações no edital tendo em vista as impugnações apresentadas.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 10 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 009/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o item 17.18, do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, abaixo transcrito:

17.18. Será considerado desistente, perdendo a respectiva vaga, o candidato que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação, que não se apresentar para assinar o contrato no prazo fixado e, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.

DESCLASSIFICA, o candidato abaixo mencionado:

CARGO: MOTORISTA I (VEÍCULO PEQUENO)

3° - Cleufas Martins de Souza

Curvelândia - 10 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
¬PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 024/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 488/2018, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Processo Seletivo, para comparecer no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos **seguintes documentos**: Carteira de Identidade, CPF, Cartão de PIS/PASEP ou (Declaração que não possui), Título de Eleitor, Certidão de casamento (se for o caso) CPF e RG do Esposa ou Esposo, Documentar militar (se homem), Comprovante de quitação eleitoral, Certidões Negativas Cível e Criminal de 1° e 2° Grau da Justiça Estadual/ Justiça Federal /TRF 1, Carteira de habilitação (para cargos de motorista e operador de máquinas, Documento de escolaridade (certificado de conclusão, ou diploma ou atestado que demonstre escolaridade), Comprovante de registro perante o respectivo Conselho Profissional (para os cargos de nível superior), Comprovante de Endereço, 01 foto 3x4, Conta bancária – Banco do Brasil, declaração de bens, declaração de não acúmulo ilegal de cargos, Atestado Médico expedido por Médico do Trabalho **Para Receber Salário Família e ou declarar dependentes no IRRF**: Certidão de Nascimento de filhos, Carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos, Declaração de matricula dos filhos de 07 a 14 anos.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

1° - Joelson Luiz dos Santos

Curvelândia, 10 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 76/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICO PARA SISTEMAS DE COORDENADAS, LATITUDES, LONGITUDES, E ALTITUDES GEODÉSICAS E UTM PARA FINS REGULARIZATÓRIOS DAS SEGUINTES MATRICULAS 37.716; 8.953, 23.760, 34.820, 34.173 E 62

VALOR: R$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATADO: P E C GIRALDELI ASSESSORIA - EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 28 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 029-2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS.

CONTRATADO: ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 208/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **HONORINA FONTES E SOUZA NETA,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **05 de Janeiro de 2003 a 04 de Janeiro de 2008;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **HONORINA FONTES DE SOUZA NETA,** matrícula 1031-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a serem usufruídas no período de **27 de Setembro de 2019 a 25 de Dezembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 10 de Setembro de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 059-2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 175.440,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: INVIOLÁVEL DIAMANTINO ALARMES LTDA - EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 060-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE GRADE DE CONTENÇÃO, FECHAMENTOS E GERADOR DE ENERGIA PARA O SHOW QUE OCORRERÁ EM COMEMORAÇÃO DO ANIVERSARIO DE 291 ANOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATADO: LUZ E CENA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 368/2019

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido, o Sr. **LUCAS FELYPE ALMEIDA ANDRADE TRINDADE,** do seu cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UNIDADE BÁSICA CENTRAL**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
DECRETO N° 055/2018

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação da ESCALA de Licenças - prêmio dos servidores municipais para o exercício de 2019 e dá outras providências.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1˚ Nos termos dos Artigos 79 da Lei Municipal Complementar nº 008/2008, fica HOMOLOGADA a ESCALA de Licenças – prêmio dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, para o período de 02 de Setembro de 2019 à 30 de Novembro de 2019, consoante dispõe o Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se,

Cumpra-se.

ANEXO ÚNICO

MATR.	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	DATA REQ.	PERIODO DE LICENÇA PRÊMIO
826/1481	ANDRE LUIZ PORTELLA	13/02/2007 A 13/02/2012 E 03/07/2012 A 03/07/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO
865	CELIA DOS SANTOS	26/03/2012 A 26/03/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO
1573	CRISTIANE PEREIRA DE CARVALHO	03/12/2012 A 03/12/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO
1536	FRANCIELLE CRISTINA PASSADORE	02/10/2012 A 02/10/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO
1549	JEANDRA ROSA	18/10/2012 A 18/10/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO
1506	MARIA GIRON	17/07/2012 A 17/07/2017	01/03/2019	SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº367/2019

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Férias em gozo ao Sr. **RAIMUNDO SOUSA VIEIRA,** ocupante do cargo efetivo de Técnico em Radiologia**,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 09/09/2019 à 28/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 06/2017 – 12/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 366/2019.

DATA: 09 de setembro de 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Arts. 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007 (Estatuto dos Servidores Municipais), c/c Art. 67 do mesmo diploma legal;e,

Considerando que no curso do período aquisitivo de férias do Servidor abaixo identificado houve afastamento do trabalho devido ao gozo de Licença no período 01/06/2017 à 10/11/2017 e de 01/04/2018 à 15/06/2018;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 10 (Dez) dias de Férias a Sr.ª **CLEIA DE OLIVEIRA DA SILVA,** ocupante do cargo Efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1° - As férias concedidas no *caput* deste art. referem-se ao remanescente dos dias de férias a que tem direito a Servidora pelo período aquisitivo de 2017/2018.

§ 2° - As férias concedidas serão usufruídas no período 09/09/2019 à 18/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 365/2019

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **EDUARDO FERREIRA ROSA, JULIELE MOURA RODRIGUES E ABELI ALVES DA SILVA MIRANDOLA** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de** Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 364/2019

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **ADENILSO DE LIMA, RUBENS CISCON DA FONSECA E ALESANDRO FRANCISCO** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 363/2019

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PATRICIA CHERNAKI PASSADOR PAVEI, CELIA APARECIDA DOS SANTOS MESQUITA E SUELI ALMAGRO MOURA** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de** Assistência Social.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 362/2019

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO, DAIANE RIBOLDI E FRANCISCA ALINE DA SILVA DA CONCEIÇÃO ZORZI** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de** Saúde.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 361/2019

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **NEUZA MARIA DA ROSA, ROGÉRIO JOSÉ MENDICINO E LIVANETE FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 360/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido, a Sr.ª **ALEXSANDRA SILVEIRA,** do seu cargo efetivo de **ORIENTADOR SOCIAL**, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS E UM DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 359/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **JOÃO CARLOS RODRIGUES,** ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA NÍVEL I**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 358/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ROGÉLIO APARECIDO ALVES TEIXEIRA,** ocupante do cargo efetivo de **VIGIA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 357/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ALEXANDRE OLIVEIRA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL III**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 356/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ADEMIR LUIZ WEISS,** ocupante do cargo efetivo de **MECÂNICO/SOLDADOR**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 355/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **MARTA DAMA,** ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 354/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **MARIA GORETE DO NASCIMENTO ARAÚJO,** ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 353/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **NEIDE BIAVATTI,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 352/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **NIVALDO PEDRO DE LIMA,** ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA NÍVEL II**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/09/2019 A 01/10/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 351/2019

DATA: 02 DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO,** ocupante do cargo Comissionado de **Secretário Municipal de Saúde**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/09/2019 a 21/09/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

§ 1º- Á requerimento do servidor ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devido, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 369/2019

PORTARIA MUNICIPAL Nº 369/2019

DATA: 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre a composição da Comissão Conjunta e Paritária para estudos do reordenamento da Rede Pública de Ensino em Feliz Natal/MT e dá outras providências.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei;

Considerando o que estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 211, quanto a organização em regime de colaboração dos sistemas de ensino, bem como, a obrigatoriedade de atendimento de cada ente federado;

Considerando a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, quanto a distribuição proporcional das responsabilidades entre Estado e Município para o atendimento do Ensino Fundamental;

Considerando a necessidade de ações que possibilitem o atendimento das metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação;

RESOLVE:

Artigo 1º. Compor a **Comissão Conjunta Paritária de Feliz Natal/MT**, com os seguintes integrantes:

I. Salete dos Santos da Silva – CPF nº 587.312.709-30 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte;

II. Vitório Sales da Cruz – CPF nº 514.170.301-00 - Coordenador de Microplanejamento da Estrutura Escolar – SAGI/SEDUC/MT;

III. Zeferino Passos Guarrezi Junior – CPF nº 030.880.529-18 – Assessor Pedagógico SEDUC/MT;

IV. Paulo Nestor Nogueira da Silveira – CPF nº 028.611.599-95 – Assessor Pedagógico SEDUC/MT;

V. Enisandra Aparecida Garcia de Oliveira – CPF nº 569.827.631-53 – Presidente do Conselho Municipal de Educação;

VI. Rejane Riggo de Paula – CPF nº 655.754.401-25 – Diretora da Escola Estadual André Antonio Maggi;

VII. Lídia de Queiros – CPF nº 014.977.971-28 – Secretária da Escola Estadual André Antonio Maggi;

VIII. Enisandra Aparecida Garcia Oliveira – CPF nº 569.827.631-53 – Diretora das Escolas Indígenas Municipais;

IX. Elisangela Aparecida Melek – CPF nº 040.686.979-06 – Diretora da Escola Municipal Rural Malvina Evaristo Pescinelli;

X. Idivani Sandrin de Lima – CPF nº 026.118.499-78 – Diretora da Escola Municipal Princesa Isabel;

XI. Joaquim Martins da Silva Neto – CPF nº 879.471.021-04 – Orientador pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Feliz Natal/MT;

XII. Edson Aparecido dos Santos – CPF nº 653.991.709-06 – Professor da Educação Básica;

XIII. Eliezer Becker – CPF nº 827.128.321-91 – Professor da Educação Básica;

XIV. Eliasmar Rodrigues de Paula – CPF nº 030.104.111-38 - Professor da Educação Básica.

Artigo 2º. Cabe a **Comissão Conjunta Paritária** realizar estudos sobre as possibilidades de Reordenamento da Rede Pública de Ensino no Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 3º. A Comissão Conjunta Paritária deverá elaborar um Relatório contendo todas as informações necessárias para que, em caso de Reordenamento, seja garantida a qualidade no atendimento da Educação Básica na Rede Pública de Ensino Público no Município de Feliz Natal/MT, o qual será encaminhado à Coordenadoria de Microplanejamento da Estrutura Escolar (CME/SAGI/SEDUC/MT).

Artigo 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, s/nº Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 001/2018 o qual foi devidamente homologado por intermédio do decreto 861 de 16 de janeiro de 2019 e publicado no diário oficial do município < https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/> na edição nº 3.147 de 17 de Janeiro de 2019.

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executivo Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prázo máximo de 03 (Três) dias úteis**, contados da data do dia 11 de setembro de 2019 a 13 de setembro de 2019, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a apresentação de exames admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão às expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 10 de setembro de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
360186	GENECI BREDA FERREIRA	29/08/1979	50,0	8.

Gaúcha do Norte-MT, 10 de setembro de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO II

Para tomar posse o candidato convocado deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados assim como apresentação dos originais para conferência.

1) Cópia dos seguintes documentos:

1.3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal.

1.3.2. Estar em gozo de direitos políticos.

1.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral.

1.3.4. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

1.3.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da posse.

1.3.6. Apresentar Exame Médico Admissional, acompanhado de exames complementares, conforme a natureza do cargo, em que ateste a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

1.3.6.1. Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

1.3.7. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

1.3.8. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado, apresentando certidão negativa de antecedentes criminais, dos últimos cinco anos, expedida pelo Foro da Justiça Estadual do local de sua residência;

1.3.9. Não receber proventos de aposentadoria conforme teor do Artigo 37, Parágrafo 10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória;

1.3.10. Apresentar declaração de bens;

1.3.11. No ato da contratação, o candidato não poderá estar incompatibilizado para contratação em nova função pública, mesmo que esteja afastado em licença sem vencimento, ressalvadas as hipóteses legais de acumulação de cargos prevista na Constituição Federal;

1.3.12. Possuir documento oficial de identidade reconhecido em território nacional;

1.3.13. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

1.3.14. Certidão de nascimento ou casamento, conforme o caso. Se separado judicialmente, certidão com averbação da separação ou divórcio;

1.3.15. Cartão de cadastramento PIS/PASEP (se tiver);

1.3.16. Título Eleitoral com certidão de quitação eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa;

1.3.17. Carteira de Habilitação compatível se for o caso;

1.3.18. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

1.3.19. Uma foto 3x4 (recente e colorida);

1.3.20. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos solteiros ou estudantes (se tiver);

1.3.21. Carteira de vacinação dos filhos com idade entre 01 (um) e 05 (cinco) anos;

1.3.22. Comprovante de residência atualizado;

1.3.23. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor;

1.3.24. Não serão aceitos, no ato da atribuição e contratação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original, ou se estiverem autenticados por órgão competente com fé pública

1.3.25. Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, (para os cargos de Fonoaudiólogo, Nutricionista e Professor de Educação Física)

1.3.26. Certidão negativa municipal;

https://www.gp.srv.br/tributario_gauchadonorte/ser...

1.3.27. Certidão negativa tribunal de justiça do MT, no link:

http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati...

1.3.28. Certidão negativa Justiça Federal no link: http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/?orgao=MT

1.3.29 Certidão negativa justiça do trabalho, no link http://portal.trt23.jus.br/portal/node/4461

Gaúcha do Norte-MT, 10 de setembro de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO TP 04

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

REFERENTE: TOMADA DE PREÇOS nº. 04/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2019

REQUERENTE: E- TAG CONSTRUÇ~ES E COMERCIO LTDA;

A Comissão de licitação atreves de sua presidente Nelma Aparecida Gomes de Oliveira, designada pela portaria nº. 01/2019, responde a Impugnação referente a Tomada de Preços nº 04/2019, solicitado pela empresa E-TAG CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, encaminhado via e-mail no endereço cpl@generalcarneiro.mt.gov.br no dia 22/07/2019 exatamente as 09:59 h, mediante as alegações descritas no pedido de impugnação.

DO PEDIDO

A empresa E- TAG CONSTRUÇ~ES E COMERCIO LTDA, denominada de agora em diante, como IMPUGNANTE, pretenso licitante Tomada De preções nº 04/2019, promovido pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – MT, através de sua Comissão de Licitação, cujo objeto é *SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLISPORTIVA NA ALDEIA IDIGENA MERURE NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.CONVEINIO 853251/2017-MINISTERIO DO ESPORTE*.

Em resumo ao pedido a impugnante destaca:

01 -**Planilha orçamentária em desacordo com o projeto e com ausência de serviços essencial a execução do projeto a ser licitado;**

02-Da ausência de projeto de fundação e locação das estacas;

03-Exigência de atestado de qualificação técnica em desacordo com a lei;

DO JULGAMENTO

Inicialmente importa salientar que esta operação, Contrato de Repasse n.º 1046.006-34/2017/CAIXAECONOMICA E Convênio n.º 853251/2017/ME, que rege os recursos orçamentários deste edital, foi contratada a partir de 02/01/2017, obedecendo ao regramento da Portaria Interministerial MPOG/MF/OGU n.º 424/2016, de 30/12/2016 (em anexo), operação está, classificada dentro dos cinco níveis prevista na Portaria (Art. 3º).

"I – Nível I, para execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse iguais ou superiores a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferiores a R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);"

Por este recurso, estar enquadrado no Nível I (Processo Simplificado), não é permitido a reformulação dos projetos de engenharia das obras e dos serviços de engenharia, sendo vedada a reprogramação dos contratos enquadrados no mesmo, conforme Art. 65 a 67 da Portaria 424/2016.

Cabe destacar que o projeto em questão, por já ter sido aprovado e emitido Laudo de Analise de Engenharia – LAE (em anexo), pela Caixa Econômica Federal (GIGOV), este não permite a reformulação ou reprogramação em questão.

Todavia, por se tratar de uma obra de grande importância ao município de General Carneiro – MT, o qual a mesma esta sendo licitado na modalidade de TOMADA DE REÇOS, POR VALOR GLOBAL, o Município de general através de sua equipe e engenharia informa que após consultas aos órgãos fiscalizadores (tce) por ser uma obra por valor global o que interessa para o município é o resultado final indiferente do custo de mobilização e desmobilização e ainda que o município requer a obra conforme projeto final e a empresa a ser contratada deverá apresentar sua proposta dentro do projeto final oferecendo valores que iram conseguir concluir a obra, indiferente de estar no projeto inclusos os valores de mobilização pois o interessante para o município que a empresa a ser contratada conclua a obra da forma que irá adequar suas planilhas gastos a empresa a ser contratada devera se organizar-se;

Quanto a ausência de projeto verificamos que realmente ouve uma falha ao anexar parte dos projetos complementares, os mesmos serão inclusos juntamente coma retificação do edital;

Quanto a sondagens do solo a mesma foi realizada antes da execução do projeto e utilizada para a elaboração dos projetos estruturais pelo engenheiro projetista sendo assim dispensamos a exposição dos laudos de sondagens;

Quanto ao atesado estaremos adequando em novo edital ratificado, conforme artigo 30 da lei 8666/93

DA CONCLUSÃO

Desse modo, recebo a impugnação apresentada, em face de sua tempestividade e no mérito, julgar **PROCEDENTE** e informar que o certame licitatório em referência atende aos ditames da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Pelo exposto, decide a comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de GENERAL CARNEIRO em DAR PROVIMENTOS em parte à impugnação apresentada pela empresa supra citada, acatando o pedido constante no que pertinente aos questionamentos acima citados. O edital será retificado e devidamente publicado nos mesmos veículos do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

General Carneiro – MT, 03 de setembro de 2019

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente CPL

LILIAN BORGES DO NASCIMENTO

Secretária

CLALDEMIR SANTOS TLES

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 008/2019, obteve o seguinte resultado: A empresa **CNN INOX MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA**, sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 18.887,00 (dezoito mil oitocentos e oitenta e sete reais)**. O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 10 de setembro de 2019. Ana Raquel Cassol/Pregoeira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179.2019

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto alteração de quantitativos para alguns itens da planilha orçamentaria **sem reflexo financeiro** do contrato 179/2019.

DATA: 03/09/2019

CONTRATADO: CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - EPP

Guarantã do Norte, 03 de setembro de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 180/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial n° **063/2019**, Processo de Compra n°**1765/2019**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA** sagrou-se vencedoracom o valor global de **R$ 11.235,65 (onze mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Data de Assinatura**: 10/09/2019. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA **Nº 1765/2019** PREGÃO PRESENCIAL Nº **063/2019-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; **Contratada**: **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** representada pelo senhor **Leandro Nery de Oliveira -** Guarantã do Norte/MT, 10 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO - 047/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2019

Pregão Presencial n° 047/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, doravante e denominado “MUNICIPIO” e do outro lado a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **03.532.991/0001-41,** situada na Av. Ulisses Pompeu de Campos, n° 132, bairro: Suburbano, CEP: 78.110-600, Várzea Grande – MT, neste ato representada por seu sócio/administrador Fabricio Margreiter,

portador do RG n° 3155582 SSP/SC e inscrito no CPF sob n° 843.623.839-72, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 047/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 047/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	**Câmara de Ar 7.50/16**	XBRI	32	Und	**R$ 56,20**	R$ 1.798,40
02	**Câmara de Ar 12.4/24**	XBRI	10	Und	**R$ 144,00**	R$ 1.440,00
03	**Câmara de Ar 14.9/24**	XBRI	10	Und	**R$ 210,00**	R$ 2.100,00
04	**Câmara de Ar 215/75 R17.5**	XBRI	30	Und	**R$ 100,00**	R$ 3.000,00
05	**Câmara de Ar 1000/20**	XBRI	30	Und	**R$ 99,00**	R$ 2.970,00
06	**Câmara de Ar 17.5/25 - R25**	XBRI	12	Und	R$ 264,00	R$ 3.168,00
07	**Câmara de Ar 215/65 R16**	XBRI	4	Und	R$ 62,00	R$ 248,00
08	**Câmara de Ar 175/70 R13**	XBRI	16	Und	R$ 37,00	R$ 592,00
09	**Câmara de Ar 185/65 R15**	XBRI	8	Und	R$ 31,50	R$ 252,00
10	**Câmara de Ar 185/70 R14**	XBRI	32	Und	R$ 31,50	R$ 1.008,00
11	**Pneumático – Radial Liso, dimensões 215/75/17,5, com no mínimo 12 lonas, com certificado Inmetro.**	FATE	40	Und	R$ 818,00	R$ 32.720,00
12	**Pneumático – Radial Liso, dimensões 275/80/R22.5, Fabricação Nacional, com certificado do Inmetro.**	FATE	52	Und	R$ 1.537,00	R$ 79.924,00
13	**Pneumático – Borrachudo, dimensões 7.50/16, com 10 lonas, com certificado Inmetro.**	GOODYEAR	18	Und	R$ 620,00	R$ 11.160,00
14	**Pneumático – Radial Liso, dimensões 195/65/R15, com certificado Inmetro.**	FATE	8	Und	R$ 352,00	R$ 2.816,00
15	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 18.4/30, Roda de Tração, com no mínimo 12 Lonas.**	TITAN	4	Und	R$ 2.900,00	R$ 11.600,00
16	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 12.4/24, Roda da tração, com no mínimo 10 Lonas.**	TITAN	4	Und	R$ 1.528,00	R$ 6.112,00
17	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 18.4/34 Roda de Tração, com no mínimo 12 Lonas.**	TITAN	4	Und	R$ 3.145,00	R$ 12.580,00
18	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 14.9/28, Roda da Tração, com no mínimo 12 Lonas.**	TITAN	4	Und	R$ 1.940,00	R$ 7.760,00
19	**Pneumático – Radial, dimensões 175/70 R13, com certificado Inmetro.**	FATE	20	Und	R$ 198,00	R$ 3.960,00
20	**Pneu Radial Borrachudo, dimensões 215/75 R17.5, com no mínimo 12 lonas, com certificado Inmetro.**	FATE	40	Und	R$ 842,00	R$ 33.680,00
21	**Pneumático - Radial Borrachudo, dimensões 275/80 R22.5, Fabricação Nacional, com certificado Inmetro.**	FATE	66	Und	R$ 1.620,00	R$ 106.920,00
22	**Pneumático - Radial Borrachudo, dimensões 1000/20, com no mínimo 16 Lonas, com certificado Inmetro.**	DUNLOP	42	Und	R$ 1.495,00	R$ 62.790,00
23	**Pneumático Para Maquina Fora de Estrada, dimensão - 17.5 R25, com 16 Lonas, com certificado Inmetro.**	TITAN	8	Und	R$ 3.445,00	R$ 27.560,00
24	**Pneumático - Radial, dimensões 225/75 R16C - Carga, reforçado, com certificado Inmetro.**	SAILUN	24	Und	R$ 742,00	R$ 17.808,00
25	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 9.5-24, Roda de tração, com no mínimo 04 lonas, certificado Inmetro.**	TITAN	5	Und	R$ 889,00	R$ 4.445,00
26	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 19.5L-24 com no mínimo 12 lonas, certificado Inmetro.**	TITAN	4	Und	R$ 2.558,00	R$ 10.232,00
27	**Protetor de Câmara de Ar 7.50/16**	RUZZI	34	Und	R$ 27,00	R$ 918,00
28	**Protetor de Câmara de Ar 275/80 R.22.5**	ABC	68	Und	R$ 49,00	R$ 3.332,00
29	**Protetor de Câmara de Ar 1000/20**	RUZZI	38	Und	R$ 40,00	R$ 1.520,00
30	**Protetor de Câmara de Ar 17.5 R25**	CARRETERO	12	Und	R$ 208,00	R$ 2.496,00
Valor total dos itens: R$ 456.909,40 (quatrocentos e cinquenta e seis mil novecentos e nove reais e quarenta centavos).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **10/09/2019** até **10/09/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 047/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 10 (dez) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir

sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a pro-

posta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 047/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

Fabricio Margreiter – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2019

Pregão Presencial n° 047/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, doravante e denominado "MUNICIPIO" e do outro lado a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **01.976.860/0048-91,** situada na Av. da FEB, S/N°, bairro: Ponte Nova, CEP: 78.115-005, Várzea Grande – MT, neste ato representada por seu sócio/administrador Sérgio Carlos Ferreira, portador do RG n°. 843046 SSP/GO e inscrito no CPF sob n°. 234.279.731-15, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 047/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 047/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	**Câmara de Ar 18.4/30**	MAGNUM	10	Und	R$ 271,00	R$ 2.710,00
02	**Câmara de Ar 18.4/34**	MAGNUM	10	Und	R$ 280,00	R$ 2.800,00
03	**Câmara de Ar 275/80 R22.5**	MAGNUM	60	Und	R$ 118,00	R$ 7.080,00
04	**Câmara de Ar 1400/24**	MAGNUM	24	Und	R$ 200,00	R$ 4.800,00
05	**Pneumático – Liso, dimensões 7.50/R16, com no minimo 10 lonas, com certificado Inmetro.**	PIRELLI CT52	18	Und	R$ 600,00	R$ 10.800,00
06	**Pneumático para Trator Agricola, dimensão 7.50/16, Construção Diagonal, com no minimo 08 Lonas, com certificado Inmetro.**	PIRELLI TD500	8	Und	R$ 608,00	R$ 4.864,00
07	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 14.9/24 Roda de Tração, com no minimo 12 Lonas.**	PIRELLI TM95	4	Und	R$ 1.935,00	R$ 7.740,00
08	**Pneumático – Radial, reforçados dimensões 175/65 R14, com certificado Inmetro.**	FORMULA ENERGY	16	Und	R$ 264,00	R$ 4.224,00
09	**Pneumático para Maquinas Fora de Estrada, dimensões 1400/24, motoniveladora, com no mínimo 16 Lonas, com certificado Inmetro.**	PIRELLI GL/L2	12	Und	R$ 2.579,00	R$ 30.948,00
10	**Pneumático - Radial, dimensões 215/65 R16 - Aro 16 com certificado Inmetro.**	PIRELLI S-VEAS	8	Und	R$ 609,00	R$ 4.872,00
11	**Pneumático - Radial, dimensões 245/70 R16, Aro 16 com certificado Inmetro.**	PIRELLI ATR	24	Und	**R$ 620,00**	R$ 14.880,00
12	**Pneumático - Radial, dimensões 185/70 R14, com certificado Inmetro.**	PIRELLI P1	64	Und	**R$ 280,00**	R$ 17.920,00
13	**Pneumático para Trator Agricola, dimensões 12-16.5 com no minimo 12 lonas, certificado Inmetro.**	PIRELLI PN16	4	Und	**R$ 954,00**	R$ 3.816,00
14	**Protetor de Câmara de Ar 1400/24**	CARRETEIRO	24	Und	**R$ 90,00**	R$ 2.160,00
Valor total dos itens: R$ 119.614,00 (cento e dezenove mil seiscentos e quatorze reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **10/09/2019** até **10/09/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 047/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 10 (dez) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 047/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PNEUS VIA NOBRE LTDA

Sérgio Carlos Ferreira – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PORTARIA DLC N° 196/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Silvana Matter, inscrita no CPF n° 990.540. 191.15, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Janaina Oliveira de Paula Villa Assad – CPF: 030.273.111.31.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Finanças e Gabinete do Prefeito, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Finanças

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 197/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Dorival Gomes de Souza, inscrito no CPF n° 925.508.511.53, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Leonardo de Siqueira Libano Soares – CPF: 116.907.497.92.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 198/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Marcos Delavy, inscrito no CPF n° 516.887. 609.97, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de

Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, a servidora Veronica de Souza Cavasin – CPF: 050.711.701.83.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 199/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Leidiane Alves dos Santos Barbosa, inscrita no CPF n° 046.720.591.46, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Jeferson da Silva Santos – CPF: 028.282.295.05.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 200/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Camila Conceição Rodrigues, inscrita no CPF n° 039.918.951.37, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Kathrin Maiara Viana Trizzi de Figueiredo – CPF: 030.517.831.88.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SINTIA REGINA BRANDALIZE PASCOSKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 201/2019

DATA: 10 de setembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Altair Colombo, inscrito no CPF n° 921.144. 740.20, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 047/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 035/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 532.991/0001-41.

Ata de Registro de Preços n° 036/2019 tendo como detentora a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/ 0048-91.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Rudi Preis – CPF: 049.010.019.81.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO – PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2019

Em conformidade com o disposto no art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de Licitação para a **"Aquisição de Palmeiras *veitchia Merrilli* para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Itanhangá-MT.".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FLORIANO STEFANO BOGORNI

CPF: 156.273.069-04

Inscrição Estadual: 13.285.621-2.

Endereço: Rod. MT 010 Km, Zona Rural – Fazenda Bogorni

Cidade de Ipiranga do Norte – MT – CEP: 78.578-000

VALOR GLOBAL: R$ 16.500,00(dezesseis mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2019.

Itanhangá–MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2019

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT.".**

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	03.532.991/0001-41
PNEUS VIA NOBRE LTDA	01.976.860/0048-91

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 049/2019**, instaurada para o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e instalação de toldos para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.".,** teve como vencedora a seguinte empresa: **BRUSCO & BRUSCO LTDA – ME – CNPJ: 07.539.713/0001-77,** sagrou – se vencedora com o valor global de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

Itanhangá-MT, 10 de setembro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO

ELMUCIO JACINTO MOREIRA, Oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Tapurah, Estado de Mato Grosso (1º Oficio), na forma da Lei, faz público, em cumprimento ao disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6766/79, que a proprietária: **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.209.225/0001-00, com sede na Rua Florianópolis, Centro, Itanhangá-MT, apresentou o REQUERIMENTO, inclusive memorial, planta e demais documentos necessários, para o registro do LOTEAMENTO aprovado pela Prefeitura Municipal na forma da Lei, referente ao imóvel localizado na área de expansão urbana deste município, com a área equivalente a 485.156,00m², denominado LOTEAMENTO AGROVILA SIMIONE, com as demais características constantes da matricula nº 6.341 deste Registro Imobiliário, cujo imóvel foi havido pelo loteador nos termos da R-04 da matrícula 6.341 do CRI de Tapurah-MT, cuja área será dividida em 21 Quadras, subdivididas em 246 Lotes Urbanos, 07 Lotes Urbanos no Setor Industrial e 03 Áreas Verdes, totalizando 256 Lotes, cujo loteamento se denominará "**LOTEAMENTO AGROVILA SIMIONE"**. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15(quinze) dias a contar da data da terceira e última publicação do presente edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, durante o horário de expediente ao público. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Tapurah-MT, aos 09 de Setembro de 2019.

ELMUCIO JACINTO MOREIRA- OFICIAL

Para acessar o mapa entre no link

https://www.itanhanga.mt.gov.br/imprensa/noticia/edital-de-loteamento-urbano/1748

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 111/2019

Dispõe designar responsável pela Correção da Redação de Documentos Oficiais e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere a lei e, **Considerando a importância da redação dos documentos Oficiais emitidos pelo Poder Legislativo Municipal,**

RESOLVE,

Art. 1º- Designar a servidora **PATRÍCIA SOARES VELASCO**,inscrita no CPF sob o n.º 999.289.571-34, portadora da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 1217488-2 SEJUSP/MT, Expedida em: 27/09/2011 e portadora da Carteira Nacional de Habilitação sob o n.º de registro: CNH 03050649863 DETRAN/MT, emitida em 29/03/2019 e válida até 11/03/2024, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascida aos 23/12/1985, filha de Acelino Teodoro Velasco e Maria Aurenice Soares Velasco, *Solteira*, Assessora de Imprensa e Cerimonial, **matrícula funcional sob o n.º 339**, como **responsável pela Correção da Redação de Documentos Oficiais, sendo: Portarias, Decretos, Resoluções, Edital e Outros,** no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira, **a partir do dia 06 de setembro de 2019.**

Art. 2º - A logística de distribuição interna, afixação em mural, coleta de assinatura e publicação, **ficará na responsabilidade da secretaria**.

Parágrafo Primeiro: Se necessário for, a servidora poderá solicitar assessoria jurídica para dirimir dúvidas sobre texto analisado.

Parágrafo primeiro:A servidora deverá manter a súmula com controle numérico de todos os tipos de documentos que forem emitidos.

Art. 3º - A correção deverá ser feita no mesmo dia que o arquivo for disponibilizado para a servidora.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas disposições que couber sobre o tema, na portaria legislativa 059/2017, mantendo as demais diretrizes da mesma.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

Márcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 115/2019.

Dispõe sobre designação do Responsável pelo Setor de Protocolo no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira-MT. e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando Instrução Normativa 003/2019 – Controle Interno – SCI, que dispõe sobre procedimentos para o setor de Protocolo no âmbito interno e externo do Poder Legislativo de Itiquira – MT.,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **LUIZ ANTONIO DE SOUZA,**brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 049.834.451-70, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 2574051-2 SEJUSP/MT, Expedida em: 29/04/2011, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascido em 26/02/1993, filho de Antonio de Souza e Orozina Paulina Alvino de Souza, Coordenador de Sonorização/Filmagem, **matrícula funcional sob o n.º 388**, como **Responsável pelos Serviços de Protocolo Interno e Externo**, no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira, **a partir do dia 06 de setembro de 2019.**

Parágrafo único: O servidor ora designado irá desempenhar os serviços de protocolo em horário de expediente e não será remunerado por esta atividade, apenas receberá a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário especialmente a portaria 098/2019.

Registra-se

Publica-se

Itiquira-MT., 09 de setembro de 2019.

Márcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através do senhor, Lucas Dants Vitório Rodrigues Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM DE RUAS DE ACESSO DE ITIQUIRA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 849649/2017/MCIDADES/CAIXA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** do tipo menor preço global, obteve o seguinte resultado: **N M FERREIRA EDIFICAÇÕES - EPP, CNPJ nº 10.720.593/0001-14** sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 410.504,18 (quatrocentos e dez mil quinhentos e quatro reais e dezoito centavos).

Itiquira/MT, 10 de setembro de 2019.

Lucas Dants Vitório Rodrigues

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA E LIMPEZA PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E ESCOLAS MUNICIPAIS**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/Home/Login e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **25 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/Home/Login. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 10 de setembro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 109/2019

Dispõe sobre nomeação da comissão Permanente de Licitação e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere as Leis,

RESOLVE:

Artigo 1º – **NOMEAR** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Legislativo de Itiquira-MT., para o exercício 2019, a partir de 06/09/2019, composta da seguinte forma:

Cargo	Nome	Mat. Funcional	CPF
Presidente	Maykon José Aquino dos Santos	313	026.354.441-96
Secretário	Claudio Henrique Ferreira	326	949.813.371-91
Relator	Luiz Antônio de Souza	338	049.834.451-70
Suplente	Alysson Cardoso dos Santos	334	052.995.481-84

Artigo 2º - As atribuições da comissão permanente de licitação são aquelas definidas na Lei n.º 8666/93, estando os mesmos incumbidos de todos

os procedimentos relativos aos processos licitatórios da Câmara Municipal de Itiquira, dentre eles:

I - Recebimento de requisições pertinentes à instauração de processos licitatórios relativos a compra, locação, alienação, serviços e outros;

II - Execução de atividades relativas à instauração de processo e julgamento das licitações de interesse do Poder Legislativo, com observância da legislação Federal e Estadual especificada;

III - proposição de instauração de processo com vista à apuração de infrações cometidas no curso da licitação e do contrato, para promoção da responsabilidade administrativa e aplicação da sanção cabível, sem prejuízo de sua iniciativa de apuração;

IV - Condução dos procedimentos de concessões e permissões, nos termos da legislação aplicável;

V - Execução de outras atividades, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 094/2019.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

MÁRCIO ALVES FONTES
Presidente
(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 110/2019.

Dispõe sobre designação de responsável Pelos Processos de Compras, no âmbito do Poder Legislativo, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere as Leis e,

Considerando que os processos de compras demandam de várias fases, necessitando de um servidor para apoiar a Secretaria de Administração nas tarefas operacionais do setor de compras, bem como, na parte burocrática do processo de compra, desde sua fase interna,

RESOLVE:

Art.. 1º. DESIGNAR o Servidor Sr. **ALYSSON CARDOSO DOS SANTOS,** brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 052.995.481-84, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 2528562-9 SEJUSP/MT, Expedida em: 06/10/2010 e portador da Carteira Nacional de Habilitação sob o n.º de registro: CNH 06578099895 DETRAN/MT, emitida em 11/07/2017 e válida até 07/09/2020, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascido em 27/11/1995, filho de Aldenor Velasco dos Santos e Dejanira Cardoso Mendonça, *Solteiro*, Assessor Administrativo, **matrícula funcional sob o n.º 344**, como **responsável pelos Processos de Compras** no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira **a partir do dia 06 de setembro de 2019.**

Parágrafo Primeiro: Os processos serão realizados com base na legislação vigente e instruções normativas internas.

Parágrafo Segundo: O ato de Compras permanece sob a responsabilidade da Secretaria de Administração, sendo que o servidor ora designado executará suas funções sob ordem da secretaria.

Art. 2º - O servidor permanecerá com sua remuneração de origem.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 095/2019.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

Márcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2019**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EM GERAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** conforme item constante no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2019.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, Nº 311, CENTRO, ITIQUIRA/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 10 de setembro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 112/2019

Dispõe sobre Nomeação do Responsável pelo Controle de Frotas do Poder Legislativo de Itiquira - MT., e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira – MT., no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei e,

Considerando a necessidade de manter controle de autorização de uso do veículo oficial, controle de abastecimento, documentação e outros procedimentos relacionados,

RESOLVE:

Art. 1º - Designaro servidor **ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA**,brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 841.004.511-72, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 1120088-0 SJSP/MT, Expedida em: 22/02/1995 e portador da Carteira Nacional de Habilitação sob o n.º de registro: CNH 03727719701 DETRAN/MT, emitida em 04/06/2019 e válida até 26/05/2024, natural de Poxoréo, Estado de Mato Grosso, nascido em 17/11/1978, filho de Antônio Ferreira Bento e Lucilia Gonzaga Ferreira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Ilze Carvalho de Figueiredo Gonzaga, Secretário de Administração, **matrícula funcional sob o n. º 342**, como **responsável pelo Controle de Responsável pelo Controle do Frota** deste Poder Legislativo **a partir do dia 06 de setembro de 2019.**

Art.2º - **São atribuições do Controle da Frota:** Manter por meio de relatório do tipo "Diário de Bordo" todas as informações sobre o controle de saídas e chegadas dos veículos, S-10, Moto Honda Biz, contendo neces-

sariamente: a) data e hora da saída e chegada; b) quilometragem de saída e chegada; c) nível de combustível de saída e chegada e d) solicitação dos Usuários, bem como, controle de abastecimento da roçadeira de grama.

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atribuição, continuará apenas com a remuneração do cargo de origem e desenvolverá esta função dentro do horário normal de expediente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria Legislativa n.º 016/2019.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

MARCIO ALVES FONTES

Presidente Gestão 2019-2020

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 113/2019

Dispõe sobre nomeação do Responsável pela distribuição/saídas de produtos do Setor de Almoxarifado no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira-MT., e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira – MT., no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei ,

RESOLVE:

Art. 1º - Designaro **Designar** o servidor **ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA**,brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 841.004.511-72, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 1120088-0 SJSP/MT, Expedida em: 22/02/1995 e portador da Carteira Nacional de Habilitação sob o n.º de registro: CNH 03727719701 DETRAN/MT, emitida em 04/06/2019 e válida até 26/05/2024, natural de Poxoréo, Estado de Mato Grosso, nascido em 17/11/1978, filho de Antônio Ferreira Bento e Lucilia Gonzaga Ferreira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Ilze Carvalho de Figueiredo Gonzaga, Secretário de Administração, **matrícula funcional sob o n.º 342**, como **responsável pelo Controle de Distribuição/Saída** de produtos do Almoxarifado desta Câmara Municipal de Itiquira, **a partir do dia 06 de setembro de 2019**,

Parágrafo Único: Havendo a necessidade de afastamento ou ausência do servidor indicado, o procedimento será conduzido pela Servidora Sra. **Maria Cristina Pereira Vieira**, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional 03, com as mesmas vantagens e direitos.

Art.2º - A realização do controle deverá ser feita da seguinte forma:

O Fornecimento dos bens e materiais de consumo será realizado unicamente pelo setor de almoxarifado, que fará sua distribuição às unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Itiquira, de acordo com a demanda das mesmas;

Todo bem e material de consumo retirado no setor de almoxarifado, deverá ser feito através do formulário de requisição de material contendo a identificação do solicitante, unidade de trabalho, o item, a quantidade, a descrição, a assinatura do servidor requisitante e a data da requisição;

Deverá ser realizada constantemente a contagem do estoque físico, evitando possibilidade de diferenças entre o sistema de almoxarifado e estoque real;

Constatada a diminuição do nível do estoque de qualquer material ou bem de consumo, o servidor responsável deverá encaminhar uma Comunicação Interna (CI) ao Secretário de Administração, alertando-o da situação;

O servidor responsável pelo almoxarifado deverá lançar diariamente, em fichas específicas, todas as entradas e saídas de bens e materiais de consumo no estoque;

Após o lançamento nas respectivas fichas, o servidor responsável arquivará as requisições em pasta própria, organizada por ordem cronológica;

Uma via das requisições deverá ser encaminhada ao departamento de contabilidade para lançamento/manutenção no sistema Compras/Almoxarifado.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 062/2019.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

Márcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 114/2019.

Dispõe sobre Exoneração de Servidor Público Municipal e, dá outras providências.

MÁRCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere as Leis,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Servidor Sr. **ODENILSON DA SILVA FELICIO,** inscrito no CPF sob o n.º 816.826.461-49, portador da Cédula de Identidade sob o n.º RG: 001018144 SSP/MS expedida em 20/08/1996, brasileiro, natural de Guiratinga-MT, Estado de Mato Grosso, nascido em 04/09/1974, filho de filho de Antonio Felicio da Silva e Maria Rosa da Silva,, casado sob o *regime de comunhão parcial de bens* com Marisa Batista da Silva, do cargo de **ASSESSOR DE PARLAMENTAR/LEGISLATIVO**, **matrícula funcional sob o n.º 305**, **a partir do dia 09 de setembro de 2019.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 008/2019.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 09 de setembro de 2019.

MÁRCIO ALVES FONTES

Presidente

(Gestão 2019/2020)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº. 181/19 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº. 181/19 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, para exercer Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Setembro de 2019, conforme segue:

- JONAS ALVES RIBEIRO – SUPERINTENDENTE - ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de Setembro de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 180/19 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº. 180/19 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir do dia 31 de Agosto de 2019, conforme segue:

- FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN – SUPERINTENDENTE - ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de Setembro de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. Nº 039/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: ORLANDO M DE ALMEIDA NETO – ME;OBJETO "Contratação de empresa especializada para execução de Obra do PRAD I (Programa de Recuperação de área Degradada) compreendendo a construção de cerca (448,96 metros) e plantio de árvores (560 unidades) numa área de 8.361,64 m², contrato de repasse convênio nº 0352.398-38/2011/PAC2, Ministério das Cidades, obra a ser executada no bairro Elias Domingos no Município de Jaciara – MT",** PRAZO: 12 (meses) meses no menor valor global de **R$ 94.217,29 (Noventa e Quatro Mil, Duzentos e Dezessete Reais e Vinte e Nove Centavos)**;**ASSINATURA:** 10/09/2019

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão **n° 0025/2019, Registro de preços para a futura e eventual Prestação de Serviços para Futura Locação de Veiculos**, conforme discriminados no Edital. De conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pela Pregoeira e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria n° 001/2019, FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 0025/2019, tendo como vencedoras as empresas: **C G BEDONI** devidamente inscrita no CNPJ Nº 32.984.087/0001-69 120.450,00 (cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta reais), por sagrar-se vencedoras da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE AGOSTO 2019.

PORTARIA Nº 188 DE 01 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. NILTON ALVARO A. MAZUY - CRM/MT 5599, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 30/07/2019, a servidora CLAUDIA MARIA RODRIGUES TEIXEIRA, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 189 DE 01 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 30 de julho de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor LUIS PAULO FREITAS GARCIA, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 191 DE 05 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. CASSIA CAROLINE G. DALBEM TELES - CRM/MT 3261, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 30/07/2019, a servidora NILCIANE RODRIGUES CALDAS, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 192 DE 05 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 01 de agosto do corrente ano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
ANDERSON PAVINI	2016/2017	02/08/2019 a 31/08/2019
CORDENCIANO MOREIRA RODRIGUES	2018/2019	01/08/2019 a 30/08/2019
DANIEL AUGUSTO RODRIGUES	2018/2019	02/08/2019 a 31/08/2019
EDIVALDO ALVES BENTO	2013/2014	05/08/2019 a 03/09/2019
ELIANA ERMISDORFF DA CUNHA	2016/2017	19/08/2019 a 17/09/2019
JOAO PEDRO DA SILVA	2018/2019	01/08/2019 a 30/08/2019
JOSE DO CARMO BRAZ	2014/2015	16/08/2019 a 14/09/2019
MANASSES DOS SANTOS PADILHA	2016/2017	01/08/2019 a 30/08/2019
MARCOS ANTONIO DA ROCHA	2016/2017	01/08/2019 a 30/08/2019
MARIA DE FATIMA PEREIRA LEITE	2014/2015	05/08/2019 a 03/09/2019
MARIA DE JESUS GONCALVES DE ABREU	2018/2019	14/08/2019 a 12/09/2019
MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA	2016/2017	01/08/2019 a 30/08/2019
WALTER LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA	2017/2018	01/08/2019 a 30/08/2019
ZILENE GOMES DE ARAUJO TEIXEIRA	2016/2017	01/08/2019 a 30/08/2019

PORTARIA Nº 198 DE 15 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 06 de agosto do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a servidora abaixo relacionada, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
ADRIANA GONÇALVES LANA CUNHA	2013/2018	06/08/2019 a 03/11/2019

PORTARIA Nº 200 DE 19 AGOSTO DE 2019

INFORMAR CONCESSÃO, no período 05/08/2019 a 04/09/2019, conforme atestado médico concedido pelo Dr. GERALDO GONÇALVES SILVA – CRM/DF-7684, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA NA PESSOA DA FAMÍLIA a LEIA DE ALCANTARA BERNARDES, servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com art. 100 a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº 201 DE 20 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. LUIS MARCOS V. TURDERA - CRM/MT 5673, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 07/08/2019, a servidora RITA COELHO DE BARROS, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº 202 DE 23 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao servidor abaixo relacionado, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia, em conformidade ao art. 126 a Lei Complementar n.º 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
MARCOS CLEMENTINO DA SILVA SOUZA	2016/2017	22/08/2019 a 10/09/2019

PORTARIA Nº 203 DE 29 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **VINICIUS PINZAN**– CRM-MT 6341, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 27/08/2019, a servidora **NIVANIR GONÇALVES RAMOS,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 204 DE 29 AGOSTO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. VIRGINIA SCAFF - CRM/MT 7427, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 21/08/2019, a servidora MARIA NEUZA RIBEIRO DA SILVA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 205 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

"EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010. **R E S O L V E: Artigo 1º**. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
FERNANDA SILVA AVELAR	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	C	III

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de agosto/2.019. **Artigo 4º.** Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE CARGOS NO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO, LEI COMPLEMENTAR 117/ 2016 E SUAS ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

V. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Função Gratificada	N. Vagas	Requisito para investidura	Atribuições	Valor da Gratificação
Gestor II – Atendente em Posto Sefaz/exatoria	01	Ser ocupante de cargo de provimento efetivo nos quadros da Prefeitura Municipal de Jauru e possuir ensino médio	Proceder atendimento da população/usuários que necessitar dos serviços prestados/colocados a disposição no pósto de sefaz/exatoria, no município de Jauru/MT; executar outras tarefas correlatas inerente a área de atuação a partir da determinação do superior hierárquico.	R$ 600,00

Artigo 1º – Incluir, no anexo IV, da Lei Complementar nº. 117/2016, 142/2019 e suas alterações posteriores, a função gratifica a seguir, que será provida por servidores públicos ocupantes de cargos efetivo do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Jauru, com remunerações fixadas pela Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos da Administração Pública do Município de Jauru.

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Artigo 2º. Acrescentar nos anexos da Lei Complementar nº. 117/2016, o seguinte cargo de provimento efetivo, com as respectivas atribuições, requisito/ formação, remuneração e carga horária.

ANEXO I

DESCRIÇÕES DAS ATRIBUIÇÕES TÍPICAS DOS CARGOS DE PROVIMENTO

EFETIVO, COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

I.I - DESCRIÇÕES DAS ATRIBUIÇÕES TÍPICAS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO: FISCAL AMBIENTAL

Referencia Salarial: Tabela Anexo II

ATRIBUIÇÕES: Emitir pareceres técnicos pertinentes aos processos de fiscalização;

Promover a fiscalização das atividades licenciadas ou em processo de licenciamento e desenvolver tarefas de controle e monitoramento ambiental Municipal;

Exercer fiscalização sistemática do meio ambiente do município; emitir laudos de vistorias em cumprimento da legislação ambiental federal, municipal e estadual;

Realizar inspeções conjuntas com equipes técnicas de outras instituições;

Proceder inspeções e visitas de rotina em unidades produtivas e/ou instalações e empresas, nos termos da legislação em vigor;

Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da fiscalização e vigilância ambiental no Município, com livre acesso, em qualquer dia e hora, mediante as formalidades legais, a todas as edificações ou locais sujeitos a fiscalização ambiental, fornecendo-lhes informações, vistas a projetos, instalações, dependências ou produto sob inspeção em especialmente:

Fiscalizar os serviços de coleta, transporte e deposição final de lixo, operados por órgãos e entidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU/MT ou por ela concedidos;

Fiscalizar o plantio, poda, corte e preservação de árvores de qualquer espécie, nos passeios, vias e logradouros públicos;

Fiscalizar o uso e proteção dos cursos d'água e outros recursos hídricos;

Articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário;

Inspecionar guias de trânsito de madeira, lenha, carvão, areia e quaisquer outros produtos extrativos, examinando-os à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos.

Lavrar autos de infração e aplicar as penalidades cabíveis, dando ciência ao infrator;

Dirigir veículos no atendimento de suas funções;

Executar tarefas administrativas afins.

CARGA HORÁRIA:

a) Horário: **20 horas semanais**.

REQUISITOS PARA INVESTIDURA:

Ensino Superior Completo Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental e registro no respectivo conselho de classe ou Ciências Biológicas.

Artigo 3º. Acrescentar, no anexo II.II, da Lei Complementar nº. 117/2016, o cargo de provimento efetivo denominado Fiscal Ambiental, com carga horária de 20 horas, passando o anexo, referente ao nível superior, a vigorar com quantitativos de cargos a seguir:

PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Denominação	**Carga Horária**	**Categoria Funcional**	**Nº. Vagas**
Advogado	40	Área Administrativa	01
Assistente Social	30	Área Social	05
Auditor Fiscal	40	Área Administrativa	01
Analista de Licitação	40	Área Administrativa	01
Assistente Técnico Contábil	40	Área Administrativa	01
Assistente Técnico do Controle Interno	40	Área Administrativa	01
Bioquímico	20	Área Saúde	02
Bioquímico/Farmacêutico	40	Área Saúde	03
Contador	40	Área Administrativa	01
Controlador Interno	40	Área Administrativa	01
Enfermeiro	40	Área Saúde	08
Engenheiro Agrônomo	40	Engenharia	02
Engenheiro Ambiental	40	Engenharia	01
Engenheiro Civil	40	Engenharia	01
Engenheiro Civil	20	Engenharia	01
Gestor de Convênios	40	Área Administrativa	01
Gestor de Recursos Humanos	40	Área Administrativa	01
Fiscal Ambiental	**20**	**Área Administrativa**	**01**
Fiscal de Tributos	40	Área Administrativa	04
Fisioterapeuta	30	Área Saúde	02
Fonoaudiólogo	20	Área Saúde	02
Fonoaudiólogo	40	Área Saúde	02
Medico Clinico Geral	20	Área Saúde	06
Medico Clinico Geral	40	Área Saúde	04
Medico Especialista	20	Área Saúde	02
Medico especialista	40	Área Saúde	02
Médico Veterinário	40	Área Saúde	03
Nutricionista	40	Área Saúde	02
Odontólogo	40	Área Saúde	06
Procurador Jurídico	20	Área Administrativa	01
Psicólogo	40	Área Saúde	06

Artigo 4º. Altera o anexo II – planilha de variação de vencimentos para progressão vertical e horizontal dos cargos de provimento efetivo (anexo II.I) –, da Lei Complementar nº. 117/2016, acrescentando o cargo de Fiscal Ambiental 20 horas, passando o referido anexo, com seus respectivos quadros vigorar da seguinte forma:

ANEXO II

II.I - Planilha de Variação de Vencimento para Progressão Vertical e Horizontal dos

Cargos de Provimento Efetivo

(...)

	O Quadro IX aplica-se ao seguinte cargo: Fonoaudiólogo e Fiscal Ambiental 20hs.					
	Salário Base	2.343,70				
	QUADRO IX					
Tempo	Nível	Reajuste	Classe - A	Classe - B	Classe - C	Classe - D
Serviço			1,00	1,10	1,10	1,10
0 a 3 anos	1	1,000	2.343,70	2.578,08	2.835,89	3.119,47
3 a 6 anos	2	1,020	2.390,58	2.629,63	2.892,61	3.181,87
6 a 9 anos	3	1,020	2.438,39	2.682,24	2.950,45	3.245,50
9 a 12 anos	4	1,020	2.487,16	2.735,88	3.009,46	3.310,41
12 a 15 anos	5	1,020	2.536,90	2.790,60	3.069,65	3.376,62
15 a 18 anos	6	1,020	2.587,64	2.846,41	3.131,04	3.444,15
18 a 21 anos	7	1,020	2.639,39	2.903,33	3.193,67	3.513,05
21 a 24 anos	8	1,020	2.692,18	2.961,41	3.257,55	3.583,30
24 a 27 anos	9	1,025	2.759,50	3.035,43	3.338,98	3.672,88
27 a 30 anos	10	1,025	2.828,47	3.111,32	3.422,45	3.764,70
30 a 33 anos	11	1,025	2.899,19	3.189,10	3.508,02	3.858,82
33 a 35 anos	12	1,025	2.971,65	3.268,83	3.595,71	3.955,29

Artigo 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "**José Perez**", em Jauru-MT, aos 10 de setembro de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA

Retifica-se a RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 10 de setembro de 2019, nas paginas 271 e 272 .

Onde se Lê:

OBJETO: **Show artístico musical com Banda "ALTO ASTRAL", em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT.** Favorecido: **JOAO CRISTINO DE FRANÇA E NARA REGINA MACIEL - ME,** no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, **no período de 20 e 21 de setembro de 2019**. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Lê se:

OBJETO: **Show artístico musical com Banda "ALTO ASTRAL", em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT.** Favorecido: **JOAO CRISTINO DE FRANÇA E NARA REGINA MACIEL - ME,** no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, **no período de 21 e 22 de setembro de 2019**. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 025/2019 – ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2019

Aos dez dias de setembro do ano de 2019 o **MUNICIPIO DE JAURU**, através da Prefeitura Municipal de Jauru, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 15.023.948/0001-30, com sede à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, Jauru/MT, neste ato representado pelos seus ordenadores de despesa abaixo relacionados, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 001/2019, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS** processada nos termos do Processo Administrativo nº. 2552/2019, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes ao **REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Jauru, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar o particular via telefone e e-mail, para retirada da ordem de compra.

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:

a) Retirar a respectiva ordem de serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

b) Executar os serviços solicitados num prazo de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviços, nos quantitativos desejados);

c) fornecer o serviço conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;

d) entregar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;

e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;

f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao serviço entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.

Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

QUANT	DESCRIÇAO	UND	MARCA	VALOR UN	PREÇO KM (R$)
36.500	LOCAÇÃODE 03(TRÊS) VEICULOS PARA TRANSPORTE RODOVIARIO, ANO E MODELO A PARTIR 2000, EM OTIMAS CONDIÇÕES DE USO TRANSPORTE DE ALUNOS NA REDE MUNICIPAL, PERCURSO URBANO RURAL, CAPACIDADE DE 48 PASSAGEIROS, SEM CONDUTOR , COMBUSTIVEL FORNECIDO PELA CONTRATANTE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA, E COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	KM	MERCEDES	R$ 3,30	R$ 120.450,00
TOTAL					R$ 120.450,00

§ 1º - Certificar-se, preliminarmente de todas as condições de trabalho e de fatores que possam afetá-lo, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento dessas condições.

Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Jauru e solucionar eventuais ocorrências em até 72 (SETENTA E DUAS) horas.

Entregar os veículos para locação com cobertura de seguro total (seguro compreensivo, colisão, incêndio e roubo) e cobertura: RCF/IP por passageiro mínimo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), APP/M por passageiro mínimo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). RCF/IP por passageiro mínimo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), sem nenhuma franquia e com assistência de 24 horas e guincho. Entende-se por total e sem franquia o uso do seguro sem que a Prefeitura Municipal assuma qualquer desembolso ou ressarcimento no caso de sinistro. A Prefeitura Municipal não terá nenhuma coparticipação no que diz respeito ao pagamento de franquias ou quaisquer taxas de seguro ou outras devido à ocorrência de sinistro ou perda total;

Entregar junto com os veículos copia apólices do seguro vigente.

Entregar na data de assinatura da Ata de registro de preços veiculo similar ao proposto e disponibilizar no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias veículos conforme especificado no anexo I deste Edital, revisados na entrega e periodicamente, conforme orientação do fabricante;

Realizar manutenções preventivas, corretivas e reparos nos veículos, sem ônus para o Município de Jauru.

Substituir no prazo de 24 (VINTE E QUATRO HORAS), veículo por outro semelhante, sempre que o veículo utilizado pelo Município de Jauru entrar em manutenção, sem nenhum custo adicional ao Município de Jauru;

Disponibilizar para o Município serviços de socorro/reboque durante 24 horas em todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos e feriados, assim como veículos reservas semelhantes para eventuais sinistros, emergências, manutenções e revisões, que deverão ser disponibilizados nos locais a serem indicados pelo Município de Jauru no prazo máximo de 24 horas (VINTE E QUATRO horas), de modo a proporcionar atendimento imediato sob pena de incidência de multa de 1% Um por cento) do valor do contrato;

Substituir, veículos que apresentarem problemas mecânicos por mais de 03 (três) vezes, em um prazo de 60 (sessenta) dias, ou aqueles cujo uso comprometa a segurança dos usuários;

realizar as revisões periódicas nas concessionárias oficiais ou em oficinas particulares, indicadas a critério da contratada;

Os veículos substituídos deverão ser obrigatoriamente ser de categoria compatível com os veículos locados, sendo sujeitos a aprovação previa do Município de Jauru.

Responsabilizar-se por sublocações que se fizerem necessárias, no caso dos veículos substituídos não serem aprovados pelo Município de Jauru.

Responsabilizar-se pelo pagamento do IPVA – Imposto sobre Veículos Automotivos e do Seguro Obrigatório, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos competentes, devendo apresentar ao Município de Jauru o comprovante de quitação dos mesmos em até 48 (quarenta e

oito) horas;48horas (QUARENTA E OITO horas) a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço), de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados. Os combustíveis dos veículos ficarão a cargo da contratada, somente os veículos a serem locados por km.

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento do serviço, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:

a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;

b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual, municipal e trabalhista;

c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios – AMM.

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no sitio oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na Internet (www.jauru.mt.gov.br), inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos serviços desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:

a) Deverão ser executados os serviços prestados solicitados num prazo de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as

necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço, nos quantitativos desejados);

b) Deverão ser entregues de acordo com a solicitação do ORGÃO GERENCIADOR, de forma a permitir a fiscalização, assim como pronto para serem utilizados.

c) Os veículos deverão ser usados na sede do Município, em municípios circunvizinhos e na capital do Estado, em local a ser definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Jauru.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – A fiscalização dos serviços deverão ser efetuados pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, à hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:

a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:

a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;

a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.

12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;

d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”.

b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”.

Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.

b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação;

f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.1 – E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Isabel Cristina Lemos

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

C G BEDONI

Carolaine Gregorio Bedoni

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

TESTEMUNHAS:

JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO WANDER GONÇALVES MARTINS

CPF: 393.881.901-49 CPF: 011.325.651-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

N° 011/2019.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, em cumprimento aos princípios Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca todos os munícipes para participar da Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício Financeiro de 2020, a ser realizada no dia 19 de Setembro do corrente ano, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 10 de Setembro de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZAPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2019 JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Coordenador de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 011/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **10.09.2019**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II** em atendimento da Secretaria municipal de Saúde**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **DESERTA.**

Juara –MT, 10 de setembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. de Licitações Prefeito do Município

AVISO DE CANCELAMENTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Niterói, 81, centro, Juara - MT, inscrita no CNPJ 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. Carlos Amadeu Sirena, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/PR e do CPF nº 578.160.189-91**,** vem através deste comunicar o **CANCELAMENTO** do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 167/2018, cujo valor de aditamento é de R$ 379.310,11 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e dez reais e onze centavos) que correspondem ao percentual de aumento de 24,61% (vinte e quatro vírgula sessenta e um por cento) sobre o valor do contrato original, do Processo de licitação de Tomada de Preços n.º 008/2018, tendo como objeto **Contratação de empresa especializada em revestimento com CBQU na Avenida Ayrton Senna e Avenida Rio Arinos**, Município de Juara-MT**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, tal medida

se faz necessária para Reprogramar a Planilha Orçamentária Licitada por motivo de correção e ajustamento dos serviços executados, conforme solicitação da SINFRA,

Juara-MT, em 10 de setembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 015/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE IMPLANTACAO DE UM POSTO DE TRANSFORMACAO TRIFASICO DE 112,5 KVA PARA ATENDER COM ENERGIA ELETRICA AS FUTURAS INSTALAÇÕES DO PAM, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 11/09/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 26/09/2019 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 10 de setembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2019

Ratifico a **Dispensa de Licitação n.º 004/2019,** em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 24, Inciso V da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a **Aquisição de Imediato**, por se tratar de natureza imprescindível para o município.

Juruena – MT, 10 de setembro de 2019.

Sandra Josy Lopes de SouzaPrefeita Municipal de Juruena

EXTRATO DO CONTRATO N°. 135/2019

Partes: MUNICIPIO DE JURUENA e a senhora **SUELEN CARINA CARDOSO**

Objeto: É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA NÍVEL MÉDIO**,** com carga horária de **20 horas** semanais, lotada no Centro de Educação Infantil Jardim Encantado.

Valor: R$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos)

Dotação Orçamentária 12.361.0013.2026.3.1.90.04.00.00.00-*Contratação por Tempo Determinado.Remuneração e Encargos do FUNDEB.*

Duração: 20/12/2019

Data da Assinatura: 05 de Setembro de 2019.

Foro: Comarca de Cotriguaçu/MT.

Juruena – MT, em 10 de Setembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 031/2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Sergio Menezes Da Silva Transportes - ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Especializada Em Locação De Veiculo Tipo Van, Com Motorista, Para Transporte De Passageiros, Sendo Pacientes Em Tratamento De Especialidade Em Hemodiálise, No Percurso Juscimeira x Rondonópolis x Juscimeira, Atendendo Assim As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Deste Municipio"

PRAZO: 03.08.2020

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Sergio Menezes Da Silva Transportes - ME – CNPJ: 20.252.818/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO UNITARIO"

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO UNITARIO"

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 11 de setembro de 2019, através da Comissão Permanente de Licitação e de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 23 de setembro de 2019 às 14:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019, cujo objeto é o **"REGISTRO PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA LOCALIZAÇÃO, APURAÇÃO, LANÇAMENTO, EMISSÕES DE PARECERES JURÍDICOS E COBRANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E EM RECUPERAÇÃO DE ATIVOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS''** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e no Telefone (65) 3228 – 1178 ou no horário de expediente desta Prefeitura .

Lambari D'Oeste/MT em 11 de setembro de 2019.

Rivonete Coelho da Silva

Pregoeira

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 08/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor da Sra. Márcia Tiago de Queiroz Sene".

O Diretor Executivo do LAMBARI-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 40, inciso "III", parágrafos §1º e §4º, da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 47/2005, Súmula Vinculante n.º 33, de 24 de abril de 2014 e Nota Técnica n.º 02/2014/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, de 15 de maio de 2014.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor da servidora **Sra. Márcia Tiago de Queiroz Sene**, portadora do RG n.º MG-4.272.075 SSP/MG, inscrita no CPF. n.º 614.875.116-04 e da Cédula Eleitoral de n.º 073823290256, Zona 0052, Seção 0035, efetiva no cargo de Bioquímico, Padrão "09", Classe "B", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com um total de 9.405 dias ou seja, 25 (vinte e cinco) anos 09 (nove) meses e 01 (um) dia de serviços prestados, com proventos integrais sem direito a paridade, conforme o processo do LAMBARI-PREVI n.º 04/2019, a partir de 11.08.2019, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Lambari D'Oeste/MT, 10 de setembro de 2019.

Néliton da Silva Mota

Diretor Executivo

Homologo:

Edvaldo Alves dos Santos Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT torna público para conhecimento dos interessados que no dia **27/09/2019**, as **14:00** horas (Horário de Mato Grosso), realizar-se-á abertura da **Tomada de Preço nº 014/2019**, a qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para a execução da Obra de Reforma do Telhado do Anfiteatro Municipal". TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07 horas às 11h e das 13 horas às 17 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Dos Três Poderes** nº 777, Centro, CEP. 78.535-000 - Marcelândia-MT**, ou ainda no site:** www.marcelandia.mt.gov.br **(Ícone: Licitações).**

Marcelândia/MT, em 10 de setembro de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT torna público para conhecimento dos interessados que no dia **27/09/2019**, as **08:00** horas (Horário de Mato Grosso), realizar-se-á abertura da **Tomada de Preço nº 015/2019**, a qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para a execução da mão de obra na Reforma da Creche Municipal Aline Philomena no Distrito de Analândia, Municipio de Marcelândia-MT". TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07 horas às 11h e das 13 horas às 17 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Dos Três Poderes** nº 777, Centro, CEP. 78.535-000 - Marcelândia-MT**, ou ainda no site:** www.marcelandia.mt.gov.br **(Ícone: Licitações).**

Marcelândia/MT, em 10 de setembro de 2019.

Raphaella Espíndola Benício

Presidente da CPL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 022/2019, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas nacionais, para atender a demanda do gabinete do prefeito e das secretarias municipais de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITEM	PERCENTUAL
AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI-ME	01	6,0%

Marcelândia/MT, em 10 de setembro de 2019

Raphaella Espíndola Benicio

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RESOLUÇÃO CMS Nº 11 DE 03 DE SETEMBRO DE 2.019.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ – MT

O Conselho Municipal de Saúde de Matupá, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 126 de 03 de Março de 1994.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Contingencia das Arboviroses Urbanas, Dengue, Zika e Chicungunya.

1. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

2. Considerando a **Reunião Extraordinária do dia 03 de Setembro de 2. 019** do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT.

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar o Plano Municipal de Contingencia das Arboviroses Urbanas, Dengue, Zika e Chicungunya 2.019-2.020.

Art.2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE .

Matupá - MT, 03 de Setembro de 2.019.

MEYRE APARECIDA PEREIRA DE ASSUNÇÃO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Matupá/MT

Homologada:

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá/MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **JEANS JUNIOR BATISTA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.936.248/0001-97, com sede na Rua Machado de Assis, nº 260, Setor Norte, Quadra 110, Lote 16, Bairro Nossa Sr.ª Da Guia, na Cidade de Colíder/MT, CEP 78.500-000, e-mail: jeansjunior@gmail.com neste ato Representada pelo Sr. JEANS JUNIOR BATISTA, portador do CPF nº 027.960.391-61 e R.G. n° 20393750 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E RECARGA DE GÁS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADORES, FREEZERS E BEBEDOUROS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito;

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Agricultura;

Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes;

Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

2 - LOTE 002 no valor de 55.999,87

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245211	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS.	UN - UNIDADE	161	160,00	25.760,00
245212	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS.	UN - UNIDADE	23	258,69	5.949,87
245213	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS.	UN - UNIDADE	61	120,00	7.320,00
245214	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS. BTUS.	UN - UNIDADE	53	130,00	6.890,00
245215	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS.	UN - UNIDADE	56	180,00	10.080,00

3 - LOTE 003 no valor de 96.099,85

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245216	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS.	UN - UNIDADE	279	162,50	45.337,50
245217	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS.	UN - UNIDADE	45	234,83	10.567,35

245218	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS.	UN - UNIDADE	112	120,00	13.440,00
245219	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS.	UN - UNIDADE	80	142,50	11.400,00
245220	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS.	UN - UNIDADE	83	185,00	15.355,00

6 - LOTE 006 no valor de 19.639,95

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245231	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS.	UN - UNIDADE	40	160,00	6.400,00
245232	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS.	UN - UNIDADE	13	251,15	3.264,95
245233	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS.	UN - UNIDADE	23	140,00	3.220,00
245234	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS.	UN - UNIDADE	17	145,00	2.465,00
245235	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS.	UN - UNIDADE	22	195,00	4.290,00

7 - LOTE 007 no valor de 72.449,99

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245246	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTUS.	UN - UNIDADE	159	287,50	45.712,50
245247	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTUS.	UN - UNIDADE	26	338,38	8.797,88
245248	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTUS.	UN - UNIDADE	39	149,99	5.849,61
245249	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTUS.	UN - UNIDADE	26	180,00	4.680,00
245250	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTUS.	UN - UNIDADE	26	285,00	7.410,00

13 - LOTE 013 no valor de 36.500,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245236	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS.	UN - UNIDADE	83	285,00	23.655,00
245238	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS.	UN - UNIDADE	18	140,00	2.520,00
245239	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS.	UN - UNIDADE	16	165,00	2.640,00
245240	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS. CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS.	UN - UNIDADE	16	260,00	4.160,00
245237	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 24000 BTUS.	UN - UNIDADE	15	235,00	3.525,00
Total Fornecedor					**280.689,66**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será:

no máximo 12 (doze horas) após a ordem de serviços nas manutenções dos ar condicionado do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal e os refrigeradores das salas de vacina dos Postos de Saúde que tem atendimento preferencial de urgência. O prazo passa a contar do momento do contato telefônico, incluindo finais de semana, feriados e períodos noturnos;

03 (três) dias, após a ordem de serviço nas manutenções corretivas;

05 (cinco) dias, após ordem de serviços nas manutenções preventivas.

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

- Recebimento Dos Serviços:

5.6.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.6.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.6.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.7 - DAS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS

5.7.1. As peças danificadas deverão ser substituídas por outras novas e originais.

5.7.2. As peças não inclusas no contrato são: compressores, serpentinas, motor do ventilador do evaporador e do condensador, motores em geral e gabinetes, porém o custo da mão de obra para recolocação destas peças faz parte do objeto deste Termo de Referência.

5.7.3. As peças que não estão previstas para substituição, de acordo com o item 5.7.2 serão adquiridas pela CONTRATANTE quando necessário.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços;

6.13.3 – Veículo adequado para a realização dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Fornecer o transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e seu pessoal até os locais da execução dos serviços;

6.14.2 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.3 -Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, podendo ser área urbana ou rural do município, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

6.15 – A empresa contratada se responsabiliza em atender todos os equipamentos do Município, isso inclui os aparelhos das Escolas Municipais e Unidades de Atendimento à Saúde do interior do Município;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco 748 Ag. Nº 0818 Conta corrente nº 68.551-8, em nome de JEANS JUNIOR BATISTA

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.2.0094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.2.0076 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.006.12.361.0015.2.0023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.2.0066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.2.082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.2.0083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.2.0054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 13.001.13.812.0017.2.0037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Educação	Clarise Wenzel	7925/2019
Secretaria Municipal de Educação	Regiane Bentes Nascimento Guimarães	7978/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS	Heraldo Rodrigo Ricieri	4054/2014
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 068/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 09 de setembro de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

JEANS JUNIOR BATISTA

CNPJ sob o nº.19.936.248/0001-97

JEANS JUNIOR BATISTA

CPF nº 027.960.391-61

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 023/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 23 de agosto 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS SIMPLES CELULAR DE CONCRETO E BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, *aonde consagrou-se vencedor o Licitante: REBEQUI E CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.347/0001-70*, com valor total de R$ 587.269,65. Matupá – MT, 10 de setembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **LG LOCADORAS DE VEICOLOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.540.688/0001-77 e, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 2943, Bairro Bela Vista, na Cidade de Sorriso, CEP 78890-000, Tel. (66) 3544-9334/9903-4225, e-mail financeiro.lglocadora@gmail.com, Representada pelo Sr. LINDOMAR GOMES SANTANA, portador do CPF nº 570.010.571-34 e R.G. n° 08753911 SESP/MT nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO AMBULÂNCIA DO TIPO B DE SIMPLES REMOÇÃO COM MOTORISTA, TECNICO DE ENFERMAGEM E ENFERMEIRO, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DO EDITAL",**de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Saúde.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372467	SERVICO DE LOCACAO DE VIATURAS - DO TIPO AMBULANCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO COM MOTORISTA; SUPORTE BASICO COM SINALIZADOR ÓPTICO E ACUSTICO; EQUIPAMENTO DE RADIO-COMUNICAÇÃO FIXO E MÓVEL; MACA ARTICULADAE COM RODAS; SUPORTE PARA SORO; INSTALAÇÃO DE RED	UN - UNIDADE	13000	4,05	52.650,00
372468	SERVICO DE LOCACAO DE VIATURAS - DO TIPO AMBULANCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO MOTORISTA E TÉCNICO EM ENFERMAGEM; COM SUPORTE BASICO COM SINALIZADOR ÓPTICO E ACUSTICO; EQUIPAMENTO DE RADIO-COMUNICAÇÃO FIXO E MÓVEL; MACA ARTICULADAE COM RODAS; SUPORTE PARA	UN - UNIDADE	13000	4,15	53.950,00
372469	SERVICO DE LOCACAO DE VIATURAS - DO TIPO AMBULANCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO MOTORISTA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO; COM SUPORTE BASICO COM SINALIZADOR ÓPTICO E ACUSTICO; EQUIPAMENTO DE RADIO-COMUNICAÇÃO FIXO E MÓVEL; MACA ARTICULADA E COM RODAS;	UN - UNIDADE	15000	4,49	67.350,00
Total Fornecedor					**R$ 173.950,00**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 - São atividades a serem desenvolvidas pela contratada, além de outras correlatas e decorrentes da natureza do serviço:

I – transportar passageiros com segurança e observância das normas de trânsito aplicáveis, segundo ordem de serviço expedida pelos setores responsáveis.

II – disponibilizar os veículos, com exclusividade, segundo as necessidades apresentadas pela Secretaria de Saúde, com atendimento após solicitação no máximo de 02 (duas) horas.

III - disponibilizar os veículos para os serviços, cujas despesas com condução (motorista devidamente habilitado para a categoria), seguro, tarifas, pedágios, abastecimento, manutenção, limpeza, tributos e quaisquer outras, serão arcadas às expensas da contratada;

IV – quando utilizado a locação do veículo com a equipe (motorista, técnico em enfermagem e enfermeiro), serão por conta da Contratada;

V – no dia e horário marcado, os veículos deverão ser apresentados devidamente desinfetado e esterilizado (assepsia do veículo), com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação, além dos solicitados, como: suporte básico com sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a - alimentação do respirador; b - fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula (quantidade de oxigênio permita ventilação por no mínimo de 2 horas); com coletes refletivos para tripulação; lanterna de mão;

VI – a quilometragem será contada a partir da saída do local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

6.12 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

6.13 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.14 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

6.15 - A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.16 - A empresa contrata se responsabiliza por todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos, como combustíveis, lubrificantes, peças, impostos, pedágios, etc;

6.17 – A contratada assumi inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

6.18 - O motorista deverá ser profissional habilitado legalmente, capacitado para o trabalho, atuar de forma prestativa, atenciosa, com pontualidade, demonstrando bom desempenho, obedecendo às determinações do responsável pela viagem.

6.19 - Será de responsabilidade da CONTRATADA, seguir todas as normas referentes à Legislação de Trânsito e providenciar :

a) vistorias periódicas no veículo;

b) seguro para os passageiros e para o veículo;

c) documentações necessárias e exigidas pelo Código Nacional de Trânsito para o motorista e para o veículo.

6.20 - A Contratada será única e exclusiva responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente causar a terceiros, decorrentes de negligência , imperícia ou imprudência dos motoristas, durante a prestação dos serviços aqui descritas.

6.21 - A contratada se obriga a executar o objeto do contrato a que se refere este Termo de Referência, de acordo com as especificações descritas no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a reparação dos serviços em desacordo com as referidas especificações.

6.22 - A entrega dos serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.23 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

6.24 - Recebimento Dos Serviços:

6.24.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

6.24.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

6.24.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Brasil Ag. Nº 1917-8 Conta corrente nº 29553-1 LG LOCADORAS DE VEICOLOS LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

Advertência por escrito;

Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Código Geral: 08.002.10.122.0038.20098 – Manutenção da Unidade Administrativa – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica

16 - DO FISCAL DE CONTRATO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Saúde	Renato Fernandes De Souza	7770/2019
Secretaria Municipal de Saúde	*Kenya Morgiania Santos Silva*	6073/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 – DA PUBLICAÇÃO

17-1 - O presente TERMO DE CONTRATO será publicado por extrato, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8666/1993, corrente as despesas às expensas da CONTRATANTE

18 - DO FORO

Aplica-se ao contrato e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá/MT, 10 de setembro de 2016.

_____

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

Contratante

_____

LG LOCADORAS DE VEICOLOS LTDA

Sob o nº CNPJ09.540.688/0001-77

LINDOMAR GOMES SANTANA

CPF nº 570.010.571-34

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **JOAO CARLOS DA SILVA ROCHA - ME** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.652.116/0001-21 e Inscrição Estadual n° 13.508.107-6, com sede na Rua 08 nº 818, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, neste ato Representada pelo Proprietário o Sr. JOAO CARLOS DA SILVA ROCHA, portador do CPF nº 398.868.830-49 e R.G. n° 9020247228 SSP/RS, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E RECARGA DE GÁS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO, REFRIGERADORES, FREEZERS E BEBEDOUROS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito;

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Agricultura;

Secretaria Municipal de Educação e Desporto;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes;

Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

1 - LOTE 001 no valor de 2.690,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245206	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 7500 BTUS.	UN - UNIDADE	10	100,00	1.000,00
245208	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 7500 BTUS.	UN - UNIDADE	8	61,25	490,00
245209	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 7500 BTUS.	UN - UNIDADE	5	80,00	400,00
245210	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 7500 BTUS.	UN - UNIDADE	8	100,00	800,00

4 - LOTE 004 no valor de 6.440,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245306	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 60000 BTUS.	UN - UNIDADE	4	480,00	1.920,00
245307	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 60000 BTUS.	UN - UNIDADE	2	847,50	1.695,00
245308	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 60000 BTUS.	UN - UNIDADE	4	220,00	880,00
245309	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 60000 BTUS.	UN - UNIDADE	4	250,00	1.000,00
245310	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 60000 BTUS.	UN - UNIDADE	3	315,00	945,00

5 - LOTE 005 no valor de 9.600,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245190	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM BEBEDOURO 100 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	40	170,00	6.800,00
245251	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS EM BEBEDOURO 100 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	20	140,00	2.800,00

8 - LOTE 008 no valor de 6.860,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245183	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERADOR 342 L	UN - UNIDADE	49	140,00	6.860,00

9 - LOTE 009 no valor de 1.040,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245252	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS EM BEBEDOURO 150 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	8	130,00	1.040,00

10 - LOTE 010 no valor de 4.320,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371860	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS DE REFRIGERADOR 342 L	UN - UNIDADE	27	160,00	4.320,00

11 - LOTE 011 no valor de 600,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245280	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO JANELA 10000 BTUS.	UN - UNIDADE	6	100,00	600,00

12 - LOTE 012 no valor de 4.950,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
361685	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 22000 BTUS.	UN - UNIDADE	5	250,00	1.250,00
361686	PRESTACAO DE SERVICO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 22000 BTUS.	UN - UNIDADE	3	340,00	1.020,00
361687	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 22000 BTUS.	UN - UNIDADE	5	140,00	700,00
361689	PRESTACAO DE SERVICO DE RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO SPLIT 22000 BTUS.	UN - UNIDADE	5	246,000	1.230,00
361688	PRESTACAO DE SERVICO DE REPAROS DE AR CONDICIONADO SPLIT 22000 BTUS.	UN - UNIDADE	5	150,00	750,00

14 - LOTE 014 no valor de 3.060,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unitário	Total
245182	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERADOR 462 L	UN - UNIDADE	12	170,00	2.040,00
371861	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS DE REFRIGERADOR 462 L	UN - UNIDADE	6	170,00	1.020,00

15 - LOTE 015 no valor de 2.380,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245184	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE FREEZER 530 LTS	UN - UNIDADE	17	140,00	2.380,00

16 - LOTE 016 no valor de 2.100,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245191	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM BEBEDOURO 150 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	15	140,00	2.100,00

17 - LOTE 017 no valor de 3.045,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
245192	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM BEBEDOURO 300 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	13	165,00	2.145,00
245253	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS EM BEBEDOURO 300 L, COM FILTRO.	UN - UNIDADE	5	180,00	900,00

18 - LOTE 018 no valor de 4.160,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371862	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA 12 KG	UN - UNIDADE	14	130,00	1.820,00
371863	SERVIÇO DE REPARO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA 12 KG	UN - UNIDADE	12	195,00	2.340,00

19 - LOTE 019 no valor de 5.400,00

Código	Nome	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371864	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPA 15 KG	UN - UNIDADE	15	140,00	2.100,00
371865	SERVIÇO DE REPARO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA 15 KG	UN - UNIDADE	15	220,00	3.300,00
Total Fornecedor					56.645,00

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será:

no máximo 12 (doze horas) após a ordem de serviços nas manutenções dos ar condicionado do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal e os refrigeradores das salas de vacina dos Postos de Saúde que tem atendimento preferencial de urgência. O prazo passa a contar do momento do contato telefônico, incluindo finais de semana, feriados e períodos noturnos;

03 (três) dias, após a ordem de serviço nas manutenções corretivas;

05 (cinco) dias, após ordem de serviços nas manutenções preventivas.

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

- Recebimento Dos Serviços:

5.6.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.6.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.6.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.7 - DAS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS

5.7.1. As peças danificadas deverão ser substituídas por outras novas e originais.

5.7.2. As peças não inclusas no contrato são: compressores, serpentinas, motor do ventilador do evaporador e do condensador, motores em geral e gabinetes, porém o custo da mão de obra para recolocação destas peças faz parte do objeto deste Termo de Referência.

5.7.3. As peças que não estão previstas para substituição, de acordo com o item 5.7.2 serão adquiridas pela CONTRATANTE quando necessário.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços;

6.13.3 – Veículo adequado para a realização dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Fornecer o transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e seu pessoal até os locais da execução dos serviços;

6.14.2 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.3 -Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, podendo ser área urbana ou rural do município, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

6.15 – A empresa contratada se responsabiliza em atender todos os equipamentos do Município, isso inclui os aparelhos das Escolas Municipais e Unidades de Atendimento à Saúde do interior do Município;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Caixa Econômica Federal Ag. Nº 4459 Conta corrente nº 138-6, em nome de JOAO CARLOS DA SILVA ROCHA – ME

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.2.0094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.2.0076 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 07.006.12.361.0015.2.0023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.128.0008.2.0066 – MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.2.082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.2.0083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.2.0054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 13.001.13.812.0017.2.0037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Educação	Clarise Wenzel	7925/2019
Secretaria Municipal de Educação	Regiane Bentes Nascimento Guimarães	7978/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS	Heraldo Rodrigo Ricieri	4054/2014
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 068/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 09 de setembro de 2019.

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

JOÃO CARLOS DA SILVA ROCHA - ME

CNPJ sob o nº. 11.652.116/0001-21

JOÃO CARLOS DA SILVA ROCHA

CPF 398.868.830-49

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 084/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO COM ACESSIBILIDADE 01 CADEIRANTE COM NO MÍNIMO 13 LUGARES CONFORME RECURSO DA EMENDA PARLAMENTAR: 29360003 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO 97537.980000/1180-01 APROVADA PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE" de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 069/2019 do respectivo Pregão Eletrônico nº 006/2019.

CONTRATADA: **CKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA**

Valor/Global: O valor**para aquisição, objeto deste contrato é R$173.000,00** (cento e setenta e três mil reais).

Assinatura: 02/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.561 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ALÍNEA "a" DO INCISO III DO ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 3.519/2019 QUE ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESA EM GERAL E DE GASTOS COM PESSOAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, usando das suas atribuições legais e, para que não haja a descontinuidade e prejuízos nos serviços públicos prestados à população, resolve baixar o seguinte,

DECRETO

Art. 1º - Fica alterada a redação da alínea "a" do Inciso III do Artigo 3º do Decreto nº 3.519, de 11 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"III. ...

a. Novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações temporárias para suprir vagas existentes na administração municipal, ressalvadas as situações de excepcional interesse público, devidamente justificadas, ou outra causa que possa prejudicar a continuidade e/ou a execução dos serviços públicos nas diversas secretarias e, aquelas decorrentes da reposição de aposentaria ou falecimento de servidores."

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando autorizada a reedição do Decreto nº 3.519/2019 com as alterações de que trata o presente Decreto.

Gabinete do Prefeito, Sede do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 10 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 443 /2019

PORTARIA Nº 443 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

DESLIGA DA FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Portaria nº 021 e 022/2019, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – Mirassol Previ, com base no §10 art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º – Desligar da folha de pagamento, a servidora **LUZIA GONÇALVES DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, por motivo de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**,lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura conforme processo nº 2019.04.00049P.

Artigo 2º – Desligar da folha de pagamento, o servidor **JOÃO CARLOS DIAS,** ocupante do cargo de **TECNICO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO**, por motivo de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**,lotada na Secretaria de Fazenda, conforme processo nº 2019.04.00048P.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/09/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 06 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA Nº 003 DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata nº 003 de Registro de Preços

Pelo presente instrumento o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste -SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo, 161, Bairro: Mirassol II, nesta cidade, representado neste ato pelo Diretor Geral, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, a empresa **QUEST COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA SANEAMENTO E PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, n°1784, CJ 71, SÃO BERNADO DO CAMPO/SP, inscrita no CNPJ: 07.374.628/0001-04, legalmente representada por **FERNANDO APARECIDO ROMACHELLI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o **n° 072.563.998-98,** eportador do RG n° 12.578.243-3 SSP/SP e **MARCIA BRITO OLIVEIRA ROMACHELLI,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o **n° 119.711.488-22,** eportador do RG n° 22.022.209-5-SSP/SP em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019**, e em observância ao disposto na Lei n°8.666/93, e demais normas aplicáveis, **Resolvem** celebrar a presente Ata n°003 com as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E DO VALOR

1.1– O objeto da presente ata é o **registro de preços** para futura e eventual aquisição parcelada de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS QUÍMICOS E APARELHOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA PARA O ANO.**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DA ANALISE	QUANTIDADE DE ANALISE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE COR	4	QUEST	R$ 785,00	R$ 3. 140,00
	2	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE TURBIDEZ	4	QUEST	R$ 785,00	R$3. 140,00
	4	SOLUÇÃO PARA DESCANSO DO ELETRODO DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES.**	4	QUEST	R$ 37,65	R$ 150,60
	5	SOLUÇÃO TAMPÃO PH4 E PH7 PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES**	4	QUEST	R$ 45,00	R$ 180,00
	6	**APARELHO PARA ANÁLISE DE COR.** FOTOCOLORÍMETRO MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTÁTIL, PARA ANÁLISE DIRETA DE COR EM CAMPO OU LABORATÓRIO.	1	QUEST	R$ 3. 417,00	R$ 3. 417,00
	8	**APARELHO PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ.** TORBIDÍMETRO DIGITAL MICROPOROPROCESSADA PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ EM CAMPO OU BANCADA.	1	QUEST	R$ 3. 250,00	R$ 3. 250,00
	10	**JARTEST.** EQUIPAMENTO PARA ENSAIO DE FLOCULAÇÃO, MICROPROCESSADO, DIGITAL, 6 PROVAS SIMULTÂNEAS.	1	QUEST	R$ 6. 000,00	R$ 6. 000,00
	VALOR TOTAL					**R$ 19. 277,60**

1.2 – A empresa deverá prestar os serviços solicitados pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado a prazo, 30 (trinta) dias úteis, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo SAEMI.

2.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Divisão de Empenhos e Acompanhamento de Contratos Do SAEMI, localizada na Rua Ricardo Druzian Gallo nº161, a nota fiscal e/ou fatura do(s) materiais(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do SAEMI de e conter o número do correspondente empenho.

2.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura dos materiais entregues, a empresa deverá apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

2.3.1 – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

2.3.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

2.4 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue o(s) materiais(s), incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3 – DOS EMPENHOS

3.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - A emissão dos empenhos serão autorizadas pelo titular da pasta à qual pertencer à unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

3.3 - Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do material, os valores, locais de realização (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de execução.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – O SAEMI realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao SAEMI convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

4.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.5.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

4.7.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.7.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

4.7.4 - tiver presentes razões de interesse público.

4.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

4.10 – Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65,II “d”, da Lei 8.666/93 e alterações.

4.10.1 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 – O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao SAEMI, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos materiais, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo SAEMI.

4.12 – O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.13 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

5 - DOS PRAZOS

5.1 - O prazo de contratação dos materiais será de 12 (doze) meses,

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

5.2 - O prazo de entrega dos materiais não poderá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de compra (nota de empenho).

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – Os materiais para coleta, deverão ser entregues no **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D’OESTE**, localizada na **RUA:RICARDO DRUZIAN GALLO N° 161** ou outro local a ser definido pelo SAEMI, com todas as despesas com frete e descarregamento por conta das empresas.

7 - DAS UNIDADES REQUISITANTES

7.1 – As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes no Orçamento Programa para o ano:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	**33.90.30**	**MATERIAL DE CONSUMO, 44.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. Saldo da Dotação Orçamentária do ano. 44.90**

7.2 - Poderão fazer uso da(s) Ata(s) de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do SAEMI, e as entidades assistidas ou conveniadas com o SAEMI.

7.3 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador SAEMI, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 - No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizados a fazer uso do mesmo.

7.5 - Não havendo reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos e/ou entidades que não participarem do Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

7.5.1 - Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO SAEMI

9.1 – O SAEMI se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas primeira e segunda da presente ata.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o SAEMI de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

10.3 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

10.4 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao SAEMI, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

10.5 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SAEMI, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6 - No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

10.7 -O fornecimento será realizado conforme solicitação do SAEMI (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade.

10.8 – A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado

11 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o processo Pregão n° 005/2019.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), O SAEMI poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002..

12.2 - As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Mirassol d' Oeste ou do SAEMI, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do SAEMI, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

12.4 - Serão aplicadas as penalidades:

12.4.1 – quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.4.2 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

12.4.3 - quando houver atraso injustificado na entrega dos materiais solicitados e/ou execução dos serviços por culpa da empresa;

12.4.4 – quando não corrigir deficiência apresentada nos materiais entregues e/ou nos serviços executados;

12.4.5 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

12.5 – Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.6 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do SAEMI.

12.7 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 12.4.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8 – Para os casos previstos no subitem 12.4.4 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.9 – Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.10 – A multa prevista nos itens anteriores não impede que o SAEMI rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

12.11 – A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SAEMI ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.

12.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

12.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

12.14.1 – Pela Administração, quando:

a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

12.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do SAEMI, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12.17 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado (prevista no subitem 12.14.2) somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

13.2 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.3 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

13.4 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93 e alterações em vigor.

13.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de MIRASSOL D' OESTE - MT, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem às partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mirassol D'Oeste – MT, 26 de agosto de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

_____

QUEST COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA SANEAMENTO E PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-ME

CNPJ: 07.374.628/0001-04

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 51/2019.OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS MUNICIPAIS. Considerando Ofício n. 1409/2019 do Gabinete, fica **SUSPENSO** o processo acima. MARA APARECIDA AMARANTE - Pregoeira. Mirassol D' Oeste, 11/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3558/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3558 , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 34.353,80 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

462	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	3.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

475	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	21.353,80
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

547	08.122.0012.1012.0000	REFORMA E AMPLIANÇAO DE IMOVEIS PUBLICOS	10.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

459	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	-3.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

490	17.512.0015.1238.0000	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-2.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
491	26.782.0016.1083.0000	CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES	-19.353,80
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3558 , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

02	09	01	GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
560		08.122.0021.2056.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	-10.000,00	
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00	
		1	Recursos do Exercício Corrente		
		110 000	GERAL		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 09 de setembro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3559/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3559 , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1509

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 79.662,77 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

475	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	2.000,00
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

547	08.122.0012.1012.0000	REFORMA E AMPLIANÇAO DE IMOVEIS PUBLICOS	77.662,77
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

506	25.752.0017.2047.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLICA	-2.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

579	08.244.0007.2178.0000	MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHI	-20.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
580	08.244.0007.2178.0000	MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHI	-5.800,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
581	08.244.0007.2178.0000	MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHI	-10.300,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
582	08.244.0007.2183.0000	FOMENTO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	-10.000,00
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3559 , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1509

02	09	01	GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
			110 000	GERAL				
02	09	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
	596		08.244.0035.2050.0000	BENEFICIOS EVENTUAIS - LEI Nº 1001/2011	-10.000,00			
			3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
	597		08.244.0035.2050.0000	BENEFICIOS EVENTUAIS - LEI Nº 1001/2011	-7.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
02	09	03	FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE					
	617		08.243.0022.2066.0000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDCA	-4.562,77			
			3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
02	09	06	FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO					
	624		08.241.0021.2068.0000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI	-10.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			100 006	FUMAPI				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 09 de setembro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA Nº 004 DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata nº 004 de Registro de Preços

Pelo presente instrumento o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste -SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo, 161, Bairro: Mirassol II, nesta cidade, representado neste ato pelo Diretor Geral, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, a empresa **KAL QUÍMIKA- ME,** pessoa jurídica de direito privado, AV. São Sebastião, n°545, Verdão, Cuiabá-MT, CNPJ: 17.908.249/0001-00, legalmente representada porrepresentada pela sua procurador **EDSON FURQUIM,** brasileiro, casado, CPF: 000.008.871-45, portador da célula de identidade n° 1033568-4/ MT, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019**, e em observância ao disposto na Lei n°8.666/93, e demais normas aplicáveis, **Resolvem** celebrar a presente Ata n°004 com as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E DO VALOR

1.1– O objeto da presente ata é o **registro de preços** para futura e eventual aquisição parcelada de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS QUÍMICOS E APARELHOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA PARA O ANO.**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DA ANALISE	QUANTIDADE DE ANALISE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	3	REAGENTES DPD EM PASTILHA PARA ANÁLISE DE CLORO (CAIXA COM 1000). DISSOLUÇÃO ULTRA RÁPIDA.	2	KAL QUIMICA	R$ 1. 179,00	R$ 2. 358,00
	7	**APARELHO PARA ANÁLISE DE FLÚOR.** COLORÍMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL, PORTÁTIL PARA ANÁLISE DE FLUOR EM CAMPO OU BANCADA.	1	KAL QUIMICA	R$ 1. 828,00	R$ 1. 828,00
	9	**APARELHO PARA ANÁLISE DE PH.** PHMETRO DIGITAL, MICROPROCESSADO, PARA USO EM BANCADA, TECLADO RESISTENTE A RESPINGOS DE ÁGUA E PRODUTOS QUÍMICOS.	1	KAL QUIMICA	R$ 1. 239,00	R$ 1. 239,00
		VALOR TOTAL				**R$ 5. 425,00**

1.2 – A empresa deverá prestar os serviços solicitados pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado a prazo, 30 (trinta) dias úteis, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo SAEMI.

2.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Divisão de Empenhos e Acompanhamento de Contratos Do SAEMI, localizada na rua Ricardo Druzian Gallo nº161, a nota fiscal e/ou fatura do(s) materiais(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do SAEMI de e conter o número do correspondente empenho.

2.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura dos materiais entregues, a empresa deverá apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

2.3.1 – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

2.3.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

2.4 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue o(s) materiais(s), incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3 – DOS EMPENHOS

3.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - A emissão dos empenhos serão autorizadas pelo titular da pasta à qual pertencer à unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

3.3 - Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do material, os valores, locais de realização (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de execução.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – O SAEMI realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao SAEMI convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

4.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.5.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

4.7.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.7.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

4.7.4 - tiver presentes razões de interesse público.

4.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

4.10 – Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65,II “d”, da Lei 8.666/93 e alterações.

4.10.1 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 – O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao SAEMI, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos materiais, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo SAEMI.

4.12 – O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.13 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

5 - DOS PRAZOS

5.1 - O prazo de contratação do materiais será de 12 (doze) meses,

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

5.2 - O prazo de entrega dos materiais não poderá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de compra (nota de empenho).

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – Os materiais para coleta, deverão ser entregues no **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D’OESTE**, localizada na **RUA:RICARDO DRUZIAN GALLO N° 161** ou outro local a ser definido pelo SAEMI, com todas as despesas com frete e descarregamento por conta das empresas;

7 - DAS UNIDADES REQUISITANTES

7.1 – As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes no Orçamento Programa para o ano:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	**33.90.30**	**MATERIAL DE CONSUMO, 44.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. Saldo da Dotação Orçamentária do ano. 44.90**

7.2 - Poderão fazer uso da(s) Ata(s) de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do SAEMI, e as entidades assistidas ou conveniadas com o SAEMI.

7.3 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador SAEMI, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 - No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizados a fazer uso do mesmo.

7.5 - Não havendo reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos e/ou entidades que não participarem do Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

7.5.1 - Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO SAEMI

9.1 – O SAEMI se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas primeira e segunda da presente ata.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o SAEMI de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

10.3 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

10.4 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao SAEMI, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

10.5 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SAEMI, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6 - No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

10.7 -O fornecimento será realizado conforme solicitação do SAEMI (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade.

10.8 – A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado

11 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o processo Pregão n° 005/2019.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), O SAEMI poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002..

12.2 - As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Mirassol d' Oeste ou do SAEMI, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do SAEMI, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

12.4 - Serão aplicadas as penalidades:

12.4.1 – quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.4.2 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

12.4.3 - quando houver atraso injustificado na entrega dos materiais solicitados e/ou execução dos serviços por culpa da empresa;

12.4.4 – quando não corrigir deficiência apresentada nos materiais entregues e/ou nos serviços executados;

12.4.5 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

12.5 – Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.6 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do SAEMI.

12.7 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 12.4.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8 – Para os casos previstos no subitem 12.4.4 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.9 – Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.10 – A multa prevista nos itens anteriores não impede que o SAEMI rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

12.11 – A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SAEMI ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.

12.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

12.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

12.14.1 – Pela Administração, quando:

a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

12.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do SAEMI, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12.17 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado (prevista no subitem 12.14.2) somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

13.2 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.3 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

13.4 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93 e alterações em vigor.

13.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de MIRASSOL D' OESTE - MT, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem às partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mirassol D'Oeste – MT, 26 de agosto de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

_____

KAL QUÍMIKA- ME

CNPJ: 17.908.249/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 55/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2019,cujo Objeto é a ***Registro** De Preços Para **Contratação De Empresa Para Prestação De Serviço Por Hora De Maquina Escavadeira Hidráulica Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres - MT*,** foi declarada DESERTA

Nobres/MT, 10 de setembro de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira Substituta

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 32/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, a reabertura da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 32/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 23/09/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇÃO DE TUBOS E ADUELAS DE CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA – ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 10 de Setembro de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 017/2019

RESOLUÇÃO Nº. 017/2019

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1051, de 06 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde; e dá outras providencias;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde-SUS;

Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providencias;

Considerando a Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Considerando a deliberação do Pleno do CMS na reunião ordinária de 10 de setembro de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Contingencia de Arboviroses Urbana 2019/2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Nobres/ MT, 10/09/2019.

_____

Marcel Karllay Albues Santiago

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 018/2019

RESOLUÇÃO Nº. 018/2019

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1051, de 06 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde; e dá outras providencias;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde-SUS;

Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providencias;

Considerando a Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Considerando a deliberação do Pleno do CMS na reunião ordinária de 10 de setembro de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Publicar a recomposição da Comissão de Assuntos Orçamentário, Financeiro e Econômico, sendo composta por: Eronil Alves de Carvalho (Coordenador), Cleide de Castro Duarte (Relatora), Lázaro Alves Dias (Membro) e Leidinete Santana Pereira (Membro).

Art. 2º - Publicar a recomposição da Comissão de Atenção Básica e Integral à Saúde, sendo composta por: Eronil Alves de Carvalho (Coordenador), Cleide de Castro Duarte (Relatora), Lázaro Alves Dias (Membro) e Leidinete Santana Pereira (Membro).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Nobres/ MT, 10/09/2019.

_____

Marcel Karllay Albues Santiago

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

A Prefeitura Municipal de Nortelândia, CNPJ nº **03.425.170/0001-06,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais das Ruas A e C, localizadas no perímetro urbano do município de Nortelândia/MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 592/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 592/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

"INSTITUI A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL" DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA – MT

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1º Instituir a **Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nortelândia – CCP**, nos termos previstos na Constituição Federal, Estatuto dos Servidores, Lei Jurídica do Município.

Artigo 2º A Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nortelândia – CCP, de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Júlio Cézar Gomes

- 1º Membro: Sonia Silva Oliveira Duarte Pereira

- 2º Membro: Ângela Maria de Almeida Porto

- 3º Membro: Edna Alves da Silva

Artigo 3º Fica a Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nortelândia – CCP, encarregada de organizar, planejar, administrar as inscrições, orientar os candidatos no preenchimento da ficha de inscrição, que deverá ser preenchida pelo próprio candidato por meio eletrônico ou físico, sob sua responsabilidade, na forma prevista no Edital do Certame.

Parágrafo único. Sem prejuízo das funções descritas no caput deste artigo, também compete à CCP:

1) receber os editais referente o Concurso Público da Banca Examinadora, divulgar no site da prefeitura, afixar cópia no mural de avisos, para os candidatos tomar conhecimento das normas, regulamentos e procedimentos, tratá-los com respeito e ética profissional os candidatos;

2) assessorar a Banca Examinadora de Concurso e tomar todas as providências cabíveis para realização do Concurso Público, obedecendo fielmente os ordenamentos e atribuições legais tais como:

2.1.) Compete a Comissão de Concurso Público – CCP, tomar conhecimento de todos os editais elaborados pela Banca Examinadora de Concurso Público. Os editais serão publicados no Diário Oficial, assim que a comissão receber os editais divulgar no site da prefeitura, afixar cópia no mural de avisos e arquivar na pasta de dossiê da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

2.2.) compete a Comissão de Concurso Público ter conhecimento do Edital Completo do Concurso Público, contendo cargos/perfis profissionais, salário, carga horária, escolaridade, conteúdos programáticos das provas objetivas, normas, regulamentos, o edital será elaborado pela Banca Examinadora de Concurso, o mesmo passará ser Lei do Concurso que deverá ser cumprido na íntegra;

2.3.) compete a Comissão de Concurso Público receber o Edital Complementar que fixa as inscrições deferidas e indeferidas, bem como outros editais que fizer necessário referente às etapas do concurso público, divulgar no site da prefeitura, afixar cópia no mural de avisos e arquivar na pasta específica de Concurso Público na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

2.4.) a Comissão de Concurso Público enviará a Banca Examinadora os recursos interpostos pelos candidatos, cumprindo os prazos estabelecidos no edital do concurso e edital complementar;

2.5.) compete à Comissão de Concurso Público – CCP fornecer as informações necessárias a Banca Examinadora do Concurso para o bom desempenho dos trabalhos, tratarem os membros da Banca Examinadora, candidatos, com cortesia, ética profissional e cumprir o cronograma do concurso e as normas estabelecidas nos editais.

2.6.) ao término das inscrições a Comissão de Concurso Público – CCP, deverá enviar a Banca Examinadora de Concurso a relação dos candidatos inscritos em ordem alfabética, por cargo, contendo o número de inscrição, RG, CPF, data de nascimento, no prazo de 24 horas, para que a Banca Examinadora possa providenciar a distribuição de candidatos por cargo, elaborar o Edital Complementar que fixa local e o horário das provas objetivas e prática.

2.7.) a Comissão de Concurso Público da Prefeitura – CCP deverá enviar relação das salas de aulas equipadas com carteiras estudantis para aplicação das provas teóricas, bem como o local para aplicação da prova prática com todo equipamento necessário, de acordo com cada prova;

2.8.) compete a Comissão de Concurso – CCP, entregar as salas livres, organizadas de acordo com o número de candidatos para cada sala e desimpedidas pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes do horário definido para aplicação das provas;

2.9.) solicitar do prefeito a nomeação dos fiscais os quantos forem necessários para fiscalizar as provas objetivas e práticas, pessoas idôneas, qualificadas, nível superior ou que tem no mínimo nível médio completo, não possuir grau parentesco com candidatos inscritos no Concurso até nível de terceiro grau, para assessorar a Banca Examinadora de Concurso;

2.10.) a Comissão de Concurso Público em hipótese alguma poderá fazer qualquer alteração no Edital do Concurso, Cronograma de Provas, Conteúdos Programáticos, Quadro de Provas Objetivas e Práticas, retificação e outros documentos que se referir o Concurso Público sem conhecimento e autorização da Banca Examinadora de Concurso Público;

Artigo 4º Tem a presente Comissão de Concurso Público Municipal a contar da data da publicação desta portaria para dar início aos seus trabalhos juntamente com a Banca Examinadora de Concurso Público e a Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Artigo 5º Fica a presente Comissão encarregada de trabalhar em conjunto com a Banca Examinadora e autorizada sempre que fizer necessário solicitar orientações, sanar dúvida para que possa desempenhar suas atribuições com êxito, da mesma forma passar todas as informações necessárias para elaboração dos editais documentos.

Artigo 6º Compete ao Presidente da Comissão de Concurso - CCP solicitar junto ao Executivo Municipal os recursos necessários para a cobertura das despesas oriundas das suas atividades durante o concurso e os pagamentos para ser repassados para Banca Examinadora de Concurso, obedecendo às datas apresentadas na proposta técnica e contrato de prestação de serviços.

Artigo 7º Compete ao Presidente da Comissão de Concurso – CCP, receber os requerimentos referentes aos recursos impetrados pelos candidatos sobre gabarito, questões das provas objetivas, Resultado Final do Concurso Público e enviar para a Banca Examinadora de Concurso, organizados por cargos, e ordem alfabética através de Ofício assinado por todos os membros da Comissão.

Parágrafo único. O**s** recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas no Edital do Concurso Público Municipal, não serão reconhecidas ou avaliadas pela Banca Examinadora de Concurso Público**.**

Artigo 8º Compete à Comissão de Concurso público- CCP, manter sigilo absoluto de toda a documentação referente o concurso público, zelar pelos documentos dos candidatos, ficha de inscrição, editais, guardar em local totalmente seguro.

Artigo 9º A administração e a organização das inscrições, e os casos omissos, serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura – CCP e a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Município.

Artigo 10º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 10.09.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 589/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019, POR CONTER ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Cleuza de Lourdes Monte Sião dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Cleuza de Lourdes Monte Sião, Psicóloga, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 23/12/2010 (vinte e três de dezembro de dois mil e dez) a 23/12/2015 (vinte e três de dezembro de dois mil e quinze), cujo gozo se observará no período no período de 09/09/2019 (nove de setembro do ano de dois mil e dezenove) a 07/11/2019 (sete de novembro do ano de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art.2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 9º dia do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 09.09.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO ONDE LE-SE CONTRATO 016/2019 LEIA-SE CONTRATO 017/2019

Retificação de publicação onde le-se contrato 016/2019 leia-se contrato 017/2019

CONTRATO Nº:	17/2019
Objeto:	**PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA E CAMARA MUNICIPAL**
Contratada:	**METODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.817.081/0001-50, com sede na Rua/Avenida André Antonio Maggi, Ed. Concorde, 7º andar, sala 705, Bairro Jardim El dorado, CEP 78.048-025
CNPJ:	22.817.081/0001-50
Valor Global:	15100,00 (quinze mil e cem reais)
Modalidade:	Carta Convite 001/2019.

PREVINORTE
CREDENCIAMENTOS INST. FIN. E FUNDOS 2019



ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	**CNPJ**	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	**CNPJ**	04.784.024/0001-30
Instituição Credenciada	CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI		
Razão Social	CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI	**CNPJ**	03.795.072/0001-60

Número do Termo de Análise de Credenciamento	C0117004
Data do Termo de Análise de Credenciamento	03/01/2019

Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição nova, porem vem ganhando solidez e credibilidade no mercado financeiro. A Classificação de risco, "Proficiente" emitida pela Fitch Ratings considerada uma instituição com "Estável", o que demonstra capacidade financeira da Instituição. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 31,8 bilhões (QDD - 2019) de recursos de terceiros.

Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I,"b"
	Art. 7º, I,"c"		Art. 8º, II,"a"
X	Art. 7º, III,"a"		Art. 8º, II,"b"
	Art. 7º, III,"b"		Art. 8º, III
X	Art. 7º, IV,"a"		Art. 8º, IV,"a"
	Art. 7º, IV,"b"		Art. 8º, IV,"b"
	Art. 7º, VII,"a"		Art. 8º, IV,"c"
	Art. 7º, VII,"b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,"c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,"a"		Art. 9º-A, III

Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	**CNPJ**	**Data da Análise**
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA - B	07.861.554/0001-22	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF - M 1 TP	11.328.882/0001-35	03/01/2019



ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

BB PREVIDENCIARIO RF IDKA 2	13.322.205/0001-35	03/01/2019
BB PREVID RF IMA GERAL EX-C TP FI	14.964.240/0001-10	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA - B	07.861.554/0001-22	03/01/2019

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	
THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010

Número do Termo de Análise de Credenciamento	**C0117004**
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	**004**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**	**X**	**Gestor:**	
Razão Social	**Banco Cooperativo Sicredi S.A.**	CNPJ		**01.181.521/0001-55**	
Endereço	**Av. Assis Brasil, nº 3.940 – Torre C – 12º andar – São Sebastião – Porto Alegre – RS**	Data Constituição		**16/10/1995**	
E-mail (s)	**adm_fundos@sicredi.com.br**	Telefone (s)		**(51) 3358-4804**	

Data do registro na CVM	24/09/1997	Categoria (s)	Administração de Carteiras
Data do registro na BACEN	23/08/2001	Categoria (s)	Banco Múltiplo Cooperativo

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Christian Martinewski Dohnert	Gerente de Administração e Custódia	adm_fundos@sicredi.com.br	(51) 3358-4760

Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2° ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº 3.922/2010?

SIM [X] **NÃO** [ ]

Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data de validade das certidões**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Certidão da Fazenda Municipal	01/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
2. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	25/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
4. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	16/05/2019	Disponibilizado pela instituição.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

III - Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição sólida, bem conceituada e com credibilidade no mercado financeiro. A Classificação de risco, "AA(bra)" emitida pela Fitch Ratings considerada uma instituição com "Estável", o que mostra a excelente capacidade financeira da Instituição a médio e longo prazo. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 31.716.857.019,88 bilhões (Ranking Administradores ANBIMA -02/2019) de recursos de terceiros.

IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I,"b"
	Art. 7º, I,"c"		Art. 8º, II,"a"
X	Art. 7º, III,"a"		Art. 8º, II,"b"
	Art. 7º, III,"b"	X	Art. 8º, III
X	Art. 7º, IV,"a"		Art. 8º, IV,"a"
	Art. 7º, IV,"b"		Art. 8º, IV,"b"
	Art. 7º, VII,"a"		Art. 8º, IV,"c"
X	Art. 7º, VII,"b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,"c"		Art. 9º-A, II
X	Art. 8º, I,"a"		Art. 9º-A, III

V – Fundo (s) de Investimento de Investimento administrado(s)/ gerido(s) pela instituição para futura decisão de Investimentos:	**CNPJ**	**Data da Análise**
SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP	07.277.931/0001-80	03/01/2019
SICREDI FIC RF CREDITO PRIVADO EXECUTIVE LONGO PRAZO	21.170.347/0001-52	03/01/2019
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	19.196.599/0001-09	03/01/2019
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	13.081.159/0001-20	03/01/2019
SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA - B LP	11.087.118/0001-15	03/01/2019
SICREDI FIC MULTI PERFIL CLÁSSICO	09.498.697/0001-47	03/01/2019
SICREDI FIC AÇÕES IBOVESPA	06.051.151/0001-55	03/01/2019
Data:	**03/01/2019**	

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	
THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010

Número do Termo de Análise de Credenciamento	**C0117001**
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	**001**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**	**X**	**Gestor:**	**X**
Razão Social	**BB Gestão de Recursos DTVM s.a**	CNPJ		**30.822.936/0001-69**	
Endereço	**Praça XV de Novembro nº 20 – 2º e 3º andares – Centro – Rio de Janeiro – RJ**	Data Constituição		**15/05/1986**	
E-mail (s)	**bbdtvm@bb.com.br**	Telefone (s)		**(021) 3808 -7500**	

Data do registro na CVM	13/08/1990	Categoria (s)	Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários
Data do registro na BACEN	27/05/1986	Categoria (s)	Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Marcelo Amorim Cerqueira	Asssesor	amorimarcelo@bb.com.br	(021) 3808-7549
Denison Martins Fernandes	Assessor	amorimarcelo@bb.com.br	(021) 3808-7546

Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2° ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº 3.922/2010?

SIM [X] **NÃO** [ ]

Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data de validade das certidões**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Certidão da Fazenda Municipal	09/06/2019	Disponibilizado pela instituição.
2. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	30/06/2019	Disponibilizado pela instituição.
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	02/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
4. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	19/02/2019	Disponibilizado pela instituição.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

III - Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição sólida, bem conceituada e com credibilidade no mercado financeiro. A Classificação de risco, "Excelente" emitida pela Fitch Ratings e a classificação MQ1(execlente) emitida pela Moody's, são notas consideradas máximas em uma escala de 5 niveis, o que mostra a excelente capacidade financeira da Instituição a médio e longo prazo. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 927,4 Bilhões de recursos de terceiros.

IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:

X	Art. 7º, I, "b"	X	Art. 8º, I,"b"
	Art. 7º, I,"c"	X	Art. 8º, II,"a"
X	Art. 7º, III,"a"		Art. 8º, II,"b"
	Art. 7º, III,"b"	X	Art. 8º, III
X	Art. 7º, IV,"a"		Art. 8º, IV,"a"
	Art. 7º, IV,"b"	X	Art. 8º, IV,"b"
	Art. 7º, VII,"a"		Art. 8º, IV,"c"
X	Art. 7º, VII,"b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,"c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,"a"		Art. 9º-A, III

V – Fundo (s) de Investimento de Investimento administrado(s)/ gerido(s) pela instituição para futura decisão de Investimentos:	CNPJ	Data da Análise
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI	07.111.384/0001-69	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI	07.442.078/0001-05	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FI	07.861.554/0001-22	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FIC DE FI	03.543.447/0001-03	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	13.327.340/0001-73	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA2 TÍTULOS PÚBLICOS FI	13.322.205/0001-35	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULO PÚBLICO FI	14.964.240/0001-10	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA FLUXO FIC DE FI	13.077.415/0001-05	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FIC DE FI	13.077.418/0001-49	03/01/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

BB COMERCIAL 17 LP FIC DE FI RF	04.857.834/0001-79	03/01/2019
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC DE FI	25.078.994/0001-90	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	14.091.645/0001-91	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO FI LP	10.418.362/0001-50	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FI	10.418.335/0001-88	03/01/2019
BB AÇÕES IBOVESPA INDEXADO FIC DE FI	73.899.759/0001-21	03/01/2019
BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC DE FI	00.822.059/0001-65	03/01/2019
BB AÇÕES IBrX INDEXADO FIC DE FI	30.847.180/0001-02	03/01/2019
BB AÇÕES DIVIDENDOS FIC DE FI	05.100.191/0001-87	03/01/2019
BB AÇÕES VALE FI	04.881.682/0001-40	03/01/2019
BB AÇÕES PETROBRÁS FI	03.920.413/0001-82	03/01/2019
BB AÇÕES CIELO FI	10.869.628/0001-81	03/01/2019
BB AÇÕES CONSUMO FIC DE FI	08.973.942/0001-68	03/01/2019
BB AÇÕES SMALL CAPS FIC DE FI	05.100.221/0001-55	03/01/2019
BB AÇÕES INFRAESTRUTURA FIC DE FI	11.328.904/0001-67	03/01/2019
BB AÇÕES ENERGIA FI	02.020.528/0001-58	03/01/2019
BB AÇÕES EXPORTAÇÃO FIC DE FI	05.100.213/0001-09	03/01/2019
BB AÇÕES BB SEGURIDADE FIA	17.593.934/0001-87	03/01/2019
BB AÇÕES SETOR FINANCEIRO FIC DE FI	08.973.948/0001-35	03/01/2019
BB AÇÕES TECNOLOGIA FI	01.578.474/0001-88	03/01/2019
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	29.258.294/0001-38	03/01/2019
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES ALOCAÇÃO FIC DE FI	18.270.783/0001-99	03/01/2019

Data: **03/01/2019**

Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	
THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010

Número do Termo de Análise de Credenciamento	**C0117002**
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	**002**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**	**X**	**Gestor:**	**X**
Razão Social	**Caixa Econômica Federal**	CNPJ		**00.360.305/0001-04**	
Endereço	**Av. Paulista,2300 – 11 ANDAR– São Paulo/SP Av. Paulista, 2300 - 11 anddar - São Paulo/SP**	Data Constituição		**12/01/1861**	
E-mail (s)	**geico@caixa.gov.br**	Telefone (s)		**(11) 3572-4600**	

Data do registro na CVM	04/01/1995	Categoria (s)	Administrador
Data do registro na BACEN	Não há	Categoria (s)	Não há

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Erika Zamberlan da Silva	Gerente Executivo(a)	erika.z.silva@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Ciro Augusto Miguel	Gerente Executivo(a)	ciro.miguel@caixa.gov.br	(11) 3572-4600

Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2° ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº 3.922/2010?

SIM [X] **NÃO** [ ]

Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data de validade das certidões**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Certidão da Fazenda Municipal	30/04/2019	Disponibilizado pela instituição.
2. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	30/04/2019	Disponibilizado pela instituição.
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	27/02/2019	Disponibilizado pela instituição.
4. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	22/02/2019	Disponibilizado pela instituição.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

III - Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição sólida, bem conceituada e com credibilidade no mercado financeiro. A Classificação de risco, "AA" emitida pela Fitch Ratings considerada uma instituição com risco irrisório, o que mostra a excelente capacidade financeira da Instituição a médio e longo prazo. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 1,3 trilhões(Relatório de Administração 3T2018) de recursos de terceiros.

IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:

X	Art. 7º, I, "b"	X	Art. 8º, I,"b"
	Art. 7º, I,"c"	X	Art. 8º, II,"a"
X	Art. 7º, III,"a"		Art. 8º, II,"b"
	Art. 7º, III,"b"	X	Art. 8º, III
X	Art. 7º, IV,"a"		Art. 8º, IV,"a"
	Art. 7º, IV,"b"	X	Art. 8º, IV,"b"
	Art. 7º, VII,"a"		Art. 8º, IV,"c"
X	Art. 7º, VII,"b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,"c"	X	Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,"a"		Art. 9º-A, III

V – Fundo (s) de Investimento de Investimento administrado(s)/ gerido(s) pela instituição para futura decisão de Investimentos:	CNPJ	Data da Análise
FI BRASIL IRFM 1	10.740.670/0001-06	03/01/2019
FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	14.386.926/0001-71	03/01/2019
FI BRASIL IRF-M TP RF LP	14.508.605/0001-00	03/01/2019
FI BRASIL IMAB 5 LP	11.060.913/0001-10	03/01/2019
FI BRASIL IRFM 1 MAIS	10.577.519/0001-90	03/01/2019
FI BRASIL IMA GERAL TP RF LP	11.061.217/0001-28	03/01/2019
FI BRASIL IMAB LP	10.740.658/0001-93	03/01/2019
FI BRASIL IMAB 5 MAIS LP	10.577.503/0001-88	03/01/2019
FIC NOVO BRASIL IMAB RF LP	10.646.895/0001-90	03/01/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	14.508.643/0001-55	03/01/2019
FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	03/01/2019
FI BRASIL TP LP	05.164.356/0001-84	03/01/2019
FI ALIANCA RF	05.164.358/0001-73	03/01/2019
FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	03/01/2019
FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	23.215.097/0001-55	03/01/2019
FI BRASIL IPCA XVI RF CRED PRIV	21.918.896/0001-62	03/01/2019
FIA BRASIL IBOVESPA	13.058.816/0001-18	03/01/2019
FIA BRASIL IBX-50	03.737.217/0001-77	03/01/2019
FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO	15.154.220/0001-47	03/01/2019
FIA CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA	15.154.236/0001-50	03/01/2019
FIA INFRAESTRUTURA	10.551.382/0001-03	03/01/2019
FIA DIVIDENDOS	05.900.798/0001-41	03/01/2019
FIA CONSUMO	10.577.512/0001-79	03/01/2019
FIA CONSTRUCAO CIVIL	10.551.375/0001-01	03/01/2019
FIC AÇÕES VALOR SMALL CAP RPPS	14.507.699/0001-95	03/01/2019
FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	15.154.441/0001-15	03/01/2019
FI JUROS E MOEDAS MM	14.120.520/0001-42	03/01/2019
FI CAIXA MULTIMERCADO RV 30 LP	03.737.188/0001-43	03/01/2019
FI CAIXA ALOCAÇÃO MACRO MULT LP	08.070.841/0001-87	03/01/2019
FI BOLSA AMERICANA MULT LP (1)	30.036.235/0001-02	03/01/2019
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	17.502.937/0001-68	03/01/2019
Data:	**03/01/2019**	

Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	
THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E CADASTRAMENTO DO DISTRIBUIDOR

Análise de Agente Autônomo de Investimentos

Número do Termo de Análise de Credenciamento do Distribuidor	**C0117004**
Número do Processo instaurado na unidade gestora do RPPS	**004**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- Identificação do Distribuidor

Razão Social	**Banco Cooperativo Sicredi S.A.**	CNPJ	**01.181.521/0001-55**
Endereço	Av. Assis Brasil, nº 3.940 – Torre C – 12º andar – São Sebastião – Porto Alegre – RS	Data Constituição	**16/10/1995**
E-mail (s)	adm_fundos@sicredi.com.br	Telefone (s)	**(51) 3358-4804**

Data do registro na CVM	24/09/1997	Categoria (s)	Administração de Carteiras

Controlador/ Grupo Econômico	**CNPJ**
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	01.181.521/0001-55

Principal contato com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Christian Martinewski Dohnert	Gerente de Administração e Custódia	adm_fundos@sicredi.com.br	(051) 3358-4760

III - Relação dos documentos referentes á análise da Instituição que instruem o Processo de Análise e Cadastramento obtidos na(s) seguinte(s) páginas(s) da Internet(art. 6ºE,III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	Data do documento	Data da Validade das Certificações
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social	-	Não Disponibilizado pela Instituição
2. Certidão da Fazenda Municipal	01/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	-	Não Disponibilizado pela Instituição
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	25/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	16/05/2019	Disponibilizado pela instituição.
.....		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

IV - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise destas informações pelo responsável pelo Credenciamento:	Conclui-se que a instiuição credenciada não possui atos de cunho grave que desaprove o seu credencimento.

V – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data de Início do Fundo
SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP	07.277.931/0001-80	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)	06/12/2005
SICREDI FIC RF CREDITO PRIVADO EXECUTIVE LONGO PRAZO	21.170.347/0001-52	FI de Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b (5%)	26/10/2015
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	19.196.599/0001-09	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)	27/02/2014
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	13.081.159/0001-20	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)	24/01/2011
SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA - B LP	11.087.118/0001-15	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)	18/12/2009
SICREDI FIC MULTI PERFIL CLÁSSICO	09.498.697/0001-47	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV (5%)	19/05/2008
SICREDI FIC AÇÕES IBOVESPA	06.051.151/0001-55	FI em índices de RV - Art. 8º, I, a (30%, 20% por fundo)	30/09/2011

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):	

VI – Contratos de Distribuição relativos aos fundos de investimento ou produtos acima elencados:

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Contrato Registrado CVM(sim/não)	Data do Instrumento contratual
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	01.181.521/0001-55	sim	24/09/1997
-	-	-	-

Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):

Os fundos administrados pelo Banco Sicredi são distribuídos pelas cooperativas que integram o Sistema, fluxo acordado em contrato único de distribuição celebrado entre as partes (cooperativas e banco). Os serviços de distribuição, agenciamento e colocação de cotas de Fundos serão prestados pelo próprio Administrador e/ou Cooperativas integrantes do Sistema Sicredi, instituições devidamente habilitadas na CVM para exercício da distribuição, sendo que a relação com a qualificação completa destes prestadores de serviços encontra-se disponível na sede do Administrador ou no website www.sicredi.com.br. O Administrador poderá repassar parte de sua remuneração (taxa de administração) na forma de repasse aos Distribuidores proporcionalmente ao volume financeiro por estes distribuídos em cotas do Fundo. O principal prestador do serviço de distribuição realiza a distribuição preponderantemente de fundos geridos por um único gestor. Os distribuidores contratados pelo Fundo podem distribuir outros fundos e/ou produtos de investimento e receber pela distribuição destes, remuneração ou outros incentivos equivalentes ou superiores ao que recebem pela distribuição do Fundo, o que poderia, eventualmente, resultar em esforço não equitativo no oferecimento dos diferentes produtos. Nesse aspecto, o Administrador trata de disponibilizar seus produtos de investimento em seus canais, de forma clara, destacada e de igual maneira, oportunizando aos investidores e potenciais investidores uma correta análise e comparação entre seus produtos, exigindo dos distribuidores contratados a mesma imparcialidade no oferecimento de produtos de investimento. Além disso, o Administrador exige que todos os distribuidores realizem a Análise de Perfil do Investidor (API) nos padrões por ele estabelecidos, de maneira a indicar o produto mais adequado a cada investidor.

VII – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Análise da Instituição administradora/gestora objeto do presente Processo de Credenciamento

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	A presente instituição não apresentou conduta ou informações que desaconselhem um relacionamento seguro.
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	A presente instituição apresentou regularidade fiscal perante aos órgãos oficiais.
C - Qualificação do corpo técnico:	A presente instituição apresentou corpo técnico altamente qualificado, que atende aos critérios ANBIMA de certificação.
D - Histórico e experiência de atuação:	O Banco Sicredi foi constituído em 1995, pela Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul -, iniciando suas operações no mercado em 1996, como o primeiro banco cooperativo brasileiro. Inicialmente, foi estruturado para realizar o serviço de compensação de cheques e proporcionar acesso às reservas bancárias para as cooperativas de crédito que integram o Sicredi. Outra função que o banco absorveu desde a sua fundação foi a gestão de recursos de terceiros, especialmente para viabilizar a gestão profissional dos recursos de caixa das cooperativas.
E - Outros critérios de análise:	Não há

Data:	**03/01/2019**		
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E CADASTRAMENTO DO DISTRIBUIDOR

Análise de Agente Autônomo de Investimentos

Número do Termo de Análise de Credenciamento do Distribuidor	**C0117001**
Número do Processo instaurado na unidade gestora do RPPS	**001**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- Identificação do Distribuidor

Razão Social	**Banco do Brasil S.A.**	CNPJ	**00.000.000/0001.91**
Endereço	Setor de Autarquias Norte, Qudara 5, Lote B - Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil	Data Constituição	**12/10/1808**
E-mail (s)	www.bb.com.br	Telefone (s)	**0800 729 0722**

Data do registro na CVM	13/08/1990	Categoria (s)	Distribuidor de Carteiras de Valores Mobiliários

Controlador/ Grupo Econômico	**CNPJ**
Banco do Brasil.SA	00.000.000/0001.91

Principal contato com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Marcelo Amorim Cerqueira	Asssesor	amorimarcelo@bb.com.br	(021) 3808-7550

III - Relação dos documentos referentes á análise da Instituição que instruem o Processo de Análise e Cadastramento obtidos na(s) seguinte(s) páginas(s) da Internet(art. 6ºE,III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data da Validade das Certificações**
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social	10/03/1942	Disponibilizado pela instituição.
2. Certidão da Fazenda Municipal	-	Não Disponibilizado pela instituição.
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	-	Não Disponibilizado pela instituição.
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	05/02/2019	Disponibilizado pela instituição.
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	12/05/2019	Disponibilizado pela instituição.
.....		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

IV - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

Resultado da análise destas informações pelo responsável pelo Credenciamento:	Conclui-se que a instiuição credenciada não possui atos de cunho grave que desaprove o seu credencimento.

V – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data de Início do Fundo
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI	07.111.384/0001-69	Art. 7º, I, "b"	08/12/2004
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI	07.442.078/0001-05	Art. 7º, I, "b"	24/07/2005
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FI	07.861.554/0001-22	Art. 7º, III, "a"	09/03/2006
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FIC DE FI	03.543.447/0001-03	Art. 7º, III, "a"	17/12/1999
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	13.327.340/0001-73	Art. 7º, I, "b"	28/04/2011
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA2 TÍTULOS PÚBLICOS FI	13.322.205/0001-35	Art. 7º, I, "b"	28/04/2011
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULO PÚBLICO FI	14.964.240/0001-10	Art. 7º, I, "b"	20/04/2012
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA FLUXO FIC DE FI	13.077.415/0001-05	Art. 7º, IV, "a"	28/04/2011

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FIC DE FI	13.077.418/0001-49	Art. 7º, IV, "a"	28/04/2011
BB COMERCIAL 17 LP FIC DE FI RF	04.857.834/0001-79	Art. 7º, IV, "a"	29/05/2003
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	Art. 7º, IV, "a"	19/07/2001
BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC DE FI	25.078.994/0001-90	Art. 7º, I, "b"	31/08/2016
BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	14.091.645/0001-91	Art. 7º, VII, "b"	15/10/2013
BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO FI LP	10.418.362/0001-50	Art. 8º, IV	02/03/2009
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FI	10.418.335/0001-88	Art. 8º, III	10/06/2009
BB AÇÕES IBOVESPA INDEXADO FIC DE FI	73.899.759/0001-21	Art. 8º, I	17/12/1993
BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC DE FI	00.822.059/0001-65	Art. 8º, II	02/10/1995
BB AÇÕES IBrX INDEXADO FIC DE FI	30.847.180/0001-02	Art. 8º, I	01/07/1986
BB AÇÕES DIVIDENDOS FIC DE FI	05.100.191/0001-87	Art. 8º, II	18/07/2002
BB AÇÕES VALE FI	04.881.682/0001-40	Art. 8º, II	26/02/2002
BB AÇÕES PETROBRÁS FI	03.920.413/0001-82	Art. 8º, II	19/07/2000
BB AÇÕES CIELO FI	10.869.628/0001-81	Art. 8º, II	30/06/2009
BB AÇÕES CONSUMO FIC DE FI	08.973.942/0001-68	Art. 8º, II	02/10/2007
BB AÇÕES SMALL CAPS FIC DE FI	05.100.221/0001-55	Art. 8º, II	18/07/2002
BB AÇÕES INFRAESTRUTURA FIC DE FI	11.328.904/0001-67	Art. 8º, II	07/05/2010
BB AÇÕES ENERGIA FI	02.020.528/0001-58	Art. 8º, II	16/10/1997
BB AÇÕES EXPORTAÇÃO FIC DE FI	05.100.213/0001-09	Art. 8º, II	22/07/2002
BB AÇÕES BB SEGURIDADE FIA	17.593.934/0001-87	Art. 8º, II	02/05/2013
BB AÇÕES SETOR FINANCEIRO FIC DE FI	08.973.948/0001-35	Art. 8º, II	02/10/2007
BB AÇÕES TECNOLOGIA FI	01.578.474/0001-88	Art. 8º, II	25/02/1997
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	29.258.294/0001-38	Art. 8º, II	29/01/2018

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES ALOCAÇÃO FIC DE FI	18.270.783/0001-99	Art. 8º, II	30/08/2013
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):			

VI – Contratos de Distribuição relativos aos fundos de investimento ou produtos acima elencados:

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Contrato Registrado CVM(sim/não)	Data do Instrumento contratual
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001.91	sim	13/08/1990
-	-	-	-

Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):

A política de Distribuição da presente instituição, assim como a concentração sob administração/gestão e destruidores atendem aos critérios elencados na Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.695, de 25 de novembro de 2018. Das formas de remuneração e taxas, a instituição pratica valores usuais de mercado, em acordo com a legislação vigente.

VII – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Análise da Instituição administradora/gestora objeto do presente Processo de Credenciamento

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	A presente instituição não apresentou conduta ou informações que desaconselhem um relacionamento seguro.
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	A presente instituição apresentou regularidade fiscal perante aos órgãos oficiais.
C - Qualificação do corpo técnico:	A presente instituição apresentou corpo técnico altamente qualificado, que atende aos critérios ANBIMA de certificação.
D - Histórico e experiência de atuação:	Segundo o Relatório anual 2017 o Banco do Brasil S.A., foi o primeiro banco a operar no País e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Com mais de 200 anos de existência. A Instituição está presente em 99,8% dos municípios brasileiros, com 4.770 agências que representam 21,8% de participação no sistema financeiro nacional. A rede externa é composta por 29 dependências localizadas em 20 países.
E - Outros critérios de análise:	Não há

Data:	**03/01/2019**		
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE E CADASTRAMENTO DO DISTRIBUIDOR

Análise de Agente Autônomo de Investimentos

Número do Termo de Análise de Credenciamento do Distribuidor	**C0117002**
Número do Processo instaurado na unidade gestora do RPPS	**002**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

II- Identificação do Distribuidor

Razão Social	**Caixa Econômica Federal**	CNPJ	**00.360.305/0001-04**
Endereço	Av. Paulista,2300 – 11 ANDAR– São Paulo/SP Av. Paulista, 2300 - 11 anddar - São Paulo/SP	Data Constituição	**12/01/1861**
E-mail (s)	geico@caixa.gov.br	Telefone (s)	**(11) 3572-4600**

Data do registro na CVM	04/01/1995	Categoria (s)	Administrador

Controlador/ Grupo Econômico	**CNPJ**
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04

Principal contato com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Erika Zamberlan da Silva	Gerente Executivo(a)	erika.z.silva@caixa.gov.br	(011) 3572-4600

III - Relação dos documentos referentes á análise da Instituição que instruem o Processo de Análise e Cadastramento obtidos na(s) seguinte(s) páginas(s) da Internet(art. 6ºE,III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	Data do documento	Data da Validade das Certificações
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social	30/04/2019	Disponibilizado pela instituição.
2. Certidão da Fazenda Municipal	30/04/2019	Disponibilizado pela instituição.
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital	30/04/2019	Disponibilizado pela instituição.
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	27/02/2019	Disponibilizado pela instituição.
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS	22/02/2019	Disponibilizado pela instituição.
.....		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

IV - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

Resultado da análise destas informações pelo responsável pelo Credenciamento:	Conclui-se que a instiuição credenciada não possui atos de cunho grave que desaprove o seu credencimento.

V – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data de Início do Fundo
FI BRASIL IRFM 1	10.740.670/0001-06	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	11/05/2012
FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	14.386.926/0001-71	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	16/08/2012
FI BRASIL IRF-M TP RF LP	14.508.605/0001-00	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	16/08/2012
FI BRASIL IMAB 5 LP	11.060.913/0001-10	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	09/07/2010
FI BRASIL IRFM 1 MAIS	10.577.519/0001-90	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	11/05/2012
FI BRASIL IMA GERAL TP RF LP	11.061.217/0001-28	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	08/07/2010
FI BRASIL IMAB LP	10.740.658/0001-93	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	08/03/2010
FI BRASIL IMAB 5 MAIS LP	10.577.503/0001-88	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	18/04/2012

FIC NOVO BRASIL IMAB RF LP	10.646.895/0001-90	Renda Fixa - Art. 7º, Inciso III	27/10/2009
FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	14.508.643/0001-55	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	30/08/2002
FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	05/07/2006
FI BRASIL TP LP	05.164.356/0001-84	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	10/02/2006
FI ALIANCA RF	05.164.358/0001-73	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	01/11/2005
FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	17/12/2015
FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	23.215.097/0001-55	Renda Fixa e Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV "a"	04/11/2016
FI BRASIL IPCA XVI RF CRED PRIV	21.918.896/0001-62	Renda Fixa "Créd Priv" - Art. 7º, Inciso VII "b"	17/04/2015
FIA BRASIL IBOVESPA	13.058.816/0001-18	Ações - Art. 8º, Inciso I "a"	29/07/2011
FIA BRASIL IBX-50	03.737.217/0001-77	Ações - Art. 8º, Inciso I "a"	18/02/2008
FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO	15.154.220/0001-47	Ações - Art. 8º, Inciso I "a"	01/11/2012
FIA CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA	15.154.236/0001-50	Ações - Art. 8º, Inciso I "b"	27/11/2012
FIA INFRAESTRUTURA	10.551.382/0001-03	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	19/04/2010
FIA DIVIDENDOS	05.900.798/0001-41	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	03/10/2003
FIA CONSUMO	10.577.512/0001-79	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	26/04/2012
FIA CONSTRUCAO CIVIL	10.551.375/0001-01	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	22/06/2009
FIC AÇÕES VALOR SMALL CAP RPPS	14.507.699/0001-95	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	12/12/2011
FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	15.154.441/0001-15	Ações - Art. 8º, Inciso II "a"	23/08/2012
FI JUROS E MOEDAS MM	14.120.520/0001-42	Multimercados - Art. 8º, Inciso III	28/06/2012
FI CAIXA MULTIMERCADO RV 30 LP	03.737.188/0001-43	Multimercados - Art. 8º, Inciso III	20/06/2000
FI CAIXA ALOCAÇÃO MACRO MULT LP	08.070.841/0001-87	Multimercados - Art. 8º, Inciso III	01/02/2007
FI BOLSA AMERICANA MULT LP (1)	30.036.235/0001-02	Multimercados - Art. 8º, Inciso III	16/10/2018
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	17.502.937/0001-68	Investimentos no Exterior - Art. 9º, Inciso III	24/06/2013

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):			

VI – Contratos de Distribuição relativos aos fundos de investimento ou produtos acima elencados:

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Contrato Registrado CVM(sim/não)	Data do Instrumento contratual
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	sim	04/01/1995
-	-	-	-

Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):

A CAIXA é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para: - Ética; - Negociação de Instrumentos Financeiros; - Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo - Processos da Regulação e Melhores Práticas; - Fundos de Investimento; - Programa de Certificação Continuada; - Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e - Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. a. O serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento é remunerado exclusivamente pela taxa de administração, não havendo qualquer cobrança adicional ou repasse para terceiros. As cotas do FUNDO são distribuídas exclusivamente pela ADMINISTRADORA através da sua rede de agências e canais eletrônicos. O distribuidor oferta ao cotista e potenciais investidores preponderantemente fundos de investimento por ela geridos.

VII – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Análise da Instituição administradora/gestora objeto do presente Processo de Credenciamento

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	A presente instituição não apresentou conduta ou informações que desaconselhem um relacionamento seguro.
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	A presente instituição apresentou regularidade fiscal perante aos órgãos oficiais.
C - Qualificação do corpo técnico:	A presente instituição apresentou corpo técnico altamente qualificado, que atende aos critérios ANBIMA de certificação.
D - Histórico e experiência de atuação:	Criada em 1998, a Viter é responsável pela gestão de ativos de terceiros da Caixa. É a quarta maior gestora do país, com participação de mercado de 7,1% no mercado local e AUM de BRL203 bilhões, desconsiderando-se os fundos estruturados, segundo a Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), em dezembro de 2015. Estabelecida em 1861, a Caixa era o terceiro maior banco no Brasil, em termos de ativos, assim como a segunda em depósitos, com BRL1,203 trilhão em ativos e BRL7,2 bilhões de lucro líquido em dezembro de 2015. A Caixa é integralmente controlada pelo governo brasileiro e seus ratings refletem a alta probabilidade de suporte do governo federal, se necessário.
E - Outros critérios de análise:	Não há

Data:	**03/01/2019**		
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Número do Termo de Análise de Credenciamento	**C0117004**
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	**004**

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo	NORTELÂNDIA - MT	CNPJ	03.425.170/0001-06
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT	CNPJ	04.784.024/0001-30

Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? ( ) SIM ( ) NÃO

(Esses critérios, caso existentes, podem ser mais seletivos que os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, mas devem se relacionar a questões objetivas relativas às características de atuação da instituição, tais como, posição em ranking de volume de recursos sob a administração, patrimônio da instituição, tempo e experiência de atuação, diversificação da base de investidores, evitando-se a exigência de documentação que extrapole a comprovação desses critérios).

1. Tipo de ato normativo/edital:	Conforme modelo de Credenciamento disponibilizado pela SPPS.	Data	27/11/2018

2. Critérios:

a. Portaria MPS 519/2011; Portaria MPS 170/2012; Portaria MPS 440/2013; Portaria MPS 300/2015; Portaria MF 01/2017

b. -

c. -

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**		**Gestor:**	**X**
Razão Social	**CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI**		CNPJ	**03.795.072/0001-60**	
Endereço	Av Assis Brasil 3940 Torre C		Data Constituição	**31/03/2000**	
E-mail (s)	investidores_asset@sicredi.com.br		Telefone (s)	**(51) 3358-4700**	

Data do registro na CVM	14/11/2016	Categoria (s)	ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA

Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Dionatan Silva Severo	não informado	investidores_asset@sicredi.com.br	(51) 3358-4700

Atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?	**SIM**
Atende ao previsto no art. 14-A da Resolução CMN nº 3.922/2010?	**SIM**
Em caso de FIP, atende ao previsto no § 5º do art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010?	**SIM**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Em caso de FIDC, atende ao previsto no inc. III do § 4º do art. 8º da Res. CMN nº 3.922/2010?	NÃO

II.1 Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	Data do documento	Data de validade das certidões*	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social	26/03/2015	-	Disponibilizado pela instituição.
*2. Certidão da Fazenda Municipal**	-	01/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
*3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital**	-	31/03/2019	Disponibilizado pela instituição.
*4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**	-	07/05/2019	Disponibilizado pela instituição.
*5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS**	-	18/02/2019	Disponibilizado pela instituição.
6. Relatórios de Gestão de Qualidade	-	-	Não disponibilizado pela instituição.
7. Relatórios de Rating	31/01/2019	-	Disponibilizado pela instituição.
8. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos	25/01/2019	-	Disponibilizado pela instituição.

II.2 - Classificação do Rating de Gestão ou outra forma de avaliação, pelo dirigente do RPPS, da boa qualidade de gestão e de ambiente de controle da instituição(art. 15, III, da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Proficiente	Fitch Ratings	Estável	25/01/2019
-	-	-	-
Principais riscos associados à Instituição:	Estagnação da retomada do crescimento econômico, devido à restrição de crédito dos bancos, por conta do auto risco de inadimplência.		
Outra foma de avaliação da boa qualidade de gestão:	Buscamos analisar os relatórios das instituições referenciadas nacionais e internacionais e pareceres e análises de investimento elaborados por empresa credenciada pela CVM para o exercício de Consultoria de Investimentos.		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

II.3 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data
NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ

Resultado da análise destas informações:	Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição sólida, bem conceituada e com credibilidade no mercado financeiro, o que demonstra a excelente capacidade financeira da Instituição a médio e longo prazo. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 31, 8bilhões(QDD - 12/2018) de recursos de terceiros.

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R$)	Patrimônio total sob admin / gestão (R$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin / gestão (R$)	Nº de fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin / gestão
12/2018	31,8 bilhões	31,8 bilhões	R$ 296.031,00	29	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado
12/2017	30,5 bilhões	30,5 bilhões	Não disponibilizado pela instituição financeira	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado

12/2016	26,5 bilhões	26,5 bilhões	Não disponibilizado pela instituição financeira	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado
12/2015	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016
12/2014	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016	Iniciou Atividades em 2016

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social:	CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI
CPF/CNPJ:	03.795.072/0001-60
Informações sobre a Política de Distribuição:	Os fundos Geridos pela Gestora Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao Sicredi são administrados pelo Banco Sicredi e distribuídos pelas cooperativas que integram o Sistema, fluxo acordado em contrato único de distribuição celebrado entre as partes (cooperativas e banco). Os serviços de distribuição, agenciamento e colocação de cotas de Fundos serão prestados pelo próprio Administrador e/ou Cooperativas integrantes do Sistema Sicredi, instituições devidamente habilitadas na CVM para exercício da distribuição, sendo que a relação com a qualificação completa destes prestadores de serviços encontra-se disponível na sede do Administrador ou no website www.sicredi.com.br. O Administrador poderá repassar parte de sua remuneração (taxa de administração) na forma de repasse aos Distribuidores proporcionalmente ao volume financeiro por estes distribuídos em cotas do Fundo. O principal prestador do serviço de distribuição realiza a distribuição preponderantemente de fundos geridos por um único gestor.

II.6 - Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	Total investido por RPPS	Desde quando gere fundos dessas classes	Observações sobre (performance/ histórico) da instituição com relação a esses tipos de fundos (texto)
Art. 7º, I, "b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, I,"c"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, III,"a"	**3**	**R$ 518.769.016,27**	**211**	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, III,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, IV,"a"	**1**	**R$ 834.520.275,56**	**3022**	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Art. 7º, IV,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, VII,"a"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, VII,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 7º, VII,"c"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, I,"a"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, I,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, II,"a"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, II,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, III	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, IV,"a"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, IV,"b"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 8º, IV,"c"	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 9º-A, I	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 9º-A, II	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**
Art. 9º-A, III	-	**Não disponibilizado**	-	-	-	**Não disponibilizado**	**Não disponibilizado pela instituição financeira**

III - FUNDO(S) DE INVESTIMENTO ADM/GERIDO PELA INSTITUIÇÃO P/ FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos
SICREDI FI FIC RFPERFORMANCE LONGO PRAZO	07.277.931/0001-80	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	SIM
SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA - B LP	11.087.118/0001-15	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, a	SIM
SICREDI - FI RF REFERENCIADO IRF-M LP	13.081.159/0001-20	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, a	SIM
SICREDI -FI INSTITUCIONAL RF REFERENCIADO IRF-M 1	19.196.599/0001-09	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, a	SIM
SICREDI - FI FIC CREDITO PRIVADO EXECUTIVE LP	21.170.347/000-152	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	SIM

IV – COMPARAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ADM/GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Nome da Instituição	CNPJ	Principais produtos (textos)	Principais vantagens/problemas em geral identificados com essas outras instituições(textos)

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos/fundos (texto conclusivo):

A Confederação Sicredi é uma sociedade cooperativa não financeira, regida pela Lei nº 5.764, de 1971, e inscrita sob o CNPJ nº 03.795.072/0001-60, tendo sido constituída em Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2000. Faz parte do Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi e tem como associadas as Cooperativas Centrais de Crédito integrantes desse Sistema. A Confederação Sicredi tem por objetivo prover serviços, em escala, às suas associadas e, através destas, às demais empresas e entidades integrantes do Sicredi, nos segmentos de tecnologia da informação, operações, back office e serviços administrativos. A Sociedade executa, ainda, as atividades de orientação e coordenação de logística e compras de bens para o Sicredi e realiza a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários para terceiros, conforme modificação promovida em seu Estatuto Social em 15/06/2016.Em março de 2016, a Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste passou a integrar o quadro de Cooperativas Centrais de Crédito associadas à Confederação Sicredi.A Confederação Sicredi, em 16/06/2016, incluiu em seu objeto social a atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários para terceiros, com o objetivo de exercer essa atividade na categoria de "Gestão de Recurso".

V - CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento

Após a análise para Credenciamento da Instituição Financeira, podemos afirmar que se trata de uma instituição nova, porem vem ganhando solidez e credibilidade no mercado financeiro. A Classificação de risco, "Proficiente" emitida pela Fitch Ratings considerada uma instituição com "Estável", o que demonstra capacidade financeira da Instituição. Possui experiência na Gestão de Investimento, administrando/Gerindo o equivalente a R$ 31,8 bilhões (QDD - 2019) de recursos de terceiros.

	Data:	**03/01/2019**	
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JULIO CEZAR GOMES	**Diretor e Gestor de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

THIAGO JOSE DOS SANTOS	**Membro do Comitê de Investimentos**	**730.773.721-34**	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	**Membro do Comitê de Investimentos**	**897.375.551-04**	
JULIO CEZAR GOMES	**Membro do Comitê de Investimentos**	**593.490.341-15**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

TERMO DE ANÁLISE DE PRESTADOR DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTO				
PESSOA JURÍDICA				
NOME (razão social)	I.F. CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI			
CNPJ	10.541.510/0001-20			
Responsável	IGOR FRANÇA GARCIA			
Possui ato ou autorização de funcionamento expedido pela cvm ou banco central?	SIM	X	NÃO	
	Data do Registro	11/03/2010		
Tipo de atividade permitida em registro pela cvm e ou banco central	CONSULTOR DE VALORES MOBILIÁRIOS			
Registro expedido pelo banco central, cvm ou outro orgão competente encontra-se regular?	SIM	X	NÃO	
Possui processo administrativo expedido pelo banco central, cvm ou outro orgão competente?	SIM		NÃO	X
Possui regularidade fiscal e previdenciária? *(certidão negativa da união, inss, fgts, estadual)*	SIM	X	NÃO	
PESSOA FÍSICA				
RESPONSÁVEL TÉCNICO (PESSOA FÍSICA):	IGOR FRANÇA GARCIA			
CPF	013.475.576-60			
Possui ato ou autorização de funcionamento expedido pela cvm ou banco central?	SIM	X	NÃO	
	Data do Registro	12/02/2010		
Tipo de atividade permitida em registro pela cvm e ou banco central	CONSULTOR DE VALORES MOBILIÁRIOS			
Registro expedido pelo banco central, cvm ou outro orgão competente encontra-se regular?	SIM	X	NÃO	

[redacted]

ESTADO DE MATO GROSSO
PREVI NORTE
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia-MT.
Av. Prefeito João Macaúba, 82 - Centro CEP 78.430-000
Fone/Fax: (65) 3346-1411 CNPJ: 04.784.024/0001-30

Possui processo administrativo expedido pelo banco central, cvm ou outro orgão competente?	SIM		NÃO	X
Possui outro tipo de certificação de reconhecimento em mercado financeiro e de capitais?	SIM	X	NÃO	
Descrição:	Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA - CEA			
Data:	**03/01/2019**			

Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
JULIO CEZAR GOMES	Diretor e Gestor de Investimentos	593.490.341-15	
THIAGO JOSE DOS SANTOS	Membro do Comitê de Investimentos	730.773.721-34	
EVERALDO RODRIGUES FILHO	Membro do Comitê de Investimentos	897.375.551-04	

[redacted]

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA AO 2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004 2019

ERRATA AO 2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004 2019 PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8. 666/93, determina o apostilamento no contrato nº 004/2019 sendo o objeto presente contrato Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas, conforme Processo Administrativo 000325/2019 Inexigibilidade nº 001/2019;

O presente instrumento advém Inexigibilidade nº 001/2019 **Processo Administrativo: Nº.** 000325/2019 *OBJETO É "*Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas.,e outro lado a **EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 26.582.684/0001-70, com sede a ROD BR 070 S/N KM 538, Bairro Zona Rural município de Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78.170-00, neste ato representando pelo Senhor José Carlos da Silva, portador do RG:048.952 SSP/MT e CPF: 172.661.731-91, residente e domiciliado na Av. São Sebastião n, 210 Apto 2001, Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, município Cuiabá/MT CEP: 78045-400, **CONTRATADA.**

1.1 CLAUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE CLÁUSULA SEXTA –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003605/2019** e o parecer jurídico municipal nº258/2019 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 002/2019, cujo objetivo é**INCLUSÃO** do Disposto n**a Clausula SEXTA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Obras e Infraestrutura referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

ONDE SE LÊ

COMBUSTIVEL	LITROS	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
DIESEL	3,633	3,633	24.995,04

LEIA-SE

COMBUSTIVEL	LITROS	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
DIESEL	6.880	3,633	24.995,04

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Obras	Próprio	2278 – Recup. E Manut.e Construção de Estradas Vicin.	080034	33.90.30.00	100	**24.995,04**

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 004/2019, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Setembro 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO Nº 008/2019

CONTRATO Nº 008/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

Contrato de Prestação de Serviços por tempo determinado, que entre si celebram, de um lado a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, entidade de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.683.798/0001-72, estabelecida a Avenida Comendador Luiz Meneghel , Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, neste ato representado por seu Presidente – **CESAR AUGUSTO PERIGO,**portador da Carteira de IdentidadeRG 900.106.4-6 SSP/MT, CPF: 037.458.769-89, doravante designado de **CONTRATANTE** e de outro lado a **Sra. ADRIANE LEANDRA CELLARIUS,** portadora da Cédula de Identidade nº 1591856-4 SSP/MT e CPF sob o nº 011.319.271-17,residente neste Município de Nova Bandeirantes - MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, mediante cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – Contrata temporariamente o primeiro aprovado, em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para prestar serviços junto ao Município por prazo determinado lotada na Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO – O presente Contrato de Prestação de Serviços será por tempo determinado, com início em 04 de setembro de 2019 e término em 04 de setembro de 2020, devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, proporcionalmente, de acordo com a Legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO – Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – A qualquer momento, desde que não haja mais interesse por parte do contratado ou da contratante.

CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO - Pelos serviços prestados a que se refere à cláusula primeira deste, o primeiro pagará ao segundo a importância de R$ 1.378,11 (Um mil trezentos e setenta e oito reais e onze centavos) mensais, conforme o padrão de vencimentos.

§ - Único – O presente Contrato de Prestação de Serviços está sujeito às tributações de acordo com a Legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DESPESAS – As despesas oriundas deste Contrato de Prestação de Serviços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **01.031.0001.2001.33.90.04.00.00.00, lotada na Câmara Municipal de Nova Bandeirantes.**

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMANDAS – Fica eleito o Foro dessa Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – O regime jurídico dos servidores do Município de Nova Bandeirantes é o Estatutário e instituído pela Lei Complementar 111/1997 e alterações previstas na Lei nº 139/1998, Lei de Contratação Temporária 068/1997, Lei nº 850/14, 851/2014. O presente Contrato de Prestação de Serviços está autorizado pelo Sr. Presidente, mediante Processo Seletivo nº 001/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA: PARTE FINAL – E por assim acharem justos e contratados assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo assinadas, a que tudo ouviram e presenciaram.

Nova Bandeirantes - MT, 04 de setembro de 2019.

Adriane Leandra Cellarius

CPF. 011.319.271-17

César Augusto Perigo

Presidente

Testemunhas:

1ª _____

Maraísa Lopes dos Santos

2ª _____

Joaquim Schmoeller

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1160/2019

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO COM A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL EM NOVA BANDEIRANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Senhor **Valdir Pereira dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de comodato com a IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL em Nova Bandeirantes, pessoa jurídica de direito privado (organização religiosa), cadastrada no CNPJ: 00.118.331/0001-20, com sede na Via W-5, Asa Sul, Quadra 906, Conjunto A, lote 08 SGAS, Brasília Distrito Federal, neste ato representado pelo seu procurador Senhor Gilmar Gonçalves Pereira, Brasileiro, casado, missionário, portador de cédula de identidade nº 0527603-9 SSP/MT, CPF: nº 376.379.591-04, residente e domiciliado na Travessa Barra

do Bugre, nº 65, Centro de Nova Bandeirantes/MT, CEP 78.565-000,do seguinte bem público: "Imóvel urbano denominado LOTE 01-A, PRAÇA BRASILIA, QUADRA 16, COM AREA DE 1600M², SITUADA NA TRAVESSA JACIARA, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT."

Art. 2º O comodato terá vigência de 30 (trinta) anos, a partir da assinatura do contrato de comodato, podendo ser modificado através de termo aditivo, renovado, prorrogado ou rescindido antecipadamente mediante acordo entre as partes contratantes.

Parágrafo Primeiro – Qualquer modificação descrita no artigo 2º, deverá ser submetido a avaliação do Legislativo Municipal em forma de Projeto de Lei.

Parágrafo Segundo – Fica o Poder executivo obrigado a fazer constar no contrato de comodato que:

a) A beneficiária/Igreja Presbiteriana do Brasil em Nova Bandeirantes - MT será proibida de locar, sublocar, emprestar, doar, vender ou utilizar o bem imóvel descrito e individualizado no art. 1º, para fins particulares, sob pena de imediata rescisão do Contrato de Comodato; b) As despesas com manutenção do imóvel serão integralmente suportadas pela beneficiária/ Igreja Presbiteriana do Brasil em Nova Bandeirantes - MT; c) A responsabilidade civil, criminal e administrativa pela utilização do bem cedido em comodato será exclusiva da beneficiária/ Igreja Presbiteriana do Brasil em Nova Bandeirantes - MT.

Art. 3º As despesas decorrente desta Lei serão suportadas por dotação orçamentaria própria.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, em 10 de setembro de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.798/0001-73, com sede na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo seu **Presidente Sr. César Augusto Périgo**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 9001064-6 SSP/MT e inscrito no C.P.F. sob nº 037.458.769-89, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e De outro lado a Empresa **CONTRATANTE**, e, a empresa **LUIZ GUSTAVO DE PAULA DE QUEIROZ – ME** , com CNPJ/MF n.º 29.030.465/0001-77, com sede na Rua João Café Filho, centro de Alta Floresta, estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo **Sr. Luiz Gustavo de Paula Queiroz,** brasileiro, portador do CPF 023.164.061-73 e RG:1774691-4 SSP/MT, denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos originário do Processo Licitatório Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2019 , Lei Federal nº 8.666/64 e alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa de serviços de Engenharia Civil ou Arquitetura para elaboração de Projetos de engenharia, acompanhamento e fiscalização, da reforma do prédio da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

Item	Discriminação	Quant.	VLR Unit.	Vlr Total
01	Elaboração de Projeto Arquitetônico; Projeto Elétrico, Projeto Estrutural, para reforma da área interna da Câmara, total aproximado em 550 m², Projeto de Segurança e Combate a Incêndio, Projeto de Urbanismo, Paisagismo e Iluminação da Área Externa com aproximadamente 943,00m², Maquete Eletrônica com imagens renderizadas internas e externas, elaboração das Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Composição do BDI, Memorial de Cálculo, Resumo do Orçamento	01	11.800,00	11.800,00
02	Serviços de Acompanhamento, Fiscalização e elaboração de boletins de medição.	05	800,00	4.000,00

CLÁUSULA 2º – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O presente termo aditivo tem o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato N.º 003/2019, que passará a vigorar a partir de 10/09/2019 a 08/11/2019, ficando prevalecendo as demais clausulas contratuais.

E, por estarem assim de acordo com esta alteração Contratual, assinam o presente Termo Aditivo.

Nova Bandeirantes - MT, 06 de setembro de 2019.

_____

César Augusto Perigo

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LUIZ GUSTAVO DE PAULA DE QUEIROZ – ME

Luíz Gustavo de Paula de Queiroz

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Andréia Cristina da Silva Della Rosa

_____

Nome: Joaquim Schmoeller

DEPTO LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 33.683.822/0001-73, localizada na Av. Lazaro Moreira dos Santos nº 1245, centro, no ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24127310 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 236.135.139-00, doravante designado de simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP**, com sede na Rua dos Igarapés nº 14, Jardim das Palmeiras no Município de Cuiabá – MT, inscrita no CNPJ n.º **21.878.860/0001-00**, Inscrição Estadual nº 13569496-5, e-mail: construtoramfs@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **MARCOS FERNANDES DA SILVA,** portador do RG nº 11142596 SSP/MT, e titular do CPF nº 488.728.731-34, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **PEDRO PAULO DA SILVA ARAUJO,** portador da carteira profissional N.º **MT037285** expedida pelo CREA **MT**, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO EM ESTRUTURA METÁLICA, MEDINDO 721,69M², JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.**

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.5 do contrato 018/2019.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município –(AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais **60 (sessenta)** dias, passando a vigorar do dia **12/09/2019** até a data de **11/11/2019.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de setembro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP

CNPJ: **21.878.860/0001-00**

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

DANIELA TEODORO CANDIDO

CPF: 043.433.271-24

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 381/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"DESIGNA SERVIDOR EFETIVO, PARA OCUPAR CARGO SECRETARIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, IDENTIFICAÇÃO E CTPS E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei Orgânica Municipal, Art. 61, Inciso IV,

RESOLVE

Art.1° Designar por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal o servidor efetivo no cargo de Técnico em Fiscalização e Arrecadação **PAULO FERREIRA DE ALMEIDA,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Manoel Crispim de Souza, 649, Município de Nova Brasilândia-MT, portador da Cédula de Identidade **nº 856.650/SSP/MT** e CPF **nº 570.214.491-00**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇOS MILITAR**, Símbolo **CC-2**, Agente Municipal de Desenvolvimento, Identificação e CTPS, a contar do dia 08 de março de 2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os efeitos a partir de 08 de março de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 128/2019 de 08 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 09 de Setembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2018

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCERIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA**

CNPJ:**02.091.432/0001-80**

OBJETO: Prorrogação do prazo de Execução do contrato original por mais **30 (trinta)** dias, contados a partir de **16 de agosto de 2019 a 15 de setembro de 2019.**

ASSINATURA: **15 de agosto de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2018

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCERIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA**

CNPJ:**02.091.432/0001-80**

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais **90 (noventa)** dias, contados a partir de **31 de agosto de 2019 a 29 de novembro de 2019.**

ASSINATURA: **30 de agosto de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 105/2018

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 105/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **RADIO EDUCADORA NOVA GERAÇÃO ME**

CNPJ**:** 02.189.765/0003-09

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato Original por mais 12 (doze) meses**,** vigorando a partir de 04 de setembro de 2019 a 04 de setembro de 2020.

O Valor total do aditivo do contrato será de **R$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais) global e o valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais) que serão pagos mensalmente.

ASSINATURA: 04 de setembro de 2019.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 083 A /2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 083 A /2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: LUIS GUSTAVO BIANCHI DUARTE ME

CNPJ: 16.370.560/0002-59

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços mecânicos para manutenção/reparação corretiva e congênere da frota**, com fornecimento e sem de peças genuínas, originais ou de primeira linha para veículos automotores máquinas a gasolina diesel e álcool, independente de marca modelo ou categoria para atendimento da frota do município, CONFORME ADESÃO DA ATA Nº 092/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018,PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 780/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE MT E PROCESSO Nº 026/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT.

VALOR: **82.799,97(oitenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).**

ASSINATURA: **14 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **14 de Agosto de 2019 a 31 de Dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 038/2019

Termo de Posse que assina o (a) Senhor (a) Marllow Novicky Vieira, para o cargo Mecânico.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, no Prédio da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida dos Migrantes, perante o Senhor José Lair Zamoner, Prefeito Municipal do Município de Nova Guarita – MT e demais autoridades, formalizou-se o Ato de Posse do(a) senhor(a) Marllow Novicky Vieira, para exercer em caráter efetivo o cargo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, Tendo-se pelo presente termo comprometido a desempenhar fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo que foi-lhe dado a presente posse, obedecendo as normas da Lei Municipal nº 023/95, de 09/11/1995 e alterações posteriores, Lei 044/2018 – Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos e alterações posteriores, as disposições contidas na portaria de convocação nº 313/2019 e na portaria de nomeação 328/2019.

Nada mais havendo a constar eu Geverson Balestrin, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo de Posse que será assinado pelo empossado e pelas autoridades competentes.

Marllow Novicky Vieira

Empossado(a)

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 328/2019/GP/PMNG.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018, PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE. "

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **JOSÉ LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso Público n° 001/2018 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988 e;

Considerando a realização do Concurso Público n° 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecidos no Edital n° 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado concurso, por meio de Decreto de Homologação, de 06 de novembro de 2018;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento.

Considerando a Portaria de Convocação do candidato n° 313/2019/GP/PMNG, de 02/09/2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios nº 3.304 e demais publicações;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações posteriores;

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, em caráter efetivo, o (a) candidato (a) **Marllow Novicky Vieira**, para exercer o cargo de Mecânico, lotado no Gabinete do

Secretário, da Secretaria Municipal de Obras Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, desta Prefeitura Municipal.

ART. 2° - A validade da nomeação desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, inciso II da constituição Federal de 1988, juntamente com o inciso III do mesmo diploma legal, ou seja, dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

ART. 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer na data de publicação ou afixação da presente Portaria, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo estatuto dos Servidores Públicos do Município.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019

PROC. LICITATÓRIO: 84/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 43/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço na contratação de empresa para aquisição de Pneus novos, 1º linha, certificado pelo IMETRO e entrega parcelada para a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 10 de Setembro de 2019.

CONTRATADO:

ADRIANO DOS REIS EIRELI – EPP - VALOR: R$ 43.043,00 (Quarenta e três mil e quarenta e três reais);

PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - VALOR: R$ 242.662,60 (duzentos e quarenta e dois mil e seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos);

PNEUS VIA NOBRE LTDA - VALOR: R$ 392.074,12 (trezentos e noventa e dois mil e setenta e quatro reais doze centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 10 de Setembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 43/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 43/2019

PROC. LICITATÓRIO: 84/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 43/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: ADRIANO DOS REIS EIRELI – EPP, PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA e PNEUS VIA NOBRE LTDA.

OBJETO: Registro de preço na contratação de empresa para aquisição de Pneus novos, 1º linha, certificado pelo IMETRO e entrega parcelada para a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 10 de Setembro de 2019.

CONTRATADO:

ADRIANO DOS REIS EIRELI – EPP - VALOR: R$ 43.043,00 (Quarenta e três mil e quarenta e três reais);

PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - VALOR: R$ 242.662,60 (duzentos e quarenta e dois mil e seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos);

PNEUS VIA NOBRE LTDA - VALOR: R$ 392.074,12 (trezentos e noventa e dois mil e setenta e quatro reais doze centavos).

Ata de Registro 41/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 10 de Setembro de 2019.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/ 2019/CMDCA SEMANA DO BEBE

RESOLUÇÃO Nº 004/ 2019/CMDCA

O Conselho Municipal dos direitos da criança e do Adolescente – CMDCA-MT, através de sua Presidente, faz saber deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, reunindo em assembléia Extraordinária realizado no dia 09 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e oficializar a Semana do Bebê no município do dia 21 à 25/10/2019, sobre os parâmetros da lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Art. 2º - Para os efeitos desta resolução, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º - Dar prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 , ao qual implicará como dever do Estado e do município estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral

Art. 4 -Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, publique e cumpra-se.

Nova Lacerda – MT, 09 de Agosto de 2019

Pamela Rodrigues Rinaldi

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	12	2	6,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - DISTRITO Ampla Concorrência		4	1	4,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO Ampla Concorrência		8	1	8,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	2	1	2,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	1	9,00
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	4	3	1,33
AUXILIAR DE MECÂNICO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	2	1	2,00

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	1	1	1,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	8	3	2,67
DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	13	1	13,00
ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	5	1	5,00
ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	15	0	0,00
ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	0	0,00
JARDINEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	2	1,50
LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	5	1	5,00
MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	6	1	6,00
MÉDICO CLINICO GERAL - Nova Maringá	Ampla Concorrência	9	1	9,00
MOTORISTA - CNH "D OU "E" - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	2	1	2,00
MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	10	1	10,00
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	14	1	14,00
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	12	0	0,00
PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	1	9,00
RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	69	3	23,00
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	10	2	5,00
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - Nova Maringá	Ampla Concorrência	7	1	7,00
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	22	2	11,00
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	6	2	3,00

TOTAL DE VAGAS POR MODALIDADE: 285

ATENÇÃO:

O TOTAL DE VAGAS POR MODALIDADE pode ser maior que o TOTAL DE INSCRIÇÕES, pois um ou mais candidatos podem estar inscritos em mais de uma modalidade de vaga.

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO 01/2019 MAPA DAS INSCRIÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RELAÇÃO CANDIDATO x VAGA POR MODALIDADE

Vaga	Modalidade	Qtde. Inscritos	Qtde. Vagas	Concorrência
ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	12	2	6,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	4	1	4,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	8	1	8,00
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	2	1	2,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	1	9,00
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	4	3	1,33
AUXILIAR DE MECÂNICO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	2	1	2,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	1	1	1,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	8	3	2,67
DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	13	1	13,00
ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	5	1	5,00
ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	15	0	0,00
ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	0	0,00
JARDINEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	2	1,50
LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	5	1	5,00
MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	6	1	6,00
MÉDICO CLINICO GERAL - Nova Maringá	Ampla Concorrência	9	1	9,00
MOTORISTA - CNH "D OU "E" - DISTRITO DE BRIANORTE	Ampla Concorrência	2	1	2,00
MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	10	1	10,00
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	14	1	14,00
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	3	1	3,00
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	12	0	0,00
PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	9	1	9,00
RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	69	3	23,00
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	10	2	5,00
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - Nova Maringá	Ampla Concorrência	7	1	7,00
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	22	2	11,00
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO	Ampla Concorrência	6	2	3,00

TOTAL DE VAGAS POR MODALIDADE: 285

ATENÇÃO:
O TOTAL DE VAGAS POR MODALIDADE pode ser maior que o TOTAL DE INSCRIÇÕES, pois um ou mais candidatos podem estar inscritos em mais de uma modalidade de vaga.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Indeferir as inscrições dos candidatos por terem realizado mais de uma inscrição, conforme item 3.1 do Edital Normativo: ***"3.1. VIA INTERNET: Das 08h00min do dia 06/08/2019 às 12h00min do dia 04/09/2019, observado o horário oficial de Brasília/DF, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br. Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou contemplada pela regra de isenção".***

Candidato	*Cargo*	*Inscrição*
Aymee Karolyne Birkhahn Cabral	*Recepcionista*	*000.240*
Rozilene Mendes da Silva	*Auxiliar de Consultório Dentário*	*003.750*

II. Divulgar a relação de candidatos inscritos e mapa estatístico.

III. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação da relação de candidatos com pedidos de isenção indeferidos.

IV. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

V. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 10 de Setembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal

aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária

MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO 01/2019 RELAÇÃO CANDIDATO X VAGA POR MODALIDADE

RELAÇÃO CANDIDATO x VAGA POR MODALIDADE

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	VAGA
0003020	ABNER FERREIRA DA SILVA	20/02/1996	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003880	ADEMIR GOMES MOTA	21/11/1965	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - DISTRITO DE BRIANORTE
0003700	ADIELY RAMOS ANTONIO	20/05/1995	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0000870	ADILSON FISCHER	04/10/1979	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002240	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	06/03/1985	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003320	AGENOR LUIZ DE LIMA	12/04/1960	JARDINEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001130	ALANA LODI	05/09/1999	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003590	ALESSANDRA MACHADO BATISTELI	12/09/1981	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0004090	ALESSANDRA MOREIRA	28/05/1985	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0004940	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	04/01/1982	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003420	ALICE MARIA DA SILVA CLEMENTINO	14/05/1998	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0001880	ALINE CRISTINA ARRUDA RANKE	29/04/1995	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO
0003260	ALLAN APARECIDO SOUZA SANTANA	07/09/1994	- SEDE DO MUNICÍPIO OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0004430	AMANDA DESTEFANI EVANGELISTA	01/07/1985	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0000100	AMANDA JACINTO DOS SANTOS	20/04/2000	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0005050	AMANDA PADILHA DA SILVA	28/06/2001	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001530	ANA LUIZA COSTA	20/07/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002590	ANA MARIA LIMA DA COSTA	22/01/1994	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003850	ANA PAULA COSTA DOS SANTOS	09/04/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005370	ANA PAULA DE SOUZA SANTOS	06/10/1978	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003000	ANDERSON DA PALMA	18/09/1986	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001660	ANDREA SANDRA DA CRUZ DE SOUSA	10/03/1985	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003990	ANDREIA APARECIDA DA SILVA	24/07/1992	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000890	ANDRESSA FERNANDA SILVA DE OLIVEIRA	08/04/1999	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004590	ANGELA KARINA DE SOUZA	24/05/1993	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO

0003120	ANGELA TRIZOTTI	23/09/1967	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004750	ANGELICA CRISTINA DO NASCIMENTO BRITO	02/02/1995	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003270	ANGÉLICA GUBERT	03/12/1990	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0003490	ANGELO GABRIELL RODRIGUES COSTA	23/10/2000	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0004820	ANNA PAULA DE MELO CALVÁRIO	12/02/2002	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001940	APARECIDO EURIPDES FELIPE	13/06/1962	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002070	ARI FERNANDO ARRUDA RANKE	04/06/1996	LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO
0000970	AYLA CRISTINA CASTRO RIGOTI	11/12/1991	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004070	AYMEE KAROLYNE BIRKHAHN CABRAL	09/09/1997	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004600	BEATRIZ DA SILVA FERREIRA	25/09/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001010	BRUNA CAMARGO	18/12/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002930	BRUNA FRANCIELE SANTOS DAMACENA	30/03/1993	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0000300	BRUNA VIEIRA CARDOSO	22/11/1999	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001070	CAMILA BRITO CAMARGO	02/10/2001	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005010	CAMILA EMILY PEREIRA DA SILVA	20/08/1996	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0001510	CAMILA MARIANO BUCHS	09/12/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004700	CAMYLA DE SOUZA FERREIRA	15/11/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003570	CARLOS DA SILVA GONÇALVES	07/07/1998	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004390	CARLOS EDUARDO DIAS DE AMORIM	14/04/1995	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO

0005120	CARLOS FELIPE DIB DE OLIVEIRA	10/10/1979	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0003930	CARLOS ROBERTO DA SILVA	31/07/1972	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001090	CAROLINE QUADROS DE OLIVEIRA	20/12/1992	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0003980	CATHIA DE MELO FURTADO	18/02/1976	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004100	CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO	07/02/1996	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0002130	CHERLI VIEIRA IZIDORO	25/03/1999	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0002840	CICERO APARECIDO RODRIGUES	29/07/1959	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0000260	CLAUDEMIRO DREGER	23/06/1980	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001570	CLAUDINEIA NUNES DE BRITO	21/07/1980	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004550	CLEBER IBRAIM DE OLIVEIRA	21/05/1979	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0005240	CLEBERSON RODRIGUES DA SILVA	05/07/1990	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0002280	CLERIS SANTOS CARDOSO	08/09/1981	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0003520	CLEUNICE ELIZABETE MORSCHHEUSER	05/04/1986	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003410	CLEVERSON DE SOUZA BITENCOURT	11/11/1986	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO
0000940	CLODOALDO FILHOS	30/12/1981	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0004360	CRISTIANE MARIA DE JESUS	21/12/1982	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0003470	CRYSTHIAN DE BRIDA VIEIRA	23/05/1993	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0001630	DACIELE REIS DALMOLIN	07/10/1989	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0001350	DANIEL SANTOS DA PAZ	10/02/1971	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0003140	DANIELE PILGER	07/01/1994	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001040	DANIELI DIAS MARTELO	22/09/1997	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002370	DANIELLI APARECIDA DIAS	01/04/1995	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO

0000740	DARDI ANTONIA SOARES DA SILVA	09/09/1992	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0002000	DEBORA OLIVEIRA PEREIRA	10/02/1992	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004880	DEUSDETE PEREIRA DO NASCIMENTO	01/04/1963	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO
0000510	DIEGO PEIXE COSTA	21/09/1984	- SEDE DO MUNICÍPIO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SEDE DO MUNICÍPIO
0000290	DISNEY BARBOSA JACINTO	07/10/2000	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002310	DIVANEIDE SANTOS DA SILVA	06/01/1972	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - DISTRITO DE BRIANORTE
0001950	DONIZETE DA SILVA NEVES	28/05/1983	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000570	DRIELLI OLIVEIRA DE ALMEIDA	18/02/1996	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002490	EDESON PINAFFI DE OLIVEIRA	10/08/1968	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0001360	EDINA FERREIRA PAULA	13/04/1963	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003800	EDIVANIA NOUEIRA DE OLIVEIRA	24/07/1995	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0004570	EDJANE FARIAS DE CARVALHO	23/06/1986	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0002410	EDMILSON JOAQUIM JOSE ANTONIO BORGES DE MEDEIROS	12/03/1993	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0003040	EDSON DA FONSECA	10/10/1980	ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002670	EDSON FERREIRA MARIA	02/01/1983	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002330	EDSON HENRIQUE VIEIRA	16/09/1968	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO
0001020	ELAINE KLEMP DOS SANTOS	26/09/1983	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0002620	ELEILCE PEREIRA	24/11/1999	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000170	ELENILDE PEREIRA	23/02/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002890	ELESSANDRO GARCIA DE OLIVEIRA	04/05/1989	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001030	ELIEZER CARVALHO GOMES	27/09/1987	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001280	ELIÉZER ROSA DA SILVA	23/02/1991	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0005100	ELIS REGINA FERREIRA	20/11/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005290	ELIZANGELA DE MELO SOUZA	17/10/1979	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002990	ELLEN DA SILVA MONASKI	01/06/1984	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0003090	ELTON JOHN POBRAN RODRIGUES	25/08/1992	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001310	EMANUELLE BARREIRA NOVAES	09/05/1991	ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003440	EMILY RAYANA BUCHS DA CRUZ	17/05/2001	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000820	ERIKA RODRIGUES GODOIS	01/12/1984	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0002120	ERIMAR SERGIO LEITE	10/05/1972	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0003540	ESTEFANIA ADRIELY SOUZA MELO ROSSI	20/12/1992	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004800	EVERALDO MENDES PEDROSO	13/04/1979	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0000120	EZANIA MENDES FERREIRA	20/07/1984	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002520	FABIANA RODRIGUES MASTINI MEIRELES	19/08/1983	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0004130	FABIANE GOMES DE OLIVEIRA CHINOTTI	03/04/1985	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO
0005160	FABIO COSTA SOUZA	18/11/1984	- DISTRITO DE BRIANORTE OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0005340	FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	08/11/1986	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002260	FABIO SOUZA OLIVEIRA	14/03/1996	ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO

0001830	FABIOLA DALL AGNOL GOBBO	21/07/1995	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0001490	FATIMA CRISTINA HOLLER DREON	09/12/1992	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003830	FENANDO VIEIRA DE SOUZA	18/05/1988	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004310	FLAUDEIR JOSE MOREIRA DA SILVA	05/05/1965	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0002440	FLAVIA LETÍCIA DA SILVA SANTOS	17/03/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004320	FRANCIELE NUNES DE ALMEIDA	06/08/1990	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0000080	FRANCISCA QUELMA DO NASCIMENTO SOUSA	01/09/1980	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000490	GABRYELLA DIAS POQUIVIQUI	20/05/2011	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001860	GENAIR MARTELO	10/01/1974	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0002850	GEOVANI JESUS FRANCO	03/08/1998	LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO
0000200	GERCE LOPES DA SILVA	10/04/1972	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0000310	GESSICA ALCINDA TAMBALO HOFFMANN	05/12/1996	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001380	GÉSSICA ROSIANE LEITE VENÂNCIO	09/05/1992	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0001700	GÉSSIKA FRANCIELLE MARTINS PEREIRA	05/11/1992	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004180	GEZIEL JOSÉ DA SILVA	22/03/1982	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0004450	GEZIEL SALDANHA DA COSTA	17/07/1969	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO
0001100	GILSON DA SILVA MIRANDA	10/02/1984	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0000850	GLEICE KELLY DE LIMA SANTOS	22/05/2000	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001600	GRACIELE DA SILVA SIQUEIRA	23/06/1999	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003560	GRACILIANIO NOBRE DE ALMEIDA	10/01/1983	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0004030	GUILHERME WEBER	21/06/1994	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0002610	GUSTAVO PHELIPE SALVIANO DE LIMA	18/11/2001	LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO
0000720	HEITOR ROCHA FERRARINI	14/02/1996	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0005090	IGOR HENRIQUE PINTO DE ALMEIDA	15/01/1982	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004920	INES APARECIDA DA SILVA	17/09/1975	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002320	IRENE DE FATIMA PEREIRA DE AZEVEDO	22/04/1993	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004560	ISABELA FERREIRA DA SILVA BORBA	06/05/1998	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0005060	ISMAEL MARTINS DOS SANTOS	23/02/1980	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001140	IVANDRO SOUZA FERREIRA	12/10/1994	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO

			MUNICÍPIO
0002970	JAIME FERREIRA DE OLIVEIRA	17/09/1969	ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - SEDE DO MUNICÍPIO
0000420	JEFERSON DA SILVA ARUJO	02/09/1990	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO
0002560	JEFERSON ROBERTO DOS SANTOS	03/04/1985	MUNICÍPIO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SEDE DO MUNICÍPIO
0004300	JEFFERSON PAIXÃO BORGES	20/07/1989	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0001800	JÉSSICA LACERDA MONTEIRO	24/04/1997	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0000860	JHENNIFER DA SILVA CELESTINO	07/10/1990	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004710	JOÃO BATISTA PIRES DOS SANTOS JUNIOR	31/05/1986	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004080	JOCIMARA ARANTES BEZERRA	15/05/1991	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001670	JOERSO AVELINO DA COSTA	05/06/1977	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0000250	JONAS ULISSES RIBEIRO MACEDO	29/07/1983	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0005210	JONATAS SALLES MICHELETTI	10/05/1997	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO

0000460	JORGE LUIZ	19/12/1957	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - DISTRITO DE BRIANORTE
0004010	JOSÉ CLAUDIRAN VIEIRA DOS SANTOS	19/01/1986	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0000640	JOSE FABIO DOS SANTOS	20/10/1988	LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO
0003820	JOSE FERREIRA DA SILVA	21/08/1980	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0003810	JOSÉ FRANCIELIO DE QUEIROZ COSTA	20/11/1990	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004460	JOSE MARCOS CABRAL DOS REIS	13/08/2001	AUXILIAR DE MECÂNICO - SEDE DO MUNICÍPIO
0005360	JOSIANE DIAS LEAL	30/09/1990	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001190	JOYCE LUZ DOMINGUES	09/02/1993	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0002870	JOYCE RITA DE BARROS	29/06/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001910	JUCELINA MARIA ARAUJO DA SILVA	05/07/1974	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0004020	JUCILEIA GOUVEA VALENTIM	28/01/1981	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004630	JULIANA DE LIMA MOTA	20/06/1997	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0002500	JULIANA FERNANDES DOS SANTOS	23/03/1993	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004740	JULIO CESAR FERREIRA DO NASCIMENTO	15/07/1991	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0003340	JULIO CESAR VIEIRA IZIDORO	22/02/1990	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0004900	JUNIOR ANTONIO CRUZ DE BRITO	03/06/1978	ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - SEDE DO MUNICÍPIO
0005250	JUREMA PEREIRA DA SILVA	31/08/1973	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0002760	KAMILA SILVA BRAGANHOLO	22/07/1990	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0005070	KAMILLA EMILY SANTOS SILVA	19/06/1997	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0000540	KARINA RITA DE BARROS	28/03/1997	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0002540	KATHLYN KAROLLINY OLIVEIRA	30/04/2002	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002750	KLAYTON CASSIANO BERTE	19/11/1994	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003940	KLEIDE MUNIZ DA CRUZ	10/09/1989	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001620	LAIS ROMAO BATISTA	28/10/1992	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004290	LARISSA KAUANY PACHECO FIDELES	07/07/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002710	LAURIANE SOARES DE QUEIROZ	15/07/1989	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0000790	LAVINIA FERREIRA DE SOUZA	11/05/1997	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0003010	LEANDRO APARECIDO BARCELLOS	25/01/1987	LAVADOR - SEDE DO MUNICÍPIO
0001840	LETICIA CLAUDIOLAINE DE SOUZA	09/07/1997	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004580	LIDIANE MENDES GARRETO	08/01/1985	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004060	LIDYANNE MARIELLY FRANÇA	12/03/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO

0004120 JADERSON GABRIEL CARVALHO 19/11/1983 OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO

0004970	LÍGIA CRISTINA KLEMP	20/08/1981	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004960	LIGIA REGINA DE SOUZA	04/08/1984	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004660	LILIAN CRISTINA SCHLOSSER	08/01/1986	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000150	LORIANY CASSIA LORDANO	21/01/2000	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0001290	LUANA FERREIRA ROSA	18/10/2001	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO

0002140	LUCAS DA SILVA PEREIRA	07/05/1995	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0004620	LUCIANA DA SILVA	02/04/1982	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0004110	LUCIANA FANTE CRUZ	09/09/1992	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0003970	LUCIANE BARDEN ZUCHI	28/03/1983	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003100	LUIS CAIRO DA COSTA GOMES	10/02/1992	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0002040	LUIZ FERNANDO DE LIMA	08/02/1983	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001210	LUIZ FERNANDO RODRIGUES FERREIRA	18/07/1987	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0000580	LUIZ FERREIRA LIMA	15/01/1957	JARDINEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000270	LUIZA OLIVEIRA DE SOUZA	04/03/1978	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0002720	LUZINETE MARIA MOURA	30/10/1977	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003070	MAGDA PACHECO ROCHA DE MELO	14/08/1992	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004260	MARCIEL BONRUQUE	02/07/1979	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO
0003480	MARCILEI BATISTA DA COSTA	27/11/1979	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0003950	MARCOS ANTONIO DA SILVA COSTA	22/04/1991	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - DISTRITO DE BRIANORTE
0002110	MARCOS BIGNOTTO LEITE	11/12/1996	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0003280	MARIA APARECIDA ANTUNES DE OLIVEIRA	10/08/1991	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001110	MARIA CICERA DA SILVA LIMA	29/11/1981	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002580	MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA	18/04/1971	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO
0002480	MARIA EDUARDA SILVA DOS SANTOS	02/10/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000950	MARIA FERNANDA JACINTO DOS SANTOS	05/02/1999	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0005280	MARIA FRANCISCA DA SILVA ALVES	13/10/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0002350	MARIA IRACILDA SANTOS BARROS	09/06/1964	JARDINEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003310	MARIA ROSA DA SILVA	22/02/1980	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003080	MARIANA FERNANDA BRITO DA SILVA	23/10/2001	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003210	MARILEIDE REAL DE SOUZA	22/01/1986	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004210	MARINALVA ALVES DA SILVA	03/05/1983	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR) - NOVA MARINGÁ
0004400	MARINÊS MOREIRA	30/05/1973	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0004490	MAURICIO MANFRIN	13/12/1994	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0004040	MICHELE CAMYLA DA SILVA LIMA	03/01/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004540	MICHELLI CAMARGO PEDRO	27/08/1985	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0005110	MIRELA DA SILVA MACHADO	21/06/1991	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0005200	MIRIAN GOMES DE MOURA	26/05/1987	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003620	MÔNICA CRISTINA BARRETO DA SILVA	14/01/1994	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004910	MONICA HINGRIT GOMES PARANGABA	27/12/1995	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0003510	MONICA MICHELI POBRAN RODRIGUES	06/07/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001780	NILTON VALÉRIO DA SILVA FERREIRA	02/11/1988	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0004340	ORLANDO DE ALMEIDA JUNIOR	05/05/1988	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002640	OSMARINA GADEIA BERNARDINO	20/02/1981	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO

MUNICÍPIO

			MUNICÍPIO
0000470	OZANA DIAS BATINGA	15/07/1977	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001180	PATRICIA VIDAL DA SILVA	17/03/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005350	PAULINO CLAUDINO LEMES	26/10/1974	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0004240	PAULO FERREIRA DOS SANTOS	06/02/1973	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0003640	PAULO VICTOR FROZZA	22/07/1991	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001900	PEDRO ACACIO RIBEIRO	31/08/1994	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002860	PEDRO HENRIQUE NUNES MORAES MOURA	17/11/1996	ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003860	PRISCILA MÁRCIA DE OLIVEIRA LINO	11/09/1992	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0005180	QUEILA APARECIDA MOREIRA	12/12/1983	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0000210	RAFFAEL MARCOS FELISBERTO RAMOS	14/04/1984	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0002340	RAISSA FERREIRA DA SILVA	11/10/1993	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0004510	REGINA RODRIGUES PORTELA	29/01/1977	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000220	REISIRACHID JAUDY	22/05/1991	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0001340	RENATO MALTA MARREIRA	01/07/1989	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004690	RONES MENDES DA SILVA	20/08/1987	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0004000	ROSA ESTEVO DE JESUS	08/12/1971	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004980	ROSALINO GOMES GONÇALVES	21/04/1980	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0003200	ROSANGELA FERREIRA DE LIMA	10/05/1974	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003300	ROSEMAR ANTUNES DE OLIVEIRA	03/10/1986	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005310	ROSIEREN DE SOUZA LIMA PAES	19/06/1989	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0002940	ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA	29/09/1990	PREGOEIRO - SEDE DO MUNICÍPIO
0003760	ROZILENE MENDES DA SILVA	26/04/1985	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0001850	RYAN BRITO DA SILVA SOARES	08/04/1993	ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO
0002980	SAMARA CABRAL DA SILVA	27/05/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003780	SAMUEL DA PALMA	03/05/1981	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0004850	SARA RAQUEL PEREIRA DA CRUZ	05/05/1991	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0003430	SELEIDE ROSEMERE BUCHS	24/05/1975	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004280	SIMONI ADRIANA TONETTO	22/01/1992	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004950	SIRLEI LIMA DOS SANTOS	13/09/1998	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE DO MUNICÍPIO
0000830	SOLANGE CATARINA LEITE BUSTO	22/11/1980	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000630	STEFFANY BARBOSA DE SOUZA	23/11/1998	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004680	SUELI APARECIDA RAMOS	07/03/1979	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO
0005300	SUELI DA SILVA CARVALHO CASARI	01/02/1978	- DISTRITO DE BRIANORTE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004810	SUZIELY CRISTINI SOARES SEABRA ARFELLI	13/05/1994	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0001000	TAIZA SILVA RODRIGUES	06/12/1992	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0005320	TAMARA EDUARDA WALKER BRAUN	24/01/2000	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004140	TAYNNÁ ALUMA CRISTOVÃO JESUS LISSARAÇA	24/10/1995	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004500	TELMA BARBOSA DE REZENDE	17/04/1967	ENGENHEIRO SANITARISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004530	THAIS APARECIDA DE SOUZA CASSIANO	16/03/2001	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO
0001150	THAIS VIEIRA CARDOSO	24/06/2001	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0005260	THALLIA DA SILVA LOPES	24/10/2001	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO

0003910	THAMIREZ PAIXÃO BORGES	04/09/1991	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0003870	THAYNARA LUANE LEITE	12/03/1998	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004930	TIAGO GREGORI COUTO	09/09/1999	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO

0000650 OSVALDO BATISTA COSTA 03/11/1977 OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO

0003110	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	05/08/1963	MÉDICO CLINICO GERAL - NOVA MARINGÁ
0001690	VALDEIR SIQUEIRA DE ANDRADE	25/08/1994	ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004670	VALDEMIR PEREIRA FIALHE	01/02/1973	MOTORISTA - CNH "D OU "E" - SEDE DO MUNICÍPIO
0001680	VALDICLEY TAVEIRA DA SILVA	12/01/1991	DENTISTA - DISTRITO DE BRIANORTE
0000800	VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES	04/12/1982	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO
0003630	VALMIR ASSIS DA SILVA	15/01/1988	ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0001330	VALQUIRIA DA SILVA	19/05/1987	ANALISTA ADMINISTRATIVO - SEDE DO MUNICÍPIO
0004830	VALTER CINTURIÃO OLIVEIRA	13/12/2001	AUXILIAR DE MECÂNICO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000990	VANER DE ABREU CHAVES	18/04/1974	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0001890	VANUZA DIAS VIEIRA	13/02/1991	RECEPCIONISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0000180	VERA MARIA PADILHA DA SILVA	25/02/1971	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0003600	VILMAR BATISTA DA SILVA LISSARAÇA	29/06/1991	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0002210	VILMARA DAIANE MOREIRA BOKORNI	27/05/1999	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000920	VITORIA GABRIELA COSTA DO NASCIMENTO	31/03/2000	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - DISTRITO DE BRIANORTE
0004220	VIVIANE BRAZ DE OLIVEIRA	03/08/1985	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE DO MUNICÍPIO
0000050	VIVIANE TIMOTEO DOS SANTOS	30/03/1992	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO - SEDE DO MUNICÍPIO
0000230	WALLACE REZENDE DA SILVA	24/10/1997	ELETRICISTA - SEDE DO MUNICÍPIO
0004350	WELDER SOUZA CUNHA	11/12/1994	FISCAL DE TRIBUTOS - SEDE DO MUNICÍPIO
0001770	WELISON VASCONCELOS CANDIDO	08/12/1976	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE/DISTRITO DO MUNICÍPIO
0005040	WILLIAN DA SILVA RODRIGUES	02/08/1988	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - SEDE DO MUNICÍPIO
0005130	WISNER RIBEIRO DAS SANTOS	29/02/1992	ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - SEDE DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 221/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA ALICE KASUME HASHIMOTO, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 24 de julho de 2019,

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva ALICE KASUME HASHIMOTO, do cargo de Zeladora, lotada na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 17 de Setembro de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2019

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 011/2019/PMNMV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial Nº. 41/2019, do TIPO MAIOR DESCONTO POR ITEM,** no dia **24/09/2019 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde/MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS GENUÍNAS E PEÇAS DE***

PRIMEIRA LINHA Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/ MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde/MT, 10 de Setembro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 011/2019

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 220/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SENHOR ESMERALDO COELHO DE PAULA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 13 de dezembro de 2018;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva Esmeraldo Coelho de Paula , do cargo de Motorista , lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 15 de setembro de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 218/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA VANIA MARIA DOS SANTOS, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 22 de maio de 2019;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva VANIA MARIA DOS SANTOS, cargo de Assistente de Controle Administrativo, lotada na Secretaria de Assistência Social, por 90 (Noventa) dias consecutivos a partir de 13 de Setembro de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de Setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 217/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA VANUZA APARECIDA ONOFRE TENFEN, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 19 de Dezembro de 2018;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva VANUZA APARECIDA ONOFRE TENFEN, do cargo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 07 de Setembro de 2019, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 06 de setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que a empresa vencedora na sessão realizada em **10/09/2019** na modalidade de **Pregão Presencial nº 017/2019**, menor preço por item foi **JOSÉ ANDRADE SILVA EIRELI EPP, conforme ata.**

Nova Nazaré-MT, 10 de Setembro de 2019.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA
DECRETO Nº 1960 /2019 DE 03.09.2019

DECRETO Nº 1960 /2019 de 03.09.2019

SÚMULA: "Altera a Instrução Normativa do Sistema do Controle interno – SCI nº. 003/2011", que "Dispõe sobre as concessões de diárias e adiantamento aos Servidores e Agentes Políticos do Município De Nova Nazaré-MT, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno da prefeitura de Nova Nazaré".

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno - SCI nº.03/2011,para VERSÃO Instrução Normativa do Sistema Financeiro SFI - Nº 001/2019, " Dispõe sobre as concessão de diárias e adiantamento aos Servidores e Agentes Políticos do Município De Nova Nazaré-MT" na forma do Anexo deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario, em especial o Decreto nº 8521/2011 e SCI 003/2011 e demais instruções normativas relacionadas ao assunto.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Setembro de 2019.

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA - SFI Nº. 01/2019.

ASSUNTO: Dispõe sobre as concessões de diárias e adiantamento aos Servidores e Agentes Políticos do Município De Nova Nazaré-MT

VERSÃO: 01/2019 de 29 de Agosto de 2019

ORGÃO CENTRAL/ UNIDADE EXECUTORA: Secretaria Municipal de Finanças

SETORES ENVOLVIDOS/UNIDADE EXECUTORA: Todas Secretarias Municipal de Nova Nazaré-MT.

DATA: 29 de agosto de 2019

DATA DE APROVAÇÃO-03/09/2019 DECRETO: N° 1960

I-DOS OBJETIVOS:

Considerando a necessidade em disciplinar a forma de liberação, pagamento e prestação de contas das diárias e concessão de adiantamento, buscando alcançar a Eficiência, Efetividade, Eficácia e boa aplicação do dinheiro público, princípios básicos que norteiam a Administração Pública, em especial adequar com a Sumula 10 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

II-DOS CONCEITOS:

Diária, valor concedido a Servidores, Agentes Políticos Conselheiros Municipais e Conselheiros Tutelar para custear despesas com alimentação e hospedagem, quando em serviço do interesse Público fora do Município.

Adiantamento, entrega de numerário procedido de empenho prévio para fins de despesas de pequeno valor e aquisição de combustíveis a Servidores Públicos em viagem do interesse público, mediante prestação de contas somente para despesas previstas na Lei nº. 522/2018.

III-BASE LEGAL E REGULAMENTAR:

1) Constituição Federal/88 o disposto no artigo 31; A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. **2) Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso, artigo 59;** A citação, a notificação, a audiência e a solicitação de diligência; **3) Lei 8.666/93** estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; **4) LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000;** estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição; **5) Lei Municipal 241/2007,** que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, cria a Unidade Central de Controle Interno da Administração Pública Municipal, e dá outras providências; **6) Decreto n° 542/2008**, que dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Controle Interno do poder Executivo do Município de Nova Nazaré-MT; **7) Decreto n°468/2007**, que Institui o Sistema de Controle Interno, do Poder Executivo de Nova Nazaré, além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, bem como, Legislação Municipal e disposições do Tribunal de Contas do Estado; ***8)*** **Lei Municipal nº 544/2018** *Que estabelece forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria.* **9) Lei Municipal nº 508/2017**, **476/2017**, **178/2006** Que dispõe sobre Concessão de Diárias e da outras providências.

IV) DAS RESPONSABILIDADES

1)Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

1.1) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

1.2) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

1.3) Através da Atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema Financeiro - SFI, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

2) Das Unidades Executoras:

2.1) Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualizações;

2.2) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando as sua otimização, Tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

2.3) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

2.4) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

V – DOS PROCEDIMENTOS

1 - As diárias concedidas para os servidores quando em viagem a serviço da municipalidade, serão liberadas, conforme estabelecido pela legislação em vigor. Obedecendo aos seguintes procedimentos:

I – Solicitação de Diária, informando a quantidade de diárias pretendida, o valor unitário de cada diária, o valor total da despesa, o local onde pretende viajar, o motivo da viagem, quantidade de diária pretendida e autorização para desconto em folha, no caso da não prestação de contas posterior a viagem**.**

II – Deverá acompanhar o pedido, comprovante de pré-inscrição, programação completa do curso ou evento, folder contendo todas as informações em casos de eventos, cursos e workshops e ainda nos demais casos apenas autorização para desconto em folha;

III – O secretário da pasta, ao receber o pedido avaliará a necessidade em se conceder ou não as diárias. Se conceder, encaminhará a Secretária de Administração, para autorização e deferimento do Prefeito Municipal e em conjunto com a autorização do Contador sobre a parte orçamentária e certificado de adimplência sobre os adiantamentos concedidos a servidores.

IV- Após isto o processo será encaminhado para o departamento de Execução Orçamentária para empenho, que o fará se todas as fases do processamento da despesa.

V – Após o empenho prévio, será encaminhado à tesouraria para a efetivação do pagamento que deverá ser feito em conta bancária individual ou conjunta da qual o servidor é titular, podendo ser feita em contas de terceiros desde que tenha autorização de pagamento por escrito e com verificação de assinatura pelo servidor da contabilidade ou tesouraria nos termos da lei 13.726/2018 Lei da Desburocratização.

VI – Após o pagamento dos valores ao servidor, o Departamento de Tesouraria, por ofício, deverá enviar os processos de diárias e ou adiantamento realizados no dia para o Departamento de Recursos Humanos, que será o órgão responsável pela análise e alimentação no sistema especifico das informações após a prestação de contas dos servidores e arquivamento dos processos.

2 - Somente serão liberadas diárias para:

I – Efetivos;

II – Comissionado – Em viagem a serviço do Poder Executivo quando por este designado; Participação de Congresso Técnico, ministrado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, órgão da União ou do Estado, sempre relacionado com o cargo que representa.

III – Contratados – Apenas quando este for designado pelo chefe do Poder Executivo, em ato próprio, para representar o órgão ou classe em evento, cujos servidores efetivos ou comissionados não puderem se fazer presente**.**

IV – Pessoas Civis Não servidores/Servidores de Outra Esfera: Mediante lei especifica.

3 – Nos termos da Sumula 10-TCE/MT, Após o retorno, no prazo de dois (5) dias o beneficiário deverá efetuar a Prestação de Contas no Departamento de Recursos Humanos, juntando comprovante de viagem que poderá ser; cópia do bilhete de passagem, certificado de participação, cópia da nota fiscal do hotel onde SERVIDOR tenha se hospedado, declaração do Órgão onde foi realizada a visita ou qualquer outro documento que comprove o ato.

4 – Caso de não apresentar a Prestação de Contas no prazo estipulado, o departamento de Recursos Humanos deverá oficializar para que o faça no prazo de 48 horas.

I – Não havendo manifestação no prazo estipulado, o processo será julgado Irregular e o Departamento de Recursos Humanos procederá ao desconto em folha, no mês em que se deveria efetuar a prestação de contas**.**

5 - Ficam aprovados os anexos I, II, III, IV, que passam a integrar a presente Instrução Normativa:

I – Solicitação de Diária;

II – Autorização para desconto em folha**;**

III – Autorizações do Prefeito e do Departamento de Contabilidade;

IV – Relatório de Viagem e Prestação de Contas.

6 - Da Solicitação de Adiantamento:

Seguira os termos da lei municipal nº 522/2018.

7) Das diárias a Posteriori

Serão Permitidas apenas nos casos de emergência e em casos não previsíveis, conforme resolução de Consulta nº 01/2014 do TCE-MT, in grife:

Despesa. Diárias. Ressarcimento após o efetivo deslocamento do agente público. Possibilidade. 5) Excepcionalmente, é possível o ressarcimento, a posteriori, de diárias concedidas, porém sem o tempestivo processamento da despesa e de seu pagamento, tendo em vista que o agente público não pode suportar com recursos próprios despesas incorridas no exercício das atribuições de seu cargo, sendo necessário, para tanto: a) comprovação da autorização para deslocamento do agente, emanada pela autoridade competente em ato da época do fato; b) justificativas para as situações que ensejaram o não processamento tempestivo da despesa e do seu pagamento; c) comprovação da correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições e as atividades realizadas na viagem; e, d) apresentação de regular prestação de contas, nos moldes requeridos pela legislação da época do deslocamento. 6) A hipótese de ressarcimento a posteriori, nos termos descritos no item anterior, não isenta a eventual aplicação de sanção por este Tribunal ao responsável que deixou de observar a legislação de diárias à época do deslocamento do agente público, bem como as normas de processamento da despesa pública insculpidas na Lei nº 4.320/1964, devendo possíveis situações de urgência serem avaliadas em cada caso concreto. (CONSULTAS. Relator: JOSÉ CARLOS NOVELLI. Resolução De Consulta 1/2014 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 18/02/2014. Publicado no DOC/TCE-MT em 18/02/2014. Processo 287300/2013).

VI) DISPOSIÇÕES FINAIS:

1)Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão serobtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

2) Esta Instrução Normativa tem amparo legal no art. 6º Inciso 1º, da Lei Municipal nº. 241/2007 entre outras especificada no item III desta Instrução Normativa que traz a base legal que fundamenta a exigência da mesma.

3) Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Nova Nazaré - MT 03 de setembro de 2019.

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

WELMA ALEIXO DA SILVA

Controladora Interna

ANTONIELSON RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR

Contador

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP “

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.688/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica em geral (veículos, máquinas leves e pesadas, caminhões, ônibus, micro-ônibus, caminhonetes, dentre outros), serviços de lavagem e lubrificação (máquinas leves, maquinas pesadas e caminhões) sem fornecimento de peças e/ou materiais de consumo, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Nova Nazaré-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **24/09/2019 às 08h00min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00-min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 10 de Setembro de 2019.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 178 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N.º 178 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

“QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO”.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor CLERISON LIMA DA SILVA ocupante do CAR-**

GO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 10 de Setembro de 2019 e término em 08 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 10 de Setembro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº056/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 133/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 56/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL QUIMICO DESTINADOS AO TRATAMENTO DE AGUA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 25 de setembro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 10 de setembro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 294/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora FRANCILENE RODRIGUES DOS SANTOS, portadora da Cedula de Identidade de nº 2.111.845-0 SSP/MT e do CPF de nº 035.440.431.81 e a Servidora GRACE ANDRADE MENEZES, portadora da Cedula de Identidade de nº 1.323.641-5 SSP/MT e do CPF de nº 010.308.471.18, como Suplente, para exercer a função de fiscais de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

CONTRATO 041/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, REALIZANDO A VARRIÇÃO NAS RUAS E AVENIDAS DO DISTRITO DE ATLÂNTICA NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT

EMPRESA: DEVALDIR CAMPOS DE OLIVEIRA 85194131100

CNPJ Nº: 29.860.783/0001-65

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de setembro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/09/2019 a 03/10/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 296/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora LEILA PIMENTA ZANETI, portadora da Cedula de Identidade de nº 868.150 SSP/MT e do CPF de nº 899.047.701.82, e a Servidora TALITA MARIA PEREIRA MARCONDES, portadora da Cedula de Identidade de nº 93546377 SSP/MT e do CPF de nº 056.860.989.13, como Suplente, para exercer a função de fiscais de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

CONTRATO 043/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA, DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS ECONÔMICOS, BENEFICENTE, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

EMPRESA: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE

CNPJ Nº: 61.600.839/0001-55

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de setembro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/09/2019 a 03/10/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL CONCURSO PUBLICO 001/2018-MERENDEIRA

Nova Santa Helena/MT., 10 de setembro de 2.019.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

A Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Exma. Senhora Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do Concurso Público 001/2018 de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 13 de janeiro de 2.019, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de MERENDEIRA, CONVOCÁ-LA a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra do Concurso Público 001/2018, munido dos seguintes documentos, sob pena de ser considerado desistente:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

7. Comprovante de endereço;

8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

10 Certidão de nascimento e CPF dos Dependentes - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

16. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

17. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

18. (uma) foto 3x4 recente;

19. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

20. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

21. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

22. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

23. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Ao (a) Ilustríssimo (a) Senhor (a)

CLAUDIA PEREIRA DA MOTA RG Nº. 42.745.881-6 SSP/MT

(66) 98423.3883

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 041/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 041/2019

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: DEVALDIR CAMPOS DE OLIVEIRA 85194131100

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, REALIZANDO A VARRIÇÃO NAS RUAS E AVENIDAS DO DISTRITO DE ATLÂNTICA NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

DA VIGÊNCIA: 03/09/2019 até 31/12/2019.

VALOR: R$: 12.800,00

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA – Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA**. DEVALDIR CAMPOS DE OLIVEIRA:-** Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 042/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 042/2019

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: CURUPY ACQUA PARK HOTEL LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº **04.429.764/0001-58**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA PASSEIOS RECREATIVO-EDUCACIONAIS E CULTURAIS, DESTINADOS AOS IDOSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

DA VIGÊNCIA: 03/09/2019 até 31/12/2019.

VALOR: R$: 5.225,00

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA – Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA**. VALMIR FRANCISCO DALL`AGNOL:-** Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 043/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 043/2019

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE, inscrita no CNPJ sob n° 61.600.839/0001-55.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA, DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS ECONÔMICOS, BENEFICENTE, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO.

DA VIGÊNCIA: 03/09/2019 até 03/09/2020.

VALOR: R$: 85.704,00

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA – Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA**. CLAUDIO RODRIGO DE OLIVEIRA:-** Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO TP 007/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2019

PROCESSO Nº. **062/2019/CPL/TP**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT COMUNICA através deste, conforme Edital 062/2019, referente à Tomada de Preço acima citada, cuja abertura deu-se em 10 de Setembro de 2019, onde consagrou-se vencedor do objeto licitado a Empresa FERNANDA KELLY GONÇALVES DUARTE EIRELI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE NO CANTEIRO CENTRAL DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EMANEXO.

Nova Santa Helena/MT, 10 de Setembro de 2019.

ZENILDA ALVES DA SILVA

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO TP 006/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2019

PROCESSO Nº. **061/2019/CPL/TP**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT COMUNICA através deste, conforme Edital 061/2019, referente à Tomada de Preço acima citada, cuja abertura deu-se em 10 de Setembro de 2019, onde consagrou-se vencedor do objeto licitado a Empresa FERNANDA KELLY GONÇALVES DUARTE EIRELI.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO COMPLEXO REGULADOR DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO**,

Nova Santa Helena/MT, 10 de Setembro de 2019.

ZENILDA ALVES DA SILVA

Presidente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 295/2019

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;.

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora SUELEN ANDREIA DOLEYS PAULATTI, portadora da Cedula de Identidade de nº 2.480.994-2 SSP/MT e do CPF de nº 049.763.881.90, e a Servidora MARILUCI MOMOLI BATISTELLO, portadora da Cedula de Identidade de nº 1.832.428-2 SSP/MT e do CPF de nº 526.301.379.53, como Suplente, para exercer a função de fiscais de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme abaixo relacionado:

CONTRATO 042/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA PASSEIOS RECREATIVO-EDUCACIONAIS E CULTURAIS, DESTINADOS AOS IDOSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

EMPRESA: CURUPY ACQUA PARK HOTEL LTDA-ME

CNPJ Nº: 04.429.764/0001-58

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de setembro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/09/2019 a 03/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2019 EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2019

EDITAL

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA UBIRATÃ – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 e pela Lei Municipal nº 333/2007, alterada pela Lei complementar 079/2015, e Decreto Municipal 060/2019, torna público o processo Seletivo Simplificado para cargos temporários no Conselho Tutelar.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, que encontra - se aberto Processo Seletivo Simplificado para as vagas de Conselheiros Tutelar, conforme as condições impostas pelo seguinte Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão composta pelos seguintes membros:

Erica Giane Lopes Bernini – Presidente do CMDCA – representante da Secretaria de Assistência Social.

Juliana Salete Suderich de Mattos – representante da Secretaria de Educação.

Maria Célis Fereira dos Santos – representante da Secretaria de Saúde.

Cleudi Medeiros de Oliveira Marques – representante da ACENU – Associação Comercial e Empresarial de Nova Ubiratã.

Maria Aparecida Rosa Oliveira – representante da AMAPAC – Associação dos Amigos da Pastoral da Criança.

Osvaldo Pereira Braga – representantes da OAB – Associação da Ordem dos Advogados do Brasil.

1.2. O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2019 e os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados por meio de afixação no Mural da Prefeitura, no site: www.novaubirata.mt.gov.br e Jornal Oficial para publicações do Município de Nova Ubiratã - Site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

1.3. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do Processo Seletivo Simplificado.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este edital destina-se à contratação de cargos vagos para:

A - Substituição de Ausências e outros afastamentos legais nas atividades do Conselho Tutelar;

B – Dar continuidade a atividade estatal não podendo a população ser prejudicada por falta de pessoal para atender o serviço público Municipal;

C – Contratação de pessoal para desempenhar as Funções do Conselho Tutelar.

1.5. Serão contratados quatro profissionais para desempenhar os trabalhos pertinentes ao Conselho Tutelar e os demais classificados ficarão na Suplência.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos vagos ao Conselho Tutelar.

1.7. O processo seletivo simplificado nº. 005/2019 atenderá os prazos dispostos no Cronograma Estimado previsto no Anexo I, sendo que qualquer alteração ocorrida nos prazos será divulgada através de Edital de Retificação e/ou Edital Complementar.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas entre os dias de **09 a 13 de Setembro de 2019** das **07:00h às 11:00 horas e das 13:00h às 15:00 horas** nos CRAS I e II e no Polpa tempo das **07:00 às 13:00** dos dias acima mencionados:

a) No Prédio Polpa Tempo na sala dos conselhos, situada na Avenida Tancredo Neves, 1551 - Centro / Nova Ubiratã - Mato Grosso - Telefone - (66) 3579 -1452.

b) Cras I, situado na Avenida Juscelino Kubistchek ao lado da Cemei Dois Pinheiros.

c) Cras II, situado na Rua Jatobás n

ºº131 no Bairro Jardim Vitória.

2.2. As inscrições serão efetivadas pessoalmente, ou por meio de Procuração Pública ou particular com firma reconhecida em cartório.

2.3. Só poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 21 anos;

b) Ter ensino Médio completo.

2.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado 005/2019, portanto as inscrições serão gratuitas.

2.5. A ficha de inscrição, deverá ser preenchida todos os campos corretamente, pelos responsáveis no ato da mesma e acompanhada da cópia do RG, CPF, CNH (legível), comprovante de escolaridade para o cargo pretendido, e-mail e telefone do candidato.

2.6. Ao realizar a inscrição o candidato receberá protocolo de inscrição.

3. DAS INSCRIÇÕ ES PARA PCD – PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

3.1 De acordo com a Lei complementar Estadual nº 114/2002 não háa necessidade de reserva de vaga para este edital, devido o mesmo não atingir o mínimo previsto na lei, segundo o artigo 221, §§ 1º e 2º, que determina o índice de reserva de 10% seja superior a 0.7 para qualificar reserva.

3.2 A Pessoa Com Deficiência concorrerá em condições de igualdade com os demais inscritos.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

4.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios através do site www.diariomunicipal.com.br/amm-**mt** bem como, no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Assistência de Social, e no site da Prefeitura Municipal www.novaubirata.mt.gov.br.

b) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS PROVAS

5.1. O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital consistirá na realização de prova objetiva, para o cargo.

5.2. As provas escritas realizar-se-ão no dia **18 de setembro de 2019 das 19:00h às 22:00h da noite nas dependências da Escola Municipal Tancredo Neves na Av. Tancredo Neves, n° 1701, Nova Ubiratã – MT.**

5.3. A duração das provas será de até "3" (três) horas e o candidato deverá comparecer ao local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.

5.4. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

5.5. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora do local e horário determinado.

5.6. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

5.7. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.

5.8. O Candidato que tiver o interesse em levar sua prova, deverá permanecer na sala em silêncio, até o decorrer de **90 (noventa) minutos do seu início.**

5.9. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se ao Fiscal da sala do Processo Seletivo designado e identificado com crachá, o direito de excluir da sala e eliminar do restante da prova o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer outros critérios para resguardar a execução individual e correta das provas.

5.10. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Esta sendo acompanhada por um fiscal designado.

5.11. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala, a fim de assinar o lacre do envelope das folhas de respostas juntamente com os dois fiscais da sala, sendo liberados quando todos(as) tiverem concluído.

5.12. A nota final será a nota obtida na prova objetiva.

6. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS:

6.1. Cada questão objetiva aplicada terá e valerá peso de 1,00 ponto, sendo que ao todo serão aplicadas 10 questões, totalizando 10 pontos no máximo.

TIPO DE PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova objetiva: *Referente ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	10	10

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

7.2. Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, os critérios de desempate para os cargos serão e seguirão a seguinte ordem:

a) Maior Idade.

8. DA REPROVAÇÃO

8.1. Será considerado reprovado o candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) do total de pontos das provas.

9. DO RESULTADO

9.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será afixado nos locais de publicação especificados no item 4.1, “a”.

10. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

10.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua publicação.

10.2. Do resultado provisório da Prova objetiva caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação.

10.3. Os recursos deverão ser feitos pelo candidato, conforme modelo fornecido pela comissão organizadora, escrito e protocolados, no Prédio do Polpa Tempo mencionado no item 2.1 “a”, direcionado a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, cujo funcionamento será de segunda-feira a sexta-feira das 07:00h ás 13:00h, não sendo consideradas reclamações verbais.

10.4. O parecer emitido pela Comissão de Elaboração e Aplicação do teste seletivo, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 01 (um) dia útil do recebimento do pedido do candidato.

10.5. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado.

10.6. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato.

11. DO PRAZO DE VALIDADE.

11.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade até 10/01/2020.

12. DO REGIME JURÍDICO

12.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo Contratual.

13. DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

13.1. O provimento das vagas ocorrerá a partir da homologação do presente teste seletivo.

13.2. Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

13.3. A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, com prazo determinado, não ultrapassando o dia 10/01/2020, haja vista, que os Conselheiros eleitos no Pleito de 06 de outubro de 2019 serão empossados na data de 10/01/2020, podendo ser rescindido o contrato qualquer tempo por ambas às partes.

13.4. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderá haver convocação para contratação pelo tempo remanescente, os candidatos classificados sendo observada a ordem classificatória.

13.5. Os candidatos aprovados e convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 07h00min ás 13h00min, munidos com a seguinte documentação para efetivar sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

b) Cópias:

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

II. Certidão de Nascimento ou Casamento se casado CPF do cônjuge.

III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou diploma devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição).

V. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

VI. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.

VII. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

VIII. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

IX. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

X. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens contendo também: número de telefone, e-mail do candidato.

II. Declaração de não acúmulo de cargo público.

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

13.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

13.7. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

13.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

Nova Ubiratã- MT, 06 de setembro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Erica Giane Lopes Bernini

Presidente do CMDCA.

ANEXO I

CRONOGRAMA ESTIMADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

ESPECIFICAÇÃO	***DATAS E PERÍODOS***
Publicação do edital	***09/09/2019***
Período de inscrições em dias úteis	***09 a 13 de setembro de 2019***
Publicação do edital de inscrições deferida e indeferidas	***16/09/2019***
Interposição de recursos até as 13h	***17/09/2019***
Publicação do resultado de interposição de recursos e Publicação do edital de homologação das inscrições	***18/09/2019***
Período para Organização das Provas e Local de Realização	***09 a 17 de setembro de 2019***
Realização das provas	***18/09/2019***
Divulgação do gabarito	***19/09/2019***
Publicação do edital provisório, contendo Classificação dos candidatos	***20/09/2019***
Interposição de recursos referente ao edital Provisório referente a prova escrita e classificação até as 13h	***23/09/2019***
Publicação do resultado da avaliação dos recursos	***24/09/2019***
Publicação do edital contendo o resultado definitivo as provas	***25/08/2019***
Publicação e homologação do Processo Seletivo Simplificado	***26/09/2019***

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.157, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.157, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

***PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 011 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.**

"Denomina Logradouro Público Municipal e dá outras providencias".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Travessa que liga a Av. Mal. Eurico Gaspar Dutra a Rua Padre Penido Burnier localizada ao lado Esquerdo da Escola Municipal Deus e Amor, lado Direito divisa com a área verde do Bairro Jardim Alvorada com a seguinte denominação:

"TRAVESSA TEOTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS"

Art. 2º O Poder Público Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação desta Lei para colocar placa denominativa no local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiro, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 9 de setembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

* Projeto de lei de autoria e redação do Legislativo Municipal.

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.158, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.158, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 010 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**

"*Denomina Logradouro Público Municipal e dá outras providencias*".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Travessa que liga a Av. Marechal Cândido Rondon a Av. Marechal Eurico Gaspar Dutra, localizada nos fundos da Escola Municipal Deus e Amor, Bairro Alvorada, Setor Xavantina, nesta cidade, com a seguinte denominação:

"TRAVESSA ANÍSIO FERREIRA DA SILVA"

Art. 2º O Poder Público Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação desta Lei para colocar placa denominativa no local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 9 de setembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

* Projeto de lei de autoria e redação do Legislativo Municipal.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2.019

1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2.019

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA XAVANTINA/MT – APAE/NX**, inscrita no CNPJ sob o nº 86.865.110/0001-31, resolvem alterar a vigência do Termo de Colaboração **n° 001/2.017, conforme Dispensa de Licitação nº 001/2.019**, bem como resolvem prorrogar o prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 001/2.019, previsto na cláusula segunda, pelo período de 12 de setembro de 2.019 a 31 de setembro de 2.019, com fundamento no artigo 57, II da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.159, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.159, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 009 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

"*Revoga em todos os seus termos a Lei Municipal nº 2.123/2016*."

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado em todos os seus termos a Lei Municipal nº 2.123 de 4 de dezembro de 2.016.

Art. 2º A revogação de que trata esta Lei se dá em cumprimento a notificação do Ministério Público Estadual, Comarca de Nova Xavantina-MT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 10 de setembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

*** Projeto de lei de autoria e redação do Legislativo Municipal.**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS), às 9h00min (horário de Brasília) do dia 24 de setembro de 2.019, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado, através do e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 10 de setembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa Pregoeiro Oficial.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

De 16 de setembro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS, PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT.

O Senhor **João Batista Vaz da Silva,** Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, por meio da sua **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 842 de 16 de julho de 2019**, em cumprimento ao disposto no artigo 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais referentes ao assunto, torna pública a realização do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS**, destinado a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação do Quadro Permanente da Prefeitura, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente concurso público será regido por este Edital, executado pela empresa **ATAME Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação Ltda - EPP,** com a supervisão da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**,que ficará instalada na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000 – telefone **(66) 3438-2653**, segunda a sexta-feira, das 12h às 18h. 1.2. O presente concurso público se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos, constantes do **ANEXO I** deste Edital, verificado o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura. 1.3. A **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO** publicará avisos de todas as etapas deste Concurso através de Editais Complementares que serão publicados no Diário Oficial do Município - www.diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes, nos murais e site oficiais da Prefeitura - www.novaxavantina.mt.gov.br; e a empresa **ATAME** publicará em seu site - www.grupoatame.com.br/concurso. **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA DO CARGO:** 2.1. Para a investidura do cargo pretendido, o Candidato deverá preencher todos os requisitos previstos no **ANEXO I**, que lhes sejam respectivos, além de: a) Ser aprovado neste Concurso Público; b) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei; c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; d) Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidões/certidão-de-quitação-eleitoral; e) Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação (se homem), originais e duas cópias; f) Apresentar título de eleitor, RG e Cadastro de Pessoa Física (CPF), originais e duas cópias de cada; g) Duas fotos 3x4 recentes; h) Número de conta corrente/salário pessoal junto ao Banco Bradesco S.A.; i) Comprovante de endereço atualizado (duas cópias), anotar número de telefone para contato e e-mail; j) Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações (original) e duas cópias, RG e CPF do cônjuge se for o caso (originais) e duas cópias de cada; k) CPF (obrigatório), Cartão de Vacinação, RG ou Certidão de Nascimento dos filhos menores/dependentes, (originais) e duas cópias de cada, juntamente com Declaração autorizando ou não o Município a cadastrar o(a) filho(a) como dependente, para fins de declaração de imposto de renda, e informando que ele(a) não será declarado como dependente de outra pessoa; l) Número do PIS ou PASEP (caso não possua PIS/Pasep, apresentar declaração autorizando a Prefeitura a fazer o cadastro); m) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do último emprego; n) Certidão negativa cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Federal

do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (www. trf1.jus.br/serviços/certidão); o) Certidão negativa cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Estadual do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico: (http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx); p) Carteira Nacional de Habilitação - CNH (se exigido para o cargo); q) Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada e certidão de regularidade; r) Apresentar declaração se exerce ou não cargo, emprego ou função pública remunerada, incluídos, empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista; s) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos específicos de habilitação legal (Certificado ou Histórico Escolar originais acompanhado do Atestado de Conclusão, e duas cópias frente e verso, exigidos para o exercício do cargo), conforme especificado no **ANEXO I** deste Edital; t) Declarações de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio (se não houver, emitir declaração de que não possui bens); u) Declaração de Bens com Valores do cônjuge (se for o caso); v) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal. w) Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal. x) Comprovar outros requisitos, que sejam essenciais ao exercício do cargo pretendido, objeto deste concurso público. **3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** 3.1. Para a execução deste concurso público, ficam estabelecidas as seguintes datas, que, por se tratarem de mera previsão, estão sujeitas à confirmação nos Editais Complementares:

CRONOGRAMA DO CONCURSO	
Das Inscrições	**Data Prevista**
Publicação do Edital de Abertura	16/09/2019
Impugnação do Edital	17/09/2019 e 18/09/2019
Resultado contra o Edital de Abertura	Até o dia 20/09/2019
Período geral de realização das inscrições	De 1º/10/2019 a 30/10/2019
Protocolo do Requerimento de Inscrição, como Pessoa com Deficiência-PcD, nos termos do item 6.6, deste Edital	De 1º/09/2019 a 30/10/2019
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição	De 1º/10/2019 a 04/10/2019
Divulgação do resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas	Até o dia 09/10/2019
Recurso de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas	10/10/2019 e 11/10/2019
Divulgação do resultado final das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas	Até o dia 15/10/2019
Data de vencimento dos boletos de inscrição	**1º/11/2019**
Publicação da Lista preliminar de Inscritos Deferidos e Indeferidos, com PcD.	Até o dia 06/11/2019
Recurso de Lista preliminar de inscritos deferidos ou indeferidos com PcD.	07/11/2019 e 08/11/2019
Publicação da Lista de Homologação dos Candidatos inscritos.	Até o dia 12/11/2019
Das Provas e Entrega de Títulos	**Data Prevista**
Publicação do local e horário de realização das provas objetivas	Até o dia 12/11/2019
Data da realização das provas objetivas e entrega de títulos	**24/11/2019**
Publicação dos gabaritos preliminares de provas objetivas	Até as 16h00 do dia 25/11/2019
Recurso dos gabaritos preliminares de provas objetivas	26/11/2019 e 27/11/2019
Publicação da Lista de Classificados para 2ª etapa (para realização de teste de aptidão física); divulgação de julgamento de recursos de provas objetivas e gabaritos definitivos	Até o dia 10/12/2019
Prazo de recursos contra Lista de Classificados para 2ª etapa	11/11/2019 e 12/11/2019
Lista de Classificados definitiva para 2ª etapa e resultado do julgamento de recursos e local de realização do TAF	Até o dia 13/11/2019
Realização de Teste de Aptidão Física - TAF	**22/12/2019**
Publicação do resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	Até o dia 26/12/2019
Prazo de Recursos contra o resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	27/12/2019 a 30/12/2019
Publicação do Resultado Preliminar do Concurso e divulgação de recursos contra o resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	Até o dia 06/01/2020
Prazo de recurso contra o Resultado Preliminar do Concurso	07/01/2020 e 08/01/2020
Publicação do Resultado Final do Concurso e Julgamento de Recursos.	Até o dia 10/01/2020
Do Prazo de Interposição de Recursos	
Recurso contra omissões ou erros materiais nas seguintes etapas: (I) impugnação do Edital de Abertura, (II) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (III) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (IV) publicação dos gabaritos de provas; (V) divulgação da relação dos candidatos classificados para a segunda fase (se houver); (VI) divulgação da pontuação de títulos deferidos e indeferidos, e teste de aptidão física (se houver); e (VII) divulgação do resultado preliminar do concurso.	02 dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação das respectivas etapas, no período das 00h00 do primeiro dia às 23h59 do último dia.

4. DAS INSCRIÇÕES 4.1.As inscrições **somente serão realizadas via internet**, através do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, **durante o período compreendido entre às 00h00 (zero horas) do dia estabelecido no item 3.1 deste Edital e às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia estabelecido no item 3.1 deste Edital**, considerado, para tanto, o horário oficial do Estado do Mato Grosso. 4.2.Para efetuar sua inscrição, o Candidato deverá observar o seguinte procedimento: a) Ler atentamente os termos deste Edital e seus Anexos, certificando-se que possui todos os requisitos necessários à investidura do cargo; b) Acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/ e preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet; c) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, até a data indicada como de vencimento. **d) Em observância às regras da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, que implantou nova plataforma de boletos de pagamento-cobrança registrados, os boletos bancários somente estarão disponíveis para pagamento em até 48 horas após a realização da inscrição.** 4.3.Caso o Candidato necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova escrita, **sendo ou não Pessoa com Deficiência-PcD**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição, discriminando o tratamento diferenciado de que necessita. Não indicando sua necessidade, será impossível atendê-lo. 4.4.Para a inscrição não será exigido o envio de qualquer documentação, **exceto** se o Candidato requerer a isenção prevista no **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital, quando deverá observar os ditames ali estabelecidos. 4.5.Somente será considerado válido o pagamento realizado via boleto bancário, não sendo considerada, para fins de inscrição do Candidato, nenhuma outra forma de pagamento da taxa de inscrição. 4.6.Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que assim o requererem e comprovarem os requisitos, nos termos do **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital. 4.7.Em hipótese alguma haverá alteração do cargo pretendido, após o pagamento da taxa de inscrição. Caso o Candidato assim o deseje, deverá realizar nova inscrição, efetuando seu respectivo pagamento. 4.8.**Para cada participante, será permitida apenas uma inscrição.** Caso o Candidato tenha efetuado, duas ou mais inscrições observando os procedimentos, **somente a última inscrição realizada será válida**. 4.9.Ao se inscrever, o Candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar o seu desconhecimento, vez que, a sua inscrição, importará na aceitação tácita das condições deste

concurso público. 4.10. O Candidato será responsável pela atualização de seus dados cadastrais, durante a validade deste concurso, em especial, do endereço residencial e telefone atualizado. 4.11. Se posteriormente, restar constatado que o Candidato se utilizou de má-fé, a **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina** tem o direito de excluí-lo do concurso, não havendo que indenizá-lo ou ressarci-lo, a qualquer título. 4.12. A **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina** e a **ATAME**, não se responsabilizarão por inscrições via internet, que não forem recebidas em virtude de falhas de comunicação, tais como: congestionamento das linhas, falta de energia elétrica ou quaisquer outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados, por esta razão é importante que o candidato acesse a sua área do candidato e confirme se sua inscrição foi validada. 4.13. Encerrado o período de inscrições, não serão admitidas alterações, **exceto** quando constatadas incorreções nos dados pessoais do Candidato, hipótese em que poderão ser alterados pelo próprio Candidato, acessando a **Área do Candidato**, através do seu ***login*** (**CPF** do candidato no campo específico, sem pontos ou traço) e **senha** de **08 (oito) dígitos** (no campo específico, sendo: os dois primeiros dígitos do **dia de nascimento** + os três primeiros dígitos do **CPF** + os três primeiros dígitos do **RG**), no portal *www.grupoatame.com.br/concurso/* ou mediante Recurso postado no mesmo portal no momento oportuno, ou ainda, mediante apresentação de documento original e registro na Ata de Ocorrência de Sala, na data de realização da prova escrita. 4.14. A **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**publicará aviso de inscrições deferidas, indeferidas e homologadas, nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO** 5.1. Os valores correspondentes às respectivas taxas de inscrição estão discriminados no **ANEXO I** deste Edital. 5.2. O valor da taxa de inscrição paga, não será devolvido, **exceto em caso de cancelamento deste Edital, por conveniência da Administração.** 5.3. Os candidatos que atenderem um dos seguintes requisitos poderão requerer isenção no pagamento da taxa de inscrição, observado o período estabelecido no item 3.1 deste Edital: a) Ser considerado de extrema pobreza e enquadrar-se nas determinações do Decreto n° 6.593, de 11 de dezembro de 2008, de estar regularmente inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; b) Ser doador regular de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 7.713/2002, comprovando que já tenha realizado no mínimo três doações antes do lançamento deste Edital; c) Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados, conforme estabelece a Lei Estadual nº 8.795/08. 5.4. Para requerer a isenção da taxa de inscrição, os Candidatos deverão observar suas respectivas condições, procedendo da forma abaixo prevista: a) **Para o Candidato considerado de extrema pobreza**: preencher o Requerimento de Isenção, **no período compreendido entre o início das inscrições e às 17h00 do último dia do prazo estabelecido no item 3.1 deste Edital**, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico da ATAME – www.grupoatame.com.br/concurso, indicando **obrigatoriamente**, o seu **Número de Identificação Social – NIS,** atribuído ao Candidato pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo Candidato no Requerimento de Isenção; b) **Para o Candidato doador regular de sangue:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, sito à Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de **12h00 às 17h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, e cópia dos seguintes documentos:

b.1)Identidade do Candidato, observado o item 9.7, “a”, deste Edital;

b.2)Cadastro de Pessoa Física – CPF do Candidato;

b.3)Documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue, expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que o Candidato faça a doação. Em referido documento, é imprescindível, a comprovação de que o Candidato já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento deste Edital. c) **Para os candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, sito à Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de **12h00 às 17h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, e cópia dos seguintes documentos, conforme o caso:

c.1) empregados de empresas privadas: cópia do último Holerite recebido;

c.2) servidores públicos: cópia do último holerite recebido do órgão ou entidade pública onde trabalha.

c.3) autônomos: declaração dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.4) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração - dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.5) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.6) estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.7) desempregados: declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco.

5.5. As informações prestadas no Requerimento de Isenção, bem como na documentação apresentada para tal fim, serão de inteira responsabilidade do Candidato, que pode, a qualquer momento, responder por crime contra a fé pública, acarretando sua eliminação deste concurso. 5.6. Não será con-

cedida isenção da taxa de inscrição aos candidatos que: a) Não entregarem o respectivo Requerimento de Isenção devidamente preenchido e assinado, no prazo estabelecido no item 3.1 e nas condições descritas no item 5.4; b) Omitirem informação e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar documentos; c) Não observarem os locais, prazos e horários, estabelecidos no item 3.1, e nas condições descritas no item 5.4; d) Não atenderem aos requisitos estabelecidos para a isenção do pagamento, conforme termos deste Edital. 5.7. Após a entrega do Requerimento de Isenção e da documentação respectiva, não será permitida complementação de documentos ou revisão. 5.8. Toda a solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá obrigatoriamente ser requerida via internet, no ato da inscrição, impressa e protocolada juntamente com os demais documentos previstos no item 5.4 à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**. Quaisquer outras formas de requerimento não serão admitidas. 5.9. Cada pedido de isenção será analisado e julgado pela **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO.** 5.10. A relação dos pedidos de isenção **deferidos ou indeferidos** será divulgada até a data prevista no item 3.1, mediante publicação nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. 5.11. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção **indeferidos** deverão, observados os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente. Caso assim não proceda, estará automaticamente excluído deste concurso. 5.12. O acesso de que trata o subitem **5.11**., do presente Edital, deverá ser realizado pela **Área do Candidato**, através do seu ***login*** (**CPF** do candidato no campo específico, sem pontos ou traço) e **senha** de **08 (oito) dígitos** (no campo específico, sendo: os dois primeiros dígitos do **dia de nascimento** + os três primeiros dígitos do **CPF** + os três primeiros dígitos do **RG**), no portal da **ATAME**: *www.grupoatame.com.br/concurso/*. **6. DOS CANDIDATOS INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PcD** 6.1. Para efeito deste concurso, consideram-se deficiência somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com a Classificação Internacional de Doença – CID. 6.2. Em observância à Lei Complementar Estadual n° 114/2002 é assegurado 10% das vagas ao Candidato inscrito como Pessoa com Deficiência. Para tanto, deverá declarar a deficiência física de que é portadora e, se convocado, submeter-se à perícia médica promovida pela **Prefeitura Municipal**,que dará decisão terminativa sobre sua qualificação e/ou o grau de deficiência capacitante, para o exercício do cargo pretendido. 6.2.1. Neste concurso não haverá reserva de vaga para candidatos Pessoas Com Deficiência **- PcD**, vez que, da aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas destinadas para cada cargo, não resultou em um número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), sendo que para haver reserva, cada cargo teria que ofertar um número de vagas igual ou superior a 7 (sete). 6.2.2. No período de validade do concurso público, superando o número de vagas por cargo em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), será garantido vagas para candidatos à Pessoas com Deficiência **- PcD**. 6.3. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência, para efeito de prova especial, deverá declarar, no ato da inscrição e em campo próprio, o tipo de deficiência de que é portador, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas. 6.4. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, não havendo assim, distinção quanto ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e de aprovação, dos locais e horários de realização das provas e da pontuação mínima exigida. 6.5. Ao Candidato inscrito como pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional, nos termos do §2° do art. 40, do Decreto Federal n° 3.298/99, será concedido um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de tempo adicional, contabilizado do tempo total de prova. 6.6. Os Candidatos inscritos como Pessoas com Deficiência deverão protocolar até as **17h00 do dia 30/10/2019,** na recepção da sede administrativa da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, situada na Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo: o Requerimento de Inscrição como Pessoas com Deficiência – conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/99. **Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos. 7. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO** 7.1. Compete ao Candidato: a) Acompanhar todas as publicações, referentes a este Edital e demais Editais Complementares, feitas nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3, deste Edital; e b) Nas listas a serem divulgadas, conferir especialmente os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, cargo para o qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o Candidato deverá requerer a devida correção, através dos prazos recursais, acessando o portal do candidato, ou requerendo junto a **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**. 7.2. O Candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas, como justificativa de sua ausência. Independente de qual seja o motivo, a ausência do Candidato, caracterizará sua desistência, resultando em sua eliminação do concurso. **8. DAS MODALIDADES DE PROVAS** 8.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constituirá de **Provas e Títulos** para os cargos de nível superior, e de **Provas** para os demais cargos, sendo: 8.1.1. **TESTE DE APTIDÃO FÍSICA** para os cargos estabelecidos no **ANEXO I** deste Edital, de caráter eliminatório; 8.1.2. **PROVAS DE TÍTULOS** para os cargos de nível superior, de caráter classificatório. 8.2. O Concurso Público consistirá em **Duas Etapas** para os cargos que tiverem **Teste de Aptidão Física**, sendo: 8.2.1. **Primeira Etapa (Classificatória e Eliminatória):** 8.2.1.1. **Realização das Provas Escritas:** Sendo prova objetiva para todos os cargos. 8.2.1.2. **Classificação da Primeira Etapa:** Serão considerados classificados na **Primeira Etapa e convocados para a Segunda Etapa do Concurso (Realização de Teste de Aptidão Física)** somente os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias da **Primeira Etapa constante do Quadro de Cargos do ANEXO I do Edital**, mais os candidatos empatados na última nota considerada para o cargo. **9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS** 9.1. **As provas objetivas serão realizadas no dia 24/11/2019, a partir das 08h00**, horário local, constituindo-se de questões objetivas com quatro alternativas, sendo que somente uma terá a resposta correta, com tempo de duração de **4 (quatro**) horas ininterruptas. 9.2. Os locais e horários das provas objetivas, serão divulgados através de Edital Complementar até a data prevista no item 3 deste Edital, através dos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital 9.3. Os candidatos deverão realizar as provas deste concurso nos locais e horários previamente divulgados, inexistindo qualquer possibilidade de alteração, salvo por determinação da **Prefeitura Municipal**. 9.4. Não será admitida a entrada de Candidato que se apresentar ao local de prova após o horário determinado para o início. Neste caso, o Candidato será considerado ausente e eliminado do concurso, nos termos do item 7.2. 9.5. Não será permitida a entrada, nos locais de aplicação das provas, de Candidato que não estiver em condições para realização das mesmas, tais como: alcoolizado, com trajes inadequados (roupa de praia, seminu, etc.) e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas. 9.6. Não será admitida a permanência de acompanhante do Candidato ou de pessoas estranhas ao concurso, nas dependências dos locais onde forem celebradas as provas, **salvo** com a devida autorização da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO.** 9.7. Para realização das provas objetivas, o Candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de **1h (uma hora)** do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do **documento de identidade original (observado o subitem "a") e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta.** a) Para fins deste concurso, são considerados documentos de identidade: (i) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; (ii) cédulas de identidade fornecidas por

Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a do CREA, do CRC, etc.; (iii) a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (iv) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei n˚ 9.503/97. 9.8. Somente ao Candidato que apresentar um dos documentos discriminados acima, e desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação, será permitida a realização das provas. 9.8.1. Caso o Candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar cópia do documento, expedido em, no máximo, trinta dias antes à data da prova, que ateste o registro da respectiva ocorrência em órgão policial. 9.9. Ao chegar ao local de prova, o Candidato deverá procurar o número de sua sala nas listagens afixadas no Mural, localizando-a, a ela deverá se dirigir. 9.10. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo nos termos da Lei Estadual nº 10.269/15. 9.10.1. A Candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período. 9.10.2. A Candidata deverá solicitar atendimento diferenciado para tal fim ao Fiscal da sala. Deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança, em local reservado. A falta de acompanhante impossibilitará a Candidata de realizar a prova. 9.11. Será sumariamente eliminado do concurso, o Candidato que: (a) utilizar meios ilícitos para a execução das provas; (b) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, auxiliares ou autoridades; (c) afastar-se da sala, sem o acompanhamento do fiscal e antes de ter concluído a prova; (d) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro Candidato ou pessoa, ou utilizando-se se máquinas de calcular ou similares, telefone celular, relógios, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações; (e) tiver constatada, por meio de perícia e após a realização da prova, a utilização de meios ilícitos para a realização da mesma. 9.12. Por motivo de segurança, iniciada a prova, nenhum candidato poderá se retirar definitivamente da sala, antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu efetivo início, caso o faça, terá seu nome registrado na Ata de Registro de Sala e será eliminado do concurso. 9.13. Os candidatos poderão se retirar da sala, **levando o caderno de provas, somente depois de decorridas 2h00 (duas horas), do efetivo início da prova**. 9.14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham concluído a prova, quando então, serão liberados. 9.15. Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo Candidato para justificar sua ausência. 9.16. A **ATAME** utilizará, a seu critério, **detectores de metais** durante a realização da prova objetiva. **10. DA FOLHA DE RESPOSTA** 10.1. A folha de resposta (folha óptica) do Candidato deverá ser preenchida com caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta, hipótese em que deverá ser marcada uma única alternativa, aquela julgada como sendo a resposta da questão. 10.2. Não serão atribuídos pontos às questões da prova objetiva, que contiverem quaisquer emendas, rasuras e/ou mais de uma ou nenhuma resposta assinalada na folha de resposta (folha óptica) do Candidato. **11. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS** 11.1. As provas objetivas serão de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório, contendo questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas, em que apenas uma responderá à questão, obedecendo ao seguinte quadro de pontuação:

Cargos	Conteúdo das Provas	Nº de Questões	Peso da Questão	Teste de Aptidão Física (TAF)	Total de Pontos
Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física					
01-Auxiliar de Serviços Gerais 02-Gari	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	-	100
	Teste de Aptidão Física			**ELIMINATÓRIA**	
Ensino Médio/Técnico Completo					
06-Técnico de Imobilização 07-Técnico de Laboratório	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 15	1,5 2,5 4,0	-	100
Ensino Superior Completo + Títulos					
03-Médico Pediatra 04-Odontólogo 05-Professor - Educação Física	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 20	1,5 2,5 3,0	-	100
	Títulos				**10 a 30**

11.2. Os pontos correspondentes às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independente de formulação de recursos. 11.3. **As provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório, sendo de caráter eliminatório caso o candidato não obtenha o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação e não zerar em nenhuma área de conhecimento.** 11.4. O **teste e aptidão física será de caráter eliminatório**, ou seja, caso o candidato não consiga realizá-la nas condições estipuladas conforme o **ANEXO II**, será desclassificado; 11.5. Farão o teste de aptidão física os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias constante do Quadro de Cargos, **ANEXO I deste Edital**, mais os candidatos empatados na última nota. 11.6. O conteúdo das provas objetivas e as especificações detalhadas do teste de aptidão física a serem aplicados encontram-se descriminados no **ANEXO II deste edital.** 11.7. O Teste de Aptidão Física serão realizados no dia **22/12/2019**, horário e local a ser publicado em Edital Complementar. **12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO** 12.1. A divulgação dos gabaritos preliminares das provas objetivas será feita no **1˚ dia útil**, posterior à data de aplicação das provas, a partir das **16h00**, sendo disponibilizada nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **13. DA PONTUAÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS** 13.1. Os títulos serão avaliados de acordo com a seguinte tabela abaixo:

Títulos	Pontos	Documentos Comprobatórios
a) Curso de **Pós-Graduação *lato sensu***, carga horária mín. 360 h.	**05**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
b) Curso de **Pós-Graduação *stricto sensu***, em nível de **mestrado**.	**10**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
c) Curso de **Pós-Graduação *stricto sensu***, em nível de **doutorado**.	**20**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.

13.2. Os títulos apresentados, sendo deferidos total ou parcialmente pela **EMPRESA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, terão sua pontuação publicada em uma lista específica. 13.3. Os títulos serão somados à pontuação final do Candidato, valendo exclusivamente para efeito de classificação, razão pela qual sua apresentação é facultativa. 13.4. Os títulos não são cumulativos, só serão computados pontos a um único título, sendo considerado, para tal fim, o de maior pontuação. 13.4.1. Somente serão considerados títulos relacionados à respectiva área de atuação. 13.5. A comprovação dos títulos será feita mediante a **apresentação de fotocópia, nítida e devidamente autenticada em cartório - frente e verso** - dos certificados e/ou diplomas oficiais, expedidos por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo **MEC.** 13.6. O Título deverá ser entregue, acompanhado

do Requerimento de Pontuação devidamente preenchido (**ANEXO IV, do presente Edital), na data da realização da prova escrita**, ao fiscal da sala em que o Candidato for designado, acondicionados dentro de envelope devidamente lacrado e identificado no lado de fora com o nome do Candidato e Cargo. 13.6.1. Para fins de protocolo, o Candidato poderá levar uma segunda cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos **(ANEXO IV, do presente Edital)**, devidamente preenchida, na qual o fiscal atestará o recebimento da documentação. 13.7. O Candidato também deverá assinar a lista de entrega de títulos, sendo de sua exclusiva responsabilidade, a entrega da documentação respectiva, em observância aos procedimentos ora fixados. 13.7.1. Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo estabelecido. 13.8. Serão recusados liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências do presente Edital. **14. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO** 14.1. Será **considerado aprovado** ou classificado, o Candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita, para a prova prática (se houver), e não obtiver 0 (zero) em nenhuma das disciplinas. 14.1.1. Será **considerado reprovado**, o candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita, para a prova prática (ser houver), do respectivo cargo. 14.1.2. Havendo cargos com segunda etapa, será considerado classificado o número de candidatos previstos no **ANEXO I deste Edital**, mais os empatados na última nota de corte. 14.2. A classificação final será realizada por ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, sendo que, no caso de igualdade da pontuação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n° 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver); c) Que obtiver maior número de acertos na prova de Noções de Administração Pública (se houver); d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver); f) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; g) Que obtiver maior pontuação de títulos (se houver); h) Que tiver mais idade; i) Sorteio público. **15. DOS RECURSOS** 15.1. O Candidato que desejar interpor recurso contra as fases deste Concurso, disporá de 2 (dois) dias úteis, contados do dia imediatamente subsequente ao da divulgação dos Editais Complementares, devendo fazê-lo no horário das 00h00 do primeiro dia, às 23h59 do último dia, computado ininterruptamente e em observância ao horário oficial do Mato Grosso. 15.2. Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (a) impugnação do Edital de Abertura, (b) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (c) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (d) publicação dos gabaritos de provas; (e) divulgação da relação dos candidatos classificados para a segunda fase (se houver); (f) divulgação da pontuação de títulos deferidos e indeferidos, e teste de aptidão física (se houver); e (g) divulgação do resultado preliminar do concurso. 15.3. A interposição de recurso será exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, ao qual o Candidato terá acesso mediante login e senha, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, devendo o Candidato seguir as instruções ali contidas. 15.4. Recurso contra a prova objetiva deverá ser individual para cada questão, devidamente fundamentado, sucinto e de forma objetiva, com a indicação daquilo em que o Candidato se julgar prejudicado, comprovando suas alegações com citação de artigos, legislação, itens, livros, nome de autores, etc. 15.4.1. Serão rejeitados liminarmente sem análise do mérito os recursos enviados fora do prazo ou sem fundamentação. 15.5. Os recursos julgados serão divulgados nos meios estabelecidos no item 1.3 deste Edital, bem como na Área do Candidato, no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, não sendo possível o conhecimento do resultado, via telefone, e-mail ou fax. 15.6. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, exceto no caso de comprovado erro material, com manifestação posterior ou de ofício. 15.7. Os recursos cujo teor desrespeite a **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO** serão indeferidos sem análise do mérito. 15.8. Se do exame de recursos contra questões da prova objetiva resultar anulação ou alteração de alternativa, a pontuação ou alteração valerá para todos os candidatos que realizaram o mesmo tipo de prova, independente de terem recorrido. **16. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO** 16.1. Após a divulgação do resultado final, o concurso será homologado pela autoridade competente da **Prefeitura de Nova Xavantina-MT**, mediante publicação resumida nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **17. DA NOMEAÇÃO E POSSE** 17.1. O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados neste concurso público será efetivado em observância às normas da legislação vigente. 17.2. Os candidatos aprovados neste concurso público deverão entregar os comprovantes de preenchimento dos requisitos exigidos para o provimento do cargo pleiteado, tão logo sejam convocados, observada rigorosamente a ordem de classificação publicada. 17.3. A convocação dos candidatos aprovados será processada de acordo com as necessidades da **Prefeitura de Nova Xavantina-MT**, dentro da validade do Concurso. 17.4. A nomeação dos candidatos que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato da própria autoridade competente da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT**. 17.5. Estes candidatos serão nomeados sob o regime jurídico estatutário, tendo como regime previdenciário, o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**. 17.6. O candidato nomeado deverá, dentro do prazo de posse, comparecer à Gerência de Gestão de Pessoas, munido dos documentos (fotocópias e originais) constantes, para tomar posse no cargo público efetivo, sendo obrigatória apresentação para todas as funções públicas: 17.6.1. Documentos pessoais CPF, RG e Título de Eleitor (original) e duas cópias; 17.6.2. Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações (original) e duas cópias, RG e CPF do cônjuge se for o caso (original) e duas cópias; 17.6.3. Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação (para o sexo masculino) (original) e duas cópias; 17.6.4. Número do PIS ou PASEP (caso não possua Pis/Pasep trazer declaração autorizando a prefeitura a fazer o cadastro); 17.6.5. Duas fotos 3 x 4 recentes; 17.6.6. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do último emprego; 17.6.7. Documento de Escolaridade (original) exigida para o cargo (Certificado ou Histórico Escolar acompanhado do Atestado de Conclusão) e duas cópias (frente e verso); 17.6.8. Declarações de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio (se não houver, emitir declaração de que não possui bens); 17.6.9. Declaração de Bens com Valores do cônjuge se for o caso; 17.6.10. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Informando a compatibilidade de horários (somente cargos técnicos, professor e profissionais da saúde); 17.6.11. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal; 17.6.12. Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal no site www.novaxavantina.mt.gov.br; 17.6.13. Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral; 17.6.14. Número de conta corrente pessoal junto ao Banco Bradesco S.A.; 17.6.15. Comprovante de endereço atualizado (duas cópias), anotar número de telefone para contato e e-mail; 17.6.16. Certidão negativa criminal e cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Federal do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (www. trf1.jus.br/serviços/certidão); 17.6.17. Certidão negativa criminal e cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Estadual do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico; http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx); 17.6.18. Carteira Nacional de Habilitação - CNH (somente para os cargos de motorista, Operador de Máquinas Pesadas, Apoio Administrativo Educacional (Transporte escolar) e Motorista de Veículo de Emergência); 17.6.19. Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada com certidão de regularidade; 17.6.20. Curso de qualificação para condutores de veículos de emergência para o cargo de Motorista de Veículo de Emergência; 17.7. Para efeito de posse, o Candidato aprovado, classificado e convocado, ficará sujeito à aprovação em perícia

médica admissional, em conformidade com a legislação vigente. 17.8. A inspeção médica terá caráter eliminatório; 17.9. Todos os exames estão previstos no Anexo VII e correrão às expensas do candidato. 17.10. Poderá não tomar posse, o Candidato inscrito como pessoa com deficiência, aprovado, classificado e convocado, que seja comprovada a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício do cargo. 17.11. Não será efetivada a posse do Candidato aprovado quando, condenado em processo criminal ou por ato de improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público, observado o prazo de prescrição. 17.12. Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de convocação, não se apresentar para tomar posse no prazo fixado ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo. 17.13. Inobstante todas as disposições contidas neste Edital, sobre a posse do Candidato aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes. **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** 18.1. O período de validade deste concurso público será de **2 (dois) anos**, a contar da data de publicação da homologação de seu resultado, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da autoridade competente. 18.2. Durante a vigência do concurso, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como **Cadastro de Reserva**, obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. 18.3. A impugnação administrativa e/ou judicial a este Edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos. 18.4. Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação neste concurso público, valendo para este fim, a publicação efetuada no Diário Oficial estabelecido no item 1.3 deste Edital. 18.5. A verificação, em qualquer época, de declaração ou apresentação de documento falso ou a prática de ato doloso pelo Candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais cabíveis. 18.6. A **Prefeitura Municipal**, através da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**, fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do Candidato acompanhar tais publicações. 18.7. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: **ANEXO I** – Quadro de Cargos; **ANEXO II** – Conteúdo Programático das Provas Objetivas e Especificações de Teste de Aptidão Física - TAF; **ANEXO III** – Modelo de Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência; **ANEXO IV** – Modelo de Requerimento de Pontuação de Títulos; **ANEXO V** – Modelo de Atestado Médico para a Realização de Teste de Aptidão Física; **ANEXO VI** – Atribuições básicas dos Cargos; **ANEXO VII** – Relação de Exames Admissionais. 18.8. Quaisquer informações sobre este concurso público estarão disponíveis no site da ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso, ou pelo e-mail: concursos@grupoatame.com.br ou telefone (65) 3321-9000, observado o horário de atendimento, de segunda a sexta, das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30 (horário oficial de Mato Grosso). O candidato poderá obter a íntegra deste Edital e demais Editais Complementares, podendo consultar ainda, os locais de realização das provas, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento deste concurso. 18.9. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**.

Nova Xavantina/MT, 16 de setembro de 2019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

lilian da rocha

Presidente da Comissão

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

Cód. Cargo	Nome do Cargo Conforme Lei	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Vagas	Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa	Vagas Port. Nec. Espec.	Carga Horária Semanal	Venc. Base R$(1)	Valor da Taxa de Inscrição (R$)
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	04	30	-	40h	968,31**(2)**	60,00
02	Gari	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	02	30	-	40h	968,31**(2)**	60,00
03	**Médico Pediatra - 20 horas**	Ensino Superior em Ciências Médicas mais especilização em Pediatria, mais registro no respectivo conselho de classe.	CR	-	-	**20H**	6.963,77	120,00
04	Odontólogo	Ensino Superior Completo em Odontologia + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	40h	5.796,46	120,00
05	Professor - Educação Física	Ensino Superior Licenciatura Plena em Educação Física	CR	-	-	30h	2.877,78**(1)**	120,00
06	Técnico de Imobilização	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Imobilização	CR	-	-	40h	1.507,70	90,00
07	Técnico de Laboratório	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Análise Clínica	CR	-	-	40h	1.507,70	90,00

(1) Os valores poderão sofrer alterações de acordo com o aumento do piso salarial ou reajuste do salário mínimo; (2) Complementação constitucional (salário mínimo).

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ensino Fundamental Completo

CARGOS: 01 - Auxiliar de Serviços Gerais; e 02-Gari.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conota-

ção; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica.

MATEMÁTICA: Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais; Operações no conjunto dos números Reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Múltiplos e divisores de um número Real; Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC) de um número natural; Grandezas e medidas: definição de grandezas, medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume, de massa e de tempo; transformações de unidades de medida; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Geometria plana: classificação dos polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), área e perímetro de polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), Trigonometria no triângulo retângulo; Equações do 1º grau; Sistema de equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Introdução à estatística: gráficos, média aritmética, média aritmética ponderada; Resolução de problemas no conjunto dos números Reais.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; As regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos; História do Brasil: Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A Alta da Inflação e da Dívida Externa; A Divisão do Estado de Mato Grosso. Brasil Contemporâneo: O Fim da Ditadura Militar, o Governo de Sarney (1985 – 1990), o Governo de Collor (1990-1992), o Governo de Itamar Franco (1992-1994), o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os governos da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Michel Temer; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Município de Nova Xavantina/MT.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGOS: 06 - Técnico de Imobilização; e 07-Técnico de Laboratório.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica. Interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Grafia do Porquê. Concordâncias Nominal e Verbal. Crase. Pontuação. Semântica: Sinônimo e Antônimo, Período Composto por Coordenação e Subordinação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Da Administração Pública art. 37 a 49 da Constituição Federal: Princípios Constitucionais da Administração Pública; Crimes contra a Administração Pública (art. Artigos 312 ao 327 do Código Penal): Peculato; Peculato culposo; Peculato mediante erro de outrem; Inserção de dados falsos em sistema de informações; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações; Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Concussão; Excesso de exação; Corrupção passiva; Facilitação de contrabando ou descaminho; Prevaricação; Condescendência criminosa; Advocacia administrativa; Violência arbitrária; Abandono de função; Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado; Violação de sigilo funcional; Violação do sigilo de proposta de concorrência; Funcionário público. Art. 12 a 87 da Lei Municipal 1752/2013: Do Concurso Público; Da Nomeação; Da Posse e do Exercício; Do Estágio Probatório; Da Estabilidade; Da Readaptação; Da Reversão; Da Reintegração; Da Recondução; Da Disponibilidade e do Aproveitamento; Da Remoção; Da Redistribuição; Da Substituição; Da Acumulação; Da Vacância; Das Carreiras; Da Promoção; Do Regime e da Jornada de Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: 06 - Técnico de Imobilização: Organização no Processo de Trabalho em Ortopedia e Traumatologia. Anatomia e Fisiologia Humana. Fisiopatologia do Trauma. Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida. Semiologia Ortopédica. Aparelhos Gessados, Órteses e Próteses Ortopédicas. Trações. Imagenologia. Noções Técnicas de Ortopedia. Bandagens e Técnicas de Imobilização. Conhecimentos Básicos do instrumento específico. Fraturas, luxações, contusões, entorses e ferimentos em geral (procedimentos básicos específicos do técnico). Normas de Biossegurança.

CARGO: 07 - Técnico de Laboratório: 1. Noções de microscopia: microscópios e estereomicroscópios, suas partes, manuseio e cuidados; 2. Métodos de estudo em microscopia: mediato e imediato; 3. Vidraria de laboratório e sua utilização; 4. Matemática de laboratório: diluições seriadas, regra de três simples, percentual e solução molar; 5. Noções de centrifugação: princípios de funcionamento, posicionamento dos tubos de ensaio no rotor, precaução para retirada do material; 6. Potenciometria: calibração do potenciômetro e determinação do pH; 7. Espectrofotometria: absorbância, transmitância e curva de calibração. 8. Pesagem: operacionalização de balanças e analíticas e semi-analíticas; 9. Princípios de Biossegurança; 10. Lavagem e esterilização de material; 11. Punção venosa periférica: utilização do garrote, antissepsia, coleta a vácuo e com seringa; 12. Anticoagulantes utilizados em análise laboratorial: no exame bioquímico, hematológico e coagulograma; 13. Grupos sanguíneos: Determinação do fator Rh e do sistema ABO; 14. Exame parasitológico de fezes: classificação do material fecal. Preparo das fezes para filtração e exame de sedimentação espontânea; 15. Bacteriologia: coloração de Gram, preparo de meios de cultura, uso do swab para coleta de secreções (oral, nasal e vaginal); 16. Hematologia: Preparação de estiraço, coloração dos preparados citológicos; 17. Urinálise: coleta de urina para sumário, uso de tiras reagentes, classificação do aspecto da urina e determinação do volume urinário; 18. Preparo e Manutenção de coleções biológicas: animais e vegetais;

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGOS: 03-Médico Pediatra; 04-Odontólogo; e 05-Professor - Educação Física.

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto verbal e/ou não verbal, literário e/ou não literário; Tipologia textual; Funções da linguagem; Coesão e Coerência; Sintaxe: frase, oração, período (termos de orações), concordância verbal e nominal; Morfologia: Classes de palavras, letras e formas; Pontuação; Acentuação gráfica; Ortografia; Semântica; Noções de literatura (conceito e linguagem literária: figuras de linguagem); emprego da Crase; significação das palavras; empregos das classes de palavras.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Da Administração Pública art. 37 a 49 da Constituição Federal: Princípios Constitucionais da Administração Pública; Crimes contra a Administração Pública (art. Artigos 312 ao 327 do Código Penal): Peculato; Peculato culposo; Peculato mediante erro de outrem; Inserção de dados falsos em sistema de informações; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações; Extravio, sonegação ou

inutilização de livro ou documento; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Concussão; Excesso de exação; Corrupção passiva; Facilitação de contrabando ou descaminho; Prevaricação; Condescendência criminosa; Advocacia administrativa; Violência arbitrária; Abandono de função; Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado; Violação de sigilo funcional; Violação do sigilo de proposta de concorrência; Funcionário público. Art. 12 a 87 da Lei Municipal 1752/2013: Do Concurso Público; Da Nomeação; Da Posse e do Exercício; Do Estágio Probatório; Da Estabilidade; Da Readaptação; Da Reversão; Da Reintegração; Da Recondução; Da Disponibilidade e do Aproveitamento; Da Remoção; Da Redistribuição; Da Substituição; Da Acumulação; Da Vacância; Das Carreiras; Da Promoção; Do Regime e da Jornada de Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: 03- Médico Pediatra:

Política Nacional de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família (ESF). Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Política Nacional de Promoção à Saúde. Estratégia do Programa Saúde da Família. Redes de Atenção à Saúde. Crescimento e desenvolvimento. Icterícia neonatal. Infecções perinatais. Imunizações. Anemias carenciais e anemias hemolíticas. Púrpuras, tumores comuns na infância. Doenças de notificação compulsória. Infecções de vias superiores. Infecções de vias aéreas inferiores. Asma brônquica. Patologias alérgicas na infância. Distúrbios hidroeletrolíticos e acidobásico. Terapia de hidratação oral e parenteral. Síndrome da má absorção aguda e crônica. Infecção urinária. Glomerulites e hipertensão arterial. Osteoartrites. Infecções de partes moles. Antibioticoterapia. Parasitárias. Queimaduras. Intoxicações exógenas. Hepatites. Doenças do tecido conjuntivo. Doenças exantemáticas. Mordeduras humanas e por animais. A criança vitimizada. Patologias cirúrgicas comuns na infância. Síndromes nefrótica e nefrítica. Septicemia e choque séptico. Diabetes melitus e cetoacidose diabética. Parada cardiorrespiratória. Insuficiência cardíaca. Cardiopatias congênitas. Malformações congênitas comuns. Convulsão. Código de Ética Profissional.

CARGO: 04-Odontólogo: Processo Saúde-doença: Epidemiologia; Conceito; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal. Biossegurança: Assepsia, desinfecção, esterilização, antissepsia; Acidentes de trabalho. Farmacologia: Farmacologia e terapêutica medicamentosa. Cariologia: Etiopatogenia, prevenção e tratamento. Dentística: Preparos cavitários; Proteção do complexo dentino-pulpar; Materiais restauradores diretos e indiretos; Lesões não cariosas. Periodontia: Diagnóstico; Prevenção das doenças periodontais; Periodontia médica (inter-relação com as doenças cardiovasculares, gravidez, diabete mellitus, tabagismo); Tratamento supragengival (raspagem, alisamento, polimento e manutenção); Controle químico e mecânico da placa bacteriana; Gengivite, periodontite. Estomatologia: Diagnóstico e tratamento de lesões de tecido mole e duro; Lesões cancerizáveis, câncer bucal; Semiologia e patologia oral. Endodontia: Alterações pulpar e periapical; Diagnóstico e tratamento em endodontia. Radiologia: Técnicas intraorais; Método de localização radiográfica; Aspecto radiográfico das lesões pulpares e periapicais. Anestesia odontológica: Técnicas, acidentes e complicações; Anatomia aplicada à anestesiologia; Farmacologia dos anestésicos locais. Prótese: Diagnóstico, planejamento e tratamento. Odontopediatria: Semiologia e diagnóstico; Traumatismo bucodentário; Práticas preventivas e restauradoras; Técnica de restauração atraumática. Urgência e Emergência: Urgência em Odontologia; Trauma dental, hemorragia, pericoronarite, abcessos dentoalveolares, pulpite e alveolite; Suporte básico de vida. Lei do Exercício Profissional: Prontuário odontológico; Receitas; Atestados; Código de Ética Odontológico. Cirurgia: Princípios cirúrgicos; Planejamento e técnicas cirúrgicas; Cirurgia dos dentes inclusos ou impactados; Complicações pós-cirúrgicas. Atenção à Saúde: Atenção básica em Odontologia; Pessoas com necessidades especiais; Coagulopatias hereditárias; Pacientes grávidas ou com doenças crônicas. Odontogeriatria: Alterações sistêmicas com comprometimento bucal no idoso.

CARGO: 05-Professor - Educação Física: Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990. 1.2 LDBEN - Lei nº 9.394 de 1990. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Plano Nacional de Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Programas e Projetos da Educação: FUNDEB, PDDE, PNATE, PNAE, PNLD, Plano de ações articuladas. Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação. Lei Municipal 1.835/2014, e alterações posteriores. Planejamento, Planos e Projetos educativos; Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem; Gestão Democrática nas Instituições de Ensino; Abordagens teóricas e Metodológicas; Didática; prática pedagógica; Teoria e Prática da Educação. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade; cotidiano escolar. Lei Federal nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Da educação. Dos princípios e fins da educação nacional. Do direito à educação e do dever de educar. Da organização da educação nacional. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Da composição dos níveis escolares. Da Educação básica. Das disposições gerais. Da educação infantil. Do ensino fundamental. Da educação profissional. Da educação especial. Dos profissionais da educação. Dos Recursos financeiros. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais: Título II: dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º a 17) Título III: da organização do Estado (art. 18 a 43). Noções de postura e ética profissional. Noções de estrutura organizacional e hierarquia. Anatomia: grupos musculares, nervos, ossos, tendões e articulações; Atletismo: corridas, saltos, arremessos e lançamentos; Regras oficiais de voleibol, basquetebol, handebol, futebol de salão, futebol de campo, atletismo e natação; LDB e o ensino da educação física; Princípios científicos do treinamento; Recreação e jogos; Treinamento desportivo e vias de produção de energia; Efeitos fisiológicos do treinamento físico; Equilíbrio térmico (prevenção da internação nos desportos); VO2 máximo; Limiar anaeróbico; ATP – CP. Lei 9.696 de 1º de setembro de 1998 e Resolução CONFEF nº 211/2011.

CRITÉRIOS PARA CARGOS COM TESTE DE APTIDÃO FÍSICA CARGOS: 01-Auxiliar de Serviços Gerais; e 02-Gari.

1. O Teste de Aptidão Física tem como objetivo avaliar o desempenho físico do candidato e será de caráter **ELIMINATÓRIO**.

2. Somente participarão de **Teste de Aptidão Física** os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias da Primeira Etapa constante do Quadro de Cargos **ANEXO I** do Edital, mais os candidatos empatados na última nota considerada para o cargo.

3. Para a realização da prova de**Teste de Aptidão Física**os candidatos deverão comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente:

a) De documento de identidade original (em conformidade com o **Item 9.7. do Edital 001/2019**);

b) Do **ATESTADO MÉDICO EMITIDO COM NO MÁXIMO 30 (TRINTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA DA REALIZAÇÃO DA PROVA (VIDE ANEXO V - MODELO DO ATESTADO MÉDICO), CERTIFICANDO QUE O MESMO SE ENCONTRA APTO PARA A REALIZAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA.**

4. O ATESTADO MÉDICO DEVERÁ SER ENTREGUE NO DIA DETERMINADO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA, ANTES DE SEU INÍCIO.

4.1. O CANDIDATO QUE NÃO APRESENTAR O ATESTADO MÉDICO NÃO PODERÁ REALIZAR DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, SENDO ASSIM ELIMINADO DO CONCURSO.

5. O candidato deverá apresentar-se com roupas apropriadas para exercício físico (calção e camiseta ou agasalho e calçando meias e tênis).

6. Aos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização das provas ou diminuam a capacidade dos candidatos não serão concedidos qualquer tratamento privilegiado.

7. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do candidato.

8. Não haverá repetição na execução dos testes, exceto nos casos em que o profissional responsável pela aplicação da prova concluir pela ocorrência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, que tenham prejudicado o seu desempenho.

9. Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério do profissional responsável pela aplicação da prova e da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO**, o Teste de Aptidão Física poderá ser adiado ou interrompido, acarretando novo horário e/ou data a serem estipulados e divulgados aos candidatos presentes.

10. O **Teste de Aptidão Física** consistirá das seguintes etapas:

SEXO	A) Corrida (10 minutos)	B) Abdominal (60 segundos)	C) Flexão (Sem interrupções)
Masculino	Mínimo Índice: 1.700m	Mínimo Índice: 20 Repetições	Mínimo Índice: 15 Repetições
Feminino	Mínimo Índice: 1.500m	Mínimo Índice: 15 Repetições	Mínimo Índice: 12 Repetições

A) Corrida: O avaliado deverá correr ou andar utilizando o percurso estabelecido, durante 10 minutos.

Procedimento: Os examinadores iniciarão a corrida através de um apito sonoro, aos 08 minutos de prova será feito um aviso através de um sinal sonoro e o término será feito através de dois sinais sonoros.

B) Abdominal: Posição inicial - decúbito dorsal, pernas e braços (no prolongamento da cabeça) estendidos.

Procedimento: O avaliado realizará sucessivas flexões e extensões abdominais e de pernas (remador), sem interrupções durante 60 segundos. Quando da extensão do abdômen e das pernas, a região dos omoplatas e os calcanhares deverão tocar o solo, enquanto as mãos permanecem acima da linha da cabeça.

C) Flexão: Posição inicial: de frente para o solo, pernas unidas e estendidas, articulações dos cotovelos em extensão, mãos na linha dos ombros.

Para sexo Masculino: Mãos e pés apoiados no solo, 4 (quatro bases).

Para sexo Feminino: Mãos e joelhos apoiados no solo, e calcanhares elevados, 4 (quatro bases).

Procedimento: a flexão será efetuada até ocorrer um ângulo de 90º (noventa graus) entre braço e antebraço (articulação do cotovelo), devendo os cotovelos manter-se posicionados à 90º (noventa graus) em relação ao tronco, conforme a flexão do cotovelo for desenvolvida.

11. Serão considerados habilitados no **Teste de Aptidão Física**, somente os candidatos que obtiverem o índice mínimo exigido nas 03 (três) modalidades: Corrida (resistência aeróbica: masculino índice mínimo 1.700 metros e feminino índice mínimo 1.500 metros); Abdominal (60 segundos: masculino índice mínimo 20 repetições e feminino índice mínimo 15 repetições) e Flexão (Sem interrupções: masculino índice mínimo 15 repetições e feminino índice mínimo 12 repetições). **SERÃO ELIMINADOS OS CANDIDATOS QUE NÃO ATINGIREM OS ÍNDICES MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA TABELA DO ITEM ANTERIOR (ITEM 10).**

ANEXO III

REQUERIMENTO INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PcD

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER TRATAMENTO ESPECIAL COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

OBS.: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____
_____
_____

Declaro, para os devidos fins, que possuo deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde do Município de Nova Xavantina/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

_____, ___ de _____ de _____

_____

Assinatura Candidato

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO 001/2019

Requerente:_____

Cargo:_____, Código do cargo:_____

N.º RG_____, N.º CPF:_____

Requeiro a atribuição de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Item 13.1 do Edital n.º 001/2019, LETRA_____ para fins de classificação no Concurso Público.

(Obs.: Os títulos constantes do item 13.1 **não são cumulativos entre si,** sendo considerado somente o de maior pontuação. Só serão considerados os títulos que tiverem correlação com a respectiva área de atuação do cargo.)

Nestes termos peço deferimento.

_____, ____ de _____ de____

_____

Assinatura do Requerente

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao item 13.1 do Edital do Concurso Público n.º 001/2019.

Deferimos o requerimento;

Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

Indeferimos o requerimento.

_____ _____

Presidente da Comissão Membro Comissão Membro Comissão

_____ _____

Membro Comissão Membro Comissão Membro Comissão

ANEXO V

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA A REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

ATESTADO

Atesto que o Sr.(a):

_____

, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, encontra-se, no momento do presente exame médico, em perfeitas condições físicas, para realizar a prova de **TESTE DE APTIDÃO FÍSICA**, citada no Edital 001/2019 do Concurso Público do Município de Nova Xavantina/MT para o cargo _____, que compreende os seguintes testes: Corrida (resistência aeróbica: masculino índice mínimo 1.700 metros e feminino índice mínimo 1.500 metros); Abdominal (60 segundos: masculino índice mínimo 20 repetições e feminino índice mínimo 15 repetições) e Flexão (Sem interrupções: masculino índice mínimo 15 repetições e feminino índice mínimo 12 repetições).

_____, _____de _____de _____.

_____

NOME (MÉDICO)

Nº REGISTRO CRM/____

OBSERVAÇÕES:

-O atestado médico deverá conter assinatura, carimbo e número de inscrição no Conselho Regional de Medicina–CRM do profissional, emitido com no máximo 30 (trinta) dias de antecedência da prova.

-O atestado médico deverá ser entregue no dia determinado para a realização da prova, antes de seu início. O Candidato que não apresentar o Atestado Médico não poderá realizar o TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, sendo assim ELIMINADO do concurso.

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS

CARGO: 01-Auxiliar de Serviços Gerais: Síntese das Atividades: Zelar pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos. Efetuar a limpeza e manutenção de parques, Jardins, rede fluvial, banheiros e piscinas públicas; Roçar, capinar e coletar os detritos; Escavar valas e fechar valas; Retirar e limpar materiais usados de obras de demolição; transportar materiais empregando se necessário, carrinho de mão; espalhar com a pá, cascalho e outros materiais. Plantar mudas em geral em praças e canteiros e efetuar podas em geral; Recolher das areas públicas, bovinos, eqüinos, cães e outros animais; Auxiliar nos serviços técnicos nas áreas de eletricista, obras, mecânica, engenharia, motorista, pedreiro, e outros; Preparar sepulturas, conservar jazigos e manter organizados e limpo os cemitérios públicos; Abrir picadas com foice, tesoura, machado, facão ou outros equipamentos, para facilitar as medições; Fazer combate a insetos, pragas e ervas danina; Fazer carga e descargas de mercadorias; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 02-Gari: Síntese das Atividades: Executar serviços de coleta de lixo domiciliar, varrição, utilizando ferramentas apropriadas, para garantir a higiene e o bom aspecto dos logradouros públicos e praças; zelar pelos equipamentos e máquinas de trabalho; fazer a coleta de lixo diária nos logradouros do Município, preservando a cidade limpa; cuidar para que na execução de suas tarefas não ocorram acidentes que venham a sujar novamente os logradouros e evitar o retrabalho de varrição; garantir que as sacolas sejam bem acondicionadas nos caminhões coletores, evitando o transbordo e o derramamento de lixo nos logradouros; informar a chefia imediata de locais onde sejam necessários uma melhor realização de varrição e limpeza da cidade, para que sejam tomadas as devidas providências; executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo mediante determinação superior; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 03-Médico Pediatra: Síntese das Atividades: Além das previstas para o exercício profissional da medicina, são atribuições específicas do médico pediatra; Atender crianças que necessitam de serviços médicos, para fins de exames clínicos, educação e adaptação; dar assistência à criança e ao adolescente, nos aspectos curativos e preventivos, este abrangendo ações em relação a imunizações (vacinas), aleitamento materno, prevenção de acidentes, além do acompanhamento e das orientações necessárias a um crescimento e desenvolvimento saudáveis; examinar pacientes em observação; avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico; avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes; estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos a sua área de competência; participar em todas as atividades para que for designado pela chefia imediata; comunicar ao seu superior imediato, qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; cumprir e fazer cumprir as normas; propor normas e rotinas relativas a sua área de competência; manter atualizados os registros das ações de sua competência; atender crianças desde o nascimento até a adolescência, prestando assistência médica integral; manter prontuário médico organizado e atualizado; executar outras tarefas correlatas a sua área de competência, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 04-Odontólogo:Síntese das Atividades: Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias adscritas, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade; Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do TSB, ASB e ESF; Realizar supervisão técnica do TSB e ASB; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 05 - Professor: síntese das atribuições:

1. Ministrar aulas de forma a cumprir com o programa de conteúdos das disciplinas ou séries sob sua responsabilidade;

2. Participar da elaboração e/ou realimentação do Projeto Político Pedagógico da escola, de acordo com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino;

3. Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o PPP da escola e com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino;

4. Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdos a serem trabalhados com os alunos;

5. Informar à equipe pedagógica os problemas que interferem no trabalho de sala de aula;

6. Planejar, executar e avaliar atividades pedagógicas que visem cumprir os objetivos do processo ensino aprendizagem;

7. Participar de reuniões e eventos da unidade escolar;

8. Propor, executar e avaliar alternativas que visem à melhoria do processo educativo;

9. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno, proporcionando meios para seu melhor desenvolvimento;

10. Acompanhar e subsidiar o trabalho pedagógico visando o avanço do aluno no processo ensino aprendizagem, de forma que ele se aproprie dos conteúdos da série em que se encontra;

11. Recuperar o aluno com defasagem de conteúdos que esteja sob sua responsabilidade, dando atendimento individualizado;

12. Buscar o aprimoramento de seu desempenho profissional, através da participação em grupos de estudos, cursos e eventos educacionais. Se for dentro da jornada de trabalho, deve haver concordância com a direção da escola e com a Secretaria de Educação;

13. Proceder todos os registros das atividades pedagógicas, tais como: registro de frequência de alunos, registros de conteúdos desenvolvidos, planejamento escolar e relatório das atividades desenvolvidas em sala de aula;

14. Cumprir a hora-atividade no âmbito das unidades escolares;

15. Promover a integração entre escola, família e comunidade, colaborando para o melhor atendimento do educando;

16. Manter os pais informados do rendimento escolar dos filhos;

17. Organizar o plano de aula, garantindo maior direcionamento ao seu trabalho. No caso da necessidade de ser substituído, informar os conteúdos a serem trabalhados com a turma para que haja sequência pedagógica;

18. Participar das atividades do Colegiado da Unidade Escolar;

19. Manter a pontualidade e assiduidade diária, comprometendo-se com a administração e coordenação pedagógica da escola quanto às obrigações do cargo e as normas do regimento interno da unidade;

20. Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função;

21. Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 06 - Técnico de Imobilização: Síntese das atividades: Confeccionar e retirar aparelhos gessados, talas gessadas e enfaixamentos; Executar imobilizações; Preparar e executar trações cutâneas; Auxiliar o médico na instalação de trações esqueléticas e nas manobras de redução manual; Podem preparar sala para pequenos procedimentos fora do centro cirúrgico, como pequenas suturas e anestesia local para manobras de redução manual, punções e infiltrações; Explicar aos pacientes os procedimentos a serem realizados; Participar de ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde no nível individual e coletivo; participar de reuniões técnicas. Atuar em equipe multidisciplinar. Guardar sigilo e confidencialidade de dados e informações conhecidas em decorrência do trabalho; e outras atividades afins.

CARGO: 07 - Técnico de Laboratório: Síntese das atividades: Coletar o material biológico empregando técnicas e instrumentações adequadas para testes e exames de Laboratório de Análises Clínicas; Atender e cadastrar pacientes; Proceder ao registro, identificação, separação, distribuição, acondicionamento, conservação, transporte e descarte de amostra ou de material biológico; Preparar as amostras do material biológico para a realização dos exames; Auxiliar no preparo de soluções e reagentes; Executar tarefas técnicas para garantir a integridade física, química e biológica do material biológico coletado; Proceder a higienização, limpeza, lavagem, desinfecção, secagem e esterilização de instrumental, vidraria, bancada e superfícies; Auxiliar na manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos e equipamentos do Laboratório de Análises Clínicas; Organizar arquivos e registrar as cópias dos resultados, preparando os dados para fins estatísticos; Organizar o estoque e proceder ao levantamento de material de consumo para os diversos setores, revisando a provisão e a requisição necessária; Seguir os procedimentos técnicos de boas práticas e as normas de segurança biológica, química e física, de qualidade, ocupacional e ambiental; Guardar sigilo e confidencialidade de dados e informações conhecidas em decorrência do trabalho; e outras atividades afins.

ANEXO VII

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

	Categoria	Descrição	Exames
Item 01	Obrigatórios	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum 2. Glicemia em jejum 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L) 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase) 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides) 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial 8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista. 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista. 10. Exame de urina tipo I (E.A.S) 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica). 13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos 14. Colpocitologia Oncotica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos 15. Antígeno Prostático Específico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos

Item 02	Docência	Exigidos para o exercício da função de Professor	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista.
Item 03	Saúde	Exigidos para o exercício da função de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, técnico de imobilização, técnico de laboratório, biólogo, odontólogo, técnico de raio-x.	1. Exame Anti-HCV 2. Teste de PPD - Teste Tubercolínico 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2.019

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade pregão presencial nº 043/2.019, processo administrativo nº 070/2.019, o qual tem objeto o REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; vencedoras do certame SETE DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.578.067/0001-69, com o valor global final de R$ 6.960,00 (seis mil e novecentos e sessenta reais); S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 14.805.780/0001-51, com o valor global final de R$ 10.960,00 (dez mil e novecentos e sessenta reais) e RORIZ INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.979.527/0001-11, com o valor global final de R$ 9.055,54 (nove mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Nova Xavantina – MT, 10 de setembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1041/2019

PORTARIA N.º 1041/2019

*Dispõe sobre a exoneração a pedido de **Jane da Silva** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal ***Jane da Silva***, Matrícula Funcional 4262, que exercia a função de ***Assistente Administrativa***, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 9.365/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de setembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1065/2019

PORTARIA N.º 1065/2019

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 832/2019 que dispõe sobre a nomeação de Comissão para realização de **Processo Seletivo Simplificado** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Município, e dá outras providências* e alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e alterações posteriores, conforme preconizado na Lei Municipal n.º 2.026, de 11 de outubro de 2017 que *Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal,* em consonância com o disposto na Lei Municipal n.º 2.152, de 3 de julho de 2019 que *Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º O inciso III do art. 1º da Portaria n.º 832/2019 que nomeia "*Comissão Interna para realizar **Processo Seletivo Simplificado**, para atendimento às necessidades de excepcional interesse do serviço público municipal da Secretaria Municipal de Saúde*" passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....

III - Petrossian Batista Lessa – Membro – GF-69

Assistente Administrativo – Matrícula Funcional 4356;

.....
.....

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 10 de setembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1060/2019

PORTARIA N.º 1060/2019

*Dispõe sobre a demissão de **Lucinete da Costa** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

- Considerando a análise do conjunto probatório do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 038/2018**, em desfavor da servidora pública municipal Lucinete da Costa – Psicóloga;

- Considerando o disposto no Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, que *in verbis*: "*...conforme provas testemunhais, bem como documentos anexos ao processo administrativo disciplinar, onde demonstram o cometimento de todas as infrações supracitadas,* ***a sanção pelo enquadramento das condutas da mesma deve ser a de DEMISSÃO***..."; **resolve**:

Art. 1º Demitir a bem do serviço público a servidora pública municipal ***Lucinete da Costa***,**que** exercia a função de *Psicóloga*, Matrícula Funcional 525**,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 3.060/2002.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de setembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 010/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 010/2.019

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***ADEMAR DE SOUZA PENA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar,* ***BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 e os Demonstrativos dos Relatórios da Execução Orçamentária e RGF – Relatório da Gestão Fiscal e 2º Quadrimestre,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 10 de Setembro de 2.019.

Ademar de Souza Pena

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **25/09/2019**, às 08H00, para Futura e Eventual Aquisição **de Material de Expediente (Papelaria, Tecidos, Tonners e Cartuchos) para Atendimento as Secretarias Municipais do Município de Novo Mundo - MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 10 de setembro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira** designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **27/09/2019**, às 08H00, para Prestação **de Serviços de Torno, Solda e Prensagem de Mangueira e Aquisição de Mangueiras e Acessórios para Prensagem para Recuperação de Veículos da Frota Municipal**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 10 de setembro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°036/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 10 de setembro de 2019, objetivando o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Recargas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para Uso nas Diversas Secretarias do Município de Novo Mundo/MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte empresa: **CARLOS H DA SILVA** com o valor global de **R$ 34.230,00** (Trinta e Quatro Mil e Duzentos e Trinta Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 10 de setembro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 019/2019

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 019/2019

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO NA CIDADE DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

Termo de Rescisão do contrato cujo objeto é a **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO NA CIDADE DE NOVO SANTO ANTÔNIO** – MT, firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, CNPJ nº 04.199.966/0001-50, com sede na Avenida 29 de Setembro, nº. 244, Centro, Novo Santo Antonio, Mato Grosso neste ato representada

pelo Prefeito Municipal Senhor **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, e a empresa **M.** FERNANDES **DA SILVA & CIA**, CNPJ **21.878.860/0001-00**, estabelecida à Rua dos Igarapés, nº 14, Bairro Jardim das Palmeiras, cidade de Cuiabá-MT CEP: 78.080-220, vencedora do processo licitatório nº **007/2019** e tomada de preços **01/2019**, neste ato representada pelo o proprietário SRº. **DMARCOS FERNANDES DA SILVA, residente e domiciliado na cidade Cuiabá, portador (a) da RG nº. 11142596 SSP/MT e do CPF nº. 488.728.731-34**, conforme a seguir estipulado:

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Adão Soares Nogueira, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a falta de compromisso da empresa com a Contratante, a contratada deixou de cumprir com a CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA no item **10.12** (Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no contrato e no cronograma físico e financeiro).

Considerando que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 80. **Prevê que a rescisão do contrato poderá ser reincidido pela assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar por ato próprio da Administração;**

Considerando por derradeiro que cabe à administração pública tomar as decisões tempestivamente e assim não o fazendo fazê-lo tão logo seja detectada a situação evitando deste modo o surgimento de problemas futuros;

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – fica rescindido, **a partir desta data,** o contrato 019/2019 firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio e a empresa **M. FERNANDES DA SILVA & CIA, CNPJ 21.878.860/0001-00.**

Novo Santo Antônio, 10 de Setembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

CNPJ nº 04.199.966/0001-50

D I S T R A T A N T E

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º _____

RG:_____RG:_____ _____

CPF:_____CPF:_____ _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 45/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 45/2019**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de Painel Divisória e Kit Porta Divisória, com instalação inclusa, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 10 de setembro de 2019.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
VIDRACARIA SAO LUIZ LTDA - ME	07.120.121/0001-16	R$: 2.564,00

LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, apresentou IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE Nº 065/2019:

É o relatório.

Passo a decidir em respostas as argumentações:

III.1 - 4.3 SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

c) Impedidas de licitar e contratar com a Administração e quaisquer de seus órgãos descentralizados;

R: Nos termos da jurisprudência desta Corte, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, suspendendo temporariamente os direitos da empresa em participar de licitações e contratar com a administração é de âmbito nacional.

No mesmo sentido, é o entendimento do e. STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2). 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013). 3. Agravo desprovido. (AgInt no REsp 1382362/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 31/03/2017).

III.2 – DA EXIGÊNCIA DE PREPOSTO

8.3 Durante o período contratual, a partir da implantação do sistema o suporte técnico deverá ser garantido por 01 (um) profissional comprovadamente situado em região que possibilite o atendimento rápido quando solicitado pelo município contratante, atendendo em horário das 07:00 as 11:00 Hrs e das 13:00 as 17:00 Hrs, de segundas as sextas feiras.

R: Referente a essa exigência trata-se conforme o descrito na clausula (**em região** que possibilite o atendimento rápido quando solicitado pelo município contratante) para que possibilite o atendimento rápido quando solicitado. Visto ser necessária a manutenção de profissionais na região tão somente quando da instalação do sistema e não durante a execução do contrato, devendo, portanto, ser inferida tal pretensão.

III.3 – DA FALTA DE LOCALIDADES PARA CREDENCIAMENTO

R: O texto em destaque diz claramente qual é a obrigatoriedade A empresa Contratada deverá obrigatoriamente disponibilizar rede credenciada na cidade de Paranatinga-MT e demais cidades do Estado de Matogrosso.

Ficando claro que as demais localidades não necessitam de definições e sim o estado. E bem sabemos que as empresas do ramo de Gerenciamento via Internet contém uma Gama de Estabelecimentos credenciados em âmbito Nacional.

III.4 – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

11.8.1 Atestado (os) de Capacidade Técnica da licitante, emitido (os) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indiretamente/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória a prestação de serviços (gerenciamento de frota de veículos para **Fornecimento de peças e acessórios**, por meio de um sistema informatizado,

com cartão magnético, por meio de rede postos credenciado) correspondente ao objeto licitado.

R: A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno **conhecimento técnico** para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame. Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a "Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo." Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica. 1 NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233 Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que "em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.

III.5 – DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÕES NEGATIVAS PARA PAGAMENTO

O Tribunal de Contas da União, em recente decisão (Acórdão n°. 1.054/2012), expediu orientação a todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União para que passem a exigir das empresas contratadas, como condição para liberação de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (ou positiva com efeitos de negativa), juntamente com as certidões relativas à regularidade fiscal. Referida exigência parte do pressuposto de que as empresas devem manter, ao longo da execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determinado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n°. 8.666/1993). Todavia, caso seja constatada alguma irregularidade fiscal ou trabalhista da empresa, o órgão contratante **não** poderá reter ou suspender qualquer pagamento à contratada, sob pena de configurar enriquecimento ilícito da Administração Pública, eis que o serviço ou fornecimento foi devidamente realizado (Acórdão n°. 964/2012).

Ante ao exposto julgo improcedente a presente impugnação ao instrumento convocatório.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 09 de Setembro de 2019.

DANIEL SCHILO

Procurador Jurídico

Portaria 447/2017

OAB/MT 9954/MT

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 45/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 45/2019**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de Painel Divisória e Kit Porta Divisória, com instalação inclusa, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 10 de setembro de 2019.

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 061/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Bombas Hidráulicas, Bombas de Direção, Setor de Direção, Pistão e Serviços de Prensagem de Mangueira, ambos com fornecimento de Material, atendendo as solicitações das Secretarias do Município de Paranatinga. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
DOUGLAS DALA VECHIA - ME	32.683.467/0001-70	R$: 423.410,00

Em 10 de setembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 016/2019

O **Prefeito Municipal** de Paranatinga – MT, Senhor **Josimar Marques Barbosa**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93 e justificativas que consta nos autos, torna público para conhecimento dos interessados a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada na Área dePrestação de Serviços de Cobranças Administrativas, Assessoria Tributária e Recuperação dos Créditos Fiscais exigíveis, inscritos ou não em Dívida ativa, inclusive os parcelados, atendendo a Secretaria Municipal de Finanças de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Em 10 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 076/2019

DECRETO Nº 076, DE 02 SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar para reforço de dotação orçamentária, no Orçamento da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso o Senhor **Maurício Ferreira de Souza**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo para o exercício de 2019, em conformidade com a Lei nº 1.060/2019, de 30 de agosto de 2019, em atendimento ao parágrafo 1º, *Inciso III,* do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1.964, no valor de R$ 90.500,00 (noventa mil e quinhentos reais).

Art. 2º - O Crédito Adicional que trata o artigo 1º será suplementado na seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.1001.4.490.51.00 – Obras e Instalações R$ 90.000,00

01.001.01.031.0001.2003.3.390.93.00 – Indenizações e restituições R$ 500,00

SOMA R$ 90.500,00

Art. 3º - Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º do disposto neste Decreto, **ser**ão anuladas parcialmente das seguinte dotações:

01.001.01.031.0001.1001.4.490.52.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 3.500,00

01.001.01.031.0001.2003.3.390.11.00 – Vencimentos e Vantagens fixas R$ 70.000,00

01.001.01.031.0001.2003.3.390.13.00 – Obrigações Patronais INSS R$ 5.000,00

01.001.01.031.0001.2003.3.391.13.00 – Obrigações Patronais PREVIPAZ R$ 5.000,00

01.001.01.031.0001.2003.3.390.30.00 – Material de Consumo R$ 7.000,00

SOMA R$ 90.500,00

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, MT em 02/09/2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL Nº 007/2019

EDITAL DOS INSCRITOS DEFERIDOS E DESISTENTE – PARA ELEIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DE POCONÉ MT QUADRIÊNIO 2020/ 2023.

A Comissão de Eleição juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Poconé, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 904, de 01 de Junho de 1993, **PUBLICA** a relação dos Deferidos e Indeferidos:

Ana Paula Marcia da Silva – Deferida

Anne Steele da Silva Martins- Deferida

Esmael Alves Duarte – Deferida

Márcia Eliza de Arruda - Deferida

Marileuza Maciel dos Santos - Deferida

Regina Lucia de Arruda e Silva - Deferida

Rosilene do Prado Neves- Deferida

Rosinei Cássia dos Santos – Deferida

Selma Mendes da Silva Oliveira – Deferida

Welliton Gonçalves Santana- Desistente

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 11 setembro de 2019.

Angélica Rodrigues de Souza

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO

Pregao Presencial 20/2019

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 020/2019**, tendo como objeto**Registro de Preços, para aquisição futura de óleos lubrificantes, filtros e materiais para Manutenção, visando atender as Secretarias da Prefeitura de Pontal do Araguaia/MT,** cuja a abertura ocorreu as nove horas, do dia 09 de setembro de 2019.

1 – **RODOCAR PNEUS EIRELLI**, inscrita no CNPJ n° 20.170.314/0001-40, situada à Av. Avenida Ministro João Alberto, nº 732, sala 03 – Centro, cidade de Barra do Garças-MT, para os itens:

1	38054	ADITIVO RADIADOR CONCENTR	UNIDADE	9,000	60,000	540,000
2	31182	FILTRO AP 7998 F14000	UNIDADE	67,000	25,000	1.675,000
3	37962	FILTRO AR CONDICIONADO ACP 10B	UNIDADE	13,000	2,000	26,000
4	37964	FILTRO AR CONDICIONADO ACP 483	UNIDADE	37,000	8,000	296,000
5	37958	FILTRO AR CONDICIONADO ACP/03	UNIDADE	11,000	2,000	22,000
6	25673	FILTRO COMBUST. PSC 410	UNIDADE	30,000	20,000	600,000
7	38067	FILTRO COMBUSTIVEL FCI 1274	UNIDADE	85,000	20,000	1.700,000
8	38068	FILTRO COMBUSTIVEL FCI 1275	UNIDADE	135,000	20,000	2.700,000
9	37956	FILTRO COMBUSTIVEL GI 04/7	UNIDADE	14,000	20,000	280,000
10	38063	FILTRO COMBUSTIVEL GI 4017	UNIDADE	14,000	20,000	280,000
11	37967	FILTRO COMBUSTIVEL PC 949	UNIDADE	30,000	24,000	720,000
12	38025	FILTRO COMBUSTIVEL PC2/255	UNIDADE	16,000	20,000	320,000
13	38057	FILTRO COMBUSTIVEL R12030	UNIDADE	100,000	20,000	2.000,000
14	38036	FILTRO DE AR C25710/3	UNIDADE	225,000	25,000	5.625,000
15	38031	FILTRO DE COMBUSTIVEL PC255	UNIDADE	15,000	20,000	300,000
16	38030	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD 900/1=72/2	UNIDADE	13,000	20,000	260,000
17	38046	FILTRO DE AE TR710	UNIDADE	40,000	25,000	1.000,000
18	38049	FILTRO DE AR ARL 8839	UNIDADE	20,000	25,000	500,000
19	38044	FILTRO DE AR ASR 839	UNIDADE	43,000	25,000	1.075,000
20	38039	FILTRO DE AR ASR 889	UNIDADE	64,000	25,000	1.600,000
21	38048	FILTRO DE AR 1575 P82	UNIDADE	64,000	25,000	1.600,000
22	38065	FILTRO DE AR ACP 307	UNIDADE	22,000	20,000	440,000
23	37965	FILTRO DE AR ANL 4139	UNIDADE	48,000	24,000	1.152,000
24	37959	FILTRO DE AR ANL 4150	UNIDADE	14,000	10,000	140,000
25	38066	FILTRO DE AR ARL 6070	UNIDADE	85,000	20,000	1.700,000
26	38043	FILTRO DE AR ARS 7109	UNIDADE	38,000	25,000	950,000

27	38040	FILTRO DE AR AS820L152151	UNIDADE	44,000	25,000	1.100,000
28	38035	FILTRO DE AR ASR547	UNIDADE	85,000	25,000	2.125,000
29	38042	FILTRO DE AR C21493	UNIDADE	110,000	25,000	2.750,000
30	38045	FILTRO DE AR CA9032	UNIDADE	110,000	25,000	2.750,000
31	37954	FILTRO DE AR CONDICIONADO ACP 131	UNIDADE	20,000	5,000	100,000
32	38062	FILTRO DE AR FAP 4033	UNIDADE	14,000	10,000	140,000
33	38061	FILTRO DE AR FAP 9054	UNIDADE	23,000	10,000	230,000
34	38041	FILTRO DE AR HS2226	UNIDADE	65,000	25,000	1.625,000
35	38047	FILTRO DE AR P822858	UNIDADE	105,000	25,000	2.625,000
36	38034	FILTRO DE COMBUSTIVEL BF7753	UNIDADE	130,000	20,000	2.600,000
37	38033	FILTRO DE COMBUSTIVEL P551010	UNIDADE	320,000	20,000	6.400,000
38	38028	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 72/2	UNIDADE	13,000	20,000	260,000
39	38029	FILTRO DE COMBUSTIVEL PU1046IWK1060/4	UNIDADE	45,000	20,000	900,000
40	38026	FILTRO DE COMBUSTIVEL WK1060/4	UNIDADE	45,000	20,000	900,000
41	37955	FILTRO DE MOTOR ANS 1029	UNIDADE	34,000	10,000	340,000
42	36261	FILTRO FC161	UNIDADE	9,000	60,000	540,000
43	38018	FILTRO HIDRAULICO 1R0774	UNIDADE	140,000	15,000	2.100,000
44	38019	FILTRO HIDRAULICO P569206	UNIDADE	230,000	15,000	3.450,000
45	31191	FILTRO HIDRAULICO RG 140 PH 64	UNIDADE	63,000	15,000	945,000
46	38056	FILTRO LUBRIFICANTE LF 3506	UNIDADE	169,000	40,000	6.760,000
47	37953	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 676	UNIDADE	19,000	20,000	380,000
48	38069	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 677	UNIDADE	34,000	40,000	1.360,000
49	38055	FILTRO LUBRIFICANTE PL364	UNIDADE	17,000	40,000	680,000
50	38058	FILTRO LUBRIFICANTE PSD 53011	UNIDADE	32,000	20,000	640,000
51	37963	FILTRO LUBRIFICANTE PSF 55	UNIDADE	14,000	5,000	70,000
52	38021	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283	UNIDADE	60,000	20,000	1.200,000
53	31211	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 339	UNIDADE	35,000	20,000	700,000
54	37960	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55	UNIDADE	13,000	29,000	377,000
55	31219	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619	UNIDADE	13,000	10,000	130,000
56	38022	FILTRO LUBRIFICANTE PSL280	UNIDADE	34,000	20,000	680,000
57	37957	FILTRO LUBRIFICANTE TM3	UNIDADE	13,000	10,000	130,000
58	37961	FILTRO LUBRIFICANTE TM5	UNIDADE	14,000	10,000	140,000
59	38060	FILTRO LUBRIFICANTE WO 120	UNIDADE	14,000	40,000	560,000
60	38023	FILTRO LUBRIFICANTE WO280	UNIDADE	20,000	20,000	400,000
61	36265	FILTRO PEL2002	UNIDADE	29,500	60,000	1.770,000
62	36252	FILTRO PSD960	UNIDADE	43,000	20,000	860,000
63	36256	FILTRO PSL282	UNIDADE	21,000	20,000	420,000
64	36260	FILTRO PSL327	UNIDADE	41,000	20,000	820,000
65	2177	FLUIDO DE FREIO	UNIDADE	12,500	350,000	4.375,000
66	37948	GRAXA GRAFITADA	UNIDADE	260,000	20,000	5.200,000
67	37947	GRAXA PARA ROLAMENTO	UNIDADE	320,000	40,000	12.800,000
68	37481	OLEO 10W	UNIDADE	188,000	90,000	16.920,000
69	37482	OLEO 10W30	UNIDADE	305,000	90,000	27.450,000
70	2961	OLEO 140	UNIDADE	335,000	60,000	20.100,000
71	26556	OLEO 15W40	UNIDADE	24,000	200,000	4.800,000
72	27103	OLEO 15W40 - BALDE	UNIDADE	337,000	150,000	50.550,000
73	24044	OLEO 2 TEMPO	LITRO	9,500	200,000	1.900,000
74	27345	OLEO 20W50	UNIDADE	15,000	10,000	150,000
75	37480	OLEO 5W30	UNIDADE	24,000	300,000	7.200,000
76	2964	OLEO 68	UNIDADE	174,000	150,000	26.100,000
77	34812	OLEO 85W90	UNIDADE	64,000	40,000	2.560,000
78	25078	OLEO 90	UNIDADE	290,000	60,000	17.400,000
79	38091	OLEO LUBRIFICANTE 5W40	UNIDADE	38,000	50,000	1.900,000
80	26580	OLEO TDH	UNIDADE	310,000	60,000	18.600,000
81	27104	OLEO TEXAMATIC BALDE	UNIDADE	450,000	40,000	18.000,000
82	21671	SELANTE	UNIDADE	12,500	60,000	750,000

TOTAL DO VENCEDOR 314.213,000

PONTAL DO ARAGUAIA - MT, segunda-feira, 09 de setembro de 2019

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 21/2019 - Processo Administrativo nº 75/2019

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Favorecido: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ: 26.457.348/0001-04. Valor R$ 6.121,08 (Seis Mil Cento e Vinte Um Reais e Oito Centavos)** Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Setembro de 2019.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº20/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº73/2019

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DO GÁS NA CRECHE MARIA NILZA MONTEIRO SALES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA** DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. **Favorecido: AUGUSTO E FREIRE LTDA CNPJ: 07.338.257/0001-05 Valor R$ 2.036,00 (Dois Mil e Trinta e Seis Reais).**Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais. **Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Setembro de 2019.**

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº23/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2019

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA 2º FESTIVAL SOCIAL ABADÁ-CAPOEIRA DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Favorecido: ANDRESSA SANTANA GABRIEL, CNPJ: 31.877.352/0001-53 Valor: R$ 3. 000,00 (Três Mil Reais) .**Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Setembro de 2019.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 99/2019

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CONTRATO 9**9/2019**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA ESCOLA MUNICIPAL Dª. LILA HILL DE SOUZA.**

VIGENCIA: 16 DE AGOSTO DE 2019

VALIDADE: 16 DE DEZEMBRO 2019.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

CONTRATADA**: O. L. CESCON - ME. CNPJ 04.746.377/0001-45**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: R$$ **285.546,88 (duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

PORTO ESPERIDIAO - MT, 16 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 100/2019

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CONTRATO 100/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACABAMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA "CRECHE PRO-INFÂNCIA TIPO B".**

VIGENCIA: 19 DE AGOSTO DE 2019

VALIDADE: 16 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

CONTRATADA**: O. L. CESCON - ME. CNPJ 04.746.377/0001-45**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: R$**: 80.218,16 (oitenta mil e duzentos e dezoito reais e dezesseis centavos)**

PORTO ESPERIDIAO - MT, 16 DE AGOSTO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO Nº 108 - "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 621/2018, de 06 de novembro de 2018;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0007 – PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 – PREV - PORTO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0150 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2064 – ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 50.000,00

TOTAL ..... R$ 50.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0007 – PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0002 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2066 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 50.000,00

TOTAL.....R$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, em 27 de Agosto de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
RESOLUÇÃO Nº 006/CMAS/2019 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ESTRELA.

Dispõe sobre a aprovação da data de realização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Estrela.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião ocorrida em 03 de setembro de 2019, na sala de reunião do CRAS, Sito à Av. Hitler Sansão, s/n, Bairro Centro – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a data de **27 de setembro de 2019**, para a realização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Estrela, cujo tema é:**"Em defesa da Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado"**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 03 de setembro de 2019.

ANDRÉIA FARIAS LOPES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
RESOLUÇÃO Nº 005/CMAS/2019 -DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social - ano 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que foi deliberado na reunião ocorrida no dia 03 de setembro de 2019, com base na Lei Municipal n. °058/96 de 23 de outubro de 1996, na sala de reunião do CRAS, sito à Rua Hitler Sansão, s/n, Bairro Centro – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação *para o Co-Financiamento do Governo Federal* - Sistema Único da Assistência Social do ano de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 03 de setembro de 2019.

ANDRÉIA FARIAS LOPES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2019 - METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2019

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do Prefeito municipal Sr. **EUGENIO PELACHIM**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, Lei Complementar nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, torna-se público a realização de Audiência Pública, no dia **27 de Setembro (Sexta-feira) de 2019,** com início as **09:00 horas no plenário da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT**, com o objetivo de demonstrar e avaliar as metas fiscais, referente ao **2º Quadrimestre do Exercício 2019.**

O presente edital será disponibilizado no www.portoestrela.mt.gov.br e publicado no jornal oficial dos municípios.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela – MT, 10 de Setembro de 2019.

Atenciosamente,

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2019

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do Prefeito Municipal Sr. **EUGENIO PELACHIM**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no Art. 9º,§ 4º- Lei Complementar n º 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal , torna-se público a realização de **Audiência Pública**, no dia ***19 de Setembro de 2019, a partir das 09h00***na Câmara Municipal, situada na Av. José Antonio de Faria, nesta cidade de Porto Estrela-MT, nesta audiência serão debatidos assuntos relativos a elaboração do projeto de Lei da **LOA** - **Lei Orçamentaria Anual para o Exercicio de 2020,** a fim de que haja maior participação de toda comunidade, ficando assim convocados para debater as matérias todos os interessados e população em geral.

O presente edital será disponibilizado no www.portoestrela.mt.gov.br e publicado no jornal oficial dos municípios.

Porto Estrela – MT, 10 de Setembro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.997, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N.º 1.997/2019 Poxoréu/MT, 10 de setembro de 2019.

Insere PX no Sistema Viário Municipal, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Insere no Sistema Viário Municipal a Via Local Não-Pavimentada denominada PX-59, com as seguintes coordenadas geográficas: **Ponto Inicial =** Rua 13 de Maio**LATIDUD**E -15,731841° e LONGITUDE -54,336265°, seguindo-se por um trecho de estrada, continuando até o **Ponto Final =** Margens do Rio Alto Coité LATIDUDE -15,725757º e LONGITUDE -54,331729º, com uma distância total de 1,07 Km, consoante mapa e croqui anexos a esta lei.

Parágrafo único. A finalização da via local às margens do rio Alto Coité não autoriza a exploração do leito, margem ou mata ciliar do mesmo fora

das definições e padrões impostos pela legislação ambiental vigente, sendo responsabilidade dos usuários infratores quaisquer atos que causem dano ao meio ambiente local.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 10/09/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 033/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: CENTRO SOCIAL CLÁUDIO ZEBELLONI

OBJETO: LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DO CENTRO SOCIAL CLÁUDIO ZEBELLONI, PARA ATENDER EQUIPE DO PSF 05 RURAL.

VALOR: R$ 11.976,00 (Onze mil e novecentos e setenta e seis reais);

VIGENCIA: 12 (DOZE) meses

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2019

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 104/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 037/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 113.468,00 (cento e treze mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 037/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 70.109,40 (setenta mil, cento e nove reais e quarenta centavos).

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 102/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 040/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: IDVAN RIBEIRO DA SILVA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE CARNES BOVINA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E MEI

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 103/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 040/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ADEILTON JOSE DA SILVA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE CARNES BOVINA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E MEI

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais);

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 098/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2019

REGISTRO DE PREÇO Nº. 030/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: EDMILSON FERREIRA DE LISBOA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, REATORES E OUTROS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIOM E DISTRITOS, COM USO DE CAMINHÃO GUINCHO COM CESTA DE INSPEÇÃO E ALCANCE ATÉ 18M DE ALTURA.

DATA DA ASSINATURA: 08 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL:**R$ 534.000,00** (QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO MIL REAIS);

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 698/2019 Poxoréu/MT, 10 de Setembro de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **JOSIRENE CEZAR XAVIER MARTINS**, efetiva no cargo de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria de Finanças, pelo período de 45 dias, com vencimentos referente ao período de 07/09/2019 à 21/10/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.09.041.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 10 de Setembro de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2019

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2019, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 05/09/2019, homologado em 09/09/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A: Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2019, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

06. Cartão de vacinação atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B (Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos).

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

10. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

11. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

12. Comprovante de residência

13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15. Declaração de bens;

16. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

17. Número de RG e CPF dos pais;

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. Declaração para IRPF e salário família;

22. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

b**) Apresentação de atestado médico**, firmado por profissional da área de medicina do trabalho com a Empresa Primmed – saúde ocupacional, localizado à Rua Poxoréu, 486 – Centro _ Primavera do Leste-MT, CEP 78800000. Laudo de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

Exames a serem apresentados para avaliação de saúde ocupacional

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (com laudo de sanidade mental);

n) PSA Prostático (para homens acima de 40 anos de idade).

O não comparecimento do (a) convocado (a),no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

Classificação	Nome	CPF	Pontuação	Cargo
1º	**Madcléia Lopes Pereira**	**867.811.701-04**	**88**	**Cozinheira**

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 10 de setembro de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 699/2019 Poxoréu/MT, 10 de Setembro de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** à servidora Sra. **LUCIENE ALVES REGO**, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 45 dias, com vencimentos referente ao período de 21/09/2019 à 05/11/2019, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.09.042.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 10 de Setembro de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 099/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JOSÉ MORAES BARBOSA FILHO- ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NÃO REALIZADOS PELO LABORATORIO CENTRAL E AGENCIAMENTO DE EXAMES DE LABORATÓRIO PARA ATENDER O PRONTO ATENDIMENTO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICIPIO.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: **R$ 1.354.795,00** (um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil esetecentos e noventa e cinco reais).

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 030, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO N.º 030/2019 Poxoréu/MT, 10 de setembro de 2019.

Altera o Decreto Municipal n.º 007/2019, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*, edita o seguinte:

CONSIDERANDO a nova disposição expressa do inciso XV[1], do artigo 105, da Lei Orgânica Municipal, com redação dada pela Emenda Legislativa n.º 002/2019, publicada em 10/09/2019, no Jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT – AMM, ANO XIV, N.º 3.310;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal/1988, no *caput**[2]*** de seu artigo 29 de expressa que os Municípios reger-se-ão por leis orgânicas;

CONSIDERANDO, ainda, que a Constituição Federal/1988, no *caput**[3]*** de seu artigo 37 determina que a Administração Pública se pautará por princípios, dentre eles o da legalidade;

CONSIDERANDO que as Lei Municipais n.º 1.500/2012, 1.512/2012 e 1. 814/2016, ao implementarem anuênio e triênio em patamares superiores ao teto de 60% (sessenta por cento) fixados na L.O.M. feriram expressamente o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO, também, a possibilidade de revisão, pela Administração Pública, de seus atos, com base nas Súmulas 346[4] e 473[5] do STF;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a Tese de Repercussão Geral definida no **RE 594.296**, rel. min. Dias Toffoli, P, j. 21-9-2011, DJE 146 de 13-2-2012, Tema 138, que determina que ***"...ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo"***.

DECRETA:

Art. 1.º As alíneas *b*, dos incisos I e II, do artigo 1.º, do Decreto Municipal n.º 007/2019, passam a viger com as seguintes redações:

Art. 1.º [...]

I – [...]

a) [...]

b) *ANEXO IV – TABELAS DE SUBSÍDIOS, parte ilegal:* ***todos os Níveis acima do 30 de cada Tabela Remuneratória.***

II – *[...]*

a) *[...]*

b) *§§ 4.º e 5.º, do artigo 47, partes ilegais:* ***todos os Níveis acima do 30 de cada Tabela Remuneratória;***

Art. 2.º As alíneas *a* e *b*, do inciso III, do artigo 1.º, do Decreto Municipal n.º 007/2019, passam a viger com as seguintes redações:

III – *[...]*

a) *alínea I, do inciso I, do artigo 9.º, parte ilegal:* ***quando ao conferir 6% de incremento salarial a cada três anos, a redação supre as exigências da L.O.M., no entanto, a partir da referência 11, os ganhos remontam a 60%, ou seja, no limite do teto estipulado na L.O.M.;***

b) *ANEXO I – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, parte ilegal:* ***referências 12 e 13, por superarem o teto.***

Art. 3.º O artigo 2.º, do Decreto Municipal n.º 007/2019, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 2.º *Em atenção ao disposto no artigo 1.º deste Decreto, a partir de sua publicação, fica absolutamente vedada a elevação de Nível, para servidores vinculados à Lei Municipal n.º 1.500/2012 e 1.512/2012, ao 31 e seguintes.*

Parágrafo único. *Fica reconhecida e declarada, para fins deste artigo, a legalidade dos Níveis das Tabelas Remuneratórias até o 30, reconhecendo-se e declarando-se, por consequência, a ilegalidade dos Níveis 31 e seguintes das Tabelas Remuneratórias das Leis n.º 1.500 e 1. 512, ambas de 2012.*

Art. 4.º O artigo 3.º, do Decreto Municipal n.º 007/2019, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 3.º *Em atenção ao disposto no artigo 1.º deste Decreto, a partir de sua publicação, fica absolutamente vedada a elevação de Referência, para servidores vinculados à Lei Municipal n.º 1.814/2016, à 12 e 13.*

Parágrafo único. *Fica reconhecida e declarada, para fins deste artigo, a legalidade das Referências da Tabela Remuneratória até a 11, reconhecendo-se e declarando-se, por consequência, a ilegalidade das Referências 12 e 13 da Tabela Remuneratória da Lei n.º 1.814, de 2016.*

Art. 5.º O *caput* do artigo 4.º, do Decreto Municipal n.º 007/2019, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 4.º *Em relação aos servidores que, eventualmente, já estejam gozando dos benefícios dos Níveis 31 e seguintes, nas Tabelas Remuneratórias das Leis Municipais n.º 1.500/2012 e 1.512/2012 e das Referências 12 e 13, na Tabela Remuneratória da Lei Municipal n.º 1.814/2016, instaurar-se-á o contraditório e a ampla defesa em benefício dos mesmos, notificando-os para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca da retrocessão salarial para o último Nível ou Referência reconhecido e declarado neste Decreto como legal.*

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu/MT

Este Decreto foi devidamente publicado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu na data de 10 de setembro de 2019, em conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu.

[1] **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.** ***Art. 105. São direitos dos servidores municipais: [...] XV – Adicional por tempo de serviço, na base de dois por cento do vencimento base, por ano de efetivo exercício, até o máximo de sessenta por cento, que não ultrapasse os limites fixados na Constituição, para os servidores que tomaram posse em cargo efetivo no Município de Poxoréu até o ano de 2018.***

[2] **CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988.** ***Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: [...]***

[3] **CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988.** ***Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios OBEDECERÁ aos princípios de LEGALIDADE, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]***

[4] **Súmula n.º 346-STF: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**

[5] **Súmula n.º 473-STF: A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos;** ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DROGARIA DROGAMÔNICA LTDA-ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NÃO REALIZADOS PELO LABORATORIO CENTRAL E AGENCIAMENTO DE EXAMES DE LABORATÓRIO PARA ATENDER O PRONTO ATENDIMENTO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICIPIO.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 121.545,00 (Cento e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: LEITE E RIBEIRO LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NÃO REALIZADOS PELO LABORATORIO CENTRAL E AGENCIAMENTO DE EXAMES DE LABORATÓRIO PARA ATENDER O PRONTO ATENDIMENTO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICIPIO.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 236.360,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N°26/2019

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 05 de Setembro de 2019, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, através da Comissão Permanente de Lici-

tação, nomeada pela portaria nº 75/2019, procedimento licitatório na modalidade pregão presencial com registro de preços, tornando público para os interessados o **Resultado** da licitação cujo objeto é Registro de Preço paraServiços médicos hospitalares para os Plantões médicos presenciais de segunda as sextas feiras das 07h30min à 11h00minh com intervalo de 02h00min horas para almoço, retorno das 13h00minh as 17h00minh, sendo que após esse horário estará de sobre aviso somente em casos de emergência e não para consultas ou renovação de receitas das 17h00minh até as 07h30min do dia seguinte com duas folgas nos finais de semana durante o mês, com saída as 17h00minh da sexta feira e retorna às 07h30minh da segunda feira, para atender a demanda conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde para um melhor atendimento aos munícipes de Reserva do Cabaçal – MT, cujo certame teve como vencedora a empresa **01**- **H.M URZEDO LIMA**, cadastrada no **CNPJ nº 34.049. 158/0001-78.**

Reserva do Cabaçal- MT, 10 de Setembro de 2019.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N°26/2019

Licitação: Pregão Presencial n° 26/2019

Objeto: Registro de Preço paraServiços médicos hospitalares para os Plantões médicos presenciais de segunda as sextas feiras das 07h30min à 11h00minh com intervalo de 02h00min horas para almoço, retorno das 13h00minh as 17h00minh, sendo que após esse horário estará de sobre aviso somente em casos de emergência e não para consultas ou renovação de receitas das 17h00minh até as 07h30min do dia seguinte com duas folgas nos finais de semana durante o mês, com saída as 17h00minh da sexta feira e retorna às 07h30minh da segunda feira, para atender a demanda conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde para um melhor atendimento aos munícipes de Reserva do Cabaçal – MT.

Fica por este instrumento **HOMOLOGADO** o Processo Licitatório Pregão Presencial com Registro de Preço **nº 26/2019**, para aquisição de materiais acima mencionada.

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Setembro de 2019.

Registre-se

Publique-se

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N°26/2019

O Processo Pregão Presencial com Registro de Preço nº 26/2019 objetivou a contratação direta, pelo poder Publico Municipal a empresa H.M URZEDO LIMA, cadastrada no CNPJ nº 34.049.158/0001-78, A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço paraServiços médicos hospitalares para os Plantões médicos presenciais de segunda as sextas feiras das 07h30min à 11h00minh com intervalo de 02h00min horas para almoço, retorno das 13h00minh as 17h00minh, sendo que após esse horário estará de sobre aviso somente em casos de emergência e não para consultas ou renovação de receitas das 17h00minh até as 07h30min do dia seguinte com duas folgas nos finais de semana durante o mês, com saída as 17h00minh da sexta feira e retorna às 07h30minh da segunda feira, para atender a demanda conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde para um melhor atendimento aos munícipes de Reserva do Cabaçal – MT. Deste modo satisfazemos á lei e ao mérito, **ADJUDICO** a empresas **01**- H.M URZEDO LIMA, cadastrada no CNPJ nº 34.049.158/0001-78, nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico.

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Setembro de 2019.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 069 2019

EXTRATO CO CONTRATO 069/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RADIO TERRA FM DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, CNPJ nº 03.266. 387/0001-10

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de publicidades transmissão e divulgação de campanhas entre outros serviços para atender as secretarias de saúde, assistência social, infraestrutura, administração e educação. DATA DA ASSINATURA: 28/08/2019

DO VALOR: R$ **7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 04 (quatro) meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RADIO TERRA FM DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 067 2019

EXTRATO DO CONTRATO 067/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica, ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME, CNPJ nº 00.226.324/0001-42

OBJETO: Aquisição de material de construção e hidráulicos em geral DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019

DO VALOR: R$ **254.334,49 (duzentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 063 2019

EXTRATO DO CONTRATO N.º 63/2019

PARTES: O Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídico **E. F. VIEIRA EIRELI**, CNPJ: n.º 05.868.136/0001-31

OBJETO: Prestação de Serviços Especializados de Escritório de Apoio e Consultoria Administrativa a serem prestados à Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT, junto aos órgãos públicos localizados em Brasília-DF. DATA DA ASSINATURA: 01/08/2019

DO VALOR: R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica **E. F. VIEIRA EIRELI**

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 064 2019

EXTRATO DO CONTRATO 064/2019

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica **STRADIOTRI AGRI LTDA**, CNPJ nº 26.954.121/0001-66

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola Referente ao convênio nº 842856/2017, patrulha agrícola mecanizada DATA DA ASSINATURA:12/08/2019

DO VALOR: R$ **139.700,00 (cento e trinta e nove mil e setecentos reais)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até o dia 31/12/2019.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica **STRADIOTRI AGRI LTDA**

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 019 2019

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 19/2019 PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica QUEIROZ PARREIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 01.304.252/0002-58 CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO- Em consequência do presente Termo Aditivo o presente contrato terá um decréscimo de R$ 20.950,43 (vinte mil e novecentos e cinquenta reais e quarenta e três), passando ao valor global de R$ 2.105.701,74 (dois milhões cento e cinco mil e setecentos e um reais e setenta e quatro centavos). ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica QUEIROZ PARREIRA & CIA LTDA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 065 2019

EXTRATO DO CONTRATO 65/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica M. AGUIAR SOARES-EPP, CNPJ nº 29.597.399/0001-11

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços junto ao estado com protocolos, coleta e envio de encomendas junto aos órgãos estaduais e federais e empresas que prestam serviços ao munícipio de Ribeirão Cascalheira-MT e prestação de serviços com assessoria e protocolo de documentos junto aos órgãos federais com escritório em Cuiabá/MT, para encaminhamento para Brasília-DF, atendendo a demanda de todas as secretarias. DATA DA ASSINATURA: 12/08/2019

DO VALOR: R$ **45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica M. AGUIAR SOARES

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 037 2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 037/2019 PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, CNPJ nº 28.166.871/0001-07 CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA- Em decorrência deste termo aditivo, o prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais de 02 (dois) meses, passando a expirar em 30 de outubro de 2019. DA ASSINATURA:30/08/2019 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 066 2019

EXTRATO DO CONTRATO 066/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica D M DA HORA-ME, CNPJ nº 08.233.432/0001-54

OBJETO: Aquisição de material de construção e hidráulicos em geral DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019

DO VALOR: R$ **1.250,081,68 (um milhão e duzentos e cinquenta mil e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica D M DA HORA-ME

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 068 2019

EXTRATO CO CONTRATO 068/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-EPP, CNPJ nº 14.888.303/0001-05

OBJETO: Aquisição de material de construção e hidráulicos em geral DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019

DO VALOR: R$ **163.404,62 (cento e sessenta e três mil e quatrocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-EPP

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 07 2019

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 07/2019 PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa JOSIANO SOARES DE SOUSA-MEI, CNPJ nº 21.942.549/0001-75 CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO DO CONTRATO- Pélo presente Termo Aditivo este contrato sofre um acréscimo de 768 (setecentos e sessenta e oito) km rodados; CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DA CLÁSULA SEGUNDA- DO PREÇO: Em consequência do presente Termo Aditivo, o valor sofre um acréscimo de R$ 2.688,00 (dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais), passando ao valor global de R$ 79.654,96 (setenta e nove mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos). DA ASSINATURA:01/08/2019 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa JOSIANO SOARES DE SOUSA-MEI -MEI

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 08 2019

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 08/2019 PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa CARLITO GONÇALVES FERREIRA-MEI, CNPJ nº 28.559.778/0001-54 CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁU-

SULA PRIMEIRA- OBJETO DO CONTRATO- Pélo presente Termo Aditivo este contrato sofre um decréscimo de 1.302,4 (mil trezentos e dois e quatro) km rodados; CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DA CLÁSULA SEGUNDA- DO PREÇO: Em consequência do presente Termo Aditivo, o valor sofre um decréscimo de R$ 4.558,04 (quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), passando ao valor global de R$ 74.351,20 (setenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e um reais e vinte centavos). DA ASSINATURA:14/08/2019 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa CARLITO GONÇALVES FERREIRA-MEI

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010 2019

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10/2019 PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa JAIRO MACHADO DOS SANTOS-MEI, CNPJ nº 25.055.400/0001-25 CLÁUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO DO CONTRATO- Pélo presente Termo Aditivo este contrato sofre um acréscimo de 1.248 (mil duzentos e quarenta e oito) km rodados; CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DA CLÁSULA SEGUNDA- DO PREÇO: Em consequência do presente Termo Aditivo, o valor sofre um acréscimo de R$ 4.118,40 (quatro mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), passando ao valor global de R$ 73.017,12 (setenta e três mil e dezessete reais e doze centavos). DA ASSINATURA:01/08/2019 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa JAIRO MACHADO DOS SANTOS-MEI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 014/2019

O Município de Ribeirãozinho – MT, torna público aos interessados o RESULTADO da licitação em epígrafe realizada no dia 02/09/2019, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 014/2019, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para recargas de toner, troca de cilindros de impressoras, para atender as Secretarias Municipais, conforme especificado no Edital e seus anexos.** Tendo como vencedores do certame as Empresas: PAPELARIA E LIVRARIA AMÉRICA EIRELI – EPP CNPJ: 02.962.408/0001-70**;** SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO ME, CNPJ: 14.010.264/0001-30.

Ribeirãozinho - MT, 05 de setembro de 2019.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

OBJETO: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS VEÍCULOS QUE INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT"**.

O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso torna público a todos os interessados que a abertura do processo citado acima, marcado para o dia 12/09/2019 às 08h00min, fica PRORROGADA a data de abertura do Processo Licitatório para o dia 18/09/2019 as 08h00min. O recebimento dos envelopes e abertura da sessão de habilitação será na sala de Licitações da Prefeitura, na Avenida Cerejeiras, nº 90, Fidelândia, Rio Branco – MT. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone (65) 3257-1146 e e-mail licitacao@riobranco.mt.gov.br, e site www.riobranco.mt.gov.br.

MOTIVO: Para adequações necessárias no edital.

Rio Branco – MT, 10 de setembro de 2019.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO (2º) TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 011/2018-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E COLADINI & COLADINI LTDA, CNPJ nº 09.050.368/0001-39

proc. adm. nº: 055/2018/SEMAD, DE 24/04/2018

Objeto: prorrogação do prazo e do valor do contrato firmado entre as partes em 20/08/2018 cuja vigência expirou em 20/08/2019.

Fundamentação: decisão Administrativa nº 034/GAB/PMR/2019 publicado no JOE-AMM, Ed. 3.287, de 8/05/2019, e encontra amparo legal na Cláusula Terceira do Contrato nº 011/2018-PMR c/c artigo 57, inciso IV da Lei n.º 8.666/93

valor total global estimado da prorrogação será de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Dotação/despesa:

1493/2019 – R$ 17.610,00: 08.08.01.04.122.016.2.112.3.3.90.39.57.00.00.00.0000302.

1491/2019 - R$ 3.540,00: 04.04.01.12.361.0110.2.129.3.3.90.39.57.00.00.00.1000-000063.

31492/2019 – R$ 2.850,00: 05.05.01.10.122.0116.2.141.3.3.90.39.57.00.00.00.0002-000135.

prazo: seis (06) meses - entre 21/08/2019 até 20/02/2020.

20/08/2019

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 030/2019-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **FAZ CONCRETO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ N. 27.262.269/0001-00

Objeto: prestação de serviços de engenharia com fornecimento de mão de obra e fornecimento de materiais para Construção do muro de entorno e reparos nas dependências da Unidade Básica de Saúde,

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 051/2019-SEMUSA

Tomada de Preços n. 002/2019

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Saúde

05.01.10.301.0116.1.122.4.4.90.51.91.00.00.00.0002 –empenho n. 1677/2019 – R$ 73.211,52.

05.01.10.301.0116.1.122.4.4.90.51.91.00.00.00.0046 –empenho n. 1678/2019 – R$ 80.506,19.

Valor global do contrato: **R$ 153.717,71.**

Prazo: 90 (noventa) dias.

04/09/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 064/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.595/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 064/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 115/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a**Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Locação de Tenda, Banheiros Químicose Cadeiras Plásticas para atender as necessidades da Campanha da Carreta do Hospital do Amor que estará no Município nos dias 16/09/2019 a 20/09/2019, oferecendo o exame de mamografias gratuitas.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cplrondolandia1720@hotmail.com* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 10 de Setembro de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 028/2019-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **BH DENTAL COMÉRCIAL EIRELLI**, CNPJ nº 29.312.896/0001-26

Objeto: aquisição de *equipamentos odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde* com o programa da Saúde Bucal.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 084/2019-SEMUSA

Pregão Presencial n. 029/2019

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 Gestão em Saúde

Proj/ativ.:2.179 Manutenção e encargos – programa saúde bucal

Elem. Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00.0046 (148) Equipamentos e material permanente

Valor global do contrato: R$ 31.091,58

Prazo: 12 (doze) meses.

04/09/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4030-2019- - DESIGNA– SANDRA DE OLIVEIRA LEONELOC

PORTARIA Nº.4030/GP/PMR/19

DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

*DESIGNA– **Sandra de Oliveira Leonel** para responder como Chefe De Seção De Desenvolvimento Empreendedor, sem ônus.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNA– **SANDRA DE OLIVEIRA LEONEL, para responder como CHEFE DE SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR ,SEM ÔNUS .**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/09/2019.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/09/2019.*

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 029/2019-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **LABORATÓRIO RONDON LTDA,** CNPJ nº 15.556.625/0001-01

Objeto: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS NO ATENDIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 081/2019-SEMUSA

Pregão Presencial n. 028/2019

Órgão : 05 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade : 02 Fundo Municipal de Saúde

Proj/ativ. :2.143 Manutenção e encargos Programa Atenção Básica – (PAB fixo e PAB variável)

Elem. Despesa : 3.3.90.39.00.00.00.00.0002 (157) outros serv. Terc. Pessoa jurídica

Valor global do contrato: R$ 30.350,00

Prazo: 12 (doze) meses.

04/09/2019

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO (5º) TERMO ADITIVO PRAZO CONTRATO N.º 010/2016-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E EMPRESA RONDOMAQ MOTTERLLE EIRELLI, CNPJ nº 08.983.460-0001-99

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DE (08) OITO PONTES DE CONCRETO ARMADO.

proc. adm. nº: 143/2015/SEMOSP, DE 31/10/2015

Licitação: Concorrência n. 002/2015.

Fundamentação: Cláusula Quatorze do Contrato nº 10/2016 c/c artigo 57 seguintes da Lei n.º 8.666/93.

Prazo: 03 (três) meses - início: 28/08/2019 - Término: 27/11/2019.

20/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM

REGISTRO DE PREÇO N. 039/2019, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, no dia 25 de setembro de 2019, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade do REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT EM REDE DE ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS E CREDENCIADOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, E ACESSÓRIOS E PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA MECÂNICA EM GERAL. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 10 de setembro de 2019.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA- 001/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) INSTITUTO TUPÃ.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO**, Pessoa Jurídica de Direito Interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, inscrito no CNPJ/MF 04.205.596.00017-17, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICPAL**, Sr. **EGON HOEPERS**, agente político, brasileiro, casado, RG nº 501603 SSP/MT e inscrito no CPF nº 100.605.709-97, residente e domiciliado a Rodovia MT 240, s/nº, Km 595 – Distrito de Pacoval – Fazenda Rancho Alegre, no Município de Santa Rita do Trivelato – MT, doravante denominado de Parceiro Público, e, de outro lado, o **INSTITUTO TUPÃ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO),** doravante denominado **OSCIP,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 21.103.364/0001-77, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme consta do processo MJ nº 08071.024424/2009-84 e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 16/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2009, neste ato representada na forma de seu estatuto pelo Sr. **ZILTON MARIANO DE ALMEIDA**, brasileiro, CI-RG nº 5.844.526-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 250.672.008-12, tendo em vista o contido no Termo de Parceria ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações superiores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Fica alterada a Cláusula Sétima – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, do Termo de Parceria nº 001/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Parágrafo Primeiro – A **OSCIP** elaborará e apresentará ao **PARCEIRO PÚBLICO** prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este TERMO DE PARCERIA**,** até sessenta dias após o término deste (na hipótese do Termo de Parceria ser inferior ao ano fiscal) **ou** até 28 de fevereiro do exercício subsequente (na hipótese do Termo de Parceria ser maior que um ano fiscal) e a qualquer tempo por solicitação do **PARCEIRO PÚBLICO.**

Parágrafo Segundo – A OSCIP terá as seguintes responsabilidades, referente a prestação a prestação de contas mensais:

1) As faturas com relação a sua execução física nas secretarias onde o serviço é prestado devendo estar de acordo com o plano de trabalho contratado, apresentando ainda a avaliação do resultado do projeto e o levantamento do numero de atendimento. 2) Comprovante dos recolhimentos de encargos fiscais/trabalhistas relativos aos recursos humanos alocados no plano de trabalho. 3) Para prestação de contas deverá ser encaminhado os seguintes anexos, assinados pelo contabilista da OSCIP e pelo responsável indicado pela OSCIP no Extrato de Termo de Parceria: a) Demonstrativo Integral da Receita e das Despesas Realizadas na Execução do Objeto; b) Relação de Pagamentos Efetuados; c) Relatório de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos; d) Conciliação Bancária; 4) A prestação de contas mensal não exime a OSCIP do cumprimento do art. 4º, VII e incisos e art. 15-B, da Lei 9.790/99, e art. 11, e parágrafos do Decreto 3.100/99 e, no que tange a prestação de contas anual instruída com os seguintes documentos: a) Relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria e comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados; b) Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução; c) Extrato da execução física e financeira; d) Demonstração de resultados do exercício; e) Balanço Patrimonial; f) Demonstração das origens e das aplicações de recursos; g) Demonstração das mutações do patrimônio social; h) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; i) Parecer e relatório de auditoria, na hipótese do art. 19;

5) A OSCIP deverá, ainda, apresentar dentro da periodicidade quadrimestral, os seguintes relatórios de prestação de contas:

a) Comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados; b) Relatório de Execução do Objeto.

Parágrafo Terceiro – Os responsáveis pela fiscalização deste TERMO DE PARCERIA, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública, pela **OSCIP**, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o art. 12 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições contidas no instrumento original, firmado em 12 de Junho de 2019.

E, por estarem certos, justos e contratados, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PARCEIRO PUBLICO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

INSTITUTO TUPÃ

ZILTON MARIANO DE ALMEIDA

CPF sob nº 250.672.008-12

TESTEMUNHAS:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 086/2019

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 086/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **JB EVENTOS, COMUNICAÇÃO. PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.085.304/0001-85**; VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 06/09/2020; VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS**: R$ 49.400,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA COMPLETA DE PALCO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTECNICO, E LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS E TENDAS, PARA A COMEMORAÇÃO DO 20º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 para REGISTRO DE PREÇOS. **DATA:** 09/09/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 00372/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 00372/2019

DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA CRISTINA SENGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica concedido a licença saúde da servidora **CRISTINA SENGER,** portadora do RG nº: 28422368 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 017.619.339-14, servidora contratada ocupa o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo assim fica afastada no período de: 09/09/2019 a 08/10/2019.

Art. 2º- Os efeitos da presente portaria retroagem à data 09 de Setembro de 2019.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2019

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 066/2019 - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2019

EXTRATO DO CONTRATO 066/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADO**: SK ACRILICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, **inscrita no CNPJ nº. 13.603.087/0001-33**; VIGENCIA: 02/09/2019 até 01/11/2019; VALOR **R$ 14.745,00; Objeto.:** O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E DE MEDALHAS PARA A PREMIAÇÃO DAS OLIMPIADAS ESCOLARES 2019, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,**conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 039/2019. DATA: 02/09/2019.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 068/2019

EXTRATO DO CONTRATO 068/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADO**: EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, **inscrita no CNPJ nº. 22.025.872/0001-47**; VIGENCIA: 06/09/2019 até 05/11/2019; VALOR **R$ 9.781,50**; Objeto.: **AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA COMPOR O ACERVO DA BIBLIOTECA, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,**conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 041/2019. DATA: 06/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 018/2019 – ADM

DE 1º DE AGOSTO DE 2019

MÁGNO ANTONIO GONÇALVES, Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder com base no artigo 15 da Lei 525/2010, Auxilio Doença, ao servidor público municipal Sr. **GILBERTO JOSÉ MALUF**, portador do CPF nº 122.706.796-87, matricula 15205, cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - O auxilio doença de que trata o artigo 1º, será pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 06/07/2019.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se.

Santa Terezinha MT, 01 de agosto de 2.019.

MAGNO ANTONIO GONÇALVES

Secretário de Administração

Portaria nº 115/2017-GP

MAT. 15.252

PORTARIAS DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 019/2019 – ADM

DE 30 DE AGOSTO DE 2019

MÁGNO ANTONIO GONÇALVES, Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder com base no artigo 121 DA Lei Municipal 093/90, licença para tratar de interesses particulares, ao servidor público municipal Sr. **JOSÉ DIVINO DIAS VIEIRA**, portador do CPF nº 002.006.811-50,

matricula funcional nº 15251, cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes.

Artigo 2º - A licença de que trata o artigo 1º, será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir do dia 05/09/2019, sem remuneração.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se.

Santa Terezinha MT, 30 de agosto de 2.019.

MAGNO ANTONIO GONÇALVES

Secretário de Administração

Portaria nº 115/2017-GP

MAT. 15.252

LEI MUNICIPAL 739/GP/2019

LEI MUNICIPAL Nº 739/GP/2019

EM 04 DE SETEMBRO DE 2019

Autoriza o Município de Santa Terezinha-MT, a estabelecer, firmar ou celebrar Termo de Cooperação, com os municípios limítrofes visando à melhoria da infraestrutura das estradas rurais e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Município de Santa Terezinha, autorizado a estabelecer, firmar ou celebrar Termo de Cooperação, com os municípios limítrofes ao de Santa Terezinha, visando à melhoria da infraestrutura das estradas rurais.

§ 1º São objetivos das ações a serem desenvolvidas o estabelecimento de cooperação técnica entre as partes para elaboração de projetos básicos e/ou executivos de conservação das estradas rurais, para execução de obras, atividades e serviços de manutenção e implantação de pontes, passarelas e estradas rurais e para o melhor aproveitamento de material básico para a perenização de estradas rurais.

§ 2º O Termo de Cooperação, de que trata o *caput* do presente artigo deverá observar o Plano de Trabalho estabelecido entre o Município de Santa Terezinha e o município limítrofe a seu perímetro, sendo que as melhorias devem beneficiar a população de ambas as cidades, não implicando a presente Lei em repasse ou transferência de recursos entre as partes, limitando apenas na cessão de Maquinários e Servidores, sendo que as ações a serem executadas deverão estar dentro das previsões orçamentárias de cada Município.

§ 3º Os objetivos específicos do Termo de Cooperação, bem como as obrigações das partes constam da minuta anexa que fica fazendo parte integrante desta Lei.

§ 4º Para a realização dos projetos, programas, ações, atividades ou serviços que visem a efetivar os objetivos do Termo de Cooperação, de que trata a presente Lei, o Município de Santa Terezinha promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais, similares, congêneres ou semelhantes, que se façam necessários.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigente, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no exercício financeiro da assinatura do Termo de Cooperação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha, 04 DE SETEMBRO 2019

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

ANEXO

TERMO DE COOPERAÇÃO Técnica que CELEBRAM o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA e O MUNICÍPIO DE ....., visando a melhoria da infraestrutura das estradas rurais.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, inscrito no CNPJ sob nº. 15. 031669/0001-18, com sede na Rua 25 S/N , Centro, na cidade de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETO**, brasileiro, casado, Comerciante, portador da Cédula de Identidade CI nº 3028554412, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 405.119.010-20, residente e domiciliado na Av. Padre Francisco Jentel nº. 495, centro Santa Terezinha-MT, doravante denominado **SANTA TEREZINHA** e o **MUNICÍPIO DE .....,** inscrito no CNPJ sob nº ....., com sede na Rua ....., na cidade de ....., Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, ... (qualificação completa), doravante denominado ...., firmam o presente instrumento, conforme autorização legal contida na Lei Municipal nº ....., de ..... de..... de....., tendo entre si por certo e ajustado o seguinte:

Primeira - Do Objeto

1.1. O presente instrumento tem por objetivo a cooperação técnica para melhoria da infraestrutura das estradas rurais, especificamente para realização da seguinte ação: ...., conforme detalhada em Plano de Trabalho, que fica fazendo parte deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. As atividades referidas na cláusula anterior deverão ser discutidas e planejadas, conjuntamente, entre o pessoal técnico de Santa Terezinha, e de ....., sendo que o desenvolvimento e execução do referido planejamento deverá se dar conforme Plano de Trabalho descrito na cláusula anterior.

2.2. O município de Santa Terezinha para execução do objeto do presente instrumento realizará os seguintes serviços: ...., fornecendo os seguintes materiais e apoio técnico: .... e o município de ..... fornecerá a seguinte contrapartida: ....., atuando conjuntamente na gestão dos trabalhos.

2.3. Fica desde já mutuamente acordado que os técnicos e maquinários de um Município poderão entrar nos limites territoriais do outro, sem a necessidade de autorização expressa para tanto, desde que estejam executando as obras e serviços previstos no Plano de Trabalho que acompanha a presente parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DE CADA PARTÍCIPE

3.1. iniciar a execução do objeto do presente instrumento no prazo máximo de .....(.....) dias contados a partir de sua assinatura, consoante Plano de Trabalho, que integra o mesmo;

3.2. executar, sob sua inteira e total responsabilidade técnica, o objeto do ajuste, nos prazos e nas condições estabelecidas, observando a base legal descrita no presente instrumento, os melhores padrões de qualidade e economia e as instruções repassadas pelo município responsável pelo apoio técnico e operacional;

3.3. Caberá à Santa Terezinha:

3.3.1. Cumprir os prazos de execução previstos no Plano de Trabalho;

3.3.2. Se responsabilizar pelos servidores que estejam contratados para a execução dos trabalhos ou que sejam pertencentes ao seu Quadro de Pessoal;

3.3.3. Executar as seguintes ações dentro dos limites territoriais do Município de .....:

3.3.3.1. .....

3.3.3.2. .....

3.3.3.3. .....

3.4. Caberá ao Município .....:

3.4.1. Cumprir os prazos de execução previstos no Plano de Trabalho;

3.4.2. Se responsabilizar pelos servidores que estejam contratados para a execução dos trabalhos ou que sejam pertencentes ao seu Quadro de Pessoal;

3.4.3. Executar as seguintes ações dentro dos limites territoriais do Município de Santa Terezinha:

3.4.3.1. .....

3.4.3.2. .....

3.4.3.3. .....

3.5. permitir a ampla fiscalização de um município no outro com vistas a cumprir com os compromissos assumidos na presente avença.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. O presente instrumento de cooperação não importará em repasse de recursos entre as partes, devendo cada uma delas suportar as despesas, conforme previsões já existentes em seus orçamentos.

4.2. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias vigente, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no exercício financeiro da assinatura do Termo de Cooperação, podendo ser transferido para o exercício seguinte, se houver necessidade.

4.3. A contrapartida do Município de ..... correrão por conta das dotações orçamentárias vigente, da Secretaria ....., no exercício financeiro da assinatura do Termo de Cooperação, podendo ser transferido para o exercício seguinte, se houver necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de ..... (.....) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou aditado, mediante interesse das partes e de comum acordo.

CLÁUSULA SEXTA - DA BASE LEGAL

6.1. Aplicam-se ao presente convênio os dispositivos constantes da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº ..... e as normas expedidas pelo Sistema de Controle Interno do Município de Santa Terezinha-MT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

7.1 O presente instrumento poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.2 Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Rescisão do Instrumento, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais providências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 Este instrumento somente poderá ser alterado mediante acordo por escrito entre os partícipes, formalizando através do respectivo termo aditivo.

8.2. Os empregados e técnicos ou pessoas contratadas por cada partícipe para realização dos trabalhos descritos no presente ajuste não terão qualquer vinculo empregatício com o outro município participante da avença que não aquele contratante, não podendo exigir um do outro qualquer repasse de recursos públicos a título de indenização ou qualquer outro decorrente da atividade autônoma por eles desenvolvida.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, e por estarem assim justas e conveniadas, as partes assinam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Prefeito Municipal de Santa Terezinha, 04 de Setembro 2019

TESTEMUNHAS:

1._____ **2.**

_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO 007/2019

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

O Município de Santo Afonso, por meio de seu gestor Municipal vem por meio deste, comunicar aqueles que tenham interesse que foi formalizado o 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO DE Nº 007/2019– ASS-17/01/2019-Vcto 31/12/2019-VLR 50.005,95: (cinquenta mil cinco reais e noventa e cinco centavos). Contratado: **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL SANTO AFONSO LTDA ME** - ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OBJETO: **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO DIESEL S 10, ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÁLCOOL COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT"**

Santo Afonso /MT em 05 de Setembro de 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 431/2019

DE: 10 DE SETEMBRO DE 2019

Designa membros para compor Comissão Especial para organizar Processo Seletivo Unificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para seleção de estagiários e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Unificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do **Processo Seletivo Unificado**, especialmente relativo à aplicação da prova, fixação de local, data, horários, correção, classificação e resultados, para fins de seleção de estagiário, constante dos seguintes membros:

1. Paula Layslany Oliveira Delmon – Coordenadora de Recursos Humanos;

2. Cynthia Flavia Morais Carrijo – Fiscal de Tributos;

3. João Pedro Ramos de Oliveira – Procurador Jurídico;

Artigo 2º - A Comissão Organizadora designada pelo caput do artigo 1º será dirigida pela Presidente, Senhora Paula Layslany Oliveira Delmon.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 10 DE SETEMBRO DE 2.019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRONICO 020/2019

Ato de homologação

pregão ELETRÔNICO Nº **020/2019**

OBJETO: Pregão Eletrônico registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamento, conforme decisão judicial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso processo nº 1003052-29.2019.8.11.0037.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA, CNPJ – 18.337.759/0001-20, com o valor total dos itens de R$ 69.516,96 (sessenta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos).

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

ATA DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019.

Registro de Preços

Às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2019, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Eriks Matos da Silva – Pregoeiro, Vilmar de Souza – Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n° 389/2019, de 23 de agosto de 2019, para apreciarem e julgarem a proposta de preços e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade Pregão Presencial n° 016/2019. Objeto: **Futura e eventual aquisição de materiais de construção para manutenções prediais e fabricação de manilhas, visando atender as necessidades das secretarias municipais de obras, saúde e educação.** Se fizeram presentes 02 (duas) empresas, as quais entregaram seus envelopes:

Empresa: NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP. CNPJ: 16.492.536/0001-01, representada neste ato pelo seu procurador legal Sr. Anderson Ferreira Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11303212 SSP/MT e CPF: 845.997.741-20.

Empresa: BAGETTI E ZANETTE LTDA, CNPJ: 14.769.741/0001-46, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Sr. Leonardo Henrique Bagetti, portador da Cédula de Identidade RG nº. 00139530 SSP/MT e CPF: 001.991.421-06.

Foi avisado ao representante da empresa que estava sendo gravado a sessão e se fosse do interesse da empresa poderia solicitar a gravação. Sendo que a empresa citada apresentou todos os documentos exigidos para o seu devido credenciamento. O Pregoeiro Oficial e sua Equipe recebeu os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Seguindo então para a abertura da Proposta de Preços. Após a abertura do envelope de proposta foram lançadas no sistema, e em seguida houve a disputa de preços ficando vencedoras as empresas:

Empresa: NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP. CNPJ: 16.492.536/0001-01, com o valor total de itens **R$ 247.465,00** (Duzentos e Quarenta e Sete mil, Quatrocentos e sessenta e Cinco Reais)

Empresa: BAGETTI E ZANETTE LTDA, CNPJ: 14.769.741/0001-46, com o valor total de itens **R$ 151.180,00 (Cento e Cinquenta e Um mil, cento e Oitenta reais**)

Posteriormente passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação, no qual o Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio analisando os documentos de habilitação constatou-se que as empresas vencedoras apresentaram todos os documentos exigidos no edital ficando assim habilitadas. Em seguida os documentos de habilitação foram analisados pelos demais presentes, o qual foram rubricados. Na sequência o Pregoeiro perguntou aos representantes das empresa se tinham interesse em interpor recurso e os mesmos disseram que não iriam interpor recurso

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente adjudicada e encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

VILMAR DE SOUZA

Equipe de Apoio

NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP

CNPJ: 16.492.536/0001-01

BAGETTI E ZANETTE LTDA

CNPJ: 14.769.741/0001-46

AVISO DE RETIFICAÇÃO - CHAMADA PUBLICA Nº. 001/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO

CHAMADA PUBLICA Nº. 001/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 390/2019 de 23 de agosto de 2019, torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a **RETIFICAÇÃO** de processo licitatório, **Chamada Pública para a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para alimentação escolar, conforme a lei nº 11.947/2009 e resolução FNDE nº 026/2013.**

DAS ALTERAÇÕES: Fica alterado o valor de referência do item 01 – Açúcar Mascavo.

Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia **23 de setembro de 2019 ás 08h00-min** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 ás 11:00 horas e no período da tarde de 13:00 ás 17:00 h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 - 3488-1292 ou pelo E-mail: **(**licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br**).**

Santo Antônio do Leste – MT, 10 de setembro de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE CPL

Portaria Nº. 390/2019

De 23 de Agosto de 2019

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 076/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **PATRICIA MARIANO PEREIRA** (a) da cédula de identidade RG sob nº. **23032138 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **046.582.491-97** e residente a RUA SEM DENOMINAÇÃO, S/N°, Bairro: INDEFINIDO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 730/2019 de 27 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de enquadrado na Categoria **TECNICO EM ENFERMAGEM/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** mediante a remuneração de R$2.013,53 **(Dois mil e treze reais e cinqüenta e três centavos),** com início em **09/09/2019** e término em **31/12/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 730/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 04 (quatro) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.10.301.5017.2165.3.1.90.04 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 09 do mês de Setembro de 2019.

PATRICIA MARIANO PEREIRA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 075/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **NILZA ROQUE SOBRINHO MENDES,** portador (a) da cédula de identidade RG

sob nº. **2329348-9 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **281.596.358-26** e residente a RUA MACEIO, N°290, Bairro: JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 723/2019 de 15 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de enquadrado na Categoria **PROFESSOR CLASSE B - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA FUNDEB 60%,** mediante a remuneração de R$ **2.990,94 (Dois mil e novecentos noventa reais e noventa quatro centavos),** com início em **06/09/2019** e término em **02/12/2019** por meio da Portaria de Seleção/Contagem de Pontos Nº008/19/SEMEC. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 723/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0206.12.122.5008.2051.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA FUNDEB 60%** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, ao dia 06 do mês de Setembro de 2019.

NILZA ROQUE SOBRINHO MENDES

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 077/2019

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367, Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **SANDRA ROSA JACOB** (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2248750-6 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **035.663.686-01** e residente a AVENIDA FLORIANOPOLIS, N°259, Bairro: CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 724/2019 de 20 de Março de 2019, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de enquadrado na

Categoria **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** mediante a remuneração de **R$1.362,31(Hum mil e trezentos sessenta dois reais e trinta um centavos),** com início em **09/09/2019** e término em **31/12/2019**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 724/2019, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 04 (quatro) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0205.10.301.5017.2165.3.1.90. 04 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos dias 09 do mês de Setembro de 2019.

SANDRA ROSA JACOB

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

23/08/2019 á 23/08/2020

Aos dias 23 de Agosto de 2019, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48,** sediada na RUA AV.FERNANDO CORREIA DA COSTA, N: 1882, CEP: **78705-600** Bairro: **VILA MARINOPOLIS**, Cidade de **RONDONÓPOLIS-MT**. Neste ato representado através de procuração pelo Sr: Geraldo José Casotti, RG n° 707206-6 SESP-PR, CPF n° 210.516.909-00. Pregão para Registro de Preços **nº20/2019, CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ HORA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA EM GERAL) ELÉTRICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, TROCA DE ÓLEO, PINTURA EM GERAL, FILTRO E SISTEMA INJEÇÃO ELÉTRICA VISANDO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO, COMPRE-**

ENDENDO VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS, LEVES E MAQUINÁRIOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, DESCRIÇÕES, CARACTER, nos termos da Lei nº 10.520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ HORA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA EM GERAL) ELÉTRICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, TROCA DE ÓLEO, PINTURA EM GERAL, FILTRO E SISTEMA INJEÇÃO ELÉTRICA VISANDO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO, COMPREENDENDO VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS, LEVES E MAQUINÁRIOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, DESCRIÇÕES, CARACTER, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor - C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48

Nº20 PREGÃO	Nº016 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	VALOR UNITARIO
		4077016	Serviço de manutenção de veículos automotivos – Conserto de Injeção eletrônica.	617 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	139,0000
		3805794	Manutenção de veículos – do tipo pintura	735 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	132,0000
		3805786	Manutenção de veículo – do Tipo funilaria	610 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	138,0000
		3476740	Serviço de Manutenção de Veículos Automotivos – do tipo alinhamento e balanceamento	240 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	99,0000
		3241904	Serviço de manutenção de veículos automotivos – Revisão de 10.000 km	1027 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	141,0000
		3089193	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo mão de obra	1362 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	138,0000
		2945460	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo alinhamento e balanceamento	562 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	102,0000
		2900009	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo alinhamento e balanceamento	300 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	105,0000
		2830876	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo mecânica	622 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	108,0000
		2353318	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo elétrico	600 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	140,0000
		2341140	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo alinhamento e balanceamento	400 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	101,0000
		2334518	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo mecânica	1000 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	148,0000
		2303469	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo elétrica em geral	600 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	108,0000
		2206579	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo conserto	705 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	134,0000
		2153637	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço elétrico	220 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	108,0000
		2153599	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço de mecânica	970 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	148,0000
		2153505	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço elétrico	260 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	112,0000
		2153440	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo mecânica	362 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	142,0000
		2153246	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço elétrico	622 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	108,0000
		20208	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviços de manutenção	250 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	128,0000
		20207	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviços de manutenção	250 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	148,0000
		20206	Serviço de manutenção de veículos automotivos – do tipo mecânica	100 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	136,0000
		20205	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço auto elétrico	100 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	111,0000
		20204	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço bombas e cilindros	100 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	137,0000
		20203	Serviço de manutenção de veículos automotivos – serviço de transmissão	100 hr	C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME	149,0000

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº20/2019**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº20/2019.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº20/2019**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª. JOSE LEONARDO DE SOUZA, JULIANA DA SILVA DOS SANTOS, QUEILA DE MIRANDA SILVA** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 51/2018 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

010-GABINETE DO PREFEITO

04.122.2010.02004.3.3.90.30.00.00 - MANTER O GABINETE DO PREFEITO - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

26.782.7050.02178.3.3.90.30.00.00 - CONSERVAR E RESTAURAR ESTRADAS VICINAIS - FETHAB - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02047.3.3.90.30.00.00 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº 20/2019, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48, no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 23 de Agosto de 2019.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Geraldo José Casotti

CPF 210.516.909-00

FORNECEDOR: C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME, CNPJ nº 07.599.837/0001-48

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2019 04

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2019 04

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO EDITAL 001/2019

A presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado edital 001/2019, Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público que em virtude da impugnação ao edital nº 004/2019 apresentada pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª região houve alterações nas regras contidas no edital do 001/2019, conforme redação a seguir:

1.2 Os cargos e vagas ofertadas no presente certame estão relacionados na tabela a seguir:

CARGO	CARGA HORARIA	LOTACAO	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO	VAGAS		
					Imediata	Reserva	TOT
Psicólogo	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.914,50	01		01
Nutricionista	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.914,50	01		01
Fisioterapeuta	30	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.914,50		01	01
Farmacêutico / Bioquímico	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.913,63		01	01
Professor de Língua Estrangeira (inglês)	30	Sede do Município	Superior em Letras	2.691,67	01		01
Professor Pedagogo	30	Sede do Município	Superior em Pedagogia	2.691,67	07	03	10
Professor Pedagogo	30	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior em Pedagogia	2.691,67	02	06	08
Professor de Língua Estrangeira (inglês)	30	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Superior em Letras	2.691,67		02	02
Orientador Social	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.776,84	01		01
Orientador Social	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.776,84	01		01
Técnico de Enfermagem	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Orgão Competente	2.096,87		03	03
Motorista CNH D	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.507,09	07	05	12
Motorista CNH D	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.507,09	06	02	08
Auxiliar de Serviços Gerais;	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.115,01		05	05
Auxiliar de Serviços Gerais; limpeza.	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.115,01	03		03
Auxiliar de Serviços Gerais; limpeza.	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.115,01	01		01

Entrevistador do Bolsa Família	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.082,67	01		01
Entrevistador do Bolsa Família	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.082,67	01		01
Professor de Educação Física	30	Sede do Município	Superior de Educação Física e registro no conselho	2.691,67	01		01
Apoio Administrativo Educacional - Limpeza	40	Sede do Município	Ensino fundamental incompleto	1.115,01	02		02
Apoio Administrativo Educacional - Limpeza	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino fundamental incompleto	1.115,01		06	06
Técnico Administrativo Educacional-Administrativo	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.973,89		01	01
Técnico Administrativo Educacional - Administrativo	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.973,89		01	01
Guardas	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Fundamental Incompleto	1.115,01		04	04
Enfermeira - Plantão	12 x 36	Sede do Município	Ensino Superior de Enfermagem e registo no Conselho	4.914,50	03		03
Enfermeira – PSF	40	Sede do Município	Ensino Superior de Enfermagem e registo no Conselho	4.914,50	01		01
Médico	40	Sede do Município	Ensino Superior de Medicina e registo no Conselho	8.518,49	01		01
Faxineira	40	Sede do Município	Fundamental Incompleto	1.115,01	03		03
Auxiliar Dentário	40	Sede do Município	Ensino Médio	1.115,01		01	01
Dentista	40	Sede do Município	Ensino Superior em odontologia e registo no Conselho	4.914,50		01	01
Técnico de Enfermagem	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Orgão Competente	2.096,87		01	01
Fiscal Sanitário	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.200,85		02	02
Enfermeira - Plantão	12 x 36	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior de Enfermagem e registo no Conselho	4.914,50		02	02
Farmacêutico / Bioquímico	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.913,63		01	01
Auxiliar Dentário	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.115,01		01	01
Dentista	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior em odontologia e registo no Conselho	4.914,50		01	01
Médico	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior de Medicina e registo no Conselho	8.518,49		01	01
Operador de Motoniveladora CNH D	40	Sede do Município	Fundamental Incompleto	1.965,81		01	01
Fiscal de Tributos	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.965,81		01	01

São José do Xingu/MT, em 09 de Setembro de 2019.

Fernanda Alves Bezerra

Presidente da Comissão Organizadora

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 06/2019/CMAS/MT

RESOLUÇÃO Nº 06/2019/CMAS/MT

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Xingu-MT, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei nº 318/2008 de 05 de setembro de 2008, resolve, CONVOCAR a sociedade Xinguense para participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema **" Em defesa da Política de Assistência Social como direito do Cidadão e dever do Estado**" a ser realizada no dia 19 e 20 de setembro de 2019, nas dependências do CRAS (Centro de Referencia de assistência social) São José do Xingu-MT, rua 20 de dezembro nª 15, Município de São José do Xingu-MT.

São José do Xingu-MT, 09 de Setembro de 2019.

_____

Presidente do CMAS/SÃO JOSÉ DO XINGU- MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 21/2019 – Processo Administrativo nº 2442/2019

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2442/2019** à Ata de Registro de Preço **076/2019** referente ao Pregão PRESENCIAL **nº 070/2019 do Município de Confresa – MT.**

Objeto: PROCESSO LICITATORIO VISA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PRECO 076/2019 REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL 070/2019 DO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT , PARA AQUISICAO DE MATERIAL PARA USO NA PAVIMENTACAO ASFALTICA DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO FONTOURA.

EMPRESA DENTENTORA DA ATA DE REGISTRO PREÇO:

EMAM EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA

CNPJ – 04.420.916/0003-13, Rodovia dos Imigrantes, s/nº, Km 8,6, Bairro Capela do Pissarão, Várzea Grande/MT**.**

.

São José do Xingu – MT, 10 de setembro de 2019.

ROSENO CABRAL DE MELO

SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 09h00min, do dia **27/09/2019**, realizará a licitação na modalidade Tomada de Preço nº. **08/2019**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futura e eventual '' **RETOMADA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO SOBRE O CÓRREGO JOÃO BRACINHO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT**''. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. REGINALDO SOUZA FERNANDES, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019 - DEMONSTRAR E AVALIAR AS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2019 E ELABORAR A LOA PARA 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

nº 004/2019.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado AUDIÊNCIAPÚBLICA, com o objetivo de ***ELABORAR A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL – LOA E DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões sobre o tema.

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 004/2019

Objetivo: **Consultar a População para Elaboração da LOA e Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2019.**

Local: Câmara de Vereadores**;**

1) Data: 26/09/2019

2) Horas: 15:00

3) Normas:

a) Será apresentado pelo Setor de Contabilidade e Planejamento;

b) As solicitações de esclarecimentos sobre a matéria, formulada previamente, serão elucidadas em bloco por área (saúde, educação, infraestrutura, gestão social, desenvolvimento econômico, administração e finanças, etc), durante a Audiência Pública. As solicitações de esclarecimentos, formuladas durante a Audiência, serão esclarecidas após as manifestações verbais também em bloco por área, conforme programação abaixo.

4) AGENDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORARIO	PROGRAMAÇÃO
15 horas	Abertura
15:15 as 16:00	Apresentação da Lei Orçamentária Anual 2019
16:00 às 16:30	Pronunciamento dos presentes
17:00 horas	Encerramento

São Pedro da Cipa, 11 de setembro de 2019.

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 026/2019.

PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ASSESSORIOS, GENUINAS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA OS VEICULOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

DETENTORES DA ATA:

AUTO PEÇAS REGIONAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.353.939/0001-90.;

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME, inscrito CNPJ n.º 09.619.626/0001-55;

IDEAL GROUP COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI-ME - ME, inscrito CNPJ n.º 30.865.963/0001-19

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 05.220.404/0001-04;

SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS - ME, inscrito no CNPJ n.º 24.717.067/0001-00. TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PATRA TRATORES LTDA – CNPJ nº 70.430.558/0001-92; TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI, inscrito no CNPJ n.º 30.369.251/0001-09. BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP – CNPJ nº 17.274.687/0001-56

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 09/09/2019.

VALORES REGISTRADOS:

AUTO PEÇAS REGIONAL EIRELI - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.353.939/0001-90.				
EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE				
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Maior Percentual de Desconto.**
02	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA MECÂNICA – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	48,5%
24	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	50,50%
25	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	67,50%
26	AUTOMOVEI LEVES - LINHA MECANICA - CHEVROLET 2 -(BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	47,00%
30	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - CHEVROLET 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	38,50%
35	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIO - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	65,5%
36	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	38%
42	AOTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de pe-	%	01	43,5%

	ças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.			
44	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36,0%
46	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - TOYOTA 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	41,5%

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME, inscrito CNPJ n.º 09.619.626/0001-55.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
37	PEÇAS E ASSESSORIOS - MASSEY FERGUSON – PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "MASSEY FERGUSON" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11,5%
38	PEÇAS E ASSESSORIOS - MASSEY FERGUSON – PEÇAS ORIGINAIS DE 1 - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "MASSEY FERGUSON" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	15,98%
39	PEÇAS E ASSESSORIOS - CASE - PEÇAS GENUÍNAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "CASE" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11,5%
40	PEÇAS E ASSESSORIOS - CASE - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "CASE" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16,0%
53	PEÇAS E ASSESSORIOS - KOMATSU - PEÇAS GENUÍNAS. - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "KOMATSU" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUÍNAS.	%	01	11,5%

IDEAL GROUP COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI-ME - ME, inscrito CNPJ n.º 30.865.963/0001-19.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
05	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ASSESSÓRIOS – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	74%
06	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ASSESSÓRIOS – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	38%
07	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA MECÂNICA - MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	66%
08	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA MECÂNICA - MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	49%
14	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	42%
23	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	72%
29	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	67,5%
41	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	66%
45	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	67%

SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS - ME, inscrito no CNPJ n.º 24.717.067/0001-00.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
01	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA MECÂNICA – MARCA MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	73%
03	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	70%
04	AUTOMÓVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	36%
09	AUTOMÓVEIS LEVES - LINHA ELÉTRICA - MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	56,5%
10	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35%
11	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS – MERCEDES BENS - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	57%
12	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ASSESSORIOS – MERCEDES BENS 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	37,5%
13	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	45%
19	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	77%
20	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA MECANICA - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	58%
27	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - CHEVROLET - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	66%
28	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - CHEVROLET 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de	%	01	37%

	peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.			
31	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	68%
32	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA MECANICA - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	46%

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ n.º 05. 220.404/0001-04.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
49	PEÇAS E ASSESSORIOS - FIATALLIS - PEÇAS GENUINAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "FIATALLIS" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUINAS.	%	01	12%
50	PEÇAS E ASSESSORIOS - FIATALLIS - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "FIATALLIS" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PATRA TRATORES LTDA – CNPJ nº 70.430. 558/0001-92

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
54	PEÇAS E ASSESSORIOS - KOMATSU - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA. - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "KOMATSU" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16,0%

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP – CNPJ nº 17. 274.687/0001-56

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
47	PEÇAS E ASSESSORIOS - CATERPILLAR - PEÇAS GENUINAS - Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "CATERPILLAR" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUINAS.	%	01	11,6%
48	PEÇAS E ASSESSORIOS - CATERPILLAR - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "CATERPILLAR" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	16%
51	PEÇAS E ASSESSORIOS - BUDNY - PEÇAS GENUINAS. – Peças e acessórios sendo genuínas dos equipamentos rodoviários da linha "BUDNY" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS GENUINAS.	%	01	11%
52	PEÇAS E ASSESSORIOS - BUDNY - PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA. - Peças e acessórios sendo originais de 1º linha dos equipamentos rodoviários da linha "BUDNY" que compõe a frota de máquinas pesadas e tratores do Município de Serra Nova Dourada - MT, com garantia do fabricante estampada na embalagem do produto. PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA.	%	01	11%

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI, inscrito no CNPJ n.º 30.369.251/ 0001-09.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Maior Percentual de Desconto.
15	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELÉTRICA - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	32%
16	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	30%
17	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - IVECO - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	50,5%
18	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ASSESSORIOS - IVECO 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35,5%
21	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - VOLKSWAGEN - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	52%
22	AUTOMOVEIS PESADOS - LINHA ELETRICA - VOLKSWAGEN 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) – Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35,5%
33	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - FIAT - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	50%
34	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - FIAT 2 - (BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	35%
43	AUTOMOVEIS LEVES - LINHA ELETRICA - TOYOTA - (TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA OU BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX) - Fornecimento de peças/acessórios genuínas ou originais de primeira linha.	%	01	40%

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 10 de Setembro de 2019.

Carina Mignoso

Pregoeira Portaria n.º 011/2017.P.M.S.N.D.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 028/2019.

PREGAO PRESENCIAL Nº 013/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2019

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRA E SERVIÇOS URBANOS DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

DETENTOR DA ATA:

FLAVIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 07.456.037/0001-78

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 09/09/2019

VALORES REGISTRADOS:

Item	Quant.	Unid.	Item TCE – MT	Descrição do Objeto	Valor R$	
					Valor Unit.	Valor Total
01	100	Unid.	00016005	**TUBO DE CONCRETO ARMADO - FABRICACAO CONFORME, COM DIAMETRO DE 1000 MM, CLASSE CA1, COM COMPRIMENTO UTIL DE 1000 MM**	R$ 485,00	R$ 48. 500,00
TOTAL						**R$ 48. 500,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 10 de Setembro de 2019

Carina Mignoso

Pregoeira

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 025/2019.

PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR, OLEOS LUBRIFICANTES, FITÃO, BATERIAS, GRAXAS PARA OS VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

DETENTORES DA ATA:

VERA CELITA PALUDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.905.357/0001-70;

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELLI, inscrita no CNPJ no n.º 30.369.251/0001-09

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 27/09/2019

VALORES REGISTRADOS:

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ nº 30.369.251/0001-09						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
9	193455-4	Câmara de ar 13/14.	UN	70,000	R$ 41,50	R$ 2.905,00
11	167027-1	Câmara de ar 750-16 L 415.	UN	70,000	R$ 52,50	R$ 3.675,00
16	244763-0	Pneu 31 x 10,5 R15 L109.	UN	50,000	R$ 785,00	R$ 39.250,00
25	173132-7	Pneu 205/65 R15.	UN	20,000	R$ 451,00	R$ 9.020,00
31	165731-3	Pneu 900-20 14L.	UN	50,000	R$1.199,00	R$ 59.950,00
32	111664-9	Pneu 18.4-34 10L.	UN	20,000	R$ 5.699,00	R$ 113.980,00
58	228700-5	Fardo de Estopa Colorida - 25 Kg.	UN	10,000	R$ 234,00	R$ 2.340,00
59	228700-5	Fardo de Estopa de pano costurado 25Kg.	UN	10,000	R$ 197,00	R$ 1.970,00
					R$ 233.090,00	

VERA CELITA PALUDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 04.905.357/0001-70.						
Item	**Código do Item (TCE-MT).**	**Descrição**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
1	234850-0	Pneu 225/75 R16.	UN	24,000	R$ 498,00	R$ 11.952,00
2	120324-0	Pneu 235/75 R15.	UN	12,000	R$ 424,00	R$ 5.088,00
3	108286-8	Pneu 175/70 R13.	UN	20,000	R$ 173,00	R$ 3.460,00
4	108288-4	Pneu 175/70 R14.	UN	20,000	R$ 195,00	R$ 3.900,00
5	109713-0	Pneu 215/65 R16.	UN	12,000	R$ 419,00	R$ 5.028,00
6	161-9	Câmara de ar 1000/20, Caminhão.	UN	70,000	R$ 109,50	R$ 7.665,00
7	148210-6	Câmara de ar 275/80 R22,5.	UN	70,000	R$ 88,00	R$ 6.160,00
8	158060-4	Câmara de ar 900/20.	UN	70,000	R$ 103,00	R$ 7.210,00
10	193457-0	Câmara de ar Aro 16, Borracha.	UN	70,000	R$ 49,00	R$ 3.430,00
12	109921-3	Pneu 205/75 R16.	UN	50,000	R$ 384,00	R$ 19.200,00
13	362590-7	Pneu 235/70 R16.	UN	50,000	R$ 521,00	R$ 26.050,00
14	381828-4	Pneu 245/70 R16.	UN	50,000	R$ 529,00	R$ 26.450,00
15	0001827	Pneu 265/65 R17.	UN	50,000	R$ 490,00	R$ 24.500,00
17	111633-9	Pneu 14.9 26TT 12L.	UN	20,000	R$ 1.472,00	R$ 29.440,00
18	148049-9	Pneu 750-16 10L.	UN	20,000	R$ 429,50	R$ 8.590,00
19	111918-4	Pneu 10.5/80 - 18.	UN	20,000	R$ 777,00	R$ 15.440,00
20	158062-0	Pneu 1000-20 CT65.	UN	20,000	R$ 1.349,00	R$ 26.980,00
21	0002515	Pneu 1100-22 TG85.	UN	20,000	R$ 1.879,00	R$ 37.580,00
22	0001879	Pneu 12-16,5 TL.	UN	20,000	R$ 1.005,00	R$ 20.100,00

23	0001880	Pneu 17.5-25 12L.	UN	20,000	R$ 3.249,00	R$ 64.980,00
24	236874-9	Pneu 185/70 R14.	UN	20,000	R$ 229,00	R$ 4.580,00
26	158069-8	Pneu 215/75 R17,5.	UN	20,000	R$ 563,00	R$ 11.260,00
27	110038-6	Pneu 275/80 R22,5 FD.	UN	70,000	R$ 1.106,00	R$ 77.420,00
28	110037-8	Pneu 275/80 R22,5 FG.	UN	70,000	R$ 1.399,00	R$ 97.930,00
29	186140-9	Pneu 700-16 10L.	UN	50,000	R$ 544,00	R$ 27.200,00
30	148049-9	Pneu 750-16 10L..	UN	50,000	R$ 429,00	R$ 21.450,00
33	325930-7	Pneu 1300-24 12L.	UN	20,000	R$ 2.976,00	R$ 59.520,00
34	111661-4	Pneu 18.4-30TT.	UN	10,000	R$ 2.877,00	R$ 28.770,00
35	272501-0	Pneu 265/75 R16 AT.	UN	20,000	R$ 649,00	R$ 12.980,00
36	151600-0	Pneu 14.00-24.	UN	10,000	R$ 2.499,00	R$ 24.990,00
37	0001880	Pneu 17.5-25 16L.	UN	10,000	R$ 2.999,00	R$ 29.990,00
38	360806-9	Protetor Fitão Aro 20.	UN	70,000	R$ 25,00	R$ 1.750,00
39	0002927	Protetor Fitão Aro 22.	UN	50,000	R$ 29,00	R$ 1.450,00
40	0010168	Protetor Fitão Aro 16.	UN	70,000	R$ 23,00	R$ 1.610,00
41	190716-6	Acumulador Elétrico (Bateria) 150AH.	UN	70,000	R$ 547,00	R$ 38.290,00
42	267895-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 100AH.	UN	10,000	R$ 379,00	R$ 3.790,00
43	375464-2	Balde de Óleo 15W40 - 20 Litros.	UN	300,000	R$ 229,50	R$ 68.850,00
44	154877-8	Balde de Óleo WBF 100/TDH 433.	UN	20,000	R$ 324,00	R$ 6.480,00
45	0005242	Balde de Óleo EP 140 - 20 Litros.	UN	30,000	R$ 229,00	R$ 6.870,00
46	200174-8	Balde de Óleo Hidráulico HD 68 - 20 Litros.	UN	200,000	R$ 154,00	R$ 30.800,00
47	375464-2	Óleo para Motor 15W40 - 01 Litro.	UN	30,000	R$ 14,90	R$ 447,00
48	17220-0	Shampoo automotivo - 05 Litros.	UN	20,000	R$ 24,00	R$ 480,00
49	113996-7	Silicone Alta temperatura, 50g.	UN	50,000	R$ 17,00	R$ 850,00
50	186161-1	Acumulador Elétrico (Bateria) 45AH.	UN	10,000	R$ 229,00	R$ 2.290,00
51	286960-8	Acumulador Elétrico (Bateria) 60AH.	UN	10,000	R$ 247,00	R$ 2.470,00
52	179130-3	Acumulador Elétrico (Bateria) 70AH.	UN	10,000	R$ 347,00	R$ 3.470,00
53	430044-0	Acumulador Elétrico (Bateria) 80AH.	UN	10,000	R$ 336,00	R$ 3.360,00
54	148608-0	Balde de Óleo 10W40 R5 - 20 Litros.	UN	20,000	R$ 514,00	R$ 10.280,00
55	194409-6	Balde de Óleo 40R2 - 20 Litros.	UN	20,000	R$ 157,00	R$ 3.140,00
56	26199-8	Balde de Óleo EP 90 - 20 Litros.	UN	20,000	R$ 180,00	R$ 3.600,00
57	438141-6	Desengraxante (tipo Solupan) - 05 Lits.	UN	20,000	R$ 30,00	R$ 600,00
60	174410-0	Graxa - Balde de 20 Kg.	UN	50,000	R$ 315,00	R$ 15.750,00
61	174410-0	Graxa para Chassis CA2 - 20 Kg.	UN	50,000	R$ 172,00	R$ 8.600,00
62	0005241	Óleo Cambio 80W - 01 Litro.	UN	30,000	R$ 9,90	R$ 297,00
63	233809-2	Óleo de Direção Hidráulico ATF - 01 Litro.	UN	50,000	R$ 14,00	R$ 700,00
64	390577-2	Óleo de Motor 5W30 - 01 Litro.	UN	30,000	R$ 19,00	R$ 570,00
65	196501-8	Super Ativado SL-200 - 05 Litros.	UN	20,000	R$ 19,00	R$ 380,00
66	410210-1	ARLA 32	BL	12,000	R$ 55,00	R$ 660,00
67	272501-0	Pneu 295/80 R22	UN	50,000	R$ 1.344,00	R$ 67.200,00
68	430044-0	Acumulador Eletrico (Bateria) 90AH	UN	30,000	R$ 451,00	R$ 13.500,00
TOTAL					**R$ 1.047.927,00**	

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.Serra Nova Dourada - MT, em 10 de Setembro de 2019

Carina Mignoso Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DO TIPO "SOLDA, TORNO, RETIFICA E FORJA EM GERAL" PARA A MANUTENÇÃO E CONCERTO DE PEÇAS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme Termo de Referencia no **Anexo I** do Edital.

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

MARCELO BEDIN DA SILVA – ME

CNPJ Sob n° **06.178.413/0001-47**

Venceu os Itens: 01, 03, 08 e 12.

Valor Total dos Itens: R$: 490.700,00 (Quatrocentos e noventa mil e setecentos reais).

AMAURI BEDIN DA SILVA – ME

CNPJ Sob n° **11.108.220/0001-50**

Venceu os Itens: 02,04,05,06,07,09,10,11,13,14,15,16,17 e 18

Valor Total dos Itens: R$: 353.640,00 (Trezentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quarenta reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 10 de Setembro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DO TIPO "SOLDA, TORNO, RETIFICA E FORJA EM GERAL" PARA A MANUTENÇÃO E CONCERTO DE PEÇAS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme Termo de Referencia no **Anexo I** do Edital.

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019.

Empresas vencedoras:

MARCELO BEDIN DA SILVA – ME

CNPJ Sob n° **06.178.413/0001-47**

Venceu os Itens: 01, 03, 08 e 12.

Valor Total dos Itens: R$: 490.700,00 (Quatrocentos e noventa mil e setecentos reais).

AMAURI BEDIN DA SILVA – ME

CNPJ Sob n° **11.108.220/0001-50**

Venceu os Itens: 02,04,05,06,07,09,10,11,13,14,15,16,17 e 18

Valor Total dos Itens: R$: 353.640,00 (Trezentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quarenta reais)

Valor Total da Homologação:

>>> R$: 844.340,00 (Oitocentos e quarenta e quatro mil trezentos e quarenta reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 10 de Setembro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
(SEMMEA) - LICENÇA PRÉVIA (LP), A LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI) E A LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA - MT, CNPJ nº 03.788.239/0001-66, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – (SEMMEA) **a Licença prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a licença de operação (LO)**, para realização de abertura de via, drenagem e pavimentação da Avenida de Acesso ao aeroporto, localizada no Jardim Aeroporto, no Município de Tangará da Serra-MT. 10 de setembro de 2019. José Bernadino da Silva Filho – Sec. Mun. de Infraestrutura.

PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA - MT, CNPJ nº 03.788.239/0001-66, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – (SEMMEA) **a Licença prévia (LP), a licença de instalação (LI) e a licença de operação (LO),**para realização de abertura de Rua 54 (54-A), localizada no Jardim Mituo, no Município de Tangará da Serra-MT. 10 de setembro de 2019. José Bernadino da Silva Filho – Sec. Mun. de Infraestrutura.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIF. DE DISP. E INEXIG. DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2019. O Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 753/2019 de 26.07.2019, torna público que, por determinação da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 405/2019 e Relatório da CPL nº 009/2019, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 183/2019. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE BOMBAS DE ÁGUA SUBMERSA, QUE SERÃO UTILIZADAS PARA ATENDER OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO,** desta municipalidade,com fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93**-** através da empresa **FRANCHINI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, devidamente inscrito no **CNPJ N° 09.629.133/0001-04.** O valor **R$ 11.205,60** (Onze mil, duzentos e cinco reais e sessenta centavos). Tangará da Serra-MT, 10 de Setembro de 2019. Márcio de Oliveira Lopes-Presidente da CPL.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2019. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 730/2019 de 26.07.2019, torna público que, por determinação da Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 406/2019 e Relatório da CPL nº 009/2019, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 182/2019. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DIRETA DA EMPRESA "ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA",** inscrita no **CNPJ Nº 09.028.602/0001-21** para atender demanda da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, com fulcro no Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93. Valor: R$ 2.520,00 (Dois mil, quinhentos e vinte reais). Tangará da Serra-MT, 10 de Setembro de 2019. Janine Cristina Gruber Nogueira- Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019- que fará realizar no dia **25 DE SETEMBRO DE 2019, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM IMÓVEIS E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E TODOS OS MATE-**

RIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, conforme especificações constantes dos **Anexos II e III, do Edital**. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **12 de Setembro de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 10 de Setembro de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE
EDITAL COMPLEMENTAR 033/2019 PROCESSO SELETIVO N 002/2018

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
Secretaria Municipal de Administração
Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra-MT CEP. 78.300.000

EDITAL COMPLEMENTAR 033/2019
PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1.1 Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

733 -TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS								
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
34	3388	NILCEIA ALVES FAUSTINO TORRES	07/07/1972	10737179	11110201 SSPMT	21	52,5	Classificado
35	3158	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	10736472	859786 SSPMT	21	52,5	Classificado
36	330	EVANEI FERREIRA DA SILVA SANTOS	05/09/1981	30032561	15763161 SSP/MT	21	52,5	Classificado
37	3025	CINARIA BATISTA COIMBRA	09/01/1983	10736037	14587700 SSP/MT	21	52,5	Classificado

2. <u>Para entrega de documentos</u>: Dia 11/09/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 12/09/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.
2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:
2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;
a) Comprovante de escolaridade:
a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;
a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;
a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;
a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;
b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);
c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;
c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.
d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:
h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;
h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;
h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.
i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);
j) Comprovante de residência;
k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);
l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;
p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);
q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);
r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;
s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);
t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;
u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;
x) Cartão SUS
y) Cartão de Vacina
Edital publicado novamente em virtude de não ter sido publicado no site da prefeitura municipal.
3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 10 de setembro de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira
Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto
Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline Magalhães Feix
Secretária Municipal de Saúde

2

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2019/SAMAE,** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE**

NOVA CÉLULA DE RESÍDUOS CLASSE II-A COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NO ATERRO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT CONFORME NORMAS ABNT NBR 8419/92, NBR 13896/97, NBR 15113/ 04, NBR 12810/93, a empresa **SERRANA ENGENHARIA LTDA / CNPJ: 83.073.536/0001-64.**

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2019.

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Presidente da CPL – SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 005-2019 - PROCESSO SELETIVO 001-2019

EDITAL COMPLEMENTAR 005/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 001/201O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais. **Torna público a homologação das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo Nº 001/2019**, **pós recursos** destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Divulga os nomes dos candidatos com as **INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS** para realização da prova objetiva, conforme relação abaixo:

SALA 01 - UNEMAT					
MEDICO REGULADOR - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	1196	AGEU MARTINS	08755183-SSP/MT	26/12/1974	**DEFERIDO**
2	1409	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	94515815	25/09/1986	**DEFERIDO**
3	887	ANA CAROLINA RIBEIRO SILVA DE PAULA	13617193	25/09/1986	**DEFERIDO**
4	562	FABIO MENDES FERNANDES	07298173-1	06/04/1967	**DEFERIDO**
5	695	GISELE FERNANDA SANCHEZ	15222705-SSP-MT	19/11/1983	**DEFERIDO**
6	1149	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	17804582 SSPMT	04/06/1988	**DEFERIDO**
7	259	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	2003010060389	12/12/1987	**DEFERIDO**
8	1050	KETLYN KONAGESKI DA SILVA	138536130	04/04/1986	**DEFERIDO**
9	1148	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	30147000 SSP/MT	08/10/1989	**DEFERIDO**
10	1406	LUIZ FERNANDO VENTUROLI CUSTODIO	19413947 SSP	03/06/1988	**DEFERIDO**
11	856	NUBIA GOMES BARROS	MG-17.181.186-SSP-MG	22/10/1982	**DEFERIDO**
12	371	TIAGO TEIXEIRA LIMA SILVA	3606394 SEGUP/PA	10/08/1984	**DEFERIDO**
SALA 01 - UNEMAT					
MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	884	ABINADAB DA SILVA SIQUEIRA	2128162-9 MT	15/07/1990	**DEFERIDO**
2	305	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	2143352-6SSP/MT	07/10/1990	**DEFERIDO**
3	492	BRENNER HUMBERTO COSTA FERNANDES	18913954 SSP/MT	04/05/1986	**DEFERIDO**
4	588	CHRISTIANO DE AZEVEDO HERMIDA	011647276-2	27/06/1978	**DEFERIDO**
5	549	CRYSTHIAN DE BRIDA VIEIRA	22473580	23/05/1993	**DEFERIDO**
6	482	DAIANE SCHILO	1082948777 SJS/RS	22/11/1981	**DEFERIDO**
7	499	DENISE LIMA DE OLIVERIA	1096052-0 SSP/MT	17/06/1980	**DEFERIDO**
8	1437	GABRIEL GARCIA GARCIA	21706735	08/07/1992	**DEFERIDO**
9	487	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA		02/05/1984	**DEFERIDO**
10	828	JANETE CARVALHO COSTA	943470 SSP/MT	05/10/1975	**DEFERIDO**
11	484	JERRY DA SILVA MOTA	18223672 SSP/MT	26/06/1989	**DEFERIDO**
12	567	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	17804582 SSPMT	04/06/1988	**DEFERIDO**
13	827	JOENY DE CAMPOS	10363604 SSP/SP	07/09/1959	**DEFERIDO**
14	260	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	2003010060389	12/12/1987	**DEFERIDO**
15	455	LOHAN AFFONSO SILVA CAMPOS	16010086 SSPMT	21/10/1992	**DEFERIDO**
16	570	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	30147000 SSP/MT	08/10/1989	**DEFERIDO**
17	1231	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	13427962 SSP/MT	24/09/1982	**DEFERIDO**
18	83	RENAN MOURA TORRES	21481687 SSPMT	12/12/1990	**DEFERIDO**
19	1621	SAULO MANSUETO RODRIGUES PALMA	15849252	19/02/1988	**DEFERIDO**
20	791	THIAGO RIBEIRO DA SILVA		28/01/1991	**DEFERIDO**
SALA 02 - UNEMAT					
ENFERMEIRO - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	712	ADINALDO FONSECA DE SOUZA		24/08/2019	**DEFERIDO**
2	1241	ADSLEYANE RAMOS DE FRANÇA	19610475 SSP/MT	22/09/1989	**DEFERIDO**
3	1141	ALEX SABAI DA SILVA	681389	23/02/1982	**DEFERIDO**
4	375	ALINE MARCOLINO TEODORO	83091789 SSP	06/10/1982	**DEFERIDO**
5	1379	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	22268901 SSP-MT	30/04/1997	**DEFERIDO**
6	406	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES PINHEIRO	22203199 SSP/MT	03/12/1991	**DEFERIDO**
7	1096	ANA CARINA BENEVENUTO REIS	30947596	20/08/1980	**DEFERIDO**
8	994	ANA CARLA FERREIRA PICALHO	23757329	08/07/1996	**DEFERIDO**
9	313	ANA KAROLINA SOUZA BARROS	18408249	16/01/1995	**DEFERIDO**
10	312	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	12652814-SESP-MT	17/10/1981	**DEFERIDO**
11	1217	ANDRESSA BUSATO DE SOUZA	22293809 SSP/MT	08/01/1993	**DEFERIDO**
12	1049	ANGELICA GUIMARÃES TENÓRIO	22280812 SSPMT	29/12/1992	**DEFERIDO**
13	603	ANGÉLICA MARQUES SENTURION	2128509-8 SSP	06/09/1989	**DEFERIDO**
14	1637	BARBARA SPILERE MORETTO	17149908 SSP MT	15/12/1989	**DEFERIDO**
15	642	BRUNO PEREIRA DO NASCIMENTO	15201783 SSP/MT	25/02/1985	**DEFERIDO**
16	479	CAMILA ALVES DE SOUZA	23034823 SSP/MT	22/11/1994	**DEFERIDO**

17	1684	CAMILA MUCUTA DA SILVA	2187124-8 SSP	11/12/1997	**DEFERIDO**
18	517	CARLA CRISTINA BURG	23715081 SSP-MT	29/06/1996	**DEFERIDO**
19	22	CARLOS EDUARDO SCAGLIA ROSA	402708799	28/12/1982	**DEFERIDO**
20	766	CAROL DOS SANTOS MACHADO	0	26/08/2019	**DEFERIDO**
21	858	CAROLINA PICOLOTO	22715690 SSP/MT	20/08/2019	**DEFERIDO**
22	1507	CATIA CRISTINA DA SILVA DASSOW	16025318	16/10/1985	**DEFERIDO**
23	568	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	2226909-6 SSP-MT	02/01/1993	**DEFERIDO**
24	722	CLAUDIRENE DE OLIVEIRA MARQUES	19100078 SSPMT	29/05/1990	**DEFERIDO**
25	159	CLAYTON PELISAO FOLADOR	16453751	19/11/1984	**DEFERIDO**
26	781	DAIANE DANIELE VASCONCELOS LOURENÇO MATOS	11962409 SSPMG	21/02/1982	**DEFERIDO**
27	988	DANIELA STIVAL MACHADO	29947014	31/03/1977	**DEFERIDO**
28	1463	DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES	2051019-5-SSP-MT	07/03/1989	**DEFERIDO**
29	739	DANIELE KOCHI SANTOS DOS ANJOS	22381082	05/03/1992	**DEFERIDO**
30	215	DANIELY DE SOUZA SANTOS	25839560 SEJSP/MT	13/05/1995	**DEFERIDO**
31	78	DEYZE PINHEIRO AMADOR	26489120	03/12/1995	**DEFERIDO**
32	693	EDISEL PEREIRA DOS SANTOS	1198717020 SSPMT	16/07/1976	**DEFERIDO**
33	4	ELIANE CRISTINA RIBEIRO MARTINS	453961812	07/04/1982	**DEFERIDO**
34	1007	EVELLYN STEFANY DA SILVA SANTOS	22046763 SSPMT	27/02/1996	**DEFERIDO**
35	906	EVELYN FABRINI GASPAR	26381370	19/02/1981	**DEFERIDO**
36	180	FATIMA APARECIDA DA SILVA GRANADA	19799837 SSP/MT	01/04/1988	**DEFERIDO**
37	26	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	22284583 SSP/MT	28/05/2019	**DEFERIDO**
38	1741	FERNANDA PEREIRA DE ANDRADE	21221855 SSP MT	22/08/2019	**DEFERIDO**
SALA 03 - UNEMAT					
ENFERMEIRO - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
39	690	FLÁVIA SAIURY PASZKO DOS SANTOS	1139905 SESDEC	11/08/1992	**DEFERIDO**
40	1004	GABRIELA DA COSTA SOUZA	24943380	27/08/1996	**DEFERIDO**
41	1734	GABRIELLE AMARAL BEZAGIO	27016692 SSP/MT	30/11/1995	**DEFERIDO**
42	254	GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO	2313027-0 SSP/ MT	13/06/1991	**DEFERIDO**
43	300	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	15535410 SEJSP	25/05/1985	**DEFERIDO**
44	750	HELLEN CRISTINA MACHADO	22759140 SSPMT	21/08/2019	**DEFERIDO**
45	1754	INNGLEDY FABRICIA DEL MAZZO		22/08/2019	**DEFERIDO**
46	1389	ISAQUE NUNES DE SOUZA	18226864 POL CIVIL	22/01/1995	**DEFERIDO**
47	1059	IZABEL FEITOSA DELMONDES	11103973	20/05/1977	**DEFERIDO**
48	716	JANAINA RAQUEL PEDROSA MIRANDA		24/08/2019	**DEFERIDO**
49	52	JAQUELINE MARIANE DA SILVA SOUSA	2111992-9 SSP-MT	11/02/1992	**DEFERIDO**
50	84	JENIFFER FERNANDA GONÇALVES DA SILVA	22283706	15/07/1993	**DEFERIDO**
51	46	JESSICA ROSA MENDONCA	20384050 SSPMT	18/02/1991	**DEFERIDO**
52	211	JESSIKA RODRIGUES COSTA	16392019	08/03/1992	**DEFERIDO**
53	1453	JEYCILLANE EMANUELLE SANTOS DA SILVA	22589090 SSP	29/08/2019	**DEFERIDO**
54	1525	JOELY MARIA DE OLIVEIRA	2395855-3 SEJSP	20/12/1992	**DEFERIDO**
55	1396	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	9485767	28/08/2019	**DEFERIDO**
56	669	KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA	19771886	20/03/1990	**DEFERIDO**
57	965	KARLA HELOINA FERREIRA TORRES		02/10/1996	**DEFERIDO**
58	1046	LAIZZA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA VENTURA	22545026	28/02/1994	**DEFERIDO**
59	118	LEDINÉIA BENEDITO SILVA	2227445-6 SSP	03/09/1992	**DEFERIDO**
60	222	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	18506844 SSP	15/08/1993	**DEFERIDO**
61	216	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	13594591-SSP-MT	14/12/1972	**DEFERIDO**
62	355	LEYLANE APARECIDA DE PAULA GOMES	1867242	28/08/1993	**DEFERIDO**
63	765	LORRAYNE JARDIM VICENTE		15/10/1992	**DEFERIDO**
64	1691	LUCIENE CARLOS VIEIRA DUARTE	14382679	29/08/2019	**DEFERIDO**
65	1699	LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO	1604964-0 SSP/MT	22/08/1986	**DEFERIDO**
66	1414	MACSILENE APARECIDA TAVARES DE LIMA	12014311 SSP	02/03/1980	**DEFERIDO**
67	629	MAIARA DANDARA LOCATELLI	1764221-3 SSP/MT	12/04/1988	**DEFERIDO**
68	418	MAISE CRISTINA DA SILVA	2196779-2-SSP/MT	20/09/1990	**DEFERIDO**
69	221	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	20066341 SEJUSP/MT	19/10/1994	**DEFERIDO**
70	1384	MARIA APARECIDA DE QUADROS FELIX	14564483 SSP MT	25/10/1979	**DEFERIDO**
71	633	MARIA D CARMO DA SILVA	1544005 SSPMT	21/05/1969	**DEFERIDO**
72	1759	MARIANA SEGATTO	28815858 SSP/MT	16/04/1991	**DEFERIDO**
73	464	MARIELLI SOUZA MARQUES	18467750 SSP/MT	24/09/1992	**DEFERIDO**
74	1701	MARILENE SILVA NASCIMENTO	14754940 SSP MT	29/08/2019	**DEFERIDO**
SALA 04 - UNEMAT					
ENFERMEIRO - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
75	205	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	1952281-9 SSP/MT	12/10/1991	**DEFERIDO**
76	28	MONIQUE MAIRA MACIEL	18336213 MT	28/10/1987	**DEFERIDO**
77	367	MYRIAN GONÇALVES DOS REIS	22055827	02/11/1993	**DEFERIDO**
78	1438	NANCI GUSMÃO SILVA	19446438	29/08/2019	**DEFERIDO**
79	1060	NEY DANIEL BATISTA	10273743	14/05/1975	**DEFERIDO**
80	1383	NOABIA CRISTINA RODRIGUES MARCA	23209887 SSP-MT	26/02/1993	**DEFERIDO**
81	443	NYKELLY GUEDES FERREIRA	19189613 SSP MT	05/07/1988	**DEFERIDO**
82	848	PAMELA NEVES DE OLIVEIRA	19530960	07/11/1991	**DEFERIDO**
83	1490	PATRICIA SANTANA DA SILVA	22966412SSPMT	29/01/1992	**DEFERIDO**
84	727	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	17189594 SSP/MT	04/06/1989	**DEFERIDO**

85	1472	PRISCILA APARECIDA BIROLI DA SILVA PEDÃO	31149286	04/07/1982	**DEFERIDO**
86	767	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	18391087 MT	21/01/1985	**DEFERIDO**
87	504	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	15887324-SSP/MT	16/02/1984	**DEFERIDO**
88	16	REGIANE COELHO MILHOMEM RODRIGUES	460872 SSP TO	04/05/1987	**DEFERIDO**
89	1545	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	21229937 SSP/MT	13/07/1990	**DEFERIDO**
90	1404	REGINA QUEIROZ GONÇALVES	001123670 SEJUSP/MS	07/06/1982	**DEFERIDO**
91	169	REILLY PEREIRA MELO	2313315-5 SSP/MT	23/08/1991	**DEFERIDO**
92	1214	RHOANA KAREN SARAIVA	21741735 SSP	03/03/2019	**DEFERIDO**
93	900	RONDINELE AMARAL DA SILVA	10009455 SSP	16/12/1986	**DEFERIDO**
94	665	ROSANE DA SILVA LIMA	73324564	26/01/1979	**DEFERIDO**
95	1109	ROSICLEIDE SILVA DA COSTA	24147303 SSP	31/05/1994	**DEFERIDO**
96	610	RUBERVAL ARAUJO CANDIDO	10842822	26/05/1979	**DEFERIDO**
97	673	SAMARA LIMA CHILITE	19266812 SSP/MT	16/12/1991	**DEFERIDO**
98	1719	SANDIELY CRISTINA RIBEIRO ROELA	25040421 SESP	12/09/2019	**DEFERIDO**
99	228	SILVIA SOARES DOS SANTOS	299488408	27/09/1978	**DEFERIDO**
100	513	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	17867991 SSP/MT	23/01/1988	**DEFERIDO**
101	692	TAINE IZAURA SCARPATT GONÇALVES	2030998-8 SSP/MT	13/07/1990	**DEFERIDO**
102	1673	TAIRO BARROS BRANCO	0219131220025	26/06/1992	**DEFERIDO**
103	370	TATIANA CARMO FROES MORAES	285211390 SSP/SP	25/02/1976	**DEFERIDO**
104	847	TATIANE DA SILVA LIMA	20323158 SSP/MT	14/10/1987	**DEFERIDO**
105	294	VALÉRIA ARRUDA VILELA E SILVA	2290209-0 SSP	24/02/1995	**DEFERIDO**
106	547	VANESSA GABRIELLE DE SOUZA	19667604 SSP/MT	07/08/1991	**DEFERIDO**
107	1407	VANESSA PEREIRA VILELA	93240790	27/06/1990	**DEFERIDO**
108	1728	VILMA FRANCISCA DE ASSIS	14450178 SSP-MT	29/08/2019	**DEFERIDO**
109	1558	WELLYTON PEREIRA SANTOS	680594	14/12/1989	**DEFERIDO**
SALA 05 - UNEMAT					
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	1040	ADRIANA OLIVEIRA DE FARIAS	000666696	27/12/1978	**DEFERIDO**
2	974	ADRIELE APARECIDA DA SILVA	20711700	23/10/1987	**DEFERIDO**
3	3	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	25942174 SSPMT	16/01/1995	**DEFERIDO**
4	1768	ANA LUCIA OLIVEIRA SANTOS	22799168	23/01/1991	**DEFERIDO**
5	1663	ANDREA SUELY VINHAS QUEIROZ	20360665	26/02/1976	**DEFERIDO**
6	585	ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA	000502435 SSP/RO	17/01/1978	**DEFERIDO**
7	1704	ANGELA MARIA BARBOSA PARECIS	148274-3 SSP/MT	04/02/1978	**DEFERIDO**
8	1426	ANGELA PRISCILA SABINO DE OLIVEIRA		21/01/1989	**DEFERIDO**
9	491	ANGELA VIANA ALVES	12974056 SSPMT	02/09/1978	**DEFERIDO**
10	713	APARECIDA ERNESTO DE OLIVEIRA LIMA	54309210 SSP PR	24/08/2019	**DEFERIDO**
11	223	AUREA CRISTINA DE SILVA PEREIRA	1145055-0 SJ/MT	15/01/1979	**DEFERIDO**
12	396	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	02164981 SSP MT	11/09/1960	**DEFERIDO**
13	612	CAROLINE DA COSTA DINIZ	19128339	29/06/1988	**DEFERIDO**
14	1293	CILENE MARLI PAULO NAKAMURA	12503118 SSP/MT	21/02/1975	**DEFERIDO**
15	950	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	1002468	05/01/1975	**DEFERIDO**
16	740	DAYSILAINE SILVA MAGALHÃES SANTOS	22227563 SSP	09/03/1991	**DEFERIDO**
17	1526	SIMONEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO	2124522 SSP/AL	22/11/1982	**DEFERIDO**
18	426	EDENILSON RODRIGUES DA SILVA	87012093 SSP|PR	07/05/1984	**DEFERIDO**
19	1366	EDER SOARES VIEIRA SOUZA	24650331 SSPMT	01/06/1995	**DEFERIDO**
20	107	EDINALVA CARDOSO ANDRADE LIMA	2458182 SSP/DF	09/02/1980	**DEFERIDO**
21	236	EDJANIA DOS SANTOS	1545427-4 SSP/MT	21/03/1983	**DEFERIDO**
22	777	EDNA DA SILVA FERNANDES RIBEIRO	04985128511/DETRANMT	17/02/1982	**DEFERIDO**
23	1500	ELAINE FERREIRA DA SILVA	1713608-3	30/12/1984	**DEFERIDO**
24	505	ELEAZER ARAUJO DE ALMEIDA	19850352 SSP/MT	18/08/2019	**DEFERIDO**
25	467	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	859.786-SSP-MT	24/08/1972	**DEFERIDO**
26	1424	ELIDIORRAINE DE MOURA	23817461	01/01/1994	**DEFERIDO**
27	1123	ELIETE ALVAREZ CLEIN	12845140 SSPMT	15/06/1979	**DEFERIDO**
28	507	ELIZABET BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS	1499354-6 SSP/MT	04/08/2019	**DEFERIDO**
29	684	EVANEI FERREIRA DA SILVA SANTOS	15763161 SSP/MT	05/09/1981	**DEFERIDO**
30	937	FABIANA DE CARVALHO COUTO SILVA	1989279-9 SSP/MT	14/03/1989	**DEFERIDO**
31	95	FATIMA CRISTINA RODAS	7.062.686-1 SSP/PR	29/05/1980	**DEFERIDO**
32	714	FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA	21387559 SSP	24/08/2019	**DEFERIDO**
33	589	GILMARA CONSTANCIO DE LUNA	12700193 MT	23/10/1982	**DEFERIDO**
34	1057	GILVANIA DA SILVA VIEIRA	28213947	02/11/1984	**DEFERIDO**
35	1224	HANAIANY DOS SANTOS AMORIM	0394705420106 SESP M	11/11/1994	**DEFERIDO**
36	929	IVONE DOS SANTOS	630423 SSPMT	13/08/1967	**DEFERIDO**
37	1577	JANE KELLY DO CARMO BRUNO	16142055 SSPMT	17/08/1986	**DEFERIDO**
38	460	JOEL OLIVEIRA DA SILVA	21465681	04/04/1990	**DEFERIDO**
39	1467	JOSE ADEILDO ALVES DO NASCIMENTO	33918546 SEDS/AL	22/05/1992	**DEFERIDO**
40	117	JUCILENI APARECIDA SOARES	17534810 SSP/MT	12/01/1986	**DEFERIDO**
SALA PPGEL - UNEMAT					
TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
41	736	JULIANE IDALGO COSTA FLAUSINO	23340835 SSP MT	20/02/1985	**DEFERIDO**
42	876	KATIANE HOEPERS	21447772	08/09/1989	**DEFERIDO**
43	129	LAILLA HEVELIN MOURA DA SILVA	22581120 SSP MT	29/03/1994	**DEFERIDO**

44	1633	LAUDICEIA LORENSETTI	10960945 SJ/MT	27/08/1975	**DEFERIDO**
45	1454	LETICIA QUIRINO DA SILVA	17256550 SSOMT	12/06/1986	**DEFERIDO**
46	752	LILIANE SOARES VIEIRA	17649218 SSP/MT	21/10/1987	**DEFERIDO**
47	724	LUCELI APARECIDA RAMOS RAIMUNDO	15145735	05/09/1983	**DEFERIDO**
48	1702	LUCILENE DOS SANTOS BORBA	00001099451 SSP/RO	02/11/2019	**DEFERIDO**
49	1443	MARIA APARECIDA DE MORAES ABREU	08662010 SSP	30/04/1972	**DEFERIDO**
50	69	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE ARAUJO	2079126 SSP/GO	02/02/1971	**DEFERIDO**
51	800	MARIA LUZINETE FAUSTO DE MATOS	22203613 SSP/MT	20/07/1977	**DEFERIDO**
52	949	MARIA REGINA PEREIRA MARCELO	1099647-8 SSP/MT	21/07/1976	**DEFERIDO**
53	263	MARINA JOANA ALVES	604373	12/05/1967	**DEFERIDO**
54	1139	MARLI DA SILVA BANDEIRA	954.427 SSP/MT	13/08/1973	**DEFERIDO**
55	445	MAYARA DA SILVA MINATI	24862533 SSP MT	28/09/1994	**DEFERIDO**
56	100	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	1785564-0 SSP/MT	16/12/1989	**DEFERIDO**
57	1672	MIRAILZA MATIS DE SOUZA	15033597 SSP PR	09/07/1981	**DEFERIDO**
58	373	NADIR APARECIDA DOS REIS GONÇALVES	859178 SSP	04/04/1970	**DEFERIDO**
59	167	NADIR SANDES ESPINDOLA	623469 SSP/MS	24/08/1971	**DEFERIDO**
60	441	NAZINHA APARECIDA MARTINS PEGO OLIVEIRA		22/08/2019	**DEFERIDO**
61	630	NEUZA GLORIA DA SILVA	22028110	26/05/1985	**DEFERIDO**
62	1114	NIEDJA ALVES DE SOUZA	32545258	03/03/1987	**DEFERIDO**
63	358	NILZETE GONÇALVES MARQUES	1316996-3 SESP/MT	23/08/1965	**DEFERIDO**
64	503	ODINETE DE OLIVEIRA DA MACENA	12632147-MT	14/11/1979	**DEFERIDO**
65	1135	RAFAELA DOS SANTOS SILVA	24783412	17/08/1995	**DEFERIDO**
66	414	REJANE DO NASCIMENTO SILVA	16319338	25/05/1980	**DEFERIDO**
67	515	ROSEANE VICENTE DA SILVA	1161756-0 SSP/MT	22/08/2019	**DEFERIDO**
68	926	ROSELI RODRIGUES DE SOUZA	287542 RO	09/12/1964	**DEFERIDO**
69	859	ROSILENE PEREIRA GAMA	1609576-6 SSP/MT	09/04/1974	**DEFERIDO**
70	473	ROSIVANIA ALVES DA SILVA	5379118	29/10/1980	**DEFERIDO**
71	128	SANDRA DO PRADO SILVA	17660440 SSPMT	22/05/1985	**DEFERIDO**
72	1548	SANDRA ELIANE BUREI MARTINS	9352996 SSP/MT	10/03/1974	**DEFERIDO**
73	1368	SANDRA FERREIRA DA SILVA	820711 SSPTO	22/06/1986	**DEFERIDO**
74	694	SELIEL BINDANDE	844672 MT	14/04/1971	**DEFERIDO**
75	1478	SIRLEY ALVES PESSOA	11254840-SSP-MT	23/01/1976	**DEFERIDO**
76	413	VANDELICE DE OLIVEIRA GARCIA	68687624SSPPR	27/02/1967	**DEFERIDO**
77	909	VANILDA APARECIDA DA SILVA	20529112	26/08/2019	**DEFERIDO**
78	1211	VERA LUCIA DE LIMA	28522656 SSP	12/08/2074	**DEFERIDO**
79	425	VILMA CANDIDA DA SILVA	16345115 SSP/SP	28/07/1963	**DEFERIDO**

SALA 6 - UNEMAT

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU

Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**ASSINATURA**
1	1540	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	16885244	21/06/1978	**DEFERIDO**
2	111	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	14088045 SSPMT	12/07/1980	**DEFERIDO**
3	904	ANA LIGIA MUNHOZ	001414171 SSP MS	26/08/1972	**DEFERIDO**
4	1712	ANA PAULA GRAMULHA GARCIA		23/08/2019	**DEFERIDO**
5	1045	ANDERSON MOREIRA BRITTS	11229756 SJ/MT	18/10/1980	**DEFERIDO**
6	732	ANTONIO MARCOS FONSECA DE SOUZA		25/08/2019	**DEFERIDO**
7	648	CAMILA DE JESUS SANTOS	21377391	28/04/1989	**DEFERIDO**
8	915	CLELIA DE SOUZA SANTOS DE OLIVEIRA	09699228	19/10/1966	**DEFERIDO**
9	1161	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	10764135 SSP	30/12/1972	**DEFERIDO**
10	1075	CRILDA RAMOS DA CRUZ	872114	01/09/1973	**DEFERIDO**
11	1750	EDILENE SILVA EMBURANA	22574735 SSPMT	07/04/1992	**DEFERIDO**
12	903	EVA APARECIDA DE PAULA MARTINS	634074 SSPMT	08/07/1968	**DEFERIDO**
13	910	EVA DE JESUS NASCIMENTO	626.942-SSP-MT	12/08/1968	**DEFERIDO**
14	422	FABIULA DA SILVA	23272880 SSP/MT	18/04/1994	**DEFERIDO**
15	281	FERNANDA DE PAULA MARQUES	10404902	02/01/1978	**DEFERIDO**
16	1228	FRANCELIZIA RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA	25235478 SSP	28/09/1991	**DEFERIDO**
17	1423	FRANCIELI DE JESUS PEREIRA	21267707	28/08/2019	**DEFERIDO**
18	717	FRANCIELLEN ALVES TERENA	2223109-9 SSP/MT	05/10/1989	**DEFERIDO**
19	731	FRANCISCO FÁBIO CARNEIRO	21574480 SSP/MT	01/04/1991	**DEFERIDO**
20	13	GISELLE GRIPP DA SILVA	18542921 SSP-MT	21/04/1986	**DEFERIDO**
21	24	INES MARTINS DE SOUZA	1628128-4 SSP/MT	28/02/1984	**DEFERIDO**
22	782	IZONIDIA DE JESUS NOGUEIRA SILVA	18432883 SSP MT	14/06/1988	**DEFERIDO**
23	338	JACINTA PINHEIRO DOS SANTOS	371855068 SSP	19/05/1988	**DEFERIDO**
24	437	JIMMY CARTER GUERRA	115570095	11/04/1982	**DEFERIDO**
25	18	KERIMA KATRINI RODIRGUES BORGES DE MELO	21496943 SSP/MT	06/07/1991	**DEFERIDO**
26	1102	LEIDIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	24242756 SSPMT	22/01/1991	**DEFERIDO**
27	1226	LUCIANA BATISTA DE SOUZA	04478978062	09/05/1985	**DEFERIDO**
28	1200	LUCIANA SILVA SOUZA	32495609	16/09/1980	**DEFERIDO**
29	868	LUCILENE DE OLIVEIRA PEREIRA	1580313-9 SSP/MT	07/03/1977	**DEFERIDO**
30	173	MAICON ANTONIO LACERDA BENTO	18850375	20/08/2019	**DEFERIDO**
31	1292	MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS E MADALENA P.	136.335-4/SSP-MT	17/09/1971	**DEFERIDO**
32	301	MARCIA REGINA DA SILVA	10405640	21/12/1975	**DEFERIDO**
33	1371	MARCIA REGINA MILHOMEM ARAUJO DA SILVA	16031890	28/09/1981	**DEFERIDO**
34	230	MARIA GLEIS MONTANINI FERREIRA	1345467-6 SSP-MT	10/10/1980	**DEFERIDO**
35	711	MARIA NATALICIA DOS SANTOS CORDERIRO	15314120 SSPMT	15/01/1982	**DEFERIDO**

36	1285	MARLI NASCIMENTO PEREIRA	0963361	12/07/2019	**DEFERIDO**
37	15	MARX ALLAN FREIRE DA SILVA	14427400 SSP/MT	11/01/1984	**DEFERIDO**
38	98	MATEUS BUCIANELLI OLIVEIRA	21702187 SSPMT	05/12/1991	**DEFERIDO**
39	1176	NÁDIA DO VALE SANTOS	505773703 SSP/SP	02/07/1985	**DEFERIDO**
40	218	NATYLLA DA SILVA DUARTE	7060172 SSP/PA	18/08/1998	**DEFERIDO**
SALA 7 (PGMP) - UNEMAT					
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
41	218	NATYLLA DA SILVA DUARTE	7060172 SSP/PA	18/08/1998	**DEFERIDO**
42	278	OZEANE MIRANDA SILVEIRA	712186	19/05/1982	**DEFERIDO**
43	318	PAMELLA CRISTINA DA SILVA	2160139-9 SSP	18/12/1990	**DEFERIDO**
44	1748	RITA DE CASSIA RODRIGUES CHAVES	30777917 SEDSAL	26/02/1988	**DEFERIDO**
45	1597	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	11492538 SSP/MT	04/06/1975	**DEFERIDO**
46	395	ROSENILDA DE FATIMA FERREIRA	1281080-0	29/12/1979	**DEFERIDO**
47	376	SIRLEI RAMOS DA SILVA	20381808 SSPMT	31/03/1987	**DEFERIDO**
48	674	SUELY GOMES DOS SANTOS	MG 15261271 SSPMG	22/11/1985	**DEFERIDO**
49	1707	TATIANE DA SILVA BRITO MORINIGO SAMUEL	2486343-2 SSP/MT	30/10/1983	**DEFERIDO**
50	356	VALDENICE BARRETO SANTOS	13.757.971 SSP/MG	07/02/1985	**DEFERIDO**
51	975	VALDIRENE BARBOSA DA SILVA GRIBLER	862038 SSPMT	03/09/1972	**DEFERIDO**
52	786	VALDIRENE PEREIRA ALVES	12014052SSP MT	06/08/1977	**DEFERIDO**
53	282	VANIA CORREA STASIAK DOS SANTOS	1639325-2 SSP/MT	01/03/1982	**DEFERIDO**
54	8	VANIA GRIPP DA SILVA	20105681 SSP MT	18/06/1988	**DEFERIDO**
55	361	WELLINGTON DIEGO DA CONCEIÇÃO	16382951 SSP	21/03/1990	**DEFERIDO**
56	412	WEVELLYN HENRIQUE VALDOMERI	2239641-1 SSP/MT	16/12/1994	**DEFERIDO**
SALA 8 - UNEMAT					
RADIO OPERADOR - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**ASSINATURA**
1	832	ADRIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	1642442-5 SSPMT	19/01/1987	**DEFERIDO**
2	972	AILTON DE ARAUJO BEZERRA	32327927	16/02/1994	**DEFERIDO**
3	628	ALEFE DIAS DA SILVA	17512506 SSPMT	22/05/1988	**DEFERIDO**
4	1263	ALEXANDRE AUGUSTO NICOLAU	2075779-4	18/09/1989	**DEFERIDO**
5	30	ALEXANDRE JOSE SILVEIRA	21221634 SSP/MT	26/04/1992	**DEFERIDO**
6	1256	ALLAN COSTA BARBOSA	28026942 SSP	29/12/1995	**DEFERIDO**
7	1325	AMADOR LOPES DOS SANTOS	537297 SSP/MT	25/02/1969	**DEFERIDO**
8	1509	AMANDA APARECIDA BRIZANTE CORDEIRO	28320930 SSP MT	18/10/1996	**DEFERIDO**
9	1634	ANA PAULA DA GUIA PINHEIRO LEAL	14859831	12/05/1981	**DEFERIDO**
10	703	ANA VITÓRIA RODRIGUES AMORIM	2510265-6 SSPMT	05/03/2000	**DEFERIDO**
11	1118	ANGILENE SOARES DA CUNHA	22275649	28/08/2019	**DEFERIDO**
12	793	ANTONIA CLARA PIMENTA DA SILVA	0536135720148	04/05/1999	**DEFERIDO**
13	1508	ANTONIO DONIZETE FIGUEIREDO DA SILVA	25535013	26/06/1973	**DEFERIDO**
14	1308	APARECIDA PORFIRIA DOS ANJOS	001687225	06/08/1978	**DEFERIDO**
15	1563	BRUNO FELIPE DA SILVA CRUZ	22500510	09/07/1998	**DEFERIDO**
16	1252	CAMILA ARRUDA DA SILVA	22477071	24/05/2001	**DEFERIDO**
17	678	CAMILA DANIELLE VECHI	21482110	14/10/1991	**DEFERIDO**
18	569	CARINE CRISTIANE ZILLI	6001284 SSPSC	15/03/1994	**DEFERIDO**
19	21	CARLA MALU SCHWAN	22297138	06/06/1996	**DEFERIDO**
20	1528	CARLOS CÉSAR LOPEZ MESQUITA	5422745	26/02/1988	**DEFERIDO**
21	1067	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	0826562-3 MS	22/05/1975	**DEFERIDO**
22	197	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	21447020 SSPMT	26/11/1992	**DEFERIDO**
23	849	CLECIO PEREIRA RAMOS	537346326	10/09/1979	**DEFERIDO**
24	1436	DAIANE DE SOUZA NANTES	24288390 SSP	21/03/1996	**DEFERIDO**
25	579	DAMIAO ROSA	271696SSP/MT	17/01/1959	**DEFERIDO**
26	1450	DANIEL GOMES DA SILVA DONATONI	1397598	04/11/1997	**DEFERIDO**
27	911	DIEGO FARIAS NASCIEMNTO	25732277	05/02/1996	**DEFERIDO**
28	1356	DOUGLAS DA SILVA RIBEIRO	25040600 SEJSP	28/08/2019	**DEFERIDO**
29	284	DOUGLAS PEREIRA DO SANTOS	26809133	07/01/1999	**DEFERIDO**
30	390	EDUARDA GONÇALVES BARBOZA	27269310	11/07/2001	**DEFERIDO**
31	798	ELIANDRA MARIA SOUZA	16121686 SSPMT	17/11/1980	**DEFERIDO**
32	928	ELIANE BACH ANDRADES	18666019/SSP-MT	10/12/1982	**DEFERIDO**
33	1013	ELISSAMA TEODORO GALEAZZI	18533604	13/12/1991	**DEFERIDO**
34	463	ELIVÂNIA SOUZA GRINIVALD	27321355 SESP	03/08/1996	**DEFERIDO**
35	779	ELOENIA DE ANDRADE CARVALHO	28755545	28/08/1999	**DEFERIDO**
36	1278	EMANOEL VAGNER VIRGULINO DE SOUZA	4420807	11/06/2001	**DEFERIDO**
37	1021	ESTHER PEREIRA DOS SANTOS	27328732	04/05/1999	**DEFERIDO**
38	1789	FABIANA CORREA	15222853	23/12/1981	**DEFERIDO**
39	807	FAGNA PEREIRA DA SILVA	30176603	28/05/1999	**DEFERIDO**
SALA 9 - UNEMAT					
RADIO OPERADOR - SAMU					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**ASSINATURA**
40	110	FELIPE AZEVEDO DOS SANTOS	2196919-1 SSP/MT	29/06/1997	**DEFERIDO**
41	1001	GEOVANA NATASHA DA SILVA	2644259-0 SSP/MT	20/06/1998	**DEFERIDO**
42	171	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	14612909	10/04/1984	**DEFERIDO**
43	676	GISLAN DOS SANTOS VALÉRIO		04/05/2001	**DEFERIDO**
44	759	GIVALDO VALERIO	882099SE	25/08/2019	**DEFERIDO**

45	130	GRACYANE DI MARTINI LANDIM	21520577 SSP/MT	10/07/1999	**DEFERIDO**
46	393	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA NASCIMENTO	2465011	05/10/1999	**DEFERIDO**
47	1580	GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA	230266-9 MASCULINO	31/08/1996	**DEFERIDO**
48	25	HEVERTON DE ALMEIDA HAENISCH	18752284	18/12/1993	**DEFERIDO**
49	544	HUGO HENRIQUE DONATO RIBEIRO	23039272 SSP	01/12/1992	**DEFERIDO**
50	1778	ISABEL CRISTINA REBELATTO	14332043	01/02/1976	**DEFERIDO**
51	1669	ISABELA CRISTINA BOURET QUEIROZ SARAIVA	28762401	20/03/2019	**DEFERIDO**
52	680	IZOLETE KLOTZ SANTIN	27630749 SESP	09/01/1979	**DEFERIDO**
53	572	JACKELINE MORAIS MACHADO	22546359 SSP	28/08/1995	**DEFERIDO**
54	149	JAQUELINE LEMES SILVA	2852188-9 MT GROSSO	27/10/1997	**DEFERIDO**
55	845	JEFERSON FERNANDES CARDOSO	18288782 SSP	27/03/1987	**DEFERIDO**
56	857	JEFFERSON BANDEIRA DOS SANTOS		05/04/1995	**DEFERIDO**
57	867	JEOVANIO BORGES DOS SANTOS	1263659705 SSP	26/10/1984	**DEFERIDO**
58	1186	JOÃO VITOR ROQUETTI TAVARES	27029506	01/04/2001	**DEFERIDO**
59	640	JOAQUINA MARIA DE JESUS NETA	24122840	09/09/1997	**DEFERIDO**
60	1611	JOSE ELEILSON DOS SANTOS	20499035	02/05/1988	**DEFERIDO**
61	775	JOSELITO JOAQUIM DA SILVA	14365081 SSP	11/12/1979	**DEFERIDO**
62	881	JULIA GRACIELE LOPES LEÃO	23227630	03/10/1990	**DEFERIDO**
63	442	JULIANO SIDINEI SZURLAN	25205960 SSP MT	25/04/1996	**DEFERIDO**
64	1600	JULIO CEZAR VENANCIO LIRA	906501	18/08/1974	**DEFERIDO**
65	1390	JUSCIMAR GOMES DE OLIVEIRA	1913692-7 MT	28/03/1984	**DEFERIDO**
66	92	KAMILLA EMILY SANTOS SILVA	25585517 SSP/MT	19/06/1997	**DEFERIDO**
67	1656	KELLI CRISTINE OTOWICZ DA SILVA	000763274	16/08/1983	**DEFERIDO**
68	377	KELVIN SILVA REZENDE	20605692	24/09/1992	**DEFERIDO**
69	1710	KETHLEN MORAIS DE OLIVEIRA	27782293	12/07/1999	**DEFERIDO**
70	116	LARISSA COSTA DO NASCIMENTO PAZZETTO	14798883	13/01/1984	**DEFERIDO**
71	86	LIDIANE VALERIANA DOS SANTOS	14144913 SSP/MT	23/04/1986	**DEFERIDO**
72	1364	LUANA APARECIDA COSTA	28955501 IDIDAMDP	21/08/2000	**DEFERIDO**
73	1581	LUCAS DE OLIVEIRA TERRA		30/06/1994	**DEFERIDO**
74	1786	LUCAS GABRIEL MARTINS DA SILVA	22617736 SSP/MT	13/05/1991	**DEFERIDO**
75	490	LUCAS VIANA HIRT	25126008	29/07/1998	**DEFERIDO**
76	268	LUCIENE DALVA APARECIDA PAMEIRA	1532990-9	15/04/1980	**DEFERIDO**
77	1700	LUCILENE DOS SANTOS BORBA	00001099451 SSP/RO	02/11/2019	**DEFERIDO**
78	990	MANOEL MESSIAS PONTES LIMA	2474991 SSP	19/12/1988	**DEFERIDO**
79	511	MARCIA DE JESUS SILVA	2364884 SSPMT	09/04/1984	**DEFERIDO**
80	1238	MARENIL A SILVA ANRADE	13231570 SSPMT	30/03/1981	**DEFERIDO**

SALA 10 - UNEMAT

RADIO OPERADOR - SAMU

Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
81	1543	MARIA JOYCE MORAIS	200877819 CE	30/04/1999	**DEFERIDO**
82	1602	MATIAS DA SILVA FELIX	13042190	21/02/1982	**DEFERIDO**
83	541	MIGUEL GNOATTO	48865 SSP-RO	04/12/1971	**DEFERIDO**
84	1333	MONALIZA GRACIELA CIRIACO ARAUJO	17489067 SSP/MT	28/02/1988	**DEFERIDO**
85	415	MORIEL FERREIRA DO NASCIMENTO	1545484-3SSP/MT	11/10/1984	**DEFERIDO**
86	164	MURILO DE BRITO GONÇALVES	22719199 SSPMT	20/10/1998	**DEFERIDO**
87	1646	MYLENA BORGES DA CRUZ	22682074 SSP	12/03/1998	**DEFERIDO**
88	140	NAW ALLY SILVA CHAGAS	26444682 SSP	21/05/1997	**DEFERIDO**
89	1564	ODAIR JOSE DOS SANTOS ZEMETHEK	22617671	30/07/1992	**DEFERIDO**
90	256	RAFAEL DINIZ FELIPE	2882190-4	01/08/1997	**DEFERIDO**
91	1093	RAFAEL KONAGESKI DOS SANTOS	23426195 SSP MT	02/02/2019	**DEFERIDO**
92	1392	RAY VELOZO DINIZ	2128631-0 MT	13/10/1990	**DEFERIDO**
93	668	RAYLA IONARA RODRIGUES DA CRUZ	29074703 SESP/MT	24/04/1999	**DEFERIDO**
94	709	RENATA NUNES DE SOUZA	16851905 SSP/MG	15/09/1988	**DEFERIDO**
95	753	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	24861421	08/12/1993	**DEFERIDO**
96	271	ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA	10159017	10/11/1977	**DEFERIDO**
97	365	RODOLPHO SANTOS SOUSA	19702272 SSPMT	23/04/1992	**DEFERIDO**
98	369	ROGERIO ALBUES MARQUES DE SAMPAIO	798808	15/06/1973	**DEFERIDO**
99	453	ROSANE HELLMANN DA SILVA	17899451	05/09/1984	**DEFERIDO**
100	1159	SALVADOR PEREIRA RODRIGUES NETO	1884802-8 SSP/MT	10/10/1989	**DEFERIDO**
101	120	SAMARA GONÇALVES DA SILVA	18164242 SSP/MT	09/01/1991	**DEFERIDO**
102	558	SHEIELLEN OLIVEIRA BARBOSA	2435838-0 MT	17/12/1994	**DEFERIDO**
103	1538	SILVIO DE MELO JUNIOR	18627137SSPMT	24/08/1987	**DEFERIDO**
104	331	SILVIO SANTOS	23617179 MT	28/10/1992	**DEFERIDO**
105	1326	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	1435467-5 SSP/MT	08/07/1980	**DEFERIDO**
106	1573	SONIELY CHAVES MIRANDA	22811664 SSP	21/01/1998	**DEFERIDO**
107	521	TAYNARA KATYELLI CUSTODIO	26094452	22/08/2019	**DEFERIDO**
108	1144	THAIZA MARIELLY CAMPOS PORTA	2463763-7	28/08/2019	**DEFERIDO**
109	805	THOMAS KRAUSE	31743064	29/11/1958	**DEFERIDO**
110	1473	TIAGO DOS SANTOS ANDRADE	22610278 SSP/MT	02/07/1993	**DEFERIDO**
111	957	VALDIRENE ALVES	15972267 SSP/MT	05/10/1978	**DEFERIDO**
112	557	VALDIRENE DE OLIVEIRA	4067574469-SSP/PR	18/10/1972	**DEFERIDO**
113	760	VANESSA DE SOUZA OLIVEIRA	185444231	05/11/1988	**DEFERIDO**
114	229	VANUSA CARAFINI DA SILVA	22611622 SSP	01/06/1991	**DEFERIDO**
115	1550	VITOR HUGO BARBOSA INOCENCIO	22065270	11/10/1993	**DEFERIDO**

116	214	VITOR OLIVEIRA DE TOLDA	30417856	26/05/1999	**DEFERIDO**
117	1071	WALTER SANTOS SILVA JUNIOR	21871256 SSP	27/02/1995	**DEFERIDO**
118	146	WELLINGTON RODRIGUES DE ALMEIDA	21103569	21/03/1989	**DEFERIDO**
119	182	WEVERTON DOS SANTOS SILVA	26570262 16135	28/10/1996	**DEFERIDO**
SALA 11 - UNEMAT					
COZINHEIRA - LEI 3340/2010					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	1133	ADILENE MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	1455029-6	01/06/1966	**DEFERIDO**
2	306	ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO	7.924.225-0 SSP/PR	29/06/1980	**DEFERIDO**
3	1089	ALESILDA QUIRINO DOS SANTOS	15882292	20/09/1984	**DEFERIDO**
4	1230	BRIGIDA DOS SANTOS SILVA	58805897	13/09/1981	**DEFERIDO**
5	772	CRISTIANE APARECIDA ZAVERUKA	24600512	19/12/1980	**DEFERIDO**
6	1131	CRISTINA APARECIDA OLIVEIRA ARAGAO	10096612	11/10/1967	**DEFERIDO**
7	1387	DARLETE BRIGUENTI MELATO	14767457SSPMT	20/09/1975	**DEFERIDO**
8	1291	SIMONE DE OLIVEIRA PEREIRA	17239036 SSP MT	14/12/1976	**DEFERIDO**
9	984	ELISANGELA APARECIDA DE BRITO	17872634 SSPMT	05/04/1984	**DEFERIDO**
10	353	FATIMA ANTONIETA PELISAO GOMES	28105770	12/06/1961	**DEFERIDO**
11	1519	FATIMA CONCEICAO SOARES	17796318	14/03/1973	**DEFERIDO**
12	809	GABRIELA TALITA BORGES	19274572	14/02/1989	**DEFERIDO**
13	1783	GEANE CARLA DA LUZ	16354753 SSP/MT	08/10/1983	**DEFERIDO**
14	600	HELENI CLAUDIO DA SILVA	16618521 SSP	17/09/1976	**DEFERIDO**
15	431	IZABEL CRISTINA CASTRO NASCIMENTO	08397457	28/01/1971	**DEFERIDO**
16	1638	JESSICA SIQUEIRA DA COSTA	24863424 SEJSPMT	11/03/1993	**DEFERIDO**
17	88	JOSELI MARIA FERREIRA DA SILVA	765672 SSP/MT	27/06/1963	**DEFERIDO**
18	1094	KATIA INACIO DA SILVA		14/11/1985	**DEFERIDO**
19	408	KEILA APARECIDA DA SILVA	01316546 SSP/MS	10/11/1980	**DEFERIDO**
20	514	KEILA SANDRA FERREIRA DOS SANTOS SARDI	1068777-7 SESPMT	18/11/1974	**DEFERIDO**
21	96	LEILA FRANCISCA DE LIMA	12702463 SSP/MT	04/08/1984	**DEFERIDO**
22	1715	LEILA RAMOS BATISTA	272284	24/10/1956	**DEFERIDO**
23	1782	LUANA SOARES DA SILVA	2481281 SSP/MT	27/05/1996	**DEFERIDO**
24	1188	LUCIANA SOARES DA SILVA	24813737	04/10/1994	**DEFERIDO**
25	566	LUCILENE BENTO DA SILVA SASSO	1172141-3 SSP/MT	02/01/1969	**DEFERIDO**
26	1260	LUCIMAR MARIA MIRANDA RIBEIRO	1304695-0 SSP/MT	14/08/1971	**DEFERIDO**
27	440	LUCIMARA SANTOS QUEIROS	13315382 SSP MT	06/02/1980	**DEFERIDO**
28	1190	MARCIA APARECIDA GUIMARAES	1695977-9 SSP	15/08/1982	**DEFERIDO**
29	1335	MARIA APARECIDA SOARESIII	1008112-7 MS	26/03/1979	**DEFERIDO**
30	1248	MARIA APARECIDA VAZ	1250186-7MT	19/04/1972	**DEFERIDO**
31	501	MARIA DE FATIMA NETO DE SOUZA	946460 SSP MT	13/06/1974	**DEFERIDO**
32	783	MARIA EVA APARECIDA HOEPERS	15850994 SSPMT	20/04/1985	**DEFERIDO**
33	1219	MARIA JOSE DOS SANTOS	19375352	02/02/1966	**DEFERIDO**
34	564	MARIA ZILDA ALVES BARBOSA NETO	699899 SSP MT	25/03/1966	**DEFERIDO**
35	298	MARINEIDE JOSE DA SILVA SORATI	1094325-0-SSP-MT	20/06/1977	**DEFERIDO**
SALA 12 - UNEMAT					
COZINHEIRA - LEI 3340/2010					
Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
36	1677	MARINETE BOLANDIN	17788463	18/11/1983	**DEFERIDO**
37	1274	MIRTES DIAS DE CARVALHO	1666121-4 SSP/MT	10/07/1976	**DEFERIDO**
38	551	NEUZA MAZALLI	23660988	19/10/1965	**DEFERIDO**
39	1483	NINA DE SOUZA	1018444 SSP	28/11/1972	**DEFERIDO**
40	1774	RENATA DA SILVA	22244807 SSPMT	01/06/1994	**DEFERIDO**
41	1151	ROSIMEIRE DE ALMEIDA FERREIRA	14224658 SSP MT	15/07/1977	**DEFERIDO**
42	1095	ROSALI APARECIDA DOS SANTOS	0001	09/08/1981	**DEFERIDO**
43	1501	SANDRA APARECIDA DA SILVA	2057942-0 MT	29/08/2019	**DEFERIDO**
44	1717	SANDRA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	14379821	05/04/1969	**DEFERIDO**
45	893	SELMA AMORIM DE OLIVEIRA	03874656 SSP/MT	10/07/2019	**DEFERIDO**
46	1181	SILMARA FERREIRA DA ROCHA	21810460	03/07/1985	**DEFERIDO**
47	897	SILVANA BORGES DE OLIVEIRA		09/06/1980	**DEFERIDO**
48	1586	SILVANA SOARES SANTOS	37214635-1 SSP/MT	07/04/1976	**DEFERIDO**
49	480	SIOMARA CORDEIRO BORGES	0910561	11/12/1972	**DEFERIDO**
50	1683	SIRLEI ROCHA DA SILVA	596526	14/08/2019	**DEFERIDO**
51	865	SOLIMAR BENICIO DA SILVA MORAES	15461785 SSPMT	20/06/1984	**DEFERIDO**
52	1302	TATIANE DE OLIVEIRA BATISTA	21046697	04/05/2019	**DEFERIDO**
53	1574	THAIS SANTOS LOPES	27893103	11/04/1992	**DEFERIDO**
54	1767	VALDETE APARECIDA DOS SANTOS	0748827-0 SSP/MT	05/07/1971	**DEFERIDO**
55	1419	VANIA REGINA DALOCO TEIXEIRA	728350	30/01/1973	**DEFERIDO**
56	438	WELITA CRISTINA DA SILVA	19666764 SSPMT	01/10/1985	**DEFERIDO**
SALA 12 - UNEMAT					
ARTESÃO PROG. CAPS					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	1747	ALISSON LUCAS BALDIN BRUNETTO	13680161	13/12/1984	**DEFERIDO**
2	664	ANTONIO LUCIMAR TEIXEIRA	919.106-MT	19/03/1971	**DEFERIDO**
3	1152	BEATRIZ SEIBERT ROMÃO	28475640 SSP/MT	26/10/1997	**DEFERIDO**
4	1039	CRISTIANE SILVA PORTILHO VILA NOVA	1464901-2-SSP-MT	13/11/1981	**DEFERIDO**
5	297	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	2771914-6 SSP/MT	17/01/1998	**DEFERIDO**

6	401	ISAAC ALVES DE OLIVEIRA	21807477	06/01/1995	**DEFERIDO**
7	138	JAQUELINE LEMES SILVA	2852188-9 MT GROSSO	27/10/1997	**DEFERIDO**
8	176	JULIANA SILVA SANTOS	19807260 SSP-MT	16/01/1989	**DEFERIDO**
9	1703	LIZA KEIKO MORISHITA	61226168 SSP/PR	23/12/1976	**DEFERIDO**
10	639	PALISMARI PEREIRA	046631727248	29/08/1982	**DEFERIDO**
11	1312	PRISCILA DE ARAUJO		28/04/1990	**DEFERIDO**
12	250	RAIANE DUTRA PEREIRA	2623400-9 SEJSP	28/07/1994	**DEFERIDO**
13	597	THAYNARA ANDREIA ANDRADE	24632600 SSPMT	11/06/1997	**DEFERIDO**
SALA 13 - UNEMAT					
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	269	ADEVANI AKOIZOKEMAE	28444647	04/05/1990	**DEFERIDO**
2	9	CECILIA ROSA CALIXTO	16094611-MT	15/03/1980	**DEFERIDO**
3	122	CLAUDINICE AZONAZOKERO	21465983	25/01/1990	**DEFERIDO**
4	264	DOLESTINA PEREIRA KOREM AZOKERO	26886812	08/12/1998	**DEFERIDO**
5	1127	ELENICE KOENOEZOKERO	25150308	15/05/1993	**DEFERIDO**
6	1124	ELIANDRA NAIZOKEMAZOKERO	2600290-6 SSP/MT	11/08/1992	**DEFERIDO**
7	836	GILMAR KOLOIZOMAE	19631987	16/02/1986	**DEFERIDO**
8	1357	GRACINHA ZALONAZOKERO	2600294-9 SSP/MT	02/11/1983	**DEFERIDO**
9	1115	ILISANE KAREMAZOKERO	29114721	17/04/1993	**DEFERIDO**
10	561	MARILZA GONCALVES DA SILVA	604821 SSP/MT	21/10/1973	**DEFERIDO**
11	270	ODIVALDO ALUIZOMAE	935279 SSP/MT	20/08/1971	**DEFERIDO**
12	258	OSEIAS REGINALDO PEREIRA	2626127-8 SSP/MT	28/08/1972	**DEFERIDO**
13	1399	ZELINO AZOMARE	23958022	25/12/1992	**DEFERIDO**
SALA 13 - UNEMAT					
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI FORMOSO					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	918	ALINE FELIPE DA SILVA	22870245 SSP MT	21/09/1989	**DEFERIDO**
2	429	ANGÉLICA BOTOLUSSI DOS SANTOS	14174820 SSP/MT	06/02/1975	**DEFERIDO**
3	113	EDNA MARIA PEREIRA	3265771	04/10/1952	**DEFERIDO**
4	1185	ELISANGELA VIEIRA FERREIRA		28/08/2019	**DEFERIDO**
5	206	IZABEL BARROS DE MENDONCA	653028 SSP MT	26/07/1962	**DEFERIDO**
6	529	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	20282079 SSP MT	26/04/1987	**DEFERIDO**
7	1729	LAERTES DA SILVA CARIAGAS JUNIOR	17130476	14/09/2019	**DEFERIDO**
8	1015	MARCILENE MARIANO DA SILVA	13648403	25/08/1980	**DEFERIDO**
9	189	MARIA ZILDA NETO DE SOUZA	10404350	19/09/1976	**DEFERIDO**
10	1203	MERCIA GERALDO PEREIRA	2965551 SSP PB	19/01/1984	**DEFERIDO**
11	1300	REGIANE MORAIS BORGES	001870184 SSP MS	30/11/2019	**DEFERIDO**
12	1434	ROSELY FERNANDES CARVALHO DA SILVA	14807351 SSP	14/03/1971	**DEFERIDO**
13	1037	ROSIANE SANTANA DE ARRUDA	24595152 SSP	05/06/1990	**DEFERIDO**
SALA 13 - UNEMAT					
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI ZOZOITERO					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	527	ADRIANO SANTANA DAMASCNA	22698191	30/06/1994	**DEFERIDO**
2	1029	AMANDA SANTANA DE ARRUDA	22274901 SSP MT	23/11/1988	**DEFERIDO**
3	776	AZELIANA ZOKOENOERO	24898155	21/04/1987	**DEFERIDO**
4	121	CLAUDIA APARECIDA SAL	33103542SSP	21/07/1979	**DEFERIDO**
5	1378	JOSINETE NEZOKERO	22410511	09/05/1987	**DEFERIDO**
6	1568	LEIDINIRA HEZOIZOKEMAIRO	2416162-4 SSP/MT	18/05/1986	**DEFERIDO**
7	1730	MICHELI CRISTINA MEIRA CARVALHO	2805903-4 SSPMT	25/06/1998	**DEFERIDO**
8	19	NEUDVANIA ONAEZOKENAZOKAEROSE	19669682 SSP/MT	02/12/1989	**DEFERIDO**
SALA 13 - UNEMAT					
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA - EMI CABECEIRA DO OSSO					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	741	ELIZEU CARLOS VIEIRA	000874880	06/09/1981	**DEFERIDO**
AUDITÓRIO - UNEMAT					
1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**ASSINATURA**
1	982	AGRONI RODRIGUES DE OLIVEIRA	21003580	23/11/1986	**DEFERIDO**
2	1636	ALEXANDRE ROBERTO FAVIN	11532513SSPMT	26/02/1979	**DEFERIDO**
3	1091	ALEXSANDRO CANDIDO	15773922	17/08/1985	**DEFERIDO**
4	1183	ANA LUCIA DE OLIVEIRA MENDONCA	14860180	24/08/2019	**DEFERIDO**
5	1641	ANA MIELE BORGES	19222432 SSP MT	04/02/1992	**DEFERIDO**
6	1088	ANAILZA CAROLINO	22214178	12/04/1991	**DEFERIDO**
7	246	ANDELA DE OLVEIRA SILVA	21004250	27/07/1990	**DEFERIDO**
8	947	ANDREIA COTRIM DE JESUS	16635159	14/10/1985	**DEFERIDO**
9	132	ANDRELINA RODRIGUES PEIXOTO	2173545-0 SSP/MT	03/04/1989	**DEFERIDO**
10	1635	ANGELA MARIA DALLA NORA DOS SANTOS	5981387-0	18/05/1970	**DEFERIDO**
11	1480	BENIELLE LOURENCO DE SOUZA	34753303	20/02/1993	**DEFERIDO**
12	862	BRUNA DA SILVA ZAMBELLI SANTOS	27172953	17/09/1995	**DEFERIDO**
13	1405	BRUNA RIBEIRO AZAMBUJA	27782611	15/09/1996	**DEFERIDO**
14	976	CLAUDETE BARBOSA LEITE	789.471 SSPMT	24/10/1965	**DEFERIDO**
15	584	CLAUDINEA GONCALVES DE OLIVEIRA	833897 SSP/MT	12/08/1972	**DEFERIDO**
16	1003	CLEIDE PEREIRA DOS SANTOS I	15235785-SSP-MT	20/07/1984	**DEFERIDO**

17	535	CREUNICE LELIS AZAMBUJA	15896994 SSP	17/08/1990	**DEFERIDO**
18	502	CRISTINA FERREIRA DE LIMA BARBOSA	12643939	03/11/1978	**DEFERIDO**
19	1459	DAIANE CRISTINA RODRIGUES PEREIRA	1928986-3 SSP/MT	31/01/1990	**DEFERIDO**
20	895	DAYANE CRISTINA BORGES DOS SANTOS	25086189	02/04/1994	**DEFERIDO**
21	946	DIEGO CARVALHO DA SILVA	24807010	18/05/1993	**DEFERIDO**
22	1477	DILETA VEIGA	1677245-8 MT	27/10/1978	**DEFERIDO**
23	1398	DIVANETE DA SILVA RIBEIRO	10688080	14/03/1970	**DEFERIDO**
24	1644	EDLEUZA DA SILVA SOUZA	18627269	04/06/1985	**DEFERIDO**
25	945	ELEANDRA VIVIANA DA SILVA	19733607 SSP/MT	17/01/1987	**DEFERIDO**
26	1562	ELIANE RIBEIRO DA COSTA	19612800	24/10/1975	**DEFERIDO**
27	157	ELISA RODRIGUES GOULART	000977477	30/07/1986	**DEFERIDO**
28	40	ERINALDA MARTINS DE JESUS	2484503 SSP PB	19/09/1982	**DEFERIDO**
29	869	EURACI ALVES P FERREIRA		16/10/1980	**DEFERIDO**
30	1157	EVA CRISTINA GOMES DE SOUZA	2365142-3 SSP	22/01/1987	**DEFERIDO**
31	1025	EVA PIRES MOURA	23560037	10/08/1980	**DEFERIDO**
32	1760	FERNANDA CORSINO DA SILVA	18546706	27/11/1986	**DEFERIDO**
33	1146	FLAVIA VIANA DOS SANTOS	2241516-5	15/05/1992	**DEFERIDO**
34	685	FRANCISCA NATYELY DA SILVA	7454644 SSP/PA	16/03/1996	**DEFERIDO**
35	615	GILSIMAR DE SANTANA NEVES	19478488	16/09/1986	**DEFERIDO**
36	208	GISELE DIAS DA SILVA	23634928	23/08/1993	**DEFERIDO**
37	1032	HERICA ALVES DE MENEZES	23445661 SSPMT	03/11/1992	**DEFERIDO**
38	1098	ILDA DE JESUS BARBOSA	17852790	28/12/1978	**DEFERIDO**
39	265	IRACEMA SOARES DA SILVA	12840513	25/08/1964	**DEFERIDO**
40	913	JAINE FELIX SANTOS		14/08/1996	**DEFERIDO**
41	114	JAQUELINE DE LIMA SILVA RODRIGUES	21896755 SSPMT	01/11/1990	**DEFERIDO**
42	979	JESSICA MUSULI DA SILVA SOARES	2261745-0 SSP/MT	12/05/1993	**DEFERIDO**
43	162	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	000878582	17/07/1984	**DEFERIDO**
44	1582	JOAO CARLOS PEREIRA	1254955-3	25/12/1980	**DEFERIDO**
45	1642	JOICE PEREIRA TEIXEIRA		03/12/2019	**DEFERIDO**
46	1216	JOSE CUSTODIO SILVEIRA LEDO	728981-SSP-MT	28/09/1969	**DEFERIDO**
47	145	JOSINEI GONÇALVES DA SILVA	27160661	27/05/2000	**DEFERIDO**
48	102	JOSIVALDO CONCEICAO DA SILVA	586322279	31/03/1983	**DEFERIDO**
49	1251	JOYCE SANTOS DE SOUZA	27882071 SESP	21/11/1999	**DEFERIDO**
50	602	KESIA GOMES GONTIJO	1570502-1 SSP/MT	02/05/1985	**DEFERIDO**
51	1445	LAURA TANIETH DA SILVA FERNANDES	1270702-3 SSP/MT	14/08/1979	**DEFERIDO**
52	746	LEIA DA SILVA PERES FRANCO	15774155	08/02/1984	**DEFERIDO**
53	1401	LENIRA MARCELINO ROSA	001179818	17/08/1969	**DEFERIDO**
54	1512	LORRAINE SANTANA NASCIMENTO	29657881	22/06/2001	**DEFERIDO**
55	1653	LOURIVANIA BISPO PEREIRA		02/11/1996	**DEFERIDO**
56	762	LUANA FERREIRA DA SILVA	22550887	26/09/1999	**DEFERIDO**
57	1351	LUCINEIA DE SOUZA SANTOS	17461120	08/03/1982	**DEFERIDO**
58	1273	LUCINEIA MAGALHAES DOS SANTOS	17971705 SSP/MT	15/11/1985	**DEFERIDO**
59	481	LUIZ CARLOS SCHULTZ	21848955 SSP/MT	14/03/1962	**DEFERIDO**
60	344	MAGLANA DE OLIVEIRA SILVA	3802168 DGPC/GO	23/02/1977	**DEFERIDO**
61	466	MANOEL ALDO ALVES	07000057	22/08/2019	**DEFERIDO**
62	1006	MARCIA SIMOES BARBOSA	10377417	11/10/2019	**DEFERIDO**
63	820	MARCIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	19447361 SSP/MT	08/05/1979	**DEFERIDO**
64	795	MARIA APARECIDA DA SILVA XIII		01/02/1982	**DEFERIDO**
65	1362	MARIA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	2098958-0 SSPMT	13/01/1977	**DEFERIDO**
66	1542	MARIA GEANI VASCONCELOS	3514070/2000 SSP/CE	06/08/1982	**DEFERIDO**
67	160	MARIA GEJUINA DE CARVALHO XAVIER	25970437-SSP-MT	15/06/1984	**DEFERIDO**
68	1736	MARIA JULIETA DA SILVA	1052491-6 SSPMT	18/07/1975	**DEFERIDO**
69	530	MARIA SANTANA	781938 SSP/MT	16/02/1972	**DEFERIDO**
70	1079	MARILCE MENDES DA SILVA	1118636-4 SSP MT	11/10/1977	**DEFERIDO**
71	1044	MARLENE REIS DA SILVA	20571852	11/09/1979	**DEFERIDO**
72	94	MARLENE RODRIGUES	14952858	07/06/1972	**DEFERIDO**
73	780	MAURA VITORINA GONCALVES		11/09/1979	**DEFERIDO**
74	1223	MERILUCIA DA SILVA ANDRADE	17586941 SSP	26/11/1982	**DEFERIDO**
75	556	MICHELE NOGUEIRA RAMOS	2309201-7	01/10/1991	**DEFERIDO**
76	1604	MIRIAM DOS REIS CRUZ	2209116-5 SSP/MT	29/06/1989	**DEFERIDO**
77	233	NATHALYA MACHADO DE SOUZA	26533820	16/09/1996	**DEFERIDO**
78	941	NEIDE DE JESUS CARVALHO	6703874 SC	08/06/1970	**DEFERIDO**
79	1675	NELZILANE DA COSTA	1090867-6 SSP/MT	17/06/1973	**DEFERIDO**
80	1662	PAMELA CRISTINA FERREIRA	24144266 SSPMT	29/08/2019	**DEFERIDO**
81	1030	PATRICIA CORREIA NASCIMENTO	20669771	02/12/1987	**DEFERIDO**
82	1765	PAULA DAYNNE FERREIRA DA SILVA	26519240	17/01/2001	**DEFERIDO**
83	606	ROCIO RAQUEL DIAS	18192866	28/11/1985	**DEFERIDO**
84	1108	ROSIMAR DOS SANTOS ALECRIN	22300384	22/10/1990	**DEFERIDO**
85	1198	ROSANGELA ALVES DOS SANTOS	2118167-5 SSP/MT	07/01/1982	**DEFERIDO**
86	829	ROSANGELA CLEMENTE	16583604 -SJMT	29/08/1981	**DEFERIDO**
87	1221	ROSANGELA DE SOUZA COSTA	18760791	07/02/1986	**DEFERIDO**
88	1654	ROSEANA PEREIRA DE LOYOLA	1621582-6 SSP MT	23/02/1985	**DEFERIDO**
89	1448	ROSIANE MACHADO BARBOSA SAMPAIO	25095528 SSP/MT	11/12/1993	**DEFERIDO**
90	533	ROSILENE CRISTINA DA SILVA ASSIS	956543 SESDC RO	11/10/1985	**DEFERIDO**

91	1627	ROSINEIA PEREIRA CAMPOS	16407644	11/11/1983	**DEFERIDO**
92	936	SILVONE ALVES FERNANDES	1111435-5-SSP-MT	28/07/1978	**DEFERIDO**
93	1023	SIRLEI APARECIDA PARO	1340052-5 SSP/MT	08/04/1978	**DEFERIDO**
94	1208	SOLANGE DE OLIVEIRA	2035664-1	09/08/1983	**DEFERIDO**
95	651	SONIA MARA CAMARGO DE SOUZA	75781881- SSP/MT	17/04/1977	**DEFERIDO**
96	932	TAINARA GABRIELE LIMA DE OLIVEIRA	27527913 SSP MT	16/09/1999	**DEFERIDO**
97	1305	TATIANE ALVES BATISTA	21619751 SSP/MT	13/09/1988	**DEFERIDO**
98	1751	THAYNARA FERREIRA DE SOUZA	10096976 PE	01/05/1998	**DEFERIDO**
99	139	VALDETE GONÇALVES PINTO	12702110	24/01/1975	**DEFERIDO**
100	1780	VALDINEIA SIMOES	1104682-1 SJ/MT	03/02/1976	**DEFERIDO**
101	942	VALERIA DOS SANTOS	28817907	17/11/1997	**DEFERIDO**
102	77	VANESSA PEREIRA NUNES	18543944 SSP	06/01/1989	**DEFERIDO**
SALA 14 - UNEMAT					
MOTORISTA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	614	ADAILDO RODRIGUES MARTINS JUNIOR	17992150 SSP/MG	01/01/1992	**DEFERIDO**
2	812	ALDENILSO BARBOSA PEREIRA	21900639	04/10/1991	**DEFERIDO**
3	689	ALECSON ANDREOTTI SOARES	16859189	29/08/1984	**DEFERIDO**
4	948	ALEX SILVA RUIZ	09175601	22/09/1975	**DEFERIDO**
5	604	ALEXANDRE JOAO RIBEIRO	13292528 SSP/MT	18/01/1983	**DEFERIDO**
6	1546	ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA	19090633 SSP/MT	29/08/2019	**DEFERIDO**
7	634	AMAURI ANTONIO PINTO	14605767 SSP/MT	06/07/1983	**DEFERIDO**
8	525	ANAEL MENDES SANTOS	11251018 SSP/MT	11/03/1981	**DEFERIDO**
9	771	ANDRE ALVES DA SILVA	20360932 SSP	13/12/1988	**DEFERIDO**
10	808	ANDRE LUIZ COSTA ARTERO	1717329-9 SSP/MT	22/09/1986	**DEFERIDO**
11	613	ANTONIO CARLOS DE SOUZA	03567354 SSP/MT	26/05/1966	**DEFERIDO**
12	363	CICERO INACIO DE SOUZA	0293522-8 SSP/MT	09/03/1962	**DEFERIDO**
13	1172	CLAUDINEI SOBRINHO DE SOUZA	1509474-0 SSP/MT	10/10/1985	**DEFERIDO**
14	172	CLEBER FERREIRA DA SILVA	14754517 SSP/MT	11/09/1981	**DEFERIDO**
15	1468	CLEVISON CERQUEIRA DA SILVA	001012075	29/08/1978	**DEFERIDO**
16	657	DAMIAO GOMES FURTADO	204560890/SSP-CE	22/05/1973	**DEFERIDO**
17	7	DANILO DE LIMA VAROLI	241604655	15/08/1985	**DEFERIDO**
18	1310	DEIVISON DIOGO DOS SANTOS	10756558	20/04/1977	**DEFERIDO**
19	493	DELFINO GOMES DE MORAIS	2608498	08/07/1985	**DEFERIDO**
20	1517	DENILSON MIRANDA DA SILVA	18986285	22/11/1987	**DEFERIDO**
21	273	DEYVID RODRIGUES DOS SANTOS	20417276	18/05/1989	**DEFERIDO**
22	853	DOUGLAS HELDER DA SILVA	19808003SSP/MT	12/04/1991	**DEFERIDO**
23	1065	EDMILSON AVELINO PORFIRIO	1171552-9	28/08/2019	**DEFERIDO**
24	336	EDSON VENICIUS JULIAO NEFTES DE CARVALHO	22274650	21/09/1992	**DEFERIDO**
25	1612	ERASMO DE SOUZA	47830010 SSP/PR	24/10/1968	**DEFERIDO**
26	917	EVANDRO GARCIA DE MENDONÇA	31673376	10/02/1976	**DEFERIDO**
27	1191	FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES BERIGO		08/12/1993	**DEFERIDO**
28	774	FRANCISCO LENILSON DOS SANTOS	16079728 SSP/MT	13/04/1983	**DEFERIDO**
29	560	FRANCISMAR DE SOUZA	10196625-MT	28/10/1975	**DEFERIDO**
30	1614	HENRIQUE DA COSTA COELHA	19898444	02/08/1989	**DEFERIDO**
31	1204	ITAMAR KLOPPE	1620797	14/08/1965	**DEFERIDO**
32	598	JAILTON COSTA DA SILVA	07427514 SSP/MT	30/03/1973	**DEFERIDO**
33	161	JAMIL SILVERIO DO NASCIMENTO	4767468 SSP MG	07/05/1969	**DEFERIDO**
34	899	JANIO CRISOSTOMO DA SILVA	12944602-SSP-MT	08/02/1980	**DEFERIDO**
35	240	JEAN MORAIS DA SILVA	20580444 SSP	19/04/1991	**DEFERIDO**
36	1336	JEFFERSON ALEX DA SILVA	14758393SSP/MT	15/10/1993	**DEFERIDO**
SALA 15 - UNEMAT					
MOTORISTA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
37	283	JOAO BATISTA OENNING	18912-MTE/MT	21/08/2019	**DEFERIDO**
38	734	JOAO CRISTIANO CARDOSO	19356277 MT	02/06/1983	**DEFERIDO**
39	458	JOÃO PAULO AFONSO	15750884-MT	22/10/1987	**DEFERIDO**
40	1316	JONAS APARECIDO NINFA DE ARANTES	1771929-1 SSP/MT	16/05/1986	**DEFERIDO**
41	1008	JOSE CARLOS FERENCINI FILHO	12084425	19/12/1984	**DEFERIDO**
42	1165	JOSE FERNANDES TEIXEIRA	276176376 SSP/SP	13/08/1969	**DEFERIDO**
43	1413	JOSE NILDO ALVES DA SILVA SANTOS	2118456SSPAL	04/03/1985	**DEFERIDO**
44	1588	JULIANO SOUZA VIEIRA CUSTODIO	2509549-8 SSP/MT	23/07/1994	**DEFERIDO**
45	1607	KETLIN SUSIAN LODI	18122574	27/08/1992	**DEFERIDO**
46	516	LEANDRO DE MELO LIMA	12701491 SSPMT	05/07/1983	**DEFERIDO**
47	1330	LEANDRO DE SOUZA NUNES	28321065	29/06/1995	**DEFERIDO**
48	1264	LEANDRO MACHADO EISING	1110982	04/10/1990	**DEFERIDO**
49	1596	LEOCIR KROETZLER	14600331	04/11/1984	**DEFERIDO**
50	1671	LUIZ CARLOS DA SILVA FLORES	24463124	26/08/1993	**DEFERIDO**
51	1053	MARCELO DA SILVA MOURA	20663030 SSP/MT	15/03/1988	**DEFERIDO**
52	316	MARCIO JOSE DA SILVA	19300859 SSPMT	10/04/1986	**DEFERIDO**
53	1268	MARCOS ANTONIO MUNIZ PONTES	17400740 SSP MT	22/08/1985	**DEFERIDO**
54	360	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	29678975 SSP/SP	10/11/1977	**DEFERIDO**
55	1762	MICHEL RODRIGO SOARES BASSO	1936578-0 MT	25/07/2019	**DEFERIDO**
56	1199	NATALIA KEFENYN CLEMENTE FREITAS	26741806 SEJSP	03/08/1995	**DEFERIDO**

57	131	NILDECI MARIA DA COSTA MOTA	1545433-9 SSP/MT	28/02/1978	**DEFERIDO**
58	1078	PAULO RICARDO FRANÇA DA SILVA	20715617 SSP	09/05/1990	**DEFERIDO**
59	1072	PEDRO RENILDO ANTON	98002129273 SSPCE	16/12/1962	**DEFERIDO**
60	1110	REGINALDO LORIN	15612759 SSP/MT	05/10/1983	**DEFERIDO**
61	101	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	12821322 SSP/MT	20/12/1981	**DEFERIDO**
62	873	RICHARD PESSOA DE SOUZA		29/09/2019	**DEFERIDO**
63	1720	ROBISON TEIXEIRA BARBOSA	26534592	04/01/1996	**DEFERIDO**
64	57	RONALDO DE MIRANDA	17704812	03/06/1987	**DEFERIDO**
65	1370	RONALDO TEODORO DA SILVA	13019104 SSPMT	02/09/1981	**DEFERIDO**
66	470	RONEI RAMOS DO NASCIMENTO	13616404 SSP MT	06/06/1980	**DEFERIDO**
67	219	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	70330 MTE MT	23/09/1981	**DEFERIDO**
68	308	SABINO LEAL DE LIMA	1468436-5 SSP/MT	19/04/1985	**DEFERIDO**
69	471	VALDENIR DOS SANTOS	225965 SSP/MT	19/05/1961	**DEFERIDO**
70	1328	VALDIRENE MOTTES DA SILVA	000800178 MS	19/10/1977	**DEFERIDO**
71	1491	VALTEMIR GOMES DE SOUZA	13472917	30/04/1982	**DEFERIDO**
72	1661	VINICIUS GODINHO BUENO	01696260167	03/04/1990	**DEFERIDO**
73	91	WILSON ELIAS A. FILHO	531530292	12/11/1976	**DEFERIDO**
SALA 16 - UNEMAT					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ATLETISMO					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	1099	ACENIL DE SOUZA DELFINO	13119990 SSP- MT	01/01/1982	**DEFERIDO**
2	279	CLAUDIA MIREIA BAR		07/09/1978	**DEFERIDO**
3	217	CRISTOFER RILQUER DE BRITO SILVA	16073720	21/09/1989	**DEFERIDO**
4	921	JARINA DE MATOS	22211063	27/07/1989	**DEFERIDO**
5	1757	ROSINEI DA CRUZ CARVALHO	13652990 SSP/MT	13/10/1980	**DEFERIDO**
6	1299	TASSYANE MONTEIRO	2162188-8 SSP/MT	25/03/1993	**DEFERIDO**
SALA 16 - UNEMAT					
INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/JUDÔ					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	1408	RONALDO DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO	1950674-0 SSP MT	06/06/1989	**DEFERIDO**
2	1249	WILLIAN PINHEIRO DE SOUZA	21719191	03/06/1990	**DEFERIDO**
SALA 16 - UNEMAT					
PROFESSOR GEOGRAFIA					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	191	CELIO DE ANDRADE SANT ANNA	0088961255	20/04/1970	**DEFERIDO**
2	1166	ENIO DA COSTA RAMOS	13670689	18/11/2019	**DEFERIDO**
3	1269	ERICA HAESE	939838	01/12/1986	**DEFERIDO**
4	763	IVANIR GOMES DOS SANTOS	14906244 SSP MT	14/09/1982	**DEFERIDO**
5	1650	LAYANE APARECIDA DE ALMEIDA DE NOVAES	20613806 SSP/MT	06/03/1992	**DEFERIDO**
6	761	LEANDRO GONÇALVES DE MATOS	18505910 SSPMT	14/07/1986	**DEFERIDO**
7	462	MACIEL FERRAZ BERBEL	877680	09/02/1970	**DEFERIDO**
8	532	MERIAN SOARES DE SANTANA	19414323	09/03/1984	**DEFERIDO**
9	72	NATALI MARIELA MANSANO ORNEL	18934994 SSPMT	17/07/1989	**DEFERIDO**
10	292	NATYELI PAIVA ROCHA	22840079	28/05/1992	**DEFERIDO**
11	39	PRISCILA ALVES CORDEIRO SILVA	14426080SSPMT	01/05/1987	**DEFERIDO**
12	1373	RENATO DELUQUI	19616333 SSPMT	19/11/2019	**DEFERIDO**
13	618	RODRIGO CONCEIÇÃO DELUQUI	18536557 SSP	04/09/1985	**DEFERIDO**
14	1145	ROSENI DE FATIMA PEREIRA	1040229	07/10/1976	**DEFERIDO**
15	20	RRAFAEL VICENTE DE MOURA	2002015055245 SSP	01/02/1988	**DEFERIDO**
SALA 16 - UNEMAT					
PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA - SEMAS					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**
1	1791	ADONIAS XAVIER MACEDO NETTO	15313328 SSP/MT	25/04/1988	**DEFERIDO**
2	59	AFONSIELLY DE SOUZA	22274219 SSPMT	27/05/1993	**DEFERIDO**
3	11	ANDRE LUIZ DE JESUS	12981010-SSP-MT	29/08/1977	**DEFERIDO**
4	67	EDUARDO BANDIERI	14417472 MT	05/10/1982	**DEFERIDO**
5	1706	GABRIEL PRESTES DE FREITAS	25255274	16/05/2020	**DEFERIDO**
6	186	JOEL LAURENTINO DA SILVA	896022	18/08/2019	**DEFERIDO**
7	644	LARISSA MARTINS MENDES	17189121	21/10/1993	**DEFERIDO**
8	76	LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA	25957120 SSP/MT	30/07/1997	**DEFERIDO**
9	1598	MARCOS ENEAS CORREIA DA ROCHA	2000001170192	19/08/1987	**DEFERIDO**
10	930	PEDRO HONORIO DOS SANTOS PAIVA	23713852	30/01/1995	**DEFERIDO**
11	1298	RAFAEL BARRETES DE FRANCA	19934947 SSP/MT	08/01/1991	**DEFERIDO**
12	1579	RODRIGO AGUIAR ZANESCO	15222667 SSP/MT	19/02/1988	**DEFERIDO**
13	962	RODRIGO CHAVES SOARES	25487000	04/12/1996	**DEFERIDO**
14	339	ROGERIO MEIATO GONÇALVES	24381730-SSP/MT	26/09/1993	**DEFERIDO**
15	1779	SERGIO REIS PEREIRA	14439107 SSPMT	21/12/1983	**DEFERIDO**
16	1380	SILVIO ALMEIDA DE MELO	542423-SSP/MT	28/08/2019	**DEFERIDO**
SALA 17- UNEMAT					
PEDAGOGO - SEMAS					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
54	411	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	11660520SJMT	09/03/1978	**DEFERIDO**
55	625	MARIA SUZANA DE SOUZA FEITOSA	3801962 SSDS	26/02/1991	**DEFERIDO**
56	1429	MARINES DA CRUZ SALERMO	828966	17/06/1970	**DEFERIDO**

57	996	MIRALVA DA SILVA MIGUEL	16215877	06/07/1982	**DEFERIDO**
58	1352	MONICA SILVA OLIVEIRA DE ALMEIDA	2518039-8 SSP/MT	15/11/1994	**DEFERIDO**
59	1337	NILMA SONIA CONDIDA	09714863	13/05/1972	**DEFERIDO**
60	966	OZENIDE DA SILVA MOREIRA	1791605-4	07/07/1987	**DEFERIDO**
61	526	PRISCILA QUINTINO DA SILVA	22743979	04/10/1991	**DEFERIDO**
62	697	RAYANE HIORRANE PAIDA DE SOUSA	2653700-1 SSP-MT	16/08/1997	**DEFERIDO**
63	1153	RAYANE PAMELA DE ALMEIDA GOMES	23712090 SSPMT	11/05/1992	**DEFERIDO**
64	1064	REGINA APARECIDA DOS SANTOS	13332724	25/04/1979	**DEFERIDO**
65	1559	REGINA TEIXEIRA	22284184-SSP-MT	11/02/1976	**DEFERIDO**
66	636	RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES	21899681	25/03/1966	**DEFERIDO**
67	1784	ROSIMEIRE DIAS DA SILVA	15313808	12/03/1984	**DEFERIDO**
68	1334	ROSANA MIRIAN SANTANA	1145155-6/SESP-MT	16/10/1975	**DEFERIDO**
69	993	ROSELY DOURADO PORTUGUES DE PAIVA	3880888 SSP/GO	15/04/1971	**DEFERIDO**
70	379	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	15634418 SSP/MT	23/08/1985	**DEFERIDO**
71	1513	ROSILENE SANTANA	132926-5 SSP MT	09/12/1979	**DEFERIDO**
72	813	RUTH DAS GRACAS PEREIRA		03/03/1979	**DEFERIDO**
73	210	SALETE DE FATIMA DE OLIVEIRA SOUZA	18216340	20/12/1984	**DEFERIDO**
74	397	SILVANA PESSOA	12264040	21/04/1971	**DEFERIDO**
75	852	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	2884199 SSP GO	17/09/1969	**DEFERIDO**
76	1193	SILVIA BRUNA TEODORO FERREIRA DA CRUZ	22812229 SSP/MT	17/12/1991	**DEFERIDO**
77	520	SIRLEI MARCELINO DIAS	1052145-3/SSP-MT	18/05/1975	**DEFERIDO**
78	590	SIRLEI PINTO DA CUNHA	20714831SSPMT	03/12/1970	**DEFERIDO**
79	1428	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	2466521-5 SSP MT	19/04/1995	**DEFERIDO**
80	495	TATIANE DA SILVA MAIA	23513772 SSP	04/11/1992	**DEFERIDO**
81	1033	VALDETE DIAS CORREA BREGINSKI	21	18/04/1983	**DEFERIDO**
82	1354	VANESSA DA SILVA OLIVEIRA SOUZA	630469313	22/08/1990	**DEFERIDO**
83	34	VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA	1240769-0	10/09/1979	**DEFERIDO**
84	1771	VANUBIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS HENRIC	17571995 SSP/MT	18/09/1987	**DEFERIDO**
85	1010	WISLAINE CRISTINA DA SILVA	12699888	11/01/1983	**DEFERIDO**
SALA 18- UNEMAT					
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - SEMEC					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	1494	ADRIANA SOUZA DA SILVA	14910969	30/07/1981	**DEFERIDO**
2	1681	ALESSANDRA NEVES DAS CANDEIAS ANDRADE	32292443-0 MT	27/11/2019	**DEFERIDO**
3	1121	ANA PAULA DOS SANTOS	22896201	02/06/1991	**DEFERIDO**
4	1679	ANGELA MARIA DA SILVA	15791840	27/01/1972	**DEFERIDO**
5	486	ANTONIA DE SOUZA S. DOS SANTOS	0872665-5/MT	25/04/1962	**DEFERIDO**
6	127	BIANCA FELSTROWICH DALLA NORA	30229987	21/11/2000	**DEFERIDO**
7	315	CAMILA CRISTINA NEVES VEREDIANO		27/07/2001	**DEFERIDO**
8	1497	CAROLINE RAIANE FERREIRA PERREIRA	26746310 SSP MT	15/11/1998	**DEFERIDO**
9	861	CLAUDIA DE JESUS SANTANA	1558278-7 SSP/MT	07/08/1977	**DEFERIDO**
10	1048	CLEONICE DA SILVA RIBEIRO	1676720-9 SSP/MT	12/04/1975	**DEFERIDO**
11	934	CLEUSA DE LIMA ALVAREZ	1623374-3 SSP/MT	05/11/1980	**DEFERIDO**
12	601	CLEUSA FERREIRA DE MELO	19927355	27/12/1981	**DEFERIDO**
13	434	CLEUZA MARIA CAETANO DUARTE	16411307 SSP	26/02/1964	**DEFERIDO**
14	1648	CRISTIANE APARECIDA PRESTE DA COSTA	17746361 SSP/MT	14/02/1987	**DEFERIDO**
15	1374	DALVINA MELATO	957512SSP/MT	26/05/1965	**DEFERIDO**
16	1175	DAYANE SENA BORGES	27754634	23/08/1995	**DEFERIDO**
17	1262	SIMONE TEIXEIRA ILDEFONSO	1890800-4 SSP/MT	30/04/1988	**DEFERIDO**
18	843	DENIS DE JESUS BARBOSA	21839875	12/07/1980	**DEFERIDO**
19	1645	EDILEUZA PEIXOTO DE AZEVEDO	1043303-1 SSP/MT	21/10/1975	**DEFERIDO**
20	924	EDJAINE FELIX SANTOS	15451887	27/10/1975	**DEFERIDO**
21	1255	ELAINE FONSECA MIRANDA	32750986	15/12/1999	**DEFERIDO**
22	1119	ELIANA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	1974655-5 SSP/MT	22/02/1987	**DEFERIDO**
23	1505	ELIANE FERREIRA FELIX		02/08/1980	**DEFERIDO**
24	1237	ELZA RODRIGUES DE SOUZA GRINIVALDO		06/12/1972	**DEFERIDO**
25	1061	EMANUELLY CRISTINA DA SILVA CINTRA	22421629 SSPMT	25/09/1992	**DEFERIDO**
26	841	ERICA TEODORO JOTA	21565163 SSP/MT	30/05/1989	**DEFERIDO**
27	1117	EVAIR TIMOTEO DE OLIVEIRA		25/01/1994	**DEFERIDO**
28	655	FABRÍCIO NUNES ALVES	18523480 MT	01/12/1989	**DEFERIDO**
29	801	FERNANDA MORAIS DA SILVA	5.124.971-5 SSP/SC	08/07/1980	**DEFERIDO**
30	1195	FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA		12/10/1980	**DEFERIDO**
31	578	FLOMIRA RODRIGUES DE ALMEIDA	309748 SSPMT	04/10/1961	**DEFERIDO**
32	1018	GENICLEIA DA SILVA ARAUJO	1581978-7 MT	14/09/1985	**DEFERIDO**
33	846	GERUZA DE SOUZA SILVA	2507231-5-MT	05/05/1993	**DEFERIDO**
34	863	GISLAINE ALVES I	19695691	14/09/1985	**DEFERIDO**
35	1179	GONCALINA SEVERO DE JESUS	1043238-8SSP/MT	09/07/1977	**DEFERIDO**
36	844	IRENE DE JESUS BARBOSA	1786774-6 SSP/MT	13/07/1975	**DEFERIDO**
37	1752	IZALTINA FERREIR DE LIMA	001286315 SSP/MT	28/07/1978	**DEFERIDO**
38	735	JOAO HENRIQUE DA SILVA	0220001892016	18/11/2019	**DEFERIDO**
39	688	JOSIANE JESUS MELO	2281224-5 SSPMT	03/05/1992	**DEFERIDO**
SALA 19- UNEMAT					
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - SEMEC					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**

40	1143	KELLY ALINNE CARDOZO WURMSTICH	1265664 SSP	09/02/1993	**DEFERIDO**
41	1247	KELVIN LUIZ SOARES DE MIRANDA	2267630-8 SSP/MT	07/07/1997	**DEFERIDO**
42	1246	LAARA KELINE QUEIROZ LIMA	10319525 SDC/PE	12/06/1997	**DEFERIDO**
43	143	LEANDRO DE LIMA	18542417 SSP/MT	23/10/1984	**DEFERIDO**
44	1708	LIDEMAR MENDES DE ALMEIDA	13547844	11/10/1972	**DEFERIDO**
45	623	MAISA CRISTINA DA SILVA	26159791 SSP	15/06/1993	**DEFERIDO**
46	1225	MARGARETH VICENTE DUARTE DA SILVA	16259416	01/04/1975	**DEFERIDO**
47	870	MARIA APARECIDA FEITOSA	16267753	27/03/1984	**DEFERIDO**
48	1695	MARIA EDUARDA PEREIRA DE MOURA FERREIRA		23/03/2019	**DEFERIDO**
49	1074	MARIA HELIA SANDIS SILVA	04784774 SSP/MT	28/08/2019	**DEFERIDO**
50	510	MARIA IDELMA SILVA ALVES	650493 SSPMT	29/03/1965	**DEFERIDO**
51	659	MARIA INEZ FERNANDES DE MORAES		13/03/1969	**DEFERIDO**
52	1649	MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA	98001089588	29/12/1980	**DEFERIDO**
53	1594	MARIA JOSÉ SALES DA SILVA	16424816	19/10/1982	**DEFERIDO**
54	1250	MARIA NILDES DE SOUZA ROCHA	000646209 SESDEC/RO	06/06/1965	**DEFERIDO**
55	1112	MARINALVA DA SILVA FEITOSA		05/08/1976	**DEFERIDO**
56	456	MARLENE ALVES RODRIGUES	620234 SPMT	17/05/1967	**DEFERIDO**
57	1128	MARLUCE BARBOZA RODRIGUES	827988SSP/MT	15/02/1971	**DEFERIDO**
58	1603	MAYCON JONATHAN ALVES DA SILVA	23924217	04/12/1996	**DEFERIDO**
59	142	MONICA KEISE OLIVEIRA DA SILVA		20/08/2019	**DEFERIDO**
60	1458	NILTA AMÉRICO AMÂNCIO	16354690 SSP	16/03/1984	**DEFERIDO**
61	542	NOELMA DA SILVA SOUZA GOMES	2254358-9 SSP/MT	23/11/1993	**DEFERIDO**
62	1394	ORIDES BRIGUENTI MELATO	935265 SSP MT	28/08/2019	**DEFERIDO**
63	1331	ORLANDA BONIFACIA DA SILVA	16697979	18/11/1977	**DEFERIDO**
64	1418	OZIENE LEITE DA SILVA	22744371 SSPMT	16/01/1992	**DEFERIDO**
65	1655	RAFAELE HELENA SILVA DOS SANTOS	20786786 MT	12/10/1990	**DEFERIDO**
66	1667	RAQUEL SILVA DOS SANTOS	18920799	06/12/1985	**DEFERIDO**
67	459	RENATA RIO DA SILVA	1226502-0 SJ-MT	17/01/1978	**DEFERIDO**
68	1184	RITA MARIA FELIPE DE SOUSA	3096883	24/09/1969	**DEFERIDO**
69	1738	ROBSON PACHECO DELUQUI	24591165 SSP/MT	27/02/1998	**DEFERIDO**
70	1090	ROSALICE MARINHO MIASATO	1283050 SSP MT	07/05/1960	**DEFERIDO**
71	1444	ROSANA CORDEIRO BORGES	941.543-SSP/MT	10/01/1974	**DEFERIDO**
72	289	SAMYRA ALABI	1500878	21/03/2001	**DEFERIDO**
73	37	SEVANEI FERREIRA DE SOUZA	1683688-0 SSP/MT	25/12/1978	**DEFERIDO**
74	866	SILVANA BANDEIRA	11344733	27/05/1976	**DEFERIDO**
75	1042	SILVANA DE JESUS SANTANA	19082649 SSP/MT	24/01/1986	**DEFERIDO**
76	432	TATIANE ANTONIA DIOGO LIMA	20270206 MT	18/07/1989	**DEFERIDO**
77	543	VERA LUCIA DA SILVA TELES	15419380	19/12/1979	**DEFERIDO**
78	1449	WELLINGTON DO PRADO DIAS	1328097	29/12/1997	**DEFERIDO**

SALA 20- UNEMAT

AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDIGENA

Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	224	ADRIELLY DA SILVA SANTOS	41715110	05/05/2001	**DEFERIDO**
2	65	ANA LUCIA MAIZOKEMAIROCE	1797216-7 SSP/MT	20/06/1980	**DEFERIDO**
3	174	ANGELINA ZEZOKAERO	14400472	14/02/1966	**DEFERIDO**
4	1592	ANTONIO CARLOS DE MATOS	887749	16/11/1967	**DEFERIDO**
5	563	BETE AZOKEMAIRO	17736978	06/04/1985	**DEFERIDO**
6	1192	BRUNA NATALIA SOUZA ALMEIDA	2247770-5 SSP-MT	25/12/1994	**DEFERIDO**
7	103	ELIZIANE DA SILVA	3259987 SSP/MT	06/12/2019	**DEFERIDO**
8	1575	GEOVANI KEZOKENAECE	17236584	27/04/1982	**DEFERIDO**
9	925	MARCELO ZOKEZOKEMAIECE	20683243 ASSP/MT	02/05/1987	**DEFERIDO**
10	60	PATRICIA KEZONAZOKERO	27387100	31/12/1994	**DEFERIDO**
11	1688	REINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA	15230503	06/10/1982	**DEFERIDO**
12	785	SALETE KEMAKERO	233331224	02/02/1978	**DEFERIDO**
13	1670	WANDESSA OMAIZOKAEROCE	26808439	22/12/1998	**DEFERIDO**
14	922	ZILDA KEZOKAERO	20683014	07/05/1965	**DEFERIDO**

SALA 21- UNEMAT

ENTREVISTADOR SOCIAL

Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	960	ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA	18543731 SSPMT	21/01/1988	**DEFERIDO**
2	302	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	2345690-6 SSP/MT	27/04/1992	**DEFERIDO**
3	106	EIDIANE OLIVEIRA ALVES	23291087SSPMT	11/01/1993	**DEFERIDO**
4	784	ELIZABETE DA SILVA LEMES	1641064-5 SSP/MT	19/11/1981	**DEFERIDO**
5	1630	EMERSON SILVA MATIOLEVITCZ	1853108-3 SSP MT	09/12/1989	**DEFERIDO**
6	1202	GEISIELLE PEREIRA RICCI	26533936	28/08/2000	**DEFERIDO**
7	311	GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA	4476659	26/06/1985	**DEFERIDO**
8	1339	LEYDIANE MENDES DE JESUS	26782219 SSP	31/03/1997	**DEFERIDO**
9	819	LUANA SIQUEIRA BOTELHO	2472108-5	07/05/1993	**DEFERIDO**
10	654	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	22039228 SSP	08/03/1991	**DEFERIDO**
11	392	MAYKON VINICIO DOS SANTOS	28550714	22/02/2001	**DEFERIDO**
12	1685	PRISCILA COSTA SOBRAL	1730767-8 SSP/MT	11/11/1989	**DEFERIDO**
13	879	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	1679527-0 SSP/MT	08/11/1979	**DEFERIDO**
14	1689	UESLEI OISHI	20147503 SSP MT	09/09/1991	**DEFERIDO**
15	1162	WESLEY FERREIRA DA SILVA	71151 MTE	28/04/1993	**DEFERIDO**

SALA 24- UNEMAT					
ORIENTADOR SOCIAL					
Nº	INSC.	NOME	RG	DATA. NASC.	ASSINATURA
1	280	ADRIANE DE SOUZA TEIXEIRA	2004010279613 SSPCE	13/06/1997	DEFERIDO
2	1455	ALANA KATLYN MENDES FONSECA DA SILVA	28453549	30/05/2000	DEFERIDO
3	1266	ALDA MARIA RODRIGUES SAID	2597443-2 SSP	14/01/1997	DEFERIDO
4	733	ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS	1646200-9 SSP/MT	02/10/1984	DEFERIDO
5	1631	ANDERSON RAMOS SANTANA		04/10/1986	DEFERIDO
6	729	ANDREIA FRANCISCO DA SILVA	09575650-MT	28/10/1976	DEFERIDO
7	768	ANDREIA NOGUEIRA DE SOUZA	22329285 SSP/MT	31/10/1990	DEFERIDO
72	1206	ANDRIELI KARINE FERREIRA DA SILVA	25936166 SEJUSP/MT	18/04/1993	DEFERIDO
8	1527	ANGÉLICA BOTOLUSSI DOS SANTOS	14174820 SSP/MT	06/02/1975	DEFERIDO
9	452	BRUNA GABRIELA FERREIRA DE SOUZA	20130945	31/05/1988	DEFERIDO
10	317	CELMA CECILIA DA SILVA POLL	850664	05/04/1968	DEFERIDO
11	243	CELSO JUNIOR FERREIRA CARVALHO	20130589	25/11/1994	DEFERIDO
12	1595	CLEVIS MENDES PLAQUI	20799306	11/02/1997	DEFERIDO
13	855	CRISTIANA SOARES DA CRUZ BARBOSA	13628410 SSP	25/10/1982	DEFERIDO
14	1372	DEBORA APARECIDA DA SILVA	1416710-7 SSP/MT	15/06/1981	DEFERIDO
15	80	DEUSELI BESERRA DE OLIVEIRA	18978606 SSP MT	13/07/1987	DEFERIDO
16	1355	EDINEIA DA SILVA SANTANA SANTOS	30295831	26/11/1982	DEFERIDO
17	1338	EMILLY FERNANDA ARAUJO DA COSTA BARRETO	25873008	19/02/1998	DEFERIDO
18	1466	ERASMO CARLOS DOS SANTOS FRANCA	15508820 SSP/MT	29/08/2019	DEFERIDO
19	1606	EULANE PIERIN SOUZA SANTOS	11408251	12/06/1981	DEFERIDO
20	1320	FRANCISCA KEILA SILVA FERREIRA	1500213-6 SSP	28/09/1982	DEFERIDO
21	675	GENESMAR PEREIRA DE SOUZA BRITO	22115528	01/12/1989	DEFERIDO
22	1456	IARA MARTA DA SILVA TEIXEIRA	11492368 MT	06/11/1973	DEFERIDO
23	213	ISLENE SIMÕES DE LIMA	15360555	15/02/1985	DEFERIDO
24	165	JANIELLE FRANÇA ORMONDE	19222556 SSP/MT	12/12/1993	DEFERIDO
25	1113	JAQUELINE HENRIQUE DIAS COSTA	21984263 SSPMT	29/11/1988	DEFERIDO
26	136	JHANAYNNA JHANISELLY ESQUIVE DE SOUZA	20833059	08/06/1990	DEFERIDO
27	656	JOICE ELISA SANTIN	31860990	05/07/2000	DEFERIDO
28	187	JOSÉ ANTONIO FABRICIO DE BOLBA	25086197 SSP-MT	14/03/1994	DEFERIDO
29	1510	JOSE EDUARDO NUNES DA SILVA	1481609-1 SSP/MT	08/05/1982	DEFERIDO
30	382	JULIANE BORGES BONFIM	22579621 SSP	18/03/1993	DEFERIDO
31	1571	KARINA MARTINS RIBEIRO	19680651 SSP--MT	26/06/1994	DEFERIDO
32	528	KASSIA AMANDA LANDULPHO SILVA	22297685 SSP/MT	05/05/1993	DEFERIDO
33	586	KATIA FERNANDES DE LIMA	2028241-9 SSP/MT	14/11/1988	DEFERIDO
34	1289	KELLORY MEDRADO MARQUES	26441209	13/11/1997	DEFERIDO
SALA 25- UNEMAT					
ORIENTADOR SOCIAL					
Nº	INSC.	NOME	RG	DATA. NASC.	SUTUAÇÃO
35	1739	KEROLLAYNI ALVES DE BRITO	2955982-0 SSP/MT	10/01/1998	DEFERIDO
36	1593	LAZARA MARQUES FURTADO BUSKIEVICZ	08958360 SESP/MT	24/12/1970	DEFERIDO
37	1711	LEONILDO LIMA DE MELLO JUNIOR	12065110 SJMT	11/12/1978	DEFERIDO
38	1469	LETICIA NATIELI FERREIRA DIAS	27825990 SSPMT	20/03/1999	DEFERIDO
39	1772	LUANA DE JESUS BANDEIRA	22514201 SSP	04/09/1995	DEFERIDO
40	986	LUCAS RODRIGUES FRANKE	23683783 SEJSP MT	22/12/1994	DEFERIDO
41	1345	LUCIENE DE JESUS SOUZA	23866772 MT	18/07/1987	DEFERIDO
42	1332	LUCIVANIA NUNES SIQUEIRA MACHADO	1791706-9 SSP/MT	20/11/1988	DEFERIDO
43	1615	LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA	25316257	09/05/1997	DEFERIDO
44	1106	MARCIA CRISTINA DE QUEIROZ	14724456	09/02/1982	DEFERIDO
45	864	MARCOS RODRIGUES ARAGAO	17332400-SSP/MT	03/03/1985	DEFERIDO
46	699	MARIA RODRIGUES BARBOSA	881412 SSP/MT	03/10/1971	DEFERIDO
47	23	MARIANA GOMES GRANVILLE	2184004-0 SSP/MT	25/09/1997	DEFERIDO
48	641	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES	14337320-SSP-MT	02/04/1980	DEFERIDO
49	1270	MAURICIO ANTONIO C. FRANCO	24822086	23/12/2000	DEFERIDO
50	1652	MICHEL MARTINS GARCIA	21776695	28/04/1991	DEFERIDO
51	1503	MICHELE SOARES MOURA	2254616-2 MT	26/08/1991	DEFERIDO
52	409	PAMELA CAROLINE PEREIRA FEITOSA	30580447 SSP-MT	08/03/2000	DEFERIDO
53	212	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	21452814 SSP/MT	01/05/1991	DEFERIDO
54	1777	POLIANA DA CRUZ MIRANDA CARVALHO	20587007	02/10/1993	DEFERIDO
55	1215	REJANE DUARTE	14777118	06/03/1978	DEFERIDO
56	1092	REJIANE SILVA TOLENTINO	1760540-7 MT	12/12/1985	DEFERIDO
57	907	RENATA APARECIDA SILVA LIMA	2470179-3	12/10/1993	DEFERIDO
58	1447	RODRIGO ARAGAO DE OLIVEIRA	51121	17/10/1992	DEFERIDO
59	1258	RONDINELIO GOMES EVANGELISTA	10559884	15/12/1978	DEFERIDO
60	1290	ROSANGELA BUENO TORALES	545164 SSP/MS	25/07/1971	DEFERIDO
61	555	ROSINEIDE ALVES MACHADO DE SOUZA	14425696	19/01/1976	DEFERIDO
62	580	SHEILA LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	14112191 SSPMT	26/09/1983	DEFERIDO
63	341	TANISLAYNE LOZANO DA SILVA MENDES	27408566 SSP/MT	11/03/2000	DEFERIDO
64	534	TATIANE DE ALMEIDA PEREIRA	18529372 SSP	30/01/1988	DEFERIDO
65	1504	THIAGO FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA	19705026	23/08/2019	DEFERIDO
66	421	VALERIA SANTOS DA COSTA	0786777-2 SSP/MT	17/11/1972	DEFERIDO
67	882	VANDRIANE VIRGULINO OLIVEIRA	20450702 SSP/MT	14/08/1991	DEFERIDO

68	1785	WISLANY GOMES DE MOURA	15881784	21/05/1984	**DEFERIDO**
SALA 26 - UNEMAT					
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
1	1775	ACASSIA ALVES DOS SANTOS	2718075-1	30/12/1981	**DEFERIDO**
2	764	ADRIANA NASCIMENTO RIBEIRO	2182742-7	04/01/1993	**DEFERIDO**
3	196	ADRIANA OLIVEIRA SENA	21969957 SSP/MT	23/03/1990	**DEFERIDO**
4	1658	ADRIANA PEREIRA BENTO	20258348	30/05/1987	**DEFERIDO**
5	436	ADRIANO DA COSTA LEMES	28255712	20/03/2001	**DEFERIDO**
6	1257	ADRIANO VICENTE DUARTE	15894525	11/07/1982	**DEFERIDO**
7	478	ADRIELLE DOS SANTOS SILVA	27730999	12/01/1999	**DEFERIDO**
8	1235	ADRIELY MAGALHAES DOS SANTOS	27633926 SSPMT	15/09/1997	**DEFERIDO**
9	989	ALESSANDRA ALVES CABRAL		24/10/1979	**DEFERIDO**
10	147	ALEXANDRE BRUNO GALDINO CARVALHO	2227058-2 SSP-MT	09/04/1996	**DEFERIDO**
11	68	ALEXANDRE MACHADO DA SILVA	20848994 SSP/MT	08/04/1987	**DEFERIDO**
12	919	ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA	2263394-4 SSP/MT	27/08/2019	**DEFERIDO**
13	1073	ALINE CRYSTHIELI PINHEIRO DA SILVA	27689620 SSP	29/11/1996	**DEFERIDO**
14	410	ALINE REGINA OLIVEIRA LIMANSKI	18335330	23/04/1989	**DEFERIDO**
15	439	ALINE SOUZA DE JESUS		30/12/1996	**DEFERIDO**
16	662	ALINE SPRICIGO DA SILVA	26110636	24/06/1999	**DEFERIDO**
17	190	ANA CAROLINA DE LIMA CORDEIRO	29309603	08/09/1999	**DEFERIDO**
18	1484	ANA KESIA VEIGA DO PRADO	19148631 SSP/MT	26/04/1990	**DEFERIDO**
19	1753	ANA MARIA NASCIMENTO SIDONI	24147184 SEJSP-MT	07/07/2019	**DEFERIDO**
20	1212	ANA PAULA DA SILVA	2564497-1	01/03/1993	**DEFERIDO**
21	416	ANA PAULA DE MORAES	2009039-0 MT	30/10/1990	**DEFERIDO**
22	666	ANANDA CAROLINE PEREIRA DA SILVA	28173988	21/06/2001	**DEFERIDO**
23	332	ANDRE LUIZ PEREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	4572138 SSP GO	14/04/1987	**DEFERIDO**
24	821	ANDREIA ALVES FEITOSA	19481578	22/12/1986	**DEFERIDO**
25	1471	ANDRESSA PAMELA VEIGA PEREIRA	27042618	15/05/1997	**DEFERIDO**
26	1239	ANGELA RODRIGUES DA SILVA	27474747	06/12/1997	**DEFERIDO**
27	860	ANNY CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA		21/11/1999	**DEFERIDO**
28	1011	APARECIDA MARTINS GOMES	726368 SSPMT	12/10/1968	**DEFERIDO**
29	286	ARZENILÉIA GARCIA LOPES	1147015	17/01/1980	**DEFERIDO**
30	1271	AURÉLIA DA SILVA	07402660	26/03/1972	**DEFERIDO**
31	266	BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA	25207059	03/08/2000	**DEFERIDO**
32	251	BELINARA CARDOSO ASSUNÇAO	6587200 II/PA	24/07/1991	**DEFERIDO**
33	961	BENEDITA VALERIANA DA CRUZ	0638709-8 SSP/MT	14/06/1968	**DEFERIDO**
34	1452	BERKLOURDES MENDES FONSECA	17465435-SSP/MT	28/04/1984	**DEFERIDO**
35	1130	BIANCA VENÂNCIO CEZÁRIO	24282235 SSPMT	25/04/1994	**DEFERIDO**
36	1233	BRUNA RONDON DE CAMPOS LUCAS	1659858-0	05/02/1990	**DEFERIDO**
37	1464	BRUNA ROSSI CARVALHO DE OLIVEIRA	23119934 SSP MT	12/11/1992	**DEFERIDO**
38	53	BRUNO BARROS ROECKER	21719241	30/01/1995	**DEFERIDO**
SALA 27 - UNEMAT					
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
39	1315	CACILDA APOLINARIO	14147661 SSP/MT	08/02/1977	**DEFERIDO**
40	1197	CAMILA ALVES DE SOUZA	29407850	29/10/2000	**DEFERIDO**
41	314	CAMILA SOARES DE MIRANDA	25511681	04/04/2000	**DEFERIDO**
42	1551	CARINA SALLES PORFIRIO NOGUEIRA	25721771 SSP	20/03/1997	**DEFERIDO**
43	1787	CARINA VANESSA CORREA PRESTES	24844390 SSP MT	29/10/1994	**DEFERIDO**
44	1267	CARLA NEPOMUCENO DE SOUZA	24869015 SSPMT	16/03/1997	**DEFERIDO**
45	1482	CASSIA DE JESUS	27277542	01/04/1998	**DEFERIDO**
46	916	CATIA GOMES VIEIRA	1771117-7 SSP/MT	25/08/1983	**DEFERIDO**
47	985	CELINA CARVALHO DA SILVA	0832331-3 SSP/MT	08/07/1971	**DEFERIDO**
48	239	CHEYLA JORDANIA SOARES DOS SANTOS	22049193 SSP	09/06/1994	**DEFERIDO**
49	1272	CINTHIA DAIELLE GONCALVES ALMEIDA	2232737-1 MT	21/01/1992	**DEFERIDO**
50	1660	CLARICE CRUZ DA COSTA	15689425 SSP/MT	01/08/1983	**DEFERIDO**
51	220	CLAUDELINA PACHECO MARQUES	0741732	07/06/1973	**DEFERIDO**
52	1218	CLAUDIANARA GOMES DA SILVA	1907193-0	30/11/1988	**DEFERIDO**
53	202	CLAUDIANE DOS SANTOS SOUZA	21447098 SSP-MT	25/10/1991	**DEFERIDO**
54	61	CLAUDINEIA APARECIDA MORALES	14758970	24/05/1983	**DEFERIDO**
55	1530	CLAUDINEIA DOS SANTOS RODRIGUES	13717073	05/09/1979	**DEFERIDO**
56	1531	CLEIDINEIA FERREIRA DA SILVA	1711463-2 SSP/MT	20/06/1986	**DEFERIDO**
57	1388	CLEONICE ZUCAO	13671227	23/07/1982	**DEFERIDO**
58	850	CRISTIANA DE SOUZA	761823 SSP	02/10/1981	**DEFERIDO**
59	1625	CRISTIANE DE CAMPOS SOUZA	22704450	23/10/1991	**DEFERIDO**
60	1069	CRISTIANE RODRIGUES PEREIRA	15832228	29/11/1983	**DEFERIDO**
61	518	CRYSLAINE SILVA MAGALHAES SANTOS	1971156-5 SSPMT	01/01/1989	**DEFERIDO**
62	1020	DANIEL HUGO PEREIRA DA SILVA	28302338	12/12/1998	**DEFERIDO**
63	1618	DANIELI PIM LAVAGNOLLI		29/08/2019	**DEFERIDO**
64	253	DANIELLY LINS SILVA		06/10/2000	**DEFERIDO**
65	718	DANIELLY MAYARA DA SILVA	24452360	27/10/1994	**DEFERIDO**
66	626	DANILA BORGES DA SILVA	2089873-8	03/06/1989	**DEFERIDO**
67	998	DANYELLE KAROLYNE DE SOUZA BENEVIDES	21780714 SEJUSP	29/10/1990	**DEFERIDO**

68	1476	DÉBORA GOMES DONATONI	1474644 RO	05/09/2000	**DEFERIDO**
69	999	SIMEIA FERREIRA DA SILVA COSTA	18678220	20/06/1982	**DEFERIDO**
70	330	DEIVIANE CABRAL DE OLIVEIRA	18539637 SSP	07/04/1988	**DEFERIDO**
71	1422	DENISE DA CRUZ SANTOS	33103950	04/02/1971	**DEFERIDO**
72	1154	DHAYANA DE SA ANGELINO	2640123-1/SSP-MT	26/01/2000	**DEFERIDO**
73	1709	DHEILYS CARLA ALVES	16766253 SSP/MT	01/08/1985	**DEFERIDO**
74	378	DIEISSE KETILI AMARAL CRUZ	22550208	27/02/1999	**DEFERIDO**
75	1265	DOUGLAS REIS GONÇALVES	2585900-5 SEJUSP MT	27/05/1995	**DEFERIDO**
76	1451	EDENER PEREIRA BORGES	17987385 SSP/MT	27/05/1989	**DEFERIDO**
SALA 28- UNEMAT					
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
77	1344	EDEVANIA GONÇALVES DE FREITAS COSTA	15638340SSPMT	23/04/1983	**DEFERIDO**
78	304	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	16985931 SSP/MT	25/10/1986	**DEFERIDO**
79	811	EDILZA BEZERRA DANTAS SERRA		20/07/1981	**DEFERIDO**
80	1376	EDNA RIBEIRO DE SOUZA	13688499 SSP/MT	05/04/1981	**DEFERIDO**
81	1363	EDUARDO DA SILVA RIBEIRO	76754	21/12/1990	**DEFERIDO**
82	144	ELIANE SIMONE CRISTALINO		01/04/1987	**DEFERIDO**
83	1210	ELIANE FERRERA BRITO	16020723 SSP/MT	30/01/1987	**DEFERIDO**
84	1518	ELIANE GERMANO DOS SANTOS	15972399	10/04/1984	**DEFERIDO**
85	1788	ELIANE PEREIRA DE SOUZA	18842143 SSPMT	03/11/1983	**DEFERIDO**
86	747	ELIS RAQUEL DOS SANTOS	1956924-6	19/12/1987	**DEFERIDO**
87	1150	ELISONIA MARIA CAETANO	09587748	18/11/1970	**DEFERIDO**
88	125	ELIZIE FLAUSINO MAZEPA	1226491-1/SSPMT	09/10/1978	**DEFERIDO**
89	6	ELOENIA DE ANDRADE CARVALHO	28755545	28/08/1999	**DEFERIDO**
90	275	EMYLLY LOPES SOUZA	26319519	14/06/2000	**DEFERIDO**
91	508	ERICA DE SOUZA SILVA	24100315 SSP	14/12/1996	**DEFERIDO**
92	255	ESDRA CORDEIRO TRINDADE	524148144	30/01/1974	**DEFERIDO**
93	472	EVILYN YURI KAKO	26597276 SSP/MT	31/05/1994	**DEFERIDO**
94	43	FABIOLA BARBOSA ALVES	21433623	23/03/1990	**DEFERIDO**
95	1028	FERNANDA GOMES DE OLIVEIRA	12497541	30/03/1981	**DEFERIDO**
96	1647	FERNANDA OTOWICZ DA SILVA	121312 OUTROS	15/07/1991	**DEFERIDO**
97	248	FERNANDA SANTANA RODRIGUES		09/12/2000	**DEFERIDO**
98	1182	FLAVIANE CRISTINA DE ARRUDA	1756445-0 SSP-MT	26/03/1988	**DEFERIDO**
99	1171	FRANCIELE AUGUSTO PINHEIRO	1086744	05/03/1990	**DEFERIDO**
100	1055	FRANCISCA MARYLIN DOS SANTOS LUCAS	3150247-4SSP MT	13/10/1980	**DEFERIDO**
101	56	FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ JUNIOR	1505658-9 SSP/MT	08/09/1982	**DEFERIDO**
102	509	GABRIEL CAVALCANTE FERREIRA	2111964-3 SSP/MT	21/08/2019	**DEFERIDO**
103	1156	GABRIEL VICTOR COURA RODRIGUES	29097959	23/07/1999	**DEFERIDO**
104	608	GABRIELLY FERREIRA LIMA	26299437 MT	23/03/1999	**DEFERIDO**
105	1651	GEISA NASCIMENTO CABRAL	1388174/4 SSPMT	25/08/2019	**DEFERIDO**
106	1178	GESSICA SANTOS EPIFANIO	152903995	10/11/1993	**DEFERIDO**
107	1085	GEZIELY FERNANDA DA SILVA	1712932-0 SSP MT	20/05/1983	**DEFERIDO**
108	1295	GISLAINE DE JESUS NOGUEIRA		06/01/1993	**DEFERIDO**
109	838	GISLAINE DE LIMA MATTOS	2792574-9	19/05/1999	**DEFERIDO**
110	1489	GISLAINE FORTUNATO	1221956-8 SSP/MT	02/11/1979	**DEFERIDO**
111	1781	GRASIELLI CALDEIRA DE OLIVEIRA	24799076	15/11/1998	**DEFERIDO**
112	274	GUILHERME AUGUSTO COURA RODRIGUES	29097711	05/11/2001	**DEFERIDO**
113	1318	HALECY SILVA DE OLIVEIRA MIRANDA	1279582	10/03/1998	**DEFERIDO**
114	1400	HELLEN MAYARA SILVEIRA COBRA DE PONTES	24931047 SSP-MT	14/03/1994	**DEFERIDO**
SALA 29- UNEMAT					
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU					
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**
115	1481	ILANIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	1561209-0 SSP/MT	26/08/1985	**DEFERIDO**
116	1749	INAIANA MARIA DA SILVA	23470089	25/06/1997	**DEFERIDO**
117	1639	INGRID MONIQUE DA SILVA FERREIRA RAMOS SANTANA	25133705	14/02/1996	**DEFERIDO**
118	1488	INGRID POLIANA DE SOUZA MAGALHAES	26996294 SSP	23/10/1995	**DEFERIDO**
119	1229	ISTEFANI DUARTE DA SILVA	2765198-3	05/11/1998	**DEFERIDO**
120	687	ISTHEFANY DOS SANTOS SILVA	30106362	12/12/2000	**DEFERIDO**
121	1485	IVA PEREIRA DA SILVA TORRES	15763072	27/07/1966	**DEFERIDO**
122	399	IVONETE DE MELO LIMA RODRIGUES COSTA	14993279 SSP/MT	14/09/1977	**DEFERIDO**
123	1126	IZABELA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA	29052343	11/08/1999	**DEFERIDO**
124	368	JACQUELINE BELIZARIO DE ALMEIDA	26489805	28/08/1996	**DEFERIDO**
125	386	JANAINA DE OLIVEIRA SANTOS	2281025 SSP/MT	29/10/1993	**DEFERIDO**
126	1324	JANAINA GONÇALVES DOS SANTOS	22662766 SSPMT	01/08/1993	**DEFERIDO**
127	646	JANAINA HENRIQUE DIAS DA COSTA	2367205-6 SSP/MT	11/04/1993	**DEFERIDO**
128	1317	JANAINA TAVARES PAIVA	31199232	04/03/2020	**DEFERIDO**
129	1425	JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS	2349876 MT	31/12/2019	**DEFERIDO**
130	595	JAQUELINE GAMA DA SILVA	28708571	29/09/1996	**DEFERIDO**
131	545	JAQUELINE NAYARA DA SILVA SOARES	2616388-8	03/04/1995	**DEFERIDO**
132	1111	JAQUELINI DOS SANTOS	1965206-2 SSP/MT	23/10/1988	**DEFERIDO**
133	1416	JEHNMERSON SILVA PIMENTEL	28104137	05/09/1999	**DEFERIDO**
134	889	JESSICA COSTA MEDEIROS NEVES	29093538	10/08/1999	**DEFERIDO**
135	896	JESSICA MAYARA FERREIRA DE QUEIROZ	18712657 SSPMT	08/08/1991	**DEFERIDO**

136	352	JESSICA MILENA SILVA JOAQUIM	29656362	29/06/2000	**DEFERIDO**	
137	1610	JESSYCA MADHELAINE MARQUES BORTOLUCI	20313926	19/05/1988	**DEFERIDO**	
138	539	JHANINE NAYARA DE OLIVEIRA	28255720	08/04/2001	**DEFERIDO**	
139	1062	JHENIFER VIANA GARCIA	27404811	19/03/2000	**DEFERIDO**	
140	959	JHENY ALVES QUEROBIM	19521243 SSPMT	11/07/1989	**DEFERIDO**	
141	748	JHULY MARIA FERRREIA	27795659	27/01/2000	**DEFERIDO**	
142	351	JOSIMAR DA LUZ	4.475.734-6 SSP-PR	31/07/1967	**DEFERIDO**	
143	1515	JOELMA CRISTINA SEVERINA ALVES	1366447-6 SSPMT	12/12/1979	**DEFERIDO**	
144	799	JOELMA DE SOUZA RODRIGUES	26839245	13/08/1994	**DEFERIDO**	
145	185	JOICE SILVA RIBEIRO		24/06/2000	**DEFERIDO**	
146	1083	JOSANA RODRIGUES DE SOUZA	2192559 SSP/MT	29/05/1992	**DEFERIDO**	
147	420	JOSÉ PEREIRA MOREIRA	27651401 SSPMT	15/09/1983	**DEFERIDO**	
148	875	JOSE RODRIGO MARTINS ABREU	14096463 SSP/MT	17/08/1985	**DEFERIDO**	
149	1173	JOSIANE RODRIGUES PORTO	17005230 SSP MT	13/06/1984	**DEFERIDO**	
150	1755	JOYCE KELLEN GONCALVES	17975816	15/06/1991	**DEFERIDO**	
151	1296	JUCELENE FIDENCIO	13204289	04/08/1978	**DEFERIDO**	
152	1560	JULIA CARDOSO DOS SANTOS	15249972 SSP	28/08/1965	**DEFERIDO**	
SALA 30- UNEMAT						
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**	
153	33	JULIA CASTRO FERREIRA		05/12/1999	**DEFERIDO**	
154	1137	JULIANA BENEDITA VENANCIO LIRA PINTO	13188160	02/12/1983	**DEFERIDO**	
155	1209	JULIANA MACEDO DE CASTRO	18192475	17/09/1987	**DEFERIDO**	
156	552	JULIANA SANTANA LOBO	2778647-1 SSP-MT	20/08/1997	**DEFERIDO**	
157	1136	JULIANA SOUZA DA MOTA		29/10/1988	**DEFERIDO**	
158	232	JULIELEN ROCHA SILVA	2593668-9 SSP	23/06/1995	**DEFERIDO**	
159	638	JUNIO PESSOA TARQUETE	26682907	16/07/2000	**DEFERIDO**	
160	1623	JUSCELIA COELHO MARÇAL	601812	06/04/1968	**DEFERIDO**	
161	1499	KAMILA CRISTINA PEREIRA DE LIMA	22211144 SSP MT	25/11/1996	**DEFERIDO**	
162	1194	KAROLAINE KAMILA DA SILVA	27782743 SSP MT	23/03/1997	**DEFERIDO**	
163	943	KAROLINE SANTOS SILVA LIMA	2477185-6 SSP\MT	16/10/1996	**DEFERIDO**	
164	387	KATIA KAROLINE DOS SANTOS PIRES	1583778-5 SSP	16/12/1993	**DEFERIDO**	
165	920	KELCILENE NASCIMENTO PEREIRA	22275312 POLITECMT	28/06/1993	**DEFERIDO**	
166	730	KELLY CRISTINA SILVEIRA	001617231 SSP/MS	25/04/1985	**DEFERIDO**	
167	384	KÉSIA DE JESUS DA CRUZ	30613590 SSPMT	29/07/1998	**DEFERIDO**	
168	905	KETLYN LAYANE GONÇALVES GALHARDO	2251394	21/03/2000	**DEFERIDO**	
169	1054	KRISLLY EMMANUELLY MOURA PIMENTA	1745279-1 MT	09/05/2000	**DEFERIDO**	
170	1583	KRYSTIAN MARCOS KEMPF WEIS	2884935	16/05/1996	**DEFERIDO**	
171	894	KRYSTINI MILLENY KEMPF WEIS		26/12/1998	**DEFERIDO**	
172	806	KUIMBERLY KAROLINE TURATI	19677545 MT	20/12/1995	**DEFERIDO**	
173	1721	LARISSA CLAUDIA ROBERTO RAMOS	23030232 SSP/MT	16/10/1995	**DEFERIDO**	
174	1676	LARISSA KATIELLE QUEIROZ LIMA	9023505 SDS	20/02/1996	**DEFERIDO**	
175	1122	LAUDECI DAS DORES SILVA	357867-SSP-MS	22/02/1967	**DEFERIDO**	
176	1690	LAUDI RIBEIRO SILVA	3883028 SSPGO	24/02/1978	**DEFERIDO**	
177	1116	LÉIA DELISE	14385206	24/10/1984	**DEFERIDO**	
178	66	LEIA MARIA DA SILVA RIS	18542654	22/11/1988	**DEFERIDO**	
179	403	LEIDE DAIANA FERREIRA DOS SANTOS	17847699	05/07/1985	**DEFERIDO**	
180	620	LEIDIJANE NUNES PEREIRA	23729678 SSP	27/01/1992	**DEFERIDO**	
181	31	LETICIA ALVES CORREIA DE LIMA	1878206-0 SEJSP/MT	23/04/1990	**DEFERIDO**	
182	691	LETICIA NAVARRO DE LIMA	18724515SSPMT	03/12/1987	**DEFERIDO**	
183	635	LETICIA SILVA VICENTE DE OLIVEIRA		24/07/1987	**DEFERIDO**	
184	609	LIGIA CARLA GOMES LEAL	19570457 SSP/MT	23/08/2019	**DEFERIDO**	
185	1281	LILIAN SOUZA DE CARVALHO	20013396 SSP	11/09/1988	**DEFERIDO**	
186	1668	LORENA VASSELLI DAMASCENO DE MEDEIROS	6107677	23/06/1997	**DEFERIDO**	
187	1554	LORRAYNE DA SILVA PEREIRA	30186054	06/06/2000	**DEFERIDO**	
188	73	LUANA GRAZIELA PEREIRA	25978322 MT	24/07/1996	**DEFERIDO**	
SALA 31- UNEMAT						
TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**	
189	981	LUCAS DOS SANTOS	22896147 SSP-MT	02/11/1993	**DEFERIDO**	
190	1742	LUCAS TORRENTE DA SILVA	25630814	02/08/1995	**DEFERIDO**	
191	427	LUCIANA BERNADO DE BRITO	MG-13.948.766 SSP/MG	12/08/1980	**DEFERIDO**	
192	1432	LUCIANA CARVALHO DO NASCIMENTO	18742424	01/08/1980	**DEFERIDO**	
193	1395	LUCIANA DA SILVA SANTOS	22125400 SSP/MT	22/09/1990	**DEFERIDO**	
194	44	LUCIANE GONCALVES DE JESUS RODRIGUES	70982-SSP-MT	16/02/1982	**DEFERIDO**	
195	1769	LUCIANE TORRENTE PINTO	22811214	29/01/1990	**DEFERIDO**	
196	1382	LUCIMAR COSTA DE LIMA SILVA	14812517 SSP/MT	04/12/2019	**DEFERIDO**	
197	890	LUCIMAR VICENTE VIEIRA	1945622-0 - SSP/MT	01/08/1984	**DEFERIDO**	
198	1537	LYNDA LEE DO CARMO BRITO	6603760 PA	11/04/1994	**DEFERIDO**	
199	660	MAGDA DOS SANTOS PIRES	22414533 SSP	24/09/1993	**DEFERIDO**	
200	995	MAIKON DOS SANTOS DE JESUS	26597802 SSP	05/12/1997	**DEFERIDO**	
201	1047	MAIRAM PEREIRA	26023792 SSPMT	19/05/1995	**DEFERIDO**	
202	454	MAIRDES RODRIGUÊS DA CONCEIÇÃO	07920067 SSP/MT	26/07/1974	**DEFERIDO**	
203	1511	MANUELA SOARES DE MOURA	29689287 SSP/MT	25/08/1996	**DEFERIDO**	

204	951	MARCELA DE SOUZA MEIRELES	18180310 SSP/MT	09/06/1985	**DEFERIDO**	
205	931	MARCELO JOSE DA SILVA SANTOS		17/01/1989	**DEFERIDO**	
206	1561	MARESSA CARDOSO VIEIRA	23233125	09/05/1994	**DEFERIDO**	
207	465	MARI ADRIANI PINTO DE OLIVEIRA	12957437 SSP/MT	11/08/1979	**DEFERIDO**	
208	1578	MARIA ANTONIA MIRANDA RUDES	18657095 SSP/MT	31/07/1987	**DEFERIDO**	
209	1365	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA RODRIGUES	1.499.759 SSP/MA	06/11/1971	**DEFERIDO**	
210	1696	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	24.704.183-7 SSP/SP	20/03/1972	**DEFERIDO**	
211	1358	MARIA ROSANGELA GRACIANO	1858828-0 SSP/MT	21/07/1977	**DEFERIDO**	
212	967	MARICLEIA DE FREITAS SANTANA	1087401 SSPRO	09/11/1992	**DEFERIDO**	
213	550	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	548067	12/01/2019	**DEFERIDO**	
214	1201	MARTA LUCAS DOS SANTOS DE SOUZA	18422594 SSP	14/10/1987	**DEFERIDO**	
215	1570	MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES GERALDI	2010695 SSP	28/10/1997	**DEFERIDO**	
216	1514	MAYARA DE SOUSA SILVA	27925250 SESP/MT	30/12/1996	**DEFERIDO**	
217	1522	MILENE CARDOSO RONDON DA COSTA	29408407	25/06/2001	**DEFERIDO**	
218	319	NATACHA ARAUJO LIMA	31149294	10/06/2001	**DEFERIDO**	
219	605	NATHALY MORGANA MUNIZ PINHEIRO		29/08/2019	**DEFERIDO**	
220	1790	NEIVA VIEIRA DA COSTA	14589435 SSPMT	29/08/2019	**DEFERIDO**	
221	842	NELMA GOMES DA SILVA	18430651 SSPMT	24/07/1987	**DEFERIDO**	
222	133	NICOLY ISABELLY MOURA DA SILVA	28772890	24/03/2001	**DEFERIDO**	
223	923	NUBIA FERNANDES DE SOUZA	19403046 SSPMT	14/02/1990	**DEFERIDO**	
224	987	OTILIA DE LIMA BARBOSA	1106855 SESDEC	03/12/1991	**DEFERIDO**	
225	978	PALOMA DE PAULA BAMBIL	2592925-9 SSP/MT	09/12/1995	**DEFERIDO**	
226	204	PALOMA DOS SANTOS		02/12/1992	**DEFERIDO**	
227	198	PATRICIA DOS SANTOS SOUZA	21447799 SSP/MT	05/05/1990	**DEFERIDO**	
228	1014	PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES	1852157-6	03/06/1987	**DEFERIDO**	

SALA 33- UNEMAT

TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU

Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**	
229	1698	PATRICIA TEOPILO DA CRUZ	13406000	24/03/1982	**DEFERIDO**	
230	388	PATRICY BENTO DE SOUZA	22662529	22/10/1992	**DEFERIDO**	
231	940	PERLA ANDRÉIA MACHADO GALVÃO	20304331 SSP/MT	29/06/1989	**DEFERIDO**	
232	1686	RAFAEL BESTER BARBOSA	28009258	15/08/2001	**DEFERIDO**	
233	1555	RAFAEL MELO CAMINHA	454498 SSPAC	16/09/1986	**DEFERIDO**	
234	912	RAIANE DE SOUSA DA SILVA	23051221	11/02/1994	**DEFERIDO**	
235	1693	RAISSA LORRAINE BORGES DOS SANTOS	31273475	07/04/2000	**DEFERIDO**	
236	152	RAQUEL SANTOS DE ANDRADE CACHONE	22273840 SSP/MT	31/03/1992	**DEFERIDO**	
237	1301	RAYANNE ESTEFANIN PEREIRA DA SILVA SANTOS	1136527	04/07/1992	**DEFERIDO**	
238	751	REGIA LUANA ALMEIDA DA SILVA	24463825	26/07/1996	**DEFERIDO**	
239	1557	REGIANE ALVES FEITOSA	2155486-2	04/02/1992	**DEFERIDO**	
240	1253	RICARDO MACHADO EISING	1235696	21/09/1994	**DEFERIDO**	
241	756	RODRIGO SANTOS DA SILVA		04/07/1999	**DEFERIDO**	
242	296	ROSANA PINTO RAMOS	1740605-6SSP/MT	06/11/1984	**DEFERIDO**	
243	1321	ROSANGELA APARECIDA BARBOSA	13615084	29/02/1980	**DEFERIDO**	
244	667	ROSANIA APARECIDA DE ARAUJO	13999800 SSP/MT	18/06/1982	**DEFERIDO**	
245	51	ROSENETE FERNANDES DA SILVA	18090117	25/04/1985	**DEFERIDO**	
246	27	ROSILENE MARTINS DE SOUZA	29433487	06/12/1981	**DEFERIDO**	
247	476	ROZELI GULBERTO DA SILVA	13942077	06/11/1979	**DEFERIDO**	
248	1284	SABRINA ESTEVÃO BATISTA	18495311 SSP	12/07/1994	**DEFERIDO**	
249	927	SAMARA REGINA MIZAEL PEREIRA	1052159-3SSPSP	17/09/1977	**DEFERIDO**	
250	1763	SAMARA THAMYRES OLIVEIRA	28441273	17/12/2000	**DEFERIDO**	
251	1549	SAMUEL PEREIRA BORGES	17006392	29/11/1987	**DEFERIDO**	
252	112	SANDRA BUZETTI DA SILVA	18216439 SSPMT	22/07/1984	**DEFERIDO**	
253	880	SANDRA DOS ANJOS	15645061 MT	16/05/1983	**DEFERIDO**	
254	1245	SANDRA KLOECKNER	37068705	17/11/1960	**DEFERIDO**	
255	1743	SANDRA REGINA RAMIRES	11712236 SJ/MT	21/10/1974	**DEFERIDO**	
256	681	SEBASTIAO TARDIN	12107849 SSP/SP	30/03/1960	**DEFERIDO**	
257	1147	SELMA APARECIDA SMITH	1843119-4 SSP/MT	28/08/2019	**DEFERIDO**	
258	267	SHEILA GRASIELA MARION	14548453	27/04/1986	**DEFERIDO**	
259	1761	SILMARA CAROLINE OLIVEIRA	14733250 SSP/MT	11/09/1983	**DEFERIDO**	
260	1664	SILVANIA APARECIDA MANARIN FERREIRA	12343293	10/07/1975	**DEFERIDO**	
261	787	SILVIA ADRIELLY FERREIRA FELIX	2816967-0 SSP	01/01/1997	**DEFERIDO**	
262	252	SILVIA FERREIRA RODRIGUES	10153756	13/01/1977	**DEFERIDO**	
263	249	STEFANY DA SILVA VIEIRA CAETANO	6080584	03/04/1994	**DEFERIDO**	
264	170	STEPHANIE CORREIA	26319977 SSP MT	01/07/1995	**DEFERIDO**	
265	955	STHEFANI KAMILA LERNER DE VARGAS	27900320	03/10/1999	**DEFERIDO**	
266	1733	TAINA GOMES DA SILVA		16/06/1995	**DEFERIDO**	
267	719	TAINARA CÂNDIDO PEREIRA	27721515 SSP-MT	22/01/1995	**DEFERIDO**	
268	1532	TALITA KELLY DA SILVA ARAUJO	24579629	04/10/1993	**DEFERIDO**	

SALA 34- UNEMAT

TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU

Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SUTUAÇÃO**	
269	1391	TALITA MARIA SOARES PINHEIRO	22513825	16/09/1994	**DEFERIDO**	
270	627	TAMAR CUSTODIO DA SILVA		06/09/1986	**DEFERIDO**	
271	494	TAMARA PRADO VIEIRA	20270186	28/01/1993	**DEFERIDO**	

272	621	TAYNA CAANE GRAMULHA DE ANDRADE	1292049-5 SSP/MT	14/08/1993	**DEFERIDO**	
273	1340	TERESINHA BARAN	876512 MT	23/04/1967	**DEFERIDO**	
274	1107	THAIANE CRISTIANE MILHOMEM	24944335 SSP/MT	04/02/1995	**DEFERIDO**	
275	1140	THAIZA MARIELLY CAMPOS PORTA	2463763-7	28/08/2019	**DEFERIDO**	
276	1041	THIAGO PORTILHO VILANOVA	28369912	29/08/2000	**DEFERIDO**	
277	404	VALQUIRIA DA SILVA	1598500-8 SSP/MT	19/05/1987	**DEFERIDO**	
278	1189	VALQUIRIA GOMES DORES	2705652 0	31/01/1997	**DEFERIDO**	
279	573	VANDERLÉIA SAVASSA LOPES GETESKI	941078	04/05/1987	**DEFERIDO**	
280	75	VANESSA DE PAULA DA SILVA MACHADO	26476096 SEJSP	20/08/2019	**DEFERIDO**	
281	1446	VANESSA FERNANDES CARDOSO	14275074 SSPMT	03/02/2019	**DEFERIDO**	
282	1624	VERA BATISTA DE LIMA	10506837 SJMT	03/08/2019	**DEFERIDO**	
283	1329	VILMA ALVES BATISTA	1488589-1 SSP/MT	07/02/1975	**DEFERIDO**	
284	1415	VITÓRIA PRISCILA TAVARES PIOVEZAN	24812935	05/09/2001	**DEFERIDO**	
285	818	WELIDA ROSA DA SILVA LIMA		07/04/1992	**DEFERIDO**	
286	227	WERICA MARTINS DO NASCIMENTO	19971411	07/03/1989	**DEFERIDO**	
287	886	WILLIAM CARDOSO NUNES	2405925-0 SSPMT	30/09/1993	**DEFERIDO**	
288	835	ZERLI DOS SANTOS	8.595.464-4 SSP/PR	23/07/1980	**DEFERIDO**	

SALA 34- UNEMAT

PEDAGOGO - SEMAS

Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**	
1	796	ALESSANDRA RIBEIRO	14166488	29/04/1983	**DEFERIDO**	
2	954	ANA CLAUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS AUGUSTO	08763089 SSP/MT	12/02/1975	**DEFERIDO**	
3	1353	ANGELITA CARMO PEREIRA	19749244	31/03/1987	**DEFERIDO**	
4	1745	CARLENE LIMA SOUZA	16592670	01/08/1985	**DEFERIDO**	
5	400	CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO	29584906	09/12/1988	**DEFERIDO**	
6	1213	CLAUDIO CORREIA NICOLAU	1141247 SSP/AL	25/09/1971	**DEFERIDO**	
7	701	CLEONICE GONÇALVES ROCHA	1778436-0 SSP/MT	02/08/1981	**DEFERIDO**	
8	1566	CRISTIANE PEREIRA DIAS	20613253-SSP-MT	12/07/1988	**DEFERIDO**	
9	574	DAYANE MUNIZ GOMES VICENZOTTO	17822181 SSP	25/03/1988	**DEFERIDO**	
10	582	SIMEIA DE OLIVEIRA SOARES	1374816-5 - MT	30/06/1978	**DEFERIDO**	
11	1520	DEIBILA MIRELLY DUARTE VIEIRA	22554009	24/05/1996	**DEFERIDO**	
12	1205	EDILENE ALVES MENDONÇA	6006226	14/02/1989	**DEFERIDO**	
13	1666	EDNA PRINA ARQUAZ	14419440 SSPMT	29/08/2019	**DEFERIDO**	
14	1087	ELEAFANETE ARAUJO DE ALMEIDA COIMBRA	2480252-2 SSP/MT	27/06/1994	**DEFERIDO**	
15	335	ELIANE RIBEIRO	16107446	28/06/1982	**DEFERIDO**	
16	745	ELIZANGELA CAVALCANTE DOS SANTOS	1536347-3 SSSP-MT	03/02/1985	**DEFERIDO**	
17	1493	ELIZETE GONÇALVES DE ALMEIDA	15683117 SSP/MT	08/09/1984	**DEFERIDO**	
18	1643	ELIZETE RAMOS DA SILVA	16032527/SSP-MT	23/01/1984	**DEFERIDO**	
19	1259	FLÁVIA LUCIANA DE OLIVEIRA ALBERTIN SCHUMACHER	1187225-0 SSP/MT	24/12/1978	**DEFERIDO**	
20	1035	FRANCIELLE DOS SANTOS	19222459	23/08/1988	**DEFERIDO**	

SALA 35- UNEMAT

PEDAGOGO - SEMAS

Nº	**INSC**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**	
21	1012	GABRIELA FERNANDA WEBER DOS SANTOS.	2778826-1 SSP	25/09/1997	**DEFERIDO**	
22	141	GILMARA FREIRE QUENOIZORE	12056294	17/09/1978	**DEFERIDO**	
23	175	GILZA TEODORO DOS SANTOS ANDRADE	12347590	28/02/1978	**DEFERIDO**	
24	405	IZABELA FREITAS LOUZADA	2461930-2 SSP - MT	23/02/1994	**DEFERIDO**	
25	1535	JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	18953310 SSP/MT	17/06/1987	**DEFERIDO**	
26	63	JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA	2111911-2 SSP/MT	26/09/1989	**DEFERIDO**	
27	1599	JÉSSICA NAIARA GRAGEL DOS SANTOS	22765832 SSP	13/09/1993	**DEFERIDO**	
28	973	JOANA DE OLIVEIRA SOARES GEROLIM	10498508SSP/MT	04/03/1975	**DEFERIDO**	
29	50	JOANIL MARIA DA SILVA	10492607	22/05/1976	**DEFERIDO**	
30	1737	JORGE ALVES FERNANDES	1036293-2 SJ/MT	22/09/1974	**DEFERIDO**	
31	1792	JOSIANE CARLA DE ARAUJO	23322225 SSP/MT	25/05/1993	**DEFERIDO**	
32	435	JOSIANE DE SIQUEIRA	18593895	04/02/1982	**DEFERIDO**	
33	698	JOSIANE GOMES DE LIMA	412647461 SSP/SP	19/04/1987	**DEFERIDO**	
34	104	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	18384137 SSP/MT	20/08/2019	**DEFERIDO**	
35	969	JULIANA VIEIRA NUNES NETA	0474443620136	25/09/1996	**DEFERIDO**	
36	1496	JULIANA VILLACIEN DA COSTA	19413823 SSPMT	28/09/1987	**DEFERIDO**	
37	1553	KEILA DA SILVA HIPOLITO	1842010-9 SSP/MT	29/08/2019	**DEFERIDO**	
38	1311	LETICIA DA SILVA SOUZA	18156484 SSP/MT	09/08/1989	**DEFERIDO**	
39	653	LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	19003269 SSP/MT	29/11/1981	**DEFERIDO**	
40	637	LUCIANA QUARESMA BARBOSA	18581811	08/08/1976	**DEFERIDO**	
41	1168	LUCIANE PEREIRA	15691322	08/08/1982	**DEFERIDO**	
42	599	LUCILEIDE RODRIGUES SILVA DE SOUZA	707733-SSP/CE	27/07/1955	**DEFERIDO**	
43	58	LUCINETE BENICIO ZANATTA	18627358 SSPMT	28/12/1987	**DEFERIDO**	
44	1714	LUZIA ROSSIE ALVES ROCHA	887421-SSP/MT	13/12/1973	**DEFERIDO**	
45	1629	MÁBYLLA SOUZA FERREIRA DE SENNA	25974564 SSP/MT	19/06/1997	**DEFERIDO**	
46	1457	MARA SILVIA CAVALINI	1048296659 SSP/RS	25/02/1969	**DEFERIDO**	
47	32	MARCELA MENDES BORGES	15656454-SSSP-MT	06/11/1983	**DEFERIDO**	
48	272	MARCINEIA BARBOZA DE OLIVEIRA SILVA	1610466 8 SSP	20/10/1979	**DEFERIDO**	
49	1375	MARIA APARECIDA RAMOS DA SILVA	748869 SSP/MT	29/09/1963	**DEFERIDO**	
50	935	MARIA CARNEIRO DE OLINDA	09979263SSPMT	20/10/1972	**DEFERIDO**	
51	577	MARIA DAS DORES DE SOUZA	0	23/08/2019	**DEFERIDO**	

52	1533	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SILVA	05309158-SSP-MT	31/03/1966	**DEFERIDO**	
53	737	MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	12370800	23/11/1974	**DEFERIDO**	
C.M.E ISOLDI STORK						
MÉDICO CLÍNICO GERAL - LEI 4334/2014						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**RG**	**DATA. NASC.**	**SITUAÇÃO**	
1	883	ABINADAB DA SILVA SIQUEIRA	2128162-9 MT	15/07/1990	**DEFERIDO**	
2	1187	AGEU MARTINS	08755183-SSP/MT	26/12/1974	**DEFERIDO**	
3	1410	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	94515815	25/09/1986	**DEFERIDO**	
4	247	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	2143352-6SSP/MT	07/10/1990	**DEFERIDO**	
5	498	BRENNER HUMBERTO COSTA FERNANDES	18913954 SSP/MT	04/05/1986	**DEFERIDO**	
6	497	BRUNO ALEXANDER BARBOSA	23601230	08/08/1996	**DEFERIDO**	
7	483	DAIANE SCHILO	1082948777 SJS/RS	22/11/1981	**DEFERIDO**	
8	500	DENISE LIMA DE OLIVERIA	1096052-0 SSP/MT	17/06/1980	**DEFERIDO**	
9	1120	GISELE FERNANDA SANCHEZ	15222705-SSP-MT	19/11/1983	**DEFERIDO**	
10	489	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA		02/05/1984	**DEFERIDO**	
11	825	JANETE CARVALHO COSTA	943470 SSP/MT	05/10/1975	**DEFERIDO**	
12	485	JERRY DA SILVA MOTA	18223672 SSP/MT	26/06/1989	**DEFERIDO**	
13	565	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	17804582 SSPMT	04/06/1988	**DEFERIDO**	
14	826	JOENY DE CAMPOS	10363604 SSP/SP	07/09/1959	**DEFERIDO**	
15	262	JOSE IDARLAN GOMES CHAVES FILHO	2003010060389	12/12/1987	**DEFERIDO**	
16	1052	KETLYN KONAGESKI DA SILVA	138536130	04/04/1986	**DEFERIDO**	
17	457	LOHAN AFFONSO SILVA CAMPOS	16010086 SSPMT	21/10/1992	**DEFERIDO**	
18	571	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	30147000 SSP/MT	08/10/1989	**DEFERIDO**	
19	1286	MICHEL KASSIO DE CARVALHO MILANEZI	18581188-SSP-MT	13/10/1989	**DEFERIDO**	
20	872	NEISON MARQUES DUARTE	099402901 IFP/RJ	07/08/1967	**DEFERIDO**	
21	1234	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	13427962 SSP/MT	24/09/1982	**DEFERIDO**	
22	1034	PAULO RICARDO ROTEIAS DE SOUZA	17758610 SSPMT	17/11/1987	**DEFERIDO**	
23	477	REINALDO FAVORETO JUNIOR	60399492 SSP PR	18/07/1973	**DEFERIDO**	
24	85	RENAN MOURA TORRES	21481687 SSPMT	12/12/1990	**DEFERIDO**	
25	1086	RENATA MILENA PEREIRA VALDAMERI	2486271-1 SSP/MT	14/01/1994	**DEFERIDO**	
26	1236	RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA CRUZ	1106519-2 SSP/MT	04/09/1976	**DEFERIDO**	
27	1626	SAULO MANSUETO RODRIGUES PALMA	15849252	19/02/1988	**DEFERIDO**	
28	792	THIAGO RIBEIRO DA SILVA		28/01/1991	**DEFERIDO**	
29	372	TIAGO TEIXEIRA LIMA SILVA	3606394 SEGUP/PA	10/08/1984	**DEFERIDO**	

1.1 A prova objetiva será realizada no dia 08/09/2019, com início às 08:00 (oito) horas e término às 11:00 (onze) horas para todos os cargos, exceto para o cargo de Médico Clínico Geral – Plantonista. **1.2** A prova objetiva para o cargo de **Médico Clínico Geral – Plantonista** será realizada no dia **08/09/2019, com início às 13:00 (treze) horas e término às 16:00 (dezesseis) horas. 1.3** Devendo os candidatos comparecerem no local de prova com 30 (trinta) minutos de antecedência do período do início dos horários acima previsto. **2** As provas serão realizadas no local e horário abaixo:

CARGO	**LOCAL**	**PERÍODO DA PROVA**
775 – Pedagogo - SEMAS	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
785 - Prof. Educação Física - SEMAS	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
770 – Orientador Social - SEMAS	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
879 – Entrevistador Social - SEMAS	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
786-Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1168-Professor Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena – EMI Formoso	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1169-Professor Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena – EMI Zozoitero	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1170-Professor Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Indígena – EMI Cabeceira do Osso	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
655-Professor Geografia	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
788-Ajudantes de Serviços Gerais	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
570-Ajudantes de Serviços Gerais – Indígenas	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1058 - Professor de Educação Física/ Atletismo	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1165 - Instrutor de Artes Marciais/ Judô	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
707 – Médico Intervencionista - SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
706 – Médico Regulador - SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
708 – Enfermeiro – SAMU =	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
733 – Técnico de Enfermagem	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
773 – Técnico de Enfermagem SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00

548 – Artesão Prog. CAPS	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
710 – Radio operador SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
711 – Telefonista Auxiliar Regulação Médica - SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
504 – Motorista SAMU	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
705 – Cozinheira – Lei 3340/2010	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
1151 - Ajudante de serviços gerais – Para atuar na Secretaria que necessitar	UNEMAT Campus Universitário Tangará da Serra-MT - MT 358, km 7 Jardim Aeroporto.	08h00 as 11h00
797 – Médico Clínico Geral – Lei 4334/2014	CMEI Isoldi Stork, Rua 07, s/n., Santa Lúcia	13h00 as 16h00

Registre-se publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 06 de Setembro de 2019.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Valnicéia Maria Picoli Barbosa

Secretária Municipal de Administração em exercício

Dienefer Jaqueline M. Feix

Secretária Municipal de Saúde

Prof. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

Eude Camargo da Silva Pinto

Secretária Municipal de Assistência Social

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2019/SAMAE,** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA CÉLULA DE RESÍDUOS CLASSE II-A COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NO ATERRO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT CONFORME NORMAS ABNT NBR 8419/92, NBR 13896/97, NBR 15113/ 04, NBR 12810/93,** a empresa **SERRANA ENGENHARIA LTDA / CNPJ: 83.073.536/0001-64.**

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2019.

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Presidente da CPL – SAMAE

SEMMEA
EDITAL DE INDEFERIMENTO POR INÉRCIA DA LICENÇA AMBIENTAL

EDITAL DE INDEFERIMENTO POR INÉRCIA DA LICENÇA AMBIENTAL

O Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, MT, torna público o indeferimento e arquivamento do pedido de licença abaixo, em razão da inércia do interessado, nos termos do artigo 11, do Decreto Municipal 056 de 22 de fevereiro de 2017.

Tangará da Serra, 10 de setembro de 2019

Processo	Responsável Técnico	Interessado	CNPJ ou CPF	Ato Administrativo
17480/2016	WILLIAN SIMÕES SEMENÇATO	TANGARA SHOPPING CENTER	03.840.330/0001-83	Ofício 332/SEMMEA/2019

Magno César Ferreira
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE TOMADA DE PREÇO - Nº 06/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO, SOB A MODALIDADE SUPRAMENCIONADA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

OBJETO: EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PASSEIO PUBLICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS WERNO BARKET, G1, RUA DA LIBERDADE, RUA GUANABARA, PORTO ALEGRE, CRISTOVÃO COLOMBO, CASTELO BRANCO E PEDRO ALVARES CABRAL CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E CRONOGRAMAS PERTINENTES AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1005842-67.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CADASTRAMENTO EXIGIDO: NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 26/09/2019 AS 08:00HORAS.

LOCAL: AVENIDA CLOVIS FELÍCIO VETTORATO, 104, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: ENDEREÇO ACIMA, NO HORÁRIO DAS 7:00 ÀS 11:00 DAS 13:00 AS 17:00; FONE (66) 3534 - 2500, O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 10 DE SETEMBRO DE 2019.

CONTRATOS
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL 70/2019, O PRESENTE AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL, A SABER:

ONDE SE LÊ: 4.1. NO INICIO DA SESSÃO, CADA EMPRESA LICITANTE PODERÁ CREDENCIAR APENAS UM REPRESENTANTE, O QUAL DEVERÁ IDENTIFICAR-SE JUNTO AO PREGOEIRO, EXIBINDO A RESPECTIVA CÉDULA DE IDENTIDADE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE E COMPROVANDO, POR MEIO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE COMPROVE PODERES, NA FORMA DA LEI, PARA FORMULAR OFERTAS E LANCES DE PREÇOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME EM NOME DA LICITANTE, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO E COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DA EMPRESA.

LEIA-SE: 4.1. NO INICIO DA SESSÃO, CADA EMPRESA LICITANTE PODERÁ CREDENCIAR APENAS UM REPRESENTANTE, O QUAL DEVERÁ IDENTIFICAR-SE JUNTO AO PREGOEIRO, EXIBINDO A RESPECTIVA CÉDULA DE IDENTIDADE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE E COMPROVANDO, POR MEIO DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO (PÚBLICA OU PARTICULAR), COM A FIRMA RECONHECIMENTO DE FIRMA DO OUTORGANTE, COM PODERES PARA PRONUNCIAR-SE EM NOME DA EMPRESA, BEM COMO FORMULAR PROPOSTAS, OFERTAR LANCES VERBAIS, RENUNCIAR DIREITOS, INTERPOR/DESISTIR DE RECURSOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME EM NOME DO PROPONENTE, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO E COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DA EMPRESA.

A DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME, QUE ERA DIA **17 DE SETEMBRO DE 2019 ÀS 13:00 HORAS**, FICA **PRORROGADA** PARA O DIA 24 **DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08:00 HORAS.**

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534. 2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 10 DE SETEMBRO DE 2019.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 178/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 178/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CLAUDEMIR MENDES BARRACO & CIA – LTDA – ME

OBJETO: SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS DE 12 HORAS CADA

VALOR: R$ 9.600,00

VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FISCAL DO CONTRATO: MARCIA FERNANDES DOS SANTOS

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 176.2019

EXTRATO DO CONTRATO: 176.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: MEIRIELEN DE FATIMA ZUCHI DE OLIVEIRA

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO EM DIAS UTEIS E FINS DE SEMANA DE 12 HORAS CADA.

VALOR: R$4.800,00

VIGÊNCIA: 06/09/2019 Á 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL 71/2019, O PRESENTE AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL, A SABER:

ONDE SE LÊ: 4.1. NO INICIO DA SESSÃO, CADA EMPRESA LICITANTE PODERÁ CREDENCIAR APENAS UM REPRESENTANTE, O QUAL DEVERÁ IDENTIFICAR-SE JUNTO AO PREGOEIRO, EXIBINDO A RESPECTIVA CÉDULA DE IDENTIDADE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE E COMPROVANDO, POR MEIO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE COMPROVE PODERES, NA FORMA DA LEI, PARA FORMULAR OFERTAS E LANCES DE PREÇOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME EM NOME DA LICITANTE, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO E COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DA EMPRESA.

LEIA-SE: 4.1. NO INICIO DA SESSÃO, CADA EMPRESA LICITANTE PODERÁ CREDENCIAR APENAS UM REPRESENTANTE, O QUAL DEVERÁ IDENTIFICAR-SE JUNTO AO PREGOEIRO, EXIBINDO A RESPECTIVA CÉDULA DE IDENTIDADE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE E COMPROVANDO, POR MEIO DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO (PÚBLICA OU PARTICULAR), COM A FIRMA RECONHECIMENTO DE FIRMA DO OUTORGANTE, COM PODERES PARA PRONUNCIAR-SE EM NOME DA EMPRESA, BEM COMO FORMULAR PROPOSTAS, OFERTAR LANCES VERBAIS, RENUNCIAR DIREITOS, INTERPOR/DESISTIR DE RECURSOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME EM NOME DO PROPONENTE, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO E COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DA EMPRESA.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534. 2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 10 DE SETEMBRO DE 2019.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO:179.2019

EXTRATO DO CONTRATO:179.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **DR ALEX CUNHA ALONSO S/S LTDA**

OBJETO **: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA**

VALOR: **13.500,00**

VIGÊNCIA: 06/09/2019 Á 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **464**

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 177/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 177/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: LUANA DAGUETTI DE BRITOS -ME

OBJETO :

SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS 12 HORAS .	8	R$ 1. 200,00	R$ 9. 600,00
SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS .	5	R$ 1. 200,00	R$ 6. 000,00
SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS DIURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS DE 12 HORAS CADA	5	R$ 1. 200,00	R$ 6. 000,00
Prestação de serviços médicos especializados de ortopedia sendo 2 dias por Semana durante 2(duas)horas	1	R$ 10. 000,00	R$ 10. 000,00

VALOR: R$ 31.600,00

VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 180/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 180/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CLAUDEMIR MENDES BARRACO & CIA – LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃODEPESSOA JURÍDICA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PROFISSINAL DE CLINICA GERAL P/ ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, COMPREENDENDO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E EMERGÊNCIAL. TOTALIZANDO 12 HORAS DIÁRIAS, COM ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, EXCETO FERIADOS

01UND_ SERVIÇOSDEPEQUENAS CIRURGIAS, COM ATENDIMENTO DE 15 PACIENTES POR DIA DE SERVIÇOS PRESTADOS.

VALOR: R$ 35.523,33

VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FISCAL DO CONTRATO: MARCIA FERNANDES DOS SANTOS

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 175/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 175/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: J L REIS EIRELI

OBJETO : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS DE PLANTOES MEDICOS DIURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS

VALOR: R$ 9.600,00

VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 13/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO RETIFICADO: 163/2019

EXTRATO DO CONTRATO RETIFICADO: 163/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: LUANA DAGUETTI DE BRITOS -ME

OBJETO : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS DIURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS

SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO

HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS

SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO

HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS 12 HORAS CADA.

VALOR: R$ 22.800,00

VIGÊNCIA: 06/08/2019 ATÉ 13/09/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: MARISTELA S B MENDONÇA EIRELI

CNPJ nº 33.440.338/0001-13

Endereço: Rua Quatro (Loteamento Jardim Alencastro) nº 10 – Quadra 06, Lote 10 – Coxipó – CUIABÁ / MT.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 10 (dez) Luminárias Pública de Led, potênica de 100 Watts, 6500 K, Bivolt, em formato pétala, a serem instaladas no Assentamento Jaguaribe, para atender as necessidade dos moradores e alunos daquela região que fazem uso do transporte público, a fim de garantir sua segurança e qualidade de vida, de conformidade com orçamentos anexados a este processo de dispensa licitatória.

Valor total: R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Prazo para entrega: 30 (trinta) dias, contados da emissão da requisição e/ou empenho.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada em 03 (três) orçamentos previamente realizados, demonstrando que os preços da proponente supra encontram-se abaixo do valor limite de R$ 17. 600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) estabelecido pelo Decreto federal nº 9.412/2018, razão pela qual torna-se possível a aquisição direta deste tipo de produto/serviço, mediante dispensa de licitação. Ainda, trata-se de empresa proponente idônea e habilitada para o fornecimento do objeto.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 015/2019.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 10 de setembro de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.219, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Convoca a 14ª Audiência Pública da Saúde, referente a prestação de contas do segundo (2º) quadrimestre de 2019 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 8.689/1993, na Lei Federal nº 12.438/2011 e na Lei Complementar nº 141/2012;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica convocada a 14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE, a realizar-se no dia **30 de setembro de 2019**, às **19:00 horas**, no recinto da Câmara Municipal de Vereadores, nesta Cidade e Município de União do Sul - MT.

Artigo 2º- A 14ª Audiência Pública da Saúde terá como pauta a Prestação de Contas referente ao (2º) Segundo Quadrimestre de 2019.

Artigo 3º- A 14ª Audiência Pública da Saúde de União do Sul será presidida pela Secretária Municipal de Saúde ou substituto legal e pelo(a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS.

Artigo 4º- As despesas com a realização da 14ª Audiência Pública da Saúde ocorrerão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 10 de setembro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 40/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 40/2019, com objetivo “Registro de Preços para Fu-

tura e Eventual Aquisição de Combustíveis e derivados de petróleo, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos-MT". Teve como "VENCEDORES", as empresas AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 04.809.649/0001-09, vencedor dos itens, 1, 2, 3 e 4 no valor global de R$ 1.241.581,00 e a empresa ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrito no CNPJ: 09.508.576/0001-39, vencedor dos itens, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 ,12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 no valor global de R$ 187.524,50. Vale de São Domingos – MT, 10 de Setembro de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ERRATAS

Várzea Grande, 28 de agosto de 2019.

ERRATAS

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,no uso de suas atribuições, faz saber a todos, o seguinte:**CONSIDERANDO** o que consta na vida funcional dosservidorores abaixo citados:

RESOLVE:

Retificar as portariascitadas:

PORTARIA	**N° 179/2019/GAB/SMECEL/VG**		**DATA PUBLICAÇÃO**	**13/08/2019**
NOME	**DIOGO DOUGLAS DA SILVA**			
MATRÍCULA	**82004**	**LOTAÇÃO**	**EMEB ELIAS DOMINGOS**	
PERÍODO AQUISITIVO		**2017/2018**		
ONDE SE LÊ:	**2017/2018**			
LEIA-SE:	**2018/2019**			

PORTARIA	**N° 179/2019/GAB/SMECEL/VG**		**DATA PUBLICAÇÃO**	**13/08/2019**
NOME	**DIOGO DOUGLAS DA SILVA**			
MATRÍCULA	**82004**	**LOTAÇÃO**	**EMEB ELIAS DOMINGOS**	
PERÍODO AQUISITIVO		**2018/2019**		
ONDE SE LÊ:	**2018/2019**			
LEIA-SE:	**SEM EFEITO**			

PORTARIA	**N° 069/2017/GAB/SMECEL/VG**		**DATA PUBLICAÇÃO**	**05/06/2017**
NOME	**KENNIA PORTELA GUIMARÃES**			
MATRÍCULA	**82335**	**LOTAÇÃO**	**EMEB NAPOLEÃO JOSÉ DA COSTA**	
PERÍODO AQUISITIVO		**2012/2013**		
ONDE SE LÊ:	**2016/2017**			
LEIA-SE:	**2012/2013**			

PORTARIA	**N° 179/2019/GAB/SMECEL/VG**		**DATA PUBLICAÇÃO**	**13/08/2019**
NOME	**ANTÔNIA LUIZA DOS SANTOS**			
MATRÍCULA	**3918**	**LOTAÇÃO**	**SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA – CASA DE ARTES**	
PERÍODO AQUISITIVO		**2017/2018**		
ONDE SE LÊ:	**2017/2018**			
LEIA-SE:	**SEM EFEITO**			

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 090/2018

INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e o Sra. JOSEFA BORGES HAZAMA, brasileira, casada, Portadora da cédula de identidade RG nº 1402874-3 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 453.713.001-63. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei nº. 8.666/93 no artigo 57 inciso e parágrafos, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como no Termo de Contrato nº. 055/2015, nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº 603964/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar (prorrogação de prazo) na "CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA", DA "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" e a "CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO" Tem por objeto a locação de um urbano comercial, localizado a Rua Dr. Manoel Vargas nº 27, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande/MT, destinada única e exclusivamente para alojar a sede da Gerência de Educação em Saúde do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais). **UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO:** 09.02.10.122.0015**. P/A: 2.305. ND. 3.3.90.36.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF FONTE: 0114.** Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação.

DATA DE ASSINATURA: 26.07.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

JOSEFA BORGES HAZAMA

Locadora

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 026/2019

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa CEIA CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 17.338.760/

0001-06, NIRE nº 51201342792. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento encontra fundamentação na Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, artigo 65, §1º e nas demais alterações introduzida pela Lei, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 590185/2019. OBJETO: Tem o presente por objeto, aditar o item 4.1 e 4.2 da "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" a "CLAÚSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA/ CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO" o item 8.1 da "CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO" cujo objeto é a Contratação de empresa no ramo de engenharia destinada a adequação e reforma da ambientação do prédio destinado as novas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande, em conformidade com as planilhas de quantitativos, cronograma físico-financeiro, projetos arquitetônicos, projetos complementares, e memoriais descritivos, da respectiva edificação que se encontram em anexo. "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" Por este Termo Aditivo fica prorrogado o prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento, conforme cronograma físico financeiro atualizado e anexo ao procedimento administrativo nº 590185/2019. VALOR GLOBAL: Por este Termo Aditivo fica acrescido o montante de R$ 57.869,53 (cinqüenta e sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e três reais), o que corresponde a 37,34% do valor global do Contrato principal. UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND. 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ FONTE: 0102.

DATA DE ASSINATURA: 26.08.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

CEIA CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Contratada

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 057/2016

PARTES INTERESSADAS: PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a empresa PRESTO SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ n°. 15.291.135/0001-20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei nº. 8.666/93, no artigo 57 incisos e parágrafos e nas demais alterações da Lei, e nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 598064/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar (prorrogação de prazo e valor) na "CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA", A "CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMANTÁRIA" A "CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO" e a "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REALINHAMENTO DE PREÇOS", referente à prestação de serviços de limpeza e desinfecção hospitalar, conservação predial, higiene, jardinagem, desintetização e desratização (controle de pragas), coleta de lixo (comum/hospitalar), com a disponibilização de mão-de-obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos adequados à execução dos serviços, para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento UPA/IPASE. VALOR GLOBAL: Fica o valor global de R$ 637.225,32 (seiscentos e trinta e sete mil duzentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE: **DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305 ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0102000000/0142000000/146000000. DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0142000000/146000000. VIGÊNCIA**: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento.

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2019.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

PRESTO SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA-ME

Contratada

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 106/2016

PARTES INTERESSADAS: PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Empresa INEMAT INSTITUTO NEFROLÓGICO DE MATO GROSSO S/C LTDA, inscrita no CNPJ n°. 73.814.550.0001-18. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento encontra fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 no Artigo 57 incisos e parágrafos, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo do Contrato nº 106/2016 e nos demais documentos acostados no Processo Gespro nº 598855/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar (prorrogação de prazo) na "CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO", DA "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" e a "CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO", referente a contratação de empresa capacitada em prestação de serviços de nefrologia para atendimento de pacientes internados com lesões agudas e crônicas do hospital e pronto socorro municipal de Várzea Grande com disponibilização de equipamentos e aparelhos em comodato, justamente com manutenção, insumos, mão de obra e materiais a serem realizados dentro das instalações do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Fica o valor global de R$ 722.489,60 (setecentos e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0146000000/0142000000. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0102000000/0142000000/0146000000. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 04 (quatro) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento.

DATA DE ASSINATURA: 02.08.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

INEMAT INSTITUTO NEFROLÓGICO DE MATO GROSSO S/C LTDA

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 087/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa DIAG X DIGITAL DIAGNÓSTICOS RADIOLÓGICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 22.545.782/0001-87, e NIRE Nº 51201475768, CNES nº 9543082. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual encontra fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 no artigo 57 inciso II e artigo 65 § 1º e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo do Contrato nº 087/2018 e nos demais documentos acostados no Processo Gespro nº 585377/2019. OBJETO: Tem o presente por objeto, aditar a" CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO", a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA" a "CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" e a "CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO " do Contrato nº 087/2018 referente a contratação de empresa para prestação de serviços de Exames de Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Endoscopia, Colonoscopia/retossigmoidoscopia e Broncoscopia com comodato de equipamentos e aparelhos, incluindo manutenção, insumos mão de obra e materiais, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se ao presente aditamento ao Contrato o valor R$ R$ 2.143.741,35 (dois milhões cento e quarenta e três mil setecentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), pelo período de 12 (doze) meses. **UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0012 P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -**

PJ FONTE: 0142/0146. DO: 09.02.10.122.0015 ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ: FONTE 0102/0142/0146.VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e da respectiva publicação, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, podendo ser prorrogado por serem serviços contínuos, na forma da Lei.

DATA DE ASSINATURA: 15.07.2019.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

DIAG RAG DIAGNÓSTICOS RADIOLÓGICOS LTDA – ME

Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2019

PARTES INTERESSADAS: PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a empresa CENTRO DE ESTUDOS DR. CERVANTES CAPOROSSI LTDA, inscrita no CNPJ n°. 06.941.337/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº 40/2019 - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 20/2019 da Secretaria Municipal de Saúde/SMSVG, nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 595094/2019. OBJETO: O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresas capacitadas para prestação de serviços médicos especializados em Cirurgia Geral com Programa de Residência Médica em formação continuada e Cirurgia Ginecológica e Mastologia para atendimento em caráter eletivo aos usuários do SUS da Rede Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Fica o valor global de R$ 1.952.800,01 (um milhão novecentos e cinqüenta e dois mil e oitocentos reais e um centavo). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 014600000/0142000000 DO: UO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0102000000/0142000000/0146000000. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, a partir da assinatura e da respectiva publicação, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, podendo ser prorrogado por serem serviços contínuos, na forma da Lei.

DATA DE ASSINATURA: 19.08.2019.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

CENTRO DE ESTUDOS DR. CERVANTES CAPOROSSI LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 0119/2019

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

VMI TECNOLOGIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.659./0001-03, NIRE nº3120549075-7.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 32/2018 – Processo Administrativo nº 54/2018 oriundo do Pregão Eletrônico nº 32/2018, do Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Hospital Central do Exército, conforme descrito no Edital e seus Anexos, do no Processo Administrativo nº 136/2019, do Termo de Referência nº 23/2019. PROCESSO GRESPO nº 590613/2019. OBJETO: Aquisição de material permanente (aparelho digital de raios-X móvel) para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Contrato. VALOR GLOBAL: Atribuise ao valor global o montante R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015 - P/A: 2.305. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 0146000000. DO: 09.02. 10. 302.0012. P/A: 2.304. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 0147000000. VIGÊNCIA:

O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 08.07.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

VMI TECNOLOGIAS LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 0120/2019

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.618.753/0001-67 e sob o NIRE n°. 42201227104. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº 29/2019, Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo Menor Preço por item, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 89/2019, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 11/2019 da Secretaria Municipal de Saúde. PROCESSO GRESPO nº 581377/2019. OBJETO: Aquisição de câmaras frias para central da Rede de Frio e para as Salas de Vacinas contemplando a Vigilância em Saúde e as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se ao valor global o montante de R$ 296.970,00 (duzentos e noventa e seis mil novecentos e setenta reis). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015 - P/A: 2.305. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 01020000000. DO: 09. 02.10.301.0003. P/A: 2.303. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 01020000000. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 09.07.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 0134/2019

Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.250.803/0001-92. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 24, inciso IV, da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, ao Ato de Dispensa de Licitação nº 09/2019 e ao Projeto Básico nº 11/2019. GRESPO nº 578529/2019. OBJETO: Este instrumento contratual tem por objeto aquisição de aparelho detector fetal digital portátil em caráter de urgência para atender as necessidades da rede da secretaria municipal de saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se ao valor global o montante de R$

28.980,00 (vinte e oito mil novecentos e oitenta reais). **UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO:** UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015 - P/A: 2.305. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 0102000000/0146000000. DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND. 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES FONTE: 0102000000/0147000000. VIGÊNCIA:

O presente contrato terá prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, tendo início na data da assinatura/publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 22.07.2019.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

Contratada

DECRETO Nº 45 DE 04 DE SETEMBRO DE 2.019.

Altera o Decreto Municipal n.º 29/2.019 que declara de utilidade pública para fins de desapropriação parcial de área situada no município de Várzea Grande – MT, destinada à ampliação da Avenida Filinto Muller, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, incisos V e VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a alínea "e", do inciso I, do artigo 95, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o que facultam as alíneas "d", "e", "g", "h", "i" e "j", do artigo 5.º, do Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de Junho de 1.941, alterada pela Lei Federal n.º 9.785, de 29 de Janeiro de 1.999; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo *Gespro* n.º 512.846/2.018.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 1º do Decreto Municipal n.º 29/2.019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação de domínio, a ser efetivada mediante forma amigável ou judicial, parte de imóvel urbano, situado na Avenida Filinto Muller, neste município, a ser desmembrado da matrícula ns. 15.155 – 44.590 - 2.º Serviço Notarial e de Registro de Cuiabá – MT, de propriedade de: Simão Rodrigues Bispo, tendo como possuidora:Maria Virginia da Silva.*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 04 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 48 DE 05 DE SETEMBRO DE 2.019.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica **aprovado e homologado**o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 2º O Regimento Interno faz parte, como anexo único, deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 05 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

CAPITULO I

CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande, criado pela Lei Municipal nº 4.422/2.018, é órgão consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas e das ações culturais do município, tendo como objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural com a finalidade precípua de formular programas, políticas e coordenar as ações do governo no sentido de promover e preservar a cultura municipal.

Art. 2º Este regimento estabelece o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande, organiza sua estrutura interna, regula suas relações com a comunidade cultural e dispõe material e subsidiariamente sobre o cumprimento de suas finalidades, funções, atribuições, competências e demais deveres e faculdades que lhe conferem a Lei Municipal nº 4. 422/2.018 e os textos legais que o regulamentam.

CAPÍTULO II

COMPETENCIA

Art. 3° Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - representar a sociedade civil de Várzea Grande, junto ao poder público municipal, nos assuntos culturais;

II - elaborar, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer diretrizes e normas referentes à política cultural para o município;

III - apresentar, discutir e opinar sobre projetos que tratam do desenvolvimento da cultura, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do município;

IV - fiscalizar as atividades culturais promovidas pela Prefeitura, bem como das entidades culturais conveniadas ou não com a Prefeitura;

V - formular e propor ações para as políticas públicas voltadas para as atividades no município;

VI - elaborar Plano Anual e auxiliar na definição do calendário de eventos artísticos-culturais do município;

VII - colaborar, com os órgãos colegiados das esferas municipal, estadual e federal, na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura a serem desenvolvidas no município;

VIII - apoiar campanhas que visem o desenvolvimento artísticos-culturais do município;

IX - avaliar os projetos apresentados pelas instituições artísticos-culturais, para efeitos de celebração de convênio com o município;

X - emitir manifestação sobre questões culturais referentes à:

a) prioridades programáticas e orçamentárias;

b) propostas de obtenção de recursos, e;

c) estabelecimento de convênios com instituições e entidades culturais.

XI - encaminhar sugestões para a elaboração do Plano Plurianual - PPA, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no que concerne aos recursos destinados ao incentivo de todos os segmentos culturais do município, com vistas ao desenvolvimento pleno do cidadão e sua integração social;

XII - promover e dar continuidade aos projetos culturais de interesse do município, independentemente das mudanças de governo e/ou de seus

secretários, fortalecendo as características e as diversidades culturais locais;

XIII - auxiliar diretamente na realização da Conferência Municipal de Cultura ou outra modalidade de evento que tenha por objetivo ouvir a sociedade para fins de revisão da política cultural do município;

XIV - fomentar e auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer na efetivação e implementação de uma política cultural em consonância com a Lei Orgânica Municipal;

XV - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, encaminhando para homologação da (o) Prefeita (o);

XVI - participar na elaboração, quando houver, do processo seletivo para aquisição de bônus cultural junto a Lei Municipal de incentivos fiscais para a cultura;

XVII - apoiar, orientar e assegurar junto ao setor competente do município o incremento de atividades culturais nas diversas modalidades e categorias, inclusive para o idoso e portadores de necessidades especiais;

XVIII - acompanhar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na constituição de ônus reais sobre bens do Fundo Municipal de Cultura;

XIX - exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura; e

XX - executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 4º O Conselho Municipal da Cultura será composto por 14 (quatorze) membros titulares, sendo 07 (sete) indicados pela (o) Prefeita (o) e 07 (sete) eleitos pelos respectivos segmentos, e igual número de suplentes, a saber:

§ 1º Poder Público:

I - 02 (dois) representantes da Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Comunicação Social; e

VI - 01 (um) representante da Câmara Municipal.

§ 2º Sociedade Civil:

I - 01 (um) representante das Artes Plásticas e visuais (gráfica, gravura, fotografia e exposição);

II - 01 (um) representante do Artesanato;

III - 01 (um) representante da Música;

IV - 01 (um) representante das Artes Cênicas (dança, teatro, circo, ópera e mímica);

V - 01 (um) representante das Culturas populares;

VI - 01 (um) representante da Literatura e Biblioteca, e;

VII - 01 (um) representante de organização afro - descendente;

§ 3º Cada membro titular do Conselho Municipal de Cultura contará com um membro suplente, que será indicado juntamente com o titular, oriundo da mesma entidade da sociedade civil ou de órgão do governo, que substituirá seu titular em eventuais afastamentos, impedimentos ou em casos previstos pelo Regimento Interno.

§ 4º Os conselheiros serão nomeados pela (o) Prefeita (o) mediante Decreto Municipal.

Art. 5º Os segmentos culturais que desejarem obter vaga no Conselho deverão formular proposta por escrito, endereçada à Presidência do Conselho Municipal de Cultura, que submeterá o pedido à aprovação da Plenária.

Art. 6º O mandato dos conselheiros e de seus suplentes será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) única recondução consecutiva.

Art. 7º O Conselho Municipal da Cultura será dirigido por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pelo Plenário.

§ 1º O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir as reuniões do Plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2º Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º O Conselho Municipal de Cultura manterá um Secretário (a) Executivo (a), destinado ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, a cargo da Secretaria Executiva das Comissões Especiais utilizando-se, dentro das disponibilidades, de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura.

§ 4º A Presidência e Vice-presidência deverão ser ocupadas alternadamente em cada mandato por conselheiros representantes da sociedade civil e do governo.

§ 5º O mandato do Presidente da Sociedade Civil deverá sempre coincidir com o último ano do mandato da (o) Prefeita (o) em exercício e o primeiro ano de mandato do próximo gestor, garantindo assim a continuidade das ações do Conselho durante a troca do Governo Municipal.

§ 6º Os representantes do governo terão mandatos condicionados à permanência na frente das respectivas pastas, podendo, os mesmos, serem alterados conforme determinação do Secretário da pasta de origem.

Art. 8º Os Conselheiros que faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, sem justificativa, pelo período de 12 (doze) meses, serão substituídos.

Art. 9º Nenhum conselheiro receberá qualquer tipo de pagamento ou remuneração, salvo ajuda de custo para cobrir eventuais despesas de ajuda com viagens, atividades de aperfeiçoamento e capacitação, no exercício de suas atividades.

Art. 10. As deliberações, atos e resoluções do Conselho Municipal de Cultura serão consignadas em ata e arquivadas em livro próprio.

Art. 11. O Conselho Municipal de Cultura tem a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Diretoria composta pela Presidência e Vice-Presidência;

III - Secretaria Executiva, e;

IV - Comissões temáticas de trabalho.

§ 1º Em sua primeira reunião ordinária, os membros do Conselho Municipal de Cultura elegerão sua Diretoria pelo voto direto da maioria simples, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos integrantes presentes.

§ 2º O pleno é formado por todos os conselheiros titulares.

Art. 12. As reuniões plenárias do Conselho Municipal de Cultura serão abertas ao público, instalar-se-ão e deliberarão com a presença da metade mais um de seus membros.

Parágrafo único: Poderão assistir as reuniões do Conselho Municipal de Cultura,qualquer cidadão, não podendo fazer uso da palavra, salvo permissão do Presidente, não podendo exceder o prazo de 02 (dois) minutos.

Art. 13. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Cultura, órgão de apoio e suporte administrativo do Plenário, Diretoria e Comissões de trabalho, será ocupada por funcionário de carreira do quadro de servidores da Prefeitura, e terá acrescido abono salarial à sua remuneração, por uma jornada de 40 (quarenta horas) horas semanais.

§ 1º A gratificação a que terá direito o ocupante da Secretaria Executiva do Conselho não será incorporada para efeito de aposentadoria.

§ 2º Em caso de afastamento para fins saúde e outras situações previstas no Estatuto do Servidor, será nomeado outro servidor em substituição pelo período de afastamento.

Art. 14.O Conselho Municipal de Cultura será vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Lazer, a quem competirá oferecer-lhe toda estrutura necessária para seu funcionamento.

Art. 15.O membro suplente poderá participar das reuniões do Conselho, e só terá direito a voto, se ausente o conselheiro titular que represente.

Parágrafo único: Em caso de empate nas decisões do Conselho, a Presidente proferirá o voto de desempate.

Art. 16. O Poder Executivo providenciará a realização de convênio com a União e o Estado, bem como acordo com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, visando à plena consecução dos objetivos da Lei de criação do Conselho.

Art. 17. Aplica-se, no que couber, a legislação federal e estadual, subsidiariamente.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, viabilizará a estrutura física e suporte administrativo necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, no que se refere à instalação, pessoal, material, bem como o custeio deste funcionamento, dentro da possibilidade orçamentária.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos financeiros consignados em dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Seção I

Pleno

Art. 20. O pleno é constituído por todos os representantes empossados e ativos titulares, e na ausência destes os respectivos suplentes junto ao Conselho, sendo órgão deliberativo, cabendo-lhe votar os temas constantes da ordem do dia pautados para deliberação.

Art. 21. As deliberações do Conselho serão formalizadas e divulgadas por meio de Resoluções do Conselho, as quais serão numeradas por ordem cronológica em séries anuais pela Secretaria Executiva do Conselho, publicado no Diário Oficial dos Municípios e arquivado.

Seção II

Mesa Coordenadora

Art. 22. A Mesa Coordenadora será composta pelo Presidente e Vice-Presidente, sendo assessorada pela Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 23. Compete à Mesa Coordenadora o foro dos atos, ações e providências administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Cultura e da execução das decisões e deliberações do seu pleno:

I- conduzir a direção superior do Conselho, ouvidos o Pleno, as Câmaras Temáticas Permanentes e os Grupos de Trabalho Temporários quando necessário e sempre que implicar responsabilidade geral do colegiado;

II- presidir as sessões plenárias, verificar o *quórum*, dar a palavra, conceder as partes e decidir sobre questões de ordem;

III- proclamar as decisões do Pleno, cumprindo-as e fazendo cumpri-las;

IV- garantir o bom andamento dos trabalhos e a livre manifestação dos (as) Conselheiros (as);

V- manter a ordem das sessões;

VI- suspender ou interromper as sessões em casos de força maior ou de motivos especiais;

VII- encaminhar as solicitações e proposições das Comissões Temáticas, dos Grupos de Trabalho Temporários e dos (as) Conselheiros (as);

VIII - indicar reanálise por Comissão Temática em caso de rejeição de parecer técnico pelo Pleno, sendo anexados ao processo todos os pareceres;

IX- distribuir por pertinência e com equanimidade os processos e as matérias às Comissões Temáticas Permanentes e Grupos de Trabalho Temporários.

X- designar por votação dos (as) Conselheiros (as) os membros integrantes das Câmaras Temáticas Permanentes, Grupos de Trabalho Temporários;

XI- submeter os casos omissos à decisão do Pleno; e

XII- passar a Presidência da sessão ao (à) Conselheiro (a) indicado pelo Pleno, em caso de impedimento ou ausência do presidente e vice-presidente.

Seção III

Presidência

Art. 24. Compete ao Presidente:

I- Convocar ou determinar a convocação dos conselheiros para reuniões ordinárias, extraordinárias ou outros trabalhos;

II- representar o Conselho, pessoalmente ou por delegação, em qualquer foro ou instância, quer administrativa, judicial ou extrajudicialmente;

III- delegar a um (a) ou mais Conselheiros (as) a representação do Conselho em atividades externas;

IV- receber e mandar processar pedidos de licença e comunicação de renúncia dos membros do Conselho;

V- assinar os atos e expedientes administrativos do Conselho;

VI- mandar expedir a correspondência oficial do Conselho;

VII- autorizar a publicação dos atos do Conselho, notas ou informações;

VIII- encaminhar, quando necessário ou por solicitação do Pleno, os atos do Conselho dos quais se deve dar conhecimento às autoridades ou publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IX– realizar a quitação de despesas e pagamento, após autorização do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

X- expedir resoluções, inclusive "*ad referendum*" do Pleno, em caso de urgência ou para suprir as lacunas deste Regimento Interno, submetendo-as ao plenário, na reunião subsequente do Conselho; e

XI- desempatar as votações, nos termos deste Regimento.

Seção IV

Vice-Presidência

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente:

I- substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências;

II- exercer, por delegação do Presidente ou do Pleno, outros encargos permitidos por este Regimento;

III - auxiliar o Presidente na condução dos trabalhos da Mesa;

IV- auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições; e

V- acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas Permanentes e dos Grupos de Trabalho Temporários.

Seção V

Conselheiros

Art. 26. Aos Conselheiros compete:

I- participar dos trabalhos do Conselho, com assiduidade, pontualidade e espírito participativo e solidário na busca de soluções comuns no âmbito dos objetivos do Conselho;

II- participar das Comissões Temáticas, Grupo de Trabalho e, quando convocado pelo pleno, emprestando dedicação à causa sociocultural;

III- buscar a constante compatibilização entre as posições de sua área representada e as diretrizes das Políticas de Cultura;

IV- observar e promover o cumprimento das normas vigentes e estabelecidas neste Regimento e em atos complementares emitidos pelo Conselho;

V- votar e ser votado, segundo normas em vigor; e

VI- assinar Atas, Resoluções e demais documentos representativos do colegiado.

§ 1° O conselheiro terá o direito de solicitar afastamento temporário de seu cargo por período de seis meses durante o seu mandato, prorrogável por igual período, em período contínuo ou não, por qualquer motivo, mediante justificativa por escrito, submetida à apreciação do Conselho, que no mesmo ato convocará o suplente.

§ 2º Quando do afastamento temporário de conselheiros nos termos estabelecidos neste Regimento o suplente correspondente assumirá o cargo na qualidade de titular substituto enquanto durar o afastamento autorizado.

§ 3º Os Conselheiros titulares devem convocar os respectivos suplentes para substituí-los, independente de autorização do pleno ou de ato da Secretaria Executiva, em caso de falta, suspeição e/ou impedimento.

§ 4° A alegação reiterada de compromissos decorrentes de função exercida habitualmente não abona a ausência do membro, caracterizando-se a incompatibilidade do exercício das funções de conselheiro.

§ 6° Nos casos de perdimento definitivo da vaga de conselheiro entre os representantes da sociedade civil, o pleno convocará o suplente para assumir a função de conselheiro titular, devendo a entidade indicar novo suplente.

§7º Nos casos de perdimento definitivo da vaga de conselheiro entre os representantes do Poder Público, caberá ao respectivo Secretário da pasta indicar um novo membro.

Seção VI

Secretaria Executiva

Art. 27. A Secretaria Executiva será exercida por um servidor público municipal, indicado pelo Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e está diretamente vinculada a Superintendência de Cultura de Várzea Grande.

Art. 28. Compete à Secretaria Executiva:

I- auxiliar o Conselho Municipal de Cultura;

II- prestar todo o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho, providenciando os meios, recursos humanos, materiais e logísticos disponíveis;

III- assessorar a Mesa Coordenadora, responsabilizando-se pela convocação dos Conselheiros para as reuniões e eventos do Conselho, elaboração das atas, preparação da pauta e coleta de assinatura dos conselheiros presentes;

IV - manter organizado e administrar os arquivos e documentos do conselho;

V- prestar informações ao público;

VI- providenciar a digitalização de documentos;

VII- receber, controlar e expedir as correspondências de interesse do Conselho;

VIII- fornecer os informes sobre o andamento de decisões e pareceres do Conselho;

IX- organizar, registrar e efetuar o controle do material de serviço;

X - manter atualizado o inventário dos móveis e equipamentos;

XI- organizar a pauta das sessões, submetendo-a a aprovação do Presidente;

XII- tomar as providências necessárias à instalação e ao funcionamento das sessões em geral;

XIII- secretariar as sessões do Pleno;

XIV- ler no Pleno a correspondência recebida e expedida do Conselho;

XV-auxiliar o Presidente na distribuição de processos;

XVI- manter o Presidente informado sobre os assuntos da Secretaria Executiva;

XVII- apresentar relatórios sobre os trabalhos e as necessidades da Secretaria-Executiva;

XVIII- proceder à avaliação de frequência dos Conselheiros, mantendo o registro e o controle das presenças nas sessões ordinárias, extraordinárias do Pleno e/ou eventos que se fizerem necessários;

XIX- providenciar a publicação das resoluções do Conselho Municipal de Cultura no Diário Oficial dos Municípios;

XX- proceder aos trâmites de contratação de terceiros e/ou ações necessárias ao andamento das funções do Conselho, desde que previamente aprovados pelo Pleno;

XXI- promover, através do site, divulgação sistemática das atividades do Conselho; e

XXII- executar outras tarefas correlatas à função determinadas pelo Presidente.

Seção VII

Comissões Temáticas

Art. 29. As Comissões tem por missão fornecer subsídios para definição de políticas públicas, diretrizes estratégicas das respectivas expressões culturais, bem como para a tomada de decisões sobre temas transversais e emergenciais relacionadas à área cultural e apresentar os resultados para discussão do pleno.

Parágrafo único: A instituição das Comissões Temáticas Permanentes será definida pelo pleno, sendo necessária a sua previsão em pauta anexa a convocação.

Art. 30. Cada Comissões será composta por no mínimo 05 (cinco) Conselheiros titulares ou, nas ausências, seus suplentes, eleitos pelo pleno em sessão convocada para este fim.

§ 1º As Comissões reunir-se-ão com a presença de no mínimo 03 (três) membros.

§ 2º A organização interna das Comissões Temáticas terá pelo menos um relator, um coordenador e um secretário, sendo que a designação das funções entre seus membros será realizada por ocasião de sua primeira reunião.

§ 3º Deve ser garantida a representatividade da sociedade civil e poder público em todas as Comissões.

§ 4º A participação do Conselheiro nas Comissões Temáticas será de um ano, podendo ser reconduzido durante o mandato.

Art. 31. Compete às Comissões Temáticas:

I- propor políticas públicas de cultura no âmbito de sua competência;

II- instruir, analisar e emitir parecer e/ou relatório técnico acerca das matérias de sua área, bem como das atividades que lhe forem atribuídas, remetendo-os para apreciação do pleno;

III- cumprir diligências solicitadas pelas demais instâncias do Conselho;

IV- desenvolver estudos, pesquisas, informes e levantamentos, inclusive com atividade externa, destinados ao uso do Conselho;

V- responder às consultas encaminhadas pela Presidência, pelo Pleno e pelos Conselheiros; e

VI- propor e mediar consultas públicas acerca das matérias pertinentes às suas funções.

Parágrafo único: As Comissões não poderão tornar públicas suas conclusões antes da apreciação da matéria pelo Pleno.

Art. 32. Nas reuniões das Comissões serão elaboradas atas que serão arquivadas em pastas próprias, assinadas pelos membros presentes, depois de aprovadas no início de reunião seguinte a ser encaminhada à Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 33. Cada Câmara Temática elaborará relatórios de suas atividades durante o mandato a fim de informar, orientar e subsidiar a continuidade dos mesmos, os quais deverão ser remetidos a Secretaria Executiva do Conselho, 15 (quinze) dias da última sessão ordinária do último ano de mandato.

Seção VIII

Grupos de Trabalho Temporários

Art. 34. Os Grupos de Trabalho Temporários tem como missão fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, podendo ser instituídos a qualquer tempo pelo pleno.

§ 1ºOs Grupos de Trabalho serão compostos de, no mínimo, 04 (quatro) Conselheiros titulares ou, nas ausências, de suplentes.

§ 2º Os Grupos de Trabalho terão caráter temporário e funcionarão à semelhança das Comissões Temáticas.

§ 3º Os Grupos de Trabalho terão suas competências e prazos para conclusão estabelecidos por ocasião de sua instituição pelo pleno, tendo em vista a natureza e complexidade da função.

CAPITULO IV

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

Art. 35. São espécies de atos administrativos do Conselho Municipal de Cultura:

I- Regimento;

II- Resoluções;

III- Deliberações;

IV- Pareceres;

V- Indicações;

VI- Notificações;

VII- Atestados;

VIII-Ofícios;

IX- Despachos;

X- Moções;

XI- Homenagens e condecorações;

XII- Recomendações;

XIII- Pronunciamentos; e

XIV- Outros atos pertinentes à área de atuação do Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º Consideram-se resoluções as decisões de mérito, vinculadas à competência legal do Conselho, envolvendo matéria de direito e/ou de fato, tais como deferimento ou indeferimento de pedidos de anuência, aprovação do Regimento Interno, dentre outras.

§ 2º Deliberações são decisões do Conselho que implicam em aprovação ou rejeição de matérias submetidas à votação do pleno.

§ 3º Em caso de necessidade de deliberações de urgência, serão tomadas por:

a) Em reuniões extraordinárias.

b) Em deliberações propostas pelo *e-mail* do Conselho Municipal de Cultura, respeitado o *quórum* mínimo, conforme previsto neste Regimento Interno;

c) Decisão "*ad referendum*" do Pleno, precedida por consulta eletrônica pelo *e-mail* do Conselho Municipal de Cultura, tendo validade apenas após a publicação em Diário Oficial.

§ 4º Pareceres são manifestações formais das Comissões, Grupos de Trabalho, de Conselheiros individualmente, de órgão público ou entidade privada, sendo sua eficácia condicionada à homologação pelo pleno.

§ 5º Consideram-se indicações, quaisquer matérias sugeridas por integrantes do Conselho a serem submetidas à apreciação e deliberação do plenário;

§ 6º Notificações são atos endereçados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para alertá-la de irregularidades quanto à observância das normas legais de proteção do Sistema Municipal de Cultura, realizadas por qualquer Conselheiro, desde que endossadas pela maioria dos conselheiros, através de consulta ao pleno.

§ 7º Os atestados são documentos pelos quais o Conselho atesta de modo positivo ou negativo, o requerimento do interessado, pessoa física ou jurídica, a sua atuação e sua área cultural no município.

§ 8º As moções serão manifestações de apoio ou repúdio a determinados atos ou posturas que o Conselho considere benéficos ou não, relativos, prioritariamente, a temas culturais, submetidas à apreciação e deliberação do pleno.

§ 9º Recomendações são atos oriundos de análises e/ou pesquisas endereçadas a entidade pública ou privada acerca de atividades no âmbito de sua atuação.

§ 10. Pronunciamentos são atos resultantes de análises do Conselho diante de questões relevantes à atividade artística e cultural, devendo ser aprovados por maioria.

§ 11. Todos os documentos expedidos pelo Conselho ou por Conselheiros no exercício de suas funções devem ser numerados antes de sua expedição com cópia para Secretaria Executiva do Conselho para arquivamento.

Art. 36. Para a implementação do Plano Municipal de Cultura e a deliberação acerca da alocação de recursos relativo ao Fundo Municipal de Cultura, deverão ser tomadas as seguintes providências:

I- a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer apresentará proposta de Plano Plurianual para apreciação do pleno, antes do prazo final para envio à Câmara Municipal pelo executivo;

II- o Pleno apreciará a proposta em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final para envio à Câmara Municipal pelo executivo;

III- a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer apresentará proposta de Lei orçamentária para apreciação do pleno, em até 90 (noventa) dias antes do prazo final para envio à Câmara Municipal pelo executivo; e

IV- o Pleno apreciará a proposta em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final para envio à Câmara Municipal pelo executivo.

CAPITULO V

REUNIÕES DO PLENO

Art. 37. O Conselho reunir-se-á ordinariamente 12 (doze) vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º O calendário oficial de reuniões ordinárias será aprovado pelo pleno na última sessão do ano anterior.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas de acordo com o calendário aprovado pelo pleno, ressalvados os motivos de força maior que impeçam o seu cumprimento, sendo consultado o Pleno para fixação de nova data.

§3º A convocação para as reuniões ordinárias deverá ser feita com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, e a confirmação de presença ou justificativa de ausência em até 48 (quarenta e oito) horas.

§ 4º As reuniões do Conselho funcionarão com a presença mínima correspondente ao primeiro número inteiro superior à metade de seus membros, e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate, além do voto ordinário.

§ 5º Haverá uma tolerância máxima de 30 (trinta) minutos para nova verificação de *quórum*, quando não ocorrer o prescrito no parágrafo acima.

§ 6º Havendo o *quórum* mínimo de que tratam os parágrafos anteriores, porém ausentes o Presidente e o Vice-presidente do Pleno, os membros presentes indicarão um dos titulares para coordenar a reunião, com direito a voto ordinário.

§ 7º Regra geral, as sessões do Conselho são abertas ao público, sendo permitida a transmissão pela internet, podendo,em casos específicos ou excepcionais, assim reconhecidos pelo pleno, a sessão poderá ser sigilosa, quando o caso assim exigir, não havendo transmissão e sendo vedada a participação de não conselheiros.

Art. 38. As deliberações do Conselho, via de regra, serão presenciais, salvo circunstâncias excepcionais e extraordinárias.

Art. 39. As Reuniões Extraordinárias serão convocadas por iniciativa:

I- do Presidente do Conselho Municipal de Cultura;

II- do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura, na ausência do Presidente;

III- de 20% (vinte por cento) de seus membros titulares;

IV- do Presidente de Comissão Temática para tratar de assunto emergencial pertinente à respectiva Comissão, na anuência do presidente do Conselho.

§ 1º As sessões extraordinárias serão comprovadamente convocadas com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, e poderão ser realizadas em qualquer data, até nos mesmos dias das sessões ordinárias, antes ou depois destas, dependendo da urgência do assunto a ser discutido.

§ 2º A Secretaria Executiva convocará para o respectivo expediente de urgência: por escrito, por meio de comunicação eletrônica ou telefônica, desde que certificada.

§ 3º Nas reuniões extraordinárias somente poderão ser discutidos e votados os assuntos que motivaram a sua convocação.

Art. 40. A convocação para a reunião do Conselho deverá ser realizada em expediente destinado aos Conselheiros titulares ou suplentes, indicando dia, hora e local de reunião, bem como:

I- pauta de reunião com indicação dos assuntos a serem objeto de deliberação;

II- ata de reunião anterior;

III- cópia das Resoluções e Moções aprovadas na reunião anterior, se for o caso;

IV- minuta das Resoluções a serem aprovadas, se for o caso; e

V- relação das entidades públicas ou privadas, eventualmente convidadas ou inscritas para participar das sessões, e assunto a ser tratado.

Art. 41. Os Conselheiros titulares devem comunicar os respectivos suplentes para substituí-los, independente de autorização do pleno ou da Secretaria Executiva, em caso de falta, suspeição e/ou impedimento.

Art. 42. Os trabalhos do Conselho obedecerão a uma pauta estabelecida e comunicada tempestivamente aos Conselheiros.

§ 1º O desenvolvimento da reunião ordinária do Conselho proceder-se-á em três expedientes ou momentos contínuos, segundo a ordem de precedência apresentada no quadro a seguir:

I- Expediente Deliberativo – rigoroso cumprimento do que apresenta a pauta de deliberações programadas previamente para apreciação, debate e votação no dia;

II- Expediente de Estudos – votada a última matéria da pauta estabelecida, passa-se à exposição e debate de temas (previamente inscritos) de interesse cultural, científico e político – Institucional do Conselho; e

III- Palavra Livre – inscrição e comentário resumido de temas para futuras exposições, apresentação de proposições comunitárias, propostas institucionais de trabalho, exposição de motivos de recursos, pareceres, informes, etc.

§ 2º O Presidente informará aos convidados, quando houver, o tempo para exposição do assunto, cuja duração será de até 05 (cinco) minutos, prorrogáveis de acordo com a relevância da matéria.

§ 3º Nas sessões deliberativas, em caso de empate, o Presidente exercerá o direito voto de qualidade, para desempate.

§4º O expediente deliberativo desenvolver-se-á de acordo com as seguintes ordens de trabalho:

I- abertos os trabalhos, o Presidente solicitará daSecretário Executiva a apresentação da ordem do dia e a leitura da Ata da reunião anterior, para aprovação; e

II- concluída a leitura e a aprovação da Ata, o presidente iniciará a apresentação da ordem do dia, na sequência em que foi estabelecida.

Art. 43. No encaminhamento, discussão e votação das matérias da ordem do dia nas sessões ordinárias ou extraordinárias, o (a) Conselheiro (a) suscitante, requerente ou relator (a) exporá o assunto por, no máximo, 10 (dez) minutos, podendo esse tempo ser estendido a seu pedido, se deferido pelo Presidente.

Parágrafo único: Encerrada a exposição, o Presidente dará a palavra por 03 (três) minutos aos Conselheiros inscritos, por ordem de inscrição.

Art. 44. Tratando-se de expediente administrativo ou parecer que demande exame mais aprofundado ou contiver matéria controversa, qualquer Conselheiro (a) poderá pedir vista após a leitura do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.

§ 1º O pedido de vista adia a discussão em até 15 (quinze) dias, podendo, em caso de urgência, o pleno definir menor prazo e/ou convocar sessão extraordinária, nos termos deste regimento.

§ 2º O Conselheiro que pedir vista deverá devolver o respectivo expediente no prazo definido pelo parágrafo anterior, admitindo-se prorrogação por igual período, desde que devidamente justificado e deferido pela mesa coordenadora.

§ 3º Na hipótese de o Conselheiro que solicitou vista não apresentar parecer no prazo estabelecido anteriormente, o Pleno deverá votar o parecer original, na primeira sessão extraordinária subsequente ao vencimento do prazo.

§ 4º Se do pedido de vista resultar apresentação de parecer substitutivo pelo Conselheiro suscitante, o Pleno decidirá qual o parecer subsistirá, sendo anexados ao processo todos os pareceres.

§ 5º Haverá, no máximo, dois pedidos de vista para o mesmo expediente.

Art. 45 Não ocorrendo pedido de vista e, encerrada a discussão, o Presidente fará um resumo do debate e submeterá a matéria à votação.

Parágrafo único: Logo após anunciado o resultado da votação, qualquer Conselheiro (a) poderá apresentar, por escrito, declaração de voto em separado, a qual poderá ser utilizada como argumento em caso de recurso.

Art. 46. O Pleno decidirá se a votação será secreta, nominal ou simbólica.

§ 1º O Presidente indicará três escrutinadores em caso de votação secreta.

§ 2º A votação aberta não admite esclarecimentos adicionais ao voto.

Art. 47. O Presidente poderá incluir, no final da pauta das sessões ordinárias, matéria nova e declaradamente de urgência oferecida por ele ou pelos Conselheiros, fazendo observar em sua discussão o rito definido neste regimento.

Art. 48. A preferência de uma sobre outra matéria da pauta das sessões ordinárias, quando requerida pelo Conselheiro suscitante, será decidida pelo Presidente, ouvido o Pleno, em razão do tempo e da importância do tema.

Art. 49. O tempo de exposição e das intervenções nas sessões ordinárias ou extraordinárias será definido pelo presidente antes do início das discussões para viabilizar o cumprimento integral da pauta.

Parágrafo único: A requerimento ou por decisão própria, o Presidente poderá conceder uma pausa antes das votações para consulta entre os Conselheiros.

Art. 50. Em qualquer momento das decisões do Pleno, o Conselheiro poderá:

I− abster-se de votar;

II− dar-se por impedido; e

III– arguir a suspeição ou impedimento de outros conselheiros.

§ 1º O Conselheiro que desejar expor as razões da sua abstenção ou impedimento deverá fazê-lo antes do início da sessão de votação, e em no máximo, 03 (três) minutos.

§ 2º O Conselheiro que arguir suspeição referente a outros Conselheiros deverá expor as suas razões ao Pleno em até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos, cabendo aos Conselheiros arguidos igual tempo para responder.

§ 3º Findo o tempo das razões e da resposta da arguição de suspeição, o Pleno decidirá preliminarmente pela sua procedência ou não.

§ 4º Julgada preliminarmente procedente a arguição de suspeição, o expediente que a causou será retirado de pauta e na mesma sessão o Pleno instituirá Comissão Especial para investigar os fatos e indicar as medidas legais cabíveis, se for o caso.

§ 5º A instalação da Comissão Especial fica condicionada à formalização da arguição pelo Conselheiro denunciante, mediante protocolo na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 6º Não ocorrendo a formalização nos termos do parágrafo anterior, será a denúncia arquivada e a pauta em suspeição retomada na reunião seguinte.

§ 7º Da decisão que motivar a retirada de pauta do expediente caberá recurso por iniciativa da parte interessada, o qual será examinado independentemente da situação do Conselheiro arguido.

§ 8º O Pleno, em sessão extraordinária, depois de lido o parecer da Comissão Especial e ouvidos, a seguir, os Conselheiros arguidos, decidirá, por votação secreta, e em grau conclusivo final, quais as medidas a serem tomadas quanto aos Conselheiros arguidos e ao expediente que motivou a suspeição.

§ 9º Os Conselheiros arguidos de suspeição continuarão no pleno exercício de suas funções, até se esgotarem as instâncias administrativas, civis e penais nas quais a suspeição será eventualmente apreciada.

Art. 51. Nas sessões do Pleno, além das atas, poderão ser lavradas súmulas com indicações necessárias, para distribuição e conhecimento de todos os interessados.

Art. 52. O Conselho Municipal de Cultura e/ou as Comissões Temáticas Permanentes mediante endosso do Pleno, poderão promover consultas públicas para dar conhecimento à comunidade cultural de Várzea Grande do teor dos atos e documentos, para colher críticas, subsídios e sugestões de aperfeiçoamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. O Presidente do Conselho por iniciativa própria ou por indicação do Plenário, poderá solicitar ao Poder Executivo, na pessoa do representante maior da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que adote medidas complementares de caráter administrativo e orçamentário, necessário ao seu funcionamento.

Art. 54. O Conselho Municipal de Cultura poderá acordar internamente recesso anual por não mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da realização do mínimo de reuniões ordinárias previstas neste regimento.

Art. 55. O Conselho poderá convidar especialistas e/ou técnicos para auxiliar nas demandas dos Grupos de Trabalho, Comissões Temáticas e em outros casos que julgar necessário.

Art. 56. As situações supervenientes não previstas neste Regimento, oriundas de Leis ou Decretos, deverão ser incorporadas a este Regimento na forma de alteração e conforme previstas por ele, passando a vigorar desde a data de sua aprovação.

Art. 57. O canal de denúncia, sugestões e elogios colocado à disposição da população acerca das ações do Conselho será a Ouvidoria Geral do Poder Executivo.

Art. 58. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regimentais anteriores.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 05 de Setembro de 2.019.

CELSO KIYOSHI HAZAMA

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

DECRETO Nº 51DE 06 DE SETEMBRO DE 2.019.

Retifica o Decreto Municipal n.º 015/1.991 para corrigir a declaração de estabilidade do servidormunicipal Alberto Ramos de Assunção.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o processo administrativo n.º 618.994/2.019; e

CONSIDERANDO o processo de aposentadoria junto ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG n.º 552.684/2.018.

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o anexo I do Decreto Municipal n.º 015 de 10 de abril de 1.991 para corrigir a denominação na declaração de estabilidade funcional do servidor Alberto Ramos de Assunção.

Art. 2º Fica declarada a estabilidade do servidor **Alberto Ramos de Assunção**.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 06de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃOCONCORRÊNCIA N. 12/2019 - MENOR PREÇO GLOBAL/ EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Processo n° 618958/2019. Objeto: Contratação de empresa capacitada para execução de serviços de coleta de resíduos domiciliares e de manejos de resíduos sólidos no município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. A realização está prevista para o **dia 15 de outubro de 2019, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 10 de setembro de 2019. **Breno Gomes -** Secretário Municipal de Serviços Público e Mobilidade Urbana

PORTARIA Nº 903/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ELIANE RODRIGUES DA SILVA BARROS**
MATRICULA	13338
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	3896/2010
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QUINQUÊNIO	**20.02.2005/2010**
PERÍODO DE GOZO	02.09.2019 à 31.10.2019

SERVIDOR	**REGINA CÉLIA GONÇALVES DE MATOS**
MATRÍCULA	39416
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	408995/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.02.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**ROSILANG MARIA DA COSTA**
MATRICULA	41483
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	467936/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 15.10.2019

SERVIDOR	**ROSIMEIRE MIGUEL DIAS**
MATRICULA	41715
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	558770/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.05.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**SUELY SINAI DA SILVA BRANDÃO**
MATRICULA	44302
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	487145/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Setembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, inscrito no CNPJ: 03.507.548/0001-10, torna-se público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – **SEMMADRS/MT** o pedido de Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, para as obras de Recapeamento, localizada nas ruas, Rua São Antônio, Rua Papa São Silvestre I, com extensão de 438,33 metros, Bairro Princesa do Sol, município de Várzea Grande – MT

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 45/2019

Processo n. 607989/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Descartáveis e Utensílios, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 174/2019

12 (doze) meses

COMPATÍVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI – ME
CNPJ sob n° 28.372.398/0001-06

Item	Descrição do Produto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
22	BANDEJA RETANGULAR EM INOX, 40 CM X 30 CM.	TRAMONTINA	UN	52	R$29,35	R$1.526,20
28	CAIXA - PARA HORTIFRUTI, EM PLASTICO,COMPRIMENTO: 60CM, LARGURA: 23CM, ALTURA: 40CM	RISCHIOTO	UN	100	R$13,75	R$1.375,00
29	CAIXA BOX PARA PÃO 50 LITROS, CAIXA DE PLASTICO - PLASTICO RIGIDO, ATOXICO,LISO, 50X 40X 26 (APROXIMADAMENTE) CAPACIDADE 50 LITROS, COM TAMPA E ALCA, BRANCA, PRESSAO NA TAMPA, DE FORMATO RETANGULAR, PARA TRANSPORTE DE ALIMENTOS, EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE DE PRIMEIRA QUALIDADE	PARAMOUNT	UN	120	R$45,05	R$5.406,00
32	CAIXA TERMICA - DE POLIURETANO, COM CAPACIDADE PARA 34 LITROS, ALCA RETRATIL E LATERAL,TAMPA DE POLICARBONATO,COR A COMBINAR.	MOR	UN	35	R$24,50	R$857,50
33	CAIXA TÉRMICA - EM POLIURETANO, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAPACIDADE DE 12 LITROS.	MOR	UN	45	R$39,00	R$1.755,00

37	CALDEIRAO - EM ACO INOX, CAPACIDADE APROXIMADA DE 21 LITROS, COM DIAMETRO APROXIMADO DE 300MM, ALTURA APROXIMADA DE 300MM, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 4MM, COM ASA EM INOX, ESPESSURA DA TAMPA DE APROXIMADAMENTE 1,2MM	ASJ	UN	31	R$27,45	R$850,95
42	CANECA DE ALUMÍNIO ESPECIFICAÇÃO: EM ALUMÍNIO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,3 LITROS, COM ALÇA/CABO EM BAQUELITE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 16 X 14 CM (DIÂMETRO X ALTURA), ESPESSURA MÍNIMA DE 1,6 MM, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, E GARANTIA DO FORNECEDOR CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	SÃO JORGE	UN	174	R$20,00	R$3.480,00
43	CANECA - 100% ALUMINIO PURO, CAPACIDADE DE 3,0 LITROS, COM DIAMETRO DE 16 CM, MEDINDO APROX. 16 CM DE ALTURA,COM ESPESSURA DE 1,8 MM,CABO EM BAQUELITE.	SÃO JORGE	UN	134	R$14,99	R$2.008,66
46	CHAIRA - ESTRIADA 8", - HASTE FABRICADA EM AÇO INOX SAE 1045 DE ALTISSIMA QUALIDADE E REVESTIDA DE CROMO DURO EM TODA A SUA SUPERFÍCIE. ALEM DA ALTA DUREZA, ESSE REVESTIMENTO TEM A FINALIDADE DE PROTEGER TODA A PECA EVITANDO QUE A CHAIRA OXIDE/ENFERRUJE - CABO DE POLIPROPILENO COM PROTECAO ANTIBACTERIANA.	CIMO	UN	13	R$12,50	R$162,50
48	COADOR - COADOR DE PANO PARA CAFE, EM TECIDO ESPECIAL, COM ARO DE APOIO E CABO PLASTICO, DIAMETRO DE 22CM, TAMANHO GRANDE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	MÃE	UN	100	R$2,89	R$289,00
55	CONCHA ESPECIFICAÇÃO: DE COZINHA, PARA MOLHO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO APROXIMADO CABO 50 CM, DIAMETRO APROX. 10 CM. MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA.	AD IMPORT	UN	103	R$7,99	R$822,97
61	ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTÍCIA – DE ALUMÍNIO, COM DIÂMETRO DE 40 CM, ALTURA DE 17,0CM, CAPACIDADE DE 14,5L, COM ESPESSURA DE 1,7MM, C/ALÇA E BASE.	ASJ	UN	92	R$24,90	R$2.290,80
62	ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTICIA - DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 40CM DE BOCA, 32CM DE FUNDO, ALTURA DE 13,5CM, CAPACIDADE DE 40 LITROS, COM ESPESSURA DE 9,25MM, COM ALCA E BASE	ASJ	UN	50	R$39,80	R$1.990,00
63	ESCORREDOR DE PRATO – EM INOX, MEDINDO (510 X 124 X 358)MM, COM COMPARTIMENTO PARA ESCORRER 20 PRATOS, COM PORTA-TALHER.	SUPREMA	UN	61	R$9,25	R$564,25
70	ESPREMEDOR DE FRUTA - ESPREMEDOR DE LIMAO EM ALUMINIO BATIDO, ALTURA 4CM X LARGURA 17CM.	ALUMINA	UN	75	R$0,47	R$35,25
80	FRIGIDEIRA - EM ALUMINIO FUNDIDO/BATIDO, MEDIDAS MINIMAS DE : 30 CM DE DIAMETRO, 09 CM DE ALTURA, APROXIMADAMENTE 07 LITROS DE CAPACIDADE, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM CABO EM MADEIRA, SEM TAMPA, MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	51	R$59,50	R$3.034,50
81	FRIGIDEIRA FUNDA EM AÇO INOX FUNDO TRIPLO COM CABO 30CM DE DIÂMETRO 3,8L. DIMENSOES DO PRODUTO(CXLXA): 520X316X124 MM DIAMETRO 30,0 CM 3,8L.	ALUMINA	UN	51	R$34,50	R$1.759,50
83	GARRAFA – TÉRMICA, CORPO DE POLIPROPILENO OU SIMILAR COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIURETANO, COM TAMPA, ALÇA, TORNEIRA, PÉS RETRATEIS, COM CAPACIDADE 12L.	UNITERMI	UN	40	R$84,90	R$3.396,00
96	KIT COZINHA - JOGO DE POTE PLASTICO ESPECIFICACAO: CONTENDO 03 (TRES) UNIDADES, COM TAMPA, CAPACIDADE INDIVIDUAL APROXIMADA DE CADA POTE : 01 LITRO, PRODUTO ATOXICO, PODE SER UTILIZADO EM FREEZER, GELADEIRA E MICROONDAS, LIVRES DE BPA, PROTECAO ANTIBACTERIANA	PLASUTIL	UN	121	R$17,15	R$2.075,15
106	PANELA – DO TIPO FERVEDORA, COM TAMPA, EM ALUMINIO, COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIADERENTE, CAPACIDADE DE 2,6 LITROS, COM DIMENSOES APROX. 18X16X20CM	TRAMONTINA	UN	121	R$19,00	R$2.299,00
107	PANELA - PANELA 3 EM 1 - ALUMINIO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE. DIMENSOES APROX. PRODUTO (C X L X A): 310 X 250 X 270 MM, DIAMETRO: 22,0 CM. CAPACIDADE: 6,00 L. ITENS: 1 PANELA, 1 TAMPA PIPOQUEIRA DE VIDRO E 1 TAMPA ESPAGUETEIRA.	TRAMONTINA	UN	61	R$48,00	R$2.928,00
120	PENEIRA - TIPO FUBA (POLVILHO). DIAMETRO APROXIMADAMENTE 30 CM. BORDA EM POLIPROPILENO E TELA DE POLIESTER NA COR BRANCA. ABERTURA DA TELA: 1 MM	PLASUTIL	UN	50	R$24,00	R$1.200,00
125	PIPOQUEIRA - EM ALUMINIO, POLIDO INDUSTRIAL, MEDINDO 22,00 CM DE DIAMETRO, 14,50 CM DE ALTURA E 1,20 MM DE ESPESSURA.	TOP PANELAS	UN	21	R$48,00	R$1.008,00
127	POTE PLASTICO 12,5 L - POTE RETANGULAR PLASTICO COM TAMPA - 12,5 LITROS - COM TAMPA, FORMATO RETANGULAR, EM MATERIAL RESISTENTE, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	PLASUTIL	UN	51	R$7,00	R$357,00
132	RECIPIENTE - DO TIPO BACIA DE PLASTICO COM BORDAS ARREDONDADAS, TIPO SALADEIRA COM CAPACIDADE DE 6,2 LTS, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, MEDIDA 285X285X800 MM (COMPR X LAR X ALT), CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	MB PLASTICOS	UN	160	R$3,80	R$608,00
135	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO APROX. 15 CM X 29 CM, COM ESPESSURA DE 0,04 MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE	PLASMUNDI	KG	150	R$9,90	R$1.485,00
139	TABUA PARA MANIPULACAO - DE POLIPROPILENO, MEDINDO 45CM X 26 CM LARGURA, COM ALTURA DE 0,3CM, COM PROTECAO ANTIMICROSIANA MICROBAN, MATERIAL RESISTENTE DE PRIMEIRA LINHA	ALVES	UN	105	R$30,00	R$3.150,00
140	TECIDO - TIPO: PLASTICO, FLEXIVEL, ESPESSURA DE 0,20MM, PARA TOALHA DE MESA, LARGURA: 1,40M, TRANSPARENTE. ROLO C/ 50 MTS.	EMPÓRIO PLÁSTICOS	RL	26	R$77,99	R$2.027,74
147	CAIXA ORGANIZADORA 5 LITROS – EM PLASTICO RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVA DE SEGURANÇA, MEDINDO 27 CM COMPRIMENTO X 18 CM LARGURA X 17 CM ALTURA, CAPACIDADE PARA 5 LITROS, NA COR TRANSPARENTE, MULTIUSO. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SANREMO, NITRON.	SANREMO	UN	210	R$4,88	R$1.024,80
149	BATEDOR DE CARNE - TODO EM ALUMINIO, MEDINDO 25CM,TIPO MARTELO PARA COZINHA, COM DUAS FACES,UTILIDADE PARA AMACIAR CARNE	CARISMA	UN	10	R$35,80	R$358,00
150	CACAROLA - DE ALUMÍNIO BATIDO E POLIDO, CAPACIDADE 35 LITROS, COM DIÂMETRO DE 60 CM, ALTURA DE 20 CM, COM ESPESSURA DE 2 MM, DUAS ALÇAS DE MADEIRA, TAMPA EM ALUMÍNIO BATIDO E COM PEGADOR EM PLÁSTICO BAQUELITE	ASJ	UN	11	R$54,99	R$604,89
158	CONCHA - EM ALUMÍNIO Nº 14, MEDINDO (DIÂMETRO 14CM, CABO 49,0CM, CAPACIDADE 500 ML	AD IMPORT	UN	10	R$20,00	R$200,00
159	COPO MEDIDOR - DE PLÁSTICO, COM CAPACIDADE PARA 1L, GRADUAÇÃO EM INTERVALOS DE 100 EM 100 ML, TRANSPARENTE	RISCHIOTO	UN	10	R$6,79	R$67,90
165	ESCUMADEIRA - DE INOX TRANCADO, COM DIÂMETRO DE 20 CM, PARA COZINHA, NA MANIPULAÇÃO E PREPARO DE ALIMENTOS	GUERRERO	UN	10	R$18,78	R$187,80
166	ESCUMADEIRA - EM AÇO INOX,COM 15CM DE DIÂMETRO,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	GUERRERO	UN	10	R$15,00	R$150,00
171	JARRA - DE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 1 LITRO, COM DIÂMETRO DE 120 MM, ALTURA DE 210 MM, TRANSPARENTE, COM TAMPA	INNOVA	UN	21	R$4,00	R$84,00
174	MAMADEIRA PEQUENA - EM PLÁSTICO, COM TAMPA, ATÓXICO, RESISTENTE TEMPERATURA, BICO DE SILICONE, CAPACIDADE PARA 50ML COM GRADUAÇÃO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRAZO DE VALIDADE INDICADO NA CAIXA	PRINCE	UN	150	R$4,00	R$600,00

182	PENEIRA – EM AÇO INOX, COM CABO DE 20 CM.	AD IMPORT	UN	12	R$13,00	R$156,00
197	BANDEJA LAMINADA – REDONDA Nº 08 BANDEJA DESCARTAVEL - DE PAPELAO EM ALUMINIO PRATEADO, MEDINDO APROX. (38)CM, REDONDA, NUMERO 8	PITT PRATO	UN	50	R$0,99	R$49,50
199	BANDEJA LAMINADA- RETANGULAR Nº06 BANDEJA DESCARTAVEL - DE PAPELAO EM ALUMINIO PRATEADO, MEDINDO APROX. (47 X 38)CM, RETANGULAR, NUMERO 6	PITT PRATO	UN	100	R$0,99	R$99,00
200	BANDEJAS - EM ALUMINIO, PADRAO, RETANGULAR, PARA PAO FRANCES TIPO ESTEIRA	VIGOR ALUMINIOS	UN	30	R$23,80	R$714,00
201	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCA, APLICAÇÃO REFEIÇÃO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL RESISTENTE, TAMANHO ADULTO. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PLASTILANDIA	pct	50	R$1,19	R$59,50
204	ESCORREDOR PARA ARROZ – PLÁSTICO, DIÂMETRO APROX. 40 CM.	SBRISA	UN	6	R$3,98	R$23,88
206	ESPREMEDOR DE ALHO – DE ALUMÍNIO, TIPO MANUAL.	MATOS	UN	6	R$9,50	R$57,00
207	FRIGIDEIRA – DE ALUMÍNIO, COM APROX. 20 CM DE DIÂMETRO, REVESTIDA EM TEFLON C/ TAMPA.	TRAMONTINA	UN	6	R$33,84	R$203,04
220	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM PLASTICO, PARA CACHORRO QUENTE, APROX. 20 X 11,5 CM, NA COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	KROMASA	Pct	200	R$2,38	R$476,00
VALOR TOTAL: **R$ 53.857,28 (cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)**						

Várzea Grande/MT, 04 de setembro de 2019.

CONTRATANTE:

FLÁVIA LUIZA COELHO LANNES OMAR	**SILVIO APARECIDO FIDELIS**	**DIÓGENES MARCONDES**
Secretária Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer	Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

COMPATÍVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI – ME

CNPJ sob n° 28.372.398/0001-06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 175/2019

12 (doze) meses

L.BARRETO KATAYAMA EIRELI
CNPJ n° 10.448.902/0001-49

Item	Descrição do Produto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
6	AVENTAL EM NAPA, LONGO, NA COR BRANCA, APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, TAMANHO: GG, MATERIAL RESISTENTE E IMPERMEAVEL, DE PRIMEIRA LINHA.	MAICOL	UN	150	R$11,50	R$1.725,00
9	BACIA DE PLÁSTICO - EM PLASTICO RESISTENTE, CAPACIDADE 40 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	110	R$9,80	R$1.078,00
11	BACIA EM ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE MINIMA DE 07 LITROS, PRODUTO RESISTENTE, DIÂMETRO APROXIMADO DE 40 CM, ALTURA MINIMA DE 10 CM, FORMATO REDONDO, MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	90	R$10,00	R$900,00
14	BACIA PLÁSTICA - REFORÇADA, CAPACIDADE11LITROS.	ARQPLAST	UN	106	R$3,00	R$318,00
31	CAIXA PLASTICA - MATERIAL ATOXICO, LISO, 564 MM DE COMPRIMENTO, 385MM DE LARGURA E 201MM DE PROFUNDIDADE, COM TRAVA NA TAMPA (TIPO ORGANIZADORA), TRANSPARENTE, RETANGULAR, USO GERAL, APROXIMADAMENTE 28 LITROS, CONTENDO INFORMAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	PARAMOUNT	UN	50	R$5,00	R$250,00
35	CALDEIRAO - DE ALUMINIO, CAPACIDADE (68,0L), COM DIAMETRO DE (45,0CM), ALTURA DE (42,0CM), COM ESPESSURA DE (2,5MM), ASA DE ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA (0,90MM), MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	51	R$100,00	R$5.100,00
47	CHALEIRA - DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 5,0 L	ASJ	UN	83	R$24,00	R$1.992,00
54	CONCHA – ALUMÍNIO, COM CABO DE 40 CM E CONCHA DE 10 CM.	PATO BRANCO	UN	126	R$7,95	R$1.001,70
60	ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTICIA - 100% ALUMINIO PURO, DIAMETRO 30 CM, MEDINDO APROX. 12 CM DE ALTURA,CAPACIDADE 6,5 L,COM ESPESSURA DE 2,5 MM,COM DUAS ALCAS DE ALUMINIO	ASJ	UN	50	R$52,70	R$2.635,00
76	FACA – EM INOX, PADRÃO P/ MESA, CABO LISO.	CORTEX	UN	7650	R$0,50	R$3.825,00
82	GARFO DE MESA – GARFO INTEIRAMENTE EM INOX, PARA REFEICAO, ACABAMENTO BRILHANTE, MEDINDO APROX. 18,5CM DE COMPRIMENTO.	CORTEX	UN	14850	R$0,50	R$7.425,00
100	LIXEIRA EM PLÁSTICO, COR BRANCA, COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE MINIMA DE 15 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	164	R$22,40	R$3.673,60
101	LIXEIRA HIGIÊNICA EM PLÁSTICO NA COR BRANCA COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE 30 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	64	R$5,00	R$320,00
103	ORGANIZADOR DE TALHERES COM TAMPA 53,6X33X9,9CM EM PLÁSTICO.	PARAMOUNT	UN	73	R$9,50	R$693,50
104	ORGANIZADOR RETANGULAR, EM PLÁSTICO RIGIDO DE ALTA RESISTENCIA, NO FORMATO RETANGULAR, COM ALÇA, TRANSPARENTE, COM TAMPA E PRESILHA, CAPACIDADE 10 LITROS APROX., CONTENDO INFORMAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	PARAMOUNT	UN	100	R$7,00	R$700,00
108	PANELA - PANELA COM TAMPA E DUAS ALCAS TODA EM ALUMINIO BATIDO, EXTRA FORTE, 31 LITROS APROX, DIMENSOES APROX. 31 X 45 X 31 CM. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	41	R$19,30	R$791,30
117	PANELAS - DE ALUMINIO, TIPO CACAROLA, COM CAPACIDADE PARA 17 L, MODELO COM ALCA E TAMPA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	124	R$69,99	R$8.678,76
118	PANELAS - PANELA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPA E ALCA - PANELA DE ALUMINIO BATIDO (FUNDIDO), COM TAMPA E ALCAS RESISTENTE DE ALUMINIO N° 24, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	41	R$32,00	R$1.312,00
128	PRATO DE VIDRO - EM VIDRO TEMPERADO, LISO, FUNDO, TRANSPARENTE, REDONDO, DIMENSOES APROX.: DIAMETRO 22CM, LINHA DE MESA TRADICIONAL. PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	DURALEX	UN	15000	R$2,80	R$42.000,00

144	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - DE POLIETILENO, PICOTADO, MEDINDO (35 X 50) CM, COM CAPACIDADE PARA 5KG, COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, NA COR TRANSPARENTE LISO, EM BOBINAS COM APROXIMADAMENTE 300 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A EMBALAR, ECOLIX.	GIOPACK	bob	879	R$25,75	R$22.634,25
153	CAIXA ORGANIZADORA 3 LITROS – EM PLASTICO RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM TAMPA E TRAVA DE SEGURANÇA, MEDINDO APROX. 21 CM COMPRIMENTO X 17 CM LARGURA X 15 CM ALTURA, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, NA COR TRANSPARENTE, MULTIUSO. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SANREMO, NITRON.	PARAMOUNT	UN	110	R$6,85	R$753,50
154	COLETOR - DISPENSADOR DE COPOS USADOS COM 2 TUBOS (COPO DE AGUA), FABRICADO EM PLASTICO POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, CAPACIDADE: 300 COPOS. MEDIDAS APROX.: 75 X 19,5 X 12 CM (A X L X P). TUBO: 8,5 CM (DIAMETRO).PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRILHA, ABS.	PREMISSE	UN	566	R$14,80	R$8.376,80
161	DISPENSADOR PARA SABONETE LIQUIDO - COM RESERVATORIO CAPACIDADE DE 900 ML. DIMENSOES APROXIMADAS: 29 X 12 X 11 CM. DEVERA POSSUIR FECHADURA COM CHAVE E KIT PARA FIXACAO NA PAREDE COM BUCHAS E PARAFUSOS. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ORLEPLAST, DEBONI.	PREMISSE	UN	560	R$14,65	R$8.204,00
162	DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLO 300 METROS, EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE NA COR BRANCA, SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO POR CHAVE, ACOMPANHA UM KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO BUCHAS PARAFUSOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 275 X 120MM. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ORLEPLAST, DEBONI.	PREMISSE	UN	500	R$18,00	R$9.000,00
163	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - EM PLASTICO ABS RESISTENTE A IMPACTO, COM TRAVAS LATERAIS ACIONADAS POR PRESSAO, NA COR BRANCA, MEDINDO 12,8X 26,7X 32CM (COMPX LARGURAXALT), CAPACIDADE MINIMA DE 600 FOLHAS INTERFOLHADAS DE 02 DOBRAS 23X23CM E DE 03 DOBRAS 23X27CM, NO FORMATO RETANGULAR, COM VISOR PARA REPOSICAO E FECHAMENTO COM CHAVE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PREMISSE.	PREMISSE	UN	564	R$17,00	R$9.588,00
168	FORMA - EM ALUMÍNIO, PARA BOLO, FORMATO REDONDO, DIÂMETRO 35 CM	PATO BRANCO	UN	8	R$14,00	R$112,00
172	LUVA - LUVA TERMICA CANO LONGO REFORCO DUPLO, TAMANHO M. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DANNY, DANNY LUVA, RIOVALLY.	DANNY	PAR	95	R$13,70	R$1.301,50
173	LUVA PARA LIMPEZA – G - LUVA PARA LIMPEZA – BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR-13393, TAMANHO GRANDE, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SCOTCH-BRITE.	TALGE	PAR	300	R$1,40	R$420,00
176	MARMITA – POLIESTIRENO EXPANDIDO (ISOPOR TERMICO), Nº 9, REDONDA, COM TAMPA, S/ ALÇA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE E OTIMO FECHAMENTO. CAPACIDADE ACIMA DE 1000 ML. CAIXA 100 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TOTALPLAST, CIABEM, WORK.	TOTALPLAST	CX	715	R$18,89	R$13.506,35
179	PANELA – EM ALUMÍNIO, TIPO CAÇAROLA, NO. 30, CAPACIDADE 10 LITROS, COM ALÇA E TAMPA.	ASJ	UN	10	R$63,95	R$639,50
180	PAPEL ALUMÍNIO – MEDINDO 0,30 X 7,50 M, ESPESSURA DE 0,011 MICRAS, APRESENTADO EM ROLO, COM CODIGO DE BARRAS DO FABRICANTE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A WIDA.	GIOPACK	UN	115	R$2,40	R$276,00
181	PEGADOR DE SALADA – PEGADOR DE INOX PARA SALADA	CORTEX	UN	16	R$5,00	R$80,00
183	PORTA COPOS - DE INOX, TIPO SUPORTE COM ASA, PARA COPO DESCARTAVEL DE 50 ML. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRILHA, ABS.	JCN	UN	304	R$8,50	R$2.584,00
185	PORTA MANTIMENTOS 2 KG - DE PLÁSTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 2KG, SEM DECORAÇÃO.	RAINHA	UN	18	R$6,45	R$116,10
186	PRATO DE PORCELANA - DIAMETRO (280MM), COM BORDA, TIPO RASO, NA COR BRANCA.	DURALEX	UN	600	R$7,45	R$4.470,00
188	SACO PARA LIXO DOMÉSTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS REFORÇADO, COR PRETO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 75 CM X 90 CM, COM ESPESSURA MÍNIMA: 0,08 MICRA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 20 KG. OBEDECENDO AS NORMAS NBR 9190 E NBR 9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A AZEPLAST, SUPLASTIC, BOM ROLL, DOVER ROL.	RC PLASTICOS	pcte	1043	R$7,00	R$7.301,00
189	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - PLASTICA BAIXA DENSIDADE, SELADA EM TRES LADOS, PICOTADO EM UMA FACE, PRODUTO SEM CHEIRO, NAO TOXICO., MEDINDO (40 X 60) CM, COM CAPACIDADE DE 10KG, TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE BOBINA C/ 500 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A EMBALAR, ECOLIX.	GIOPACK	bob	1010	R$7,85	R$7.928,50
190	SACO PLASTICO P/ EMBALAGEM - EM POLIETILENO (PEAD) TRANSPARENTE - 50 por 80 CM - COM SANFONA LATERAL IDEAL PARA ACONDICIONAR ALIMENTOS (CESTA BASICA) ESPESSURA 0.009 MICRAS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	GIOPACK	pcte	60	R$10,00	R$600,00
191	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLASTICO EM POLIETILENO, MEDINDO (40 X 60) CM, COM ESPESSURA DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, SEM LACRE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIOPACK, BETAPLAST.	GIOPACK	KG	1800	R$6,85	R$12.330,00
192	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLÁSTICO, COM MEDIDAS 6 X 23 CM, PARA TALHERES. PACOTE 1000 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIOPACK, BETAPLAST.	GIOPACK	pcte	50	R$6,95	R$347,50
193	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE PLÁSTICO, MEDINDO APROX. (17,0 X 17,0) CM, TRANSPARENTE, SEM LACRE. PACOTE 1000 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIOPACK, BETAPLAST.	GIOPACK	pcte	9	R$17,80	R$160,20
194	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIPROPILENO, PARA EMBALAR MEDICAMENTOS, COM CAPACIDADE PARA 2KG, TRANSPARENTE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIOPACK, BETAPLAST.	GIOPACK	KG	250	R$9,99	R$2.497,50
202	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - MATERIAL PLÁSTICO EM POLIESTIRENO, COR BRANCA, APLICAÇÃO SOBREMESA. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PRAFESTA	pcte	12	R$1,50	R$18,00
203	COPO – DE VIDRO TRANSPARENTE, COM 300 ML, MEDIDAS APROX.: DIÂMETRO 6,2 CM, ALTURA DE 17 CM, PARA ÁGUA.	NADIR	UN	36	R$3,50	R$126,00
208	GARFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO – GARFO - MATERIA-PRIMA PLASTICO, DESCARTAVEL, PARA REFEICAO, TAMANHO GRANDE, COR BRANCA OU TRANSPARENTE. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PRAFESTA	pcte	60	R$1,19	R$71,40
209	GARFO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA – TALHER DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO EM POLESTIRENO, TIPO GARFO, APLICAÇÃO SOBREMESA. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PRAFESTA	pcte	12	R$1,99	R$23,88
213	PANELA – DE ALUMÍNIO Nº 20, CAÇAROLA, CAPACIDADE PARA 04 LITROS, COM TAMPA.	ASJ	UN	6	R$20,00	R$120,00
215	PORTA MANTIMENTOS 4 L - DE PLÁSTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 04 LITROS, SEM DECORAÇÃO.	RAINHA	UN	10	R$5,50	R$55,00

217	PRATO DESCARTAVEL PARA REFEIÇÃO - DE POLIETILENO, DIAMETRO APROX. 23CM, COM ALTURA APROX. 1,5CM DE ALTURA, ESPESSURA APROX. 25 MICRAS, COM CAPACIDADE APROX. 350ML, SEM TAMPA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	TOTALPLAST	CX	30	R$9,98	R$299,40
218	PRATO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA – DE POLIETILENO, DIAMETRO APROX. 15CM, ALTURA APROX. 1CM, ESPESSURA APROX. 25 MICRAS, COM CAPACIDADE APROX. 200 A 250ML, SEM TAMPA. PACOTE COM 10 UNIDADES.	TOTALPLAST	pcte	75	R$0,65	R$48,75
221	XÍCARA COM PIRES - EM PORCELANA, CAPACIDADE PARA 200 ML, DIÂMETRO DA XÍCARA 96 MM, DIÂMETRO DO PIRES 145 MM, ALTURA DE 71 MM, PARA CHÁ, NA COR BRANCA.	DURALEX	UN	24	R$9,50	R$228,00
222	XÍCARA COM PIRES - EM PORCELANA, CAPACIDADE PARA 75 ML, DIÂMETRO DA XÍCARA 68 MM, DIÂMETRO DO PIRES 110 MM, ALTURA DE 50 MM, PARA CAFÉ, NA COR BRANCA.	DURALEX	UN	24	R$6,90	R$165,60
VALOR TOTAL: **R$ 198.801,59 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e um reais e cinquenta e nove centavos)**						

Várzea Grande/MT, 04 de setembro de 2019.

CONTRATANTE:

FLÁVIA LUIZA COELHO LANNES OMAR Secretária Secretaria Municipal de Assistência Social	**SILVIO APARECIDO FIDELIS** Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer	**DIÓGENES MARCONDES** Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

L.BARRETO KATAYAMA EIRELI

CNPJ n° 10.448.902/0001-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 176/2019

12 (doze) meses

MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
CNPJ n° 14.689.405/0001-93

Item	Descrição do Produto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	ACENDEDOR MULTIUSO A GÁS RECARREGÁVEL - IDEAL PARA ACENDER FOGÃO, VELAS, CHURRASQUEIRAS E LAREIRAS - COMPRIMENTO: APROX. 28,0 CM	LUME	UN	100	R$6,99	R$699,00
15	BACIA PLÁSTICA SUPER RESISTENTE, CAPACIDADE MINIMA DE 08 LITROS, PRODUTO ATOXICO, DIAMETRO APROXIMADO DE 39 CM, ALTURA MINIMA DE 13 CM, MATERIAL DE PRIMA LINHA.	ARQPLAST	UN	110	R$3,70	R$407,00
17	BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPA, APROX 20 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	100	R$8,25	R$825,00
56	COPO DE VIDRO TRANSPARENTE. CAPACIDADE: 300ML. DIMENSÕES APROX.: 9,00 CM ALTURA, 9,00 CM LARGURA, PROFUNDIDADE: 9,00 CM. CAIXA COM 06 UNIDADES.	NADIR	CX	103	R$51,00	R$5.253,00
72	FACA – EM AÇO INOX, MEDINDO 10¨ (POLEGADAS), CABO EM POLIPROPILENO, PARA CARNE.	MOR	UN	88	R$24,10	R$2.120,80
86	GARRAFA TERMICA - TIPO PRESSAO, REVESTIMENTO EM ACO INOX, AMPOLA DE VIDRO, SISTEMA CORTA PINGOS, PARA CAFÉ, CHA, ETC, COM CAPACIDADE PARA 1,8 LITROS	INVICTA	UN	20	R$87,90	R$1.758,00
210	GUARDANAPO DE PAPEL - (24X22) CM, FOLHA SIMPLES, GROFADO COM TEXTURA, NA COR BRANCA, MAXIMA 15MM2. PACOTE COM 50 UNIDADES.	JULLY	pcte	150	R$1,18	R$177,00
211	GUARDANAPO DE PAPEL - 33 X 32 CM, FOLHA SIMPLES, GOFRADO, BRANCA, SUPERIOR A 70%, MAXIMA 15MM2. PACOTE COM 50 UNIDADES.	JULLY	pcte	150	R$1,09	R$163,50
VALOR TOTAL: **R$ 11.403,30 (onze mil quatrocentos e três reais e trinta centavos)**						

Várzea Grande/MT, 04 de setembro de 2019.

CONTRATANTE:

FLÁVIA LUIZA COELHO LANNES OMAR Secretária Secretaria Municipal de Assistência Social	**SILVIO APARECIDO FIDELIS** Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer	**DIÓGENES MARCONDES** Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME,

CNPJ n° 14.689.405/0001-93

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 177/2019

12 (doze) meses

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS
CNPJ n° 26.148.070/0001-85

Item	Descrição do Produto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	ABRIDOR DE RECIPIENTES - TIPO ABRIDOR DE LATAS, EM AÇO INOX, PEQUENO, COM 01 FACE, 02 FUNÇÕES. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	LAUREL	UN	80	R$ 0,89	R$ 71,20
3	ASSADEIRA - DE ALUMINIO, MEDINDO (44,5COMP.X29,9LARG.)CM, CAPACIDADE (5,5L), ALTURA DE (4,4CM), COM ESPESSURA DE (1MM), SEM ALCA, SEM TAMPA	ASJ	UN	417	R$ 10,25	R$ 4.274,25
4	ASSADEIRA - DE ALUMINIO, MEDINDO (50,5COMP.X35,5LARG.)CM, CAPACIDADE (11,0L), ALTURA DE (7,0CM), COM ESPESSURA DE (2,5MM), COM ALCA, SEM TAMPA	ASJ	UN	101	R$ 28,80	R$ 2.908,80
5	AVENTAL DE PROTEÇÃO SARJA - SARJA, COZINHA, PADRÃO, SEM MANGA. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MAICOL, CASTROFIL.	MAICOL	UN	265	R$ 10,89	R$ 2.885,85
7	AVENTAL EM PLÁSTICO - IMPERMEAVEL, ESTERIL, COM QUATRO TIRAS ANATOMICAS TAMANHO "M". EMBALAGEM INDIVIDUAL. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MAICOL, CASTROFIL.	MAICOL	UN	276	R$ 10,14	R$ 2.798,64

8	BACIA - PLASTICO, CAPACIDADE: 5 LITROS APROXIMADAMENTE, COM TAMPA. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE. MEDIDA DO PRODUTO APROX. 275X200X130 MM (C X L X A).	ARQPLAST	UN	115	R$ 11,52	R$ 1.324,80
10	BACIA DE PLÁSTICO DE COR CLARA, PARA USO DOMESTICO, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE DE 20 LITROS CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	110	R$ 5,16	R$ 567,60
12	BACIA EM ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE MINIMA DE 35 LITROS, PRODUTO RESISTENTE, DIÂMETRO APROXIMADO DE 70 CM, ALTURA MINIMA DE 15 CM, FORMATO REDONDO, MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	90	R$ 54,59	R$ 4.913,10
13	BACIA EM ALUMINIO, CAPACIDADE MINIMA DE 20 LITROS, PRODUTO RESISTENTE, DIÂMETRO APROXIMADO DE 64 CM, ALTURA MINIMA DE 15 CM, FORMATO REDONDO, MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	110	R$ 24,99	R$ 2.748,90
16	BALDE DE PLÁSTICO - PLASTICO RESISTENTE, TAMPA E PEDAL CAPACIDADE DE 30 LTS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	130	R$ 35,88	R$ 4.664,40
18	BALDE PLÁSTICO - EM POLIPROPILENO, COM BORDAS ARREDONDADAS E ALÇA CENTRALIZADA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, MEDINDO APROX 32,8 X 9,9 CM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	80	R$ 3,74	R$ 299,20
20	BANDEJA PLÁSTICA ESPECIFICAÇÃO: EM POLIETILENO, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE: 49 X 34 CM (COMPRIMENTO X LARGURA), FORMATO RETANGULAR, PRODUTO ATÓXICO, DE PRIMEIRA LINHA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, E GARANTIA DO FORNECEDOR CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	SUPERCRON	UN	115	R$ 13,39	R$ 1.539,85
21	BANDEJA RETANGULAR EM AÇO INOX COM POLIMENTO EM ALTO BRILHO E DETALHES DE FRISOS NA BORDA. LARGURA: 24,00 CM ALTURA: 3,00 CM PROFUNDIDADE: 35,00 CM PESO: 520,00 G	TRAMONTINA	UN	80	R$ 24,25	R$ 1.940,00
23	BULE - DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 2 L, COM ALCA E TAMPA, LISO, PARA USO DOMESTICO	ASJ	UN	105	R$ 29,00	R$ 3.045,00
24	BULÊ EM ALUMINIO, CAPACIDADE MINIMA DE 07 LITROS, COM ALÇA, SEM DECORAÇÃO, PARA USO INDUSTRIAL	ASJ	UN	50	R$ 25,90	R$ 1.295,00
25	BULE EM ALUMINIO. COM CAPACIDADE APROX. 4 LITROS, COM ALÇA E TAMPA	ASJ	UN	103	R$ 39,29	R$ 4.046,87
26	CACAROLA - DE ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 25 LITROS, COM DIAMETRO DE 40CM, ALTURA DE 15CM, COM ESPESSURA DE ESPESSURA DE 5MM, ASA DE ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA TAMPA COM 1,2MM DE ESPESSURA, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	21	R$ 82,00	R$ 1.722,00
27	CAÇAROLA - DE FERRO, ALÇA DE MADEIRA, TAMPA DE VIDRO. CAPACIDADE: 7,6 LITROS. DIÂMETRO: 30 CM, ALTURA: 12,8 CM, LARGURA COM ALÇA: 40CM.	PANELA MINEIRA	UN	60	R$ 38,90	R$ 2.334,00
30	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO,PARA ARMAZENAR MEDICAMENTOS,MEDINDO 56,00X38,00X20,00CM,NA COR TRANSPARENTE,TAMPA COM TRAVA DE SEGURANCA,EMPILHAVEL,COM ALCA.	PARAMOUNT	UN	120	R$ 16,50	R$ 1.980,00
34	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA, CAPACIDADE DE 06 LITROS. COM ALÇA FIXA E BOTÃO DE TRAVAMENTO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	MOR	UN	40	R$ 29,48	R$ 1.179,20
36	CALDEIRAO - DE ALUMINIO, CAPACIDADE 20 LITROS, COM DIAMETRO DE (40,0CM), ALTURA DE (36,0CM), COM ESPESSURA DE (3MM), ASA DE ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA (1,10MM), CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	41	R$ 61,44	R$ 2.519,04
38	CALDEIRAO - EM ALUMINIO,CAPACIDADE PARA 40 LITROS,COM DIAMETRO DE 40CM,ALTURA DE 36CM,COM ESPESSURA DE 6MM,COM ASA EM ALUMINIO,TAMPA COM ESPESSURA DA TAMPA DE 1,20MM, MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	51	R$154,70	R$ 7.889,70
39	CANECA - DE ALUMINIO, CAPACIDADE (4,5L), COM DIAMETRO DE (18,0CM), ALTURA DE (18,0CM), COM ESPESSURA DE (2MM), CABO DE BAQUELITE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	105	R$ 29,58	R$ 3.105,90
40	CANECA - DE ALUMINIO, CAPACIDADE (6,3L), COM DIAMETRO DE (20,0CM), ALTURA DE (20,0CM), COM ESPESSURA DE (2MM), CABO DE BAQUELITE	ASJ	UN	81	R$ 34,98	R$ 2.833,38
44	CANECA PLASTICA - EM POLIPROPILENO COM ALCA.CAPACIDADE: 400 ML. CORES SORTIDAS. DIMENSOES APROXIMADAS: LARGURA (8CM) , ALTURA (9,5CM).	ACD	UN	20000	R$ 0,61	R$ 12.200,00
45	CANECA PLÁSTICA - TIPO MERENDA ESCOLAR, FABRICADO EM POLIPROPILENO VIRGEM DE PRIMEIRA, ATOXICO, CAPACIDADE 300 ML, MEDIDAS APROX.: DIAMETRO INTERNO 78 MM, ALTURA 87 MM, ESPESSURA DE 2,5 MM, COM ALCA PLASTICA, RESISTENTE A TEMPERATURA DE 100O C POR 20 MINUTOS. PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS, SEM BORDAS, FRISOS NA BASE, NA COR VERDE, PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNIA EM TODA PEÇA, ACABAMENTO POLIDO BRILHANTE. PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	ANODILAR	UN	10100	R$ 0,69	R$ 6.969,00
49	COADOR - DE ALGODAO CRU, FORMATO CONICO, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 08 LITROS, PARA CAFE, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	RODOBEM	UN	100	R$ 5,00	R$ 500,00
50	COLHER DE SOBREMESA INOX. DIMENSÕES APROX. (CXLXA) 153X33X18 MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	CORTEX	CX	1200	R$ 6,48	R$ 7.776,00
51	COLHER PARA REFEIÇÃO- EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, MEDINDO 23,00CM, DE MESA, TIPO PARA SOPA, LISA, ESPESSURA MÍNIMA DE 2,00MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	CORTEX	UN	10875	R$ 0,75	R$ 8.156,25
52	COLHER PARA REFEIÇÃO- EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, MEDINDO 23,00CM, DE MESA, TIPO PARA SOPA, LISA, ESPESSURA MÍNIMA DE 2,00MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	CORTEX	UN	3625	R$ 0,62	R$ 2.247,50
53	COLHER TODA EM POLIPROPILENO, APROX. 50CM. COR: BRANCA.	DI SOLLI	UN	100	R$ 16,89	R$ 1.689,00
57	CORTADOR DE LEGUMES - EM ACO INOXIDAVEL, COM LAMINA EM ACO, DO TIPO INDUSTRIAL,MECANICA COM TRIPE.	ANODILAR	UN	104	R$134,48	R$ 13.985,92
58	CUTELO - PROFISSIONAL DE 6 POLEGADAS EM ACO INOX COM CABO BRANCO EM POLIPROPILENO LAMINA FABRICADA COM ACO INOX DE ALTISSIMA QUALIDADE, SEU CABO DE POLIPROPILENO COM PROTECAO ANTIMICROBIANA, INIBE O CRESCIMENTO DE BACTERIAS E FUNGOS. DIMENSOES DO PRODUTO: LARGURA: 15,00 CM, ALTURA: 37,00 CM, PROFUNDIDADE: 4,00 CM.	TOP RIO	UN	44	R$ 24,79	R$ 1.090,76
64	ESCOVA PARA HIGIÊNIZAR MAMADEIRA COM CERDA MACIA EM NYLON, LONGAS PROPRIAS PARA LIMPEZA DE MAMADEIRAS COM CABO PLASTICO RESISTENTE A ESTERILIZAÇÃO, PRODUTO COM INDICAÇÃO PARA TODOS OS TIPOS DE MAMADEIRAS, BICOS E COPOS. PARA EVITAR A PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS, MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE. APROX. 20 CM.	CEFISA	UN	200	R$ 8,40	R$ 1.680,00
65	ESCUMADEIRA - DE ALUMINIO, CONCAVA PERFURADA, COM 11,5 CM DE DIAM. CABO ISOLANTE DE 39 CM DE COMPR., PARA COZINHA, NA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS, MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA.	DI SOLLI	UN	102	R$ 4,99	R$ 508,98
66	ESCUMADEIRA EM AÇO INOX. DIÂMETRO APROX. 12,0 CM. PEÇA INTERISSA (SEM SOLDAS).	DI SOLLI	UN	51	R$ 12,80	R$ 652,80

67	ESMERIL - PEDRA PARA AFIAR/AMOLAR FERRAMENTA EM CORTE, FORMATO TIPO CANOA, MEDIDAS APROXIMADAS DE: 23 X 3,5 X 1,2 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA).	K E F	UN	13	R$ 12,20	R$ 158,60
68	ESPAGUETEIRA AÇO INOX COM FUNDO TRIPLO 22CM DE DIÂMETRO 5,5L. DIMENSÕES (CXLXA) 296X242X217 MM	TRAMONTINA	UN	52	R$198,99	R$ 10.347,48
69	ESPATULA - POLIETILENO, TAMANHO GRANDE, UTILIZACAO EM COZINHA INDUSTRIAL. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 35 CM, CABO EM POLIETILENO, MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA. O PRODUTO DEVERA CONTER IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, E GARANTIA DO FORNECEDOR CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	MALTA	UN	51	R$ 15,99	R$ 815,49
71	ESPUMADEIRA/ESCUMADEIRA PARA COZINHA, EM ALUMINIO, COM 16 CM DE DIAMETRO, COM CABO MEDINDO APROX. ENTRE 40 E 50 CM, PARA USO EM COZINHA. MATERIAL RESISTENTE, PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	101	R$ 12,24	R$ 1.236,24
73	FACA - EM AÇO INOX, TIPO PROFISSIONAL, PARA CARNE, LAMINA DE 7 ¨ COM FIO LISO, MEDINDO 38,00 X 6,00 X 1,9CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA),CABO EM POLIPROPILENO BRANCO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA	LAUREL	UN	76	R$ 6,79	R$ 516,04
74	FACA - EM ACO INOX, TIPO PROFISSIONAL, PARA CARNE,LAMINA DE 12 ¨ COM FIO LISO, MEDINDO 45,00 X 6,00 X 2,00CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA),CABO EM POLIPROPILENO BRANCO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA	DI SOLLI	UN	36	R$ 23,29	R$ 838,44
75	FACA - EM AÇO INOX, TIPO PROFISSIONAL, PARA PÃO, LAMINA DE 8¨ COM FIO SERRILHADO, MEDINDO 20 X 67 X 380MM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA),CABO EM POLIPROPILENO BRANCO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA	LAUREL	UN	70	R$ 14,86	R$ 1.040,20
77	FACA – INOX, 5 POLEGADAS PARA CORTAR LEGUMES S/SERRA, POLIPROPILENO.	LAUREL	UN	78	R$ 4,27	R$ 333,06
78	FACA PARA CARNE EM INOX 8" COM CABO BRANCO DE POLIPROPILENO. PARA CARNE. DIMENSÕES APROX. DO PRODUTO: LARGURA: 8,00 CM ALTURA: 41,00 CM PROFUNDIDADE: 2,00 CM	LAUREL	UN	41	R$ 10,86	R$ 445,26
79	FRIGIDEIRA - DE ALUMÍNIO Nº 40, COM DIÂMETRO DE 40CM, ALTURA DE 8CM, COM ESPESSURA DE 2MM, CABO DE BAQUELITE, SEM TAMPA	ASJ	UN	56	R$ 43,99	R$ 2.463,44
84	GARRAFA – TÉRMICA, REVESTIDA EM PLÁSTICO RÍGIDO, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM TAMPA, ALÇA E ROSCA, 1L.	UNITERM	UN	80	R$ 15,50	R$ 1.240,00
85	GARRAFA TÉRMICA - TIPO COMUM, REVESTIDA EM PLASTICO, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM TAMPA DE ROSCA E ALÇA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE. CAPACIDADE 5 LITROS.	UNITERM	UN	20	R$ 21,09	R$ 421,80
87	GARRAFA TÉRMICA COM TAMPA DE PRESSÃO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAPACIDADE DE 1,8 LITROS NO MINIMO.	UNITERM	UN	20	R$ 41,90	R$ 838,00
88	GARRAFA TÉRMICA DE MESA – 2,5 LITROS, COM REVESTIMENTO DE INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, DE PRESSÃO, PARA CAFÉ E CHÁ, COM CAPACIDADE PARA 2,5 LITROS. NA COR PRETA.	SOPRANO	UN	20	R$ 78,50	R$ 1.570,00
89	JARRA - DE POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 3,7 LITROS, COM BICO, ALCA E TAMPA, RESISTENTE, PAREDE REFORCADA	RAINHA	UN	246	R$ 6,48	R$ 1.594,08
90	JARRA - EM ACO INOX,COM CAPACIDADE PARA 2 LITROS,COM DIAMETRO APROXIMADAMENTE 14CM,ALTURA APROXIMADAMENTE 19CM,NA COR METALICA,COM TAMPA E ALCA	EURO	UN	82	R$ 58,29	R$ 4.779,78
91	JARRA PARA ÁGUA COM TAMPA E TRAVA, EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO CAPACIDADE 2,0 LITROS.	RAINHA	UN	200	R$ 5,09	R$ 1.018,00
92	JARRA PLÁSTICA, CAPACIDADE MINIMA DE 05 LITROS COM TAMPAS E ALÇA, PRODUTO ATOXICO, PODE SER UTILIZADA EM FREEZER, GELADEIRA E MICROONDAS, LIVRES DE BPA. MATERIAL RESISTENTE DE PRIMEIRA LINHA.	PLASUTIL	UN	104	R$ 9,89	R$ 1.028,56
95	KIT COZINHA - JOGO DE POTE EM ALUMINIO PARA MANTIMENTOS, CONTENDO 05 (CINCO) UNIDADES, COM TAMPA, CAPACIDADE INDIVIDUAL APROXIMADA DE CADA POTE: POTE DE 5,5 LITROS COM 20CM ALTURA POR 21 CM LARGURA; POTE DE 4 LITROS COM 17 CM ALTURA POR 18,5 CM LARGURA; POTE DE 2,7 LITROS COM 15,5 CM ALTURA POR 17 CM LARGURA; PORTE DE 1,9 LITROS COM 14 CM ALTURA POR 14,5 CM LARGURA; PORTA DE 1,2 LITROS COM 12 CM ALTURA POR 13 CM LARGURA; MATERIAL ALUMINIO POLIDO, RESISTENTE DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	61	R$ 63,00	R$ 3.843,00
97	LEITEIRA - EM ALUMINIO POLIDO, CAPACIDADE MINIMA DE 05 LTS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM ALCA/CABO EM MADEIRA, COM TAMPA, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	102	R$ 38,20	R$ 3.896,40
98	LIXEIRA - DE POLIPROPILENO,RIGIDO, CAPACIDADE APROX. 60 L C/TAMPA E PEDAL, BEGE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	84	R$ 54,99	R$ 4.619,16
99	LIXEIRA EM PLÁSTICO, COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE MINIMA DE 100 LITROS, NA COR BRANCA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	ARQPLAST	UN	104	R$ 62,40	R$ 6.489,60
109	PANELA - PANELA DE ALUMINIO BATIDO EXTRA FORTE, TIPO PANELAO, CAPACIDADE PARA 73 LITROS, COM ALCAS E TAMPA, PARA COZINHAR ALIMENTOS DE GRANDE PORTE, DIMENSOES ALTURA: 26CM, DIAMETRO DA BOCA: 60CM; ESPESSURA: 2,1MM.	ASJ	UN	62	R$134,00	R$ 8.308,00
110	PANELA COM TAMPA E DUAS ALÇAS TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, EXTRA FORTE, APROX. 60 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	ASJ	UN	31	R$ 85,00	R$ 2.635,00
111	PANELA COM TAMPA E DUAS ALÇAS TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, EXTRA FORTE, CAPACIDADE 10 LITROS APROX., CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	72	R$ 98,89	R$ 7.120,08
112	PANELA DE PRESSÃO 10 L, CAPACIDADE 10 LITROS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	42	R$ 61,00	R$ 2.562,00
113	PANELA DE PRESSÃO 20 L – ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE 20 LTS, INDUSTRIAL.	ASJ	UN	56	R$286,80	R$ 16.060,80
114	PANELA DE PRESSÃO 7 L – ALUMÍNIO, CAPACIDADE 7 LTS.	ASJ	UN	56	R$ 54,20	R$ 3.035,20
115	PANELA TIPO CAÇAROLA, EM ALUMINIO BATIDO/FUNDIDO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LTS, DIÂMETRO APROXIMADO DE 40CM, ALTURA APROXIMADA DE 15 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 02 MM,ACABAMENTO INTERNO ESCOVADO, ACABAMENTO EXTERNO POLIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DUAS ALÇAS BILATERAIS DE MADEIRA, COM TAMPA, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	51	R$ 65,00	R$ 3.315,00
119	PEGADOR PARA MASSA, TAMANHO MINÍMO DE 21 CM, EM AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA.	LAUREL	UN	76	R$ 5,50	R$ 418,00
121	PENEIRA 19 CM - EM POLIESTER, MEDINDO 19 CM DE DIAMETRO, COM BORDA EM POLIPROPILENO, CONTENDO CABO EM UMA DAS LATERAIS E SUPORTE DE APOIO NA OUTRA LATERAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	SBRISSA	UN	50	R$ 4,90	R$ 245,00
124	PILÃO ESPECIFICAÇÃO: EM ALUMÍNIO BATIDO/FUNDIDO, CONTENDO 02 (DUAS) PEÇAS: 01 (UM) COPO E 01 (UM) SOCADOR, TAMANHO APROXIMADO DE 07 CM DE ALTURA, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, E GARANTIA DO FORNECEDOR CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	GLOBO	UN	31	R$ 24,97	R$ 774,07

126	PORTA MANTIMENTOS 3 L - DE PLÁSTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, SEM DECORAÇÃO.	RAINHA	UN	60	R$ 3,50	R$ 210,00
129	PRATO PLÁSTICO – POLIPROPILENO DE PRIMEIRA, ATÓXICO, MODELO LISO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA (SEM FRISOS) COM FORMATO INTERNO ARREDONDADO, COM ABA, PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA, ACABAMENTO POLIDO BRILHANTE, RESISTENTE À TEMPERATURA 100ºC POR 20 MINUTOS, COR AZUL, CAPACIDADE 700 ML. TIPO PRATO ESCOLAR FUNDO.	ANODILAR	UN	10460	R$ 0,83	R$ 8.681,80
130	RALO/RALADOR COM 04 FACES, EM AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÕES APROXIMADAS DA BASE, 10 X 08 CM, ALTURA APROXIMADA DE 22 CM, COM CARACTERISTICAS ADICIONAIS DE: LÂMINAS COM DENTES EM ESCALA MAIOR PARA MELHOR EFICÁCIA , COM CABO DE ALÇA EM MATERIAL PLÁSTICO PARA PROPORCIONAR FIRMEZA DURANTE A UTILIZAÇÃO, MATERIAL RESISTENTE DE PRIMEIRA LINHA	GEDEX	UN	68	R$ 9,00	R$ 612,00
131	RALO/RALADOR PARA ALIMENTO EM INOX – TIPO MANUAL, TAMANHO APROX. 33CMX20CM, 1 FACE EM INOX, ESTRUTURA/SUPORTE EM MADEIRA, COM ALCA/PEGADOR.	GEDEX	UN	50	R$ 11,90	R$ 595,00
133	RECIPIENTES PARA LIXOS - ARAMADO, EM ACO GALVANIZADO, REDONDO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO DIAMETRO (70,5 CM) , ALTURA (122 CM), AFUNILAMENTO: 45 CM	PLASTILESTE	UN	100	R$ 71,00	R$ 7.100,00
134	RECIPIENTES PARA LIXOS - ARAMADO, EM ACO GALVANIZADO, REDONDO, COM CAPACIDADE DE 60 LITROS, MEDINDO DIAMETRO (60,5 CM) , ALTURA (90 CM), AFUNILAMENTO: 40 CM	PLASTILESTE	UN	80	R$ 30,00	R$ 2.400,00
136	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM PLASTICO, MEDINDO APROX. (40 X 60) CM, COM ESPESSURA DE 0.04 MICRAS, TRANSPARENTE	FORTFLEX	KG	153	R$ 11,26	R$ 1.722,78
137	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIETILENO, MEDINDO APROX. 50 X 85CM,COM ESPESSURA DE 10 MICRAS, TRANSPARENTE	FORTFLEX	KG	400	R$ 10,80	R$ 4.320,00
138	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DE POLIPROPILENO PARA ALIMENTOS, MEDINDO APROX. 60X90 CM, 16MM DE ESPESSURA COM CAPACIDADE PARA 30 KG.	FORTFLEX	KG	153	R$ 9,69	R$ 1.482,57
141	TIGELA INOX - RECIPIENTE EM ACO INOX, TIPO BOWL, DIAMETRO: 36 CM. CAPACIDADE: 12,3 L. DIMENSOES APROX.: (CXLXA): 390X390X163MM.	TRAMONTINA	UN	52	R$125,00	R$ 6.500,00
142	TIGELA PLASTICA - DO TIPO CUMBUCA CAPACIDADE MINIMA DE 350 ML, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO ATOXICO, LISA NA PARTE INTERNA E EXTERNA, SEM REENTRANCIAS OU RESSALTOS, FORMATO ARREDONDADO, COM PIGMENTACAO HOMOGENIA (EM TODA PECA), RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA (A CUMBUCA DEVERA SER RESISTENTE A TEMPERATURA DE 100 GRAUS CELSIUS POR NO MINIMO 20 MINUTOS), MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. DIMENSOES APROXIMADAS: ALTURA: 58 MM X DIAMETRO: 135 MM, MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA.	ANODILAR	UN	10100	R$ 0,69	R$ 6.969,00
143	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - DE POLIETILENO, PICOTADO, MEDINDO (35 X 50) CM, COM CAPACIDADE PARA 5KG, COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, NA COR TRANSPARENTE LISO, EM BOBINAS COM APROXIMADAMENTE 300 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A EMBALAR, ECOLIX.	PLASMINHO	bob	2639	R$ 15,50	R$ 40.904,50
145	BANDEJA - EM AÇO INOX, MEDINDO (50 X 40)CM, RETANGULAR.	MEGAINOX	UN	56	R$ 29,90	R$ 1.674,40
146	COLHER - ALUMINIO LIXADO, PARA ARROZ COM ESPESSURA DE 0,4MM E CABO DE 40CM	DI SOLLI	UN	128	R$ 14,30	R$ 1.830,40
151	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 56,00 X3 8,00 X 37,00CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANCA, COM ALCA, EMPILHAVEL	PARAMOUNT	UN	210	R$ 37,40	R$ 7.854,00
152	CAIXA ORGANIZADORA 13,5 LITROS – EM PLASTICO RESISTENTE E TRANSPARENTE, TIPO BAIXA, COM TAMPA E TRAVA DE SEGURANÇA, MEDINDO 42,5 CM COMPRIMENTO X 30,5 CM LARGURA X 14,4 CM ALTURA, CAPACIDADE PARA 13,5 LITROS, NA COR TRANSPARENTE, MULTIUSO. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SANREMO, NITRON.	PARAMOUNT	UN	270	R$ 19,30	R$ 5.211,00
155	COLHER – COLHER DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO, PARA ALMOÇO, NA COR BRANCA, EM EMBALAGEM ADEQUADA. PACOTE COM 50 UNID. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SERT PLAST.	SERTPLAST	pcte	15000	R$ 1,08	R$ 16.200,00
156	COLHER – COLHER DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO, PARA ALMOÇO, NA COR BRANCA, EM EMBALAGEM ADEQUADA. PACOTE COM 50 UNID. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SERT PLAST.	SERTPLAST	pcte	5000	R$ 1,30	R$ 6.500,00
157	CONCHA - EM AÇO INOX, MEDINDO (DIÂMETRO 9 CM, CABO 20CM)	DI SOLLI	UN	14	R$ 8,00	R$ 112,00
160	DEPOSITO PLASTICO - EM PLASTICO RESISTENTE, TIPO CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA, MEDINDO 59X38X17 CENTIMETROS(MEDIDA APROXIMADA), 25 LITROS, TRANSPARENTE, NO FORMATO RETANGULAR, COM TAMPA CONTENDO PRESILHAS PLASTICAS (TRAVA PARA FIXACAO) PARA MAIOR SEGURANCA NA VEDACAO.	PARAMOUNT	UN	190	R$ 22,00	R$ 4.180,00
164	EMBALAGEM DESCARTÁVEL - DE ISOPOR, 100% VIRGEM, TIPO BANDEJA, RETANGULAR, COM TAMPA VEDANTE, NA COR BRANCA COM 4 DIVISÓRIAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 26CM COMPRIMENTO X 21CM LARGURA X 5,5CM ALTURA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 1000ML, ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA. PACOTE 100 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TOTALPLAST, CIABEM, WORK.	TOTALPLAST	pcte	770	R$ 88,50	R$ 68.145,00
167	FORMA - ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMINIO, 60 CM X 40 CM X 08 CM DE ALTURA APROXIMADAMENTE, N° 05, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	16	R$ 56,00	R$ 896,00
169	FRIGIDEIRA – DE ALUMÍNIO, REVESTIDA DE TEFLON, CAPACIDADE (3,5L), COM DIÂMETRO DE (28,0CM), ALTURA DE (5,5CM), COM ESPESSURA DE (3,3MM), CABO DE AÇO INOX, SEM TAMPA.	TRAMONTINA	UN	10	R$ 69,00	R$ 690,00
175	MARMITA – POLIESTIRENO EXPANDIDO (ISOPOR TERMICO), Nº 9, REDONDA, COM TAMPA, S/ ALÇA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE E OTIMO FECHAMENTO. CAPACIDADE ACIMA DE 1000 ML. CAIXA 100 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TOTALPLAST, CIABEM, WORK.	TOTALPLAST	CX	2148	R$ 14,50	R$ 31.146,00
177	PA PARA PANELAS - COM CABO DE ACO INOX, MEDINDO 100 CM DE COMPRIMENTO, E BASE DE POLIPROPILENO MEDINDO APROX. < 12 X 2,5 > CM.	DI SOLLI	UN	9	R$ 86,77	R$ 780,93
178	PANELA – DE ALUMÍNIO N° 24, CAÇAROLA ANTIADERENTE, CAPACIDADE PARA 5 LITROS, COM TAMPA E ASA, PARA COZINHAR ALIMENTOS.	ASJ	UN	12	R$ 33,39	R$ 400,68
184	PORTA COPOS – SUPORTE DE COPO DESCARTÁVEL DE 180 MILILITROS – COM AS PONTAS DE INOX E O MEIO COM MATERIAL RESISTENTE E TRANSPARENTE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRILHA, ABS.	GLOBO	UN	304	R$ 14,30	R$ 4.347,20
187	SACO PARA LIXO DOMÉSTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS REFORÇADO, COR PRETO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 75 CM X 90 CM, COM ESPESSURA MÍNIMA: 0,08 MICRA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 20 KG. OBEDECENDO AS NORMAS NBR 9190 E NBR 9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A AZEPLAST, SUPLASTIC, BOM ROLL, DOVER ROL.	RC	pcte	3132	R$ 23,00	R$ 72.036,00

195	SOCADOR - DE POLIETILENO, TAMANHO GRANDE, MEDINDO < 10 X 100 > CM	PARAMOUNT	UN	7	R$ 30,00	R$ 210,00
196	TAPETE – TIPO EMBORRACHADO, EM NYLON, TORCIDO, FIXADO PARA RETER SUJEIRA E UMIDADE, COM BASE ANTIDERRAPANTE DE PVC, COM BORDAS E BASE DE BORRACHA, MEDINDO 0,80 X 2,00 M. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SUMMER.	WESTERN	UN	300	R$ 96,00	R$ 28.800,00
198	BANDEJA LAMINADA - RETANGULAR Nº07 BANDEJA DESCARTAVEL - DE PAPELAO EM ALUMINIO PRATEADO, MEDINDO APROX. (43,7 X 51,2)CM, RETANGULAR, NUMERO 7	ULTRAFEST	UN	120	R$ 2,75	R$ 330,00
205	ESCUMADEIRA – DE ALUMÍNIO, COM DIÂMETRO APROX. DE 11 CM, PARA COZINHA, NA MANIPULAÇÃO E PREPARO DE ALIMENTOS.	ASJ	UN	6	R$ 16,93	R$ 101,58
212	JARRA DE VIDRO –CAPACIDADE 1,5 LITROS, COM DIAMETRO DE APROX. 13 CM, ALTURA APROX. 26 CM, SEM TAMPA, COM ALÇA, VIDRO SEM TEXTURA E TRANSPARENTE.	ECOS	UN	6	R$ 12,99	R$ 77,94
214	PENEIRA – EM INOX, TAMANHO 10 CM,PARA COAR LÍQUIDOS.	LAUREL	UN	6	R$ 12,97	R$ 77,82
216	PORTA MANTIMENTOS 7 KG - DE POLIETILENO, TIPO POTE, COM CAPACIDADE PARA 7 KG, COM TAMPA, SEM DECORAÇÃO.	RAINHA	UN	8	R$ 11,99	R$ 95,92
219	SACO PARA PIPOCA – SACO DE PAPEL P/ EMBALAGEM – PAPEL LISO PARA EMBALAR PIPOCA, NA COR BRANCA, PRÓPRIO PARA ACONDICIONAR ALIMENTOS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	TREVISAN	pcte	500	R$ 3,19	R$ 1.595,00
VALOR TOTAL: **R$ 549.138,19 (quinhentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e oito reais e dezenove centavos)**						

Várzea Grande/MT, 04 de setembro de 2019.

CONTRATANTE:

FLÁVIA LUIZA COELHO LANNES OMAR Secretária Secretaria Municipal de Assistência Social	**SILVIO APARECIDO FIDELIS** Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer	**DIÓGENES MARCONDES** Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS

CNPJ n° 26.148.070/0001-85

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 178/2019

12 (doze) meses

MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME
CNPJ sob n. 20.847.096/0001-35

Item	Descrição do Produto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
19	BANDEJA PLÁSTICA EM POLIETILENO, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE: 55 X 39 CM (COMPRIMENTO X LARGURA), FORMATO RETANGULAR ATOXICO , DE PRIMEIRA LINHA.	DELLAPLAST	UN	110	R$14,70	R$1.617,00
41	CANECA DE ALUMÍNIO ESPECIFICAÇÃO: EM ALUMÍNIO REFORÇADO (LINHA HOTEL), CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS, COM ALÇA/CABO EM BAQUELITE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 25 X 25 CM (DIÂMETRO X ALTURA), ESPESSURA MÍNIMA DE 02 MM, MATERIAL RESISTENTE, DE PRIMEIRA LINHA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, E GARANTIA DO FORNECEDOR CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	ASJ	UN	50	R$46,68	R$2.334,00
59	DESCASCADOR DE LEGUMES - ESTRUTURA EM ACO INOX, MEDINDO 15CM	KEITA	UN	66	R$9,60	R$633,60
93	JOGO COMPOSTO POR 03 ASSAREIRAS EM ACO INOX,SEM REVESTIMENTO,MEDINDO (30 X 19)CM, (34 X 22)CM E (38 X 25)CM, ALTURA DE 4,5CM,COM ESPESSURA DE 2MM,SEM ALCA,SEM TAMPA	ASJ	UN	50	R$104,00	R$5.200,00
94	JOGO DE CONDIMENTOS EM PLASTICO COM 5 PECAS (POTES PARA MANTIMENTOS) EM COR CLARA, COM APROX. 20 CM DE ALTURA CADA. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	JAGUAR	UN	80	R$9,70	R$776,00
102	MAMADEIRA GRANDE – EM PLÁSTICO, COM TAMPA, ATÓXICO, RESISTENTE TEMPERATURA, BICO DE SILICONE, CAPACIDADE PARA 250ML COM GRADUAÇÃO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRAZO DE VALIDADE INDICADO NA CAIXA.	MAMITA	UN	150	R$9,20	R$1.380,00
105	ORGANIZADOR RETANGULAR, EM PLASTICO TRANSPARENTE, POLIPROPILENO, COM TAMPA E PRESILHA, CAPACIDADE APROX. DE NO MINIMO 60 LITROS, MEDIDA: 41 X 29,5 X 26 CM, CONTENDO INFORMACAO DO PRODUTO E MARCO DO FABRICANTE.	PLEION	UN	100	R$34,50	R$3.450,00
116	PANELAS - ALUMINIO, PANELAO, 30 LITROS, COM CABO E TAMPA, PARA COZIMENTO DE ALIMENTOS, DE FORMA ADEQUADA. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ASJ	UN	31	R$57,50	R$1.782,50
122	PENEIRA PARA CHÁ- EM NYLON, MEDINDO 12 CM DE DIAMETRO, COM BORDA EM PLASTICO, COM CABO.	SBRISSA	UN	100	R$5,40	R$540,00
123	PILAO – EM ALUMINIO BATIDO/FUNDIDO, CONTENDO 02 (DUAS) PECAS: 01 (UM) COPO E 01 (UM) SOCADOR, TAMANHO APROXIMADO DE 15 CM DE ALTURA. MATERIAL RESISTENTE DE PRIMEIRA LINHA.	ASJ	UN	31	R$28,50	R$883,50
148	BARBANTE - DE ALGODAO, COM 08 FIOS, ROLO 200GR, APROXIMADAMENTE 150M. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BARROCO.	EUROROMA	UN	100	R$5,45	R$545,00
170	GARFO - DE INOX, PARA FRITURA, INTEIRICA COM 35 CM DE COMPRIMENTO, C/ 02 PONTAS	TAUMER	UN	10	R$6,50	R$65,00
VALOR TOTAL: **R$ 19.206,60 (Dezenove mil duzentos e seis reais e sessenta centavos)**						

Várzea Grande/MT, 04 de setembro de 2019.

CONTRATANTE:

FLÁVIA LUIZA COELHO LANNES OMAR Secretária Secretaria Municipal de Assistência Social	**SILVIO APARECIDO FIDELIS** Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer	**DIÓGENES MARCONDES** Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

CNPJ sob n. 20.847.096/0001-35

ATO Nº. 449/2019

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Pollyane Amorim Rodrigues no cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 18 de Agosto de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de Setembro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 54/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n. 615375/2019. Registro de Preços para futura e eventual contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de permanente de informática (computadores) e suprimentos de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.A realização está prevista para o **dia 25 de setembro de 2019, às 10h00min (horário Brasília - DF)**. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 10 de setembro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira -** *Secretário de Administração*

PORTARIA N. 0205/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n.º3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2016/2017					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
82335	KENNIA PORTELA GUIMARÃES	TAE	EMEB NAPOLEÃO JOSE DA COSTA	21.08.19 A 19.09.19	30
43485	SILVANE DA SILVA ARAUJO SACRAMENTO	TSAE - TSM	EMEB GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS - CAIC	01.12.19 A 30.12.19	30
47127	WALDIR PAES DE ARRUDA	TSAE - TSM	EMEB ANTÔNIO JOAQUIM DE ARRUDA	02.09.19 A 01.10.19	30
47915	ZITO HELENO PINHO DE LIMA	TSAE - TSM	EMEB JULIO DOMINGOS DE CAMPOS	02.10.19 A 31.10.19	30

EXERCÍCIO – 2017/2018					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
10036	DAVI LOPES DE SOUZA	TSAE – TSM	EMEB JAIME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR	10.09.19 A 09.10.19	30
41926	ROSANI DOS SANTOS SALGADO	TAE	EMEB GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS - CAIC	01.10.19 A 30.10.19	30

EXERCÍCIO – 2018/2019					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
130752	ANA LETÍCIA DE ARRUDA SOUZA	TDEE	CMEI NAIR SACRE	26.12.18 A 24.01.19	30
84412	AROLDO TEIXEIRA DE AGUIAR JUNIOR	TSAE - TSM	EMEB TENENTE ABILIO DA SILVA MORAES	02.09.19 A 16.09.19	15
5019	ARQUIBENES SANTOS DOS REIS	PROFESSORA	EMEB PROFª LÍBIA DA COSTA RONDON	30.08.19 A 28.09.19	30
87206	AUCEMIL PEREIRA	TSAE - TSM	EMEB JOAQUIM DA CRUZ COELHO	01.09.19 A 30.09.19	30
130717	BRUNO HENRIQUE NAVARRO	TSAE - TSM	EMEB TENENTE ABILIO DA SILVA MORAES	17.09.19 A 01.10.19	15
7213	CATARINA MARIA DA SILVA NEGUEIRA	PROFESSORA	EMEB PROFª SALVELINA FERREIRA DA SILVA	26.08.19 A 09.09.19	15
82067	CATARINA MARIA DA SILVA NEGUEIRA	PROFESSORA	EMEB PROFª SALVELINA FERREIRA DA SILVA	26.08.19 A 09.09.19	15
121604	EDNÉIA AUXILIADORA MOREIRA DOS SANTOS	SECRETARIA ESCOLAR	EMEB APOLÔNIO FRUTUOSO DA SILVA	01.09.19 A 30.09.19	30
15528	EVA IZABEL DA COSTA	PROFESSORA	EMEB EURAIDE DE PAULA	26.08.19 A 24.09.19	30
17840	GILSON FELIPE DE ARRUDA	TSAE - TSM	EMEB PROF° ANTÔNIO SALÚSTIO AREIAS	19.08.19 A 17.09.19	30
22847	JOEL RUBENS DE CAMPOS	TSAE - TSM	CMEI MANOEL ROSA DE FIGUEIREDO	28.10.19 A 26.11.19	30
84018	JOSÉ ALUÍZIO DE FRANÇA	TSAE TSM	EMEB RITA AUXILIADORA DE CAMPOS CUNHA	01.08.19 A 30.08.19	30
24738	JOVENIL DOS SANTOS	TSAE - TSM	EMEB PROFª MARIA PEDROSA DE MIRANDA	31.07.19 A 29.08.19	30
113493	LUCIZETE TEREZA SILVA	SECRATÁRIA ESCOLAR	EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS	02.09.19 A 01.10.19	30
117855	MARGARETH ROSE DA SILVA VIEIRA	ASSESSOR TÉCNICO –DNS-06	SMECEL – CENTRAL	02.07.19 A 03.07.19	2
32236	MARIA DAS DORES DA COSTA	TAE	EMEB PROFª ELIZA MARIA DA SILVA	02.10.19 A 31.10.19	30
32683	MARIA ELIZABETE ANTÔNIO	TAE	EMEB JAIME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR	10.09.19 A 09.10.19	30
34395	MARIO DE CAMPOS	TSAE - TSM	CMEI MANOEL ROSA DE FIGUEIREDO	28.09.19 A 27.10.19	30
90066	NELMA DE OLIVEIRA NERES	PROFESSORA - DIRETORA	CMEI PROFª JAIR LUIZA DE CAMPOS UNTAR	01.09.19 A 10.09.19	10
84022	RICARDO DAS NEVES VIANA	TSAE - TSM	CMEI SÃO DOMINGOS SÁVIO	11.09.19 A 10.10.19	30

130296	RISONEIDE NEVES DA SILVA	TSAE - TSM	CMEI PROFª ELEUZA MARIA DE SOUZA SANTOS	01.10.19 A 30. 10.19	30
41437	ROSIANE DA SILVA PEREIRA	AUXILIAR DESENV. ECONÔMICO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER	16.08.19 A 30. 08.19	15
41437	ROSIANE DA SILVA PEREIRA	AUXILIAR DESENV. ECONÔMICO	SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER	02.12.19 A 16. 12.19	15
109139	SHEILAINY CRISTINA DA COSCTA ARRUDA	SECRETÁRIO ESCOLAR	EMEB MANOEL JOÃO DE ARRUDA	02.09.19 A 01. 10.19	30
84075	SILAS RODRIGO DA SILVA FAUSTINO	TSAE - TSM	CMEI PROFª JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR	30.09.19 A 29. 10.19	30
87183	SILVIO GOMES RIBOLI	TSAE - TSM	EMEB RITA AUXILIADORA C. CUNHA	01.09.19 A 30. 09.19	30

Várzea Grande, 09 desetembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas/SMECEL-RH

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 037/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Empresa APOLUS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 36.915. 163/0001-41. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação no artigo 65, §8º da Lei nº. 8.666/1993, na justificativa da Secretaria Gestora, no Termo de Contrato nº. 037/2018, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n° 609948/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS e o item 6.1 da CLAÚSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e o item 11.1 da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referente a Contratação de empresas de engenharia para execução de Obra de Construção de uma unidade de CRECHES PROJETO PADRÃO TIPO 1-PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/ 2014-FNDE. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 239.608,48 (duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e oito reais e quarenta e oito centavos), referente acréscimo de 12,28% (doze inteiros e vinte e o oito por cento), dos serviços do contrato. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 1.501. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0101. DATA DE ASSINATURA: 02.09.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

APOLUS ENGENHARIA LTDA

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 101/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa SELPROM TECNOLOGIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 11.644.806/0001-39. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na art. 57, II c/c art. 65, §8º da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria gestora do Contrato nº 101/2018, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 618169/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção com modernização do parque semafórico no Município de Várzea Grande destinam-se a garantir que a secretaria municipal de serviços públicos e mobilidade urbana tenha condições de realizar as atividades de manutenção e operação dos equipamentos de sinalização semafórica no Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 47.618,47 (Quarenta e sete mil seiscentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), referente ao reajuste de 3,16% dos serviços contratados pelo índice do INPC/FGV, período setembro/2018 e setembro/2019, passando o Contrato ao valor global estimado de R$ 1.555.184,87 (Hum milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil cento e oitenta e quatro mil e oitenta e sete centavos). UO: SEC. SERVIÇOS PÚBLICOS DO: 38.03.15.452.0023. PA: 1.018. ND: 3.3.90.30. 00.00.00 – Mat. de Consumo. Fonte: 0100. DO: 38.03.15.452.0023. PA: 1. 018. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. Fonte: 0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato o servidor CIDOMAR DE ARRUDA VELO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n°13317768 SSP/MT e inscrito no CPF nº 913.811.501.87.

DATA DE ASSINATURA: 03.09.2019

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

SELPROM TECNOLOGIA LTDA – EPP

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 166/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa LEÃO E MARCONDE – CONSTRUÇÕES, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 19.324.875/0001-77. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 65, I, a), §1º da Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n°. 166/2018 e demais documentos acostados no Processo GESPRO n°. 617506/2019. OBJETO: Tem objeto aditar a aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referente a Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem do acesso ao Bairro Souza Lima com uma extensão de 700,00 metros, e reabilitação e reconstrução de pavimento com uma extensão de 380,00 metros, conforme projeto e planilhas anexa a este Projeto Básico.VALOR: Fica aditivado o valor R$ 97.166,52 (noventa e sete mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), referente ao acréscimo de aproximadamente 22,98% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor estimado global de R$ 520.057,30 (Quinhentos e vinte mil, cinquenta e sete reais e trinta centavos). UO: SE-

CRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022.000. P/A: 1. 559. ND: 4.4.90.51.00.00.00. OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0100.

DATA DE ASSINATURA: 04.09.2019

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras

LEÃO E MARCONDES – CONSTRUÇÕES, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA - EPP

Contratada

PORTARIA Nº 0206 /2019/GS/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, e com base nas Leis Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1.° - Designar o servidor público Sr. Paulo Sergio Chimello para acompanhar a rotina e os atos administrativos da gestão escolar da EMEB Abdala Jose de Almeida, podendo deliberar quando se fizer necessário nas esferas administrativas, pedagógicas e de gestão de pessoas.

Art. 2º.- O servidor mencionado no caput do artigo 1º terá as seguintes atribuições:

I- Fazer reuniões com os servidores da EMEB Abdala Jose de Almeida;

II- Propor mudanças na organização interna da escola;

III- Deliberar sobre assuntos de ordem pedagógica e administrativa;

IV- Acompanhar minuciosamente os atos de gestão da equipe gestora da escola;

V- Encaminhar solicitação de contratos e distrato ao setor competente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

VI- Solicitar instauração de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância ao órgão competente;

VII- Deliberar sobre os assuntos relacionados ao Programa de Tempo Ampliado;

VIII- Assegurar juntamente com a equipe gestora o bom andamento dos trabalhos internos da escola;

IX- Tomar medidas cabíveis administrativamente e pedagogicamente para o bom andamento das atividades da escola.

Parágrafo Único- Outras atribuições que não foram elencadas nos incisos anteriores, mas se semelhantes também farão parte do rol de atribuições do servidor.

Art. 3.- O tempo de permanência do servidor, será de 30(trinta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4.º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE ADESÃO N. 11/ 2019

ADESÃO a Ata de Registro de Preços Nº 09/2019, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 001/2019.

Processo n. 616156/2019. O Município de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados, que DECIDIU tornar **SEM EFEITO** o Aviso de Adesão N. 11/2019, publicado em 09/09/2019 nos jornais: O estado de Mato Grosso, pag. 14 Classificados; no Jornal Oficial dos Municípios, pag. 373, edição 3.309; no Diário Oficial de Contas ,em pág. 181, edição n. 1721, ação motivada em submissão aos princípios que regem a Lei das Licitações, e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, sistema APLIC. Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2019. Breno Gomes - Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação e, em especial, o artigo 79, inciso I, da lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO:

Que a Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande - SMS rege suas atividades e relatórios através da Lei, Portaria e regulamentação, conforme a **Lei Complementar 141/12**, que deve apresentar os resultados alcançados com a **Apresentação dos Relatórios Quadrimestrais de Saúde**;

O Art. 31 que trata da transparência e visibilidade da Gestão da Saúde;

O Art. 34 que trata da Prestação de Contas;

O Art. 38 que trata da Fiscalização da Gestão da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a população Várzea-grandense para a apresentação do Segundo Relatório Quadrimestral de Saúde de 2019, que será **no dia 30 de setembro de 2019, período matutino das 09h00min às 12h00-min horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande – MT**.

Várzea Grande, 09 de setembro de 2.019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

RESOLUÇÃO Nº 018/2019

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando o disposto do incisoV do artigo 20 Regimento Interno do CMS;

Considerando o disposto do parágrafo primeiro do artigo 5ªdo Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

Considerando as deliberações do Plenário do CMS, em sua Reunião Itinerante de 31 de Agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o credenciamento e a habilitação junto ao SUS,da empresa DIAG-X – Digital Diagnósticos Radiológicos LTDA, para realizar os exames de Mamografia, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, para atender o Município de Várzea Grande.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 05 de Setembro de 2019.

Guilherme da Silva Queiroz

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução nº 018/2019 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA GAB/SMS/VG N° 119, DE 09 DE SETEMBRO DE 2.019.

Designa os Servidores para a função de Fiscal Sanitário Municipal de Nível Superior para atuar na Vigilância Sanitária / Secretaria de Municipal de Saúde de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 que atribui no campo do SUS à execução de ações de Vigilância Sanitária.

CONSIDERANDO:

A Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que elenca as infrações da Legislação Sanitária Federal e suas respectivas sanções.

CONSIDERANDO:

A Lei Complementar Municipal nº 3863/2012, que atribui competência aos agentes fiscais sanitários para desenvolverem as ações de Vigilância Sanitária em razão do Poder de Polícia Administrativo, exercerão todas as atividades inerentes a função de Fiscal Sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento, interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários e outras atividades estabelecidas para esse fim.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar como Agentes Fiscais Sanitários os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Fiscal Sanitário Municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

Nome	Fiscal Sanitário
Joelson Otávio de Jesus	Fiscal Municipal (Engenheiro Sanitarista)
Kátia Conceição da Costa	Fiscal Municipal (Nutricionista)
Marilene Alves Queiroz	Fiscal Municipal (Nutricionista)
Edmar Marques Santos	Fiscal Municipal (Engenheiro Sanitarista)
Hugo de Castilho Varjão	Fiscal Municipal (Médico Veterinário)
José Carlos Valadares	Fiscal Municipal (Biólogo)
Liege Machado da Rosa Arantes	Fiscal Municipal (Farmacêutica Bioquímica)
Silvana Cristina Silva Batista	Fiscal Municipal (Farmacêutica Bioquímica)
Marina Said Brenner Cantarelli	Fiscal Municipal (Farmacêutica Bioquímica)
Letycia Camargo da Silva Campos	Fiscal Municipal (Enfermeira)
Thyago Soares Leão	Fiscal Municipal (Enfermeiro)

Art. 2º - Aos servidores designados como Agentes Fiscais Sanitários é vedado possuir vínculo, de qualquer natureza, com empresas e estabelecimentos que exerçam atividades sujeitas ao controle sanitário, sendo elas públicas ou privadas, da administração pública direta ou indireta, salvo aqueles que desempenharem a mesma função na Vigilância Sanitária da esfera Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 3º - Os servidores designados como Agentes Fiscais Sanitários têm ciência de que qualquer declaração falsa, inexata ou ainda que não atenda a todas as condições para sua designação acarretará em penalidades na forma da Lei, de acordo com o Termo de Solicitação de Designação para a função de Agente Fiscal Sanitário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando-se os efeitos da Portaria GAB/SMS/VG n º 90 de 24 de junho de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº. 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 011/2019

TIPO: Menor preço por lote

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente, (conjunto moto bomba submersa), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

O **valor estimado** pra esta licitação foi de **R$ 526.856,40 (quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)** e **valor fechado** foi **R$ 339.999,96 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, restando uma economia de **R$ 186.856,44 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**, para os cofres públicos.

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a análise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 09 de setembro de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 322/2019

"REVOGA PORTARIA QUE CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS"**.**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a grave crise financeira que usurpa o município de Vila Bela da Santíssima Trindade impossibilitando contratações temporárias tendo em vista o limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF, sendo necessário neste momento medidas de austeridade;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter serviços públicos essenciais como o da Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar licença prêmio concedida através da Portaria n. 298/2019 ao servidor efetivo **EDSON CORRÊA DE MORAIS,** portador do **RG: 909.827 SSP/MT e CPF: 603.980.001-15,** Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 116/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2018, **PROCESSO N. 130/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E S. C. ROSA & CIA. LTDA - ME**, **PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na **Lei Federal nº 8.666/93,** demais legislação pertinente em vigor e previsão de prorrogação do Contrato Original, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelo presente Termo, prorrogar o prazo do Contrato Original e a execução da prestação de serviços no monitoramento eletrônico de segurança e instalação de circuito fechado de televisão (CFTV-HD), incluindo fornecimento de materiais e equipamentos, instalação e configuração de componentes, com inicio em **12 de agosto de 2019 e término em 31 de dezembro de 2019** conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 65, § 1º, da lei 8.666/93,** mantendo-se as demais cláusulas.

CLAUSULA SEGUNDA - Para adequação do suporte das despesas com o presente termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03 – Secretaria Mun. Administração

Unidade 01 – Secretaria Mun. Administração

2.008 - Manutenção da Secretaria Mun. Administração

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 28

R$ 2.449,28

Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação

Unidade 02 – Departamento de Educação Infantil

2.016- Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 100

R$ 22.797,28

06 – Secretaria Mun. De Cultura

Unidade 02 – Secretaria Mun. De Cultura

2.026 – Manutenção da Secretaria Mun. De Cultura

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 144

R$ 4.898,56

Órgão 08 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde

2.031- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 201

R$ 14.695,63

Órgão 09 – Secretaria Mun. De Infra Estrutura e Serviços Públicos

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Infra Estrutura e Serviços Públicos

2.047- Secretaria Mun. De Infra Estrutura e Serviços Públicos

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 302

R$ 2.449,28

Órgão 09 – Secretaria Mun. De Infra Estrutura e Serviços Públicos

Unidade 02 – Departamento de Água e esgoto

2.049- Manutenção do DAE

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 324

R$ 2.449,28

Órgão 11 – Secretaria Mun. De Esporte e Lazer

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Esporte e Lazer

2.054- Manutenção da Secretaria Mun. De Esporte e Lazer

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 345

R$ 2.449,28

12 – Secretaria Municipal De Assistência Social E Trabalho

03 – Fundo Municipal De A Social E Trabalho

2.056– Manutenção Do Fundo Municipal De Assistência Social E Trabalho

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Ficha: 365

R$ 7.347,84

CLAUSULA TERCEIRA - O valor global estabelecido para este termo aditivo é de **R$ 59.536,48** (cinquenta e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), que **será pago** mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços pelo Setor Competente, na forma a seguir especificada.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alterada por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATANTE

S. C. ROSA & CIA. LTDA – ME

CNPJ: 70.496.138/0001-09

Sr. Sebastião Celio Rosa

RG: 102002 SSP/MS

CPF: 203.260.171-00

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N. 008/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 156/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA PRESTAR SERVIÇOS NA REFORMA DO PSF TEREZA DE BENGUELA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, CONFORME PORTARIA Nº. 381 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, CRONOGRAMAS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

Abertura dia **26 de setembro de 2019, às 08:30 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205.

Aquisição do Edital no site: https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br... Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

ADRIELLI MOREIRA DA SILVA - PRESIDENTE CPL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 123/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA PELEGRINO & CIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na **Lei Federal nº 8.666/93,** demais legislação pertinente em vigor e previsão de prorrogação do Contrato Original, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem aditivar o valor do Contrato Original para serviços especializados em assessoria, consultoria e softwares de gestão educacional para locação, incluindo treinamento para atender 03Unidades Educacionais na Secretaria de Educação do Município de Vila Bela da Ss Trindade**-** MTe serviço de implantação e conversão de dados, softwares de modulo educacional, com inicio em **30 de agosto de 2019 a 29 de agosto de 2020**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor Global do presente termo aditivo é de R**$ 61.983,36** (sessenta e um mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), que será pago pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA** o valor mensal de R$ **R$ 5.165,28(cinco mil cento e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos)**, **mediante a apresentação** da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços pelo Setor Competente

CLAUSULA TERCEIRA – Para adequação do suporte das despesas com o presente termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.016– Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental 3.3.90.36.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHA: 453

R$ 61.983,36

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 29 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATANTE

PELEGRINO & CIA LTDA

REPRESENTANTE: Laura Maria de Oliveira Pelegrino

CPF: 935.494.741-72

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

PORTARIA N. 323/2019

"REVOGA PORTARIA QUE CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a grave crise financeira que usurpa o município de Vila Bela da Santíssima Trindade impossibilitando contratações temporárias tendo em vista o limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF, sendo necessário neste momento medidas de austeridade;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter serviços públicos essenciais como o da Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar licença prêmio concedida através da Portaria n. 300/2019 a servidora efetiva **MARIA VALERIANA SÓLIS,** portadora do **RG: 640.957 SSP/MT e CPF: 483.345.371-15,** merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2019

TOMADA DE PREÇOS n. 008/2018, **PROCESSO N. 179/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original, bem como prorrogar o prazo de execução dos serviços de construção de sanitários nas escolas municipal: Ricardo Franco (Bairro Jardim Aeroporto), Duque de Caxias (Comunidade Palmarito) e Itijucal (Gleba Ricardo Franco), com base na Clausula quinta, com **inicio em 16 de agosto de 2019 a 15 de setembro de 2019**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 16 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: n. 00.948.380/0001-90

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE – EXERCÍCIO 2019.

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica – Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, **CONVOCA** a todos os interessados a participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de acordo com o art. 9º, § 4º da LRF de MAIO a AGOSTO de 2019, que será realizada no dia 27 de setembro do corrente ano, às 15:00hs, na Câmara Municipal de Vila Rica, localizada na Avenida Brasil, nº 15, Centro.

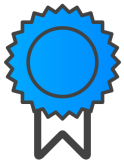
Vila Rica – MT, 10 de setembro de 2019.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Sep 10 22:50:47 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)